



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE
FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS

AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES – RJ ENTRE 1931 E 1937

RODRIGO ROSSELINI JULIO RODRIGUES

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
MARÇO – 2020

AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES – RJ ENTRE 1931 E 1937

RODRIGO ROSSELINI JULIO RODRIGUES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Políticas Sociais, na área de concentração Educação, Política e Cidadania.

Orientadora: Prof^a Dr^a Silvia Alicia Martínez

Campos dos Goytacazes - RJ
MARÇO – 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

R696 Rodrigues, Rodrigo Rosselini Julio.

AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ ENTRE 1931 E 1937 / Rodrigo Rosselini Julio Rodrigues. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2020.

362 f. : il.

Bibliografia: 276 - 305.

Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2020.

Orientadora: Silvia Alicia Martinez.

1. Políticas Sociais. 2. Política Educacional. 3. Escola Primária. 4. Era Vargas. 5. Campos dos Goytacazes. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

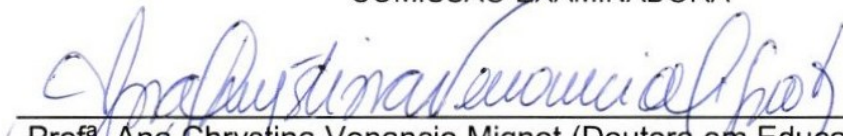
AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES – RJ ENTRE 1931 E 1937


RODRIGO ROSSELINI JULIO RODRIGUES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Políticas Sociais, na área de concentração Educação, Política e Cidadania.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvia Alicia Martínez

Aprovada em 02 de março de 2002


COMISSÃO EXAMINADORA


Prof^a. Ana Chrystina Venancio Mignot (Doutora em Educação, PUC-Rio)
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ


Prof^a. Libânia Nacif Xavier (Doutora em Educação, PUC-Rio)
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ


Prof. Marcelo Carlos Gantos (Doutor em História, UFF)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF


Prof^a. Renata Maldonado da Silva (Doutora em Educação, UFF)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF


Prof^a. Silvia Alicia Martínez (Doutora em Educação, PUC-Rio)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
Orientadora

Este trabalho é dedicado aos professores brasileiros, em especial aos de Campos dos Goytacazes, no norte do estado do Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora Silvia Alicia Martínez pela forma compreensiva e respeitosa como conduziu o processo de orientação e ao professor Joaquim Pintassilgo pela recepção no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, pelas oportunidades de troca de experiências com os estudantes portugueses e brasileiros, e com as orientações a respeito da composição de uma tese.

Agradeço imensamente às professoras Libânia Nacif Xavier e Renata Maldonado pelas orientações na banca de qualificação, que foram fundamentais para a exequibilidade deste trabalho, além das contribuições trazidas para a defesa final, após a leitura da primeira versão dessa tese. Também agradeço ao professor Pedro Ernesto Fagundes pelas sugestões no texto apresentado à banca de qualificação. Estendo esses agradecimentos às professoras Márcia Carneiro e Alessandra Schueller, pelas primeiras observações ainda na primeira qualificação do projeto, que permitiram e estimularam a caminhada da pesquisa.

À professora Ana Chrystina Mignot um agradecimento especial, por ter aceito participar da banca de avaliação desta tese mesmo sem ter estado presente nos estágios anteriores da pesquisa, embora a sua presença já fosse constante neste trabalho por meio de seus estudos anteriores e afinidade particular com o objeto. Os seus questionamentos e comentários foram fundamentais para aprofundar e tornar mais compreensíveis alguns pontos centrais da argumentação.

Agradeço também ao professor Marcelo Gantos não apenas por aceitar participar dessa banca de avaliação, mas também pelo apoio e estímulo ao longo desses anos em que estive na UENF. No mesmo sentido agradeço ao professor Carlos Eugênio Soares de Lemos, pelo diálogo e trocas por mais de duas décadas, desde os primeiros passos na historiografia.

Agradeço aos colegas da primeira turma de doutorado e aos professores do nosso Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais, por ajudarem a superar as dificuldades na abertura das trilhas e caminhos que os pioneiros geralmente enfrentam.

Aos colegas da Coordenação de Ciências Humanas do Instituto Federal Fluminense *campus* Campos-Centro, na figura de seu coordenador, Synthio Vieira de

Almeida, pela aprovação de meu afastamento das atividades docentes por dois anos para qualificação, orientado pelo edital nº 35, de 13 de março de 2017, autorizado pela Portaria nº. 976, de 25 de julho de 2017, o que me possibilitou desenvolver o estágio sanduíche na Universidade de Lisboa e também a dedicação ao trabalho com as fontes nas diversas instituições de pesquisa.

À professora Elda Alvarenga e aos professores Antônio Sandro Schwarcz, Roberto Kennedy Franco e os demais colegas do estágio de doutoramento no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, no Programa Doutorado Sanduíche no Exterior da CAPES, agradeço pelo companheirismo, o carinho e a acolhida, dos quais nunca me esquecerei.

Aos funcionários das instituições de pesquisa que contribuíram no acesso às fontes, especialmente ao Antônio Marones do Centro de Memória Fluminense – BCG-UFF; ao Johenir Jannotti Viegas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ; ao Matheus Vieira, à Fernanda Fonseca, ao Luis Felipe Ferreira, à Letícia Nunes, à Maria Luíza Amaral, à Larissa Manhães, à Rafaella Machado, e ao Carlos Freitas, do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, em Campos, com quem convivi por longos meses no cotidiano da pesquisa; ao Genilson Paes Soares, do Instituto Histórico e Geográfico de Campos, com quem troquei muitas informações e materiais sobre a história de Campos dos Goytacazes.

O agradecimento mais profundo aos meus familiares, principalmente a minha mãe, a quem preciso pagar com juros a dívida pela ausência, justamente nas etapas em que o tempo vai se tornando mais escasso em nossas vidas, e às minhas sobrinhas e sobrinhos, que cresceram rápido demais! Obrigado por compreenderem o meu necessário afastamento por esses anos. Agradeço ao Pedro Otávio, que por tantas vezes me ajudou com as “pedras do caminho”, visitando comigo os arquivos, auxiliando na coleta de dados. Da mesma forma agradeço aos amigos pelas palavras de incentivo e confiança.

Encerrando os agradecimentos, nada disso seria possível sem a presença, o suporte e o amor de Maria Cecília. Obrigado por manter de pé o nosso lar e por me trazer à superfície, por diversas vezes, para que eu pudesse respirar nos momentos de afogamento.

Muito obrigado.

Verdade

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.

E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os dois meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram a um lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em duas metades,
diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
As duas eram totalmente belas.
Mas carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua miopia.

Carlos Drummond de Andrade.

RESUMO

Esta tese analisa as políticas sociais destinadas à infância, especificamente as políticas de educação primária, produzidas no estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1931 e 1937, período compreendido entre o início das transformações implementadas a partir da chamada “Revolução de 1930”, como a criação do Ministério da Educação e os debates travados em torno da educação primária, e a última reforma de educação fluminense que antecedeu o período denominado “Estado Novo”, quando tais políticas atingiram um novo contexto de mais variantes e maiores complexidades. Nesta pesquisa o município de Campos dos Goytacazes é concebido como posição de análise, como sugere Faria Filho (2009), ou seja, é o espaço histórico (de) onde observo as políticas de educação em seus diferentes momentos, ou contextos, como sugere a abordagem do ciclo de políticas desenvolvido por Stephen Ball (BOWIE et al, 1992) e seus colaboradores. Analisa-se o “contexto da influência”, quando os debates em torno das inovações pedagógicas trazidas pela Escola Nova conviviam com os ideais ruralistas, corporativistas, antiliberais e religiosos que marcaram o pensamento social e educacional do período; o “contexto da produção do texto” político, quando os debates dialogam com o público sob a forma textual das políticas, através das legislações, das reformas apresentadas em 1933 e 1936; e de que maneira esses textos políticos se traduziram no “contexto da prática”, observando o cotidiano da escola primária vivenciado pelas professoras, crianças e a sociedade civil da cidade de Campos dos Goytacazes. Trata-se de um estudo documental que problematiza fontes oficiais; como as atas das reuniões do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação – ABE, dados estatísticos e mapas produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Legislação ordinária publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, documentos administrativos produzidos pelas professoras, pelos inspetores do ensino e pelo Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho e Mensagens dos Interventores do Rio de Janeiro ao presidente da república e do governador à Assembleia Constituinte estadual; correspondências do acervo de Alceu Amoroso Lima; fontes orais do Laboratório de História Oral e Imagem – LABHOI da Universidade Federal Fluminense – UFF; arquivos escolares e imprensa periódica. Para a abordagem de um conjunto tão diverso de fontes, foram utilizadas as orientações teórico-metodológicas de Jacques Revel, Carlo Ginzburg, Jacques Le Goff e Marc Bloch, e como referencial teórico os pressupostos da Nova História Política, sobretudo os conceitos de Cultura Política e Mediação Política, desenvolvidos por Serge Berstein (1996; 1998a; 1998b).

Palavras-chave: Políticas Sociais; Política Educacional; Era Vargas; Campos dos Goytacazes

ABSTRACT

This thesis analyzes the social policies aimed at children, specifically the policies of primary education, produced in Rio de Janeiro between the years 1931 and 1937, a period between the beginning of the transformations implemented after the so-called “Revolução de 1930”, such as the creation of the Ministry Education and the debates on primary education, and the last reform of education in Rio de Janeiro that preceded the period called “Estado Novo”, when such policies reached a new context of more variations and greater complexities. In this research, the municipality of Campos dos Goytacazes is conceived as a position of analysis, as suggested by Faria Filho (2009), that is, it is the historical space (from) where I observe education policies in their different moments, or contexts, as suggested by approach to the policy cycle developed by Stephen Ball (BOWIE et al, 1992) and his collaborators. The “context of influence” is analyzed, when the debates around the pedagogical innovations brought by Escola Nova coexisted with the ruralist, corporatist, anti-liberal and religious ideals that marked the social and educational thinking of the period; the political “context of text production”, when debates dialogue with the public in the textual form of policies, through legislation, the reforms presented in 1933 and 1936; and how these political texts were translated into the “context of practice”, observing the daily life of primary school experienced by teachers, children and civil society in the city of Campos dos Goytacazes. It is a documentary study that questions official sources; such as the minutes of the meetings of the Directing Council of the Brazilian Education Association - ABE, statistical data and maps produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, Ordinary legislation published in the Official Gazette of the State of Rio de Janeiro, administrative documents produced by the teachers, by the education inspectors and by the Department of Education and Initiation to Work and Messages from the Rio de Janeiro Interventors to the president of the republic and the governor to the state Constituent Assembly; Correspondences from the Alceu Amoroso Lima collection; oral sources from the Oral History and Image Laboratory - LABHOI at Universidade Federal Fluminense - UFF; school archives and periodical press. To approach such a diverse set of sources, the theoretical and methodological orientations of Jacques Revel, Carlo Ginzburg, Jacques Le Goff and Marc Bloch were used, and as a theoretical framework the assumptions of the New Political History, especially the concepts of Political Culture and Political Mediation, developed by Serge Bernstein (1996; 1998a; 1998b).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A lição de Salazar - Deus, Pátria, Família: a trilogia da educação nacional	54
Figura 2 – Juarez Távora em Campos, na companhia de Godofredo Tinoco após a fuga da Fortaleza de Santa Cruz	79
Figura 3 - Chegada da Coluna Gwyer em Cambucy	80
Figura 4 - Parte da Coluna Gwyer, aquartelada na Escola de Aprendizes Artífices, em Campos.....	81
Figura 5 - Chegada do primeiro bispo da Diocese de Campos, Dom Henrique Mourão – julho de 1924	112
Figura 6 - Bispo D. Henrique Mourão cercado por autoridades eclesiásticas e políticas e representantes da população católica - julho de 1924.....	112
Figura 7 – A catedral em obras	120
Figura 8 - Fachada do prédio dos Telégrafos.....	121
Figura 9 - Fachada do prédio do Banco do Brasil	121
Figura 10 - Fachada da Associação Comercial de Campos.....	121
Figura 11 - Edificações no entorno da Praça do Santíssimo Salvador em 1931.....	122
Figura 12 - Catedral diocesana de Campos dos Goytacazes, ainda em obras, às vésperas de sua inauguração	123
Figura 13 - Fachada do prédio do Centro Operário Católico em 1935.....	135
Figura 14 - Fachada do prédio do Centro Operário Católico de Campos - 2020	135
Figura 15 – Detalhe da inscrição latina <i>ora et labora</i> , na fachada do prédio do Centro Operário Católico de Campos - 2020.....	136
Figura 16 – detalhe da placa afixada na lateral da porta do prédio do Centro Operário Católico de Campos - 2020.....	136
Figura 17 - Esquema da educação fluminense na reforma de 1929	145
Figura 18 - Estado do Rio de Janeiro: Regiões escolares em 1930.....	147
Figura 19 - Localização do Horto Municipal na década de 1930, com indicação do ponto disponibilizado pela prefeitura para a instalação do Jardim de Infância.....	168
Figura 20 - Pavilhão central do Horto Municipal de Campos - 1932	168
Figura 21 - Mapa de Frequência da escola primária de 2º grau com a denominação especial "João Pessoa", dirigida pela professora Mercedes Sodré Ferreira Landim	176
Figura 22 - Pavilhão que abrigava a Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Braz (1916 - 1931)	178
Figura 23 - Interior do pavilhão da Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Braz (1916 - 1931)	178
Figura 24 - Fachada do pavilhão grego ao centro do Parque Nilo Peçanha, com a inscrição "Escola José do Patrocínio" (s/d).....	179
Figura 25 - Praça Almirante Porto, à esquerda, com o pavilhão do Instituto Claparède. No canto direito, o Passeio Municipal e a Estação Avenida - 1939	181
Figura 26 - Pavilhão das aulas do Instituto Claparède.....	182
Figura 27 - Mapa do "reajustamento" das escolas primárias dos distritos urbanos de Campos dos Goytacazes - 1934.....	243
Figura 28 - Estado do Rio de Janeiro: Regiões escolares em 1936.....	249
Figura 29 - Residência que abrigou o Grupo Escolar João Clapp a partir de 1934.....	261
Figura 30 - Vista do jardim e do prédio onde funcionou o Grupo Escolar João Clapp - 1931-1942.....	262

Figura 31 - Fachada do prédio do grupo escolar Saldanha da Gama, no Turf Club - 1945.....	264
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Valores da produção açucareira no estado do Rio de Janeiro	70
Quadro 2 - Maiores Municípios Produtores - Quinquênio 1929/33.....	70
Quadro 3 - As maiores usinas do país - Quinquênio de 1929 a 1933.....	71
Quadro 4 – Grupos de Escoteiros filiados à Federação de Escoteiros Fluminenses em 1928.....	101
Quadro 5 - Congresso Paroquial da Confederação Católica de Campos sobre o alistamento eleitoral e as eleições constituintes de 1933.....	131
Quadro 6 - Escolas primárias graduadas existentes em Campos dos Goytacazes (RJ) no ano de 1930	148
Quadro 7 - Teses apresentadas na comissão de Educação Sanitária, na II Conferência Nacional de Educação da ABE - 1928.....	161
Quadro 8 - Quadro docente do Grupo Escolar João Pessoa e do Jardim de Infância Zuleika de Moraes (1932)	177
Quadro 9 - Quadro docente da escola mista de 2º grau, nº 10, “José do Patrocínio” (1932 - 1934)	180
Quadro 10 - Organização do curso fundamental do Instituto Fluminense de Ciências Educacionais (1932)	184
Quadro 11 - Classificação do concurso para inspetores do ensino no estado do Rio de Janeiro em 1933	209
Quadro 12 - Curso de Educação Regional oferecido aos professores primários pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres - 1933.....	224
Quadro 13 - Temas principais apresentados no Congresso de Ensino Regional realizado na Bahia em 1934	228
Quadro 14 - Reajustamento das escolas primárias em Campos - 1934: Escolas isoladas de origem, professoras, grupos escolares de destino e seus anos de fundação	241
Quadro 15 - Estado do Rio de Janeiro: Circunscrições de Ensino e seus respectivos inspetores regionais em 1936	248

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias de análise e sua incidência nas teses analisadas.....	33
Tabela 2 - Área das terras pertencentes às usinas em 1920 e 1929	69
Tabela 3 - Quantidade de escolas pré-primárias e primárias no estado do Rio de Janeiro (1930-1933).....	212
Tabela 4 - Quantidade de professoras primárias catedráticas e adjuntas no estado do Rio de Janeiro - 1932-1935.....	213

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Usinas com rendimento superior a 100kg de açúcar por tonelada de cana (1934/35).....	71
Gráfico 2 – Censo demográfico: população de Campos dos Goytacazes em 1920 e 1931, em número de habitantes	72
Gráfico 3 - Quantidade de escolas de ensino primário no estado do Rio de Janeiro (1932-1935)	212
Gráfico 4 - Relação entre matrícula e frequência nas escolas primárias no estado do Rio de Janeiro - 1932-1935.....	214
Gráfico 5 - Taxas de frequência em relação às matrículas na escola primária estadual fluminense entre 1932-1935	214

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABE – Associação Brasileira de Educação
- AFE – Associação Fluminense de Escoteiros
- ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
- C E – Colégio Estadual
- CNE – Cruzada Nacional de Educação.
- DNP – Departamento Nacional de Propaganda.
- DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública.
- DRGERJ – Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro
- EPFNP – Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha
- ETR – Escola(s) Típica(s) Rural(is)
- FEF – Federação dos Escoteiros Fluminenses.
- G E – Grupo Escolar
- IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
- PPG – Programa(s) de Pós-Graduação
- PRF – Partido Republicano Fluminense
- SAAT – Sociedade dos Amigos de Alberto Torres

Sumário

Introdução	17
Delimitação do objeto de estudo, os objetivos e a problemática da pesquisa	19
Procedimentos metodológicos	22
Enquadramento teórico	28
Uma revisão da literatura: O “estado da questão” em torno da educação primária no Brasil na década de 1930	31
O plano de trabalho	41
Capítulo 1 – O ideal de uma sociedade rural moderna e o norte fluminense	44
1.1. A identidade fluminense: O pensamento “saquarema” do século XIX e o ruralismo da Primeira República	44
1.2. A reorganização do projeto ruralista fluminense após 1930	50
1.2.1. O retorno dos nilistas ao poder fluminense após a Revolução de 1930	57
1.2.2. A dimensão cultural do ruralismo no pós-1930	61
1.3. O norte fluminense no concerto das forças políticas nas primeiras décadas do século XX	68
1.3.1. O município de Campos dos Goytacazes e a Revolução de 1930	72
1.3.2. As eleições de 1930 em Campos dos Goytacazes	74
1.3.3. Os arranjos políticos locais no novo cenário estadual	81
Capítulo 2 – Os debates sobre a educação da infância	88
2.1. A militarização da infância como modelo de educação moral e cívica	88
2.1.1. O escotismo católico	106
2.2. A igreja católica e o debate sobre ensino religioso nas escolas públicas em Campos	109
Capítulo 3 – A educação da infância em Campos dos Goytacazes nos primeiros anos após a “Revolução de 1930” - (1930-1933)	143
3.1. A escola primária em tempos de transição e instabilidade política	144
3.2. A modernidade pedagógica: os princípios do escolanovismo em Campos dos Goytacazes	150
3.2.1. A trajetória da professora Antônia Ribeiro de Castro Lopes e o escolanovismo em Campos dos Goytacazes	151
3.2.2. O higienismo e a eugenia nos debates sobre a educação da infância em Campos dos Goytacazes nos anos 1930	157
3.2.3. As transformações na organização da escola primária em Campos dos Goytacazes (1931-1932)	175
Capítulo 4 – A educação da infância em Campos dos Goytacazes durante o período constitucional democrático na década de 1930 (1934-1937)	189
4.1. A escola primária fluminense na transição para o regime constitucional	190
4.1.1. O corporativismo no pensamento educacional de Celso Kelly	190
4.1.2. A V Conferência Nacional de Educação em Niterói	198
4.1.3. As reformas promovidas por Celso Kelly à frente da educação fluminense	208
4.1.4. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e o ensino regional	217
4.1.5. Paschoal Lemme e o “reajustamento” do ensino primário campista	231
4.2. A educação fluminense no regime constitucional (1934-1937): o abandono da escola primária	245

4.2.1. O governo Protógenes Guimarães e a reforma de 1936.....	245
4.2.2. Os agentes da educação primária no município de Campos	252
4.2.3. O abandono da escola primária em Campos	260
Considerações finais	265
Referências	276
a) Documentos oficiais:.....	276
b) Correspondências.....	279
c) Fontes orais	279
d) Fontes da imprensa periódica	279
e) Obras consultadas.....	290
Apêndices.....	306
Apêndice I – Governos federais, ministros da educação, governos estaduais, autoridades estaduais sobre a educação, inspetores regionais do ensino responsáveis pela região de Campos dos Goytacazes e prefeitos municipais....	307
Apêndice II – Programa da V Conferência Nacional de Educação realizada em Niterói entre 26/12/1932 e 08/01/1933.....	308
Apêndice III – Professoras e escolas de Campos dos Goytacazes a partir dos mapas de frequência – 1931-1949	310
Apêndice IV – Inspeções realizadas nas escolas primárias de Campos dos Goytacazes partir dos mapas de frequência – 1931-1949.....	343
Anexos	352
Anexo I – Perspectiva do projeto arquitetônico da nova Catedral Diocesana, executado pelo arquiteto Gastão Bahiana	353
Anexo II – Fachada do prédio da Sociedade Musical Lyra de Apollo, localizado à Praça do Santíssimo Salvador.....	354
Anexo III – Carta em papel timbrado da União de Moços Católicos de Campos endereçada a Alceu de Amoroso Lima.	355
Anexo IV – Carta de Theobaldo Miranda Santos a Alceu Amoroso Lima, em papel timbrado do Centro Dom Vital de Campos	356
Anexo V – Mapa de Frequência do Curso Prático Doméstico “Zuleika Lopes”, elaborado manualmente pela própria diretora Antonia Ribeiro de Castro Lopes.	357
Anexo VI – Extratos dos Estatutos do Instituto Claparède.....	358
Anexo VII – Mapa de frequência do Grupo Escolar João Clapp – maio de 1933	359
Anexo VIII – Carta do Superintendente de educação e cultura de Campos, Theobaldo de Miranda Santos, ao bispo diocesano D. Octaviano de Albuquerque	361

Introdução

Esta tese reúne resultados de pesquisas que venho desenvolvendo desde 2012 no grupo denominado “Educação, Sociedade e Região”, liderado pela professora Dra. Silvia Alicia Martínez no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF.

O primeiro produto deste trabalho foi a dissertação de mestrado defendida em 2014, intitulada “Formando os Cidadãos Fluminenses: República e Escola Primária no Município de Campos – RJ (1893 – 1931)”, onde analisei as políticas de educação implementadas pelos diferentes grupos oligárquicos a frente do governo fluminense ao longo da Primeira República, tendo o município de Campos dos Goytacazes como posição de análise. O principal objetivo foi mapear as escolas primárias públicas e privadas existentes em todo o município e compreendê-las no interior das políticas implementadas pelos governos estaduais num contexto de transformações socioespaciais que marcaram a passagem do século XIX para o XX, identificando o lugar ocupado pela escola na trama das relações inter-oligárquicas.

O trabalho também buscou identificar os reflexos do pensamento político fluminense, marcado pelo conservadorismo ruralista, nas políticas de escolarização primária experimentadas no período. A pesquisa mostrou que a história da educação primária no território fluminense é composta pela descontinuidade e por institucionalidades distintas nos primeiros tempos da República, como por exemplo os diferentes momentos e modelos da escola graduada experimentados. Os grupos escolares fluminenses criados pela reforma do ensino de 1897, como já havia mostrado Schueler (2010), foram implementados apenas no ano de 1900 e logo extintos após uma curtíssima existência de três anos. Somente em 1911 foi restabelecida a escola graduada no Estado com a criação das escolas complementares, transformadas em grupos escolares a partir de 1915 (RODRIGUES, 2019). No entanto o modelo dominante permaneceu sendo o das escolas isoladas, unidocentes, funcionando em espaços improvisados nas casas das professoras, alugadas pelo Estado.

Nesse contexto foi dado destaque para o fenômeno político denominado “nilismo”, expressão utilizada para classificar o grupo liderado por Nilo Peçanha que comandou a política fluminense durante as duas primeiras décadas do século XX. O

nilismo pode ser classificado, no interior das disputas oligárquicas do período como uma cultura política dotada de uma concepção mais centralizadora e intervencionista do papel do Estado, não apenas na economia, mas também na tarefa da formação de um povo, de uma identidade nacional e, sobretudo, fluminense, orientada pela ideia de uma civilização rural ilustrada, forjada por um “Estado pedagogo”, onde a instrução pública desempenhava papel primordial. Essas características são parte central de uma corrente do pensamento social brasileiro desenvolvido no século XIX, a partir do Visconde do Uruguai, tendo como principal representante no início da República o jurista e ex-presidente do Rio de Janeiro, Alberto Torres.

Nos governos nilistas foram implementados e expandidos a escola primária graduada, o ensino profissional associado ao primário, a construção de prédios para os grupos escolares e maior contratação de professores, enquanto os governos mais integrados à política nacional, orientada pela aliança SP/MG, de cunho mais federalista e liberal, priorizaram a escola primária elementar isolada, funcionando em casas alugadas, além da subvenção pública a escolas privadas e a implementação da escola de dois turnos, visando a redução dos “gastos” (RODRIGUES, 2019) e a ampliação dos números de matrícula e frequência.

Em Campos dos Goytacazes, na região norte do Rio de Janeiro, o maior município em extensão territorial do Estado e importante centro econômico e político do período, foram criadas três escolas complementares em 1911, que em 1915 se tornaram grupos escolares: Grupo Escolar João Clapp, Grupo Escolar Quinze de Novembro e Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, sendo as duas últimas escolas ainda existentes, como colégios estaduais de ensino fundamental e médio.

Foi buscando compreender a história do Colégio Estadual Visconde do Rio Branco, que comemorava seu centenário em 2011, que iniciei a pesquisa. O trabalho que pretendia recompor a origem desta escola, resultou numa dissertação sobre a escola primária fluminense naquele período.

No entanto, algo que me chamara a atenção desde a primeira visita a essa escola não integrou a dissertação, por questões relacionadas aos limites cronológicos estabelecidos no recorte do objeto. Apesar de existir desde 1911, a localização da escola no prédio que ocupa atualmente, no bairro operário da Lapa, data de 1955, como mostra a placa de inauguração afixada no pátio: “Iniciado em 1953, concluído em 1955, sendo governador o Exmo. Sr. Ernani do Amaral Peixoto”. A grandiosidade

e imponência presentes na arquitetura do prédio, com traçado moderno, composto por um bloco suspenso por pilotis cujo vão abriga um enorme pátio coberto, projetado para atender a um número de aproximadamente mil crianças, erguido num bairro operário, associado a uma grande fábrica de tecidos, despertaram-me o interesse para uma nova pesquisa.

As mesmas características arquitetônicas apresentadas pelo prédio do C. E. Visconde do Rio Branco, na Lapa, estão presentes em outros prédios escolares da área urbana do município: o Colégio Estadual José do Patrocínio, localizado no Parque Leopoldina, próximo à antiga estação ferroviária, e o prédio do Instituto Superior de Educação Prof. Aldo Muylaert, no bairro do Turf-Club. Embora a arquitetura deste último apresente características marcantes do estilo neocolonial, sua composição se aproxima bastante dos demais citados: Os três prédios são compostos por bloco único de dois andares, apoiado sobre pilotis com pátio coberto, grande área externa para esportes e jardim de infância em anexo.

Além das características arquitetônicas comuns fornecerem indícios de se tratarem de uma mesma política de expansão do ensino primário (juntamente com o pré-primário), a localização dos prédios na malha urbana revela que todas circundam o Centro antigo da cidade, num raio de aproximadamente 1,60km, indicando certamente um movimento de expansão urbana acompanhado pela instalação de novas escolas primárias.

Partindo mais uma vez da mesma escola, decidi construir uma problemática de pesquisa em torno das políticas educacionais a respeito da oferta e distribuição da educação primária do município de Campos dos Goytacazes, importante centro econômico e político do interior fluminense durante a primeira metade do século XX.

Delimitação do objeto de estudo, os objetivos e a problemática da pesquisa

Apresentados os caminhos que me levaram ao tema e a pensar uma problemática para a pesquisa, torna-se necessária uma delimitação mais precisa do objeto.

A literatura sobre a história da educação brasileira é pródiga em trabalhos que atestam a prioridade dada pelas reformas na educação nacional, implementadas a partir de 1931 pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, aos níveis secundário e superior de ensino, com foco na juventude e na formação das elites condutoras do

país, ficando a educação primária sob a responsabilidade de Estados e Municípios, assumindo um caráter patriótico-ufanista (SCHWARTZMAN et. al., 2000).

Essa constatação, ao mesmo tempo desencoraja e estimula o estudo sobre a educação primária a partir da década de 1930. Desencoraja por parecer que, por não ter sido prioridade das políticas nacionais do período, não haveria elementos suficientes para o desenvolvimento de uma pesquisa de fôlego, porém estimula justamente pela aparente negligência das reformas, já que apenas em 1946, num outro contexto constitucional, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Primário.

Nesse caso seria interessante um recorte em nível estadual. Ainda assim o volume de dados seria imenso, uma vez que o estado do Rio de Janeiro em 1930, antes da deposição do presidente Manuel Duarte (1927-1930), possuía 861 escolas primárias, de acordo com os dados oficiais do governo, sendo 65 grupos escolares e 2 escolas modelo, 781 escolas isoladas, 4 cursos noturnos, 4 escolas maternas, 4 escolas profissionais e 1 escola ao ar livre (RODRIGUES, 2019). Considerando ainda que a literatura sobre o período aponta um aumento na participação das administrações municipais e também da iniciativa privada na oferta da educação primária, a situação torna-se ainda mais complexa. Em todo o Rio de Janeiro o único município, incluindo a capital Niterói, a vivenciar naquele momento todas as experiências de educação primária acima mencionadas foi Campos dos Goytacazes, no norte do Estado.

Com seus 4.846km² de área (BRASIL, 1937) Campos dos Goytacazes era o mais extenso município fluminense, dividido em 16 distritos, contando com vasta região agrícola ocupada por cerca de dezoito mil propriedades rurais, tendo como principal cultura a cana de açúcar, “ultrapassando de um milhão de toneladas as colheitas anuais (...) [atendendo a] dezoito usinas de açúcar com uma capacidade de produção para três milhões e 500 mil sacas de 60 kilos por safra” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 1939), fazendo do município o maior produtor de açúcar do país, ao final da década de 1930.

Além disso possuía um centro comercial dinâmico, com características incomuns para uma cidade de interior, contando com seis jornais diários, uma emissora de rádio, cinemas, linhas de bondes elétricos, linhas férreas ligando o parque sucroalcooleiro ao centro comercial e este aos municípios vizinhos, dez estabelecimentos de ensino secundário, sendo o principal deles o Liceu de Humanidades, uma Escola Normal

oficial, duas instituições de ensino profissional, curso de direito e de farmácia, entre outras instituições culturais.

Diante da complexidade do município, e também das lacunas e limites da documentação no que se refere às escolas primárias isoladas localizadas na zona rural, o recorte dessa pesquisa se limitou ao espaço urbano, ou seja, à sede do município de Campos dos Goytacazes, o que corresponde aos 1º e 2º distritos.

Quanto ao período, embora o que tenha despertado o interesse pelo tema tenham sido as políticas educacionais implementadas nos os governos de Amaral Peixoto no estado do Rio de Janeiro, tanto a interventoria durante o Estado Novo (1937-1945), quanto no governo eleito (1951-1955), inclusive já estudadas por Fernandes (2009) Quaresma (2010; 2014), Rizzini & Schueler (2014), Rizzini & Barros (1015), abordando o fenômeno na escala estadual, julgo necessário historicizar a gênese dessas políticas, ou, como sugere a abordagem desenvolvida por Stephen Ball (1992) e seus colaboradores, estudar o ciclo dessas políticas em seu “contexto de influência”, a partir da riqueza dos debates estabelecidos ao longo da década de 1920 e, sobretudo, do início dos anos 1930, e o contexto da produção de seu “texto político”, ao longo da década de 1930, quando diversos eventos e reformas educacionais se apresentam.

Defino então como limite inicial do objeto o ano de 1931, quando se tornaram perceptíveis as transformações provocadas após os episódios políticos de 1930, com criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, e particularmente no estado do Rio de Janeiro com a publicação de decretos sobre o ensino primário que provocaram alterações sentidas no município de Campos, especificamente a extinção da escola ao ar livre Presidente Wenceslau Brás e da escola modelo Seis de Março, transformadas em grupo escolar José do Patrocínio e grupo escolar João Pessoa, respectivamente. Como limite final, estabeleço o ano de 1937, quando se iniciou o regime do Estado Novo e a interventoria de Amaral Peixoto, momento em que se constitui o “contexto das práticas” políticas.

Uma vez delimitado o objeto, essa pesquisa se propõe a:

- Analisar a dinâmica das forças políticas locais, no município de Campos dos Goytacazes, diante dos projetos apresentados na década de 1930.

- Contextualizar a cultura política estabelecida no interior dos debates sobre os projetos de país que então se desenhavam.
- Compreender a influência das ideias pedagógicas que marcaram o cenário nacional nos anos 1930, nos debates sobre a educação primária no município de Campos dos Goytacazes.
- Refletir sobre a correspondência entre as experiências de educação primária vividas no município de Campos dos Goytacazes e as ideias que circulavam no âmbito pedagógico e também no debate político local e estadual.

A problemática que serve como ponto de partida para a investigação segue os seguintes questionamentos:

- Qual o lugar ocupado pelo município de Campos dos Goytacazes no cenário político fluminense, e também nacional, na década de 1930? De que maneira os agentes locais se articulavam no interior da cultura política daquele contexto?
- Tomando o município de Campos dos Goytacazes como unidade de análise, qual era a situação da educação primária nesse município do interior fluminense? Quais os modelos foram experimentados? Qual o lugar ocupado pela escola primária na trama da cidade?
- Em que medida os modelos de educação primária experimentados em Campos dos Goytacazes na década de 1930 se aproximavam dos ideais e do projeto de país apresentados naquele contexto?

Estas questões apresentam a linha que conduziu a pesquisa, o trabalho com as fontes levantadas e as opções teóricas para interrogá-las.

Procedimentos metodológicos

Partindo das indagações despertadas pelas leituras a respeito do tema e perseguindo as pistas abertas pelos artigos, dissertações e teses analisados, iniciei o trabalho com as fontes primárias a partir da busca de arquivos escolares. A única escola onde encontrei alguma documentação relevante foi o Colégio Estadual Visconde do Rio Branco.

Como a escola funcionou durante 44 anos em dois endereços diferentes até a construção do prédio atual, muitos documentos se perderam. O que consegui levantar junto a escola foi o Livro de Ponto de 1955, ano de inauguração do prédio atual, e um inventário do material existente na escola no ano de 1965 que, apesar de datar de 10 anos após a inauguração do prédio, traz listados elementos importantes como, por exemplo, os livros existentes no acervo da biblioteca, entre outros itens, que provavelmente acompanharam a instituição pelos endereços anteriores.

Do período anterior à inauguração do novo prédio encontrei um “livro de matrícula, frequência e notas diversas” datando do ano de 1943. Neste livro é possível encontrar nome, data de nascimento e a nacionalidade de cada criança, o controle de sua frequência, além do nome, endereço e profissão dos seus responsáveis. Ao final do livro estão anotações diversas a respeito dos materiais adquiridos e existentes na escola. Por fim, este pequeno arquivo escolar possui um valioso livro de “Termo de Visitas” contendo apenas 100 páginas, porém trazendo os registros das inspeções desde 1943 até 1981. Apesar de datarem de um período imediatamente posterior ao recorte estabelecido para o objeto desta pesquisa, fornecem indícios interessantes para se perceber rupturas e permanências.

No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ trabalhei com as mensagens dos presidentes e governadores do Estado (1930), relatórios dos interventores (1931-1934; 1933; 1935; 1936; 1937), relatório do chefe de departamento dos serviços públicos e industriais (1934-35), relatório da Secretaria de Estado da Produção (1934-1935) e relatório da Secretaria das Finanças do Estado (1938).

Outra fonte relevante disponível no APERJ são os mapas de frequência depositados no Fundo Departamento de Educação. Tratam-se de mapas preenchidos pelas professoras responsáveis pelas escolas isoladas ou diretoras dos Grupos Escolares. Os mapas eram mensais e preenchidos em três vias. Uma delas arquivada na escola e as outras duas enviadas para a autoridade estadual (Diretoria da Instrução ou Departamento de Educação, dependendo da configuração do período) e outra para a Inspeção Regional. Nos anos de 1931 e 1932 eram registrados apenas o número de alunos matriculados por “sexo” e “série” e o número de alunos presentes diariamente seguindo a mesma classificação. Também era registrado em quantos turnos funcionava a escola e em quantas classes se dividia cada série.

Um aspecto importante é o campo destinado ao registro de quantos alunos analfabetos haviam se matriculado a cada mês, mostrando, por um lado, que a matrícula de novos alunos ocorria ao longo do ano e, por outro, o interesse em mensurar a expansão da escolarização e a ampliação da alfabetização, uma das principais campanhas do período.

De acordo com Vidal (2008) e Dias (2013) estes mapas representavam importantes ferramentas do controle governamental sobre o funcionamento escolar. Ao mesmo tempo eram espaços (limitados e controlados) de que os professores dispunham para registrar problemas cotidianos que dificultavam suas atividades, como a baixa frequência de alunos em virtude das chuvas que impossibilitavam o acesso às escolas, entre outros. As autoras ainda salientam a importância de considerar que tanto os professores quanto as autoridades que lidavam com estes documentos estavam inseridos numa situação que envolvia a manutenção ou o fechamento de escolas, assim como a transferência de professores, de acordo com os dados estatísticos relacionados à frequência, como alerta Vidal (2008) ao afirmar que é “deste lugar que servem os professores ao preencherem os mapas de frequência, renovando, nas estratégias da escrita, táticas de sobrevivência profissional, como a manutenção das escolas e o recebimento de salários” (VIDAL, 2008, p. 47).

No caso fluminense o caráter de controle governamental acentuou-se no decorrer dos anos. A partir do mês de maio de 1933, os mapas do Rio de Janeiro passaram a trazer no verso uma nova página destinada ao “Mapa de frequência de adjuntos”, listando o nome dos professores, se eram diplomados ou não, e a categoria em que eram classificados na carreira docente. A página trazia ainda uma coluna para registrar os dias de falta do docente e outra para observações, onde se justificavam as faltas, as substituições de professores e outros aspectos importantes tanto para as estatísticas da época quanto para o nosso interesse de investigador.

Observando os mapas das escolas de Campos foi possível perceber que uma das maiores preocupações das diretoras era justificar a baixa frequência de estudantes assim como a eventual ausência de professoras, algo que se repetia em outros municípios, de acordo com o que registrou Dias (2013).

Trabalhando o município de Nova Iguaçu, a partir do mesmo fundo no APERJ, Amália Dias (2013) identificou como datas-limite do acervo os anos de 1926 a 1950,

sustentando que estes mapas são decorrentes da reforma implementada pelo governo estadual no ano de 1925 que, entre outras medidas, investiu em maior eficiência na coleta de dados para compor as estatísticas escolares. A autora mostra que em relação ao município de Nova Iguaçu estão disponíveis no Fundo do APERJ cento e trinta e seis notações referentes às escolas daquele município, onde cada notação representa um conjunto de mapas para cada escola,

“porém não é correto afirmar que correspondem a 136 escolas, porque há notações que se referem a seções de ensino dentro de uma mesma escola, ou porque, ao longo da pesquisa, foram observadas fusões, desmembramentos, arranjos, entre unidades de ensino (DIAS, 2013, p. 29)

O mesmo foi possível verificar no caso de Campos que, por compreender uma área territorial muito maior, traz quatrocentos e noventa notações. Assim como em Nova Iguaçu, em Campos ocorreu de a mesma escola ser classificada em notações diferentes, por motivos diversos, seja pelas mesmas causas identificadas no caso nova-iguaçuense, ou pela transferência da escola para outro distrito. Ao mesmo tempo, diferente do que constatou Dias (2013), as datas-limite referentes a Campos são 1931-1950.

Foram analisados, ao todo, dois mil e duzentos mapas de frequência referentes às escolas primárias do município de Campos entre 1931 e 1950¹, incluindo, além das escolas estaduais, escolas públicas municipais, escolas privadas, escolas privadas subvencionadas pelo governo estadual, escolas mantidas por entidades diversas como lojas maçônicas, priorizando aquelas localizadas na área urbana.

Além desta documentação, foi feito um levantamento junto à biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, onde foi possível encontrar os Indicadores da legislação estadual de 1933 a 1936. O trabalho com fontes oficiais, como a legislação, requer um olhar crítico e consciente de que elas são portadoras dos interesses dos agentes que as produziram e dos contextos em que se inserem. As fontes não são apenas um

conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo

¹ Embora o recorte temporal do objeto seja tenha como limite final o ano de 1937, decidi reunir todo o material disponível no arquivo. Em primeiro lugar, para compreender os destinos de diversas escolas e professoras a partir do Estado Novo até o ano de 1950, e em segundo lugar com o objetivo de recolher material para pesquisas futuras.

e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1996, p. 535).

Ainda em relação aos documentos Marc Bloch (2001) salienta que “os atos lavrados em cartório regularmente pululam de inexatidões voluntárias”, fazendo uma crítica à tradição positivista que considerava como válidos apenas os documentos escritos oficiais. Munteal Filho (1998) ressalta a importância de combater a “crença cega nas fontes e no seu conteúdo (...) [evitando a] sedução/adoração pela ideia da reconstituição do passado contido hipoteticamente na massa documental (...) como se o passado estivesse apenas a espera de alguém que o revelasse integralmente” (MUNTEAL FILHO, 1998, p.).

Uma fonte privilegiada nesta pesquisa foi a imprensa periódica, principalmente os jornais que circularam na cidade de Campos dos Goytacazes, naquele período. Mais do que um “registro do que aconteceu”, a palavra impressa em periódicos é um “ingrediente do acontecimento” (DARNTON, 1996, p. 11), que torna possível perceber nuances e indícios do cotidiano, não apenas escolar, mas de todo o contexto social em que se inseria. A análise dos jornais permite compreender, desde a observação sobre o que se tornava notícia, ou seja, aquilo que era selecionado no universo dos acontecimentos para ser publicável, até as formas de recepção das políticas de educação.

Nesta tese a análise da imprensa periódica como fonte de pesquisa histórica observou os pressupostos da nova história política sugeridos por Jeanneney (1996), que aponta duas abordagens fundamentais a serem aplicadas sobre este objeto:

A primeira consiste em estudar, no tocante à imprensa escrita, o dinheiro mais ou menos oculto que a irriga (...). A segunda abordagem (...) consiste em ver, em casos precisos, como funcionam as influências – nascimento, vida e morte dos programas, nomeação e afastamento dos diretores, e também esses incidentes diversos que fazem a máquina ranger e revelar suas engrenagens (JEANNENEY, 1996, p. 219-220).

Ou seja, é preciso compreender o jornal como portador de um determinado discurso, que contém seus próprios interesses econômicos e políticos, sendo peça fundamental na trama social do contexto histórico estudado.

A seleção dos jornais que circularam em Campos durante a o período que compreende o recorte da pesquisa teve por primeiro critério a sua disponibilidade no acervo do Arquivo Público Municipal “Waldir Pinto de Carvalho”. De acordo com o

levantamento feito, foram encontradas duas coleções de jornais cujas datas limites estavam compreendidas no período de interesse: Folha do Commercio e Monitor Campista.

Nesses jornais, além dos editoriais e reportagens diretas a respeito da escola primária, podem ser encontrados atos oficiais de nomeação de professoras, transferências de escolas, convocações das autoridades do ensino ao professorado, cobertura de eventos pedagógicos, reportagens sobre escolas primárias, o Liceu, a Escola Normal, as chamadas e os resultados dos exames anuais, entre outros.

É possível ler ainda sobre festas cívicas, ações filantrópicas pelo ensino, opiniões e debates envolvendo as questões referentes ao ensino como os pressupostos da Escola Nova e o posicionamento de representantes da igreja católica e outras instituições da sociedade civil, assim como os demais aspectos cotidianos da escola primária na cidade. Por meio destes periódicos também foi possível contextualizar o cotidiano da cidade, seus hábitos culturais, problemas sociais, e referências à política municipal, regional, estadual e federal, bem como a inter-relação entre elas. Além dos jornais o arquivo conta com os Diários Oficiais estaduais a partir de 1931.

Também foram consultados os fundos “Alzira Vargas do Amaral Peixoto” e “Ernani do Amaral Peixoto”, do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, dos quais analisei correspondências e acervo iconográfico.

No Centro e Memória Fluminense, instalado na Biblioteca Central do Gragoatá, da Universidade Federal Fluminense – UFF, foram encontrados livros sobre a história do Rio de Janeiro produzidos durante a Era Vargas e demais obras raras.

Todos os documentos citados foram digitalizados por meio fotográfico ou por scanner, quando permitido, e os arquivos de imagem foram tratados e convertidos para texto em formato PDF pesquisável, por meio do software ABBY FineReader, versão 12. O mesmo se aplicou aos documentos disponíveis online em formato de imagem.

O tratamento e a análise de um conjunto de fontes tão diversas impõem alguns desafios teórico-metodológicos à pesquisa, que foram enfrentados sob a inspiração do paradigma indiciário, sugerido por Carlo Ginzburg (1989), buscando a compreensão do todo a partir da observação dos detalhes ou indícios, aparentemente

sem importância. Neste princípio é fundamental a percepção das fontes que involuntariamente se revelam ao longo da pesquisa, contribuindo para a construção da narrativa histórica.

O trabalho com um considerável volume “migalhas de informações” (REVEL, 1998, p. 13), permite a compreensão das lógicas sociais de um determinado objeto, em sua articulação com dinâmicas de escalas maiores. Esta operação micro analítica, compreendendo os jogos de ampliação e redução da escala de análise não como subordinação dos elementos individuais – ou locais – aos fenômenos de maior grandeza, mas sim as suas particularidades e os seus detalhes na relação com o global (REVEL, 1998), contribuem para a solução do desafio metodológico dessa pesquisa.

Considerando as políticas de educação primária como fenômeno a ser investigado, a variação entre a escala local — o município de Campos tomado como unidade de análise (FARIA FILHO, 2009), a regional (o estado do Rio de Janeiro), e também os fenômenos de ordem nacional, ampliam as possibilidades de sua compreensão. Em outras palavras, a redução da escala de análise ao município de Campos dos Goytacazes permite compreender com mais abrangência as experiências de escolarização primária no estado do Rio de Janeiro e também no Brasil durante os governos provisório (1930-1934) e democrático (1934-1937) de Vargas.

Enquadramento teórico

O movimento dos *Annales* – ou a “Revolução Francesa da Historiografia” como definiu Peter Burke (1991) – emergiu num contexto marcado essencialmente pela permanência de uma história de viés político narrativo proveniente do século XVII, que exaltava as biografias dos soberanos e a monarquia, e que se manteve dominante nos séculos seguintes no contexto do fortalecimento dos nacionalismos e da consolidação dos Estados-Nação. Segundo René Rémond (1996), a história política “privava-se, ao mesmo tempo, da possibilidade de comparações no espaço e no tempo, e interditava-se as generalizações e sínteses que, apenas elas, dão ao trabalho do historiador sua dimensão científica” (RÉMOND, 1996, p. 17). Contra esta história restrita à narrativa dos eventos políticos “uma geração se insurgiu, e fez-se

uma revolução na distribuição do interesse, [tendo] como alvo principal e primeira vítima a história política” (idem, p. 15-16), em detrimento da ascensão da História Cultural.

No entanto, a partir da década de 1980, um grupo de historiadores se dedicou à defesa de uma nova história política, a partir do diálogo com outras disciplinas, como a sociologia, a ciência política, o direito público, a psicologia social, a psicanálise, a linguística, entre outras (RÉMOND, 1996, p. 29). Segundo Rioux (1996), a sociologia, por exemplo, a partir da compreensão das regras de funcionamento da sociedade, permite ao historiador a construção de modelos “com os quais o empirismo da história pode por sua vez fabricar o seu mel” (RIOUX, 1996, p. 110).

Nesta perspectiva, além do caráter interdisciplinar, a chamada nova história política considera a pluralidade dos tempos históricos (curta, média e longa duração) e a compreensão da natureza social do político, indo além das teorias de Estado. Rémond (1996) cita, por exemplo, as políticas públicas, que demandam ajustes no alcance das atribuições do Estado.

Para tratar das questões suscitadas nesta tese, serão utilizados os pressupostos da nova história política, compreendendo a escola e os processos de escolarização como elementos de referência civilizatória, cujas experiências e práticas

geram relações diferenciadas de poder, podendo intervir no processo de estruturação das configurações sociais e das relações entre alunos, professores e famílias (...) [e também gerando] disputas que se estabeleceram entre professores, poderes locais e famílias, observando os procedimentos e as estratégias desenvolvidas para produzir a legitimação da escolarização na sociedade (VEIGA, 2008, p. 43-44).

Seguindo ainda o exposto por Veiga (2008), seria possível acrescentar que, sendo a escola uma unidade de referência civilizatória, além das disputas entre os sujeitos apontados anteriormente, também se torna possível compreender as relações entre os poderes locais e as demais escalas de poder (estadual, federal).

Ao mesmo tempo, o caráter interdisciplinar e a consideração dos diferentes ritmos e durações da história são características da história cultural que influenciaram a nova história política. Sendo assim, nesta tese os debates sobre a educação primária em Campos dos Goytacazes, os diferentes agentes envolvidos (governo, educadores, igreja e demais instituições) e os interesses que permearam as políticas

de educação primária implementadas, serão observados à luz dos conceitos de cultura política e mediação política, desenvolvidos por Berstein (1996; 1998a).

A ideia de cultura política não se associa a uma elaboração sofisticada e consciente em torno de uma ideologia política no plano abstrato, de um conhecimento teórico e profundo, *a priori*, a respeito de determinada doutrina. Por cultura política entende-se um conjunto formado por elementos difusos, estritamente relacionados entre si, compreendidos a partir de uma base filosófica ou doutrinal simples e acessível a um grande número de indivíduos, a partir do desenvolvimento de

uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado (...), uma concepção da sociedade ideal tal como a veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significativo.

(...) A cultura política supre ao mesmo tempo uma leitura comum do passado e uma projeção no futuro vivida em conjunto (BERSTEIN, 1998a, p. 351)

A essa codificação que possibilita a aproximação entre a abstração, muitas vezes complexa, de uma ideologia ou de um projeto político, e a realidade das circunstâncias que as originaram, Berstein (1996) chama de mediação política. A mediação é uma espécie de tradução realizada por meio de ritos e tem como um dos lugares privilegiados de ação, segundo o autor, o partido político. Como tradução, a mediação é sempre uma representação do modelo que pretende exprimir, e cabe ao historiador perceber a distância existente entre a realidade e o discurso (BERSTEIN, 1996, p. 61).

Para pertencer a uma cultura política basta “comungar com os elementos permanentes de uma tradição que vê no organicismo, nas comunidades naturais, no enraizamento do homem no solo natal, a base de toda organização política válida” (BERSTEIN, 1996, p. 89). A inserção de um indivíduo numa cultura política não se dá, necessariamente, de forma consciente, a partir da compreensão intelectual de suas características, mas sim pelo fato de compartilhar um sentimento comum em relação a uma memória coletiva, símbolos, festas, e demais elementos facilmente absorvidos por todos os membros do grupo.

Tal concepção dialoga com o conceito de representações sociais pensado por Roger Chartier (2002a; 2002b), que nos alerta para o fato de que as formas pelas quais percebemos o social não se revelam a partir de discursos neutros, mas sim por representações dotadas de “estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade (...) num campo de concorrências e de competições cujos desafios enunciam, em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 2002b, p. 17), os interesses de determinados grupos em impor a sua própria concepção de mundo.

Enquanto referencial analítico para estudar as políticas educacionais desenvolvidas no período do recorte do objeto, foi utilizada a abordagem do ciclo de políticas, desenvolvida por Stephen Ball e seus colaboradores (BOWE; BALL; GOLD, 1992), a partir da leitura sistematizada por Mainardes (2006), considerando que a análise das políticas sociais devem compreender desde a sua formulação inicial, sua formatação, sua execução prática e seus efeitos. Segundo Mainardes (2006) ao se estudar uma determinada política, “o foco da análise (...) deveria incidir sobre a formação do discurso da política sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática” (MAINARDES, 2006, p. 50).

Nesse sentido, toda política atravessa um ciclo contínuo e complementar construído por três contextos principais: o contexto da influência, quando as políticas são discutidas em seu âmbito ideológico e seus discursos são elaborados; o contexto da produção do texto político, quando os discursos são formatados, adaptados e limitados pelas contingências de um interesse público maior; e o contexto da prática, que é o momento não apenas da implantação da política, mas da interpretação do texto político na ação prática por parte dos seus agentes (idem, ibidem).

Uma revisão da literatura: O “estado da questão” em torno da educação primária no Brasil na década de 1930²

Cumprindo aqui, a título de revisão da literatura, trazer um balanço da produção brasileira recente relacionada ao tema da educação primária durante a década de 1930. Esses trabalhos de análise geralmente são classificados como do tipo “estado

² Uma versão ampliada dessa revisão de literatura, abrangendo a análise das dissertações de mestrado e teses de doutorado, com todos os procedimentos metodológicos detalhados e os resultados pormenorizados, foram publicados no nº 1 do volume nº 18 da revista *Cadernos de História da Educação* no primeiro trimestre de 2019 (RODRIGUES & MARTÍNEZ, 2019).

da arte”. Para alguns estudiosos, porém, há diferença ente “estado da arte” e “estado do conhecimento”. Nessa perspectiva, os estudos do tipo

‘estado da arte’ recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções (...), [não bastando estudar apenas] os resumos de dissertações e teses, [sendo também] necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de ‘estado do conhecimento’ (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39-40).

Nesse sentido, compreende-se o “estado da arte” como um estudo total e abrangente sobre um campo, enquanto que um exercício de análise restrito a apenas um tipo de publicação, revelaria o “estado do conhecimento”.

De acordo com NÓBREGA-TERRIEN E TERRIEN (2004) as análises de apenas um tipo de produção em torno de um determinado assunto seriam classificadas como estudos de “estado da questão”. Esse tipo de análise se diferencia do “estado da arte” ou “estado do conhecimento” por se tratar de um estudo a partir da construção de um objeto de pesquisa específico, ou seja, os critérios para a seleção das publicações a serem analisadas estão relacionados à sua proximidade com o tema de interesse do investigador.

Buscando conhecer o “estado da questão” em torno da educação primária durante a década de 1930, optei pelas teses de doutorado, devido a forma mais abrangente e completa como delimitam seus objetos em marcos cronológicos e espaciais, e por explicitarem adequadamente, em boa parte dos casos, seus enquadramentos teóricos e opções metodológicas. As teses também representam trabalhos de fôlego, que requerem um investimento de anos por parte dos pesquisadores, e que ao final são “objeto de avaliação formal por investigadores seniores pertencentes ao campo” (PINTASSILGO; BEATO, 2015, p. 217).

É importante destacar que esta tese se insere num Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, inscrito na área do conhecimento classificada pela CAPES como interdisciplinar. No entanto analisa uma política educacional em perspectiva histórica, tomando como principais referenciais e dialogando diretamente com o campo da História da Educação, que por sua vez também se insere numa zona de

fronteira, em particular entre a História *tout court* e as chamadas Ciências da Educação, (...) [sempre a] convocar outros olhares para melhor penetrar os seus objetos de estudo, designadamente (ainda

que não exclusivamente) os oriundos da Sociologia, da Antropologia e da Filosofia (PINTASSILGO; BEATO, 2015, p. 217).

Essa diversidade compõe uma “comunidade interpretativa” plural no que diz respeito às “filiações teóricas, quadros conceituais e abordagens metodológicas” (PINTASSILGO; BEATO, 2015, p. 217). Certo dessa pluralidade, procedi ao levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES³ e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - IBCT⁴, buscando pelas teses defendidas no decênio compreendido entre 2008 e 2017⁵, nas áreas de Educação, Ensino, História, Ciência Política, Interdisciplinar, Sociologia, Linguística e Arquitetura. Em seguida busquei individualmente nos repositórios *on line* dos PPG dessas áreas em todos os Estados da federação.

Após o levantamento cheguei ao número de 44 teses, que foram lidas e classificadas, a partir da construção de 9 categorias de análise de acordo com as características do recorte do objeto de pesquisa, como mostra a Tabela 1:

Tabela 1 - Categorias de análise e sua incidência nas teses analisadas

Categorias	Teses	
Saberes e práticas pedagógicas	14	(31,8%)
História das ideias pedagógicas	13	(29,5%)
Identidade nacional	13	(29,5%)
Histórias de vida/biografias	12	(27,3%)
Modelos escolares	11	(25,0%)
Educação e política	11	(25,0%)
Educação rural	9	(20,5%)
Espaços e materialidades escolares	8	(18,2%)
Educação e religião	7	(15,9%)

Fonte: Adaptado de Rodrigues & Martínez (2019).

É importante destacar que neste exercício não foi observado o princípio da exclusão mútua (BARDIN, 2009), quando não se deve atribuir mais de uma categoria a um mesmo elemento. Ao contrário, considerando a multiplicidade de perspectivas na análise textual (MORAES, 2003), às teses foram atribuídas, na maioria dos casos,

³ Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br>

⁴ Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

⁵ Considerei o período de uma década uma amostragem suficiente para conhecer o estado da questão. O exercício de seleção foi realizado entre junho de 2017 e maio de 2018.

mais de uma categoria e, no interior destas, mais de uma subcategoria, quando necessário.

Entre as categorias, aquela que possui maior expressão, presente em quatorze teses, é a que reúne as pesquisas sobre saberes e práticas pedagógicas, envolvendo tanto investigações sobre as práticas de algumas professoras, quanto os trabalhos sobre a história do currículo e do ensino das disciplinas. Também compõem essa categoria os estudos sobre os dispositivos disciplinares, as festas, os exames escolares e algumas estratégias de ação pedagógica como as missões culturais, o cinema e a radiodifusão educativos.

A influência dos pressupostos da Escola Nova orientou os debates entre os educadores brasileiros nas primeiras décadas do século XX, principalmente a partir da criação da Associação Brasileira de Educação – ABE, em 1926, mas foi a partir dos anos 1930 que o “escolanovismo” esteve na linha de frente do combate à chamada “escola tradicional”. Treze teses abordaram o pensamento educacional a respeito da escola primária na Era Vargas. Enquadram-se nessa categoria as pesquisas sobre a Escola Nova ou Escola Ativa, tema presente em cinco trabalhos, seguido pelas investigações em torno do higienismo, da atuação de intelectuais e os debates veiculados pela imprensa pedagógica.

A política de nacionalização foi uma característica marcante das ações do Ministério da Educação e Saúde, especificamente durante o Estado Novo, apresentando-se em três principais aspectos: A padronização, a partir da uniformização dos materiais didáticos, por exemplo, e de um sistema nacional de controle e fiscalização da escola; O reforço do conteúdo nacional por meio do culto às autoridades, da história dos heróis nacionais, da ênfase no catolicismo brasileiro e do uso adequado da língua portuguesa; e a erradicação das minorias étnicas, sobretudo as colônias de imigrantes europeus radicados no sul do país, assunto considerado de segurança nacional (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2001).

As pesquisas que abordam esse tema foram classificadas na categoria identidade nacional, que reúne treze teses, como por exemplo, o trabalho de Soares Júnior (2015) que abordou a introdução das disciplinas de higiene e educação física em escolas privadas paraibanas. Sobre a campanha de nacionalização na região sul do país, temos a tese de Bombassaro (2012), defendida no PPG em Educação da

UFSC. Os demais trabalhos abordam o nacionalismo por meio das festas cívicas, dos materiais didáticos e da imprensa pedagógica.

Na categoria histórias de vida/biografias foram classificadas doze teses que apresentam biografias e/ou histórias de vida⁶ de professoras e professores, intelectuais, e demais atores da educação primária. A maior parte das pesquisas nessa categoria aborda a história da profissão docente (quatro teses ao todo), e/ou se declaram inseridas no campo da História das Mulheres (filiação declaradamente presente em sete teses).

As teses que compõem o campo da história das instituições escolares, destacando os diferentes tipos de escola primária do período, foram agrupados na categoria “modelos escolares”. Incluem-se nessa categoria as pesquisas sobre a relação entre o ensino público e privado nos processos de expansão da escolarização primária a partir do segundo quartel do século XX; os estudos sobre as especificidades e a permanência das escolas isoladas e, finalmente, as pesquisas dedicadas ao estudo dos grupos escolares. As abordagens sobre os grupos escolares variam entre aquelas que exploram, de forma mais ampla, a escola graduada republicana e sua expansão a partir dos anos 1930 e as que se propõem a estudar uma instituição escolar específica, como, por exemplo, a tese de Almeida (2016), intitulada “Terceiro Grupo Escolar de Limeira – SP (1940-2010): a dinâmica do tempo-espaço escolar”.

Os trabalhos que articularam, de alguma maneira, a relação entre educação e política, seja no sentido administrativo (redes escolares, inspeção escolar, estatísticas de educação, políticas educacionais), ou no sentido ideológico (escola e república, interesses oligárquicos, pensamento político) foram classificadas como “educação e política”. Nessa categoria destacam-se as análises das políticas educacionais implementadas pelas interventorias e governos estaduais na década de 1930. Outra parte considerável das pesquisas é aquela que identifica a escola primária como um importante instrumento de propagação do ideário político no período, como por exemplo o estudo de Vaz (2012) sobre a introjeção da “ideologia do trabalho” na

⁶ Foram classificados como biografias aqueles trabalhos cuja narrativa se constrói a partir de documentação diversa reunida pelo pesquisador, sem a participação do biografado, enquanto que as histórias de vida são tecidas pelo pesquisador a partir de relatos do próprio sujeito/objeto da investigação, geralmente com a utilização da história oral (PEREIRA, 2000).

escola primária em Minas Gerais, a partir da análise dos materiais didáticos e da imprensa pedagógica.

A presença de temas envolvendo a educação rural, os espaços e materialidades escolares, e a relação entre educação e religião é menos constante nos trabalhos desenvolvidos na última década. A categoria educação rural inclui os trabalhos sobre as escolas rurais e o ruralismo pedagógico, presentes em nove teses. Os estudos sobre os espaços e materialidades escolares, presente em oito trabalhos, compreendem as investigações a respeito da arquitetura escolar, dos materiais didáticos, os museus e demais objetos escolares; e as pesquisas classificadas a partir das relações entre educação e religião, assunto discutido em sete teses, incluem as investigações sobre a história de escolas confessionais, a atuação de intelectuais católicos no debate pedagógico e a relação entre o Estado e a igreja católica.

Ao classificar os trabalhos a partir dos seus objetos foi possível perceber que algumas categorias são mais recorrentes em determinadas regiões do Brasil. Sobre a região Norte, a única tese encontrada (COELHO, 2008), que analisa a cultura escolar no estado do Pará na década de 1930, tem como categoria mais presente a análise de modelos escolares implementados naquele Estado, enquanto a única tese encontrada sobre a cidade do Rio de Janeiro, envolvendo os debates sobre a educação primária na então capital da República (OLIVEIRA, 2015), aborda a relação entre educação e política, tendência que se estende aos trabalhos da região Sudeste como um todo, presente em 42,9% das investigações nesta região.

Na região Sul, por mais que a distribuição das categorias seja mais equilibrada (o que também ocorre no Sudeste) há maior incidência dos estudos envolvendo as relações entre educação e religião, assunto presente em 44,4% das teses.

Os estudos sobre saberes e práticas pedagógicas são mais recorrentes nos Estados do Nordeste (50,0%), com destaque para os estudos sobre história do currículo e ensino das disciplinas, o que também se verifica nas pesquisas que abordam o panorama nacional (55,6%). No Centro-oeste os temas predominantes são o ruralismo pedagógico e as escolas primárias rurais, incluídos na categoria educação rural, presente nas duas únicas teses encontradas sobre essa região.

Essa categorização possibilitou identificar alguns temas já consolidados — e por isso menos frequentes nos trabalhos mais recentes — em relação à educação

primária na Era Vargas, como por exemplo a questão do nacionalismo e da política de combate às colônias alemãs na região Sul do país, assim como as relações entre a igreja católica e o Estado e os seus reflexos sobre a escolarização primária.

Ao mesmo tempo, um exercício como este permite identificar as abordagens que mais crescem e indicam potencialidades para o futuro. Além da permanência dos estudos sobre a história das ideias pedagógicas e das pesquisas a respeito dos saberes e práticas pedagógicas, foi possível notar o crescimento, na última década, do estudo das histórias de vida e biografias de atores educativos. Em 2015, 22,2% das teses sobre a escola primária na Era Vargas abordava essa temática. Esse número subiu para 40,0% no ano seguinte, chegando a 66,7% em 2017. Em termos espaciais nota-se também a tendência ao desenvolvimento de análises da conjuntura nacional, inclusive de caráter comparativo, a partir do cabedal já acumulado das pesquisas produzidas em nível local e regional.

No que diz respeito ao enquadramento teórico as teses analisadas vão ao encontro da tendência observada desde a década de 1990 na historiografia da educação brasileira, fortemente marcada por abordagens como a “história social”, “micro-história”, ou “história cultural”, a partir de novos olhares e novos objetos. Das quarenta e quatro teses analisadas, trinta e três (75%) declararam filiação teórica à Nova História Cultural.

Há ainda os casos em que os autores, devido às escalas de análise do recorte de seus objetos, recorrem às práticas investigativas da micro-história, ora operando a variação de escalas sugerida por Jacques Revel, ora seguindo os passos do “paradigma indiciário” traçado por Carlo Ginzburg. São cinco trabalhos cujos autores declaram o emprego metodológico da micro-história: Dois deles se articulando à Nova História Cultural, trazendo os conceitos de “estratégia” e “cotidiano” de Michel de Certeau; uma tese apoiada na Nova História Política reivindicada pelo grupo liderado por René Rémond; e dois outros trabalhos de caráter eclético que operam com a micro-história em suas análises.

A respeito do ecletismo que se pronuncia em algumas pesquisas, vale destacar a presença da tese de Farias (2010), defendida no PPG em Linguística, da Universidade Federal da Paraíba, que articula conceitos do campo da análise do discurso, como a própria ideia de discurso a partir da concepção de Pêcheux e Orlandi, com o conceito de disciplina escolar a partir de Chervel e Goodson, no campo

da história do currículo. Os conceitos de “linguagem”, “polifonia” e “interação” de Bakhtin foram utilizados, por exemplo, para estudar os discursos políticos (GOMES, 2008) e as estratégias discursivas em torno da educação durante a Era Vargas, como a radiodifusão escolar (COSTA, 2012).

Quatro teses (9,1%) se inserem no universo da abordagem social, inspirada pelo materialismo histórico dialético. São caros a esses trabalhos os conceitos de hegemonia e partido político, de Gramsci; classe social, de Engels, entre outros. Um exemplo é a tese de Araújo (2012), que utiliza o conceito de “Ruralismo” de Sônia Regina de Mendonça para analisar o pensamento social brasileiro daquele período, como Oliveira Viana e Sílvio Romero, estudando o ruralismo pedagógico em Goiás na primeira metade do século XX

Também são recorrentes nesse grupo as ideias de nacionalismo e tradição, de Hobsbawm, experiência, presente em E. P. Thompson, apesar desses conceitos e autores serem também utilizados nas abordagens da História Cultural. No sentido inverso, notamos também a utilização dos conceitos de “memória” de Jacques Le Goff e “experiência”, de Peter Burke em alguns trabalhos desse campo, apontando possibilidades de um pluralismo teórico.

O conceito mais utilizado nas teses analisadas nesse exercício foi o de “representações”, de Roger Chartier, presente em treze trabalhos, correspondendo a 29,5% do total. Este é o autor mais presente, sendo citado, ao todo, em 15 teses (34,1% do total) onde também se operaram os conceitos de “apropriação” e “estratégia”.

Um conceito largamente utilizado é o de “cultura escolar” enunciado por Dominique Julia, presente em nove teses, apesar outros autores também serem mobilizados a partir do mesmo conceito, como Viñao Frago, Augustín Escolano, André Chervel, Luciano Faria Filho e Diana Vidal.

Outro conjunto conceitual bastante concorrido é o de Michel de Certeau, presente em sete teses, sobretudo com as noções de “estratégia”, “tática”, “lugar social” e “trajetória”.

Por fim, cabe ainda ressaltar a forte presença do arcabouço conceitual de Pierre Bourdieu, presente em dez trabalhos (22,7% do total), com destaque para as ideias de campo, *habitus*, capital cultural, poder simbólico e violência simbólica. No mesmo

sentido, salientamos a importância de Michel Foucault. Da matriz foucaultiana os conceitos mais utilizados foram os de discurso e corpo.

Especificamente sobre o estado do Rio de Janeiro, os primeiros movimentos da pesquisa me levaram ao trabalho seminal de Silvia Pantoja de Castro (1995) sobre o amaralismo⁷ durante o Estado Novo e as bases para a formação do Partido Social Democrático – PSD no processo de redemocratização pós-1945. Nesse trabalho a autora traz um primoroso exercício de análise de tal fenômeno político a partir de um vasto referencial teórico que abrange os conceitos de Estado e partidos políticos, articulando autores da história política, da teoria das elites e dos estudos sobre partidos políticos no Brasil. Analisa o cenário político fluminense pós-1930 destacando as medidas intervencionistas na economia, as reformas administrativas fortalecendo o aparato burocrático do Estado, reforçado a partir de 1937, e o acúmulo de capital político que resultou na formação do PSD fluminense e nacional.

O trabalho de Castro (1995) tornou-se referência obrigatória para os que se desenvolveram a seguir sobre aspectos da política fluminense pós-1930. Uma pesquisa relevante é a tese de Rui Aniceto Nascimento Fernandes (2009), sobre a produção historiográfica fluminense entre as décadas de 1930 e 1950. Ao analisar a atuação dos intelectuais fluminenses na produção sobre a história do Rio de Janeiro, Fernandes (2009) apresenta como essa historiografia contribuiu para o reforço de uma determinada identidade fluminense ligada a ideia de uma civilização rural por excelência, que remonta aos tempos áureos do Império.

Abordando as políticas de educação no estado do Rio de Janeiro no mesmo período, temos os trabalhos de Márcia Quaresma, orientados pela professora Lia Faria, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. Em sua dissertação de mestrado Quaresma (2010) estudou as Escolas Praianas, uma das modalidades de escola primária criada em 1954 no final do governo Amaral Peixoto voltada para os filhos de pescadores, instaladas nos municípios de Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, na chamada Zona Litorânea Oriental. Ampliando o

⁷ Uma referência a Ernani do Amaral Peixoto, ajudante de ordens e genro do presidente Getúlio Vargas, nomeado interventor no estado do Rio de Janeiro durante o Estado Novo (1937-1945), e eleito em 1950 como governador do estado do Rio de Janeiro, exercendo o mandato entre 1951 e 1955, sendo um dos principais fundadores do Partido Social Democrático – PSD, uma das bases do varguismo. O termo amaralismo passou a ser utilizado para se referir ao comando de Amaral Peixoto sobre a política fluminense até o golpe civil-militar de 1964.

objeto de análise, em sua tese Quaresma (2014) investiu no estudo de toda a política educacional amaralista, desde o Estado Novo, durante a interventoria de Amaral Peixoto (1937-1945), até os anos 1950, no período de seu governo democrático (1951 – 1955), trazendo uma observação panorâmica que se estende desde as diferentes configurações assumidas pela burocracia estatal no que diz respeito a área da educação, o ensino superior, a formação de professores, a escola do trabalho e as diferentes modalidades do ensino primário, fornecendo uma importante referência para a minha pesquisa.

Especificamente sobre a escolarização primária, em artigos recentes Rizzini & Barros (2013) e Rizzini & Schueler (2014) apontam um considerável movimento de expansão no estado do Rio de Janeiro nos anos pós-1930. Ainda segundo estas autoras, além da atuação do governo estadual há evidências da participação dos municípios na criação e manutenção de escolas (RIZZINI & BARROS, 2013).

Segundo as autoras, a participação dos agentes locais servia, ao mesmo tempo, como poderoso instrumento cultural para reforçar o discurso ruralista como também um objeto de negociação política entre o governo e as lideranças locais. A documentação trabalhada por Rizzini & Barros (2013) apresenta, por exemplo, correspondências contendo pedidos da população de diversos municípios fluminenses solicitando a criação de escolas próximas a núcleos de trabalhadores rurais ou indústrias. O atendimento aos pedidos dependia da colaboração das municipalidades ou agentes privados, sobretudo com a doação de terrenos para a construção do prédio. A legislação previa que, no caso de doações particulares, o doador seria agraciado com o título de patrono da escola.

Apesar das escolas rurais terem sido o carro-chefe daquele período, houve considerável expansão dos grupos escolares nos centros urbanos. Segundo Rizzini & Schueler (2014)

foram vários os indicadores de diferenciação dessa instituição em relação às outras modalidades escolares, como o tempo escolar, em termos da carga horária diária de aula e duração do curso, a arquitetura dos edifícios, a formação dos professores, o programa de ensino e a localização da escola (RIZZINI & SCHUELER, 2014, p. 886).

Se no campo as escolas rurais tinham por patronos os fazendeiros e seus familiares, nas principais cidades os grupos escolares eram nomeados “em homenagem às principais figuras políticas, como Getúlio Vargas” (Idem, ibidem).

A partir das contribuições citadas anteriormente, torna-se possível compreender as políticas de educação daquele período inseridas numa tradição que possui a sua dimensão cultural reforçada pela intensa produção intelectual desenvolvida principalmente a partir da década de 1930 (COSTA, 2008; FERNANDES, 2009) e materializada por uma política educacional que contribuiu, de alguma forma, para a expansão da escola primária, no interior de uma trama política envolvendo os poderes instituídos na esfera estadual e municipal e também as relações entre estes poderes e os diversos elementos que compõem a sociedade civil (RIZZINI & SCHUELER, 2014).

O plano de trabalho

Esta tese está estruturada em quatro capítulos. No primeiro deles busco compreender um dos componentes centrais da cultura política que marca o período pós-1930 no estado do Rio de Janeiro, caracterizada pelo centralismo político e pelo ideal da construção de uma sociedade rural ilustrada, características marcantes da vertente que o pensamento social brasileiro, de matriz liberal, costuma definir como pensamento autoritário, no caso dos defensores da centralização como sinônimo da ordem, questão que aparece de forma embrionária na de Alberto Torres, e se desenvolve na teoria do Estado Corporativo de Oliveira Vianna e na proposta da democracia de massas, com a representação política plebiscitária presente no pensamento desenvolvido por Francisco Campos. Esta tradição remonta ao século XIX, período em que a província do Rio de Janeiro desempenhava papel central no cenário político nacional, e atravessa as primeiras décadas da república apresentando transformações em seu discurso, que se configuram de uma outra natureza a partir dos anos de 1930.

Ainda nesse capítulo caracterizo o município de Campos dos Goytacazes no norte do estado do Rio de Janeiro, apresentando o seu desenvolvimento econômico por meio da produção açucareira, o cenário político campista ao longo da década de 1920 e os reflexos da Revolução de 1930 na cidade. Nessa análise é observada a dinâmica das forças políticas locais durante os anos iniciais da chamada Era Vargas, buscando identificar seu posicionamento perante a política estadual e os projetos nacionais que se desenhavam.

No segundo capítulo são abordados os debates sobre a educação da infância, envolvendo as discussões a partir do pós-Primeira Guerra Mundial a respeito da militarização como um instrumento de educação moral e cívica, ao longo dos anos 1920 e 1930, tanto no contexto europeu quanto no brasileiro, e seus reflexos na cidade de Campos, e em seguida apresento a mobilização da igreja e a ação do laicato católico em Campos para a sua inserção no debate público através da cultura, dos meios de comunicação e da educação da infância.

O capítulo 3 é dedicado à análise do cenário educacional em Campos dos Goytacazes nos anos iniciais da Era Vargas, entre 1930 e 1933, no chamado governo provisório, quando o município tomou contato com os debates educacionais inspirados nos princípios da Escola Nova, principalmente por meio da atuação da professora de pedagogia da Escola Normal de Campos, Antônia Ribeiro de Castro Lopes. Além da Escola Nova também se fizeram presentes nos debates educacionais realizados na Associação Brasileira de Educação – ABE os princípios higienistas e a eugenia, que tiveram grande penetração na educação campista, o que pode ser observado, por exemplo, com a realização da Semana da Educação na cidade de Campos

No capítulo 4 analiso as transformações ocorridas na educação fluminense com o fim do governo provisório e o estabelecimento do regime constitucional liberal (1934-1937) e os seus reflexos em Campos dos Goytacazes. Inicialmente apresento a importância da realização da V Conferência Nacional de Educação promovida pela ABE, na cidade de Niterói entre 26/12/1932 e 02/01/1933, de onde saíram os textos que embasaram as discussões da Assembleia Constituinte a respeito da educação, o texto preliminar para se debater o Plano Nacional de Educação, e também a reforma do ensino no estado do Rio de Janeiro em 1933, planejada pelo educador Celso Kelly, então diretor da Instrução Pública fluminense. Ainda neste capítulo são abordadas as discussões a respeito da educação regional e a atuação de instituições da sociedade civil nos debates, como a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e a sua contribuição na elaboração do ideal de educação rural que se desenvolveu nos anos seguintes, inclusive durante o Estado Novo.

Ainda no capítulo 4 são analisadas as experiências de educação primária vivenciadas na cidade de Campos dos Goytacazes, como as transformações promovidas pela atuação do educador Paschoal Lemme enquanto inspetor regional

do ensino no ano de 1934 promovendo o que chamou de “reajustamento” das escolas primárias, e os seus reflexos nos anos seguintes, e também a atuação da municipalidade na tentativa de expansão da educação primária.

Por fim, observando a execução, na prática, das políticas de educação, observa-se o cotidiano vivenciado pelas professoras, pelas crianças e a situação das escolas primárias em Campos dos Goytacazes na década de 1930.

Capítulo 1 – O ideal de uma sociedade rural moderna e o norte fluminense

No período posterior à Revolução de 1930 reacenderam-se os debates em torno de uma identidade fluminense ligada à agricultura e ao contexto rural.

Essa cultura política foi reforçada tanto pelas ações governamentais voltadas para o desenvolvimento da agricultura visando “recuperar o lugar de destaque outrora ocupado pelo Rio de Janeiro no concerto nacional” (FERNANDES, 2009, p. 129), quanto pela intensa produção didática e literária sobre a história fluminense incentivados pelas administrações estaduais no período pós-1930. Nesse capítulo buscar-se-á historicizar a construção dessa identidade que, remete ao século XIX, a sua permanência ao longo da Primeira República e a sua reconstrução na década de 1930, até o período do Estado Novo.

Também é contextualizado o papel da região açucareira do norte Rio de Janeiro no cenário político regional e também nacional, sobretudo na década de 1930, quando alcança a marca de município maior produtor de açúcar do país. A articulação política das lideranças locais em torno dos governos estaduais na busca de interesses recíprocos, tanto econômicos, no que diz respeito aos preços da matéria-prima e ao crédito para a produção do açúcar, quanto políticos, na consolidação de um projeto gestado naquela década.

1.1. A identidade fluminense: O pensamento “saquarema” do século XIX e o ruralismo da Primeira República

Segundo José Murilo de Carvalho (1991), a defesa de uma organização política centralizada, do nacionalismo e do agrarismo como elementos de destaque no pensamento político fluminense tem suas origens na “tradição Saquarema”, a partir de uma linhagem de autores influenciados pelo Visconde do Uruguai, que durante os primeiros tempos republicanos foram representados por figuras como Silvio Romero e Alberto Torres, chegando a Oliveira Viana no final da Primeira República e ao longo dos anos de 1930.

Na obra “Ensaio sobre o direito administrativo”, publicada em 1862, o jurista Paulino José Soares de Souza — o Visconde do Uruguai — estudou países como França, Inglaterra e também os Estados Unidos da América, observando os seus

níveis de centralização e descentralização política e administrativa, e suas influências sobre a organização do Estado brasileiro.

O autor defende a importância da centralização política em países como o Brasil, cujo vasto território reclamava sempre o reforço de sua integridade e unidade. Porém, do ponto de vista administrativo, era importante haver um certo nível de descentralização, para que as províncias pudessem ter a necessária autonomia para cuidar de questões relativas à criação de vilas e cidades, ou mesmo a abertura ou fechamento de escolas, por exemplo, sem que para isso fosse necessária a aprovação de uma lei pela Assembleia Geral do Império.

De acordo com o pensamento Saquarema, a experiência ocorrida no Brasil com o Ato Adicional de 1834, partindo do princípio de que a liberdade só seria alcançada com a redução da autoridade, promoveu a descentralização política, causando a concentração de poderes nos governos das províncias, o que seria, na visão do Visconde do Uruguai, uma interpretação equivocada do princípio do federalismo anglo-saxão, pois mesmo em países como a Inglaterra e os Estados Unidos da América, onde a administração era descentralizada, a organização política se dava de forma centralizada, garantindo o princípio da autoridade política que, em sua análise, era fundamental para a manutenção da liberdade.

Ao pensar o caso brasileiro a tradição Saquarema criticava também o hábito de se tentar transplantar para o país as experiências estrangeiras sem buscar adaptá-las às especificidades nacionais. Em 1834, ao instituírem o Ato Adicional, os liberais não teriam levado em consideração o ‘país real’ e suas características, como o território em grande parte despovoado, desprovido de vias de comunicação e recém-independente de um modelo de colonização que não proporcionou a formação de um povo “preparado pela educação e hábitos para o regime prático constitucional” (URUGUAI, 2002, p. 453).

Esse divórcio entre o “país legal” e o “país real” e a crítica à importação de soluções estrangeiras para os problemas nacionais foi uma das principais características do pensamento do jurista fluminense e republicano histórico Alberto de Seixas Martins Torres.

Após deixar a presidência do estado do Rio de Janeiro⁸, experiência que se revelou frustrante devido ao processo de oligarquização e descentralização política que passaram a caracterizar regime republicano brasileiro, Alberto Torres publicou sua importante obra, que apresentava, segundo Carvalho (1991), características presentes no o pensamento saquarema, como a preocupação em pensar o Brasil a partir de referenciais nacionais, combatendo a importação dos modismos intelectuais estrangeiros que não permitiam, segundo o autor, enxergar os reais problemas nacionais.

Outra aproximação era a defesa da centralização política em oposição à perspectiva liberal anglo-americana (CARVALHO, 1991, p.86). Caberia ao governo da União, de forma centralizada, a criação do espírito público da nação, a partir do qual se criariam as condições para a construção de um possível *self-government* no futuro.

Na virada do século XIX para o XX prevalecia um entendimento de progresso associado à técnica e à indústria, fortalecia-se uma concepção de sociedade baseada na oposição entre o urbano e o rural. Naquele contexto, influenciado pelo pensamento positivista, o campo era a imagem em negativo da cidade. Enquanto o urbano representava a civilização, o rural configurava o atraso. Porém subsistia uma concepção inversa, onde a cidade era o lugar caótico dos vícios, das epidemias e da desordem, enquanto no ambiente puro e natural do campo se encontrariam as raízes da civilização. Tal concepção foi caracterizada como “ruralista” ou “agrarista”.

Historicamente o conceito de ruralismo esteve relacionado à reação conservadora diante das mudanças trazidas desde o iluminismo e a revolução francesa. No caso brasileiro foi associado à defesa do modelo agrário estruturado no latifúndio monocultor, com sua produção voltada para as exportações e, portanto, contrário aos processos de industrialização e urbanização, ou ainda apresentado como um instrumento ideológico na formação do Estado autoritário.

Analisando a produção em torno desse conceito⁹, Paiva (2014) identifica a necessidade de aprofundar sua compreensão, percebendo a ressignificação sofrida

⁸ Alberto Torres foi deputado constituinte na elaboração da primeira Carta republicana do estado do Rio de Janeiro, sendo eleito deputado federal em 1894. No ano seguinte assumiu o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores, cargo que exerceu até 1897, quando assumiu a presidência do estado do Rio de Janeiro, governando até 1900.

⁹ MENDONÇA, Sonia Regina. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997; LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. SP: Alfa-Omega, 1975; MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973; VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e*

ao longo da primeira república, sobretudo a partir da segunda década do século XX, quando o modelo republicano oligárquico era alvo de uma série de questionamentos.

Segundo Paiva (2014) o ruralismo que avançava a partir da segunda década do século XX não pode ser entendido apenas como um conservadorismo anti-industrial. Para a autora “o movimento não era apenas econômico, mas possuía um argumento moral” (PAIVA, 2014, p. 102-103) baseado na superioridade da vida no campo e na crença de que a essência agrária traria coesão à sociedade brasileira diante de um quadro de fragmentação que impedia a construção de uma nacionalidade. Para esse ruralismo as causas da crise brasileira estavam relacionadas ao latifúndio monocultor que, visando a exportação, não produzia alimentos e não fixava o homem ao campo. A solução estaria numa política de parcelamento das terras, tendo a pequena propriedade como fator de desenvolvimento material e também cultural. Dessa forma, o ruralismo trazia

uma crítica modernizante ao latifúndio monocultor exportador. Apesar de o ruralismo ser categorizado de tradicionalista, sua intenção era renovadora: reformular a estrutura rural com base na produção de alimentos voltados para o mercado interno, tendo como modelo produtivo a pequena propriedade (PAIVA, 2014, p. 97).

Paiva (2014) identifica que o ruralismo com base na pequena propriedade não era um fenômeno restrito aos pensadores e políticos fluminenses, e apresenta como exemplo o movimento desenvolvido em Minas Gerais nos primeiros tempos republicanos que vislumbrava a construção de uma civilização moderna com base na agricultura diversificada, voltada para o abastecimento dos centros urbanos. Tal movimento era liderado por João Pinheiro, presidente interino do Estado (1890), que propôs um modelo de educação profissional rural capaz de qualificar a mão-de-obra, naquele contexto de transição da escravidão para o trabalho livre, como forma de fixar o homem ao campo e recuperar a agricultura brasileira.

No estado do Rio de Janeiro medidas dessa natureza estiveram presentes nas políticas adotadas nas administrações de Alberto Torres (1897-1900) e Nilo Peçanha (1903-1906 e 1914-1917).

Num contexto de grave crise econômica e enfrentando críticas da oposição na ALERJ, Alberto Torres implantou uma política econômica que buscava o

sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; MARTINS, Luciano. *Pouvoir et Développement Économique Formation et Évolution des Structures Politiques en Brésil*. Paris: Anthropos, 1976.

desenvolvimento de um novo modelo agrícola, baseado na pequena propriedade e na produção de alimentos para o mercado interno, garantindo a permanência do homem no campo.

Tal política se apoiava em 5 pontos:

- 1º reflorestamento do sólo;
- 2º instrução econômica e agrônômica dos lavradores;
- 3º aumento da população agrícola fixa e laboriosa;
- 4º parcelamento das terras e mobilização da propriedade territorial
- 5º suprimento de capital e crédito aos agricultores (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898, p. XXX).

Para proceder ao parcelamento das terras, Alberto Torres sugeria ao poder Legislativo a criação do imposto territorial, que para o presidente deveria ser a base de todo o sistema tributário. Porém, sem força no parlamento, tal medida teve que aguardar um novo contexto político para ser implantada e, mesmo assim, sem muito sucesso.

Outro ponto importante dessa política, era a defesa do ensino agrícola no currículo das escolas públicas primárias, por meio da disciplina de “noções elementares de economia rural e agronomia” (ESTADO do Rio de Janeiro, 1898, p. XI).

Nos últimos momentos de seu governo¹⁰, diante da crise econômica em que se encontrava o Estado, e dos constantes ataques por parte do Partido Republicano Fluminense, Alberto Torres organizou-se o Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro – PRRJ, contando com a adesão do grupo político liderado pelo Barão de Miracema em Campos dos Goytacazes, no norte do Estado, do qual fazia parte o jovem Nilo Peçanha, destacando-se por sua habilidade de articulador político. Esse partido se fortaleceu ao longo do governo de Quintino Bocaiúva (1900 – 1903), ocupando parcela considerável dos assentos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ.

Nesse período se estabeleceu um processo de pacificação política articulada por Nilo Peçanha, que resultou na aprovação de uma reforma na Constituição fluminense que promoveu a centralização do poder político nas mãos do executivo estadual, sob

¹⁰ Alberto Torres retirou-se da vida política, dedicando-se aos estudos sociológicos. Publicou “Vers La Paix” em 1909 e “Le Problème Mondial” em 1913, refletindo acerca do contexto belicista e imperialista daquele período. No entanto, foi nas obras “A Organização Nacional” e “O problema Nacional Brasileiro”, publicadas em 1914, que se encontram as bases de suas reflexões sobre o Brasil.

o argumento de dinamizar a solução da crise financeira. Entre as alterações mais substanciais estavam a ampliação do mandato presidencial de três para quatro anos, e a fusão de algumas secretarias, visando a redução dos gastos públicos.

Outro instrumento de centralização política foi a criação das prefeituras, substituindo o poder executivo municipal, que antes era exercido pelos presidentes das câmaras de vereadores, pela figura dos prefeitos, nomeados diretamente pelo presidente do Estado. Essa reforma ocorreu em 1903, e naquele mesmo ano Nilo Peçanha foi eleito presidente do Rio de Janeiro com votação expressiva.

Com o objetivo de recuperar a economia fluminense, Nilo Peçanha retomou o programa de Alberto Torres voltado para a reorganização da estrutura fundiária e fiscal, criando o imposto territorial, que forçaria a divisão dos latifúndios em pequenas propriedades, contribuindo para a diversificação da produção rural. O imposto territorial obrigava “os fazendeiros a produzir em toda a extensão de suas propriedades rurais ou então parcelá-las e arrendá-las a pequenos agricultores, que se dedicariam à produção de grãos” (RODRIGUES, 2019, p. 136).

Em seu segundo mandato como presidente do Estado (1914-1917), Nilo Peçanha chamava a atenção para a importância do modelo de pequena propriedade e da produção de alimentos, considerando ser o Rio de Janeiro “um dos menores Estados da federação e, tendo encravado em seu seio a Capital Federal, o grande centro consumidor do país, o seu interesse (...) [estaria] na produção agrícola” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1915, p. 13), e por isso recomendava aos parlamentares que elevassem

o imposto territorial sobre as propriedades desaproveitadas do Estado ou consagradas exclusivamente à criação de gado, para que os seus donos tenham a sensação de que conservam em mãos grandes porções de terra que não produzem ou que produzem menos que poderiam produzir (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1915, p. 13).

E ainda complementava defendendo que “devemos favorecer a divisão das terras, facilitando a aquisição de áreas reduzidas que estimulem a ambição do pequeno proprietário e a formação da democracia rural” (Idem, *ibidem*, p. 13).

Ao estudar o ruralismo e as políticas de escolarização primária no município de Nova Iguaçu – RJ, Amália Dias (2012) assinala que

o combate à monocultura na campanha pela diversificação dos produtos, o fomento à produção em propriedades parceladas, a

adoção da mão-de-obra nacional e a modernização dos modos de cultivo, eram os pilares do movimento ruralista (DIAS, 2012).

Foi nesse contexto que a região da Baixada Fluminense, então área agrícola e bem próxima à capital da República, recebeu atenção direta do governo estadual. Segundo Dias (2012), “a atuação de Nilo Peçanha no governo do Estado incentivou a retomada da agricultura, por meio de redução de impostos, criação de prêmios, concursos e exposições” (DIAS, 2012, p. 41).

Embora não tenha resolvido por completo a crise econômica do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha construiu uma imagem de grande administrador, e em torno de si consolidou uma vertente política conhecida como ‘nilismo’, caracterizada pela defesa de um Estado interventor e altamente centralizado, tornando-se assim uma força que antagonizava com o federalismo liberal dominante na república brasileira, comandado por São Paulo e Minas Gerais, na política dos ‘grandes Estados’.

Em seu segundo mandato (1914-1917) à frente do Executivo fluminense, Nilo Peçanha escreve em mensagem encaminhada à ALERJ, que

O primeiro dever do Estado, antes de cuidar das cidades, é cuidar dos campos, promovendo meios de desenvolvê-los, educar as populações, abrir caminhos, favorecer transportes, defender a produção e aumentar a riqueza pública, cuja prosperidade os centros populosos reflectirão depois.

Nada justifica pedir dinheiro emprestado para gastá-lo nas cidades, quando, em volta dellas, as terras estão em abandono, a lavoura empobrecida a reclamar auxílios para trabalhar e para produzir. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1915 p. 8-11, grifo nosso).

Nesse trecho da mensagem presidencial é possível perceber a concepção de que o campo antecede a cidade, que a prioridade do Estado deve ser desenvolver a vida rural, da qual o ambiente urbano seria uma consequência. Seria preciso desenvolver a cultura rural, educando a população, o que demonstra o ideal de um ruralismo como modelo civilizatório. Desse modo, o centralismo político e o ruralismo aproximam o nilismo da tradição política fluminense, iniciada no século XIX com a tradição Saquarema, porém com algumas diferenças que veremos adiante.

1.2. A reorganização do projeto ruralista fluminense após 1930

O contexto pós-primeira guerra mundial foi marcado por efervescente debate envolvendo nacionalismos e alternativas de desenvolvimento diante da crise do

capitalismo liberal acentuada no final da década de 1920. No Brasil, o pensamento de Alberto Torres esteve presente no coração dos movimentos nacionalistas que se constituíram e avançaram pelas décadas de 1930 e 1940 (FREITAS, 1993).

Um dos debates presentes ao longo da Primeira República e nos primeiros anos pós-1930, cujas origens remetem ao início do século XIX, girava em torno da industrialização do Brasil e o papel do capital estrangeiro nesse processo. Em obra clássica, Nícia Vilela Luz (1978) identificou no pensamento econômico brasileiro a defesa de uma 'indústria natural', relacionada à transformação das nossas próprias matérias-primas, buscando atender às necessidades e aos interesses nacionais, em oposição à chamada 'indústria artificial', pautada por valores estranhos à vocação natural de um país rural. A autora apontou ainda diferentes concepções entre os defensores da 'indústria natural': havia aqueles considerados liberais por se oporem à intervenção do Estado no controle e financiamento da agricultura, uma vez que esta seria capaz de se desenvolver de maneira autônoma, enquanto uma corrente protecionista compreendia o Estado como principal coordenador da 'indústria natural'.

Segundo Luz (1978) havia forte tendência fisiocrata no pensamento econômico brasileiro, que justificava uma economia de base essencialmente agrícola, não limitada ao aspecto econômico, uma vez que, "transcendendo a ordem econômica, penetrava nos domínios da moral, preconizando uma filosofia antiindustrialista, antiurbana, ressaltando as vantagens e a superioridade da vida no campo" (LUZ, 1978, p. 92).

Encontra-se aqui um aspecto central do contexto histórico em que se insere o objeto desta tese. Pretende-se reforçar a compreensão do ruralismo enquanto um projeto amplo, que além dos interesses econômicos da elite agrária, incluía uma dimensão cultural e moral específica, como um modelo autônomo e alternativo ao capitalismo liberal em crise.

Em que pese a centralidade ocupada pelo ruralismo nos debates educacionais no estado do Rio de Janeiro, tal fenômeno se verificou em diversos estados brasileiros no mesmo período. Paes (2011) analisou as discussões e as propostas para a educação rural presentes nas reformas educacionais no Mato Grosso nas primeiras décadas do regime republicano, com ênfase no período pós-1930, no contexto da política de interiorização implementada pelo governo Vargas, conhecida como "Marcha para o Oeste". Acompanhando os debates e as ideias

defendidas pelos intelectuais ligados à Associação Brasileira de Educação – ABE, como Sud Menucci, João Cândido Ferreira Filho, e Lourenço Filho, o autor identificou a influência do pensamento de Alberto Torres, principalmente nas teses apresentadas na V Conferência Nacional de Educação, realizada em Niterói (RJ) em 1932, em relação à defesa do aprendizado agrícola associado ao ensino primário, e os reflexos desses ideais nas políticas educacionais mato-grossenses.

Seguindo a mesma linha, e identificando as mesmas referências no debate, Ávila (2013) teceu uma análise comparativa entre as propostas para o ensino primário rural nos estados de São Paulo e Santa Catarina entre as décadas de 1920 e 1950, assim como Jaqueline Araújo (2012) também aponta a influência do ruralismo torrista no pensamento do educador Lourenço Filho ao analisar as discussões em torno do ruralismo pedagógico no VIII Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiânia, que teve o ruralismo pedagógico como mote (ARAÚJO, 2012). A autora, apoiando-se no conjunto conceitual de Pierre Bourdieu, estudou a convergência entre as discussões trazidas ao VIII Congresso e as políticas educacionais desenvolvidas no estado de Goiás, no contexto da “Marcha para o Oeste”, que tinham como objetivo “o desenvolvimento de um perfil formativo para os habitantes do campo que constituísse um *habitus* rural pela via da escolarização, integrando ideais de conservação e modernidade” (idem, ibidem, p. 12).

É preciso considerar também que o ruralismo não se trata de um fenômeno exclusivamente brasileiro. Rosas (1992) destaca como Portugal no início dos anos 1930, na conformação do regime autoritário chamado Estado Novo, era um país “rural, dependente, periférico” (ROSAS, 1992, p. 15), cultuador das “virtudes da ruralidade (...) de um nacionalismo passadista, católico, conservador e ruralizante” (Idem, ibidem, p. 17), embora, no caso português, inexistisse a concepção de uma modernidade rural, ou de uma ilustração fisiocrata.

No Brasil, junto aos pressupostos de Alberto Torres na crítica à concepção ilusória de um ‘país legal’, idealizado pelos liberais, e na defesa do ‘país real’, a partir de um Estado nacional centralizado, rural, recolhido em sua cultura sertaneja, somava-se a concepção de Oliveira Viana, um dos principais representantes do pensamento social antiliberal nas décadas de 1930 e 1940.

Seus esforços se voltaram para a conscientização das elites do seu papel de condutores dos destinos da nação, a partir de um “Estado pedagogo” capaz de

superar a incapacidade inata da população brasileira em constituir-se como povo. Caberia ao Estado, fortemente centralizado e corporativista, o papel de construtor de uma identidade nacional forjada pela ideia da colaboração universal entre as classes, anulando assim os conflitos sociais (VIANA, 1981). Seria função primordial do Estado “educar o povo para a participação na sociedade política. A tradição colonial portuguesa não preparava o povo para o autogoverno. O Estado é que devia assumir a tarefa” (CARVALHO, 2007, p. 87).

Tanto no pensamento de Torres quanto no de Viana a educação ocupava posição estratégica. Ao invés do enciclopedismo bacharelesco a educação primária deveria enfatizar o civismo e o ensino profissional – especificamente agrícola, no caso de Torres – enquanto aos ensinos secundário e superior deveriam ser encaminhados apenas os capazes. Se para Torres o Estado deveria dispor de mecanismos que permitissem selecionar, em todas as classes sociais, apenas os indivíduos capazes para as letras e profissões liberais, Oliveira Viana, em sua concepção corporativista, aprofundava a questão ao propor uma educação cívica que pregasse a solidariedade entre as classes, ou seja, a consciência corporativa, defendendo de forma clara, “a educação para o trabalho às massas; às elites, cultura ilustrada e geral” (FREITAS, 1993, p. 77).

Além do corporativismo, outro componente relevante do pensamento de Oliveira Viana é a influência religiosa. Freitas (1993) destaca o recurso utilizado pelo autor de recorrer a encíclicas papais como forma de respaldar a ideia corporativista do papel do Estado enquanto domesticador das massas.

Observando o Estado Novo português, Jorge Ramos do Ó (1992) pontuou as estratégias corporativistas adotadas naquele país com o mesmo objetivo de controle das massas, e com forte conteúdo católico. Em 1935 foi criada em Portugal a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), voltada para o “desenvolvimento físico e a elevação do (...) nível intelectual e moral” (Ó, 1992, p. 400) dos trabalhadores. Em 1936 surgiam a Mocidade Portuguesa – que deveria estimular entre os jovens a “devoção à Pátria” a partir dos ideais de ordem, disciplina e do culto ao dever militar –; a Obra das Mães pela Educação Nacional, imbuída da defesa dos bons costumes e do “embelezamento da vida rural” (idem, *ibidem*); e a Mocidade Portuguesa Feminina, incumbida de cultivar o interesse pela assistência social e o gosto pela vida doméstica.

A forte presença do catolicismo, o nacionalismo, o culto ao ruralismo como valor tradicional da família portuguesa, nortearam a série de cartazes produzidos em 1938, intitulada “A lição de Salazar”, distribuída em todas as escolas primárias do país.

A figura 1 mostra o ideal de sociedade do Estado Novo português representado pela família composta pelo homem, trabalhador rural, que ao retornar do dia de trabalho encontra todos à sua espera: a mulher cuidando da lareira – o fogo que representa o lar; o filho jovem vestindo uma farda e segurando um livro; a menina a brincar com bonecas, orientada para a maternidade; um oratório com velas e um crucifixo; e ao centro uma mesa de jantar, com o pão e o vinho. Pela janela se vê, ao fundo, o Castelo de São Jorge e a bandeira, símbolos nacionais.

Figura 1 - A lição de Salazar - Deus, Pátria, Família: a trilogia da educação nacional



Fonte: Rosas, 1992.

Assim podemos perceber o quanto os aspectos da tradição ibérica, marcada pelo catolicismo e pela centralização política, estavam presentes no debate brasileiro e compuseram uma força de resistência ao caráter americanista liberal dominante ao longo da Primeira República. Podemos perceber a força dessa tradição no contexto fluminense desde os tempos do Império, a partir das formulações do pensamento Saquarema e de toda a linha que resultou no ruralismo católico que, após os debates

travados ao longo da década de 1920, acomodaram-se no rearranjo de forças após a revolução de 1930.

A concepção de uma sociedade organizada a partir de corporações, como compreendia Oliveira Viana, esteve fortemente presente nas primeiras políticas levadas a cabo pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, criado logo nos primeiros instantes após a revolução de 1930, comandado pelo jurista Francisco Campos, responsável pela reforma da instrução pública no estado de Minas Gerais. Também partidário do pensamento político antiliberal, com forte influência católica, Francisco Campos associava democracia à autoridade, que se constituiria por meio de uma estrutura estatal centralizada, promotora da unidade nacional, ou de uma “solidariedade patriótica”, representada por um regime de opinião pública que expressasse a vontade coletiva: uma “democracia das massas” (SANTOS, 2007). Nessa lógica, a representação política democrática não se daria via parlamento, como ocorre nas democracias liberais, mas a partir da relação direta entre o povo e o governo, de forma plebiscitária, conduzida por uma elite intelectual centrada na atuação dos juristas.

O controle racional sobre as massas objetivando a construção de uma unidade nacional passava necessariamente pela construção de um sistema nacional e uniforme de educação, que contribuísse para o fortalecimento da ideologia nacionalista e, ao mesmo tempo, reforçasse os princípios hierárquicos de ordem e obediência.

Assim como formulara Oliveira Viana, Francisco Campos se preocupou em reforçar o papel condutor das elites ao apresentar a primeira reforma da educação nacional, em 1931, que priorizava o ensino secundário, ampliando a sua duração (passando de cinco para sete anos), dividindo-o em dois ciclos: o fundamental, de formação geral com a duração de cinco anos, e o complementar, com a duração de dois anos, dividido entre as humanidades, as ciências naturais e as ciências exatas, de acordo com o interesse do estudante na carreira do ensino superior. A reforma também instituiu a frequência obrigatória e a seriação do ensino secundário, de modo a permitir a consolidação da conformação ideológica que se pretendia introjetar nas elites condutoras do país.

É importante destacar que, apesar de compartilharem um pensamento antiliberal, as propostas de organização social defendidas pelos autores brasileiros

citados, são distintas. Segundo Santos (2007) no pensamento de Alberto Torres e, posteriormente, de Alceu Amoroso Lima¹¹, por exemplo, a ideia de estabelecimento da ordem num regime político se dá por meio da concentração da autoridade. “Diferentemente destes autores, em Campos e Vianna, a legitimação democrática antiliberal – plebiscitária ou corporativa – aliava-se à necessidade de uma recomposição jurídica e estrutural do Estado” (SANTOS, 2007, p. 285), que passa pela organização de uma política nacional de educação, pela vinculação da cidadania à organização harmoniosa da relação entre o capital e o trabalho, e, finalmente, a um corpo constitucional.

Em 1932 Campos deixou o Ministério da Educação, tornando-se consultor-geral da república em 1933, e em 1935 foi nomeado Secretário de Educação do Distrito Federal, substituindo Anísio Teixeira, que havia sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional sob a acusação de comunismo. Nesse período se dedicou ao trabalho intelectual e participou ativamente da elaboração da Constituição antiliberal de 1937, implantada com o Estado Novo, quando assumiu o cargo de Ministro da Justiça, desenvolvendo, nas palavras de Santos (2009) “um modelo teórico-jurídico de constitucionalismo antiliberal, semelhante em escopo ao que pode ser extraído (...) [da obra do jurista alemão] Carl Schmitt¹²” (SANTOS, 2009, p. 312).

Francisco Campos foi substituído no Ministério da Educação e Cultura por Washington Pires, que por sua vez foi sucedido em 1934 por Gustavo Capanema, antigo colaborador de Campos em Minas Gerais. Neste contexto era promulgada a constituição de 1934, que em seu Artigo nº. 150 determinava caber à União

fixar o Plano Nacional de Educação para todos os graus e ramos de ensino, comuns e especializados; a coordenação e fiscalização da execução do plano em todo o território do país; e a organização do ensino secundário e superior nos territórios e no Distrito Federal. (...) A liberdade de ensino é reconhecida como princípio geral, mas

¹¹ Alceu Amoroso Lima (1893-1983), ou Tristão de Athayde (pseudônimo), foi um intelectual católico bastante influente na arregimentação do laicato católico na década de 1930, sobretudo quando esteve a frente do Centro Dom Vital e da revista A Ordem. No capítulo 3 desta tese é abordada a sua atuação junto ao movimento de aproximação entre a igreja e o Estado, nos debates sobre o ensino religioso nas escolas naquele período.

¹² Karl Schmitt (1888-1985) foi um jurista alemão autor da “teorização sistemática sobre o constitucionalismo antiliberal”, fundado na ideia de democracia substancial, ou “democracia das massas”. Devido a sua influência na Europa do pós-Primeira Guerra Mundial, transformou-se no paradigma jurídico-constitucional das ditaduras ocidentais do século XX. Segundo Santos (2007), “a partir de Schmitt, a vaga conceituação de *Estado autoritário* é substituída por uma fórmula mais precisa” (SANTOS, 2007, p. 283), a partir de uma análise de contestação técnica a cada instituição das democracias liberais, servindo como alternativa na Alemanha como alternativa à democracia liberal em crise e ao mesmo tempo como instrumento de combate ao comunismo soviético.

‘observadas as prescrições da legislação federal e estadual’ (SCHWARTZMAN et. al., 2000, p. 67)

O Plano Nacional de Educação começou a ser gestado em 1936, com a aplicação de um questionário elaborado pelo Ministério da Educação, distribuído entre professores, cientistas, sacerdotes, políticos, contando também com a participação das secretarias estaduais de educação. O projeto não foi aprovado no Congresso antes do seu fechamento, em novembro de 1937. No entanto, após a implantação do Estado Novo, suas diretrizes foram aplicadas, como o projeto da “universidade padrão”, a introdução do ensino industrial e a reforma do ensino secundário de 1942.

Apesar de compreender o ensino primário como “verdadeiro instrumento de modelação do ser humano” (SCHWARTZMAN et. al., 2000, p. 205), a reforma Capanema, assim como a de Francisco Campos, manteve o foco na juventude e na formação das elites, conservando a escola primária sob a responsabilidade dos estados e municípios. Nessa reforma o sistema educacional deveria atender à configuração da sociedade de classes – conforme sugeria a concepção corporativista de Oliveira Viana – e do mercado de trabalho, estruturando-se então em educação primária, de caráter patriótico-ufanista; a educação secundária destinada à elite urbana, de caráter humanístico, único que permitia o acesso à universidade; a educação profissional para os jovens pobres; a educação feminina; e a educação superior, destinada à “elite da elite” (Idem, ibidem).

1.2.1. O retorno dos nilistas ao poder fluminense após a Revolução de 1930

Na seção anterior vimos que desde meados do século XIX havia uma concepção de Estado baseada na centralização política, responsável por integrar o território e criar as bases para o desenvolvimento da nacionalidade. Derrotado a partir da implantação do federalismo na República, esse projeto persistiu como força antagônica, sobretudo nas décadas de 1910 e 1920, por meio do ideal ruralista de crítica ao latifúndio monocultor responsável pela crise, e que por isso deveria ser substituído pelo regime de pequenas propriedades que mantivesse o homem do campo preso à terra e aos valores rurais, verdadeiros depositários da nacionalidade brasileira. Com o agravamento da crise oligárquica o pensamento ruralista foi novamente apropriado no contexto pós-1930, assumindo também um caráter corporativista e católico, que atingiu não apenas os segmentos políticos e

econômicos, mas também culturais, e se intensificou sobretudo no período do Estado Novo (1937-1945).

Com a revolução de 1930 as presidências dos estados foram substituídas por interventorias. Selecionados entre as lideranças do movimento tenentista e demais elementos ligados à revolução, os interventores foram escolhidos pessoalmente pelo presidente Getúlio Vargas para chefiarem os governos estaduais e, conseqüentemente, organizarem o cenário político nos municípios.

No estado do Rio de Janeiro, durante o período do governo provisório (1930-1934), sucederam-se cinco diferentes interventorias¹³, sendo quatro delas ao longo do ano de 1931. Somente durante o governo do comandante Ary Parreiras (1931-1935) criaram-se condições para alguma estabilidade, dificultada, entretanto pelo contexto nacional marcado pela revolta constitucionalista de São Paulo em 1932 e todo o debate constitucional travado desde então.

Depois de promulgada a constituição de 1934, restabeleceram-se os trabalhos legislativos nos Estados, que incluíam a elaboração das Constituições estaduais e as eleições dos próximos chefes do poder Executivo. No Rio de Janeiro os parlamentares elegeram o Almirante Protógenes Guimarães, que governou de novembro de 1935 até o retorno do regime de interventorias, com a implantação do Estado Novo em novembro de 1937, quando foi nomeado para o cargo o egresso da Marinha, ajudante de ordens do presidente Getúlio Vargas, Ernani do Amaral Peixoto.

Cinco décadas mais tarde, em depoimentos concedidos a um grupo de pesquisadores coordenado por Aspásia Camargo (CAMARGO, et. al., 1986), Amaral Peixoto se referia ao cenário fluminense dos primeiros tempos republicanos tecendo elogios às figuras de Alberto Torres e Nilo Peçanha, ao mesmo tempo em que fazia duras críticas aos políticos do Partido Republicano Fluminense – PRF que, segundo ele,

elegeram um homem com a cultura, o nível intelectual de um Alberto Torres, e praticamente não o deixaram governar. Depois veio o Quintino Bocaiúva, homem de grande ascendência na política nacional, mas inteiramente alheio aos problemas fluminenses, sobretudo os econômicos. Afinal surgiu o Nilo Peçanha, que era realmente um homem muito inteligente, muito político, um bom

¹³ Outubro de 1930 – Coronel Demócrito Barbosa (governo de apenas cinco dias); novembro de 1930 a maio de 1931 – Plínio Casado; maio de 1931 a novembro de 1931 – Mena Barreto; dezembro de 1931 a novembro de 1935 – Ary Parreiras.

administrador (...). Compreendeu a decadência da agricultura e procurou estimulá-la” (CAMARGO, et. al., 1986, p. 145-146).

Quando perguntado sobre os grandes líderes da política fluminense, Amaral Peixoto se referiu partidários do ruralismo nilista, ao citar os nomes de

Raul Fernandes, jurista de renome internacional, o João Guimarães, financista, que mais tarde foi nomeado por mim presidente da Caixa Econômica do estado e o Raul Veiga [que] também foi excelente governador” (idem, ibidem, p. 148).

Após a morte de Nilo Peçanha em 1924, Raul Fernandes e João Guimarães, citados por Amaral Peixoto, se tornaram as maiores lideranças do nilismo. Em 1933, durante as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, fundaram o Partido Popular Radical, cujas diretrizes incluíam a defesa da representação pelo voto e de uma “legislação social baseada na dignidade do trabalho e sua necessária proteção legal, bem como a defesa e assistência dos fracos inspiradas na justiça e fraternidade humana” (ESTÁ em Organização..., 1933), temas que se aproximavam da campanha da Aliança Liberal, encabeçada pela candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, e apresentavam aspectos sociais presentes no fenômeno do “trabalhismo”. Ângela de Castro Gomes (2005) aponta que a questão social pós-1930 passava a ser vista, pela primeira vez, como uma questão política, um problema a ser resolvido pela ação do Estado (GOMES, 2005, p. 197).

Entre as lideranças do Partido Popular Radical, também conhecido como “Partido Nilista” (REORGANIZA-SE no Estado..., 1933), além de Raul Fernandes e João Guimarães, estavam os nilistas da região norte do Estado, como Ruy Buarque Nazareth, de Itaperuna¹⁴, e Osvaldo Cardoso de Mello, de Campos¹⁵. Outra liderança relevante era José Eduardo de Macedo Soares, que mais tarde romperia com o partido, devido a disputas internas com Raul Fernandes pela candidatura ao governo do Estado nas eleições indiretas de 1935.

As políticas econômicas fluminenses nos anos 1930 priorizaram o setor agrícola, principalmente durante o governo de Ary Parreiras (1931-1935), que por sua

¹⁴ Ruy Buarque de Nazareth foi Secretário do Interior e Justiça entre janeiro de 1934 e novembro de 1935, durante a interventoria de Ary Parreiras; Secretário de Educação e Saúde Pública entre novembro de 1938 e novembro de 1943, ou seja, durante todo o período de existência dessa secretaria, ao longo da interventoria de Amaral Peixoto.

¹⁵ Osvaldo Cardoso de Mello foi nomeado prefeito de Campos logo após a Revolução de 1930, permanecendo no cargo até o mês de novembro de 1931, quando foi nomeado secretário do Interior e Justiça no início da interventoria de Ary Parreiras, cargo que exerceu até setembro de 1932.

vez davam sequência às políticas nilistas da Primeira República, obedecendo à ideia de vocação agrícola do Brasil e, sobretudo, do Rio de Janeiro. Em 1933 o interventor Ary Parreiras retomava as propostas de diversificação agrícola presentes nos governos de Alberto Torres (1897-1900) e Nilo Peçanha, sobretudo em seu segundo mandato (1914-1917).

Em 1933 o governo federal criou a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, que em 1936, já durante a interventoria do Almirante Protógenes Guimarães, passou a se chamar Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense. Os trabalhos consistiram em converter a região insalubre de baixada, formada por brejos e constantemente inundada, em área agrícola. Notou-se ali um grande aumento na produção de arroz, batata, feijão e mandioca, porém a produção de laranjas voltada para o mercado externo tornou-se a principal atividade, chegando a representar, em 1934, o principal item da arrecadação estadual (CASTRO, 1995).

Outra frente de ação econômica dos governos fluminenses naquele período foi o setor sucroalcooleiro na região norte do Estado, principalmente no município de Campos dos Goytacazes, que representava o centro da economia fluminense.

Desde 1933 havia sido criado pelo governo federal, por meio do Decreto nº 22.789, de 1º de junho, o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, “com o objetivo de orientar, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool e de suas matérias-primas em todo o território nacional” (SZMRECSÁNYI, s/d). A criação do IAA foi consequência de medidas anteriores de intervenção do Estado no setor, atendendo sobretudo aos interesses dos produtores da região nordeste do país, como por exemplo a obrigatoriedade da adição de 5% de álcool na composição da gasolina importada, a isenção de impostos sobre o material necessário para a montagem de usinas e destilarias de álcool, e a instituição, pelo Ministério da Agricultura, da Comissão de estudos sobre o Álcool-Motor, criada em 1931 (CASTRO, 1995).

O potencial produtivo de Campos e toda a região açucareira fluminense e sua proximidade com a capital federal, onde era sediado o IAA, contribuíram para que tanto usineiros quanto produtores de cana campistas, e também seus representantes políticos, atuassem diretamente nos debates que envolviam o preço dos fretes, isenções fiscais e, principalmente, as questões em torno dos preços da cana, razão de conflitos entre as partes. Sob intervenção do IAA a exportação de açúcar do estado

do Rio de Janeiro atingiu a marca de setenta e nove mil toneladas em 1935, alcançando o status de maior produtor nacional de açúcar em 1936 (CASTRO, 1995).

No entanto, apesar do desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, seus rendimentos não foram suficientes para solucionar a situação financeira do Estado, principalmente porque uma parcela dos impostos de exportação era arrecadada pela União. Apesar do crescimento econômico verificado entre 1931 e 1937, as finanças fluminenses não foram capazes de cobrir o déficit de aproximadamente doze bilhões e meio de cruzeiros no orçamento para 1937 e a dívida externa próxima dos dois milhões e meio de cruzeiros (idem, *ibidem*).

1.2.2. A dimensão cultural do ruralismo no pós-1930

Como mencionado anteriormente, o ruralismo deve ser compreendido como um movimento que não se restringe ao sentimento anti-industrial das elites tradicionais contra o processo de industrialização e urbanização, mas também como um ideal de sociedade construída a partir das raízes rurais, que constituiriam uma vocação natural do Brasil e, particularmente, a identidade fluminense. Por isso, possuía uma relevante dimensão cultural que ao longo dos anos foi incorporando às características do rural, aspectos de uma concepção corporativista de sociedade, reforçada pela tradição católica.

Esse pensamento concebia a agricultura e a indústria como atividades complementares. O ruralismo desenvolvido a partir da década de 1930 não buscava necessariamente trazer de volta a “idade de ouro” dos tempos do império, uma vez que essa se baseava no latifúndio monocultor, identificado como responsável pela crise econômica e política que atravessou a Primeira República. Ao invés disso, apostava na modernização do campo, na produção de alimentos organizada em pequenas propriedades e na valorização do ambiente bucólico do espaço rural (PAIVA, 2014). Nesse contexto o camponês não seria o caipira ignorante e adoecido representado na figura do *Jeca Tatu*, de Monteiro Lobato, mas sim um indivíduo saudável, forjado a partir dos preceitos higienistas, dotado de um conhecimento técnico e intelectual que, ao invés de o afastar do campo, reforçaria o sentimento patriótico em relação “ao seu *habitat*” (FALCÃO, 1946, p.23).

Rui Fernandes (2009) estudou a produção bibliográfica sobre a história do estado do Rio de Janeiro desenvolvida entre as décadas de 1930 e 1950, e sua contribuição na construção de uma identidade fluminense. Identificou no período que sucedeu a Primeira Guerra Mundial o início de um intenso movimento literário no Estado que, ao longo da década de 1920, sobretudo nos governos de Feliciano Sodré (1923-1927) e Manuel Duarte (1927-1930), esforçou-se por desconstruir um certo sentido de modernidade presente no ruralismo nilista, ao reivindicar o resgate de um passado mais remoto, quando a “velha província” fluminense era o centro da economia e do poder político do país, ou seja, a construção da imagem de uma “idade de ouro” que deveria ser retomada.

Concentrando sua análise na capital Niterói, Fernandes (2009) destacou a importância da Academia Fluminense de Letras, fundada em 1917 como elemento propulsor da produção literária e dos debates sobre a história e a identidade fluminenses. No interior da Academia Fluminense de Letras foi criada a Renascença Fluminense, agremiação formada por jovens intelectuais com o objetivo de “manter no Estado o respeito dos seus grandes homens e o culto à memória de seus grandes acontecimentos” (FERNANDES, 2009, p. 74), como consta em seus estatutos, onde também declaravam atuar de forma “alheia à política”. Apesar disso, apontavam a necessidade de se contrapor aos nilistas, reivindicando a memória dos tempos que antecederiam ao domínio político daquele grupo no Estado, valorizando a tradição histórica local a partir dos fatos e heróis fluminenses que contribuíram para a história nacional, restaurando assim a grandeza da “Velha Província”.

A Renascença Fluminense foi responsável pela realização de conferências e palestras em diversos espaços e também obteve apoio governamental para a “construção de uma estatutária de vultos nacionais e fluminenses que marcaram a paisagem da capital do Estado” (FERNANDES, 2009, p. 77). A construção de monumentos e estátuas foi uma prática comum desde o final do século XIX e bastante disseminada na capital fluminense, contando com recursos públicos estaduais e também com a prática da cotização entre as instituições de cultura e atores privados.

Além das academias de letras havia também as agremiações surgidas no interior das instituições de ensino secundário, sobretudo privadas, como por exemplo o Colégio Abílio, em Niterói, onde os estudantes criaram em 1925 o Grêmio Literário Rio Branco, e o Colégio Brasil, onde no mesmo ano se fundara o Grêmio Literário

Euclides da Cunha. Em 1927 os alunos do Ginásio Bittencourt Silva iniciavam as atividades do Grêmio Cultural Alberto de Oliveira (idem, *ibidem*)¹⁶.

Fernandes (2009) chama a atenção para a produção bibliográfica a partir do final da década de 1920 sobre a história fluminense, como “O Estado do Rio de Janeiro”, publicado em 1928 por Clodomiro Vasconcellos, que organizara em 1922 o álbum do estado do Rio de Janeiro em comemoração do centenário da independência do Brasil, e “Terra Fluminense”, de Luís Gastão Escragnolle.

Essa produção incluía a publicação de compêndios didáticos voltados para a escola primária, uma vez que a reforma da instrução pública de 1929 instituiu a disciplina de história do estado do Rio de Janeiro. Tal reforma buscou atender aos preceitos da Escola Nova, estimulando a criação de instituições auxiliares à escola como os círculos de pais e mestres e os museus pedagógicos, investiu na formação de professores instituindo o curso de férias obrigatório e reformulou o currículo das escolas Normais ao inserir as disciplinas de agricultura e economia rural.

Buscando atender a tal reforma, a primeira publicação com fins didáticos sobre a história fluminense foi “História do Estado do Rio de Janeiro: Resumo didático para uso nas escolas primárias”, de João Pinheiro Ribeiro, publicado em 1928 (idem, *ibidem*), utilizando como referência quase que exclusiva “A Terra Goytacá à luz de documentos inéditos”, do historiador campista Alberto Lamego, que também influenciou e colaborou com anotações na obra “História Fluminense”, de Antônio Figueira de Almeida que em 1929 havia publicado o compêndio didático “Lições de História do Brasil”, destinado à primeira série do ensino primário (Idem, *ibidem*). Fernandes (2009) também destaca mais um trabalho de Clodomiro de Vasconcelos, a “História do Estado do Rio de Janeiro: Resumo didático”.

¹⁶ Tais agremiações não eram, no entanto, características específicas daquele contexto. Em estudo anterior (RODRIGUES, 2019) pude identificar a sua existência no interior do Estado do Rio de Janeiro ainda no final do século XIX. Nos tempos do Império era comum a organização de “partidos” entre os estudantes, “reproduzindo no ambiente escolar os embates da vida política” (RODRIGUES, 2019, p. 123). Tal tradição se manteve no regime republicano, juntamente com a instituição dos Grêmios Literários. Em Campos dos Goytacazes no ano de 1900 havia o Grêmio Literário Victor Hugo, no Colégio Victor Hugo, que organizava festas cívicas, como por exemplo a celebração dos festejos do Quinze de Novembro, quando se exaltavam os nomes dos personagens republicanos como Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. No mesmo ano o Grêmio Literário José de Alencar, formado pelos alunos do Gymnasio Campista, organizava palestras e debates com a participação de intelectuais e profissionais liberais, destacando as biografias de brasileiros ilustres, o patriotismo e os avanços científicos da humanidade (Idem, *ibidem*, p. 124).

Segundo Fernandes (2009), em todas essas obras se faz presente o ideal característico do sodrelismo, de valorização do período imperial como a época áurea a ser resgatada. Talvez a obra que tenha destoado um pouco das demais tenha sido o livro de José Mattoso Maia Forte, chamado “O estado do Rio de Janeiro: Ensaio para o estudo de sua história”. Produzido em 1922, durante o governo nilista de Raul Veiga, no contexto das comemorações do centenário da independência, o livro só foi publicado em 1929. Fernandes (2009) destaca a opção pela história política e a prática da crítica historiográfica com base em autores e documentos, características incomuns nas demais obras citadas. Apesar de também engrossar o coro da “idade de ouro” da velha província nos tempos da monarquia, ao declarar que

No Império, a Província teve os seus dias áureos, tanto em relação a sua influência na política nacional, como à sua prosperidade econômica (...) [sendo], por assim dizer, um principado político no Império, uma espécie de pasta suplementar dos gabinetes ministeriais (FORTE, 1945, p. 66),

Mattoso Maia exalta o abolicionismo fluminense e as figuras de Carlos de Lacerda, Francisco Portela e Nilo Peçanha, signatários do manifesto que declarou a abolição da escravidão em Campos, redigido na Câmara desse município e encaminhado ao governo imperial em abril de 1888, fazendo votos pelo fim da escravidão em todo o país. Segundo Forte (1945)

a atitude de Campos teve larga repercussão na Província, e, logo a seguir, São João da Barra, São Fidélis e Macaé (...) secundavam o movimento libertador [que] se irradiou para Petrópolis (...), Cantagalo e Nova Friburgo (...) e outras cidades, aceleraram a iniciativa que, afinal, a Regente do Império, Dona Isabel, propondo ao Parlamento, por intermédio do Ministério João Alfredo, a extinção do cativo (idem, ibidem, p. 96).

Da mesma forma, exaltou o avanço do republicanismo fluminense, na figura dos republicanos históricos e sua ação de propaganda pelo interior do Estado, destacando as principais lideranças em diversos municípios, como o caso de Francisco Portela, Pedro Tavares e Nilo Peçanha em Campos; Alberto Torres em Niterói; Ferreira da Luz em Pádua, entre outros. O entusiasmo com a República certamente se relacionava com sua própria carreira no serviço público fluminense iniciada, ainda jovem, em 1891, atravessando as primeiras décadas republicanas,

quando chegou a ser Secretário Geral do Estado durante o segundo governo de Nilo Peçanha (1914-1917) e avançando pelo período pós-1930¹⁷.

Fernandes (2009) destaca que Mattoso Maia se preocupou em demonstrar imparcialidade ao apresentar os governos de Nilo Peçanha, limitando-se a afirmar ser “cedo para que a justiça da história se [pronunciasse] (...) desapaixonadamente sobre a sua obra de governo, combatida por uns, mas certamente louvada pelo maior número” (FORTE, 1945, p. 109). No entanto, na segunda edição de seu livro, publicada pelo governo fluminense durante o Estado Novo, ao final da interventoria de Amaral Peixoto (1937-1945), a pedido do próprio diretor do Departamento de Educação, Rubens Falcão, Mattoso Maia teceu críticas ao processo que levou Feliciano Sodré à presidência do Estado em 1923. Denunciou as “desordens adrede preparadas para tornar impossível o Governo do sr. Raul Fernandes” (FORTE, 1945, p. 115-116), nilista, eleito para suceder a Raul Veiga. Segundo Mattoso Maia, diante de mais um caso de duplicidade de câmaras e do próprio Executivo estadual, considerando-se igualmente eleitos o candidato situacionista Raul Fernandes e o opositor Feliciano Sodré, o

Presidente da República decretou, pois, a intervenção federal em 10 de Janeiro de 1923 (...) [enviando] Fôrça Federal para empossar o sr. Raul Fernandes, garantindo-lhe o exercício do cargo. Esta, porém, não é a realidade dos fatos: se o Presidente da República garantiu a posse, não garantiu o exercício do cargo ao Presidente Empossado (...). Ao contrário, vedou-o materialmente, deixando-o ao desamparo e à mercê da desordem premeditada e, ainda com o seu decreto de intervenção.

Publicado o decreto de intervenção, o sr. Raul Fernandes deixou o Palácio do Governo no dia 11 de Janeiro (Idem, ibidem, p. 116)

No mesmo dia assumia o governo do Estado como interventor o Dr. Aurelino Leal, que organizou novas eleições estaduais realizadas em 28 de outubro, com vitória da candidatura única de Feliciano Sodré como presidente e Eduardo Portela como vice-presidente do Estado. Sobre o governo de Feliciano Sodré, Mattoso Maia comenta, em apenas três linhas, as obras do porto de Niterói e o crescimento da

¹⁷ José Mattoso Maia Forte pertenceu à “geração de 1891” de funcionários públicos estaduais nomeados por Francisco Portella. “(...) foi nomeado praticante em 1891, 2º oficial em 1892, 1º oficial em 1894, na directoria das finanças; chefe de secção no extinto tribunal de contas em 1902; chefe de secção das finanças e secretário da junta de fazenda em 1904” (NOMEAÇÕES, 1905, p. 1); fiscal do serviço externo das rendas 1905; Inspector de Fazenda em 1911; Secretário Geral do Estado 1915-1918; Director de Fazenda 1919, Juiz do Tribunal de Contas do Estado 1919, Presidente do Tribunal de Contas do Estado (1929-1930; 1932-1935); Secretário das Finanças 1935 do governo Protógenes Guimarães (1935-1937); Ministro do Tribunal de Contas, 1938, cargo em que se aposentou. Faleceu em 1945.

capital do Estado. Em relação a Manuel Duarte, seu sucessor, comenta numa única frase ter havido reforma na Constituição estadual durante seu governo.

Ao abordar a “Revolução Nacional de 1930” (idem, *ibidem*, p. 117), Mattoso Maia destacou a queda de Feliciano Sodré e Manuel Duarte, fiéis ao presidente deposto Washington Luís, enquanto que os nilistas se organizaram em torno da campanha da Aliança Liberal chegando a participar diretamente do “levante”, acompanhando como “combatentes as forças revolucionárias, organizando-se em Minas Gerais, nas fronteiras com o Estado do Rio de Janeiro, onde penetraram” (idem, *ibidem*).

Em seguida, listou a sequência de interventores federais ao longo do ano de 1931, mencionando rapidamente a interventoria de Ari Parreiras entre 1931 e 1935, o governo de Protógenes Guimarães no regime constitucional até o retorno das interventorias em 1937, com a instituição do Estado Novo, quando o “Presidente da República nomeou o então Primeiro Tenente da Armada, Ernani do Amaral Peixoto (...) [para a administração] que ainda ocupa na data em que encerramos este trabalho, 31 de Agosto de 1944” (idem, *ibidem*, p. 120).

Embora tenha se preocupado em demonstrar uma pretensa objetividade e imparcialidade, características da historiografia rankeana, ao exaltar a atuação dos republicanos históricos – principalmente aqueles que compuseram as fileiras do nilismo – em momentos decisivos da história fluminense e nacional, como o abolicionismo, a implantação do regime republicano e a revolução de 1930, Mattoso Maia se distanciava um pouco do discurso da Renascença Fluminense, de restauração dos tempos do Império.

Segundo Fernandes (2009) a Renascença Fluminense contou com grande apoio de Feliciano Sodré, principal opositor de Nilo Peçanha, que assumiu a presidência do Estado após o imbróglio político-jurídico que afastou o nilismo do domínio político fluminense em 1923. Paiva (2014) aponta a diferença entre o significado de restauração do passado para os sodrelistas e nilistas e a forma como a utilizavam para a projeção do futuro político fluminense:

para os nilistas o Império estava ligado à monocultura, ao momento de crise e decadência, reerguido pela liderança republicana [dos nilistas]. (...) Os sodrelistas evocaram um passado mais remoto, distante de seus opositores, arquétipo da pujança do Estado quando era Província (PAIVA, 2014, p. 72).

Apesar de também recorrerem à tradição rural fluminense,

os nilistas colocavam-se como construtores de um novo tempo (...) [enquanto] a Renascença Fluminense associava-se ao sodrelismo para materializar seus esforços em resgatar e perpetuar a memória local através da construção de ícones de pedra e cal, ou bronze, e na realização de seu projeto de formação (FERNANDES, 2009, p. 123).

Assim, apoiando-nos em Berstein (1998a), percebemos o movimento da Renascença Fluminense como integrante da cultura política sodrelista, atuando como agente da sua mediação política (idem, ibidem) ao codificar através de diversos símbolos como a literatura, a estatutária e as artes plásticas, não apenas um olhar que mirava a “idade de ouro da velha província”, ou seja, os tempos anteriores à ascensão do nilismo, mas também um olhar para o rural que partia das forças políticas organizadas na urbanidade capital do Estado, conjugada à capital da República. A Renascença Fluminense atuou, portanto, através dos ritos e símbolos por ela construídos, como responsável por uma leitura comum de um passado escolhido, contribuindo para a projeção de um determinado futuro, que foi interrompido pela Revolução de 1930.

Fernandes (2009) argumenta que com a queda do sodrelismo após 1930 se estabeleceu um ambiente de instabilidade política onde também as antigas lideranças nilistas não conseguiram se organizar de modo a reassumir o controle político no Estado num primeiro momento.

No entanto é importante destacar a presença dessas lideranças em cargos estratégicos na administração estadual naquele período, como a Secretaria do Interior e Justiça, que foi dirigida pelos nilistas César Tinoco durante a interventoria de Plínio Casado (outubro de 1930 a maio de 1931), Osvaldo Cardoso de Mello, no primeiro ano da interventoria de Ary Parreiras (depois de ocupar o cargo de prefeito de Campos entre dezembro de 1930 e novembro de 1931), e Ruy Buarque Nazareth, dirigindo a mesma secretaria ao final da mesma interventoria (janeiro de 1934 a novembro de 1935).

Se o pensamento ruralista desenvolvido no pós-1930 representava um movimento de recuperação do lugar do Rio de Janeiro no cenário nacional, que teria se perdido ao longo da Primeira República, não significa, no entanto, que tenha rompido totalmente com as políticas desenvolvidas durante aquele período, senão com o sodrelismo, que dominou o estado ao longo da década de 1920 até a sua

derrubada pelo movimento de 1930, evocando o passado glorioso do latifúndio monocultor cafeeiro dos tempos do Império.

Para sua superação, o pensamento ruralista desenvolvido no pós-1930 também exaltava o rural, porém um ruralismo moderno em sua estrutura e técnicas de produção, ao mesmo tempo preocupado com o controle da população camponesa, a partir da construção de uma visão idílica de sociedade, pautada pelos princípios morais da vida no campo, aliado ao progresso cultural e intelectual, características que, de certo modo, retomam o ruralismo nilista da Primeira República.

No capítulo seguinte, é apresentado o lugar ocupado pelo norte fluminense naquele contexto, abordando a importância econômica e política dessa região açucareira ao longo das primeiras décadas do século XX, o cenário da década de 1920 e os impactos do movimento de 1930 na região.

1.3. O norte fluminense no concerto das forças políticas nas primeiras décadas do século XX

No último quartel do século XIX a chamada “Planície Goytacá” (LAMEGO, 2007), correspondia a todo o norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro, fazendo de Campos dos Goytacazes o município de maior extensão territorial em todo o Estado. O desenvolvimento da atividade açucareira se deu a partir da segunda metade do século XVIII, quando as primeiras engenhocas movidas à tração animal se implantavam na região ocupada inicialmente pelos “vaqueiros” (LAMEGO, 2007), desenvolvendo-se com mais intensidade a partir da década de 1830, com a introdução dos engenhos movidos a vapor.

Em meio a crise do café, nas últimas décadas do século XIX, sobretudo na província fluminense, a região açucareira de Campos se desenvolvia, possuindo um intenso comércio facilitado pela existência de diversas vias férreas de comunicação tanto com os municípios vizinhos quanto com a região sul de Minas Gerais e também com a capital federal (ALVES, 1995).

No início do século XX a utilização de novas máquinas e técnicas de fabricação do açúcar aprimorou a qualidade do produto e elevou de maneira considerável a capacidade produtiva do setor. Impossibilitados de concorrer com as usinas, os

proprietários dos antigos engenhos abandonavam a lavoura canavieira, vendendo suas terras aos donos das usinas, ou se tornavam apenas produtores de cana.

Paralelamente ao surgimento das usinas no município é possível então identificar um movimento contínuo de concentração fundiária. Segundo MARCHIORI (1986), o processo de formação desses latifúndios das usinas desenvolveu-se em duas fases:

Na primeira, ele compreendeu a absorção das terras das engenhocas que - em geral, por questões de endividamento - iam sendo fechadas. Tinha então o usineiro a oportunidade de comprá-las, anexando, assim, alguns hectares aos seus domínios. A convicção da impossibilidade de manter-se uma fabricação primitiva e rotineira na zona das usinas levou muitos proprietários dessas engenhocas a venderem seus domínios às usinas. Na segunda fase, os usineiros partiram para a aquisição das propriedades já fornecedoras de cana, comprando-as, em geral, a plantadores de pequeno e médio porte. Isto porque o receio de que viesse faltar abastecimento levava a usina à conquista de novas propriedades que constituíssem reserva para o seu futuro. (MARCHIORI, 1986).

A tabela 2 nos permite visualizar a questão fundiária neste período.

Tabela 2 - Área das terras pertencentes às usinas em 1920 e 1929

Usinas	1920	1929	%
Outeiro	6.776ha	13.000ha	+ 52%
Sta. Cruz	5.808ha	8.000ha	+ 37%
S. João	4.356ha	10.000ha	+ 129%
S. Antonio	1.200ha	1.600ha	+ 33%
Total	18.104ha	32.600ha	+ 79%

Fonte: Anuário Campista, 1920, p. 142-161; Instituto de Fomento e Economia Agrícola (IFEA), Relatório de 1929. Apud. MARCHIORI, 1986.

Dos 2.965 estabelecimentos recenseados em 1920 (BRASIL, 1920, p. 268), 1.484 dedicavam-se exclusivamente à cultura da cana-de-açúcar. Em 1929, do total de 434.600 hectares que possuía o município de Campos, 33% se concentravam nas mãos dos usineiros (Idem, p.109), sem considerar as terras pertencentes aos fornecedores de cana.

Junto ao processo de concentração fundiária ocorria também a concentração industrial, já que as usinas maiores foram absorvendo as menores, que não suportavam a concorrência diante das crises dos preços do produto, contribuindo para o aumento da capacidade de produção das principais unidades.

Mesmo diante da crise econômica mundial em curso na década de 1920, que teve o seu estágio máximo com o *crack* da bolsa de valores de Nova York em 1929, em termos açucareiros o município de Campos dos Goytacazes alcançava anualmente novos e elevados patamares para a sua produção. No período entre 1925 e 1934, a produção de açúcar no Rio de Janeiro registrou os seguintes valores:

Quadro 1 – Valores da produção açucareira no estado do Rio de Janeiro

Safra	Sacos de 60 Kg
1925/26	861.070
1926/27	1.467.800
1927/28	1.177.385
1928/29	807.434
1929/30	2.102.019
1930/31	1.345.297
1931/32	1.705.700
1932/33	1.486.209
1933/34	1.767.259

Fonte: Anuário Açucareiro de 1935. *Apud.* PINTO, 1995.

As grandes usinas espalhavam-se praticamente por todo o país, embora se concentrando em número e capacidade de produção nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, que eram responsáveis por mais de 62% de toda a produção nacional. No período de 1929 a 1934 o estado de Pernambuco era o maior produtor de açúcar do país, seguido pelo estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a região do norte fluminense, composta pelas usinas do município de Campos dos Goytacazes e dos vizinhos Macaé, São João da Barra e São Fidélis, era responsável por 90% da produção fluminense.

Em relação aos municípios brasileiros, Campos dos Goytacazes produzia 14,3% de todo o açúcar nacional, sendo o maior produtor nacional nesse mesmo período.

Quadro 2 - Maiores Municípios Produtores - Quinquênio 1929/33

Município	Sacos	Toneladas
Campos – RJ	6.590.627	395.438
Catende – PE	2.030.991	121.859
Escada – PE	2.008.410	120.505
Santo Amaro – BA	1.871.117	112.267
Santa Luzia do Norte – AL	1.455.191	87.311

Fonte: Anuário Açucareiro de 1935. *Apud.* PINTO, 1995.

Uma característica da produção açucareira regional era o grande potencial produtivo diário das usinas, entre elas a da Usina São José, localizada no distrito de São Gonçalo, considerada uma das cinco maiores usinas do Brasil, com altos rendimentos devido a sua capacidade técnica de aproveitamento da cana.

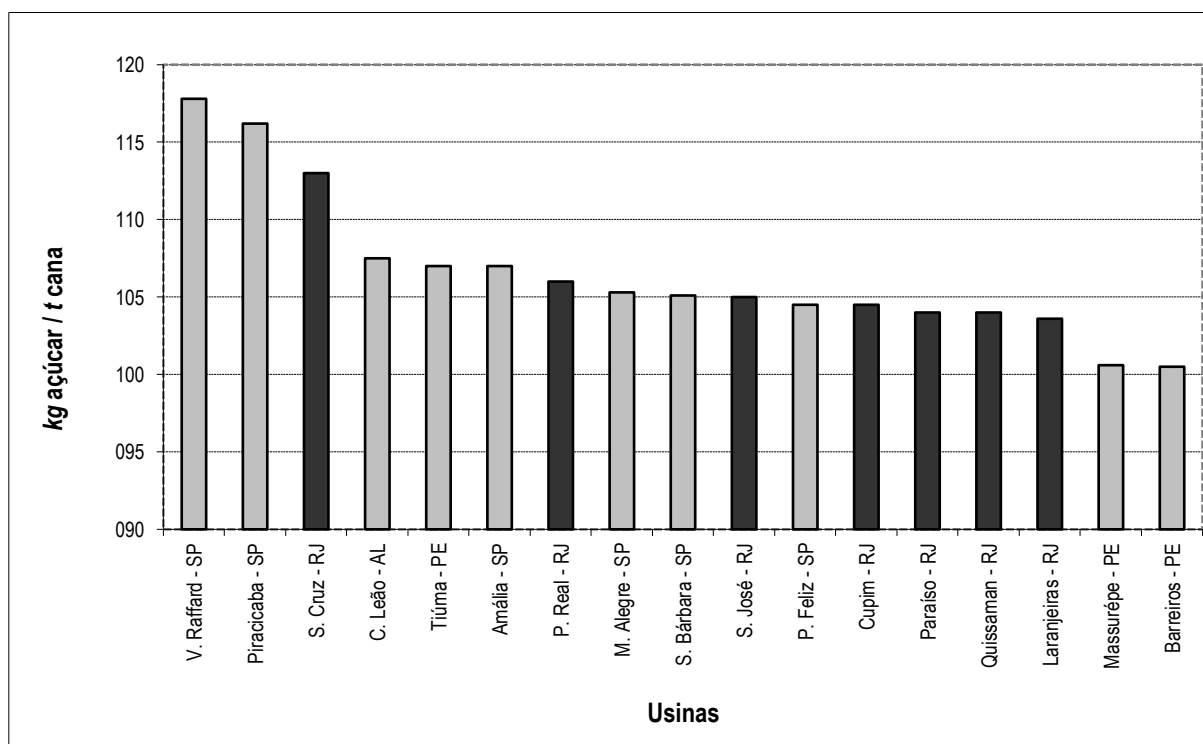
As maiores usinas do país, no quinquênio de 1929 a 1933, apresentavam os seguintes registros:

Quadro 3 - As maiores usinas do país - Quinquênio de 1929 a 1933

Usinas	Sacos	Média Anual
Catende – Pernambuco	1.667.296	333.459
Central João – Alagoas	1.362.963	272.592
Serra Grande – Alagoas	1.123.550	224.710
São José - Rio de Janeiro	1.111.234	221.246
Tiúma – Pernambuco	1.056.686	211.337

Fonte: Anuário Açucareiro de 1935. *apud*. PINTO, 1995.

Gráfico 1 - Usinas com rendimento superior a 100kg de açúcar por tonelada de cana (1934/35)



Fonte: Anuário Açucareiro (1936). *Apud* CASTRO, 1995.

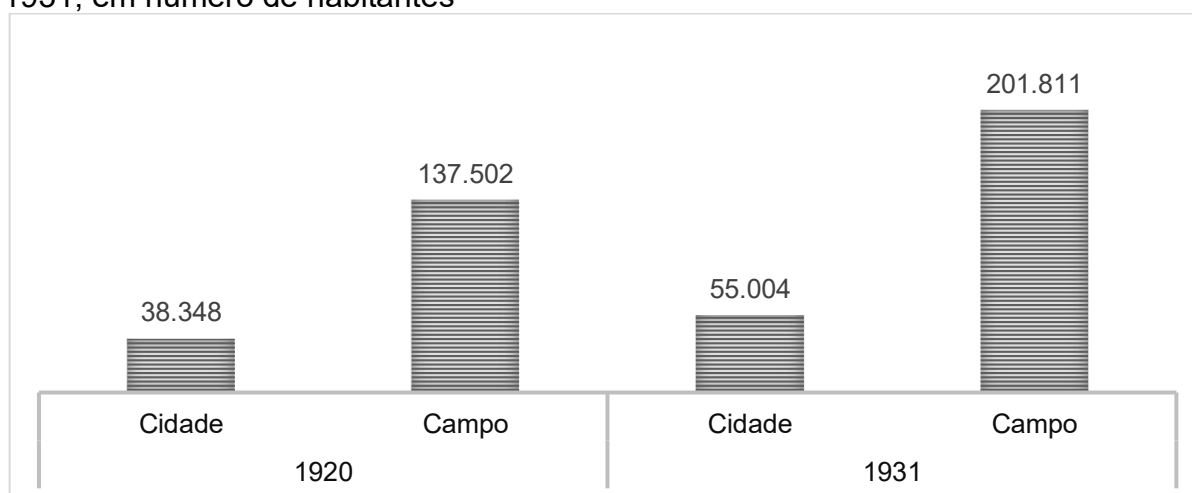
O gráfico 1 mostra a capacidade de aproveitamento de cana-de-açúcar entre as maiores usinas do país, ou seja, as que possuíam melhores equipamentos,

capazes de extrair o máximo de açúcar por tonelada de cana. Dentre elas, destacam-se sete fluminenses, sendo quatro delas, localizadas em Campos.

Os indicadores demográficos do município apontavam para um grande crescimento ao longo da década de 1920, partindo de 175.850 habitantes em 1920, chegando a 256.815 em 1931, o que corresponde a um crescimento de 68%.

A maior parte da população se concentrava na zona rural, cerca de 79%, contra 21% que residia nos distritos urbanos da sede municipal, percentual que se manteve praticamente inalterado entre 1920 e 1931, como demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Censo demográfico: população de Campos dos Goytacazes em 1920 e 1931, em número de habitantes



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados do Boletim Mensal de Estatística Demógrfo-Sanitária da Cidade e do Município de Campos, 1932, publicados em O Monitor Campista, Campos dos Goytacazes, 26 de mai. 1932.

Ao mesmo tempo, construções requintadas e de confortável infraestrutura começavam a se destacar no conjunto urbano, modificando progressivamente a paisagem da cidade e revelando os novos hábitos e interesses de uma elite agrária, de significativa influência política, e frequentadora dos espaços de vanguarda da época.

1.3.1. O município de Campos dos Goytacazes e a Revolução de 1930

Para se compreender o cenário político campista no contexto da Revolução de 1930 é importante observar a organização de sua sociedade civil, isto é, suas agremiações partidárias, suas associações, seus grupos dominantes, além da disputa entre os “lavradores” (fornecedores de cana de açúcar) e os “industriais” (produtores

e exportadores do açúcar e do álcool), e compreender quais os seus interesses diante do turbilhão que avançava pela década de 1920, e também os mecanismos para a construção de sua hegemonia.

Os bastidores do movimento de 1930 no Estado do Rio de Janeiro não eram tão intensos quanto em São Paulo ou no Rio Grande do Sul, como afirmou o próprio presidente Washington Luís em sua mensagem ao Congresso Nacional: no Rio de Janeiro “não há ambiente” (TINOCO, 1931). Porém, era manifesto que o Partido Republicano Fluminense, a maior força de expressão política no Estado, passava, ao longo dos anos 20, por uma crise política evidenciada desde a cisão entre os nilistas e os governistas, adeptos do situacionismo, ligados ao então presidente do Estado do Rio de Janeiro e do PRF, Manuel de Matos Duarte Silva, que governou o Estado de dezembro de 1927 até ser deposto pelo golpe de outubro de 1930.

O município de Campos apresentava o maior número de eleitores do segundo distrito eleitoral do Rio de Janeiro, tratando-se de um eleitorado bastante cobiçado pelas forças políticas que regiam o Estado no final dos anos 20, e tinham que disputar votos com as forças políticas municipais.

Na ausência de uma organização política ordenada verticalmente, em nível nacional, surgiam diversos tipos de associações nos âmbitos estadual e municipal, com o objetivo de estabelecer um novo tipo de controle social, que determinasse seu lugar na sociedade, onde o Estado ainda não houvesse se apoderado (RIOUX, 1996).

Em Campos, ao longo da década de 1920, diversos grupos organizados delimitavam seu lugar social, atuando inclusive politicamente, como a ‘Cooperativa Assucareira Fluminense’, representante dos usineiros; o ‘Syndicato Agrícola de Campos’, representando os fornecedores de cana; a ‘Associação Commercial de Campos’, mantenedora do jornal *Folha do Commercio*; o ‘Automóvel Club Fluminense’; o ‘Rotary Club de Campos’; associações ligadas à igreja católica, como a ‘Confederação Catholica’; o ‘Centro Operário Catholico de Campos’; a ‘Associação das Mães Christãs’; os ‘Professores Catholicos’; a ‘Liga Catholica Jesus, Maria e José’; os ‘Apostolados da Oração’; as ‘Filhas de Maria’; as associações de ‘Santa Theresinha’. Além do ‘Centro Operário Cathólico’, ligado à igreja¹⁸, havia a ‘Liga de Operários da [linha férrea de] Carangola’.

¹⁸ No capítulo 2 é abordado o tema da mobilização católica em Campos.

Em 1929 havia sido criada a Associação de Imprensa Campista, reunindo intelectuais e representantes dos principais periódicos da cidade, como o jornal 'Folha do Commercio', órgão oficial da Associação Comercial, o 'Monitor Campista', jornal mais antigo da cidade, incorporado em 1931 aos Diários Associados de Assis Chateaubriant; 'A Gazeta', de propriedade do deputado Álvaro Neves e dirigida pelo capitão Júlio Neves, ambos do PRF; 'A Notícia'; 'A Tribuna', do Dr. Alcindor Bessa, ligado ao Sr. Luís Guaraná, proprietário da usina Cambaíba, que reunia em torno de seu nome um grupo de correligionários, formando o chamado guaranismo; e 'O Dia', jornal nilista de propriedade do ex-vice-presidente do Estado do Rio, César Tinoco, e redatoriado pelo seu irmão, Godofredo Tinoco, os únicos responsáveis, nas palavras de Tinoco (1931), "por criar ambiente" revolucionário no estado do Rio de Janeiro.

Em setembro de 1926, às vésperas das eleições para as vagas na Câmara Federal, foi organizada uma conferência com o deputado estadual Manoel de Miranda Rosa no diretório do Partido Republicano Fluminense - PRF em Campos. No seu discurso, o deputado exaltou a importância econômica do município, a pujança dos seus potenciais a serem ainda explorados, bem como ter sido a cidade berço de tantas lideranças fluminenses. Acenou com possibilidades de prosperidade, pois, segundo ele, há "um futuro que já se anuncia com o resplendor auroral de uma grande era de paz, de trabalho, de justiça e de amor!" (PARTIDO REPUBLICANO FLUMINENSE, 1926), sem imaginar o que seria o desfecho daquela década e os impactos para o seu grupo político.

1.3.2. As eleições de 1930 em Campos dos Goytacazes

Ao longo da década de 1920 houve um grande desgaste dos laços entre as elites políticas dos grandes Estados brasileiros. Em São Paulo os interesses dos diversos setores que compunham a sua sociedade civil não couberam na bandeira do Partido Republicano Paulista (PRP). Por isso, em 1926 foi fundado o Partido Democrático (PD), com um programa crítico à república oligárquica, pautado na defesa do voto secreto e obrigatório. Composto sobretudo por profissionais liberais, a maioria deles na área do direito, o PD lutava para fazer imperar a lei no processo eleitoral do país (FAUSTO, 1997).

Os desentendimentos entre mineiros e paulistas tornaram-se evidentes na sucessão presidencial de 1930, quando o presidente Washington Luís insistiu na

candidatura do presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes, para sucedê-lo na presidência da República, traindo desta forma o pacto entre os dois Estados, quando deveria trabalhar a eleição de um representante mineiro. Essa atitude acabou por unir mineiros a gaúchos e paraibanos na formação da Aliança Liberal, lançando a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da república e como vice, João Pessoa, presidente da Paraíba, representando assim a união das forças políticas de diversas partes do país contra a permanência da política do café-com-leite.

A Aliança Liberal, além de buscar uma reforma política a fim de moralizar o processo eleitoral, “refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café” (FAUSTO, 2001).

A questão partidária, nos mais de 40 anos da República, permanecia organizada predominantemente de forma regional e com um grande grau de autonomia. Os partidos centralizados, em nível nacional, com bases econômicas e ideológicas, começaram a surgir a partir dos anos 20, com o Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, na cidade de Niterói, capital do Rio de Janeiro.

Em Campos, além dos setores governistas do PRF e da força oposicionista do nilismo, havia também o Partido Municipal (PM), e uma corrente política que girava em torno dos interesses de alguns usineiros, denominada “guaranismo”, uma derivação do nome de Luís Guaraná, líder político local e dono de uma das maiores usinas de açúcar do município.

Em primeiro de janeiro de 1930 tomavam posse a nova Câmara Municipal e o novo prefeito, Dr. Luis Sobral, substituindo o Dr. Pereira Nunes na administração do município. A eleição dos postos na câmara definiu como seu presidente o Dr. Américo Vianna, como vice-presidente o Dr. Renato Nunes Machado e como secretário o usineiro Tarcísio de Almeida Miranda, todos membros de destaque nos quadros do PRF. Entre os vereadores da oposição, composta pelo nilismo, pelo municipalismo e pelo guaranismo, coube apenas a Comissão de Higiene e Saúde Pública ao jovem médico nilista Dr. Oswaldo Cardoso de Mello.

Após a eleição da mesa e das comissões, foram proferidos alguns discursos de elogio ao governo federal e à política desenvolvida pelo presidente do Estado, Manuel

Duarte, à frente do PRF, e também em relação à campanha presidencial, no apoio à chapa Júlio Prestes – Vital Faria, que foram prontamente combatidos pelos vereadores nilistas. O Dr. Cardoso de Mello fez um discurso de apoio à chapa da Aliança Liberal à presidência da república, saudando as figuras de Getúlio Vargas e João Pessoa, e o Dr. Carlos Fonseca disparou severas críticas à política fluminense, entregue nas mãos do Sr. Manuel Duarte, enquanto que os vereadores do guaranismo e do P. M., aplaudiram os discursos a favor do situacionismo.

A partir desse momento, é possível perceber o atrito entre as forças do situacionismo e do nilismo na câmara de Campos, enquanto que os guaranistas e o municipalistas se alinhavam no jogo político. O nilismo trazia em seus quadros jovens advogados, jornalistas, médicos, intelectuais que simpatizavam com o programa da Aliança Liberal e tinham também uma aproximação com os ideais tenentistas, enquanto que as demais vertentes políticas no município estavam ligadas à velha política das oligarquias, gravitando em torno do presidente Manuel Duarte e do PRF na capital.

A história das eleições se constitui num campo cada vez mais explorado pelos historiadores. Seu estudo necessita da aplicação dos métodos, conceitos e critérios elaborados pela ciência política. Segundo Rémond (1996)

Os historiadores, em relação às eleições, se interessavam mais pelas conseqüências que pelo próprio fenômeno eleitoral, eles logicamente proporcionaram a atenção que distribuía entre os diversos tipos de consultas em função da importância das modificações de que elas eram agentes na relação de forças, na composição dos governos e no funcionamento das instituições (RÉMOND, 1996, p. 48).

Porém, no conjunto das eleições, é fundamental estudar as campanhas eleitorais, pois elas mostram muito mais que os interesses dos eleitores ou os programas dos candidatos. É durante as campanhas eleitorais que entram em operação as estratégias que vão delineando as relações de forças presentes em determinado contexto.

Em 1º de março de 1930 realizaram-se as eleições federais, tendo ocorrido em Campos de forma pacífica, ao contrário do que se noticiava sobre o pleito em outras regiões do país, onde foram constantes os choques sangrentos entre as facções rivais que disputavam a vitória nas urnas.

No dia seguinte às eleições já eram conhecidos os resultados parciais referentes às urnas localizadas na área central do município, compreendendo a primeira e a segunda junta eleitoral, resultados estes que apontavam, inicialmente, para uma pequena vantagem dos candidatos da situação sobre os candidatos da oposição, com exceção de Luís Guaraná e o nilista João Guimarães, que já apresentavam uma larga vantagem sobre os demais. No dia 4 de março, já apuradas todas as urnas nas 16 juntas eleitorais, incluídos, portanto os votos da zona rural, os números da situação aumentaram consideravelmente, da mesma forma que os candidatos da oposição citados anteriormente consolidaram suas expressivas votações, assim como o candidato a vice-presidente pela Aliança Liberal, João Pessoa, que obteve uma vantagem superior a 70% dos votos válidos sobre o candidato Vital Soares, do PRF.

Publicados na Folha do Commercio em 14 de março, os resultados finais das eleições confirmaram, no estado do Rio, a vitória da chapa Júlio Prestes – Vital Soares. Em relação às vagas da câmara federal, os seis candidatos mais votados foram eleitos pelo 2º distrito, figurando entre os dez primeiros, sete representantes desta região, sendo João Guimarães, da Aliança Liberal, o candidato com o maior número de votos do pleito, seguido por Thiers Cardoso e Arnaldo Tavares, ambos do PRF.

O resultado das eleições no município mostra as forças que operavam os quadros políticos na região. Embora o candidato da Aliança Liberal pudesse representar, a partir de sua expressiva votação, uma renovação dentro dos quadros da política fluminense, a sua vitória não chegava a incomodar os representantes do situacionismo no Estado. Os campistas, saudosos de um tempo em que os nilistas controlavam a política estadual, depositaram na figura do dr. Guimarães as expectativas de mudanças na política federal que trariam os tão esperados investimentos capazes de tirar o município da situação de abandono em que se encontrava.

O resultado das eleições de 1º de março de 1930 não agradou aos grupos de oposição ao governo de Washington Luís, que decidiram por caminhar na mesma direção tomada pelos tenentes desde 1922. O movimento tenentista, embora derrotado nos primeiros anos da década de 20, continuava tendo uma importante representação política por sua experiência militar e pelo seu prestígio nos quadros do exército brasileiro. Gradativamente foi ocorrendo uma aproximação entre os principais líderes

da oposição, derrotados nas eleições, e os militares ligados ao tenentismo, produzindo desta forma as condições necessárias para uma conspiração revolucionária após os resultados das urnas.

A revolução estourou em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul em 3 de outubro de 1930, encontrando resistência por parte das forças governistas do estado mineiro. Em São Paulo o PD esteve praticamente “à margem das articulações revolucionárias” (FAUSTO, 2001), enquanto no Nordeste, sob o comando de Juarez Távora, o movimento teve o seu início na madrugada do dia 4.

Em 24 de outubro, antes mesmo de ocorrer um confronto armado, integrantes da cúpula das Forças Armadas depuseram o presidente Washington Luís no Rio de Janeiro, constituindo uma Junta Provisória de governo, que empossou, em caráter provisório, em 3 de novembro de 1930, o presidente Getúlio Vargas.

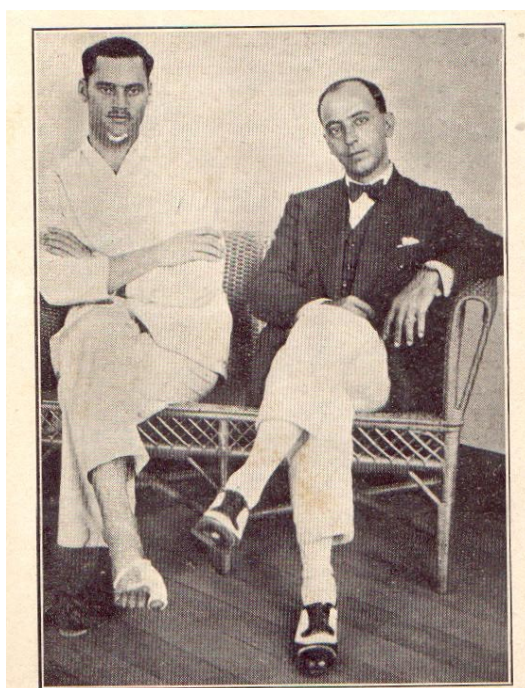
No município de Campos o movimento alcançou grande repercussão, gerando um ambiente de expectativas em função dos vínculos mantidos entre os nilistas e o tenentismo. Um exemplo dessa aproximação foi a passagem de Juarez Távora por Campos antes de assumir o controle das ações revolucionárias no Nordeste.

Távora havia sido preso no Rio de Janeiro pelo chefe de polícia do Distrito Federal e transferido para a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, onde se encontrou com outros companheiros do movimento, entre os quais Eduardo Gomes, Estilac Leal e Alcides Teixeira de Araújo, que organizaram um plano de fuga com o apoio de Ary Parreiras, futuro o interventor no estado do Rio de Janeiro, que providenciou um pequeno bote para transportar os fugitivos pela baía de Guanabara, para embarcar no trem noturno da Leopoldina Railway em direção à cidade de Campos.

Em 1º de março de 1930, dia das eleições no país, Juarez Távora desembarcou em Campos, enquanto Estilac Leal e Alcides Teixeira de Araújo seguiram rumo ao estado de Minas.

Juarez Távora se abrigou na casa de Oscar de Siqueira Viana, agrônomo da Estação Experimental de Cana da região, onde ficou hospedado por duas semanas, recebendo tratamento médico do Dr. Cardoso de Mello antes de seguir em direção ao nordeste, passando ainda pela residência do Dr. Carlos Tinoco, em Miracema, na companhia de seu irmão Godofredo Tinoco, como mostra a figura 2.

Figura 2 – Juarez Távora em Campos, na companhia de Godofredo Tinoco após a fuga da Fortaleza de Santa Cruz



Fonte: TINOCO, 1931

Outro integrante do movimento de 1930 que permaneceu em Campos por quase dois anos, após o episódio dos 18 do Forte de Copacabana, foi o brigadeiro Eduardo Gomes, hospedado na propriedade do usineiro Francisco Ribeiro da Motta Vasconcellos, dono da Usina de Poço Gordo, a pedido de dona Anita Peçanha, viúva do ex-presidente da República Nilo Peçanha. (TINOCO, 1931).

O nilista Godofredo Tinoco passou a ser o principal representante dos revolucionários em Campos, estabelecendo contatos mais frequentes com articuladores do movimento entre os quais Estilac Leal, Oswaldo Aranha e Miguel Costa.

Tinoco se juntou à coluna comandada pelo tenente Asdrúbal Gwyer de Azevedo, a “Coluna Gwyer”, vinculada às ordens do chamado “setor Leste”. A coluna partiu de Minas Gerais em direção ao Distrito Federal, percorrendo e dominando os municípios fluminenses de Santo Antônio de Pádua, Cambuci, e São Fidélis.

Figura 3 - Chegada da Coluna Gwyer a Cambucy



Cambucy, logo após a ocupação pelas tropas revolucionarias

Fonte: TINOCO (1931).

Enquanto a coluna Gwyer adia sua chegada à cidade de Campos por ordens superiores, alguns órgãos da imprensa campista, entre eles o jornal *A Gazeta*, faziam campanha contra o movimento exaltando o governo do presidente Washington Luís. O deputado Álvaro Neves, diretor deste mesmo jornal, fundou a Legião Benta Pereira que alistava voluntários para defender o governo, tendo a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha funcionado como quartel das tropas de oposição ao movimento (TINOCO, 1931). Preparada a ofensiva sobre a cidade de Campos para o dia 25 de outubro, chegara a notícia da deposição de Washington Luís.

Na tarde do dia seguinte, chegavam a Campos, de trem, os membros da Coluna Gwyer. O major Asdrúbal Gwyer de Azevedo foi nomeado prefeito da cidade pelo Comando do Setor Leste, recebendo o cargo das mãos de Luís Sobral. Imediatamente os possíveis focos de resistência começaram a ser combatidos, sobretudo os jornais que se colocaram contra o movimento, como por exemplo o jornal *A Gazeta* que foi empastelado, sendo salvo o jornal *A Notícia*, por intervenção do jornalista e defensor do movimento Gastão Machado.

Figura 4 - Parte da Coluna Gwyer, aquartelada na Escola de Aprendizes Artífices, em Campos



Fonte: TINOCO (1931).

Como símbolo da revolução, foi instalado provisoriamente na praça conhecida como “Fatia de Queijo”, no centro da cidade, um canhão utilizado pelas tropas do Setor Leste, oferecido pelo seu comando, enquanto não se construía um monumento definitivo para se perpetuar a importância do movimento no município. Muito se discutiu a respeito da permanência do canhão como símbolo da revolução de 1930, no entanto, este permanece na mesma praça até os dias atuais.

1.3.3. Os arranjos políticos locais no novo cenário estadual

Após a conturbada década de 1920, que teve a força do tenentismo como principal representante das insatisfações com o domínio da oligarquia cafeeira, os episódios de 1930 destituíram um modelo de república federalista, estabelecendo, imediatamente, uma situação de vazio de poder (FAUSTO, 1997), uma vez que nenhuma das forças do cenário político nacional oferecia condições de construir uma hegemonia.

O governo provisório que antecedeu a Constituição de 1934 e o curto momento democrático suspenso em 1937, assistiram a um movimento de rearranjo das classes

políticas e de sua relação com o Estado. Inicialmente a Constituição republicana de 1891 foi anulada e os mandatos políticos baseados em seu sistema eleitoral foram suspensos. Sendo assim foram depostos os presidentes estaduais, com exceção do estado de Minas Gerais (participante do movimento), e substituídos por interventores subordinados diretamente ao presidente da república (FAUSTO, 2001, p. 186).

O sistema de interventorias foi o principal instrumento utilizado no processo de centralização política no pós-1930. De acordo com Ângela de Castro Gomes (1980) os tenentes utilizaram as interventorias como instrumento para eliminar as oligarquias dominantes que comandavam os governos estaduais ao final da década de 1920. Segundo a autora, eles

procuravam emprestar ao Estado uma orientação claramente centralizadora, de reforço dos poderes intervencionistas da União, inclusive na área econômica e social. A execução desta proposta deveria estar pautada em padrões técnicos de administração, sendo sua eficácia garantida por um regime político forte (...), um modelo de Estado nitidamente antiliberal, na medida em que a crítica à oligarquia confundia-se com a crítica ao liberalismo utópico e desvirtuador da República Velha (GOMES, 1980, p. 27)

Os interventores sendo estranhos à realidade dos Estados, não dependiam de suas elites políticas, pois estavam ligados diretamente ao presidente Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo, o interventor deveria ter habilidade política para mediar os interesses das diferentes oligarquias em conflito, de modo a impedir que houvesse confronto direto com o governo central. Nos Estados onde essa mediação foi difícil, houve grande alternância de poder.

No Rio de Janeiro a revolução de 1930 gerou instabilidade, principalmente devido ao fracionamento político, impedindo que se criasse um quadro partidário consistente. Essa instabilidade é notável pela alta rotatividade de interventores nos primeiros anos.

Manuel Duarte, o último presidente eleito no regime decaído, foi deposto e o governo fluminense entregue ao interventor Coronel Demócrito Barbosa, substituído após apenas cinco dias por Plínio de Castro Casado, sucedido em maio de 1931 pelo General Mena Barreto que ocupou o cargo até o mês de novembro do mesmo ano, quando foi substituído pelo Tenente-Coronel Pantaleão da Silva Pessoa, permanecendo no cargo por um mês, até a nomeação de Ary Parreiras, cuja administração perdurou por 4 anos, entre 1931 e 1935 (KORNIS, 1989).

No último ano do governo Ary Parreiras foi convocada a Assembleia Constituinte Estadual, automaticamente convertida em poder legislativo após a promulgação da nova constituição fluminense. Seus parlamentares elegeram o Almirante Protógenes Guimarães para o governo do estado do Rio de Janeiro, que foi substituído pelo interventor federal Ernani do Amaral Peixoto, escolhido por Getúlio Vargas um dia antes da implantação do Estado Novo, em 1937 (FERNANDES, 2009, p. 128).

Durante esse período de instabilidade os diferentes grupos que compunham a elite política do município de Campos procuraram se articular em busca de espaço no novo contexto que se revelava.

1.3.3.1 Velhas elites e novos projetos: As associações políticas locais no contexto pós-1930

Refletem-se no cenário campista, logo após a revolução de 30, os sinais da formação de um “Estado de compromisso” (FAUSTO, 1997), devido à ausência do predomínio de uma determinada classe política, gerando uma situação em que o Estado se tornava o principal intermediador das relações políticas e econômicas. Nesses momentos de transição, quando se produz um “vazio de poder”, dinamizam-se as associações, expressões organizadas da sociedade civil que atuam na defesa de seus lugares na “malha social”. Nesses contextos tais associações apresentam uma “relação entre corpos constituídos e corpos intermediários, instituições herdadas e aspirações novas dos cidadãos, ideais coletivos e tensões singulares (...) desse ou daquele grupo de indivíduos reunidos” (RIOUX, 1996, p. 129).

Em janeiro de 1931 a Associação Comercial de Campos, uma das instituições que demarcavam seu espaço na malha social do município desde a primeira república, solicitava ao Dr. Plínio Casado, interventor federal no estado do Rio de Janeiro, uma prorrogação nos prazos para o pagamento dos impostos referentes aos exercícios anteriores e também ao ano corrente, pois a economia da cidade sofria duplamente, pela crise geral do capitalismo e também por se tratar do período de entressafra da produção açucareira.

No mês seguinte o interventor Plínio Casado visitou a cidade de Campos sendo recebido pelos representantes das mais importantes instituições da cidade, que aplaudiram a entrada do trem pela *gare* da estação, fazendo coro junto às bandas de

música presentes. Em discurso, o prefeito nomeado pelo interventor, Dr. Cardoso de Mello, herdeiro da linhagem nilista, desejava as boas-vindas à terra de Nilo Peçanha. O jornal Folha do Commercio dizia ainda que o povo campista ali representado não saudava apenas o interventor, ou o professor de direito e brilhante parlamentar que fora o Dr. Casado, “mais do que isso ainda, o povo [recebia] de preferência o revolucionário intemerato que, deixando família e comodidades, pegou em armas para descer do poder o mau governo que já se foi” (A VISITA..., 1931). Buscava-se assim a construção da imagem heroica do interventor e, ao mesmo tempo, do campista revolucionário, que desde sempre teria apoiado o movimento de outubro de 1930. Para completar as saudações, falou o secretário do bispado, padre João Maria, recebendo o interventor em nome do bispo diocesano.

A visita do interventor fluminense foi capaz de mostrar, além do desejo por parte das classes dirigentes municipais, de se integrarem ao Estado, as esperanças depositadas no novo governo. Mesmo os intelectuais¹⁹, como José Landim, demonstrando um grande pudor em verberar pelas páginas da Folha do Commercio contra o novo governo, apresentando críticas bastante sutis em suas entrelinhas, depositava no poder discricionário de Plínio Casado suas esperanças em ver resolvidos os problemas que comprometiam o progresso de Campos. Em sua “Carta aberta ao sr. Plínio Casado” o articulista alertava para o fato de que a imagem de cidade revolucionária que se criava com as manifestações pela sua chegada à cidade não era bem verdadeira pois

nada fizemos pela Revolução, (...) batemos palmas, tão somente, a todas as tropas aqui aquarteladas, trouxessem ellas ou não o lenço vermelho no pescoço”, [e que] os mesmos políticos, que presentemente o rodeiam e aclamam, ovacionaram (...) o presidente Duarte, há poucos mezes, pela intervenção (...) indébita, num caso melindroso de eleições municipaes (LANDIM, 1931).

¹⁹ Sirinelli (1996) classifica o meio intelectual como polimorfo e polifônico. Segundo o autor seria possível classificar como intelectuais todos aqueles que atuam como criadores ou mediadores culturais, o que incluiria jornalistas, escritores, e uma ampla gama de indivíduos. Ao mesmo tempo, numa visão mais restrita, o termo intelectual deveria ser adotado com base na noção de engajamento, de atuação nos debates políticos da sociedade. Sirinelli conclui que o debate entre as duas concepções não é relevante pois o “historiador do político deve partir da definição ampla, sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo” (SIRINELLI, 1996, p. 243), ou seja, a noção de intelectual varia de acordo com o contexto histórico. No caso em tela e ao longo desta tese tal consideração é adotada. José Eduardo Ferreira Landim era um literato, colunista do jornal Folha do Commercio e professor do Liceu de Humanidades e Escola Normal de Campos.

Sendo assim, como aquelas manifestações não representavam os reais sentimentos do povo de Campos, este não deveria esperar

benefícios especiais dos vitoriosos de Outubro, porém um dos mais importantes municípios do país, cujas rendas eram superiores as de mais de um estado da União, sofria com os altos impostos e com o abandono das obras públicas, (...) descuram-se os serviços, (...) andam desarvoradas a indústria e a lavoura, — enquanto o funcionalismo público se debate (...) com quatro meses de vencimentos não pagos!” (Idem, *ibidem*).

Era preciso então que esse novo Estado tomasse as devidas providências, impedindo que o município fosse à falência, como descrito ao final do texto:

Não é, portanto, com o soldado gaúcho que contamos, — é com (...) o caráter, a cultura e a democracia legítima daquele “*leader*” da oposição, que dominava a câmara pela justeza de suas idéias, pela clareza de sua argumentação, pelo seu valor de jurista e pela elegância moral de suas atitudes.

Que nos valham, então (...), os méritos reconhecidos dum interventor estranho, e que o município possa ter (...) a consideração que sobejamente merece, como o maior centro da vida econômica do Estado e dos mais importantes do Brasil (Idem, *ibidem*).

Neste período ressurgia o velho sonho acalentado pelos campistas de ver a cidade transformada em capital do estado do Rio de Janeiro (ALVES, 2013). Como se tratava de um período de mudanças políticas, acenderam-se as esperanças na figura do interventor Plínio Casado. Após o anúncio da sua substituição como interventor fluminense desde fevereiro de 1931, o que só veio a ocorrer em maio, o jornalista Leovigildo Leal lamentava as perdas que sofreriam os campistas com a retirada do dr. Casado do governo, pois talvez não lhe restasse tempo nem mesmo para “passar, como também já quer, a capital do Estado, de Niterói para Campos. Seria este, sem dúvida, o máximo problema de seu governo para consertar o desequilíbrio político, social e financeiro do Estado” (LEAL, 1931a).

Ao mesmo tempo havia a preocupação em não deixar transparecer uma imagem vinculada à política realizada por meio da troca de favores, e sim mostrar que os campistas não dependiam da proteção de um interventor federal, ainda mais não sendo este fluminense. Os jornais se preocupavam em apresentar um município politicamente independente, que deveria ser levado em consideração pelos governos, para que fosse feita justiça no Estado, pois Campos, além de ser “a pérola do Paraíba”, também se considerava “a joia de maior preço no colar das cidades fluminenses” (Idem, *ibidem*).

O cenário pós-revolução e sua face modernizadora, ainda que por meios conservadores, revelou-se em Campos com uma força muito intensa, evidente na preocupação com a urbanização e com a estética da cidade, sobretudo em torno das obras de reconstrução da catedral diocesana e, ao mesmo tempo, da retomada das obras de construção do fórum, projeto do governo do Estado durante a presidência de Raul Veiga (1918 – 1922), que deveria marcar as comemorações do centenário da independência em 1922, porém, com a queda do nilismo, as obras foram abandonadas pelos governos de Feliciano Sodré e Manoel Duarte.

Com a revolução de 1930 a imprensa local sofreu o empastelamento dos jornais A Gazeta e o Monitor Campista, ambos reabertos em 1931. Em seu texto de reapresentação o Monitor Campista se posicionava a respeito do movimento vitorioso em outubro de 1930 como precursor de “uma nova era de nossa evolução histórica, cooperando para o aperfeiçoamento dos nossos costumes e instituições” (MELLO, 1931). Sendo, portanto, um fato consumado, a revolução deveria operar as transformações que prometeu, e que estas fossem realmente eficazes e duradouras, para que em breve pudesse voltar o país ao regime constitucional.

Enquanto isso, seguia na administração municipal o ex-vereador nilista, dr. Cardoso de Mello, realizando um tímido governo de transição, cuidando das reformas necessárias, sobretudo em relação aos melhoramentos urbanos, como o calçamento de importantes avenidas da cidade, porém sem muito destaque nas páginas do noticiário local.

Quando da transferência da interventoria estadual das mãos de Plínio Casado para o general Mena Barreto, o dr. Cardoso de Mello entregou ao novo interventor o cargo de prefeito, por se tratar este, na “República Nova”, de um cargo de nomeação, ligado à interventoria estadual. Este gesto gerou um movimento pela sua permanência, sobretudo por parte dos estudantes campistas, que organizaram um ato junto a admiradores do prefeito. A manifestação ocorreu a 07 de junho de 1931, contando com a presença dos alunos do Liceu de Humanidades, da Escola Normal, da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, do Instituto Comercial e da Escola Ruy Barbosa. Dois dias depois, publicava a *Folha do Commercio* uma entrevista com o dr. Cardoso de Mello, quando retornava de Niterói, onde se reunira com o general Mena Barreto para tratar da sua permanência na prefeitura.

No entanto, as articulações políticas do nilismo com o governo revolucionário reservaram outra função para o Dr. Carsoso de Mello, que assumiu o importante cargo de Secretário do Interior e Justiça em novembro de 1931, na interventoria de Ary Parreiras, sendo substituído na prefeitura de Campos por Sílvio Bastos Tavares.

O período compreendido entre a revolução de 1930 e a promulgação da Constituição de 1934 se apresentou para os campistas como um turbilhão de ideologias, esperanças e também de apreensão, por se viver sob um governo provisório, diante de uma grave crise econômica a ser controlada por este Estado que, por sua vez, precisava construir sua hegemonia junto a sociedade civil que nutria o sonho de ver as suas usinas produzindo a todo vapor, conduzindo a terra Goytacá ao posto de capital fluminense.

Além dos campos político e econômico, ocorreram também intensos debates no campo comportamental e educacional em todo o país, e também no município de Campos dos Goytacazes, no interior fluminense.

Capítulo 2 – Os debates sobre a educação da infância

De acordo com Inácio (2009), desde finais do período colonial no Brasil a imprensa já possuía uma dimensão educativa, seguindo uma “crença no poder da palavra impressa no aprimoramento da sociedade, por meio da consolidação de ideias” (INÁCIO, 2009, p. 56).

Tal crença advém do papel assumido pela imprensa como orientadora da opinião pública desde a Revolução Francesa, quando “os revolucionários agarraram a alavanca da prensa e a fizeram baixar nos tipos travados na fôrma, [e enviaram] um novo fluxo de energia através do corpo político” (DARNTON, 1996, p. 16). Desde então, tomar o poder significou tomar a palavra e os meios para difundi-la, por isso, ao voltar os olhos para o início do século XX, a imprensa periódica deve ser compreendida não apenas como o lugar do registro do cotidiano, mas também como parte integrante dele. Naquele tempo, a imprensa periódica, apesar dos primeiros passos da ‘radiodifusão’, ainda era a principal arena de debate sobre os temas da sociedade, dentre os quais, a educação e a infância.

2.1. A militarização da infância como modelo de educação moral e cívica

Entre os debates presentes naquele contexto de mudanças, ganhava destaque na imprensa periódica campista a defesa do papel do escotismo enquanto instituição auxiliar da escola, sobretudo a primária, na formação cívica dos cidadãos.

Estudando a militarização da infância como instrumento de educação cívica na república portuguesa, Pintassilgo (1998) historicizou o processo de sua implantação na Europa a partir dos “batalhões escolares”, identificando sua origem na França em 1780, no contexto da revolução, “com base no pressuposto de que a formação do cidadão é indissociável da do soldado” (PINTASSILGO, 1998, p, 201). No entanto, sua disseminação pelo país só ocorreu um século depois, motivada pelo ambiente revanchista instaurado após a derrota na guerra franco-prussiana.

Em Portugal os batalhões escolares surgiram na década de 1880, por influência de sua difusão pela França, com inspiração republicana e maçônica, e por isso mesmo extintos pelo governo monárquico logo em 1892. No entanto, a própria Coroa apropriou-se do sentido militarista da instrução primária e regulamentou, dois anos

depois, a Instrução Militar Preparatória, com o objetivo de reforçar o sentimento patriótico a fim de “assegurar mais eficazmente a defesa nacional, ao mesmo tempo em que se alcançavam ‘importantes vantagens de carácter social’” (PINTASSILGO, 1998, p. 203). Em termos práticos, a Instrução Militar Preparatória visava representar o sentido patriótico nas festas cívicas, intensificando-se com a implantação do regime republicano, com base em novo regulamento que, além da preparação militar, promovia a “educação cívica e, significativamente, a ginástica e o canto coral” (idem, *ibidem*, p. 204).

Na Espanha o surgimento dos batalhões escolares estava relacionado ao contexto de decadência do império colonial, após a derrota na guerra hispano-americana de 1898. O primeiro deles surgiu em Granada, seguido pelos de Valência e Alboraya. Diferente do republicanismo presente nos exemplos francês e português, os batalhões espanhóis estavam ligados aos setores tradicionalistas católicos, apresentando-se em festas e procissões religiosas (idem, *ibidem*).

No Brasil, a ideia da formação integral dos cidadãos em seus aspectos “físico, intelectual e moral”, por meio de uma educação física com viés militarista, estava presente desde o final do século XIX, nos discursos da campanha republicana. Rosa Fátima de Souza (1998; 2000) aponta que, embora a primeira reforma da instrução pública do estado de São Paulo no regime republicano, realizada em 1892, previsse a introdução dos exercícios militares, o regimento publicado em 1894 não mencionava essa prática. Apenas em 1904 tais exercícios foram regulamentados na forma dos “batalhões infantis” de acordo com o regimento dos grupos escolares e escolas modelo (SOUZA, 2000).

Os batalhões paulistas, a exemplo do que ocorria na França e em Portugal, simulavam corporações militares e objetivavam o desenvolvimento do patriotismo por meio da celebração cívica e o reforço do ideal republicano. Segundo Souza (2000) os batalhões infantis encantavam a sociedade por “oferecerem a representação de um corpo unido e harmônico, como deveria ser a pátria e a nova ordem” (SOUZA, 2000, p. 108).

No estado do Rio de Janeiro os batalhões escolares surgiram no início do regime republicano, a partir da implantação dos primeiros grupos escolares, criados em 1900 (RODRIGUES, 2019). O regulamento da Instrução Pública, editado naquele ano pelo Decreto nº. 588, de 25 de janeiro, tinha entre seus principais objetivos o de “resolver

mais diretamente a grave questão da educação popular (...), nos institutos primários, pela realização da cultura intelectual, moral e cívica da infância fluminense” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 325). Em seu Artigo nº. 62 o regulamento recomendava o ensino intuitivo e previa o desenvolvimento da cultura cívica por meio das disciplinas de história, música – que obrigatoriamente deveria se fazer a partir de cânticos e hinos cívicos –, e do ensino da ginástica, que deveria ser “exclusivamente higienica e educativa, por meio de exercícios graduados apropriados á idade dos alunos, e de jogos tendentes a auxiliar o seu desenvolvimento physico” (idem, ibidem, p. 425).

Apesar de a legislação do ensino primário fluminense não fazer referência à militarização, e assinalar a exclusividade da ação educativa apropriada à idade das crianças, os exercícios militares foram instituídos, por exemplo, no Grupo Escolar Barão de Tautphœus, em Campos dos Goytacazes, no ano de 1900.

Assim como no estado de São Paulo, os exercícios militares aconteciam fora do horário regulamentar das demais aulas, durante os recreios. O responsável pela condução dos exercícios era o major Julio Armond, secretário do Liceu de Humanidades de Campos e também do grupo escolar²⁰. Segundo Souza (2000), a ausência de professores de ginástica contribuía para que militares assumissem essa tarefa nos grupos escolares.

Os exercícios militares dos alunos do Grupo Escolar Barão de Tautphœus ocorriam no parque em frente ao prédio do Liceu. Na imprensa local se faziam referências à “companhia de guerra” do grupo escolar. Para a formação da “companhia”, que contava com o número de cem alunos, o diretor da escola utilizava os jornais para realizar campanhas de arrecadação no intuito de providenciar o seu fardamento e o “indispensável armamento” (BATALHÃO..., 1900), já que a “mesma lei

²⁰ A reforma da Instrução Pública de 1900 no estado do Rio de Janeiro priorizou o ensino primário. Foram extintas as escolas normais de Barra Mansa e Campos dos Goytacazes, e seus prédios foram ocupados pelos grupos escolares criados pelo mesmo dispositivo. O Liceu de Humanidades de Campos ocupava o prédio principal da antiga residência do Barão da Lagoa Dourada, enquanto a Escola Normal de Campos funcionava numa construção situada nos fundos do solar, onde outrora se localizava a senzala. Em 1900 a Escola Normal foi extinta e suas dependências foram entregues ao Grupo Escolar Barão de Tautphœus. Por iniciativa particular, foi então criada a Escola Normal Livre, que funcionou até o ano seguinte, quando a situação foi revertida e a escola normal oficial reaberta, passando então a funcionar no mesmo espaço as três instituições: o liceu, a escola normal e o grupo escolar. Sobre o Liceu e a Escola Normal de Campos ver: Martínez & Boynard (2004; 2010), Martínez; Gantos & Boynard (2006), Martínez (2009), Martínez & Fagundes (2010). Sobre o Grupo Escolar Barão de Tautphœus, ver Rodrigues (2019).

que criou escolas e grupos não estabeleceu que nelles se organizassem batalhões escolares” (idem, *ibidem*). Não sabemos ao certo a qual tipo de “armamento” se referia o diretor do grupo escolar, mas a partir do caso paulista, onde se utilizavam “espingardas de madeira, cinturões, baionetas, tambores e cornetas” (SOUZA, 2000) nos treinamentos, é provável que o mesmo tipo de instrumentos se fizesse presente na “companhia” do grupo escolar Barão de Tautphœus.

Da mesma forma que nos congêneres europeus, e também em São Paulo, os exercícios militares eram exibidos nas festas cívicas. Nas comemorações dos onze anos da proclamação da República brasileira, no dia 15 de novembro de 1900, foi organizado um grande desfile cívico percorrendo as principais ruas do Centro da cidade de Campos, organizado de forma hierárquica tendo à frente os alunos das escolas primárias isoladas masculinas, seguidos pelas femininas, portando seus respectivos estandartes. Logo após vinham os alunos do grupo escolar “fardados e armados, formando uma companhia de guerra sob as ordens do seu comandante” (15 DE NOVEMBRO, 1900), seguidos das alunas, devidamente uniformizadas. Na sequência desfilaram as escolas particulares, Escola Normal Livre, os ‘preparatorianos’ do Liceu, professores, autoridades do ensino e autoridades locais. (RODRIGUES, 2019, p. 122).

O desfile cívico materializa assim uma representação social (CHARTIER, 2002a; 2002b) dos primeiros anos republicanos, com a utilização de símbolos, como bandeiras e estandartes, evidenciando a centralidade da escola na cultura republicana que se pretendia inculcar. Também na própria disposição hierárquica das alas do desfile, partindo das crianças até os adultos, e no interior dessa hierarquia, os elementos masculinos sempre a frente dos femininos (RODRIGUES, 2019).

No intuito de formar o cidadão-soldado, patriota e disciplinado, o batalhão do Grupo Escolar Barão de Tautphœus possuía uma hierarquia interna, que reproduzia a carreira militar. Era composto por duas turmas, sendo uma a “adiantada”, cujos membros comandavam alguns exercícios da outra turma, a “atrasada”. De acordo com seu desempenho nos exercícios, as crianças-soldados eram condecoradas com títulos de oficiais: havia o capitão, dois tenentes, seis alferes, um primeiro-sargento, dois segundo-sargentos, um furriel, nove cabos, dezesseis anspeçadas, dois corneteiros e dois tamboreiros (idem, *ibidem*).

As crianças do grupo escolar, portanto, eram

tratadas como militares, sendo referidas pela sua patente. O menino Amyntas de Assis, por exemplo, era o primeiro tenente, cursava a terceira série elementar, prestando exames para o curso médio no final daquele ano, devendo ter cerca de 10 anos de idade, já os alferes Berquim Laccourt e José Brum cursavam a segunda série do curso médio tendo, no mínimo, 13 anos de idade (idem, ibidem, p. 122).

A reação da população em relação à militarização da infância era diversa. Pintassilgo (1998) assinala que, no caso português, essa prática era defendida pelos setores militares e por agentes do governo, porém era combatida nos meios educacionais. Enquanto os defensores apoiavam-se em argumentos de cunho nacionalista e até belicista, característicos do contexto que antecedeu a Primeira Grande Guerra, os educadores se pronunciavam a partir de um olhar científico, com base na psicologia infantil, argumentando que a criança não deveria ser tratada como um adulto em miniatura, mas sim um indivíduo em formação, recomendando portanto a educação física, a educação moral e cívica. Além desses posicionamentos, havia ainda uma opinião intermediária que recusava a militarização da infância, mas defendia a formação do futuro cidadão-soldado, pelo “robustecimento físico e moral da criança” (PINTASSILGO, 1998, p. 213).

No Brasil, em relação ao estado de São Paulo, apesar dos argumentos favoráveis de alguns educadores no sentido do desenvolvimento do patriotismo, do civismo, da “moralização dos hábitos, a eugenia e a disciplina corporal” (SOUZA, 2000, p. 109), as atividades militares na escola primária também enfrentavam dificuldades, entre elas a ausência de uniformidade nos métodos de instrução.

Em Campos dos Goytacazes a defesa da iniciativa era alimentada pela influência do cenário belicista europeu na virada do século. Os argumentos favoráveis se aproximavam daqueles verificados por Pintassilgo (1998) em Portugal. Inculir na criança uma educação cívica que estimulasse um sentimento de compromisso com a defesa da pátria era essencial para a formação de uma nação forte. Segundo editorial do jornal *Gazeta do Povo*,

a política de expansão colonial que (...) vae lá pelo velho mundo tragando (...) os povos fracos — e que ultimamente ensaia os seus primeiros passos na América — põe de sobreaviso todos os espíritos patrióticos e lhes desperta o sentimento dessa imperiosa necessidade de se trabalhar pela constituição definitiva desse sentimento de nacionalidade, que faz os povos fortes na defesa dos seus ideaes (EDUCAÇÃO Cívica, 1900).

A ideia de um perigo iminente, que inclusive se aproximava do continente americano, era justificativa para se promover a militarização da infância, a fim de desenvolver na criança a “consciência de seus direitos e de seus deveres, ao mesmo tempo inculcando-lhes no animo a segurança de sua força, para defesa da Pátria, na emergência de uma guerra extrema” (UM PASSO..., 1900, p. 161). Da mesma forma que em Portugal, onde Pintassilgo (1998) identificou entre os argumentos favoráveis à militarização a ideia de que a paz era uma utopia (PINTASSILGO, 1998, p. 211), o editorial do jornal *Gazeta do Povo* trazia o seguinte alerta:

Não nos pareça jamais, que, embaladas pela risonha e fagueira utopia da fraternidade humana, — essa fantasia do amor universal das imaginações mysticas dos philosophos sonhadores, — devamos [nos] deixar (...) adormecer entorpecendo as fibras do sentimento nacional, até o momento em que os canhões estrangeiros venham nos acordar, para pagarmos o tributo do *chair au canon* em homenagem á fraternidade dos povos (EDUCAÇÃO Cívica, 1900).

Assinando apenas com as iniciais T. L. um articulista publicou na revista literária *A Aurora: Letras-artes-ciências*, editada em Campos dos Goytacazes, um texto onde exaltava as vantagens do batalhão escolar sentenciando que enquanto “a escola da monarquia fez políticos, a da República [fazia] cidadãos e soldados” (UM PASSO..., 1900, p. 162).

Por outro lado, os educadores criticavam o militarismo. No número seguinte da mesma revista o professor de Português do Liceu de Humanidades e de Pedagogia da Escola Normal de Campos, Homero Moretzsohn, publicou uma resposta ao que classificou como um erro, “quem sabe até si será um crime (...), militarizar a infância” (MORETZSOHN, 1900, p. 173). Segundo o educador o amor pela farda era um “fetichismo do século XIX”, e o amor pela pátria, para florescer nos corações, não necessitava que esses pulsassem “sob os botões dourados das fardas; nem [seria] preciso o cheiro da pólvora (...) para que se [pintasse] na tela da imaginação do indivíduo, o vulto sacrossanto da Pátria” (idem, *ibidem*).

O educador segue defendendo o desenvolvimento de valores cívicos, da dignidade e do amor ao trabalho, pelo cultivo das letras e das ciências, alertando ainda para a diferença entre os exercícios físicos e a instrução militar. Em relação aos alunos da instituição privada que também dirigia, o *Gymnasio Campista*, afirmava:

Não quero militarizar os meus alunos. Desejo principalmente fazer deles homens sãos, homens de bem quando não possam todos vir a ser homens ilustres nas artes da paz (...).

Por isso deixo-os correr, saltar, gritar á vontade nas horas de recreio que multiplico o mais que posso, porque sei, como médico, como pae e como professor de pedagogia, que a imobilidade e o silencio prolongados são o maior martyrio que se póde impor á infância e só em prejuízo do seu organismo physico (MORETZSOHN, 1900, p. 174).

Dessa forma, utilizando-se da autoridade e prestígio do saber médico e da atuação como professor da escola normal, acaba por se aproximar do mesmo argumento defendido pelos educadores portugueses, como mostra Pintassilgo (1998), ao citar o exemplo do professor primário Viriato de Almeida, para quem a missão da escola primária deveria ser “imensamente pacifista [inspirando] na criança sentimentos de paz e amor (...), ensinando-lhe a amar no seu semelhante um seu irmão”, e ao mesmo tempo a “detestar o miserável espetáculo da guerra” (PINTASSILGO, 1998, p. 211).

Em 1902 uma reforma administrativa do governo fluminense extinguiu os grupos escolares. O Grupo Escolar Barão de Tautphœus teve suas atividades encerradas em 28 de novembro daquele ano, após a realização dos exames finais. Junto com ele extinguiu-se também o seu batalhão escolar, não havendo mais indícios da prática de exercícios militares na escola primária de Campos dos Goytacazes e de todo o estado do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2019).

Com o advento da Primeira Guerra Mundial o ideal de militarização da infância perdia força. De acordo com Souza (2000) a prática dos exercícios militares em São Paulo desaparecia, permanecendo a educação física por meio da ginástica, o mesmo ocorrendo em outros países da América Latina, como Uruguai e na Argentina. Pintassilgo (1998) aponta que os batalhões escolares em Portugal também tiveram duração efêmera, sendo resgatados sob novas formas pelos regimes autoritários anos depois.

Após a Primeira Grande Guerra reacendiam-se os nacionalismos. No Brasil vários movimentos surgiam no intuito de regenerar a República, como a moralização dos costumes e da política a partir da instituição do voto secreto, defendido no programa político da “Reação Republicana” — como foi batizada a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em 1922 (FERREIRA, 1993) —, sendo também um dos pontos principais do movimento tenentista; intelectuais e artistas debatiam a questão da nacionalidade brasileira a partir da valorização dos elementos da cultura popular em oposição ao estrangeirismo puro e simples e a centralidade da educação

na construção da nacionalidade; tudo isso coroado com a comemoração do primeiro centenário da independência, no dia 7 de setembro de 1922.

Nesse sentido, o combate ao analfabetismo e a importância da educação primária na formação dos cidadãos ganhavam destaque. Devido aos horrores da guerra os exercícios militares dos batalhões escolares para a formação moral e cívica davam lugar a uma nova prática, já experimentada na Europa e considerada bastante eficaz na tarefa de disciplinar a infância e no cumprimento dos preceitos eugênicos de “fortalecimento da raça”, tão em voga naquele momento. Trata-se do escotismo, movimento idealizado pelo militar inglês Baden Powell em 1907, e que rapidamente se espalhou por todo o mundo.

Pintassilgo (1998) identificou no ano de 1911 a instalação do primeiro grupo de escoteiros no território português de Macau, na Ásia. Em 1912 já havia três grupos de escoteiros em Lisboa, cuja união deu origem, no ano seguinte, à Associação dos Escoteiros de Portugal (A.E.P.). Em 1914 surgia, na cidade do Porto, a União dos Adueros de Portugal, grupamento de escoteiros com um forte teor nacionalista e laico. Na mesma década de 1910 o escotismo chegava ao Brasil.

Em São Paulo foi criada em 1914 a Associação Brasileira de Escoteiros, a primeira entidade dirigente do escotismo nacional (NASCIMENTO, 2004, p. 47). Ao retornar de uma viagem a São Paulo realizada em 1915, discursando para os que o aguardavam na gare da Central do Brasil, Olavo Bilac – o “Príncipe dos poetas brasileiros”, como era chamado – declarou não querer “dinheiro, nem a glória, nem as honras, nem as cadeiras da Câmara e do Senado, nem mesmo a fútil recompensa da popularidade (...), [queria ser apenas] o mais velho escoteiro do Brasil” (OLAVO Bilac, 1915). Em 1916 um grupo de intelectuais liderados por Olavo Bilac²¹ fundava, na capital federal, a Liga de Defesa Nacional, cuja plataforma incluía a fundação de associações de escoteiros (idem, ibidem).

²¹ Além da poesia parnasiana Olavo Bilac dedicou-se, desde finais do século XIX, à publicação de livros infantis, como “A terra fluminense” e “A Pátria brasileira”, em parceria com Coelho Neto. Segundo Hansem (2011) na produção bibliográfica de Bilac voltada para fins educativos destacavam-se a “valorização da estética, da disciplina, da honra, da cultura física e de outros atributos” (HANSEM, 2011, p. 8). O nacionalismo de Bilac se acentuou a partir de 1915, quando percorreu o país proferindo palestras defendendo ideais cívico-militares, iniciando o processo que levou à criação da Liga de Defesa Nacional, fundada no dia 7 de setembro de 1916.

No mesmo ano o professor paulista Amadeu Amaral defendia, pelas páginas da Revista de Ensino, a adoção do escotismo como instrumento para a “remodelação moral de um povo” (SOUZA, 2000, p. 110).

O escotismo foi adotado oficialmente na educação pública do estado de São Paulo a partir de 1917. Foram organizados cursos especiais para a formação de instrutores e o Manual do Escoteiro, de Baden Powell, foi distribuído em larga escala (DIAS, 2013). Segundo Souza (2000), nascia assim o escotismo escolar, vinculado ao movimento nacionalista e patrocinado pela ação do Estado (SOUZA, 2000, p. 111).

Além da Liga da Defesa Nacional, o poeta Olavo Bilac liderou a criação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, que defendia uma escola primária voltada para a alfabetização e educação cívica dos brasileiros por meio do escotismo, aproximando assim o combate ao analfabetismo dos ideais da Liga da Defesa Nacional. No estado do Rio de Janeiro tais campanhas foram capitaneadas por Luiz Palmier²² médico e liderança política da região de São Gonçalo, diretamente ligada à capital Niterói.

A Associação Fluminense de Escoteiros (A.F.E) foi criada no ano de 1918, em sessão solene no Theatro Municipal de Niterói, durante a comemoração cívica do 14 de julho²³, que naquele ano foi “promovida pelos escoteiros nichtheroyenses” (FRANÇA-Brasil, 1918, p. 1), sob a coordenação do Dr. Luiz Palmier (COMMEMORAÇÃO de 14..., 1918, p. 1), quando tomaram posse os membros de sua diretoria, tendo como presidente o Dr. Armando Gonçalves.

Por meio da imprensa periódica foi possível identificar o início das referências às possíveis vantagens do escotismo para a educação cívica da infância em Campos dos Goytacazes. A primeira ocorrência foi em 1917, na coluna assinada por Benedicto Costa Netto, na Folha do Commercio, recomendando a leitura do livro de Attilio Vivacqua, intitulado “O Escoteiro”, que seria a primeira obra sobre o escotismo publicada no Brasil, no ano de 1916 (O ESCOTISMO, 1917). Em 1919 outra referência

²² Sobre Luiz Palmier e a Liga Fluminense Contra o Analfabetismo, ver Nofuentes (2008).

²³ Data da queda da Bastilha, durante a Revolução Francesa. A influência da Revolução Francesa no movimento republicano brasileiro foi intensa desde a fase da campanha, ainda durante o Império. Segundo Carvalho (2007) era “costume dos republicanos brasileiros cantarem a Marselhesa, de representarem a República com o barrete frígio” (CARVALHO, 2007, p. 10). Durante o Império, “a data do 14 de julho era, aliás, uma dor de cabeça para o representante francês [no Brasil], pois os republicanos dela se aproveitavam para cantar livremente o hino libertário e combater a Monarquia” (idem, ibidem, p. 122). Instalada a República, o 14 de julho se tornou, no conjunto da simbologia construída pelo regime, data cívica, vibrantemente comemorada nas escolas primárias (TEIVE & DALLABRIDA, 2011).

no mesmo jornal apresentava o escotismo como forma de preparação moral, intelectual e física da infância. Segundo a matéria, “o escoteiro aprende a se bastar a si mesmo, a lançar mão, inteligentemente, de todos os recursos ao alcance, a ser forte, ser leal, atento e observador” (ESCOTISMO, 1919, p. 1). Informava ainda que o escotismo era uma realidade na Argentina e principalmente no Chile, e que no Brasil a iniciativa crescia a partir do estado de São Paulo, avançando em direção ao Sul do país. Também noticiava que acabara de se criar uma escola de escoteiros na capital federal e apresentava o seu programa, assim organizado:

Fins do escotismo; Educação Physica; Educação Moral e Cívica; Socorros urgentes de medicina; Exercícios militares; Topographia; Pistas e observações; Cyclismo, natação e tiro; Levantamentos específicos e avaliações de distâncias; Cães policiaes; Automobilismo e Esgrima; Equitação; Geographia e Chorographia do Districto Federal; Electricidade; Photographia e Serviços de Cobertura; Ligação e Internações; Administração (...); Orientação; Signaleiros; Código de Escoteiros; Hymnos e Canções Patrióricas (idem, ibidem).

Além dessas características, o texto destacava os valores a serem desenvolvidos pelo escotismo, como o amor à natureza, o amor ao semelhante, o cavalheirismo, o amor a si mesmo e o amor à Pátria. É importante assinalar que a preparação militar era citada como apenas uma entre tantas outras características importantes na construção da identidade social masculina: a dos homens habilidosos e fortes, construtores de um país forte.

Segundo Souza (2000), o início da década de 1920 representou um momento de “entusiasmo pelo escotismo” (SOUZA, 2000, p. 113). Em 3 de outubro de 1921 era fundado em Niterói o ‘Colégio Rio de Janeiro’, cuja propaganda ressaltava a oferta dos regimes de externato, semi-internato e internato com “educação moral, cívica, physica e doméstica pelo escoteirismo” (COLLEGIO Rio..., 1921). Seu diretor era o professor de ginástica Virgílio Azevedo Brito, que havia criado um novo esporte, um tipo de luta, batizado de “Dynamocordio” (REALIZA-SE hoje..., 1921). Em 1922 o professor Virgílio Azevedo Brito assumiu o cargo de diretor técnico da A.F.E., e iniciou uma campanha de divulgação do escotismo, percorrendo municípios no interior do Estado.

Em agosto do mesmo ano, em meio aos preparativos para as comemorações do centenário da independência do Brasil, Virgílio Brito chegou a Campos, visitando a redação do Jornal Folha do Commercio. Segundo o jornal, o professor vinha

“comissionado pelo governo fluminense, para organizar o escotismo nas nossas escolas públicas” (OS ESCOTEIROS, 1922), e com o mesmo fim visitaria, em seguida, a cidade de Miracema. Esta citação revela indícios do interesse, por parte da A.F.E., em tornar o escotismo o modelo de educação moral e cívica das escolas públicas do Estado, como já ocorria em São Paulo. Tal intuito, no entanto, não foi atendido, visto que um ato do governo do Estado, de 9 de maio de 1923, indeferia o pedido de Virgílio Brito de “uma gratificação para o ensino do escotismo nas escolas públicas” (SECRETARIA Geral..., 1923).

Em dezembro de 1923, depois de um imbróglio eleitoral ocorrido ao final do ano anterior, que resultou em intervenção federal por meio de um governo provisório de onze meses do interventor Aurelino Leal (janeiro a dezembro de 1923), tomava posse o presidente Feliciano Sodré, grande entusiasta do movimento da “Renascença Fluminense” (como já referido no capítulo 1 desta tese) e também do escotismo.

O governo Sodré estimulou o escotismo no estado do Rio de Janeiro. Em 1924 o diretor técnico da A.F.E., professor Virgílio Brito, visitou novamente a cidade de Campos dos Goytacazes, acompanhado de um grupo de oito meninos escoteiros, sendo um deles seu filho. No mesmo ano foi organizado o primeiro grupo de escoteiros em Campos, comandado pelo comerciante, ex-tenente da Guarda Nacional, ex-vereador, “proprietário de uma importante casa de jóias e representante do partido socialista de Campos”, como ironizava a imprensa local, o tenente Antônio Eugênio Fritsch, que treinava três escoteiros campistas para a realização de um “*raid*” partindo de Campos com destino a Niterói.

Os “*raids*” eram uma prática comum no escotismo, e consistiam em caminhadas percorrendo longas distâncias, atravessando regiões isoladas de difícil acesso, onde os escoteiros, em grupos ou individualmente, levavam material de acampamento, mantimentos, medicamentos e materiais de primeiros-socorros. A cada cidade alcançada, os escoteiros postavam correspondências e visitavam as redações de jornais a fim de darem provas de seu estado de saúde, até a chegada ao destino final, onde entregavam às autoridades escoteiras ou políticas uma mensagem de seus pares do lugar de origem.

Um exemplo que ganhou notoriedade foi o do “*boy scout*” brasileiro, representante da A.F.E., chamado Álvaro Francisco da Silva, de apenas 13 anos de idade, que realizou o *raid* Rio de Janeiro – Valparaíso, no Chile. O jornal “O País”

transcreveu trechos do discurso do embaixador Brasileiro no Chile, Gurgel do Amaral, que assim o apresentou ao presidente da República daquele país, em grande solenidade:

Tenho a honra de apresentar a V. Ex. o escoteiro brasileiro Álvaro Francisco da Silva. Tem 13 annos. Veiu a pé desde o Rio de Janeiro até Santiago e irá depois a Valparaiso para executar completamente a sua missão de gratidão. Atravessou cinco Estados brasileiros e também o Uruguay e a Argentina, e cruzou os Andes para vir até á presença de V. Ex” (DO RIO a Santiago..., 1924).

Inspirados pelo feito do jovem escoteiro da capital do Estado, três integrantes²⁴ do Grupo de Escoteiros Galvão Baptista, de Campos dos Goytacazes, filiado à A.F.E., depois de realizarem os treinamentos com o chefe do grupo, Antônio Eugênio Fritsch, estavam prontos para o *raid* Campos–Niterói, que recebeu o nome de “*Raid* Gurgel do Amaral”. A organização contou com o apoio do presidente do Estado, Feliciano Sodré, a participação direta do professor Virgílio Brito, diretor técnico da A. F. E. (OS ESCOTEIROS Fluminenses, 1924), que esteve em Campos formando a comissão organizadora e acertando todos os detalhes.

Os escoteiros partiram a 13 de julho de 1924, chegando a Niterói no dia 15. Três dias depois um dos vencedores do *raid* esteve em Campos informando que os escoteiros campistas permaneceriam acampados em Niterói para a participação na festa cívica do 7 de setembro (ESCOTISMO, 1924a). Além de campistas e niteroienses, o *raid* contou com a participação de grupos de escoteiros dos municípios de “Miracema, Parahyba do Sul e Duas Barras” (ESCOTISMO, 1924b), cuja recepção ocorreu apenas nos festejos da independência, apesar de estarem acampados na capital desde julho. O motivo de não terem sido recepcionados em sua chegada se deveu ao levante tenentista ocorrido em São Paulo. Os escoteiros de Campos regressaram à cidade no dia 9 de setembro (A. FLUMINENSE de Escoteiros, 1924). Os *raids* continuaram sendo uma prática comum ao longo da década de 1920, alguns deles passando pelo município de Campos e sendo registrados pela imprensa.

Naquele contexto, o presidente Feliciano Sodré, inspirado pela reforma realizada por Sampaio Dória no estado de São Paulo em 1922, reformou o ensino primário fluminense por meio do Dec. nº 2.105, de 2 de março de 1925. Assim como no caso paulista, onde se reforçou a obrigatoriedade do escotismo no currículo das escolas

²⁴ Oswaldo Policiani, Adalberto Gomes e Bento Nogueira Pires

primárias (SOUZA, 2000, p. 112), a do estado do Rio de Janeiro definia nas 'disposições diversas', capítulo único, Art. 224, a adoção do escotismo nas escolas públicas (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1925a). Segundo o presidente em sua Mensagem à ALERJ, a obrigatoriedade se dava

no intuito de fortalecer o lado moral da educação [ao introduzir] o escoteirismo nas escolas públicas (...) [buscando robustecer] no animo das crianças o vigor da lucta pela vida, dando-lhes iniciativa e encaminhando-as para a prática do bem" (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1925b).

Porém, diferente do caso paulista, onde se publicou um regulamento específico para o escotismo, definindo a idade das crianças entre os 11 e os 16 anos, estabelecendo uma hierarquia em três níveis entre os escoteiros e preocupando-se também com a formação dos instrutores (SOUZA, 2000), a legislação fluminense não foi além de declarar a obrigatoriedade. A criação de grupos de escoteiros e a sua organização pelo Estado ficava a cargo da A.F.E., que a partir do final de 1927, passava a se chamar Federação dos Escoteiros Fluminenses (FEF) (A TRANSMISSÃO do governo..., 1927), dirigida pela liderança política do Partido Republicano Fluminense em Niterói, o deputado Miranda Rosa, e filiada em 1928 à União dos Escoteiros do Brasil (O QUE foi..., 1928).

Ajustando o foco da análise ao município de Campos dos Goytacazes a fim de perceber como se traduziam em escala local as políticas estaduais, e como estas se articulavam com o contexto geral (REVEL, 1998), não foi identificada a presença de qualquer tipo de atividade de escotismo nos grupos escolares e demais escolas primárias. Como já mencionado, o Grupo de Escoteiros Galvão Batista foi o primeiro a se organizar em Campos, fundado em 1924, dirigido por Antonio Eugenio Fritsch. A atuação desse grupo, no entanto, não foi muito além da participação no *raid* Campos – Niterói para se incorporarem às comemorações do 7 de setembro na capital do Estado. No ano seguinte, apesar da obrigatoriedade do escotismo escolar prevista no regulamento da instrução pública, o grupo não realizou atividades, nem mesmo nas festas cívicas.

Em setembro de 1928 o governo fluminense, na intenção de organizar o escotismo que parecia se enfraquecer no interior do Estado, enviou a Campos dos Goytacazes o Dr. Andrade Neves, diretor da Federação dos Escoteiros Fluminenses, para uma conferência direcionada às professoras primárias, intelectuais e estudantes

da cidade. O diretor da FEF trazia uma carta de recomendação do próprio presidente do Estado, Manoel Duarte, endereçada ao prefeito Dr. Pereira Nunes, apresentando-lhe o conferencista e solicitando a sua acolhida “colaborando, assim na obra, que [reputava] meritória, da incrementação dessas magníficas escolas de formação de caráter e de sentimento de nossos futuros concidadãos” (O ESCOTISMO em Campos, 1928, p. 1).

Para proporcionar a fundação de grupos de escoteiros em Campos foi organizada uma comissão composta por Antonia Ribeiro de Castro Lopes e Dr. Helio Gomes, professores da Escola Normal; Maria Neves, diretora da Escola Profissional Feminina; o inspetor responsável pela quarta região escolar do Estado, Dr. Jayme Memória; o inspetor do ensino municipal, professor Joaquim de Athayde; o Dr. Obertal Chaves, curador de órfãos; Dr. Antonio Pereira Nunes, diretor da Higiene Municipal; o deputado estadual Dr. Jayme Landim; o vereador José Perlingeiro; Antônio Amares e Themistocles Silva, da Associação Comercial de Campos; e, representando a imprensa, estavam o Dr. César Tinoco (O Dia), Silvio Fontoura (A Notícia), Júlio Nogueira (Gazeta), Raymundo Magalhães (Folha do Comercio), Armínio Bastos (Monitor Campista), João Affonso de Souza Valle e Sylvio Tavares (O Estado) (idem, ibidem).

A conferência foi realizada no dia 18 de setembro de 1928 no prédio da Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Braz, no centro da Praça Nilo Peçanha. O Dr. Andrade Neves exibiu um resumo dos princípios presentes no código do escoteiro e apresentou a Federação dos Escoteiros Fluminenses, que com um ano de existência possuía seis grupos filiados, todos da capital Niterói, contando ao todo com trezentos e onze membros, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 4 – Grupos de Escoteiros filiados à Federação de Escoteiros Fluminenses em 1928

Grupo de Escoteiros	Chefe	Membros
G. de Escoteiros do Collegio Brasil	Senna Campos / Brasil Júnior	42
G. de Escoteiros Silva Jardim	Manoel Rocha	26
G. de Escoteiros Arariboia	Carlos Mendonça	63
G. de Escoteiros Benjamin Constant	Senna Campos	26
Associação dos Escoteiros do Centro	Mattos	140
G. de Escoteiros Barão do Triumpho	Andrade Neves	14

Fonte: Elaboração própria a partir de O ESCOTISMO em Campos (1928).

A comissão responsável por criar os grupos de escoteiros na cidade se reuniu no prédio da Associação Comercial de Campos no dia 19 de outubro, mas os seus resultados aparentemente não foram promissores, como aponta em 1929 um articulista do jornal Monitor Campista, ao afirmar que “infelizmente, até hoje nada se pode fazer, sendo Campos talvez o único centro importante em que não se cuida a sério do escotismo” (PELO Escotismo, 1929a, p. 1).

Ainda nesse texto, direcionado aos professores campistas, o autor cita um discurso do professor Ignacio Azevedo Amaral, proferido no Rio de Janeiro, onde afirmava que embora Baden Powell tivesse sido um soldado, buscou utilizar a organização militar não para a “terrível guerra e sim á preparação de gerações fortes” (idem, *ibidem*). O autor caracterizava o escotismo como uma “escola de civismo e disciplina”, devendo preparar as crianças unicamente para essas qualidades. Buscando sensibilizar os professores, o texto enfatizava outro trecho do mesmo discurso, onde Azevedo Amaral teria classificado o escotismo como “uma das modalidades da escola ativa, uma das aplicações de suas theorias” (idem, *ibidem*).

Dois dias depois o jornal retomava o assunto, tecendo elogios à reforma da instrução pública do Distrito Federal, promovida pelo educador Fernando de Azevedo que, “esclarecido em relação a todos os modernos problemas educacionais” (PELO Escotismo, 1929b), implementou o escotismo nas escolas públicas, contando com o auxílio do

senhor Mario Cardim e a senhora Jeronymo Mesquita – o primeiro, desde muito familiarizado com todas as questões pedagógicas, e a segunda, com a idoneidade especial que demonstrou na organização do escotismo feminino (idem, *ibidem*).

Segundo Carvalho (1998) as propostas de inovação a partir dos pressupostos da Escola Nova se materializavam nos eventos promovidos pela ABE no Distrito Federal, em finais da década de 1920, marcados por um caráter de celebração que contribuía no reforço dos “signos de autoridade e hierarquia (...) ritualizando, no espetáculo cívico, modelos de comportamento exemplar” (CARVALHO, 1998, p. 180) baseados em valores burgueses de sociedade. A autora aponta ainda que entre esses valores se destacavam os preceitos higienistas que contavam com as mais diversas estratégias de divulgação, entre as quais se destacava o “escotismo – fusão exemplar de vida saudável e moralizada – (...) que contava com todo o apoio da ABE” (idem, *ibidem*).

Na I Conferência Nacional de Educação realizada pela ABE em 1927 na cidade de Curitiba - PR, foram apresentadas quatro teses sobre o escotismo, uma por educadores do Distrito Federal e as demais do estado do Paraná²⁵. Nessas teses o escotismo era caracterizado como uma instituição complementar do ensino, aliando a educação escolar e a instrução física, moral e cívica, fundamental no objetivo da nacionalização do país.

Já na II Conferência Nacional de Educação, realizada no ano seguinte em Belo Horizonte – MG, apenas duas teses foram apresentadas sobre o tema, agrupadas na seção chamada “Educação Social”. A primeira delas, apresentada pela D. Gabriela Pires Ferrão, intitulada “Os bandeirantes”, ganhou destaque por abordar “a influência que o escotismo feminino [exercia] sobre a formação do sentimento nacional” (SILVA, 2004, p. 45); enquanto a tese do Dr. Jayme de Barros, com o título “O exemplo da vida”, apesar de ter as conclusões aprovadas, recebeu críticas da seção, presidida por Raul d’Almeida Magalhães²⁶, que concluiu ser o escotismo um meio de “formação do sentimento nacional” e que deveria ser adotado pelos governos estaduais, citando os exemplos dos estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais (idem, *ibidem*).

Como é possível observar, o escotismo enquanto instrumento auxiliar da escola na educação moral e cívica, objetivando o reforço da nacionalidade, contou com o apoio de educadores ligados à ABE nos últimos anos da década de 1920. No entanto, a sensível diminuição de teses sobre o tema nas Conferências seguintes promovidas pela ABE, bem como as críticas à tese do Dr. Jayme de Barros na II Conferência indicam não se tratar de uma unanimidade.

Da mesma maneira, as dificuldades de implantação do escotismo nas escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, como demonstra o texto do jornal Monitor Campista, apesar das constantes visitas do diretor técnico da Federação de

²⁵ As teses foram as seguintes: nº 45: “O escoteirismo e a Unidade Nacional”, por Américo Jacobina Lacombe e Victor Jacobina Lacombe (DF); nº 46: “O escoteirismo na educação”, pelo professor Amarylio R. de Oliveira (PR); nº 47: “O que se poderá esperar da educação escoteira para o progresso do Brasil, por Altamiro Nunes Pereira (PR); e nº 48: “Missões escolares”, pelo professor Raul Gomes (PR) (FERREIRA, 1993).

²⁶ A seção era composta pelos seguintes educadores: D. Maria Amelia Lacombe, D. Maria Luiza de Almeida Cunha, D. Cacilda Martins, D. Lucia F. Magalhães, D. Aracy Muniz Freire, D. Regina M. Real, D. Edel Ramos, Prof. Fernando Magalhães, Dr. J. P. da Veiga Miranda, Dr. Carlos Penafiel, Dr. Luiz J. dos Santos, Dr. Antonio A. Barbosa da Silva, Dr. C. Delgado de Carvalho, Dr. Flávio Lyra da Silva, e Dr. Victor Jacobina Lacombe

Escoteiros Fluminenses ao município de Campos e do estabelecimento de uma comissão responsável pela criação de grupos de escoteiros na cidade, fornecem indícios de haver resistências quanto aos métodos da escola de Baden Powell.

Os textos dos periódicos analisados apontam um esforço por parte dos defensores do escotismo em não o caracterizar como um instrumento de militarização da infância, indicando ser essa a principal crítica atribuída à iniciativa. Ao contrário, destacam os “ensinamentos práticos, cívicos e moraes, que são ministrados ao ar livre, em passeios pelos campos, em longas excursões [comandadas por] instrutores solícitos e carinhosos” (ESCOTISMO, 1932, p. 1). Para os seus defensores o escotismo tinha como

fim principal preparar e aperfeiçoar os meninos com especialidade, empregando meios (...) pouco usados (..), e que às vezes não são bem compreendidos, ou são mesmo desprezados e vilipendiados até por muitos” (EM PRÓL do Escotismo, 1929).

Pintassilgo (1998) considera que em Portugal as críticas ao escotismo partiam dos educadores que alertavam para os perigos representados pelas “tendências militaristas que o movimento parecia encerrar” (PINTASSILGO, 1998, p. 218). Tais críticas eram rebatidas com argumentos semelhantes ao que foi possível verificar nos periódicos campistas já citados, sublinhando o caráter cívico, a contribuição para “‘avigorar as qualidades da raça’ através do ‘aperfeiçoamento dos (...) homens do futuro’” (idem, ibidem, p. 219). Souza aponta que no caso paulista as críticas se direcionavam aos excessos cometidos por parte dos instrutores que “aplicavam castigos depreciativos do caráter e promoviam paradas demoradas, mantendo crianças de oito, nove e dez anos muito tempo sob o sol” (SOUZA, 2000, p. 112).

No Brasil é possível encontrar pesquisas que identificaram iniciativas de escotismo escolar em diversos estados da federação a partir das décadas de 1920 e 1930, sobretudo durante o Estado Novo (1937-1945)²⁷, como por exemplo no estado do Pará (COELHO, 2008), em Pernambuco (ARANTES, 2014), no Mato Grosso (BRITO, 2001), entre outros, mas em muitos casos, embora o escotismo constasse nos textos legislativos, não se verificou a efetivação de tais grupos, como informou Souza (2006) ao estudar onze grupos escolares de Belo Horizonte – MG, assinalando

²⁷ No levantamento feito junto ao banco de teses e dissertações da CAPES, apresentado na introdução desta tese, foi possível verificar a citação a iniciativas de escotismo em 55 trabalhos, entre dissertações e teses.

que “com relação ao escoteirismo, (...) não se encontraram indícios de sua existência nos grupos escolares pesquisados, embora alguns artigos na Revista do Ensino comentassem sobre o escotismo nas escolas” (SOUZA, 2006, p. 710).

Em Campos dos Goytacazes, além de não haver indícios do escotismo escolar, foi possível perceber o enfraquecimento das iniciativas de escotismo enquanto atividade extraescolar, sobretudo a partir de 1935 com a instituição da chamada Lei de Segurança Nacional²⁸, instrumento do governo constitucional de Getúlio Vargas para reprimir os considerados “crimes contra a ordem pública e social”.

A referida lei estipulava em seu Art. 47 a exclusividade do poder público da “prerrogativa de constituir milícias de qualquer natureza, não sendo permitidas organizações de tipo militar, características por subordinação hierárquica, quadros ou formações” (BRASIL, 1935). Embora em seu parágrafo único, o artigo excluísse especialmente “associações de escoteiros, tiros de guerra e outras autorizadas em lei” (idem, ibidem), o ambiente político parecia afastar as famílias do caráter militar presente no escotismo.

Pelos jornais é possível encontrar críticas que punham em dúvida a eficácia do escotismo no desenvolvimento de valores patrióticos, uma vez que se tratava de uma “corporação internacionalista (...) [que] se presta[va] (...) a perigosíssimos movimentos” (A SEMANA, 1935), referindo-se a uma suposta influência do internacionalismo comunista. Ao mesmo tempo se revelava um teor antissemita ao criticar a existência “no Rio de Janeiro, em São Paulo e noutras cidades [dos] grupos de escoteiros judeus (...) [que] não têm nenhuma pátria e jamais [querem] saber de patriotismo, onde quer que se instalem” (idem, ibidem). No entanto, tais críticas não persistiram a partir da implantação do Estado Novo, quando a defesa do escotismo assumiu lugar de destaque no discurso oficial do governo Vargas.

Desde 1936 o jornal Monitor Campista fora incorporado pelos Diários Associados, passando a publicar matérias desta agência em nível nacional e, a partir de 1938, peças do Departamento Nacional de Propaganda (DNP), posteriormente Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Nos primeiros momentos da

²⁸ Lei n. 38, de 4 de abril de 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em 27 de agosto de 2019.

Segunda Guerra Mundial o jornal trazia diariamente, entre as notícias, pequenos boxes contendo trechos de louvor ao escotismo, tais como:

O ESCOTEIRO tem iniciativa, é um modelo de bondade, amigo da verdade, possui caracter franco e expansivo. Ele tem a preocupação de servir ao próximo e cumprir os seus deveres para com Deus e a Pátria! Ingresse no movimento! Não perderá o seu tempo! Melhorará os seus conhecimentos e o seu caracter soffrerá influencias benéficas (O ESCOTEIRO..., 1939).

A defesa do escotismo escolar, desde a escola primária, como instrumento de educação moral e cívica, adquiria uma nova natureza a partir do Estado Novo. A sua disseminação indiscriminada em todas as escolas públicas primárias, rurais e urbanas, isoladas e graduadas, era substituída por uma concepção distinta, utilizando-se como base argumentativa o caráter voluntário que deveria ter o ingresso nos batalhões de escoteiros.

Uma publicação do DNP no jornal Monitor Campista, assinada pelo tenente Hugo Bethlem, um dos responsáveis pela campanha de nacionalização das colônias alemãs no Vale do Itajaí em Santa Catarina, afirmava que

o escotismo não pretende substituir a escola. Ele não pretende mesmo por uma determinação qualquer, que todas as escolas pratiquem escotismo obrigatoriamente com todos os alunos, porque o verdadeiro valor do movimento reside na voluntariedade do indivíduo em seguir suas práticas (BETHLEM, 1939).

Para o autor do texto, intitulado “O escotismo e a formação das elites”, o “sistema de patrulhas” característico do escotismo desenvolvia no menino “a noção de responsabilidade como chefe”, servindo, portanto, como instrumento importante para a “formação das elites” (idem, ibidem), preocupação central na concepção corporativista que orientava as políticas de educação do ministro Gustavo Capanema (SCHWARTZMAN et. al., 2000).

2.1.1. O escotismo católico

Apesar de todo o apelo da propaganda oficial, o escotismo em Campos dos Goytacazes não teve destaque nos meios educacionais. Por outro lado, desde finais da década de 1920 se fortalecia na cidade o escotismo católico. Segundo Nascimento (2008), o primeiro grupo de escoteiros católicos no Brasil foi criado na cidade do Rio de Janeiro, nas comemorações do 15 de Novembro de 1917, na Paróquia de São João Batista, na Lagoa. Em 1919 surgia na Escola Popular de São Bento o segundo

grupo, ambos por iniciativa de João Evangelista Peixoto Fortuna, presidente da União Católica Brasileira, e responsável pela criação, no mesmo ano, da Associação de Escoteiros Católicos do Brasil (A.E.C.B.), que foi a primeira instituição escoteira brasileira a obter o reconhecimento internacional, ao se filiar em 1921 à Organização Internacional do Movimento Escoteiro, sediado na Inglaterra. Tal reconhecimento permitiu que a A.E.C.B. fosse co-fundadora do “*Office International des Scouts Catholique*, sediado em Roma e presidido pelo conde Mário de Carpegna, que liderava o escotismo católico internacional” (NASCIMENTO, 2008, p. 239).

Tal fenômeno se verificou em outros países, como em Portugal, onde o Corpo Nacional de *Scouts* era marcadamente católico. Pintassilgo (1998) aponta que o escotismo católico português associava o civismo ao culto religioso na figura de Nuno Álvares Pereira, ou São Nuno de Santa Maria, herói na luta de independência de Portugal em relação ao reino de Castela, cuja beatificação ocorreu em 1918. Tal organização revelava tendências do tradicionalismo católico, que juntamente com outros movimentos conservadores, compartilhavam da ideologia antiliberal presente no movimento que pôs fim à primeira república portuguesa e implantou a ditadura militar em 1926, conduzindo ao estabelecimento do Estado Novo a partir de 1933 naquele país.

Em Campos dos Goytacazes os escoteiros católicos se reuniram no dia 13 de maio de 1925 na sede do Tiro de Guerra 29 “para cuidar de sua definitiva organização” (ESCOTEIROS catholicos, 1925). Tratava-se de uma reestruturação do primeiro grupo de escoteiros da cidade, o “Galvão Batista”, criado em 1924 com caráter laico, que após o *raid* Campos–Niterói não seguiu suas atividades. No ano seguinte, sob a liderança do “padre Abílio, vigário da paróquia de Santo Antonio dos Guarulhos” (LEITE JÚNIOR, 1935, p. 1), surgia então o Grupo de Escoteiros Católicos de Guarulhos, que em 1928 se filiara à Federação dos Escoteiros Católicos do Brasil (EXAMES de escoteiros, 1928). Sua sede era o prédio onde funcionou entre 1909 e 1911 a Escola de Aprendizes Marinheiros²⁹.

Em 1931 estava formada em Campos dos Goytacazes uma representação da Federação dos Escoteiros Católicos do Brasil, sediada na igreja matriz de Nossa Senhora do Terço, reunindo o Grupo de Escoteiros Católicos de Guarulhos, dirigidos

²⁹ Prédio que abriga atualmente a Segunda Companhia de Infantaria do Exército Brasileiro.

pelo padre Abílio, o Grupo de Escoteiros Católicos de São Luiz de Gonzaga, liderado pelo padre Gentil de Castro Faria, reitor do Seminário Diocesano, e o Grupo de Escoteiros Católicos de São Tarcísio, sob o comando do padre Oscar de Oliveira, que também era o diretor do Conselho Diocesano dos Escoteiros Católicos de Campos, com sede na igreja de Nossa Senhora do Carmo.

No dia 26 de dezembro de 1931 chegava a Campos o chefe nacional dos escoteiros católicos, o Dr. João Evangelista Peixoto Fortuna, para uma temporada de um mês de eventos, incluindo conferências e demonstrações de escotismo, que culminaram com uma grande festa realizada na Praça do Santíssimo Salvador, no dia 21 de janeiro de 1932, que contou com a presença do bispo diocesano D. Henrique Mourão, quando foram entregues diplomas aos novos instrutores, “sendo entoados hinos e canções escoteiras” (PELO Escoteirismo, 1932).

Além do escotismo católico, o único batalhão laico existente era o Grupo de Escoteiros do Rotary Club de Campos, fundado pelo advogado e jornalista Dr. Gastão Graça em 1929, porém de duração efêmera, encerrando suas atividades em 1932.

Enquanto isso o escotismo católico se expandia. Em 1937, às vésperas da implantação do Estado Novo, os escoteiros de Guarulhos anunciavam a sua nova estrutura administrativa, passando a ser a Associação dos Escoteiros de Guarulhos, formada por um batalhão de lobinhos (crianças de 8 a 11 anos), escoteiros (adolescentes de 11 a 18 anos) e pioneiros (jovens a partir dos 18 anos).

O escotismo católico ganhava destaque nas celebrações cívicas, tendo participado ativamente das comemorações do primeiro centenário da elevação da Vila de S. Salvador dos Campos dos Goytacazes à categoria de cidade em 1935, por exemplo. Compôs os desfiles cívicos durante a visita do embaixador Oswaldo Aranha a Campos em 1938, e passou a figurar como elemento central nas comemorações do “dia da raça”, a partir daquele ano.

Ao longo de todo o período de recorte temporal desta tese o escotismo católico esteve atuante na cidade de Campos dos Goytacazes, sendo as Associações de Guarulhos e a de São Tarcísio os principais grupos. Além dos escoteiros, outras organizações católicas compostas por leigos tiveram forte atuação na formação da infância e da juventude na diocese de Campos, como veremos a seguir.

2.2. A igreja católica e o debate sobre ensino religioso nas escolas públicas em Campos

Em 30 de abril de 1931 foi publicado o Decreto federal de nº. 19.941, instituindo o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras, provocando um debate nos meios educacionais em todo o país, da mesma forma em Campos dos Goytacazes. Tal medida representou a culminância de um processo de reaproximação entre a Igreja Católica e o Estado, que se desenvolvia com mais intensidade a partir da década de 1920 quando, por exemplo, deputados e senadores tentaram retirar a proibição do ensino religioso nas escolas públicas na revisão constitucional de 1925/1926, porém sem sucesso (CUNHA, 2007).

Nas primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica vivia um processo de restauração, iniciado desde fins do século anterior, que buscava reforçar a autoridade de Roma sobre os católicos espalhados pelo mundo, num movimento de centralização do catolicismo a partir de Roma.

Essa concepção da igreja ultramontana inicialmente se preocupou, no plano ideológico, em negar o mundo moderno, dominado pela filosofia materialista e pelo caráter desagregador do liberalismo, incapaz de promover “a estabilidade e a firmeza necessárias para a salvação das almas” (MANOEL, 1999, p. 209). A partir do pontificado de Leão XIII (1878-1903) o ultramontanismo, matriz de tal movimento, deu um passo adiante, considerando que além de negar o materialismo do mundo moderno era preciso traçar estratégias para a inserção da Igreja Católica Apostólica Romana na sociedade. Os primeiros movimentos se voltaram para a formação individual dos fiéis, pautada pelos valores da piedade e da caridade, por meio de associações como os Apostolados da Oração; a Pia União das Filhas de Maria, destinada às jovens, futuras mães que incutiriam os valores católicos na criação de seus filhos; e a Congregação Mariana, para os homens adultos, chefes de família.

A partir dos pontificados de Pio X (1903-1914), Bento XV (1914-1922) e Pio XI (1922–1939) a Cúria Romana considerou insuficientes as ações pontuais adotadas até então, focalizadas nos indivíduos ou em grupos específicos. Tornava-se necessário ampliar a presença da Igreja de forma mais efetiva em todos os setores da sociedade, cada vez mais secularizada. Era preciso que a romanização preenchesse todos os lugares e alcançasse, de forma coletiva, os grupos sociais e também os espaços de poder, a fim de construir uma ordem social baseada nos

princípios católicos, sendo, portanto, fundamental a aproximação entre a Igreja e o Estado (AZZI, 2008). Nesse sentido era crucial a presença da Igreja Católica não apenas na família, mas também na educação escolarizada, em todos os seus níveis e para todas as classes sociais, na estrutura político-partidária e na organização das classes profissionais, por exemplo (MANOEL, 1999).

Manoel (1999) aponta que no início do século XX a Cúria Romana reconhecia a necessidade de criação de novas estratégias que (...) organizassem os fiéis para uma militância mais produtiva, [pois] os partidos políticos [estavam] cada vez mais organizados e atuantes e o mesmo se [podia] dizer em relação aos movimentos operários de tendências (...) declaradamente de esquerda (...), [com] a adesão crescente dos operários católicos às organizações políticas e sindicais não católicas e, em especial, às de filiação comunista (MANOEL, 1999, p. 211).

No Brasil, após três décadas afastada do Estado — desde a implantação do regime republicano e a promulgação da constituição de 1891, inspirada pelo laicismo liberal e pelos ideais positivistas — a Igreja Católica, a partir da década de 1920, passou a desenvolver estratégias para maior inserção na sociedade. Uma das ações mais comuns foram os Congressos Eucarísticos, quando as autoridades eclesiais de todo o país se reuniam nas sedes das principais dioceses, contando com uma programação de eventos como “as procissões conduzindo o Jesus Sacramentado pelas ruas da cidade, [configurando-se] grandes espetáculos do catolicismo [cujo objetivo era] consolidar a fé e fomentar a vida eucarística entre os fiéis” (SOUZA, 2015, p. 36).

O principal artífice da romanização no Brasil foi o arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, que organizou o primeiro Congresso Eucarístico Nacional, celebrado na capital da República em 1922, durante os festejos do centenário da Independência do Brasil, com o objetivo de promover demonstrações públicas do catolicismo, reforçando a ideia de ser o Brasil um país católico. Segundo Souza (2015) “a orientação apologética dos congressos era uma característica marcante, que visava afirmar a ideologia da neocrisocantade, isto é, uma nova aliança entre a Igreja e o Estado” (SOUZA, 2015, p. 37).

Na cidade de Campos dos Goytacazes, pertencente à diocese de Niterói, organizou-se um evento simultâneo ao Primeiro Congresso Eucarístico Nacional, sendo convocada pelas páginas dos jornais

uma procissão monumental, domingo 1º de outubro, às 5 horas da tarde, em que sairá Jesus Sacramentado a percorrer diversas ruas dessa cidade em uma grande manifestação de Fé” (CONGRESSO Eucharístico, 1922).

O evento objetivava “pôr em actividade as energias christãs” (idem, ibidem) dos campistas, indicando haver na cidade uma movimentação nos meios católicos condizentes com o processo de restauração que se operava a partir de Roma.

Ainda em 1922, quando assumiu o bispado do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme apoiou a recente iniciativa do leigo Jackson Figueiredo na criação do Centro Dom Vital, instituição com o propósito de reunir intelectuais católicos e divulgar suas ideias por meio da revista ‘A Ordem’, responsável pela publicação de artigos de seus membros acerca de reflexões filosóficas e sociais sob a ótica católica, bem como a divulgação do pensamento antiliberal católico de autores como Juan Donoso Cortés (1808-1853) e o jurista alemão Carl Schmitt (1888-1985) (SOUZA, 2015).

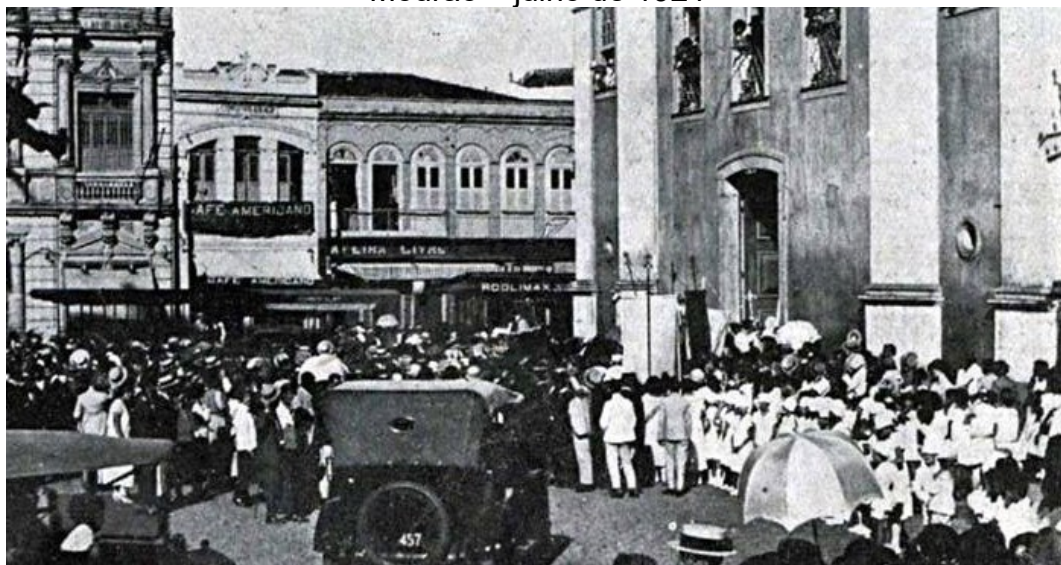
Outra estratégia romanizadora, na intenção de ampliar o alcance territorial da Igreja Católica no Brasil, foi a criação de novas dioceses e paróquias. Segundo Manoel (1999)

uma das grandes preocupações da hierarquia da Igreja era o reduzido número das dioceses e mesmo de paróquias no Brasil e a vasta extensão territorial de cada uma delas. Enquanto na Europa as paróquias e dioceses se multiplicavam (...), no Brasil, paróquias havia maiores que muitas dioceses europeias (MANOEL, 1999, p. 214).

Nesse contexto foram criadas, em 4 de dezembro de 1922, pela Bula *ad supremae apostolicae sedis solium*, publicada pelo Papa Pio XI, as dioceses de Campos dos Goytacazes e Barra do Piraí, desmembradas da Diocese de Niterói, que se tornara Arquidiocese (DIOCESE DE CAMPOS, s/d; DIOCESE DE BARRA DO PIRAÍ..., s/d).

Em Campos, a Igreja Matriz do Santíssimo Salvador foi elevada à condição de Catedral Diocesana em 15 de junho de 1924 (SOUZA, 2015) e a administração apostólica implantada no mês seguinte, com a chegada de Dom Henrique Cesar Fernandes Mourão, nomeado pelo Papa Pio XI como “administrador apostólico da nova Diocese de Campos dos Goytacazes” (MONSENHOR..., 1924, p. 1). A figura 5 mostra a representação de setores da sociedade católica em frente à catedral diocesana, na recepção ao primeiro bispo de Campos.

Figura 5 - Chegada do primeiro bispo da Diocese de Campos, Dom Henrique Mourão – julho de 1924



Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal Nilo Peçanha.

O novo bispo, no centro da fotografia seguinte (figura 6), foi recebido pelo prefeito do município, Dr. Luiz Sobral, autoridades políticas e eclesiásticas, e representantes da sociedade civil católica.

Figura 6 - Bispo D. Henrique Mourão cercado por autoridades eclesiásticas e políticas e representantes da população católica - julho de 1924



Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal Nilo Peçanha.

Às vésperas da chegada do bispo, a nova diocese já apresentava indícios da influência reformadora e o interesse na adoção de estratégias como a criação de um “Centro Católico”, apresentado na seguinte nota no jornal Folha do Commercio:

Desde alguns anos vem sendo ideada por conhecido publicista catholico a criação de um centro de propaganda doutrinaria para a difusão de folhas avulsas, libretos, homilias e jornal catholico, afim de promover farta exposição e ensino da doutrina catholica, por meio da imprensa, nesta cidade. Agora que o projecto tende a entrar na sua phase prática, tem já sido consultado o exmo. Revdmo. Sr. D.

Agostinho Benassi, bispo diocesano que, em vista da criação da Diocese de Campos, acaba de aconselhar seja aguardada a próxima chegada do revdm. Sr. Administrador apostólico (...) a fim de serem ultimadas as bases da referida organização christã (CENTRO Catholico, 1924, p. 1).

Era solicitada então a autorização ao bispo de Niterói para a implantação em Campos de um centro de difusão do catolicismo, por meio da imprensa, aparentemente nos moldes do Centro Dom Vital, que deveria ser implantado após a chegada do bispo à nova Diocese. Não é possível constatar a criação de um Centro Dom Vital em Campos naquele momento, mas a presença da igreja católica nos jornais da cidade se tornou mais intensa após a criação da Diocese, com colunas às quartas-feiras, sextas-feiras e aos domingos, indicando a programação das igrejas, convocando a comunidade a participar dos eventos das diversas congregações, ou discutindo temas caros à igreja católica, como a questão do divórcio e do ensino religioso, presentes em um dos vários textos assinados pelo primeiro Cura da catedral, o Pe. Antônio Carmelo³⁰, ao afirmar que

a escola sem Deus, pois, com o seu catecismo cívico, apenas, não sobrelevou a escola com Deus, com o seu catecismo religioso. Faliu, entre nós, como faliu em todos os países que nella confiaram, maximé em França, onde gerou, em sua juventude, uma grande parte, de ambos os sexos, que aspira ao casamento, só civil, que lhe garante o divórcio prompto, e casamento sem ônus de família, sem filhos... (CARMELO, 1925, p. 1)

O bispo da nova Diocese, D. Henrique Mourão, pertencia aos Salesianos de Dom Bosco, congregação dedicada à educação, que chegou ao Brasil em 1883 fundando sua primeira escola em Niterói, capital da província fluminense (AZZI, 1983). Nessa instituição o futuro bispo de Campos concluíra o curso de humanidades ainda no final do século XIX, antes de realizar os estudos de Teologia na Universidade Gregoriana de Roma, sendo ordenado padre em 1901 (SOUZA, 2015). Foi professor em diversos colégios salesianos no Brasil sendo considerado um “emérito pedagogo [e um] (...) administrador dos mais admirados” (MONSENHOR..., 1924, p. 1).

³⁰ O padre Carmelo era considerado um “ilustrado sacerdote e forte polemista, escritor de renome que já tem publicado apreciáveis livros de bela literatura” (SOUZA, 2014). A qualidade de polemista se deve às críticas fervorosas ao protestantismo e, principalmente, ao espiritismo, por meio de colunas nos jornais da cidade. Foi professor do Liceu de Humanidades e Escola Normal de Campos, instituição que chegou a dirigir interinamente entre outubro de 1926 e março de 1927. Em 1930 foi transferido para a Diocese de Barra do Pirai, na Paróquia de Nova Iguaçu. Foi capelão do Hospital dos Lázarus e do Asilo Gonçalves de Araújo no Rio de Janeiro. Faleceu em Niterói, em outubro de 1935 (A MORTE..., 1935).

Sua maior experiência administrativa foi dirigir entre 1915 e 1922 o Liceu Salesiano “Coração de Jesus” de São Paulo, que segundo o jornal Folha do Commercio “não [era] simplesmente um collegio, [mas] uma cidade colegial, tanto incremento lhe fez o ilustre sacerdote” (Idem, ibidem).

Um de seus primeiros atos como bispo diocesano foi levar para Campos as irmãs salesianas, que em fevereiro de 1925 ali chegaram a fim de “instalar o Collegio Nossa Senhora Auxiliadora, à rua Salvador Corrêa, n. 65, no antigo palacete do dr. Joaquim Ribeiro de Castro” (COLLEGIO..., 1925, p. 1). As obras de adaptação do enorme casarão, localizado numa área com cerca de trinta mil metros quadrados, foram conduzidas pessoalmente pelo próprio bispo D. Henrique Mourão, ao longo do segundo semestre de 1924, para o início das aulas em 1º de março de 1925.

A escola era feminina e oferecia os regimes de “internato, semi-internato, externato e pensionato (para alumnas que, sendo internas do Estabelecimento queiram frequentar as aulas do Lyceu, Escola Normal e outros)” (COLLEGIO..., 1924, p.4). Segundo Manoel (1999), as escolas católicas no Brasil naquele momento,

em especial as femininas, destinavam-se a abarcar as jovens de todas as classes sociais, respeitando e reafirmando a distinção entre elas: um colégio interno de alto custo para meninas da oligarquia, um externato para filhas da emergente classe média e um orfanato, cujo objetivo era formar empregadas domésticas e professoras de primeiras letras (MANOEL, 1999, p. 211).

Tal situação se confirmava no caso do Colégio N. S. Auxiliadora de Campos, como é possível observar no trabalho de Lopes (2013), que constatou a presença de filhas de usineiros e políticos entre as alunas do Colégio. Com base nos depoimentos de ex-professoras, a autora ressalta que a maioria das meninas internas eram filhas de fazendeiros e vinham da zona rural, de municípios vizinhos ou dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais. As alunas do externato eram meninas de classe média e alta, enquanto as “mais simples iam para a escola doméstica³¹” (LOPES, 2013, p. 124). A autora destaca ainda o fato de a escola sediar diversos eventos importantes e receber a visita de intelectuais de destaque e altas autoridades eclesiásticas e políticas.

³¹ Segundo Lopes (2013) a escola doméstica funcionava em regime de internato e era gratuita, destinada à formação moral, religiosa e profissional das meninas pobres. Era composta por curso de economia doméstica, trabalhos manuais, corte e costura. Nesta escola era produzido o vestuário das alunas (LOPES, 2013, p. 130).

O orfanato de meninas anexo ao colégio foi criado anos mais tarde. Segundo Lopes (2013) a iniciativa de sua fundação surgiu em 1932, com as primeiras quatro órfãs, passando em 1937 ao número de dez meninas. No entanto, foi a partir da década de 1940 que surgiu uma grande mobilização, envolvendo diversos segmentos da sociedade civil, para a construção de um novo prédio destinado a abrigar um “orfanato nos moldes traçados por São João Bosco” (IGREJA e orfanato..., 1944, p.1), e também um novo prédio para a igreja. A pedra fundamental do orfanato foi lançada em 27 de maio de 1945, com a presença do então bispo diocesano D. Otaviano Pereira de Albuquerque e diversas autoridades políticas. O prédio foi inaugurado em 1949³².

Apesar de criticarem o laicismo e o caráter materialista do liberalismo, disseminados no Ocidente após a Revolução Francesa, os reformadores católicos utilizaram em suas ações os mesmos instrumentos que os revolucionários, ou seja, a mídia impressa, sobretudo os jornais, na compreensão de que “a luta pelo poder [era] uma luta pela opinião pública” (DARNTON, 1996, p.15). Segundo Souza (2015) o próprio bispo D. Henrique Mourão atribuía o sucesso das procissões e demais ações desempenhadas durante a sua administração apostólica ao uso de “boletins profusamente espalhados” (MOURÃO, 1934 *apud* SOUZA, 2015)³³.

Tomemos como exemplo a procissão de Corpus Christi realizada em 1925. Uma grande matéria no jornal Folha do Commercio convocava as congregações católicas a tomarem parte na “grande procissão eucarística”, e determinava a organização do cortejo, estabelecendo a ordem em que se disporem as diversas congregações leigas, tendo à frente os homens da Liga Católica Jesus, Maria e José, seguidos das diversas Devoções, Apostolados, Irmandades, Ordens Terceiras e, por fim, as jovens das Pias Uniões das Filhas de Maria. O texto estabelecia ainda o itinerário da procissão e os pontos em que cada uma das congregações deveria se dispersar. Por fim, recomendava

- (...) à população que embandeire as fachadas das habitações, estenda colgaduras nas sacadas, ou janelas, atire flores e dobre os

³² Atualmente o prédio do antigo orfanato para meninas abriga o Colégio Laura Vicunha. A partir de 1949 o prédio abrigou o orfanato e o Centro Profissional Laura Vicunha, mantendo-se como instituição exclusivamente feminina até o final do século XX.

³³ Dom Henrique Mourão publicou em 1934 uma Carta Pastoral intitulada “O primeiro decênio da Diocese de Campos 1924-1934: breve memória apresentada por Dom Henrique Cesar Fernandes Mourão, primeiro bispo diocesano”. Tal publicação consta no acervo do Arquivo da Diocese de Campos ao qual não tive acesso. Por esta razão cito um dos trechos de citações utilizadas por Souza (2015).

joelhos à passagem de Nosso Senhor Sacramentado, portando-se com o profundo respeito (...).

- Ao povo que assiste nas ruas, pede-se que (...) fiquem parados nos passeios, donde o poderão apreciar melhor e prestar mais facilmente a adoração (...).

- À massa popular que preferir colocar-se atrás da música (sendo melhor, porém, que se distribuíssem pelos passeios das ruas por onde passar o préstito) pede-se igualmente o maior respeito possível (...) (GRANDE procissão..., 1925, p. 1).

É possível perceber o interesse em disciplinar não apenas o cortejo, determinando, de forma hierárquica, o posicionamento das congregações leigas autorizadas a integrá-lo, mas também toda a comunidade, situando o povo como expectador, restrito às sacadas de suas casas e às calçadas, devendo, no entanto cumprir um determinado papel naquele espetáculo de representação do poder eclesiástico católico não apenas no espaço público da rua, mas também a sua inserção na esfera privada dos lares.

Segundo Souza (2015) entre as estratégias do bispo D. Henrique Mourão estavam também o combate ao protestantismo, as visitas às igrejas do interior da Diocese, o fomento da comunhão e a realização das “Santas Missões”.

Em 1925 chegava a Campos um grupo composto por padres redentoristas brasileiros, alemães e holandeses, com o objetivo de promover as “Santas Missões” que, segundo o bispo diocesano, representaram “uma das mais belas páginas (...) que o povo campista escreveu em seus anais” (MOURÃO, *apud*, SOUZA, 2015, p. 155). Trata-se de um conjunto de exercícios devocionais pregados pelos padres redentoristas durante as noites, com missas celebradas pela manhã, ocorrendo simultaneamente na Catedral Diocesana, nas igrejas matrizes do Terço, de Santo Antônio em Guarus e na igreja de São Benedito, entre os dias 08 e 24 de março daquele ano, com um dia dedicado especialmente às “comunhões das senhoras Mães de Família” (AS MISSÕES, 1925, p. 1), outro para “as comunhões das senhoritas [e outro para] a grande festa da comunhão dos homens, na Cathedral, cuja missa [foi] celebrada por s. excia. o sr. Administrador apostólico” (idem, *ibidem*).

A maior parte dos eventos foi direcionada aos homens “chefes de família” que durante as missões, por ação dos redentoristas holandeses, fundaram a Liga Católica Jesus, Maria e José³⁴, instalada em 26 de julho de 1925, com sede na igreja da Ordem

³⁴ Criada na Bélgica em 1844, a Liga Católica Jesus, Maria, José foi introduzida no Brasil por padres redentoristas holandeses. De acordo com Matos (1990), a Liga Católica no Brasil foi fruto de uma

Terceira de São Francisco da Penitência, sob a direção padre Gualter Perriens (LIGA Catholica, 1925). Segundo Sousa (2014) “a reunião foi presidida pelo Bispo Diocesano, D. Henrique Mourão, que entregou diplomas e cordões dos 315 sócios fundadores, sendo criadas 12 secções” (SOUSA, 2014, p. 289), entre as quais se destacavam a Liga da igreja de São Francisco e a da igreja de Santo Antônio, em Guarus.

No final da década de 1920 a Liga Católica se tornou a principal associação do laicato católico reformador na cidade de Campos dos Goytacazes. Nas colunas semanais dos principais jornais da cidade eram constantes as convocações de seus mais de trezentos membros para as reuniões ordinárias na igreja de São Francisco da Penitência, para ensaiarem os cânticos que eram entoados nas diversas procissões eucarísticas, onde ocupavam sempre posição de destaque.

O processo de renovação da igreja católica também deveria se materializar na monumentalidade da arquitetura de seus templos. Apesar da ampliação do número de dioceses e paróquias, as principais matrizes e catedrais exibiam ainda uma arquitetura colonial e, em muitos casos, como o da Matriz do Santíssimo Salvador em Campos, apresentando mau estado de preservação.

Em janeiro de 1929 o padre Antonio Carmelo, Cura da Catedral Diocesana, foi transferido para o Rio de Janeiro (PADRE Carmello, 1929), sendo substituído provisoriamente pelo padre José Severino, até a chegada de um novo Cura (O NOVO Cura..., 1929). Ao mesmo tempo era executada a demolição parcial do prédio da catedral, suscitando um ardoroso debate pela imprensa³⁵ entre os partidários de sua transferência para outro ponto, mais precisamente o Jardim Maria de Queirós — um “futuro bairro” (CAMINHA victoriosa..., 1929) que se erigia como porta de entrada da cidade, junto a *gare* principal da Leopoldina — e aqueles que defendiam a sua reconstrução, com linhas arquitetônicas modernas, porém no mesmo terreno do antigo templo. O projeto arquitetônico³⁶ havia sido elaborado em 1928 pelo intelectual

missão dos redentoristas em Juiz de Fora – MG, em 1902. Em 1924 eram 52 Ligas Católicas em todo o Brasil. Desde 1919 D. Sebastião Leme se tornara um grande propagandista da Liga Católica Jesus, Maria, José (MATOS, 1990, p. 209).

³⁵ A CATHEDRAL, 1929a; A CATHEDRAL, 1929b; CHOQUE de Opiniões, 1929; CAMINHA Victoriosa..., 1929; O POVO não quer..., 1929; A CATHEDRAL e a praça, 1929; EM TORNO da Cathedral, 1929; A CATHEDRAL e a tradição campista, 1929.

³⁶ Ver Anexo I

católico Gastão Bahiana³⁷, arquiteto e professor da Escola Nacional de Belas Artes, e pelo arquiteto Moacyr Fraga³⁸ (A CATHEDRAL..., 1929a).

Somente em março de 1930 chegou a Campos o novo Cura da Catedral, o padre Felício Magaldi, ex-Vigário de Campo Grande, no Rio de Janeiro. Assim como seu antecessor, o padre Magaldi figurava entre os sacerdotes “ilustrados e virtuosos” (A QUESTÃO..., 1924), tradutor e autor de obras católicas. Foi responsável pelas obras de reforma da Matriz de Campo Grande (O EMBELLEZAMENTO..., 1925), e para o mesmo fim foi escolhido como Cura da Catedral do Santíssimo Salvador em Campos.

Ao chegar à cidade, o primeiro ato do sacerdote foi iniciar pela imprensa uma campanha pela reconstrução da catedral diocesana. Assim apelava ao povo de Campos o padre Magaldi:

(...) nosso primeiro cuidado foi visitar as ruínas da antiga igreja de S. Salvador, que está a reclamar do povo catholico de Campos sua imediata reconstrução. A impressão que nos causaram taes ruínas, não podemos traduzil-a por palavras. Ver o templo de S. Salvador em tal estado, á espera de mãos que o levantem, despertou-nos profunda emoção, e, ao mesmo tempo, o firme e resolutu proposito de trabalhar, por todos os meios ao nosso alcance, a fim de restituir a Cathedral a Campos e os campistas á Cathedral.

(...)

O templo, especialmente a igreja Cathedral duma diocese, deve ser o máximo expoente não só da religiosidade de seu povo, mas também da sua cultura artística, da sua grandeza moral, do seu entusiastico devotamento em prol de empreendimentos dessa natureza, que vêm firmar os créditos de cultura, generosidade, e bom gosto de toda uma região, cujos foros de civilização e catholicidade formam o patrimônio mais precioso e sagrado de que ella se possa ufanar (RECONSTRUAMOS a Cathedral, 1930, p. 1).

Ao longo de 1929 as obras de demolição do antigo templo ficaram paralisadas enquanto se desenrolava a discussão sobre o local em que seria reconstruída a Catedral. Em 1930, com a chegada do vigário Felício Magaldi, iniciaram-se as obras

³⁷ Gastão Bahiana era professor da Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro. Intelectual católico, foi responsável por projetos arquitetônicos de igrejas, como a Matriz de Santa Teresa e a igreja de Nossa Senhora da Paz em Ipanema, e também de diversos projetos residenciais em Copacabana (INSTITUTO DOS ARQUITETOS..., 2001). Em 1921 fundou o Instituto de Architectos do Rio de Janeiro (INSTITUTO de Architectos, 1921) e foi membro da comissão técnica incumbida da instalação de um monumento ao Christo Redemptor, sendo responsável pela indicação do morro do Corcovado (O MONUMENTO..., 1921).

³⁸ Moacyr Fraga, engenheiro e arquiteto formado na Escola Nacional de Belas Artes, membro do escritório técnico da revista de arquitetura A Casa. Autor de diversos projetos residenciais no Rio de Janeiro, principalmente no bairro de Copacabana, em Vitória no Espírito Santo e também em Campos dos Goytacazes, onde assinou projetos residenciais para o novo bairro Jardim Maria de Queiroz (BUNGALOW a ser construído..., 1928)

de reconstrução no mesmo local da antiga Matriz. Entre 1929 e 1932 a igreja de Nossa Senhora do Carmo se tornou a catedral provisória, e nesse intervalo o padre Magaldi retornara ao Rio de Janeiro, para assumir o curato da paróquia de Santo Antônio dos Pobres.

Em 28 de fevereiro de 1931, chegou a Campos o novo Vigário Geral da Diocese, o Monsenhor João de Barros Uchôa. Como ex-diretor do Colégio Arquidiocesano de Olinda³⁹, do Ginásio do Recife⁴⁰, do Pensionato Acadêmico de Pernambuco⁴¹ e do Liceu de São Paulo⁴², o Monsenhor Uchôa possuía, assim como o bispo diocesano, vasta experiência nos assuntos pedagógicos, sobretudo voltados para a juventude.

Em 1929, depois de se dedicar ao curato da diocese de Santos, em São Paulo, foi transferido para a diocese de Niterói, onde assumiu, em 1930, a direção da comissão responsável pelas obras de reformas da catedral (NICTHEROY, 1930). Devido ao sucesso dos seus trabalhos na capital fluminense, recebeu a tarefa de coordenar as obras de reconstrução da catedral de Campos, que se encontravam paralisadas por falta de investimentos.

Segundo Souza (2015), o monsenhor Uchôa era ligado a Dom Sebastião Leme e diretamente sintonizado com o projeto da neocristandade. Nas palavras de Rodrigues (1988)

foi um ungido mendigo que, sacola em punho, esmolava para as obras, pedindo a todos, fossem ou não católicos. (...) Arrancava dinheiro dos protestantes, espíritas, ateus, de todos, não recusando nem contribuições de mil réis” (RODRIGUES, 1988).

Desde sua chegada até o término das obras da catedral em 1934, um ano antes das comemorações do centenário da cidade de Campos dos Goytacazes, eram

³⁹ Segundo Souza (2015) em 1916 o padre João de Barros Uchôa era diretor do Colégio Arquidiocesano de Olinda.

⁴⁰ Em 1919 o padre Uchôa deixava Olinda e assumia a direção do “Gymnasio do Recife”, escola secundária que contava com uma seção de ensino primário e jardim de infância utilizando o “methodo do GRUPO MODELO de São Paulo” (GYMNASIO do Recife, 1919).

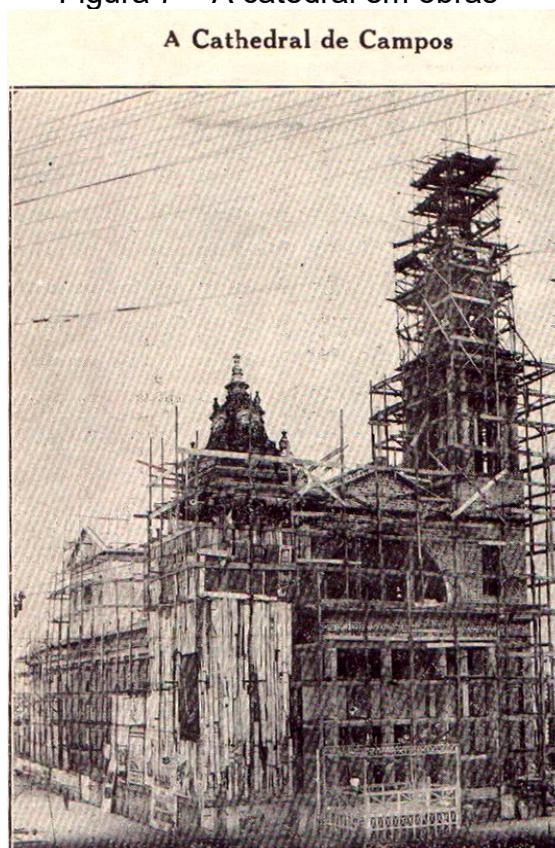
⁴¹ Em 1920 o padre Uchôa se destacava “na arrecadação dos dinheiros para as obras da Cathedral, na formação do patrimônio da diocese de Nazareth” (UMA Obra..., 1920), e foi designado pelo Arcebispo Metropolitano do Recife para fundar um pensionato católico para estudantes de cursos superiores do Recife, chamado Pensionato Acadêmico de Pernambuco (idem, ibidem). No mesmo mês o padre João Uchôa foi nomeado cônego da catedral do Recife (CONEGO João Uchoa, 1920).

⁴² Em 1922, após uma breve passagem por Belo Horizonte, o cônego João Uchôa foi transferido para São Paulo, sendo responsável pela capela da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, na Villa Maria Zelia (DOS ESTADOS, 1922), onde desenvolve diversas atividades. Em novembro de 1927 foi transferido para a cidade de Santos, onde assumiu o curato daquela diocese (CONEGO João..., 1927), tornando-se em 1929 diretor do Liceu São Paulo, naquela cidade (CONEGO Uchoa, 1929).

recorrentes nos jornais os pedidos do Monsenhor Uchôa, como também agradecimentos às doações recebidas, com os nomes dos doadores devidamente identificados. Pedia, por exemplo, desde “cal virgem, para argamassa que é muita, cimento, areia, pedra, etc” (UCHÔA, 1931), até mesmo aos cinemas e casas de diversão da cidade que criassem uma espécie de imposto de cem réis sobre cada ingresso vendido, em benefício das obras da nova catedral.

Na figura 7, que retrata a Catedral em obras, é possível observar, ao lado esquerdo, a cúpula da torre de arquitetura colonial que futuramente seria substituída por outra pontiaguda, como a que já se erguia ao lado direito, conferindo à fachada um aspecto moderno de estilo neogótico.

Figura 7 – A catedral em obras



Fonte: Revista *Vida Fluminense*, Campos dos Goytacazes, 1 de out. 1932.

A nova catedral emergiria na praça do Santíssimo Salvador (figura 7) como símbolo da estética moderna, que deveria se espalhar pelos seus arredores, a começar pela

remodelação do Paço Municipal, cuja fachada arcaica e deselegante dagora virá a receber os traços artísticos com que não só represente a imponência precisa à sede do governo de um grande e rico município, como também possa rivalizar, e até sobrepujar aquelas

estéticas que se aprecia nos prédios do Banco do Brasil [Figura 8], da Associação Commercial [Figura 10], dos Telegraphos [Figura 9] e de tantos outros prédios particulares que tanto aformoseiam a Praça de S. Salvador (SOUZA, 1931c).

Figura 9 - Fachada do prédio do Banco do Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Figura 8 - Fachada do prédio dos Telégrafos



Fonte: Biblioteca Municipal Nilo Peçanha – Museu Histórico de Campos dos Goytacazes.

Figura 10 - Fachada da Associação Comercial de Campos



Fonte: VASCONCELOS (1922). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional Brasil

Figura 11 - Edificações no entorno da Praça do Santíssimo Salvador em 1931



Fonte: Elaboração livre a partir de fotografia aérea do IBGE

Porém as obras da catedral começaram a se tornar alvo de críticas por parte de alguns jornalistas, sobretudo seguidores da doutrina espírita⁴³, muito presente entre os intelectuais campistas da época, a respeito do tamanho luxo que se empregava nas obras, justamente num momento em que a economia amargava uma enorme crise.

O conservadorismo que revestia o movimento de 1930 encontrou suporte ideológico na igreja católica que o entendia como moralizador não só da política e da economia, mas também dos valores, da moral, o que a aproximava do poder. O nacionalismo católico entrava em cena como a orientação a ser seguida, pois

quando uma porção bem considerável de patriotas brasileiros planejaram a feitura de uma república melhor, sem a infelicidade do judaísmo, nova em suas leis e em seu programma, cuja política, na

⁴³ Sobre os espíritas em Campos durante os anos 1930 ver CARNEIRO (2003).

melhor acepção do vocábulo, lhe apoiaria na moral, de direito, moral em tudo, direito para todos, — ATÉ PARA A MAIORIA CATHOLICA, — afim de levantar as forças vivas da nação e evitar a sua dissolução às garras estranguladoras do imperialismo estrangeiro., — foi buscar o apoio valioso da religião catholica, essa instituição tradicional e poderosa que vem sendo sempre o forte ponto de apoio da nossa pátria porque é a mais sólida e eficaz escola da moral e a mais devotada cultora do direito (SOUZA, 1931a).

Assim, com o trabalho do monsenhor Uchôa, as doações da sociedade e de suas instituições, construiu-se, na praça central da cidade, o símbolo da força que o catolicismo em seu processo de reforma romanizadora imprimia na região, e também como materialização dos ideais de modernidade apresentados pelo movimento de outubro de 1930. A primeira missa realizada na catedral ainda em obras foi a de 24 de dezembro de 1931, missa do galo, celebrada pelo bispo diocesano, D. Henrique Mourão. A inauguração da nova catedral (figura 12) ocorreu em 1934, um ano antes das comemorações do primeiro centenário da elevação de Campos à categoria de município.

Figura 12 - Catedral diocesana de Campos dos Goytacazes, ainda em obras, às vésperas de sua inauguração



Fonte: Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes (CAMPOS dos Goytacazes, s/d).

Além da campanha pela reconstrução da catedral, o monsenhor Uchôa comandou, desde os primeiros meses como vigário geral de Campos, a organização do laicato católico, como fizera ao longo de sua trajetória eclesiástica em outras dioceses do país.

No início de sua vida apostólica, após uma viagem pelo Uruguai e Argentina em 1921 (MOVIMENTO social..., 1921; MONTEVIDEO, 1921), com o objetivo de observar o movimento católico nos países vizinhos, o monsenhor Uchôa tomou contato com a organização da juventude católica. Atuando como sacerdote no estado de São Paulo, participou em Belo Horizonte (MG), no ano de 1922, da criação da União de Moços Católicos daquela cidade⁴⁴. No mesmo ano foi fundador da União de Moços Católicos de São Paulo, sendo o representante desta associação no Primeiro Congresso Eucarístico Nacional de 1922, realizado no Rio de Janeiro (A UNIÃO dos Moços..., 1922).

Em 1926 o Cônego Uchôa era o assistente eclesiástico da União de Moços Católicos na Villa Scarpa, vila operária da Fábrica de Tecidos de Juta, na cidade de São Paulo, onde também organizou um Centro Operário Católico (CENTRO Operário..., 1927).

Dois meses após se tornar vigário geral da diocese de Campos o monsenhor Uchôa organizou, em 14 de abril de 1931, uma reunião na igreja do Carmo (catedral provisória), para tratar da organização da União dos Moços Católicos de Campos, com o objetivo de organizar a eleição de sua diretoria (UNIÃO de Moços..., 1931). A eleição ocorreu no dia 17 do mesmo mês, sendo eleito presidente o jovem padre Campos Góes⁴⁵, vice-presidente o professor José Ramos Teixeira de Castro⁴⁶,

⁴⁴ Segundo matéria no jornal católico “A União”, em 1922 a União dos Moços Católicos era uma realidade nacional. Surgida em Niterói, a iniciativa havia chegado também à cidade de Petrópolis, e avançava pelo estado de Minas Gerais, nas cidades de São João Del Rei, Mariana, Juiz de Fora, Machado e Ponte Nova. Havia notícias sobre a fundação de uniões de moços católicos em Goiás, Maranhão, e de esforços para a sua fundação na Bahia (UNIÃO de Moços..., 1922).

⁴⁵ O padre Luiz de Campos Góes foi ordenado em 1927 no Seminário de Olinda (PADRE Luiz..., 1927). Era considerado um eloquente orador. Publicou na imprensa periódica textos de exaltação ao movimento de outubro de 1930, com conteúdo cívico-religioso, criticando o caráter materialista do liberalismo da Primeira República, ao mesmo tempo atacando o comunismo soviético. Dois deles merecem destaque: “Campistas, pela grandesa do Brasil”, publicado em 07 de maio, e “Na exaltação da pátria, a glória de Campos”, publicado no dia 10 do mesmo mês, ambos no jornal Folha do Commercio, na semana seguinte à publicação do Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, instituindo o ensino religioso nas escolas públicas.

⁴⁶ José Ramos Teixeira de Castro era proprietário do Colégio Teixeira de Melo, escola primária localizada à Rua do Leão, 22 (COLÉGIO Teixeira..., 1930).

ficando a associação sob o comando do próprio Monsenhor Uchôa, como seu assistente eclesiástico (UNIÃO de Moços..., 1931). A instalação oficial da União dos Moços Católicos de Campos ocorreu no dia 21 de abril, com solenidade no salão nobre da Associação dos Empregados no Comércio⁴⁷ (UNIÃO dos Moços..., 1931)⁴⁸.

Para administrar as diversas associações laicas existentes na diocese, e as que ainda viriam a se formar, o monsenhor Uchôa fundou a Confederação Católica de Campos, com sede na igreja do Carmo, que funcionava como catedral provisória. A confederação tinha como diretor o professor José Eduardo Ferreira Landim⁴⁹, e como autoridade eclesiástica o próprio Monsenhor Uchôa, que centralizava o controle hierárquico sobre todo o laicato católico da cidade.

Nove dias após a criação da União dos Moços Católicos de Campos foi sancionado o Decreto n. 19.941 instituindo o ensino religioso nas escolas públicas em todo o país. Pelas páginas da imprensa o padre Campos Góes, presidente da União dos Moços Católicos de Campos, lançava duras críticas às políticas de educação da Primeira República, afirmando que o Brasil, “por uma quarentena de anos esteve afogado no mais crú materialismo. Não conhecia Deus. Combatia o mesmo, expulsando das escolas, dos tribunaes e dos quarteis. Era o atheismo em lei. Não se educava. Instruía-se” (GÓES, 1931, p.1). Assim condenava o “espírito ateu da Revolução Francesa” (idem, ibidem), e ao mesmo tempo exaltava a ação do governo revolucionário que, “compreendendo que a nação não mais suportava o regimen de atheismo (...), resolveu, em bôa hora, dar o primeiro passo para a volta a Deus, decretando o ensino religioso facultativo em todas as escolas públicas” (idem, ibidem).

⁴⁷ Tanto as primeiras reuniões para discutir a formação desta associação quanto a solenidade de sua instalação ocorreram na Associação dos Empregados no Comércio. Inclusive, da primeira diretoria eleita da Associação dos Moços Católicos, fazem parte membros da diretoria da Associação dos Empregados do Comercio, como o seu presidente em 1931, Enock Abreu, e José Carvalho que era o bibliotecário das duas associações (ASSOCIAÇÃO de Empregados..., 1931). Também faziam parte da diretoria da Associação dos Moços Católicos estudantes do Liceu de Humanidades, como José Carlos de Mello Tinoco, fundador do jornal liceísta “A Rede” (A REDE, 1931), e Nabor Freitas (LICEU e Escola Normal, 1931).

Isso demonstra que era uma estratégia da neocristandade católica, na organização de suas associações laicas, atrair os indivíduos que já se encontrassem de alguma maneira organizados em instituições associativas.

⁴⁸ A sede da União dos Moços Católicos de Campos ficava na Rua 13 de Maio, nº 219. Ver Anexo III

⁴⁹ José Eduardo Ferreira Landim era professor de português do Liceu de Humanidades de Campos e da Escola Normal, professor de latim do Colégio Bittencourt. Era um católico militante que recebia de seus desafetos a alcunha de “beatíssimo” e “sineiro do bispado”, devido a sua atuação junto ao bispo diocesano D. Henrique Mourão e, principalmente, do vigário geral Monsenhor João de Barros Uchôa, e do padre Gentil de Castro Faria (COSTA, 1931).

No dia 10 de maio foi organizado em Campos um ato em comemoração ao decreto do ensino religioso, contando com os discursos de diversos professores e um desfile pela rua 13 de maio, principal centro comercial da cidade, acompanhado pelas bandas musicais do Orfanato São José e Operários Campistas, em direção ao prédio da prefeitura municipal, de onde discursaram o Monsenhor Uchôa e o prefeito Cardoso de Mello.

Em seguida foi enviado um telegrama assinado por professores do ensino secundário, liderados por Teophilo Gouvêa e José Ferreira Landim, ambos do Liceu de Humanidades e Escola Normal, ao presidente Getúlio Vargas e ao ministro Francisco Campos agradecendo a iniciativa e felicitando o governo (O ENSINO religioso, 1931a). Entre os signatários do telegrama estavam Yolande Hamberger, Jeronymo Ribeiro, Antônia Lopes, Josepha Lopes, Cecília Calomeni, Hercília Nogueira, os padres Abelardo Falcão e Gentil de Castro Faria, entre outros.

Na imprensa periódica local também foi possível encontrar críticas à instituição do ensino religioso nas escolas públicas, seja em transcrições de textos publicados nos jornais da capital federal ou de autores locais, destacando o caráter antirrepublicano da medida que representava um “atentado aos princípios que instituíram a República de 1889 e a todos os ideais de progresso” (O ENSINO religioso nas escolas..., 1931), ou então alertando para os privilégios que teria a igreja católica sobre as demais religiões com a sua implantação.

Um exemplo foi a notícia do envio de um telegrama do pastor Benjamim Cezar, da igreja presbiteriana de Campos, ao presidente Getúlio Vargas, defendendo a laicidade do Estado como princípio para a “liberdade de consciência” e criticando o favorecimento que teria a igreja católica com tal ação. Em resposta, o governo alegava que

o referido decreto não [assegurava] exclusividade de culto algum, permitindo o ensino de todos em perfeita igualdade, de acordo com o desejo expresso dos pais dos alunos e preferência manifestada por esta ou aquela religião (O ENSINO religioso, 1931b).

Em outra matéria, citando um texto de Alceu Amoroso Lima, a mais importante liderança da intelectualidade católica brasileira, são ressaltados o caráter facultativo do ensino religioso, e a necessidade de haverem mais de vinte alunos adeptos de um determinado credo para que ele fosse ensinado nas escolas, como previsto no decreto. Em tom irônico, o texto questionava:

Onde a probabilidade de se arranjam vinte brahmanistas na mesma escola? Um que seja... Onde, em que canto do Brasil, se encontrarão 20 budistas num só estabelecimento de ensino? Com excepção a raríssimas, apenas três religiões verão seus dogmas dissertados nas escolas brasileiras: a catholica, a protestante e a espírita, só (PINTO, 1931).

O texto, portanto, reconhecia apenas três religiões cristãs devidamente institucionalizadas no Brasil e capazes de ter a representatividade necessária para o seu ensino nas escolas públicas. No entanto criticava os questionamentos das igrejas protestantes em relação ao favoritismo católico, alegando que a superioridade numérica do catolicismo no país justificaria a proporcionalidade de sua adoção nas escolas públicas (idem, ibidem).

Em 28 de julho de 1931, em meio aos debates sobre o ensino religioso, foi criada a Associação dos Professores Católicos de Campos (ASSOCIAÇÃO dos Professores..., 1932). Segundo Sgarbi (2019) a primeira instituição de professores católicos a se organizar no Brasil foi a Liga do Professorado Católico, fundada em São Paulo em 1919. Desde então, apenas em 1928 foi criada outra instituição do gênero: a Associação Fluminense dos Professores Católicos, em Niterói, dando início a uma escalada que envolveu a criação de diversas associações congêneres.

No Primeiro Congresso Catholico de Educação, realizado em São Paulo em 1934, o professor Everardo Backheuser, maior expoente dos educadores católicos, assim apresentou o processo de organização do professorado católico brasileiro:

No Brasil (...) já estão criadas treze dessas associações, e a vossa, senhoras professoras paulistas, [foi] a primeira a desfraldar o estandarte. (...) Em 1928 os professores de Niterói fundaram uma associação se não análoga à vossa nos detalhes, idêntica nos escopos principais. Depois, ininterruptamente, vieram outras: em 1929 alistaram-se Barra do Pirai e Belo Horizonte; em 1930 congrega-se a de Juiz de Fora; em 1931 (...) computa-se a de Campinas sob o título de "Centro de Cultura Intelectual", mas com objetivos análogos às demais, a de Campos, a de Pernambuco, a do Distrito Federal, a de Petrópolis, a do Ceará. Em 1932 funda-se a de São Gonçalo no Estado do Rio e em 1933 a de Pelotas, e já se anunciam outras em Cuiabá e Paraíba (BACKHEUSER, 1933 apud Sgarbi, 2019).

Assim, a Associação dos Professores Católicos de Campos figurava entre as primeiras criadas no Brasil, sendo o Rio de Janeiro o Estado que concentrava o maior número de associações: Niterói, Barra do Pirai, Campos, Petrópolis e, posteriormente, a de São Gonçalo.

A Associação de Professores Católicos de Campos tinha como presidente o professor do Liceu de Humanidades e Escola Normal, Teophilo Gouvêa, e como diretor eclesiástico o Monsenhor Uchôa.

Como parte das festividades do Santíssimo Salvador, padroeiro da cidade, entre os dias 06 e 09 de agosto de 1931, a Associação dos Professores Católicos organizou um curso para os professores das “escolas oficiais, em obediência ao decreto federal sobre o ensino da religião” (PROFESSOR Everardo..., 1931), ministrado pelos professores

Everardo Backeuser, da Escola Politécnica; Maria Pereira das Neves, diretora da Escola profissional em Niterói; Corina Halfeld, da Escola Normal de Niterói; Maria Regina Rangel, da Escola Comercial do Rio de Janeiro; Maria Natalina, Marina Martins, Maria da Gloria Valente e muitos outros nomes do magistério fluminense (Idem, ibidem).

Everardo Backeuser era o responsável pela seção de ensino primário da Associação Brasileira de Educação – ABE (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1931a), sendo ao mesmo tempo o principal representante da intelectualidade católica naquela instituição. Segundo Xavier (2002) os intelectuais católicos possuíam o controle político no interior da ABE naquele momento, situação que se alterou após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, organizado por educadores que fendiam a escola pública, laica e gratuita, capitaneados por Fernando de Azevedo. A partir daquele momento estariam constituídos dois grupos antagônicos: os pioneiros e os católicos.

Lopes (2013) aponta que tanto a identidade dos pioneiros quanto a dos católicos foram forjadas naquele contexto que envolvia disputas ideológicas e também políticas. Apesar de se antagonizarem, tais grupos não eram os únicos a disputar espaços de influência sobre as políticas educacionais no país. Da mesma maneira, não se deve compreender os pioneiros como um grupo homogêneo, renovador e progressista, e os católicos como um bloco fechado e tradicional (CARVALHO, 1999b; FREITAS & BICCAS, 2009). Xavier (2002) destaca que entre os signatários do manifesto havia algumas discordâncias, por exemplo, em relação ao papel centralizador atribuído ao Estado. Ao mesmo tempo entre os intelectuais católicos havia aqueles que defendiam as contribuições trazidas pelo escolanovismo, sobretudo em relação às técnicas de educação.

Em Campos foram realizadas duas conferências do professor Everardo Backheuser, nos dias 07 e 09 de agosto, nos salões da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia, apresentando o tema “A ciência não é inimiga da fé” (AS BRILHANTES conferências..., 1931). Também foi muito aguardada a apresentação da diretora da Escola Profissional Feminina de Niterói, Maria Pereira das Neves, que foi a primeira diretora da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha de Campos entre 1922 e 1930 (REIS, 2013).

O professor Everardo Backheuser ainda visitou a cidade de Campos em outras ocasiões. Uma delas foi como participante do importante Congresso Eucarístico de Campos em 1935, apresentando a tese “Os mestres aos pés da eucaristia” (CONGRESSO Eucharistico..., 1935); e em 1938, já no regime do Estado Novo, a convite da Associação dos Professores Católicos, para participar da posse de sua nova diretoria e apresentar uma conferência na sede do Centro Dom Vital de Campos sobre a “Ação Católica”, onde

deliciou os ouvintes methodizando os princípios segundo os quaes o laicato catholico, de que é um dos paradigmas, exerce socialmente a sua acção extendendo-a até onde muitas vezes não chega a hierarchia eclesiástica (O PROFESSOR Everardo..., 1938).

As discussões em torno do ensino religioso nas escolas públicas avançaram pelo ano de 1932, na campanha para a formação da Assembleia Nacional Constituinte em 1933 e os debates constituintes daquele ano até a promulgação da nova Carta Constitucional de 1934.

A compreensão por parte da igreja católica de que era necessário interferir diretamente no processo político eleitoral existia desde o século XIX, com a proposta de criação de um partido católico, o que não se concretizou. Ao longo da década de 1920 tal interferência foi pensada de outra forma, na qual os eleitores católicos eram orientados a respeito dos “candidatos que recebiam o *referendum* da hierarquia da Igreja. Para esse trabalho, foi desenvolvida a Liga Eleitoral Católica - LEC, por inspiração do Cardeal Leme” (MANOEL, 1999, p. 211).

A Liga Eleitoral Católica de Campos foi criada em novembro de 1932 pelo Monsenhor Uchôa, seu assistente eclesiástico, tendo como presidente o professor Teóphilo Gouvêa, que também presidia a Associação de Professores Católicos. A Liga Eleitoral Católica de Campos era composta por uma junta representativa de cada

paróquia da diocese, promovendo reuniões ordinárias. Após a sua terceira reunião, ocorrida no dia 15 de novembro daquele ano, o monsenhor Uchôa publicou um texto enérgico na imprensa onde exclamava:

Estamos cansados de esperar! Tudo se nos tem prometido e tudo nos foi negado! A hora que se nos apresenta é de apreensões! É a hora decisiva para o reinado social de Cristo e de Sua Igreja. Os seus inimigos não dormem e já se preparam (...) para a realização dos seus malignos ideais.

E nós que fazemos? E nós que constituímos a maioria da Nação, continuaremos a ser esmagados por uma menoria insignificante que fez imperar sua vontade?

(...) Não, mil vezes não. Cerremos fileiras em derredor da Cruz Redentora, alistemo-nos e vamos votar e votar bem, como disse S. Eminencia, o sr. Cardeal Arcebispo.

Vamos escolher os candidatos dignos, sejam eles de qualquer partido político, contanto que assinem compromisso conosco de defender os postulados da Igreja (...). Venham votar, os moços e velhos, as donzelas e esposas e mães, venham os padres, os bispos, enfim, todos que teem obrigação sagrada de em a nova constituinte defender os direitos sagrados de Cristo (UCHÔA, 1932)

O vigário geral se referia ao alistamento eleitoral da população para eleger os deputados constituintes nas eleições convocadas para maio de 1933, que deveria se reunir para elaborar o novo texto constitucional que finalmente substituiria a Carta republicana de 1891. A estratégia da LEC de Campos era fazer com que os candidatos fizessem pessoalmente o seu comprometimento com o programa católico, independente do partido político. Os eleitores deveriam escolher

sem interesse de correntes políticas e sim os da defesa de nossa fé, os candidatos que garantam a ação católica cujo ideal é defender a constituição da família, difundir a instrução, elevar o nível da educação, desenvolver o ensino profissional, cuidar da assistência e fomentar o desenvolvimento econômico e o saneamento do solo, promover a harmonia de classes, proteger o trabalho na base do sindicalismo cristão, manter e fortificar a união entre os Estados, velar pelo patrimônio moral da nacionalidade (Idem, ibidem).

Os candidatos dos católicos, portanto, deveriam ser aqueles comprometidos em derrubar as propostas favoráveis à instituição do divórcio, defender a presença do ensino religioso nas escolas públicas no texto constitucional, e os princípios do corporativismo ao “promover a harmonia das classes” (negando, portanto, a luta de classes), o “sindicalismo católico” e “fortificar união dos Estados”.

O Monsenhor Uchôa finaliza o seu texto informando que “A Liga Eleitoral Católica tem a sua secretaria funcionando cotidianamente no salão da Confederação de 14 às

16 horas, onde o eleitor encontrará petições feitas e instruções a respeito” (Idem, ibidem). A LEC de Campos promoveu distribuição de panfletos, organizou a “campanha pela imprensa e pelo púlpito” e instituiu um “Centro de Alistamento” eleitoral, emitindo títulos de eleitor (LIGA Eleitoral..., 1932).

Em março de 1933 a Confederação Católica de Campos organizou um “Congresso Parochial”, realizado nos dias 10, 11 e 12, reunindo clérigos, intelectuais e a comunidade católica, sob a presidência do bispo Dom Henrique Mourão, do advogado Pio Othoni, do professor Teophilo Gouvêa, do Dr. Saragoça Santos e Dr. Romeu Silva. A diretoria era composta pelo monsenhor Uchôa, secretariado pelo professor José Landim e pela jovem Gely Martins, da Associação dos Professores Católicos. O Quadro 5 lista as conferencias apresentadas no congresso:

Quadro 5 - Congresso Paroquial da Confederação Católica de Campos sobre o alistamento eleitoral e as eleições constituintes de 1933

Dias	Temas	Conferencistas
10/03/1933	“Porque os católicos devem votar”	Faride Chacar – Liceu de Humanidades e Escola Normal
10/03/1933	“O divórcio”	Pe. Antônio Ribeiro do Rosário – Seminário Diocesano
11/03/1933	“O divórcio”	Pe. Campos Góes – União de Moços Católicos de Campos
11/03/1933	“O direito das consciências catholicas”	Dr. Pio Othoni – advogado
11/03/1933	“O ensino religioso dos operários”	Prof. José Eduardo Ferreira Landim – Liceu de Humanidades e Escola Normal
12/03/1933	“A crise moral do século XX”	Gely Martins – Centro de Estudos da Escola de Direito Clóvis Bevilacqua, poetisa e musicista
12/03/1933	“O ensino religioso nas escolas”	Dr. Pio Othoni – advogado
12/03/1933	“O casamento religioso para efeito civil”	Pe. Gentil de Castro Faria – Reitor do Seminário Diocesano; presidente dos Escoteiros Católicos de São Luiz de Gonzaga

Fonte: Elaboração própria a partir do jornal Monitor Campista (CONGRESSO Parochial, 1933).

As sessões ocorreram no interior da Catedral ainda em obras, sendo o altar e as paredes laterais cobertas por bandeiras nacionais. Compareceram cerca de duas mil pessoas (INCIDENTE na Catedral..., 1933), inclusive opositores do movimento eleitoral católico, que se manifestaram após o discurso da jovem Gely Martins, tendo

início uma “forte agitação dentro do templo, havendo protestos de ambas as partes” (INCIDENTE no interior..., 1933), resultando em intervenção da polícia que “compareceu de armas embaladas e ocupou o salão da igreja, causando grande susto à assistência” (idem, ibidem).

Até a data das eleições a campanha foi intensa, com textos direcionados aos eleitores católicos. No dia do pleito foi publicado um alerta aos

pais de família [contra a] a insegurança dos lares, a dissolução das futuras famílias, (...) o espetáculo degradante das divorciadas a granel e das creanças sem pai, sem mãe e sem arrimo (...).

Às mães campistas, atenção! Os postulados religiosos visam impedir que vossos filhos aprendam, nas escolas leigas, o contrário daquilo que vós mesmas lhes inculcastes no coração. A não ser assim, sofrereis para sempre o escândalo doloroso de serdes ridicularizadas na vossa Fé pelos vossos próprios filhos (O PLEITO no Estado..., 1933).

Ainda de acordo com o texto, os comerciantes deveriam se preocupar com os candidatos comunistas que, devido à ilegalidade do PCB naquele pleito, se “abriga[vam] sob as bandeiras rubras dos anti-católicos (...), [dissimulando-se] sob vários aspétos, para melhor atentarem contra a propriedade honesta e contra o trabalho fecundo de que sempre fugiram” (idem, ibidem). Também contra o “perigo comunista”, alertavam aos operários, que deveriam fugir daqueles que “apenas lançam o ódio entre operários e patrões e disto nenhum bem resulta: prejudicam os patrões, mas aumentam sempre o sofrimento dos pobres” (idem ibidem).

Por fim, recomendavam abertamente aos eleitores o voto nos candidatos do Partido Nacional Fluminense, especialmente a professora Maria Pereira das Neves, ex-diretora da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha de Campos e diretora da sua congênere em Niterói, que também trazia em seu currículo a presidência da Associação das Damas de Caridade e a direção da Pia União das Filhas de Maria de Campos. Também recomendavam o Partido Popular Radical, formado pelos antigos nilistas liderados por Raul Fernandes, João Guimarães e Macedo Soares; a União Progressista Fluminense, que representava os ex-tenentes comandado pelo general Christóvão Barcellos e o capitão Gwyer de Azevedo; a Chapa Constitucionalista, liderada pelo ex-presidente do Estado do Rio de Janeiro, Manuel Duarte; e o Partido Economista do Brasil, representado por Ramon Benito Alonso (idem, ibidem)⁵⁰.

⁵⁰ Ainda de acordo com o texto, o estado do Rio de Janeiro foi o que concentrou o maior número de partidos políticos (onze no total) e candidaturas avulsas para as eleições constituintes, chegando a um

Apesar dos esforços da Liga Eleitoral Católica, o Partido Nacional Fluminense não elegeu nenhum representante para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933. No entanto, o Partido Popular Radical elegeu dez constituintes, o que equivale a 59% da representação fluminense na Assembleia (BRASIL, 1934b). Entre eles estavam o ex-prefeiro de Campos (1930-1931) e ex-secretário do Interior e Justiça do Rio de Janeiro (1931-1932), Oswaldo Cardoso de Mello, e João Guimarães, nilista, apoiado pela LEC. Também entre os candidatos apoiados pela Liga foram eleitos Acurcio Francisco Torres, da Legenda Constitucionalista e o ex-secretário do Interior de Justiça (1930-1931), também nilista histórico, Cezar Nascentes Tinoco, pelo Partido Socialista (Idem).

A presença significativa de constituintes eleitos com o apoio da Liga Eleitoral Católica em diversos Estados brasileiros possibilitou uma grande vitória da igreja católica e a consolidação de sua aproximação com o Estado a partir da promulgação dos artigos nº 113 permitindo a assistência religiosa nas expedições militares, nos hospitais, nas penitenciárias e em outros estabelecimentos oficiais; nº 144, instituindo a indissolubilidade do casamento; nº 153, estabelecendo que o ensino religioso constaria nos horários das escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais, mantendo-se facultativo e com orientação determinada pelos pais (POLETTI, 2012).

No estado do Rio de Janeiro a regulamentação dos horários do ensino religioso nas escolas públicas se deu por meio de portaria do diretor do Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho, o professor Aldo Muylaert⁵¹, determinando que as aulas fossem ministradas “na primeira ou na última aula, conforme opinou o sr.

número de aproximadamente 180 candidatos. Além dos partidos apoiados pela Liga Eleitoral Católica de Campos, também havia o Partido Socialista Fluminense, que reunia os ex-nilistas do interior do Estado, também conhecidos como nilistas vermelhos, liderados pelo campista César Tinoco, o partido Liberal Social da antiga liderança anti-nilista de Macaé, Alfredo Backer, O Aliancista Renovador, comandado por Arthur Victor, o Partido Socialista Democrata, representado por Waldir Faria da Rocha, e a União Operária Camponesa, representada “por elementos proletários” (O PLEITO no Estado..., 1933).

⁵¹ Aldo Muylaert se formou em 1910 na Escola Normal de Campos. Em 1918 assumiu, por concurso, a cadeira de geografia, corografia e noções de cosmografia naquela escola, onde também lecionava álgebra, geometria e trigonometria. Ali permaneceu até o ano de 1934, quando foi nomeado pelo interventor Ary Parreiras para o cargo de diretor do Liceu Nilo Peçanha e Escola Normal de Niterói. Ao final da interventoria se tornou diretor do Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho do estado do Rio de Janeiro, entre março e novembro de 1935. Em 1936 retornou ao Liceu e Escola Normal de Niterói, onde permaneceu até a sua aposentadoria em 1961, assumindo a direção do estabelecimento por mais de uma vez.

Inspector geral do Ensino, na representação da Associação Fluminense de Professores Catholicos” (O ENSINO Religioso..., 1935)

O laicato católico continuou se fortalecendo ao longo dos anos 1930 na cidade de Campos dos Goytacazes. Ainda em 1931, repetindo a experiência realizada junto aos trabalhadores da tecelagem onde atuou como capelão na cidade de São Paulo, o Monsenhor Uchôa organizou o Centro Operário Católico de Campos, cuja primeira reunião ocorreu no dia 26 de novembro, no salão da Confederação Católica (CENTRO Operário..., 1931). Sua sede provisória se instalou num salão da igreja do Carmo, porém em poucos meses, em junho de 1932, a sua diretoria adquiriu um imóvel no número 160 da Avenida 7 de setembro (CENTRO Operário..., 1932), onde foram iniciadas as obras de construção de sua nova sede.

Somente em 1935 foi inaugurado o novo prédio, assim descrito por um visitante da imprensa:

O prédio é próprio. E essa propriedade representa um alto esforço. Pouco a pouco, de vintém em vintém, foram reunindo o necessário para a compra do edifício – não o prédio que ali vemos hoje, mas um pardieiro antigo que ali existiu. Depois de comprado, metteram mãos á obra. Atacaram a reforma.

Dia a dia, a sede do Centro Operário Catholico se modificava. A casa reclamava todos os requisitos para os seus fins. Devagarinho, foram trabalhando e, ultimamente, com melhores auxílios de pessoas de boa intenção, entre os quaes o adiantado industrial Gonçalo de Vasconcellos, conseguiram o necessário para o serviço final (...).

Verificamos que se trata de uma casa com organização estatutária perfeita, criteriosa, cuja finalidade reúne os melhores propósitos em benefício dos operários catholicos. Em seu ambiente há uma boa centena de sócios que gosam das vantagens dos seus estatutos (CENTRO Operário..., 1935).

O prédio (figura 13) foi construído com o auxílio dos empresários, sobretudo os usineiros do açúcar, como o citado Gonçalo de Vasconcellos, presidente da mais produtiva usina do estado do Rio de Janeiro e a quarta do país⁵², a Usina São José, no distrito de São Gonçalo. Esse fato confirma o caráter disciplinador do sindicalismo católico, e o interesse do movimento de reforma católica em disputar espaço junto ao proletariado com os partidos políticos e demais associações alinhadas ideologicamente com o anarquismo ou o socialismo soviético.

⁵² Ver Quadro 3 no capítulo 2.

Figura 13 - Fachada do prédio do Centro Operário Católico em 1935



Fonte: Jornal Folha do Commercio (CENTRO Operário..., 1935)

Figura 14 - Fachada do prédio do Centro Operário Católico de Campos - 2020



Fonte: Acervo pessoal do autor

O prédio ostentava em sua fachada o nome do Centro Operário Católico seguido da inscrição *latina ora et labora* (Figura 15), cuja tradução livre seria “ora e trabalha”, a síntese da Regra de São Bento. Entre as atividades do Centro Operário Católico estavam as “sessões cívicas religiosas”, realizadas ordinariamente com a participação de diversos oradores leigos e religiosos, com destaque para os eventos do 1º de maio, a partir de 1932 (O DIA 1º de Maio..., 1932).

No Centro funcionava uma escola primária noturna para os operários associados, como indica a placa afixada em sua fachada (Figura 16), e também para os seus filhos. “Esse curso noturno funciona há anos, regularmente. Está ensinando. Está instruindo crianças e adultos, de ambos os sexos. É, portanto, uma obra merecedora de aplausos” (CENTRO Operário..., 1935).

Figura 15 – Detalhe da inscrição latina *ora et labora*, na fachada do prédio do Centro Operário Católico de Campos - 2020



Fonte: Acervo pessoal do autor

Figura 16 – detalhe da placa afixada na lateral da porta do prédio do Centro Operário Católico de Campos - 2020



Fonte: Acervo pessoal do autor

Em 1935 a cidade de Campos dos Goytacazes se preparava para as comemorações do primeiro centenário da sua elevação à categoria de cidade, que incluíam a inauguração do novo prédio da Catedral Diocesana, descrito pelo “O Jornal”, do Rio de Janeiro, como “um monumento architectonico que orgulha os fluminenses (...), digno das tradições de fidalguia, de cultura e religiosidade do povo de Campos” (SANTOS, 1935a, p. 3).

Também como parte das comemorações, realizou-se o “Congresso Eucharístico Diocesano”, entre os dias 24 e 30 de março, contando com a participação de importantes autoridades eclesíásticas do Brasil, incluindo os bispos de Niterói e do Espírito Santo, e o cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, além de figuras destacadas do laicato católico nacional, como o professor Everardo Backheuser, mencionado anteriormente, e o “cientista e sábio Dr. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde)” (CONGRESSO Eucharístico,..., 1935), diretor da Ação Católica Brasileira e da revista “A Ordem”. Também participaram do evento representantes da classe política, como o deputado federal por Pernambuco, Barreto Campello, e o deputado federal e ex-prefeito de Campos, Dr. Oswaldo Cardoso de Mello (Idem).

Um dos pontos de destaque do Congresso Eucarístico de Campos foi a declaração de conversão ao catolicismo do professor Theobaldo de Miranda Santos⁵³, diretor do Liceu de Humanidades e Escola Normal de Campos. Segundo Souza (2015) a conversão do professor Theobaldo de Miranda Santos se deu por influência dos escritos de Alceu Amoroso Lima, e por intermédio do Monsenhor João de Barros Uchôa e suas atividades voltadas para o laicato católico na diocese.

De acordo com a programação do Congresso, Theobaldo de Miranda Santos foi o responsável pela saudação a Alceu Amoroso Lima, em 28 de março, dia do centenário da Cidade. Em seu discurso, Miranda Santos exaltou a “força atraente e persuasora” da inteligência de Amoroso Lima, revelando que ao longo de sua juventude, marcada pelo impacto da guerra e por uma formação intelectual “de caráter nitidamente agnóstico e naturalista (...) perdido pelos caminhos intrincados do racionalismo científico, do ecletismo philosophico e do sibaritismo esthetico” (SANTOS, 1935), nutria uma “ansiedade cósmica, (...) uma inquietação metaphysica, uma sede de totalidade” (idem, ibidem), satisfeitas apenas pela “obra profunda,

⁵³ Sobre Theobaldo de Miranda Santos, ver a tese de Souza (2015), onde o autor estuda a concepção de filosofia da educação presente nos manuais pedagógicos produzidos por este intelectual católico.

luminosa e original baseada no realismo catholico e abrangendo todos os sectores da cultura humana” (idem, ibidem).

Após a sua conversão, Theobaldo de Miranda Santos assumiu um papel decisivo no desenvolvimento do laicato católico em Campos até o ano de 1938, quando se transferiu para a cidade do Rio de Janeiro a fim de colaborar com Amoroso Lima na Universidade do Distrito Federal, onde este fora nomeado reitor.

Logo após o Congresso Eucarístico Diocesano, em 1935, Theobaldo de Miranda Santos organizou o Centro Dom Vital de Campos, onde desenvolveu uma série de atividades, sempre informadas a Alceu Amoroso Lima por meio de correspondências⁵⁴, como o “‘Serviço de Difusão Popular da Cultura Católica’ através de palestras pelo rádio⁵⁵, artigos na imprensa e conferencias publicas nas escolas, nas associações de classe e nos centros operários” (SANTOS, 1935c). Miranda Santos foi também assíduo colaborador da revista “A Ordem” do Centro Dom Vital, e da “Revista Brasileira de Pedagogia”, ligada à Confederação Católica Brasileira de Educação”, criada por Everardo Backheuser⁵⁶.

Outra realização de grande envergadura do Centro Dom Vital de Campos foi a criação do “‘Instituto Catolico de Estudos Superiores de Campos’ destinado aos professores, estudantes, intelectuais, etc., e constituído de cursos regulares e sistemáticos de Teologia, Filosofia, Sociologia, Biologia, História da Igreja e Pedagogia” (Idem, ibidem). Segundo o próprio Miranda Santos, antes mesmo de sua inauguração, o Instituto Católico possuía

apreciável número de alunos matriculados, todo ele constituído de alunos das nossas escolas superiores⁵⁷, professores primários e secundários, advogados, médicos, engenheiros, etc. (...) [havendo] um grande interesse pelo (...) Instituto que veio, preencher, aliás, uma lacuna do nosso sistema de educação que era a inexistência de uma

⁵⁴ A correspondência de Alceu Amoroso Lima está disponível no website do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade: www.alceuamorosolima.com.br. No Anexo IV desta tese é possível ver uma página de carta de Theobaldo Miranda Santos destinada a Alceu Amoroso Lima escrita em papel timbrado do Centro Dom Vital de Campos.

⁵⁵ Desde dezembro de 1932 se desenvolviam os experimentos para a criação da Rádio Cultura de Campos (PELA Radio..., 1932), que em fevereiro do ano seguinte já realizava transmissões (SOCIEDADE dos amigos..., 1933).

⁵⁶ Como é possível notar na correspondência de Alceu Amoroso Lima, Theobaldo de Miranda Santos costumava enviava seus artigos pessoalmente para a avaliação de seu mentor, solicitando a publicação dos melhores trabalhos na revista “A Ordem”. Quanto aos artigos de menor relevância, considerados de vulgarização, solicitava que fossem encaminhados para a Revista Brasileira de Pedagogia.

⁵⁷ Em Campos havia, desde 1932, a Escola de Direito Clovis Bevilacqua, o curso de Odontologia e Farmácia, e a Escola de Agricultura, Veterinária e Química, organizada por Theobaldo de Miranda Santos.

instituição superior de cultura filosófica e de ciência pura (Idem, ibidem).

Os primeiros cursos instalados foram o de biologia, ministrado pelo Dr. Antonio Pereira Nunes e por Collatino Gusmão, e o de Sociologia, a cargo do padre José Labat, cujos programas foram integralmente publicados no jornal Monitor Campista. Em seguida se organizaram os cursos de filosofia e teologia, pelo padre Gentil de Castro Faria; pedagogia, ministrado por Miranda Santos; e história da civilização e da igreja, sob a responsabilidade do prof. José Landim (Idem, ibidem; LANDIM, 1935). A inauguração do Instituto ocorreu no dia 03 de setembro, com a presença de Alceu Amoroso Lima (SANTOS, 1935d).

Segundo Schwartzman et al. (2000) o movimento da ação católica da década de 1930 criticava a natureza do catolicismo brasileiro, pautado excessivamente por uma fé sentimental e afetiva em detrimento da razão, nas palavras do próprio Alceu Amoroso Lima, na revista A Ordem. Schwartzman et. al. (2000) identificam que havia

(...) a proposta de uma sociologia cristã, responsável pela busca de uma racionalidade para a fé. Essa sociologia era vista como capaz de contribuir para a ação e doutrina da Igreja, deslocando o centro de gravidade do sentimento para a razão. Ela seria antes de tudo um método científico aplicável à sociedade, à filosofia e à religião, contribuindo para que a Igreja Católica pudesse desempenhar bem a sua tarefa de reespiritualizar a cultura, acabando de uma vez por todas com a incompatibilidade entre a religião e a ciência (SCHWARTZMAN et. al., 2000, p. 74).

Observando os programas dos cursos de biologia, sociologia e o estudo da história a partir da história da igreja católica, no Instituto Católico de Estudos Superiores de Campos, percebe-se que seus fins se enquadravam perfeitamente nos esforços de aproximação entre fé e ciência.

No entanto, o Instituto Católico de Estudos Superiores de Campos teve duração efêmera, tendo reduzido número de interessados a partir dos anos de 1936 e 1937. Devido às transformações políticas locais após a instituição do Estado Novo, que contribuíram para o estabelecimento de Theobaldo Miranda Santos no Rio de Janeiro, o Instituto Católico de Estudos Superiores encerrou suas atividades em 1938.

O processo de organização do laicato católico em Campos dos Goytacazes a partir da criação da diocese e das atividades empreendidas pela administração apostólica de seu primeiro bispo, D. Henrique Mourão, sobretudo após a chegada do Vigário Geral Monsenhor João de Barros Uchôa, permitem compreender o movimento

da reforma católica e as suas estratégias de penetração na sociedade civil, dentre as quais a atração de intelectuais e a presença na educação formal pública.

Especificamente em relação à escola primária deste período, a literatura é pródiga em caracterizá-la como a responsável pela “transmissão do sentimento patriótico” (SCHWARTZMAN et. al., 2000). Considerando o que foi observado até o momento neste capítulo sobre os debates relacionados à educação, sobretudo o nível elementar, nos primeiros anos da década de 1930, tomando a cidade de Campos como uma unidade de análise (FARIA FILHO, 2009), é possível compreender melhor o sentido do “sentimento patriótico” que se desejava imprimir.

A educação moral e cívica, disciplina presente nos programas da instrução primária fluminense ao longo das quatro décadas da primeira república, realizada a partir do estudo da história pátria, da história do estado do Rio de Janeiro e das biografias de brasileiros e fluminenses ilustres (RODRIGUES, 2019), abria espaço, sobretudo ao longo da década de 1920, à formação prática e disciplinar do cidadão-soldado, por meio do escotismo escolar, praticado desde os primeiros tempos republicanos, porém oficialmente presente a partir das reformas de 1925 e 1929.

Se a educação cívica deveria desenvolver o nacionalismo e o amor aos símbolos pátrios por meio dos exercícios militares que promoveriam também a educação física e o sentido de obediência hierárquica, tendo o escotismo como instituição auxiliar, a instrução moral se daria pelo ensino religioso católico, tanto por meio da inclusão do ensino religioso como disciplina escolar no horário regular do currículo, como pelas atividades promovidas pela ação católica do laicato. Nesse sentido, o surgimento e o fortalecimento do escotismo católico, representava uma síntese desse fenômeno.

Consolidava-se, naquele momento, uma concepção cívico-religiosa de sociedade, que se observa nos eventos e rituais católicos. Um exemplo foi o Congresso Paroquial realizado em Campos em 1933, já citado, quando as paredes da catedral foram cobertas por bandeiras nacionais e se discutiam temas como “a crise moral do século XX”, o divórcio, o ensino religioso nas escolas e a participação eleitoral; ou mesmo durante o Congresso Eucarístico de 1935, em meio às comemorações cívicas do centenário de Campos.

Nesse congresso, a eucaristia — elemento central do catolicismo, que representa a “Sagrada Comunhão”, o corpo e o sangue de Cristo materializados na

hóstia consagrada — foi o tema central de todas as teses apresentadas, sempre associada a questões cívicas. No primeiro dia de congresso, a tese apresentada pelo deputado federal Barreto Campello, chamava-se “A influência da Eucharistia na Unidade Nacional” (CONGRESSO Eucharistico..., 1935), ou seja, a unidade representada pela hóstia deveria simbolizar o fim da fragmentação política do regime federalista, a ser substituído por um Estado centralizado, o que se consolidou com a implementação do Estado Novo em 1937. As demais teses apresentadas traziam o mesmo sentido: “A influência da Eucharistia na Família”, apresentada pelo Cônego Henrique Magalhães; “A Eucharistia e o catholico verdadeiro, fervoroso e de acção”, apresentada por Alceu Amoroso Lima; “A Eucharistia e o operariado”, apresentado pelo padre Ponciano dos Santos, da diocese de Santos, região portuária que concentrava um grande número de operários e sindicatos, onde se deveria combater o ideal da luta de classes e inculcar o pensamento corporativista da união entre trabalhadores e patrões para o engrandecimento da pátria; e “Os professores aos pés da Eucharistia”, tese defendida pelo prof. Everardo Backheuser, no último dia do evento.

Outra representação de tal concepção cívico-religiosa ocorreu nas comemorações dos cinquenta anos da abolição da escravidão, no dia 13 de maio de 1938. Foi realizada uma missa campal em frente à catedral, celebrada pelo Monsenhor Uchôa, com a participação das autoridades políticas locais, estudantes, e a companhia do Tiro de Guerra nº 29. Uma imagem bastante representativa do civismo religioso foi o momento da eucaristia, ponto máximo da missa: enquanto o sacerdote erguia e consagrava a hóstia, a banda musical Lyra de Apollo executava o hino nacional. O ato foi seguido por um discurso cívico-religioso proferido pelo próprio Monsenhor Uchôa.

O sentido de unidade representado pelo ritual de erguer a hóstia, tendo ao fundo o hino nacional, num ritual cívico-religioso celebrado em praça pública direcionado a um público de militares, políticos, estudantes e demais segmentos sociais, exemplifica bem um “sistema de representações e um sistema de valores” (CHARTIER, 2002a, p. 35) que se pretendia consolidar.

Em 15 de março de 1936 era empossado o novo bispo da Diocese de Campos, Dom Octaviano Pereira de Albuquerque, em substituição a Dom Henrique Mourão, transferido para Cafelândia, em São Paulo. Dom Octaviano era Arcebispo do

Maranhão, figura de grande projeção do clero brasileiro. Segundo Souza (2015), era um grande defensor do governo Vargas, e nesse sentido atuou fortemente junto ao laicato católico da diocese de Campos nos anos que se seguiram.

Os primeiros anos da década de 1930 foram conturbados, marcados pela instabilidade política, sobretudo os momentos que se seguiram à revolução de 1930 até a promulgação da Constituição de 1934. Ao mesmo tempo constituíram um momento rico em debates, envolvendo diversos segmentos da sociedade civil, como vimos observando, sobretudo os setores intelectuais, movidos pela necessidade de contribuir diretamente na construção de um novo país, como já assinalou Xavier (2002).

Além da atuação dos setores ligados a um ideal militarista e católico na conformação de um modelo de sociedade alternativo ao liberalismo em crise, o debate educacional no município de Campos dos Goytacazes também conviveu com experiências inovadoras influenciadas pelos estudos pedagógicos modernos do movimento escolanovista, como veremos no capítulo seguinte.

Capítulo 3 – A educação da infância em Campos dos Goytacazes nos primeiros anos após a “Revolução de 1930” - (1930-1933)

Após a Revolução de 1930 foi instalado o chamado “governo provisório”, responsável por promover a transição entre o regime deposto e uma nova realidade política e administrativa, a ser configurada em uma nova constituição, o que ocorreu apenas em 1934.

No estado do Rio de Janeiro, naquele momento de instabilidade política, houve poucas mudanças em relação à estrutura da administração educacional, apesar das ações do novo governo demonstrarem a preocupação em estabelecer um sentido de rompimento com o passado e o estabelecimento de uma nova ordem.

O contexto de uma nova ordem política, a partir de um Estado centralizado que encarnava um conjunto de ideias e projetos debatidos ao longo da década de 1920, possibilitou a materialização de projetos no campo intelectual e, sobretudo, da educação primária.

Neste capítulo são observados a influência do pensamento eugênico do final da década de 1920 e início dos anos 1930, e os esforços no intuito de promover o “melhoramento” e o “fortalecimento da raça” por meio da educação e da puericultura, com a criação da escola maternal, jardins de infância.

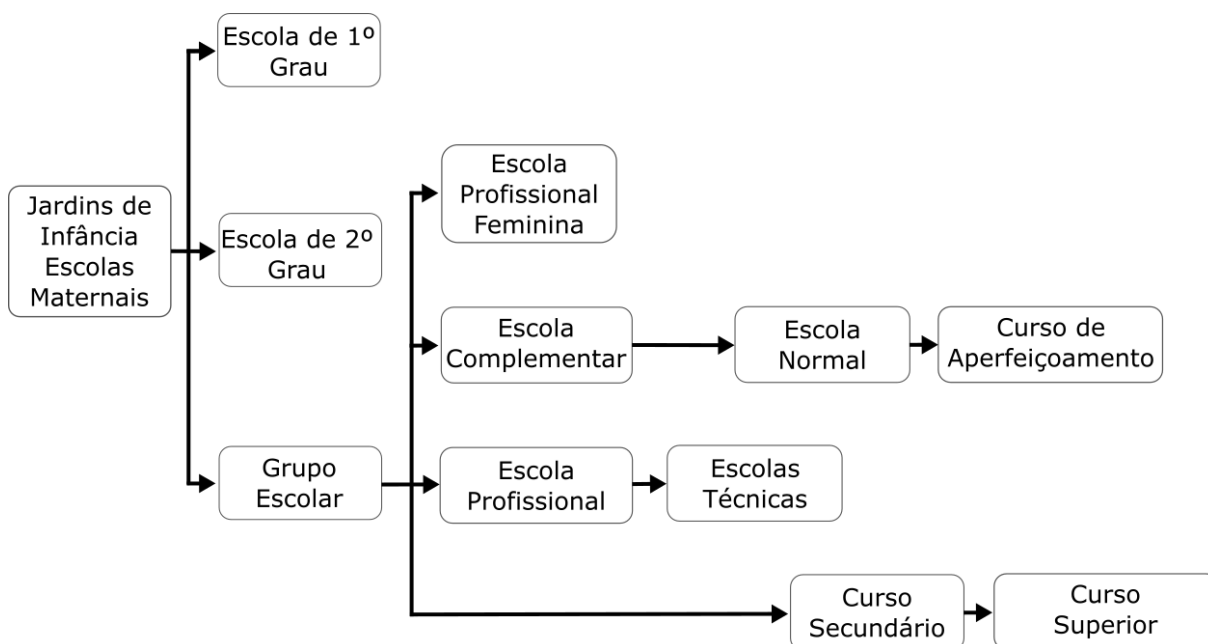
Também são analisadas as experiências educacionais conhecidas no município de Campos dos Goytacazes influenciadas pelo ideário da Escola Nova, tendo como agente fundamental a professora Antonia Ribeiro de Castro Lopes, por meio de sua trajetória profissional, seu relacionamento com a Associação Brasileira de Educação e sua importância no desenvolvimento de ações pedagógicas voltadas para a formação de professores e a proteção da infância, como a organização da Semana da Educação, os esforços para a consolidação da Escola Maternal, o estímulo à criação de jardins de infância, a criação de um curso prático doméstico, do Instituto Claparède, e a participação na fundação do Instituto Fluminense de Ciências Educacionais, voltado para o aperfeiçoamento do magistério, promovendo a formação de nível superior aos professores.

3.1. A escola primária em tempos de transição e instabilidade política

Com a Revolução de 1930 foi implementado no Brasil o sistema de interventorias para os governos estaduais, com interventores nomeados pessoalmente pelo presidente do governo provisório. No Rio de Janeiro o interventor Plínio Casado nomeou para a Secretaria do Interior e Justiça, que abrigava a Diretoria da Instrução Pública, uma das principais lideranças do nilismo campista, o Dr. César Nascentes Tinoco, o que evidencia o retorno do nilismo aos quadros do poder estadual no novo regime. César Tinoco escolheu Antônio Antunes de Figueiredo para a pasta da educação, em janeiro de 1931. Este se manteve no cargo durante as interventorias de Plínio Casado (novembro de 1930 a maio de 1931) e Mena Barreto (maio de 1931 a novembro de 1931).

Naquele momento a administração da educação primária fluminense manteve o disposto na reforma realizada em 1929. O ensino primário era dividido em: escolas de 1º grau nos distritos rurais, com curso de dois anos de duração; escolas de 2º grau, com duração de três anos, localizadas nos distritos urbanos; e grupos escolares, com o ensino primário completo de seis anos. De acordo com essa reforma, para se ter acesso ao ensino profissional, ao secundário ou à Escola Normal, era obrigatório ter cursado o ensino primário completo no grupo escolar. No caso específico de ingresso na Escola Normal era obrigatória ainda a aprovação no Curso Complementar, para o qual havia exame de admissão, e tinha dois anos de duração. O esquema mostrado na figura 17 mostra a organização da educação fluminense de acordo com a reforma de 1929:

Figura 17 - Esquema da educação fluminense na reforma de 1929



Fonte: Elaboração própria a partir de Mensagem presidencial de 1929 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1929) e Jornal Monitor Campista (ESCOLA COMPLEMENTAR, 1929).

Segundo a mensagem do presidente do Estado em 1929, as alunas e alunos deixavam o ensino primário e ingressavam na Escola Normal “numa transição profundamente desfavorável, sem um lastro conveniente e daí encontra[vam] dificuldades insuperáveis durante os quatro anos do curso normal (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1929, p. 56).

No Curso Complementar aprofundavam-se os estudos da língua portuguesa e da matemática elementar, introduzia-se o francês e se estudava a disciplina de caligrafia, a fim de que a futura professora ou professor se “habitu[asse] ao bom dizer, a expressar-se com clareza e elegância, à observância da boa dicção, à correção de imperdoáveis vícios de linguagem” (Idem, ibidem, p. 56-57).

Freitas (2019) identificou o ensino da caligrafia no Curso Complementar da Escola Normal Caetano de Campos, na cidade de São Paulo em 1920, associada à influência dos princípios da Escola Nova. A disciplina permaneceu no currículo até o ano de 1933, quando uma reforma geral do ensino criou o Instituto de Educação Caetano de Campos e a disciplina foi extinta. Amato (2008) destaca a importância da caligrafia no projeto nacionalista do canto orfeônico nas escolas, liderado por Heitor Villa Lobos.

A princípio o Curso Complementar no estado do Rio de Janeiro seria instalado apenas na capital Niterói. Porém, em abril de 1929 foi criado o Curso Complementar

de Campos, instalado num casarão da rua Gesteira Passos, n. 2, na esquina com a Av. 15 de Novembro, tendo como diretora a professora Isaura Lucas dos Santos. Segundo anúncio no jornal Monitor Campista, o diploma da Escola Complementar permitiria a

matrícula no curso geral ou propedêutico das Escolas Normais oficiais; matrícula em qualquer Escola Normal equiparada; matrícula nas Escolas Profissionais; nomeação para o lugar de estagiário de grupo escolar ou professor de escola situada em município que não Niterói, São Gonçalo, Campos e Petrópolis (ESCOLA Complementar, 1929, p.1).

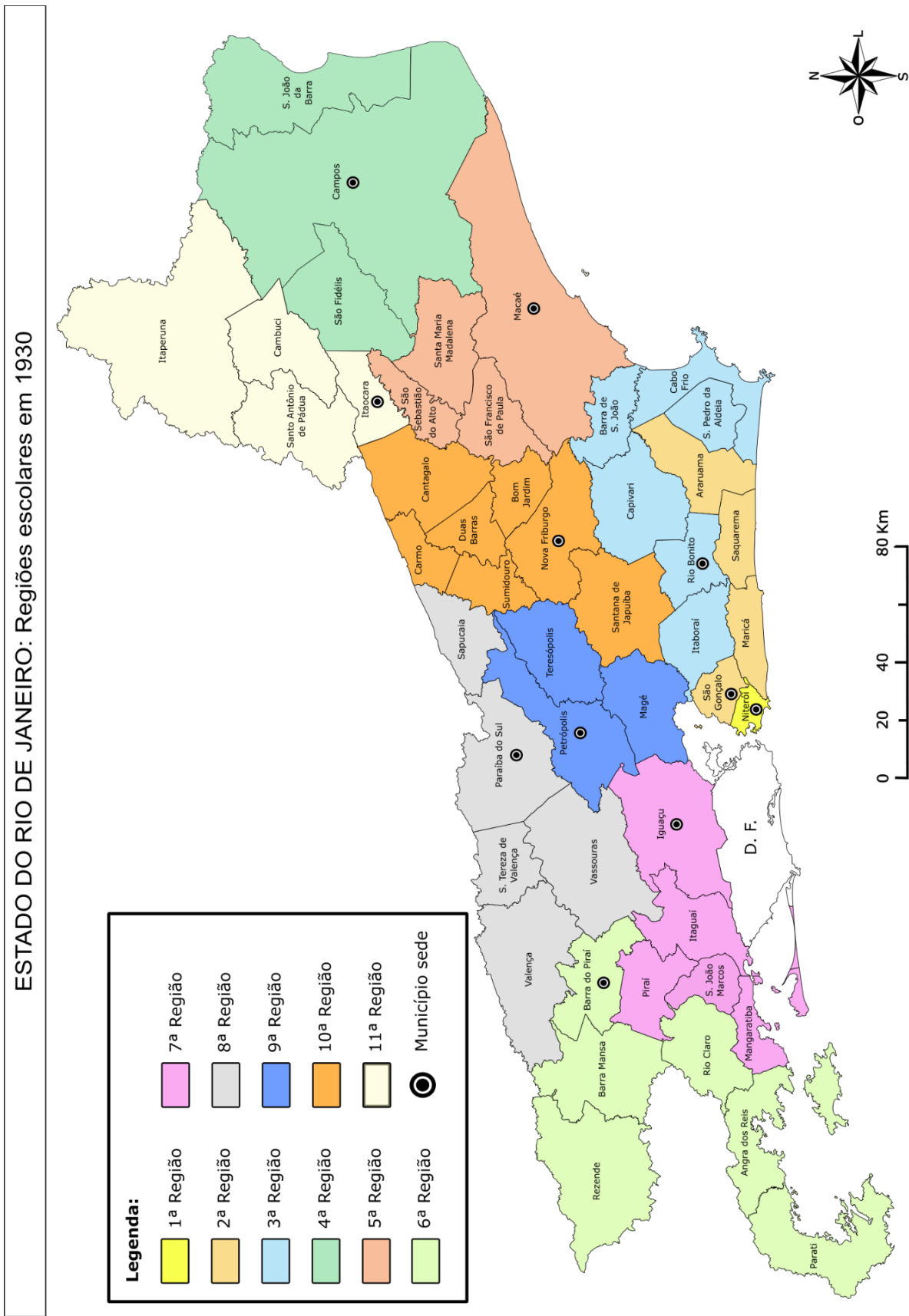
Em 1930 a Escola Complementar de Campos foi transferida para o “Palacete Britto”, na Praça da República, compartilhando o espaço com o Grupo Escolar 15 de Novembro, instalado naquele prédio em março daquele ano (RODRIGUES, 2019)⁵⁸.

Em janeiro de 1931 a professora Isaura Lucas dos Santos foi nomeada diretora da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, sendo substituída na direção do Curso Complementar pela professora Annita Gregory Barbeitas (A ESCOLA Complementar..., 1931, p. 1). No entanto, naquele mesmo mês, uma reforma no ensino normal fluminense extinguiu as Escolas Complementares. Para o Secretário do Interior e Justiça, Dr. César Tinoco, a Escola Complementar era “a ante sala da Normal, outro curso de sacrifícios que, sendo de 2 anos, elevaria, em verdade, o curso a seis anos” (O ENSINO Normal..., 1931, p. 3).

No contexto de instabilidade política que marcou o ano de 1931, poucas medidas foram adotadas em relação à “instrução pública”. No que diz respeito à inspeção e administração do ensino, a divisão do Estado em regiões escolares continuava de acordo com o Regulamento da Instrução Pública de 1925 (Dec. nº. 2.105, de 02 de março de 1925), com o acréscimo de mais uma região escolar, inserida em julho de 1930, antes ainda da revolução de outubro, por meio de decreto do presidente Manuel Duarte. O mapa na figura 18 mostra a divisão do estado do Rio de Janeiro em regiões escolares em 1930:

⁵⁸ O Grupo Escolar Quinze de Novembro funcionou neste prédio desde o ano de 1930 até 1978, já como Escola Estadual Quinze de Novembro. Naquele ano o solar passou por obras para abrigar a sede do Centro Regional de Educação, Cultura e Trabalho (CRECT), posteriormente Centro Regional de Educação e Cultura (CREC). Durante as obras teve suas seções distribuídas por diferentes instituições enquanto era construído um novo prédio, em anexo ao solar original. O prédio foi inaugurado em 1980, onde funciona atualmente o Colégio Estadual Quinze de Novembro (ESCOLA Estadual..., 1982).

Figura 18 - Estado do Rio de Janeiro: Regiões escolares em 1930



Cada região escolar seria inspecionada por um inspetor regional. O município de Campos dos Goytacazes pertencia à 4ª Região Escolar, juntamente com os municípios de São Fidélis e São João da Barra, que ficou a cargo do inspetor regional Dr. Dôrval Ferreira da Cunha.

Em Campos havia sete escolas primárias graduadas no ano de 1930, sendo cinco grupos escolares, uma escola modelo e uma escola “ao ar livre”⁵⁹, conforme demonstrado no quadro 6:

Quadro 6 - Escolas primárias graduadas existentes em Campos dos Goytacazes (RJ) no ano de 1930

Escolas primárias graduadas	Ano de fundação
Grupo Escolar Quinze de Novembro	1911
Grupo Escolar João Clapp	1911
Grupo Escolar Visconde do Rio Branco	1911
Grupo Escolar Balthazar Carneiro	1918
Grupo Escolar Benta Pereira	1929
Escola Modelo Seis de Março	1916
Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Braz	1916

Fonte: Elaboração própria a partir de RODRIGUES (2019).

Além dessas, havia dezenove escolas isoladas mistas de segundo grau localizadas nos distritos urbanos, e duas instituições pré-escolares: A Escola Maternal “Hortência Sodré” e o Jardim de Infância anexo à Escola Modelo “Seis de Março”, com a denominação especial de “Zuleika de Moraes”⁶⁰, fundado pela professora de metodologia e pedagogia da Escola Normal de Campos, Antônia Ribeiro de Castro Lopes. Segundo Ana Mignot (2007) esta foi a primeira instituição pré-escolar criada no município de Campos dos Goytacazes.

Em relação às escolas primárias localizadas na zona rural, não foi possível, a partir do diverso, fragmentado e lacunar corpo documental reunido e analisado nesta pesquisa, mensurar com precisão sua quantidade e nem a sua distribuição territorial pelos dezesseis distritos em que se dividia o extenso município. Em suas memórias o

⁵⁹ Sobre a Escola ao Ar Livre Wenceslau Braz, instalada em Campos dos Goytacazes em 1916, sendo a primeira deste tipo no Brasil, ver RODRIGUES & MARTÍNEZ (2014; 2016) e RODRIGUES (2019).

⁶⁰ Embora os mapas de frequência encontrados no Fundo Departamento de Educação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, indicarem essa denominação especial, as referências feitas a essa instituição, tanto nas fontes orais trabalhadas por Boynard (2006), quanto as citações na imprensa limitavam-se a chamá-la de “jardim de infância anexo à Escola Modelo”.

educador Paschoal Lemme, que foi o inspetor responsável por essa região escolar no ano de 1934, compreendendo os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, relatou a dificuldade em realizar o trabalho de inspeção nas escolas, cujo número “elevava-se a cerca de uma centena, entre grupos escolares e escolas isoladas” (LEMME, 2004a, p. 161).

Em uma nova configuração política e administrativa, o interventor fluminense Plínio Casado adiou o início do ano letivo das escolas primárias e profissionais femininas em 1931 (O ENSINO..., 1931), enquanto o novo diretor da Instrução Pública, Dr. Antunes de Figueiredo, dirigia uma circular a todos os inspetores regionais solicitando com urgência o envio de informações referentes aos inspetores de alunos dos grupos escolares, jardins de infância e escolas maternais em suas regiões, constando as datas de admissão e o valor dos vencimentos (NA Instrução..., 1931a). Às vésperas do início das aulas, novas professoras adjuntas eram nomeadas para os grupos escolares e para a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha ⁶¹ (DESIGNAÇÃO de..., 1931; NA Instrução..., 1931b).

Iniciadas as aulas no mês de março uma nova orientação determinava que as professoras, quer fossem adjuntas ou catedráticas, incluindo as do ensino pré-escolar e profissional, atestassem as suas habilitações registrando na Diretoria da Instrução Pública os diplomas do curso normal, “satisfeitos previamente os pagamentos do sello por verba e taxa de expediente na Recebedoria da Directoria da Receita” (NA Instrução..., 1931c). A diretoria orientava ainda aos inspetores regionais que

nas visitas (...) realizadas por essa Inspectoria aos estabelecimentos de ensino (...), [constatassem] se os diplomas das respectivas directoras, regentes ou adjuntas, inclusive as do ensino profissional, expedidos por Escola Normal ou estabelecimentos equiparados, foram registrados nesta directoria e se [constavam] dos mesmos a anotação dos pagamentos devidos ao Estado (...), cumprindo-[lhes] comunicar as irregularidades verificadas (...) para o imediato afastamento dos que ainda não [tivessem] preenchido aquellas formalidades (Idem, ibidem).

As orientações da Diretoria da Instrução Pública revelam a intenção de conhecer a situação da educação primária no Estado, herdada do regime anterior, mas, ao mesmo tempo, apresentam o interesse em demonstrar a ruptura com o passado e

⁶¹ Sobre a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha ver REIS & MARTÍNEZ (2012; 2013), REIS (2013), SILVA & MARTÍNEZ (2014), SILVA; MARTÍNEZ; AMARAL (2016), SILVA (2016).

estabelecer um novo tipo de controle sobre o trabalho docente, que se estendia para a administração pública em geral (RIOUX, 1996).

Nesses anos de transição política, no interior da estrutura apresentada, o município de Campos dos Goytacazes foi palco de debates em torno da educação da infância, como vimos no capítulo anterior, e, ao mesmo tempo, de experiências educacionais influenciadas pela educação nova, como veremos na seção a seguir.

3.2. A modernidade pedagógica: os princípios do escolanovismo em Campos dos Goytacazes

Em meados da década de 1920 se intensificaram as discussões sobre a educação da infância com base na centralidade da criança no processo de aprendizagem, a observância das normas higiênicas no processo de escolarização, que iam desde as prescrições sobre a arquitetura escolar no que diz respeito à organização da sala de aula, a localização das janelas para a adequada circulação de ar, o posicionamento dos bancos-carteiras em relação às janelas para a iluminação adequada durante a leitura e a escrita da criança, a ergonomia desse mobiliário na disciplinarização dos corpos infantis, até mesmo os cálculos sobre o consumo de ar no espaço da sala de aula para determinar a quantidade de alunos por classe (VIDAL, 2010; GONDRA, 2010).

Tais discussões, no entanto, traziam de volta questões que se levantaram ainda no final do século XIX, e eram apresentadas como “novas” pelos educadores, médicos e demais intelectuais a partir da década de 1920 (VIDAL, op. cit.), adaptadas às demandas daquele período pós-guerra, marcado por um sentido de modernidade baseado no trabalho, na “regeneração” da sociedade por meio da produção de um “novo homem” dotado de virtudes morais e de hábitos saudáveis (CARVALHO, 2011).

A escola se tornava o local preferencial para o desenvolvimento de tais virtudes morais, e, por isso, um espaço disputado pelos diferentes sentidos dessa moralidade, que poderia ser forjada por meio de uma disciplinarização militarizada, ou incutida por um processo de penetração da igreja católica nos diversos aspectos da vida social, como vimos no capítulo anterior, ou ainda pela educação cívica de exaltação aos símbolos da pátria, utilizando-se — tanto no caso desses agentes conservadores quanto também entre os progressistas, defensores da educação laica, pública e

gratuita — das contribuições trazidas pela psicologia experimental que conferia um caráter científico aos processos de aprendizagem, resultando na valorização do ensino intuitivo.

O ensino intuitivo do final do século XIX, ao priorizar a aprendizagem em relação ao ensino, substituíu o “ouvir” pelo “ver”, numa espécie de “reorquestração dos sentidos” (FEBVRE, 1950; SOUZA, 1986). Na década de 1920, quando o pensamento social e também a pedagogia eram impregnados “pelos novos ritmos da sociedade da técnica e do maquinismo” (CARVALHO, 2001, p.307), o que o educador Lourenço Filho identificava como “taylorismo na escola” (idem, *ibidem*), o “ver” era associado ao “fazer” (VIDAL, 2010, P. 498).

A aproximação entre a pedagogia e a psicologia infantil, conferindo um caráter científico à educação das crianças, despertou o interesse de diversos educadores brasileiros, principalmente a partir dos esforços da Associação Brasileira de Educação – ABE, na divulgação das pesquisas e experimentos desenvolvidos nos demais países. No interior fluminense, um dos maiores expoentes da “educação nova” foi a professora Antônia Ribeiro de Castro Lopes. Conhecer a sua trajetória e participação nos debates educacionais fluminenses é fundamental para compreender as ações educativas inspiradas pelos princípios escolanovistas em Campos dos Goytacazes nos primeiros anos da década de 1930.

3.2.1. A trajetória da professora Antônia Ribeiro de Castro Lopes e o escolanovismo em Campos dos Goytacazes

Em 30 de outubro de 1930, seis dias após o desfecho do processo que levou Getúlio Vargas ao poder, a educadora Antônia Ribeiro de Castro Lopes regressava a Campos, vinda de Genebra, na Suíça, onde passara cerca de um semestre se qualificando no Instituto Jean-Jacques Rousseau, num curso “destinado a diretores e professores primários, secundários e de escolas normais, inspetores escolares e (...) profissionais que ocupavam funções extraclasse, que teve entre seus conferencistas (...) Jean Piaget” (MIGNOT, 2007, p. 265). Segundo Mignot (2007) essa instituição despertava fascínio nos educadores brasileiros nas décadas de 1920 e 1930, pois o seu fundador, Edouard Claparède, conferia um caráter científico à pedagogia, por meio dos estudos sobre a educação nova com base em experimentos da psicologia infantil.

Antes de sua viagem à Europa a professora Antônia Lopes acumulara uma sólida experiência profissional e um notável prestígio acadêmico, não apenas em sua comunidade, mas nos principais meios educacionais do país. Após formar-se com distinção pela Escola Normal de Campos em 1901, ano em que completou 26 anos⁶², Antônia Lopes fundou com a colega Honória de Freitas o Colégio Normal, escola feminina em regime de internato e externato, oferecendo ensino primário e secundário, incluindo curso de belas artes e trabalhos manuais (COLLEGIO Normal, 1901).

Tornou-se professora de escola pública em 1904, atuando como interina na escola isolada nº 11, regida pelo professor Benedicto Hermógenes que, após o fechamento do Grupo Escolar Barão de Tautphœus⁶³, onde era professor de física e química, retornara à categoria de professor de escola isolada, ao mesmo tempo em que se mantinha como professor de pedagogia e metodologia na Escola Normal, ocupação pela qual optou exclusivamente a partir de 1906, tornando Antônia Lopes a professora efetiva da escola masculina nº 11, localizada à rua do Rosário, 149 (MIGNOT & MARTÍNEZ, 2002; RODRIGUES, 2019).

Em 1906, devido à fragilidade da saúde de sua filha, Antônia Lopes solicitou transferência para a região serrana do Estado, assumindo uma escola isolada na localidade de Aparecida, no município de Sapucaia. A partir desse momento foram vários os pedidos de licença de noventa dias para tratamento de saúde, até que em 1913 foi promulgada pelo presidente Oliveira Botelho uma lei⁶⁴ concedendo “à professora do Estado, D. Antonia Ribeiro de Castro Lopes, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de sua saúde, onde lhe convier” (ESTADO do Rio de Janeiro, 1913).

⁶² Antônia Lopes ingressara tardiamente na Escola Normal, aos 23 anos, após ficar viúva. Sobre Antônia Lopes ver MIGNOT & MARTÍNEZ (2002) e MIGNOT (2007).

⁶³ A criação do ensino primário graduado no estado do Rio de Janeiro na forma de grupos escolares foi prevista em 1897, pela Lei nº 376, de 23 de dezembro. No entanto os primeiros grupos escolares fluminenses foram instituídos em 1900 pelo Decreto nº 591, de 08 de janeiro, quando foram criados os grupos escolares de Niterói (G. E. Menezes Vieira e G. E. Barão de Macahubas), Campos (G. E. Barão de Tautphœus) e Barra Mansa (G. E. Alonso Adjuto). Em 1901 foram criados mais dois grupos escolares: o G. E. Hilário Ribeiro em Resende e o G. E. Silva Jardim em Petrópolis. Porém, em 1902, no governo Quintino Bocayuva, foram extintos todos os grupos escolares do estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei nº 555, de 01 de novembro, permanecendo apenas o grupo escolar de Petrópolis, extinto em 31 de dezembro de 1903 pelo Dec. nº 827, encerrando assim a primeira e efêmera experiência de ensino primário graduado no estado do Rio de Janeiro, retomada apenas em 1911, com as chamadas escolas complementares (RODRIGUES, 2019)

⁶⁴ Lei nº 1.206, de 12 de novembro de 1913.

Naquele ano, após a morte de sua filha, retornou a Campos onde cursou o quinto ano da Escola Normal, para se habilitar como professora adjunta do corpo docente da Escola Complementar⁶⁵ Quinze de Novembro. Ao mesmo tempo fora contemplada com um estágio em São Paulo, onde acompanhou o professor Teodoro de Moraes, frequentou a biblioteca da Escola Normal Caetano de Campos e observou a Escola Modelo (MIGNOT & MARTÍNEZ, 2002). Suas impressões sobre a experiência em São Paulo foram publicadas no Jornal do Commercio, no Rio de Janeiro, onde elogiava a utilização do método analítico, considerando-o um reflexo do ensino intuitivo (LOPES, 1914)⁶⁶.

A partir daquele momento, sob influência do que observara em seu estágio na capital paulista, Antônia Lopes se dedicou à criação de uma escola modelo em Campos dos Goytacazes, que foi instalada em anexo à Escola Normal no ano de 1916, tendo como primeira diretora a professora Alzira Collares Quitete, nomeada por ato de 7 de fevereiro de 1916 (BOYNARD, 2006). No ano seguinte a escola recebera a denominação especial de Escola Modelo “Seis de Março”, em homenagem ao centenário da Revolução Pernambucana de 1817 (RODRIGUES, 2019).

Desde 1915, uma deliberação do presidente Nilo Peçanha (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1921) definia que as escolas complementares se tornariam grupos escolares, mantendo a mesma denominação especial. A professora Córa de Alvarenga, diretora do então Grupo Escolar Quinze de Novembro, fora substituída por Antônia Lopes, como mostram o anuário organizado pelo Almanak Laemmert em 1917 (ANUARIO, 1917) e uma matéria publicada na Folha do Commercio em 1921, traçando o seu perfil e destacando que a

professora dona Antonia Ribeiro de Castro Lopes, cuja cultura pedagógica [é] sobejamente comprovada (...), professora elementar que foi, diretora do Grupo Escolar 15 de Novembro, organizou a Escola Modelo anexa á Escola Normal desta cidade” (ENSINO, 1921).

⁶⁵ As Escolas Complementares foram criadas em 1911 no governo Oliveira Botelho, retomando o modelo de escola graduada no estado do Rio de Janeiro, desde o encerramento dos primeiros grupos escolares em 1903. Foram criadas, ao todo, 26 escolas do tipo, sendo três delas em Campos: Escola Complementar Quinze de Novembro, Escola Complementar João Clapp, e Escola Complementar Visconde do Rio Branco. A partir de 1915, por um Ato do presidente Nilo Peçanha, tornaram-se grupos escolares (RODRIGUES, 2019). Não confundir, portanto, com as escolas complementares criadas com a reforma de 1929, que eram um curso obrigatório de um ano para se ingressar nas escolas normais do Estado.

⁶⁶ Boynard (2006) mostra que o mesmo texto foi publicado em Campos, no Monitor Campista de 13 de junho de 1914.

No ano seguinte Antônia Lopes foi substituída na direção do Grupo Escolar Quinze de Novembro pela professora Alzira Colares Quitete, e foi transferida para a Escola Modelo ‘Seis de Março’, tornando-se a sua segunda diretora, como mostra o livro de Termos de Posse e Exercício dos Professores e Funcionários, estudado por Boynard (2006), ao registrar que

ao dia 1 de janeiro do anno mil novecentos e dezoito, tomou posse do cargo de diretora da Escola 6 de Março, anexa á Escola Normal de Campos, a professora diplomada pelo quinto anno desta Escola, Dona Antônia Ribeiro de Castro Lopes” (BOYNARD, 2006, p. 122).

No entanto, sua permanência na direção da escola modelo durou apenas um semestre, sendo substituída por Maria Francisca de Freitas, uma vez que desde 1916 Antonia Lopes assumira, em caráter interino, a cadeira de Pedagogia e Metodologia da Escola Normal, cujo titular era o diretor da instituição, o professor Benedicto Hermógenes de Menezes, que na ocasião enfrentava problemas de saúde.

Em 1918 o jornal campista Folha do Commercio noticiava a visita que a professora substituta de pedagogia da Escola Normal, acompanhada de suas alunas, fizera à Escola ao Ar Livre “Presidente Wenceslau Braz”⁶⁷. Na ocasião teria deixado o seguinte registro no “livro de impressões”:

Visitando, hoje, com as alumnas-mestras, a escola Wenceslau Braz, cumpre-me manifestar a impressão agradável que levo da orientação pedagógica e disciplina que aqui observei, e louvar, portanto, a sua distintíssima diretora e digna auxiliar, membros do magistério que muito honra o Estado. Campos, 23 de agosto de 1918 – Antonia Ribeiro de Castro Lopes (ESCOLA ao Ar Livre..., 1918).

Após inspeção de saúde o professor Benedicto Hermógenes foi jubulado no ano de 1919⁶⁸ e substituído na cadeira de Latim do Liceu por Teóphilo Gouvêa, e na cadeira de Pedagogia da Escola Normal, por Antonia Lopes (DIVERSAS, 1919).

A partir desse momento a carreira de Antonia Lopes alcançava maior projeção. Foi nomeada membro titular da “Liga Polytechnica de Hygiene de Campos”, da qual era membro honorário a “Srta. Bertha Lutz, secretária do Museu Nacional, que representa[va] o brilhante advento da mulher brasileira no cenário político e

⁶⁷ Sobre a Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Braz ver: Rodrigues & Martínez (2014; 2016) e Rodrigues (2019).

⁶⁸ A aposentadoria se deu no mês de abril de 1919. Em julho do mesmo ano era publicado no Jornal do Commercio o requerimento da D. Maria José Hermógenes de Menezes, viúva, solicitando o pagamento dos vencimentos a que seu marido tinha direito como professor da Escola Normal e do Liceu de Campos (REQUERIMENTOS despachados, 1919).

intelectual do paiz” (LIGA Polytechnica..., 1922); e em 1921 publicou um manual didático onde desenvolvia “a teoria do contador mecânico, tornando intuitivas as suas diversas aplicações desde a concretização da unidade até a prática das quatro operações fundamentaes” (ENSINO, 1921). Trata-se da publicação intitulada “O ensino de numeração pelo contador mecânico” (BOYNARD, 2006, p. 157), aplicando no ensino da matemática os pressupostos do ensino intuitivo. Segundo Pais (2014) o aparelho denominado contador mecânico, “ao que tudo indica, trata-se dos ábacos em seus diversos modelos e variantes” (PAIS, 2014, p. 9).

Ainda sobre o tema publicou em 1923 o texto “o ensino da taboada”, de uma coluna e meia na Folha do Commercio⁶⁹, criticando o ensino das tabuadas decoradas que, segundo ela, apenas punha “em atividade a memória, abandonando o raciocínio, fonte de conhecimento” (LOPES, 1923). Ao invés disso, recomendava o “processo intuitivo, mostrando a formação dos números, empregando para isso o contador mecânico, as cartas de Parker, o Arithmographo Recreativo, os tornos de madeira e, em falta desses auxiliares, objetos quaisquer” (idem, ibidem). De acordo com os inventários da Escola Modelo ‘Seis de Março’, estudados por Boynard (2006), tais materiais faziam parte do seu acervo, juntamente com sólidos geométricos e mapas do sistema métrico decimal (BOYNARD, 2006, p. 117).

Ao longo da década de 1920 Antônia Lopes publicou também os seguintes livros: “Como se ensinam lições de cousas” (1921); “Promptuario das professoras fluminenses” (1923); em 1927 publicou sua “Synopse de Pedagogia e Methodologia Didactica”, onde compila e traduz para a língua portuguesa os métodos desenvolvidos em diversos países (MIGNOT, 2007). Antes de sua viagem à Europa ainda publicou, em 1929, o livro “O ensino da linguagem”.

Em 1924 o governo fluminense, por meio do decreto de nº 2.017, de 5 de abril, previa a criação do ensino preliminar, que seria oferecido nas escolas maternais e jardins de infância. A Mensagem presidencial de 1925 anunciava a criação de uma escola maternal em Campos dos Goytacazes, embora até o ano de 1927 não se soubesse sequer onde a escola seria instalada, apenas que se chamaria Hortência Sodré, em homenagem à esposa do presidente do Estado. Antônia Lopes

⁶⁹ Na imprensa periódica publicou ainda: “Caligrafia vertical em prol do ensino primário”, no Jornal do Commercio, em 1915; “A criança e o lápis”, Revista Feminina de São Paulo, em 1922; “A criança e a escola”, publicado na Revista, de Niterói, em 1923; entre outros (MIGNOT, 2007).

arregimentou suas alunas e iniciou, na Escola Normal, uma campanha para implantação da Escola Maternal Hortência Sodré, que deveria se instalar como uma classe anexa à Escola Modelo ‘Seis de Março’. A escola maternal, no entanto, foi instalada na Praça da República somente em 1929 (RODRIGUES, 2019, p. 258).

No ano de 1927 foi realizada a I Conferência Nacional de Educação, organizada pela Associação Brasileira de Educação – ABE. Essa conferência foi de grande importância pois pela primeira vez no Brasil ocorreu um evento que serviu como “catalisador das ideias educacionais da época, tanto nos aspectos político-sociais, quanto nos aspectos metodológicos” (FERREIRA, 1993). Como catedrática da Escola Normal de Campos, Antonia Lopes representou o estado do Rio de Janeiro apresentando a tese de número 87, intitulada “A criação de escolas normais superiores em diferentes pontos do país, para o preparo pedagógico”, onde defendeu

a formação do magistério que permitisse aos futuros mestres dos mestres maior cultura pedagógica e científica, a exemplo do que ocorria na França e na Espanha. Estava convencida de que ‘um professor pode ser um cientista, mas um cientista nem sempre é um bom professor...’ (MIGNOT & MARTÍNEZ, 2002, p. 91).

No ano seguinte, a professora novamente representou o Rio de Janeiro, desta vez acompanhada de mais oito conferencistas fluminenses, na II Conferência Nacional de Educação da ABE, realizada em Belo Horizonte.

Nessa Conferência a apresentação da professora Antônia Lopes integrou a Comissão de Educação Sanitária, apresentando a tese de número 12, intitulada “Educação Sanitária”, “considerando-a como um dos fatores máximos da educação eugênica” (SILVA, 2004, p. 125). Sugeriu a criação dos Centros de Saúde como órgãos de educação sanitária, e sua disseminação pelos Estados.

Munida então de toda a experiência acumulada ao longo da ascendente carreira, de uma carta remetida em 1929 pelo próprio Edouard Claparède informando que a receberia com prazer em sua instituição, e também de bastante informação recolhida na literatura sobre viagens, sistematizada em anotações sobre passagens, roteiros e hospedagens baratas, Antônia Lopes embarcou para a Europa em 15 de abril de 1930. Visitou Genebra, Bruxelas, Burgos, Auvers, Lausanne, Nuremberg, Berlim, Veneza, Milão, Roma, Florença e Paris. Nessas cidades buscou conhecer as inovações pedagógicas, frequentando as instituições, assistindo as aulas e colhendo informações (MIGNOT, 2002).

Ao retornar ao Brasil, em 30 de outubro de 1930, seis dias após o processo que derrubara o presidente Washington Luiz, a educadora encontrou um país em efervescência, embevecido por uma “grande expectativa de renovação, de esperança por parte da elite intelectual de interferir na organização da sociedade” (XAVIER, 2002, p. 8).

3.2.2. O higienismo e a eugenia nos debates sobre a educação da infância em Campos dos Goytacazes nos anos 1930

Os princípios da moralidade e do trabalho, voltados para a disciplinarização dos corpos, assentavam-se na razão médica, considerada como o saber científico *par excellence*, que foi responsável não apenas pela construção de um ethos profissional específico do médico, mas também agiu no sentido de interferir no ordenamento da vida social, orientando as políticas de planejamento urbano, tornando-se um importante apoio para o exercício do poder estatal (GONDRA, 2010).

Dessa forma, os médicos se constituíam como cientistas do social, integrando à razão médica os saberes da demografia, da geografia, da história, da sociologia e da antropologia, e deveriam não apenas orientar os governos por meio da “verdade científica”, mas também interferir no espaço privado das famílias, com o objetivo de “regenerar” a sociedade a partir de medidas médico-higiênicas aplicadas aos indivíduos (idem, ibidem).

Naquele contexto a escola era a porta de acesso dos poderes públicos ao espaço privado das casas. Através da escola, que deveria ser composta por professores especialmente habilitados, o higienismo poderia agir no sentido de combater a “ignorância [das famílias], argumento fabricado e mobilizado de modo a fornecer legitimidade para as intervenções na esfera educacional” (idem, ibidem). Era preciso, portanto, reinventar a escola, os professores, e transformar a sociedade através da produção de um indivíduo disciplinado, higienizado e trabalhador.

3.2.2.1. A eugenia na educação brasileira e os seus reflexos em Campos dos Goytacazes

Além do higienismo, outro movimento no interior das ciências médicas ganhara notoriedade entre uma parcela dos intelectuais brasileiros nas décadas de 1920 e

1930. Trata-se da eugenia, ou o estudo do “bem nascido”, formulada no contexto das teorias racialistas do último quartel do século XIX pelo inglês Francis Galton (1822-1911) que, sob influência da obra de seu primo Charles Darwin, buscou desenvolver uma ciência própria sobre a hereditariedade, procurando aplicar os princípios da seleção natural à espécie humana (DEL CONT, 2008).

A ciência eugênica buscava compreender a transmissão de características dos progenitores aos seus filhos, não apenas os aspectos físicos, mas também “habilidades e talentos intelectuais” (DEL CONT, op. cit.), e desenvolver meios artificiais e intervenções que permitissem o aprimoramento biológico da humanidade, ou, o “melhoramento da raça”, como se referiam os eugenistas.

Ao longo do tempo o movimento eugênico assumiu um caráter diverso, sempre tendo como referência os princípios do evolucionismo. Ainda na primeira metade do século XIX, o evolucionista francês Jean-Baptiste Lamarck afirmava que os seres vivos sofriam transformações ao longo do tempo, aumentando a complexidade de seus organismos devido a razões diversas, principalmente por influência das imposições do meio (KERN, 2016). Décadas depois, os estudos de Lamarck influenciaram os eugenistas franceses que passaram a defender a ideia da transmissão hereditária dos caracteres adquiridos, fazendo com que as intervenções do ambiente, como a educação dos indivíduos, assumissem grande importância nas transformações sociais. Tal vertente ficou conhecida como neolamarckismo (idem, *ibidem*).

Porém, a redescoberta dos estudos de Gregor Mendel, que proporcionou o desenvolvimento da genética nas últimas décadas do século XIX, fortaleceu o determinismo biológico em detrimento das possíveis influências do meio na transformação dos organismos. Por isso, a eugenia britânica de Francis Galton passou a concentrar seus esforços nos processos reprodutivos como única forma de promover o melhoramento racial, uma vez que os caracteres adquiridos pelo contato com o ambiente não seriam hereditários, tornando então a “raça” — ou seja, o biológico —, mais importante que a influência do ambiente, seja pelo meio físico ou cultural.

Apoiando-se numa matriz foucaultiana de análise, Kern (2016) considera que, para Galton, era fundamental “reconhecer a necessidade de controlar a produção da vida das populações, através de uma biopolítica voltada para o melhoramento racial”

(idem, ibidem, p. 61). Segundo Souza (2016) a apropriação dos estudos genéticos de Mendel deu origem à chamada eugenia mendeliana, que se tornou dominante na ciência eugênica à medida em que o cenário político do período entreguerras se alterava.

Com o auxílio dos estudos biométricos da antropologia física, baseados nas medidas do corpo humano — crânios, cérebros, narizes, etc. — e nas suas incidências estatísticas em determinadas populações, a eugenia mendeliana desenvolveu uma forma de reunir as características biológicas medianas do “homem” que constituía um dado povo, identificando também as variantes que classificariam determinados indivíduos como estando acima ou abaixo desse padrão. Segundo Kern (2016), Galton verificou, por meio das estatísticas, a tendência de os indivíduos considerados acima da média produzirem uma descendência que, ao longo de gerações, aproximasse-se dos padrões médios. Por isso, era necessário aprimorar tal padrão médio, instituindo-se uma norma, um sentido de normalidade biológica evolutiva, o que faz da eugenia, de acordo com Kern (op. cit.), uma ciência normativa.

Nas primeiras décadas do século XX a ciência eugênica se disseminou pela Europa e América, assumindo características diferentes, de acordo com as especificidades políticas e sociais de cada país. Nos Estados Unidos da América se organizaram associações eugênicas desde os primeiros anos dos noventa, colaborando com o estabelecimento de políticas eugênicas que partiam do pressuposto de que para o aprimoramento da “raça” era necessário eliminar os fatores genéticos considerados inferiores. Essa concepção, que promovia ações no sentido de subtrair as características indesejadas, foi classificada como eugenia negativa.

Em diversas unidades da federação foram criadas políticas de esterilização de pessoas em massa, em sua maioria mulheres, consideradas doentes mentais ou delinquentes sexuais, além da proibição de casamentos entre indivíduos que apresentassem tais características e demais doenças então consideradas hereditárias, como sífilis e tuberculose. Também foram aprovadas leis proibindo os casamentos interraciais pois, de acordo com os eugenistas norte-americanos, a mestiçagem era um dos principais fatores responsáveis pela degenerescência biológica, uma vez que cada raça possuiria suas próprias identidades biológicas e “na miscigenação racial, um tipo ou indivíduo inferior não teria suas más características obliteradas, mas preservadas” (STEPAN, 2005, *apud*, KERN, 2016).

Partindo das mesmas teorias racialistas, a eugenia francesa na passagem do séc. XIX para o séc. XX — principalmente após as descobertas da microbiologia de Pasteur, mostrando que doenças antes consideradas hereditárias estavam relacionadas a questões higiênicas e sanitárias, como a sífilis e a tuberculose —, buscou aproximar as ideias de Francis Galton dos pressupostos neolamarckianos, ao considerar que, de forma lenta, o chamado “plasma germiniano”, responsável pela hereditariedade, sofreria alguma influência do meio, e que características adquiridas seriam, portanto, transmitidas aos descendentes (Kern, 2016).

Nesse sentido, ao invés do extermínio compulsório das características indesejáveis, como praticado pela eugenia negativa, recorria-se a medidas de estímulo à reprodução dos indivíduos saudáveis, por meio de programas educacionais de orientação e acompanhamento da reprodução humana. A chamada eugenia positiva adotava estratégias como os concursos de robustez infantil e as políticas de assistência à maternidade, por meio da puericultura, um novo campo sistematizado pelo médico francês Adolphe Pinard (*idem, ibidem*).

Pinard definia como puericultura o estudo de todo o ciclo da reprodução humana em três estágios, envolvendo o momento anterior ao da gestação, quando deveria ocorrer a orientação de crianças e jovens por meio da educação sexual; o momento da reprodução propriamente, com acompanhamento médico ao longo da gestação; e o momento do puerpério, ou seja, o período que sucede o nascimento da criança, quando são fundamentais os cuidados higiênicos para o aprimoramento humano (*idem, ibidem*).

Com a puericultura, o higienismo e a eugenia se aliavam no propósito da regeneração social, por meio do melhoramento da raça, mediante a garantia da reprodução da população em condições saudáveis.

Segundo Souza (2016) o Brasil foi o primeiro país latino-americano a desenvolver o seu movimento eugênico, com a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918, sob a presidência do médico Renato Kehl, que abriu caminho para o surgimento de novas associações eugênicas, como a Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada em 1923 no Rio de Janeiro (AGUIAR, 2012). Além dos meios médicos, o discurso eugênico esteve presente na I Conferência Nacional de Educação, organizada pela Associação Brasileira de Educação – ABE em 1927, na cidade de Curitiba, do qual participaram “o sanitarista Belisário Penna, a fisiologista e

educadora Branca de Almeida Fialho e o médico eugenista Renato F. Kehl, entre outros” (ALVES & PIZOLATI, 2019, p. 419).

Souza (2016) aponta que o médico Renato Kehl foi o maior entusiasta brasileiro da eugenia negativa. Como diretor da farmacêutica Bayer no Brasil, uma das maiores empresas alemãs naquele momento, Kehl manteve contato direto com a eugenia alemã no período que antecedeu a ascensão do nazismo ao poder, bem como durante os primeiros anos do regime totalitário naquele país. É importante destacar que a política eugênica do regime nazista foi institucionalizada somente a partir de 1934, inicialmente com a prática da esterilização compulsória e a proibição de casamentos, entre outras, seguindo o modelo norte-americano (KERN, 2016).

Renato Kehl, um eugenista mendeliano, foi o principal divulgador das ideias eugênicas no Brasil, por meio de publicações como o Boletim de Eugenia, além de livros como “Lições de Eugenia”, publicado em 1929, e “Sexo e civilização: aparas eugênicas”, de 1933, obras onde defendeu medidas radicais de controle matrimonial, esterilização em massa, e as políticas de segregação racial desenvolvidas nos Estados Unidos da América e na Alemanha nazista.

Na II Conferência Nacional de Educação da ABE, realizada em 1928 em Belo Horizonte, após a reforma da educação mineira promovida por Francisco Campos, as ideias eugênicas também estiveram presentes numa comissão própria, intitulada “Educação Sanitária”, presidida pelo Dr. Figueira de Mello, reunindo as teses sanitaristas, higienistas e eugênicas (SILVA, 2004).

A conferência principal foi apresentada pelo próprio Dr. Figueira de Mello, apresentando a conferência “Educação sanitária em São Paulo”, seguida de diversas teses (indicadas no quadro 7) em sua grande maioria versando sobre temas sanitários e higiênicos, e em alguns casos, associando o higienismo e o sanitarismo à eugenia, como aponta o relatório geral emitido pelo Dr. Raul d’Almeida Magalhães.

Quadro 7 - Teses apresentadas na comissão de Educação Sanitária, na II Conferência Nacional de Educação da ABE - 1928

Apresentador	Tese
Dr. Gonçalves Júnior	Unificação do ensino primário no Brasil e o problema da eugenia
Dr. Fernando Magalhães	Educação sexual

Continua na página seguinte

Associação Cristã de Moços	Sugestões
Dr. Luiz Medeiros	Educação sanitária
D. Maria Antonieta Castro	O ensino da puericultura
Dr. Renato Kehl	Educação eugênica
D. Maria Ester da Silva	Das vantagens do ensino da enfermagem nos estabelecimentos de instrução pública
Dr. Ernani Agrícola	Educação sanitária na escola primária
Dr. Pires Ferrão	O ensino de higiene nos cursos elementares para adultos
Dr. Carlos Sússekind de Mendonça	Bases para a educação sexual dos brasileiros
Dr. Figueira de Mello	Educação sanitária
Dr. Adelmar Carvalho Mendonça	Da necessidade do ensino oficial obrigatório de puericultura nas escolas
D. Antônia Ribeiro de Castro Lopes ⁷⁰	Educação sanitária
D. Judite de Freitas	Pelotão de saúde
Dr. Raul d'Almeida Magalhães	Educação sanitária

FONTE: Elaboração própria a partir de SILVA (2004).

O relator teceu considerações sobre algumas teses apresentadas, como o trabalho do Dr. Magalhães a respeito da educação sexual que, segundo ele, em concordância com o próprio autor, tratava-se de uma questão individual e não coletiva, a ser discutida no âmbito do ensino doméstico, em “palestras íntimas pelo médico, pela professora ou pelo representante de credo religioso a que se filia o educando” (SILVA, 2004, p. 123).

Também mereceu destaque a tese apresentada pelo Dr. Renato Kehl, cuja defesa da obrigatoriedade do ensino eugênico nos grupos escolares foi refutada pela comissão, que considerou serem adequados tais estudos apenas no ensino secundário.

Todas as demais teses foram aprovadas e elogiadas pelo relator da comissão. Em relação a tese da professora Antônia Lopes, que considerou a educação sanitária como “um dos fatores máximos da educação eugênica”, e defendeu a instituição dos

⁷⁰ As informações sobre a II Conferência Nacional de Educação da ABE foram publicadas em livro organizado por Arlette P. de Oliveira e Silva a partir da compilação de matérias jornalísticas transcritas da imprensa belo-horizontina. Neste caso pode ter havido confusão tanto na transcrição quanto na publicação original entre os nomes das professoras Maria Antonieta de Castro e Antônia Ribeiro de Castro Lopes. Em Silva (2004) se encontra “D. Antonieta Ribeiro Lopes”. Porém, tratava-se da professora Antônia Ribeiro de Castro Lopes, da Escola Normal de Campos. Neste quadro, corrijo a grafia do nome da professora Antônia Lopes.

Centros de Saúde, a comissão sugeriu que se incluísse nas conclusões que tais Centros se estendessem sobre “escolas, domicílios, fábricas, etc.” (idem, ibidem), e que os mesmos Centros fossem disseminados por todos os Estados do país, “como fator preponderante para melhorar as condições de saúde do povo” (idem, ibidem).

O caso da II Conferência Nacional de Educação evidencia que entre os educadores brasileiros predominava um entendimento da eugenia associada às ações sanitárias e higienistas, ao contrário das medidas radicais defendidas por Renato Kehl, para quem a educação e a moral religiosa não seriam capazes de promover o melhoramento da humanidade.

Em oposição à eugenia negativa de Kehl e o seu grupo, do qual faziam parte os escritores Monteiro Lobato, Azevedo Amaral e Gustavo Barroso, levantava-se outra vertente brasileira da eugenia mendeliana, formada por Edgard Roquette Pinto e os seus colaboradores do Museu Nacional, como Álvaro Fróes da Fonseca (SOUZA, 2016).

Também médico, Roquette-Pinto concentrou seus interesses no campo da antropologia física, pesquisando as populações brasileiras, com base nos mesmos princípios do britânico Francis Galton, de melhoramento biológico da sociedade por meio dos estudos sobre a hereditariedade genética.

No entanto, ao contrário da interpretação de Renato Kehl para quem a principal razão dos “vícios” do Brasil residiam na indefinição da índole de seu povo, formado por um processo de miscigenação que resultou num “produto não consolidado, fraco, meio caminho dos dois elementos que o constituíram” (KEHL, 1929, apud, SOUZA, 2016, p. 102), Roquette-Pinto defendia, por meio de seus estudos antropológicos no Museu Nacional, a “perfectibilidade eugênica dos ‘mestiços do Brasil’” (SOUZA, 2016, p. 98), e afirmava que as principais causas dos problemas nacionais eram de ordem social e política, e que o homem brasileiro precisava ser educado e não substituído (ROQUETTE-PINTO, 1929, apud, SOUZA, 2016).

Nesse debate, tanto Roquette-Pinto quanto Renato Kehl partiam da mesma base científica dos estudos eugênicos sobre hereditariedade, perseguindo o ideal de regeneração da “raça” — compreendendo a raça como a representação biológica de um povo —, por meio da seleção e reprodução dos “melhores”. Porém, segundo Roquette-Pinto, a eugenia não fornecia elementos precisos que permitissem definir

racionalmente os “melhores”. Para o antropólogo os estudos que buscavam justificar a inferioridade biológica de negros e mestiços “se resumiam a ideologias doutrinárias [representadas por] teses e afirmações preconceituosamente ‘torcidas e ajeitadas’ conforme seus interesses” (SOUZA, 2016, P. 98), representando o que, no interior dos estudos racialistas daquele tempo, ficou conhecido como “racismo científico” cujos resultados são particularmente catastróficos, como afirmou Todorov (1993), referindo-se ao nazismo.

No Brasil essas discussões, que na década de 1920 estavam restritas a pequenos círculos médicos, ou a educadores e intelectuais no âmbito da ABE e demais espaços especializados, extrapolavam tais limites nos anos iniciais da década de 1930, e alcançavam maior projeção pela imprensa periódica, convenções, palestras e demais eventos organizados pelo país, não apenas nas capitais dos Estados, mas também em cidades do interior, como o caso de Campos dos Goytacazes.

Nos primeiros meses do novo regime o “médico especializado em moléstias de crianças”, Dr. Rinaldi Antunes, chamava à atenção dos campistas para “o problema da proteção à infância” (ANTUNES, 1931), apresentando dados alarmantes sobre as taxas de mortalidade infantil⁷¹ em Campos, que figurava entre os quatro piores índices entre os municípios brasileiros.

As causas das mortes entre crianças com idades entre 0 e 1 ano se relacionavam a infecções nutritivas e digestivas, doenças respiratórias, doenças infectocontagiosas e “debilidade congênita” (idem, ibidem), resultantes, em grande parte, dos hábitos da população. O pediatra lamenta que

a população campista (...) [desconheça] inteiramente as regras de alimentação lege-artis, os cuidados que o recém nascido reclama, os factos exactos concernentes á dentição, os perigos da alimentação artificial e os meios de evital-os, o valor do banho na conservação da saúde do jovem ser, emfim as modernas conquistas puerículas (idem, ibidem).

E acrescenta que tal fato se associa às condições sociais da classe trabalhadora desse município:

Para se ter uma noção do que é a vida da criança pobre em Campos, basta percorrer os nossos bairros operários, se onde verá a petizada

⁷¹ Citando o trabalho do médico J. A. Souza, ele aponta que entre 1921 e 1925 faleceram 1.289 crianças de 0 a 1 ano de idade, o que equivalia a 19% dos óbitos gerais.

descalça, suja e rota numa promiscuidade com adultos, estiolando-se nos quartos sem ar e sem luz, morrendo lentamente, atrozmente, nos cortiços assassinos.

O filho do proletariado campista está assim fadado, por falta de assistência e de educação sanitária, a uma vida mesquinha e doentia (...) (idem, ibidem).

É importante destacar, a partir dessas citações, que o Dr. Rinaldi Antunes, recém formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde certamente estabeleceu contato, ao longo de seu curso (1923-1930), com os debates higienistas e eugênicos que se travavam na capital federal, compreendia a questão da proteção à infância como algo que ultrapassava os determinismos racialistas, considerando como prioritárias ações no sentido sanitarista, higiênico, social e, principalmente, a necessidade de educar não apenas a infância, mas toda a sociedade.

O Dr. Rinaldi recomendava a educação das jovens, futuras mães, a respeito de conhecimentos elementares de “maternologia, dissipando-lhes os receios infundados nas práticas médicas e as ‘sympathias’ incoerentes e malévolas; ministrando-lhes os conhecimentos imprescindíveis para a criação científica dos bebês” (idem, ibidem), por meio das Escolas Maternais e dos chamados Círculos Educativos, que eram campanhas de orientação sobre noções de higiene e puericultura desenvolvidas em pequenas cidades no interior da Alemanha e que, segundo ele, deveriam ser reproduzidas no Brasil, porém “de acordo com os nossos hábitos e costumes, de acordo emfim com o nosso ambiente” (idem, ibidem).

Como já mencionado anteriormente, existia em Campos a Escola Maternal Hortência Sodré, recém-instalada, no ano de 1929, na Praça da República. Porém, havia uma série de dificuldades para o seu pleno funcionamento dentro dos preceitos higienistas e eugênicos preconizados naquele contexto. Segundo texto publicado no jornal *Folha do Commercio*, “a escola pública que aqui dá nome ‘Hortência Sodré’ [se encontrava] afastada dos traços reais dos verdadeiros jardins-de-infância” (LEAL, 1931b). A insalubridade da praça onde se localizava e a ausência de métodos adequados eram os principais problemas apontados (A PRAÇA da República, 1930). O Dr. Rinaldi Antunes salientava que “no programma de ensino de nossa escola normal é exigido o ensino de puericultura, mas este ensino praticamente não tem correspondido ao fim a que se destina” (ANTUNES, 1931).

Posicionando-se contrariamente à eugenia negativa que apoiava medidas radicais como a imigração de indivíduos europeus para povoar o território brasileiro,

como defendiam os adeptos do Dr. Renato Kehl, o pediatra e obstetra campista considerava que, “mais razoável seria que, em vez de uma política imigratória completa, muitas vezes ruínosa para a saúde pública, procurássemos povoar o nosso solo fazendo a prophylaxia da mortalidade infantil” (idem, ibidem), que seria evitável com a prática da “puericultura preconcepcional, intra-uterina e post-concepcional” (idem, ibidem), apoiando-se assim na eugenia positiva do médico francês Dr. Adolphe Pinard.

O Dr. Rinaldi Antunes conclui seu texto considerando ser obrigação do Estado a produção de “leis eugênicas orientadoras do matrimônio (...), que assegurem a conservação e o aperfeiçoamento da raça, isto é, uma política de puericultura” (Idem, ibidem).

A iniciativa do Dr. Rinaldi Antunes chamou a atenção de sua antiga professora primária, Antônia Lopes, que fez publicar no mesmo jornal um texto de aplauso à iniciativa daquele que lhe parecia ser

um discípulo de Esculápio⁷², mas desses que se interessam pelos problemas humanitários, pela formação da raça forte, curando e ensinando os meios de evitar os males que atormentam o ser humano e trazem-lhe a decadência orgânica” (LOPES, 1931).

Parabenizando o artigo do pediatra, Antônia Lopes complementou afirmando que na educação moderna “o médico e o professor dão-se as mãos (...) em busca de uma mesma méta – o aperfeiçoamento do physico, a formação da raça”, e procura colaborar com a iniciativa recomendando a criação de “Escolas das Mães e das Noivas”, instituições que observou na Alemanha e na França, onde se ensinam noções de puericultura e “as jovens aprendem, guiadas por uma enfermeira, a cuidar das criancinhas, preparar-lhes e dar-lhes os alimentos, banhos e outros cuidados hygienicos” (idem, ibidem).

Sobre as dificuldades do avanço nos estudos de puericultura na Escola Normal de Campos, a professora Antonia Lopes lamentava a existência de obstáculos de ordem moral religiosa, ao relatar que

quando introduziram no programma da Escola Normal noções de Puericultura, uma de minhas distinctas alumnas, então Collega, buscou conhecer o meu pensar attinente a essa inovação, mostrando-se, pela severa educação que recebera, assombrada, escandalizada, considerando os novos conhecimentos que se iam

⁷² Na mitologia grega, Esculápio era o deus da medicina e da cura.

ministrar às futuras professoras e talvez futuras mães, um atentado à sua pudicícia (Idem, ibidem).

E conclui que a mulher moderna não poderia estar presa a preconceitos, principalmente as normalistas, que por sua formação acadêmica, deveriam estar preparadas “a receberem com critério estas noções indispensáveis a mulher”, sobretudo porque a ciência, “quando ministrada com elevação”, não deveria “enrubecer ninguém” (Idem, ibidem).

Naqueles meses que abriam o novo regime político e marcavam um tempo de muitos debates e incertezas, a professora Antonia Lopes exerceu intensa atividade. Em março de 1931, atendendo ao convite do governo do estado de Santa Catarina, colaborou na indicação de métodos a serem implantados no ensino de agricultura nas escolas primárias e grupos escolares daquele Estado (UM PEDIDO de informações..., 1931). No mesmo mês a professora anunciava a iniciativa da criação de um jardim de infância em Campos, orientado pelos conhecimentos de psicologia infantil adquiridos no Instituto Jean-Jacques Rousseau, propondo-se a realizar processos experimentais com o objetivo de “engrandecer a pátria pela cultura da infância” (LEAL, 1931b).

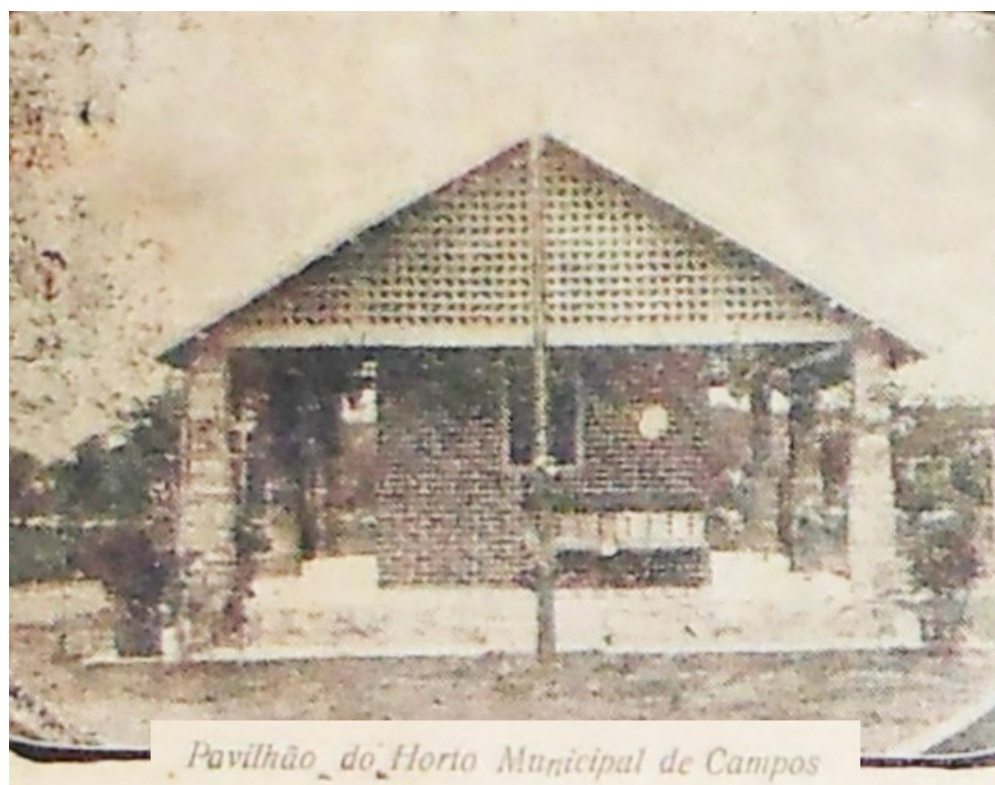
O jardim de infância seria instalado em grande espaço arborizado e ao ar livre, como preconizavam os preceitos higienistas e sanitaristas daquele tempo, no interior do horto municipal, disponibilizado pela prefeitura para este fim. A figura 19 mostra em destaque a região onde se localizava o Horto Municipal naquele ano, onde até 1906 existiu a Lagoa de Santa Efigênia, depois ocupada pelo parque, como previsto na planta do engenheiro Saturnino de Britto. Na imagem é possível ver assinalada em roxo a igreja de Santa Efigênia e, ao centro, a localização do pavilhão existente (Figura 20), onde provavelmente se instalaria o jardim de infância.

Figura 19 - Localização do Horto Municipal na década de 1930, com indicação do ponto disponibilizado pela prefeitura para a instalação do Jardim de Infância



Fonte: Detalhe de fotografia aérea do IBGE, aprox.. 1939-40

Figura 20 - Pavilhão central do Horto Municipal de Campos - 1932



Fonte: Jornal Folha do Commercio, 07 de abr. de 1932

Ainda no ano de 1931, outra experiência pedagógica foi apresentada em Campos pela professora Antônia Lopes: o “Curso Prático Doméstico ‘Zuleika Lopes’”. Tratava-se de um curso noturno, inicialmente funcionando em uma das salas da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, oferecido gratuitamente “para as operárias e serviçais domésticas” (UMA Iniciativa..., 1931). Segundo matéria no jornal *Folha do Commercio*,

ali ser-lhes-ão ministrados vários conhecimentos, tudo, porém, sem a obrigação das grandes tarefas impostas comumente aos estudantes; nada de preparo antecipado de lições, de análises, de interpretações, de solenes estudos gramaticais, de sobrecargas de todo aquele arsenal de cousas que apavoram, por vezes, o aluno e desorganizam o sistema nervoso do mestre.

As aulas ali serão dadas sem livros, as matérias, expostas e aprendidas sem esforço intelectual da ouvinte. O que se lhes quer apenas, é que elas mantenham aberta, em vida, a função regular, a faculdade auditiva, não só para transmitir ao próprio cérebro os conhecimentos que vão bebendo como também ao coração aquilo que é necessário saber (Idem, *ibidem*).

O curso oferecia as disciplinas de puericultura, ministrada pela própria diretora Antonia Lopes; música; educação moral e cívica; educação doméstica, costura e trabalhos de agulha, sob a responsabilidade de d. Maria Amelia Landim; e a “cadeira de religião (facultativa, segundo a vontade das alunas)” (Idem, *ibidem*) oferecida pela professora Laudelina de Castro.

A iniciativa foi louvada pelo governo do Estado, por meio de ofício, onde o diretor da Instrução Pública, Dr. Antunes Figueiredo, elogiava a instalação de “um curso prático noturno para a mulher serviçal doméstica e operária” (idem, *ibidem*) da cidade de Campos, recomendando, inclusive, a criação de uma instituição similar na capital do Estado.

De acordo com os seus mapas de frequência, o Curso Prático Doméstico Zuleika Lopes possuía, logo em seu primeiro mês de funcionamento, uma frequência média de dezenove alunas, chegando à frequência máxima de vinte e seis⁷³ naquele ano. No início de 1932 a frequência média foi reduzida a quatorze alunas, caindo para dez no mês de abril de 1932, data do último mapa disponível no acervo do APERJ.

⁷³ Ver no Anexo V o mapa de frequência do mês de outubro de 1931, confeccionado pela própria diretora Antonia Lopes.

Enquanto reunia as condições para a implantação do jardim de infância, o que se concretizou anos depois em outro local, Antonia Lopes se dividia entre as disciplinas de Pedagogia e Metodologia da Escola Normal, o curso prático Zuleika Lopes, a publicação na imprensa periódica sobre temas referentes à formação de professores, à maternidade e à infância, e também participava dos debates na ABE, integrando a seção de Ensino Primário.

Em abril de 1931, sob a coordenação da professora Consuelo Pinheiro, Antônia Lopes participou, na ABE, de uma comissão que contava com a participação dos professores “Maria Reis Campos, Paschoal Lemme, Julieta Arruda, Venancio Filho, Eva Hyde, (...) e Everardo Backheuser” (ASSOCIAÇÃO Brasileira..., 1931), para a elaboração de um questionário direcionado a professores, diretores e inspetores escolares, a fim de levantar “as principais questões da educação da infância” (idem, ibidem), com o objetivo de elaborar sugestões para a produção de uma legislação geral sobre o ensino primário no Brasil, a ser apresentada aos poderes públicos.

Ainda no âmbito da ABE, outras ações eram discutidas pelo seu Conselho Diretor nos primeiros meses de 1931. Uma delas foi a organização da “Semana da Educação”, cujo anteprojeto foi apresentado pelo Dr. Erasmo Braga na 179ª reunião do Conselho Diretor, realizada no dia 23 de março (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1931b). O evento, que deveria acontecer simultaneamente em todo o país no mês de maio, teve o seu projeto debatido nas reuniões do Conselho Diretor ao longo do mês de abril, recebendo colaborações das professoras Laura Lacombe e Armanda Álvaro Alberto.

3.2.2.2. A realização da Semana da Educação de 1931 em Campos dos Goytacazes

As semanas da educação foram organizadas no Brasil pela ABE entre 1928 e 1935, seguindo o exemplo do que acontecia nos Estados Unidos da América desde o início da década de 1920.

Segundo Silva (2016b) o professor da Universidade de Georgetown em Washington, Glen Levin Swiggett, membro da National Education Association, nos EUA, visitou a ABE em 1928 numa campanha de incentivo à formação de uma federação reunindo as associações de educação em todo o Brasil, o que deveria se

repetir nos demais países do continente, com o objetivo de formar uma grande Confederação Americana de Educação. Nessa visita o professor Swiggett orientou a organização da Semana da Educação no Brasil.

Segundo Silva (2016b) o objetivo das semanas de educação era promover a visibilidade da educação e de seu potencial transformador da sociedade. Para isso, deveria “persuadir o público a (...) participar das causas escolares” (SILVA, 2016b, p. 48) por meio de grandes eventos voltados para a infância, com a participação das famílias, ocupando diversos espaços das cidades, em ação coordenada que deveria ocorrer simultaneamente no maior número possível de Estados, demonstrando não apenas o seu caráter nacional mas também uma certa universalidade, não apenas por se tratar de um evento internacional, mas por ter entre os seus elementos de destaque a celebração da “Paz Mundial”, ao reservar um dos dias, geralmente o último, como o “Dia da Boa Vontade”.

Citando Marta Carvalho, Silva (2016b) aponta o destaque que as semanas de educação obtiveram junto aos membros da ABE, assumindo tanta importância quanto as próprias Conferências Nacionais de Educação. De fato, a organização da primeira Semana de Educação, realizada entre 8 e 14 de outubro de 1928, mobilizou os membros do Conselho Diretor da ABE, que distribuíram entre si as responsabilidades pela organização de cada um dos dias temáticos do evento.

Refletindo os valores e os interesses daquele contexto, a primeira Semana de Educação valorizou temas relacionados ao higienismo, à educação moral e ao trabalho. Além da cidade do Rio de Janeiro, capital da República, a semana foi realizada nos estados de São Paulo (na capital e no município de Itapetininga), Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Sergipe, Rio Grande do Norte e Paraná (idem, ibidem).

Na cidade do Rio de Janeiro as atividades foram distribuídas de acordo com a seguinte programação: a segunda-feira foi o “dia da saúde”, envolvendo desfile dos “pelotões da saúde” das escolas primárias, conferências e exibição de “filmes de propaganda sanitária” (idem, ibidem); terça-feira foi o “dia do lar” com sessões solenes nos círculos de pais e professores e conferências sobre a importância da família como elemento educador; a quarta-feira foi dedicada ao “dia do mestre” com a presença de autoridades e homenagens aos professores do ensino primário, secundário e superior, com conferências sobre a história da educação brasileira; a quinta-feira foi dedicada

ao tema do trabalho com o “dia da vocação e do escotismo”, com visitas às escolas profissionais e propaganda do escotismo.

Nos dois últimos dias da semana se destacaram as atividades ao ar livre, tanto na sexta-feira, escolhido como o “dia da criança”, com festas e visitas a “creches, gotas de leite e dispensários infantis com a sua função educativa das mães e seu papel na eugenia” (idem, ibidem), quanto no sábado, “dia da natureza e da arte”, com visitas ao Jardim Botânico, à Escola de Belas Artes e ao Museu Nacional. O encerramento do evento ocorreu no domingo com sessão na sede da ABE.

A segunda edição da Semana de Educação aconteceu em 1929, também na segunda semana de outubro. Da mesma forma que a primeira edição, o evento divulgou os temas educacionais contemporâneos, dividindo a semana em: “dia da educação doméstica” (segunda-feira); “dia da educação intelectual”, quando se realizou o “torneio de oratória” — característico das semanas de educação norte-americanas — sobre o tema cívico/nacionalista: “o espírito de aventura do povo brasileiro” (terça-feira); dia da “educação profissional”, com visitas às escolas profissionais (quarta-feira); dia da “educação física”, com desfiles e a prática de esportes (quinta-feira); dia da “educação artística”, com visita à Escola de Belas Artes, concertos, e sessão literária na Academia Brasileira de Letras (sexta-feira); e dia da “educação cívica”, com desfile escoteiro no estádio do Fluminense Football Club (sábado). No domingo, escolhido como o dia da “educação moral” ocorreu, sob protestos de alguns membros da ABE, o encerramento com uma missa campal (SILVA, 2016b).

A terceira edição, na segunda semana de maio de 1930, seguia o modelo dos anos anteriores, introduzindo o tema da fraternidade universal com a inserção do “dia da boa vontade”, dedicado à proteção da infância em todo o mundo, selecionado para o encerramento do evento, que também contou com o “dia do lar”, “dia da escola”, “dia da saúde”, “dia do dever” e o “dia da natureza” (idem, ibidem).

A quarta edição do evento, ocorrida em maio de 1931, foi primeira a se realizar também em Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro. Essa edição, de acordo com Silva (2016b), sofreu grande transformação em uma de suas principais características que era a de ocupar diferentes espaços das cidades e promover atividades diversas como festas e eventos ao ar livre, restringindo-se a

“palestras (...) proferidas pelas professoras nas escolas e [no caso da capital federal] na sede da ABE, por meio de conferências públicas” (SILVA, 2016b, p. 57).

A Semana de Educação de 1931 foi importante por ser um dos eventos precursores na divulgação de um debate que se intensificou nos anos seguintes pelo Brasil e ocupou lugar de destaque na ABE⁷⁴, a respeito do “ensino regional”, modalidade que ganhou notoriedade pela experiência da professora Armanda Álvaro Alberto em Meriti, estudada em profundidade por Mignot (1993; 2002), como um esforço de integração da escola à comunidade que a cerca.

Na cidade de Campos dos Goytacazes a Semana de Educação de 1931 foi realizada simultaneamente na Escola Normal, na Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha e nos grupos escolares.

No dia 13 de maio, feriado que celebrava a abolição da escravidão, foi apresentado o relatório “A emancipação mental do Brasil: problemas sociais e políticos correlacionados com a educação popular pelo ensino agrícola”, que na Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha foi lido pela professora Maria da Penha Duarte Bueno.

No dia seguinte a professora Nícia Vasconcellos Alvarenga apresentou na EPFNP o tema “A escola regional nos seus aspectos: urbano, rural, marítimo e fluvial. A prosperidade nacional pela educação no trabalho apropriado às diversas zonas do Paiz”, que na Escola Normal foi defendido pela professora Antonia Lopes, no mesmo dia.

No terceiro dia dos trabalhos foi discutido o tema: “A escola marítima e fluvial e os seus cursos de pesca. Aparelhamentos necessários a esses estabelecimentos de educação e futuro imenso dessas indústrias”, pela professora de desenho da EPFNP Laura Martins e por Laudelina de Castro, na Escola Normal.

O sábado, dia 16 de maio, foi dedicado ao tema da “Educação rural. O problema e a sua enorme importância social econômica”, defendido na Escola Normal pelo professor Jeronymo Ribeiro, na EPFNP pela professora de instrução Moral e Cívica, Altamyra Peçanha.

⁷⁴ O tema do ensino regional será retomado no capítulo 4, analisando o papel desempenhado pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e sua atuação conjunta com a ABE.

Nos três últimos dias, iniciando-se pela segunda-feira, 18 de abril, comemorou-se, de acordo com recomendação da ABE, o “dia da boa vontade”, quando se deveria discutir os “ideais de fraternidade universal”. A idealizadora e responsável pela data, a educadora Laura Lacombe, recomendava numa das seções da ABE, que o evento fosse transmitido pelo rádio, para alcançar o maior número possível de pessoas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1931c)

Nesse dia foram apresentados os seguintes temas: “A educação no perímetro urbano – A escola ativa, acessível aos pequenos recursos financeiros das municipalidades”; “A educação dos adultos – Importância do ensino e métodos específicos relativos aos meios urbanos e rurais”; “A cruzada emancipadora do Brasil, pela coordenação de forças sociais, como opinião pública, a cooperação das famílias, o prestígio das associações de classe, etc.”, apresentados na Escola Profissional Feminina respectivamente pelas professoras Hilda Barcellos Sobral, Alva Doralice Ribeiro e Anna Maria da Silva Tavares Terra. O encerramento da “Semana da Educação” na Escola Normal foi apresentado pela professora Dalila Collares Quitete, contando com a presença do inspetor regional do ensino, Dr. Dorval Ferreira da Cunha, tendo na presidência da sessão o prefeito municipal Dr. Oswaldo Cardoso de Mello.

Com base nos telegramas recebidos de diversos estados brasileiros a respeito dos trabalhos da “Semana de Educação”, o presidente do Conselho Diretor da ABE, prof. Fernando Magalhães, considerou positivos os seus resultados, apesar “do momento difícil que o país atravessa[va]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1931d), referindo-se à instabilidade política do novo regime e especificamente as tensões no estado de São Paulo, devido a nomeação de um interventor estranho à política local, e às pressões pela elaboração de uma nova constituição.

Como é possível perceber nos temas propostos pela ABE para a Semana de Educação, ganhavam projeção as discussões sobre o ensino regional, especialmente o ruralismo pedagógico, assuntos que ocupavam lugar de destaque entre uma parcela importante da intelectualidade brasileira de então, reunida tanto na ABE, quanto em outras entidades, como a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, associação formada em 1932, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de discutir a obra desse

pensador brasileiro, sobretudo em torno do projeto ruralista. Sobre a atuação dessa associação, trataremos adiante.

3.2.3. As transformações na organização da escola primária em Campos dos Goytacazes (1931-1932)

Ao final do ano de 1931, em meio ao conturbado cenário político estadual, ao apagar das luzes da interventoria de Mena Barreto (maio a novembro de 1931) e na incerteza do nome que o substituiria, foi publicado, no dia 17 de novembro, o Decreto de nº 2.672, prevendo a instalação de novos grupos escolares e escolas maternais no estado do Rio de Janeiro, bem como a alteração das “designações especiais” (ou nomes) que possuíam.

No caso de Campos dos Goytacazes, como aponta Boynard (2006) a Escola Modelo anexa à Escola Normal, dirigida pela professora Mercedes Sodré Ferreira Landim, foi extinta e transformada em um grupo escolar, com a denominação especial “João Pessoa”. O mesmo ocorria com a Escola a o Ar Livre Presidente Wenceslao Braz, transformada em Grupo Escolar José do Patrocínio. Ambas escolas, fundadas no ano de 1916 voltadas para a aplicação do ensino intuitivo e os métodos modernos de educação, tiveram seus destinos transformados.

A partir das lacunas identificadas por Boynard (2006) sobre os destinos da Escola Modelo “Seis de Março” e da seção de jardim de infância que possuía, observando os mapas de frequência depositados no fundo Departamento de Educação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ e os jornais periódicos, foi possível compreender as transformações ocorridas na organização da escola primária em Campos a partir de 1932.

Como apontou Boynard (2006), a partir do depoimento de uma ex-aluna da Escola Modelo Seis de Março naquele período, a escola e o jardim de infância foram transferidos do prédio do Liceu e se instalaram na antiga “residência de Dona Ana Pimenta” (BOYNARD, 2006. p. 88), um casarão localizado à Rua Visconde do Rio Branco nº 38, esquina com a rua Tenente Coronel Cardoso (EXPOSIÇÕES, 1932), endereço que também abrigava, naquele ano, o Curso Prático Doméstico (Idem, ibidem), criado pela professora Antonia Lopes.

No seu primeiro mapa de frequência, de março de 1932, a escola dirigida pela professora Mercedes Sodré Ferreira Landim já era registrada com a denominação especial “João Pessoa”, como é possível verificar na figura 21.

Figura 21 - Mapa de Frequência da escola primária de 2º grau com a denominação especial "João Pessoa", dirigida pela professora Mercedes Sodré Ferreira Landim

Directoria da Instrucção Publica do Estado do Rio de Janeiro

MAPPA do mês de Março de 1932

Estadística da Escola _____ de _____ 3º grau de Campana

N.º _____ do Município de Panama (1º districto)

Denominação especial "João Pessoa"

Observação — Obten-se a frequência media mensal dividindo a somma das frequencias diarias pelo numero de dias lectivos.

MOVIMENTO MENSAL		1.ª Serie		2.ª Serie		3.ª Serie		4.ª Serie		5.ª Serie		Somma		Classe maternal ou Jardim de Infancia			
		M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	2 Sex.	M.	F.	2 Sex.
Total de alumnos matriculados até o ultimo dia do mês anterior.....																	
Alumnos matriculados durante o mês.....		36	90	12	22	5	28	2	4			1	5	105	200		
Total.....		36	90	12	22	5	28	2	4			1	5	105	200		
Alumnos eliminados neste mês.....																	
= que passam para o mês seguinte.....		36	90	12	22	5	28	2	4			1	5	105	200		

Dias.....	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	TOTAL
M.....	31	36	39	38	40		36	41	42		44	42		43	41	40	41	46	32		38	45	26					46	51	48	43	940
F.....	66	91	99	102	111		122	122	119		121	116		123	120	121	113	116	74		113	121	69					180	185	162	117	2.516
2 Sexos.....	97	127	138	140	151		158	163	161		165	158		166	161	161	159	162	106		151	166	95				176	246	224	160	3.456	

O PROFESSOR		Autoridades que visitaram a Escola				FREQUENCIA MEDIA			Alumnos analfabetos matriculados durante o mês			No. de dias lectivos			
Dias em que faltou	Motivo das faltas	Categoria	NOME	Dia	Alumnos presentes			M.	F.	2 Sexos	M.	F.	2 Sexos	No. de dias lectivos	
					M.	F.	2 Sexos								

Estes matras serão organizados em triplicata, sendo uma via remetida directamente á Directoria da Instrucção Publica para a estadística escolar, outra á Inspectoria Regional, para servir de base á attestação o exercicio, e a terceira archivada na propria escola onde a deverá visar no decorrer do mês a autoridade local de ensino.

A remessa dos mesmos se effectuará dentro de tres dias do encerramento do mês ou do periodo cívico, soffrendo o professor o desconto de tantos dias de vencimentos quantos os de atraso no cumprimento desse dever.

Penna de Bronze-Campozzi

Em _____ de _____ de 1932

(ASSIGNATURA) _____

(CATEGORIA) _____

(Sendo interina declarar si é ou não diplomada)

De quantas classes se compõe cada serie ?

Em quantos lunnos funciona ?

Tem adjunctos ?

Quantos effectivos ?

Quantos estagiarios ?

Interinos ?

COM RELACAO AOS INTERINOS F. ESTAGIARIOS. DECLARAR SI SAO OU NAO DIPLOMADOS.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – Fundo Departamento de Educação.

Além da diretora, permaneceram no Grupo Escolar João Pessoa a professora Maria Teresa Ribeiro da Costa, como já indicado por Boynard (2006) e também a professora Isaurina Carvalho, como mostram os mapas de frequência. Também nos mapas é possível notar, entre as professoras adjunctas do grupo escolar, o nome de duas ex-alunas da Escola Modelo “Seis de Março”: Maria de Lourdes Soares de Castro e Maria José Pedrosa Botelho.

O quadro 8 apresenta o corpo docente do Grupo Escolar João Pessoa e do Jardim de Infância Zuleika de Moraes, anexo ao grupo escolar, no ano de 1932:

Quadro 8 - Quadro docente do Grupo Escolar João Pessoa e do Jardim de Infância Zuleika de Moraes (1932)

Nome	Seção	Cargo	Categoria	Série
Mercêdes Sodré Ferreira Landim	G. Escolar	Diretora	Efetiva	
Isaurina Carvalho	G. Escolar	Regente do 2º turno	Efetiva	
Maria José Soares	G. Escolar	Prof. Adjunta	Efetiva	1ª A
Joemia Vieira Dias	G. Escolar	Prof. Adjunta	Efetiva	1ª A
Thyestes Seixas Carvalho	G. Escolar	Prof. Adjunta	Efetiva	1ª A
Maria José Pedrosa Botelho	G. Escolar	Prof. Adjunta	Efetiva	1ª B
Maria da Conceição Silva	G. Escolar	Prof. Adjunta	Efetiva	1ª C
Maria Tereza Ribeiro da Costa	G. Escolar	Prof. Adjunta	Efetiva	2ª
Blandina Guimarães Peixoto	G. Escolar	Prof. Adjunta	Efetiva	2ª
Maria da Penha Araújo Ribeiro	G. Escolar	Prof. Adjunta	Efetiva	3ª
Maria Vieira Mendes	G. Escolar	Prof. Adjunta	Efetiva	3ª
Lilia Branca Cardoso	G. Escolar	Prof. Adjunta	Efetiva	4ª e 5ª
Ema Vasconcelos Alvarenga	G. Escolar	Prof. Adjunta	Efetiva	Trab. Manuais
Maria Manhães Corrêa	J. de Infância	Diretora	Efetiva	2º e 3º
Rosalina Laccourt da Cruz	J. de Infância	Prof. Adjunta	Efetiva	1º
Anide Póvoa Tavares	J. de Infância	Guardiã	Efetiva	

Fonte: Elaboração própria a partir dos mapas de frequência de 1932, depositados no Fundo Departamento de Educação, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Quanto à Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Braz, a sua transformação em grupo escolar ocorreu de forma distinta. Com a publicação do Decreto nº 2.672 em 17 de novembro de 1931, a escola teve o seu nome substituído por “Escola José do Patrocínio”, em homenagem ao abolicionista de origem campista, porém se manteve como uma escola isolada mista de 2º grau, até o ano de 1934.

No início do ano letivo de 1932, no dia 2 de março, o jornal Monitor Campista publicou uma entrevista com a diretora da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, professora Isaura Lucas dos Santos, e com a professora Maria Soares de Freitas, (ou “Nininha Freitas”, como era chamada), diretora da escola localizada ao centro do parque Nilo Peçanha que, embora já naquele mês fosse classificada como “escola mista de segundo grau nº 10, ‘José do Patrocínio’”, como consta no mapa de frequência, o jornal, movido pela tradição e pela cultura estabelecida, insistia em chamar de “Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Braz”.

A diretora informava que no ano anterior a matrícula havia ultrapassado o número de duzentos alunos, tornando-se necessária a contratação de cinco professoras adjuntas e que, a partir de 1932, desejava “trabalhar para transformar sua

escola em grupo escolar, para o que será preciso uma matrícula de trezentos alunos” (TERMINADAS as férias..., 1932).

Uma das limitações da escola era o seu espaço físico, originalmente planejado para a instalação de uma escola do tipo “ao ar livre”, onde as atividades, orientadas pelo ensino intuitivo, se davam sob as frondosas árvores, ou ao redor do lago do Parque Nilo Peçanha, alternadas com ações que ocorriam no pavilhão em estilo grego localizado no centro do parque. Tal construção constava de um único pavilhão, aberto em suas laterais, como mostram as figuras 22 e 23.

Figura 22 - Pavilhão que abrigava a Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Braz (1916 - 1931)



Fonte: Álbum fotográfico “Melhoramentos de Campos”. Acervo do Museu de Campos. Biblioteca Municipal Nilo Peçanha.

Figura 23 - Interior do pavilhão da Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Braz (1916 - 1931)



Fonte: Álbum fotográfico “Melhoramentos de Campos”. Acervo do Museu de Campos. Biblioteca Municipal Nilo Peçanha.

Em relação a essa questão, a diretora, de maneira otimista, informava que “quanto à capacidade do prédio, não haverá dificuldade, pois o ensino será distribuído por dois turnos durante o dia” (TERMINADAS as férias... 1932). O fato é que a implantação dos dois turnos diários não foi suficiente para a transformação da escola em grupo escolar, como fora previsto no Dec. Nº 2.672 e como era desejo de sua diretora.

A escola permaneceu classificada como isolada mista de segundo grau, número 10, com a denominação especial “José do Patrocínio”, como mostra a figura 24, entre 1932 e 1934, quando ocorreu uma reorganização do ensino primário estadual na área urbana de Campos, como será visto no capítulo 4.

Figura 24 - Fachada do pavilhão grego ao centro do Parque Nilo Peçanha, com a inscrição "Escola José do Patrocínio" (s/d)



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Campos. Biblioteca Nilo Peçanha.

No quadro 9, que apresenta o corpo docente da Escola “José do Patrocínio” entre 1932 e 1934, é possível notar a existência de cinco classes: três da primeira série, uma da segunda, e outra da terceira, sendo que as primeiras séries “A” e “B”, provavelmente as mais numerosas, necessitavam dos cuidados da diretora e diversas adjuntas, indicando provavelmente dificuldades na gestão de um grande número de alunos em um modelo arquitetônico escolar que originalmente se destinava a um tipo específico de ensino primário.

Quadro 9 - Quadro docente da escola mista de 2º grau, nº 10, “José do Patrocínio” (1932 - 1934)

Nome	Cargo	Categoria	Série
Anna Soares de Freitas	Diretora	Efetiva - Catedrática	1ª A e B
Francisca Gomes Pinto	Prof. Adjunta	Efetiva	1ª e 3ª
Eugenia Lobo da Costa	Prof. Adjunta	Efetiva	1ª e 2ª
Anita Gomes dos Santos	Prof. Adjunta	Efetiva	1ª B e C
Cyrene Fernandes	Prof. Adjunta	Efetiva	1ª A e B
Célia Carneiro Terra	Prof. Adjunta	Efetiva – Catedrática adida	1ª A
Abelardo Luiz	Servente		

Fonte: Elaboração própria a partir dos mapas de frequência, depositados no Fundo Departamento de Educação, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Ainda em 1932, outras ações no campo educativo no município de Campos, merecem destaque. No mês de julho a professora Antonia Ribeiro de Castro Lopes retomava o seu projeto iniciado no ano anterior, de criação de um jardim de infância em Campos, nos moldes do que observara em sua viagem à Europa. Dessa vez o projeto era apresentado como um “Centro recreativo e educativo para crianças”, com o objetivo de

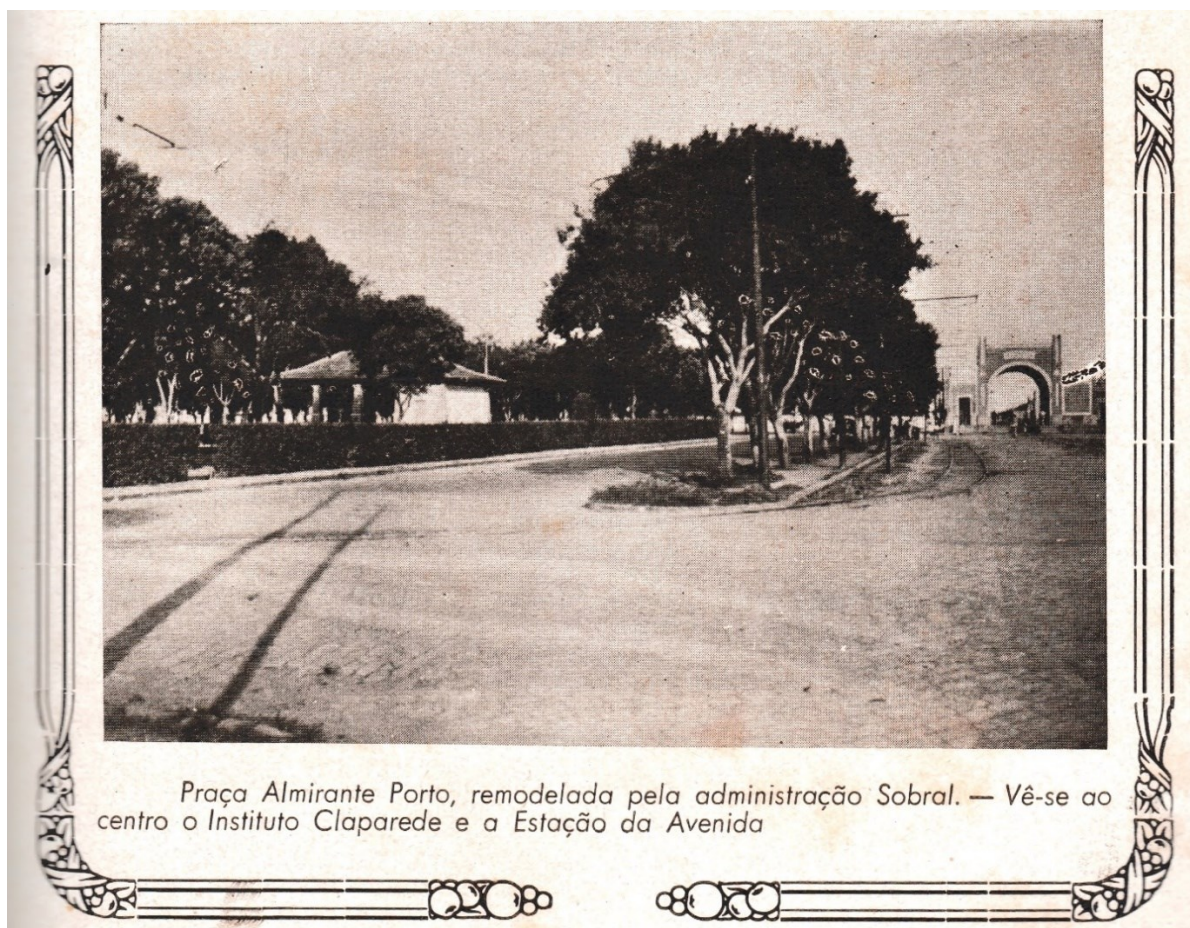
despertar o interesse (...) pelo hábito de ler; educar o gosto, pois aí as crianças terão oportunidade de ouvir música, cantar, representar, ouvir histórias ilustradas (havendo, portanto, aulas de desenho recreativo); exercitar-se-ão as maneiras sociais, oferecendo a seus coleguinhas recepções, festas, reuniões dançantes; como também lhes serão proporcionados jogos educativos (CENTRO Recreativo..., 1932)

Para a instalação da instituição, Antonia Lopes recebeu o apoio do Rotary Club de Campos, que ofereceu uma biblioteca infantil, a qual a professora respondeu por meio de um ofício, onde se dizia sensibilizada com a acolhida do Rotary à sua ideia, e agradecia àquela instituição “sempre animada do espírito de progresso” (Idem, ibidem). No entanto, a realização do intento ocorreu apenas no ano seguinte. Em junho de 1933 foi instalado na praça Almirante Porto (figura 25), cedida pela prefeitura municipal, que auxiliou com a quantia de cinco contos de réis (MIGNOT, 2007, p.273), o Instituto Claparède.

No mês de outubro, pelo Dec. Nº 184, a prefeitura municipal abriu um crédito de mais 3 contos de réis para a conclusão das obras do Instituto (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1933d), além do emprego de recursos próprios de sua diretora, que teria, segundo Mignot (2007), empregado até mesmo as joias de família para a realização do seu o desejo de criar uma escola seguindo os moldes das que visitara na Europa, com uma arquitetura simples (figura 26), adequada ao tamanho das crianças, assim

como o seu mobiliário. A escola foi projetada para o desenvolvimento de atividades ao ar livre em ambiente arborizado e bem arejado. Ali seriam empregados os princípios pedagógicos da psicologia infantil e os métodos de ensino mais avançados, tanto no jardim de infância quanto na classe de alfabetização (Idem, ibidem).

Figura 25 - Praça Almirante Porto, à esquerda, com o pavilhão do Instituto Claparède. No canto direito, o Passeio Municipal e a Estação Avenida - 1939



Fonte: Campos no Estado Novo (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 1939).

Desde o mês de janeiro de 1933 um extrato dos estatutos do Instituto Claparède⁷⁵ havia sido publicado no Diário Oficial do Estado. Nos estatutos, é definido como principal objetivo da instituição “servir à Pátria pela instrução e desenvolver (...) as faculdades criadoras do homem, latentes na criança” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1933g, p. 28). Estabelecia ainda que a professora Antonia Ribeiro de Castro Lopes seria a diretora, sem a possibilidade de destituição do cargo ou eleições,

⁷⁵ Ver Anexo VI

que caberiam apenas à escolha das duas diretoras adjuntas – inicialmente as professoras Maria Eugenia Landim e Elide Manhães – que poderiam ser reeleitas.

Figura 26 - Pavilhão das aulas do Instituto Claparède



Fonte: Mignot (2007).

Os estatutos também definiam que a extinção da escola ocorreria apenas com aprovação de sua diretoria e o seu patrimônio passaria a ser propriedade da Prefeitura Municipal (Idem, ibidem).

O pavilhão do Instituto Claparède foi inaugurado apenas no dia 04 de março de 1934, com a presença das diretoras e do corpo docente de professoras adjuntas, formado por Dalila de Castro Peixoto, Maria Conceição Silva, Maria da Conceição Castro Peixoto, Dulcinéa Galvêas e Laudelina Castro (INSTITUTO Claparède, 1934a; 1934b), do professor Theobaldo de Miranda Santos e demais professores do Liceu e da Escola Normal, representantes da prefeitura e demais instituições da sociedade civil. No ato, a professora Antonia Lopes agradeceu ao governo municipal e ao professor Leovigildo Leal, do Rotary Club, pelo apoio (A INAUGURAÇÃO do Instituto..., 1934).

Em 1935 o Instituto Claparède passou a abrigar um curso noturno, ministrado pela professora Colinete Côrtes, destinado a “adultos pobres de ambos os sexos” (CRUZADA Nacional..., 1935a). No ano seguinte, Antonia Lopes unia esforços para a

construção de mais um pavilhão de aulas sob as árvores da praça Almirante Porto, e em 1937 a escola já oferecia, além do jardim de infância, o curso primário e a preparação para exames de admissão (INSTITUTO Claparède, 1937, p.4). Em 1938 a professora Colinete Côrtes, também professora do então “Instituto de Educação”, assumiu a direção do Instituto Claparède, e a partir desse ano, não há mais referências à escola na imprensa.

A praça Almirante Porto voltou a abrigar uma instituição infantil, dessa vez de recreação e saúde da infância, construído entre 1942 e 1943, e inaugurada em janeiro de 1944 pelo interventor Ernani do Amaral Peixoto, homenageando sua esposa, e filha do presidente Getúlio Vargas, com o nome de Parque Alzira Vargas (CAMPOS aguarda..., 1944, p.1).

Ainda sobre a criação de instituições influenciadas pela modernidade pedagógica no início dos anos 1930 em Campos, voltemos a ano de 1932, quando se instalou uma instituição de ensino que buscava oferecer qualificação aos professores primários. Tal iniciativa se associava a um desejo antigo de Antonia Lopes, que apresentou em 1927, na I Conferência Nacional de Educação em Curitiba, a tese em que defendia a necessidade de se criarem escolas normais de nível superior para aperfeiçoar a formação dos professores.

O chamado “Instituto Fluminense de Ciências Educacionais” partiu da iniciativa de intelectuais que atuavam no Liceu de Humanidades e Escola Normal, na Escola de Direito Clóvis Bevilacqua, na Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia e Faculdade de Farmácia e Odontologia, liderados pela professora Antonia Lopes e pelo Dr. Theobaldo de Miranda Santos, que assumiu a direção do instituto (INSTITUTO Fluminense..., 1932b).

Segundo Mignot (2007), essa iniciativa era semelhante às que ocorriam em outros estados brasileiros, inspiradas pelo movimento de renovação educacional seguindo como referência o Instituto Jean Jacques Rousseau. O estado do Rio de Janeiro, no entanto, não possuía nenhuma instituição do gênero.

Para Theobaldo de Miranda Santos era urgente a criação de uma escola para o aperfeiçoamento técnico magistério fluminense, então, “procurando suprir essa necessidade inadiável, de suma importância para a eficiência do ensino popular no Estado, é que se vem de fundar nesta cidade o INSTITUTO FLUMINENSE DE

CIENCIAS EDUCACIONAES” (SANTOS, 1932), e finaliza seu texto afirmando que a instituição não pretendia ser apenas um curso de aperfeiçoamento técnico, mas sim

um centro de estudos experimentais de pedagogia, um foco de irradiação cultural, uma escola de civismo e de brasilidade. Sua aspiração suprema é de se bater, com o mais inquebrantável idealismo pela educação nacional e pela grandeza do Brasil (Idem, ibidem).

Apenas ao final de 1932 foi criado um curso semelhante em Niterói, coordenado por Lourenço Filho e J. P. Fontenelle, porém, tratava-se do curso de Educação, Higiene Escolar e Estatística Aplicada à Educação, destinado aos candidatos ao cargo de inspetor de ensino no estado do Rio de Janeiro, durando apenas o período de seleção dos inspetores (INSTITUTO Fluminense..., 1932a; CURSO de Inspectores..., 1932), assunto do qual trataremos no capítulo 4.

No Instituto Fluminense de Ciências Educacionais o curso era dividido em duas modalidades: Fundamental, com duração de três semestres, e Especialização, destinado a interessados em cursar isoladamente uma das cadeiras do curso fundamental, sendo conferido um certificado do Instituto. O curso fundamental era dividido em quatro seções, que se desdobravam em dezoito disciplinas, como mostra o quadro 10:

Quadro 10 - Organização do curso fundamental do Instituto Fluminense de Ciências Educacionais (1932)

	Seções	Cadeiras	Professores
Curso Fundamental	Seção de Psicologia Educacional	Psicologia Geral e Experimental (1º semestre)	Theobaldo de Miranda Santos
		Psicologia Infantil (2º semestre)	
		Psicologia Educacional (2º semestre)	
	Psico-técnica (3º semestre)	Dr. Ary Vianna	
Orientação Profissional (3º semestre)			
		Psicologia e Pedagogia dos Anormais (3º semestre)	
	Seção de Pedagogia	Metodologia Geral e Especial (2º semestre)	Antonia Ribeiro de Castro Lopes
		Organização Escolar (3º semestre)	
		Prática Profissional (3º semestre)	
	História da Pedagogia (2º semestre)	Josefa Lopes	

Continua na página seguinte...

	Seção de Biologia Educacional	Biologia aplicada à Educação (1º semestre)	Dr. Ruy Pinheiro
		Higiene Escolar (1º semestre)	Dr. Walfrido Costa
		Antropologia Escolar (2º semestre)	Dr. Alvarenga Prazeres
		Puericultura (2º semestre)	Dr. Rinaldi Antunes
		Educação Física	—
Seção de Artes Aplicadas à Educação	Desenho Trabalhos Manuais Modelagem	—	
		—	
		—	

Fonte: Elaboração própria a partir do jornal Folha do Commercio (INSTITUTO Fluminense..., 1932b).

Como mostra o quadro, a disciplina de Educação Física e as demais que compunham a Seção de Artes Aplicadas à Educação ainda não funcionariam. Seriam instituídas assim que se encontrassem “técnicos especializados no assunto” (INSTITUTO Fluminense..., 1932b).

Com o objetivo de se qualificarem para organizar as disciplinas que lecionariam, os professores estabeleciam contatos com instituições de outros Estados, como por exemplo o Instituto de Educação do Distrito Federal e a Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, onde os professores Walfrido Costa e Rinaldi Antunes, por exemplo, frequentaram aulas com o objetivo de organizarem as suas disciplinas de Higiene Escolar e Puericultura (INSTITUTO Fluminense..., 1932a). Segundo Campos (2018), a Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte era uma instituição mantida pelo governo de Minas Gerais “destinada a formar educadores de elite, familiarizados com as tendências da Escola Nova preconizada por educadores progressistas na Europa e na América do Norte” (CAMPOS, 2018, p. 87). Nesta escola atuou como professora de Psicologia Experimental e organizou o Laboratório de Psicologia a professora Helena Antipoff, uma referência internacional nos estudos sobre psicologia infantil, que mantinha estreitas relações com Edouard Claparède (idem, ibidem).

Os professores campistas participaram ainda do curso/concurso de Educação, Higiene Escolar e Estatística Aplicada à Educação, coordenado pelos professores Lourenço Filho e J. P. Fontenelle, em Niterói.

Como estratégia de divulgação do Instituto Fluminense de Ciências Educacionais os professores publicavam nos jornais textos referentes aos temas de suas disciplinas, ou mesmo o programa completo do curso, como o professor Ruy

Pinheiro, que publicou na íntegra o programa da disciplina de “Biologia Aplicada à Educação”, argumentando que

o ensino da Biologia Humana é indispensável a todo aquele que procura ser um professor. A Biologia Humana é a ciência do homem, é o estudo da Espécie Humana, perfeitamente fixada através de uma infinidade de cruzamentos, determinantes de uma infinidade de raças, variedades e variações (PINHEIRO, 1932).

Outro caso foi a publicação dos estudos de psicologia infantil do professor Theobaldo de Miranda Santos, sobre o “sonho como um estado primitivo e elementar da mentalidade humana” (SANTOS, 1932, p.1). Com o título “A criança e o sonho”, apresentado por “Theobaldo de Miranda Santos, professor do Instituto Fluminense de Ciências Educacionais” (Idem, ibidem), o artigo, publicado em duas partes, traz citações do conceito de “energia espiritual” e “intuição” do filósofo Henri Bergson, passando pelas discussões a respeito do sono e do sonho em Nietzsche, finalizando com Freud, para quem a vida do sonho seria uma volta ao mundo psíquico da criança (Idem, ibidem).

Como se verificou nesse capítulo, os dois primeiros anos do novo regime foram intensos e marcados por muita instabilidade política nos diversos Estados da federação, como foi possível notar no caso do Rio de Janeiro. Tratava-se de um contexto de crise envolvendo não apenas o cenário político e econômico brasileiro, mas sim toda a estrutura do capitalismo liberal, desde o final da Primeira Guerra Mundial, chegando ao momento agudo do fechamento da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929.

O desenvolvimento de um ideário regenerador do Homem e da sociedade validados por pressupostos científicos em tempos de incertezas, apostando na importância do Estado como agente transformador, por meio de políticas sanitárias e de educação do povo, eram o reflexo do que uma grande parcela das elites esperava em relação à reestruturação política e econômica do capitalismo em crise.

Se o higienismo e a eugenia influenciaram a parcela dos intelectuais da educação ligados aos saberes médicos, no que diz respeito àqueles de formação jurídica, havia grande aceitação da “teoria constitucionalista” alemã, formulada por Carl Schmitt, considerado o “jurista oficial do Reich” (SANTOS, 2006).

Assim como a ausência de regulação estatal sobre a economia liberal, verificada na passagem do século XIX para o XX, foi considerada responsável pela destruição

ocorrida na primeira Grande Guerra, a estrutura jurídico-política representada pela “democracia liberal, o parlamentarismo, a divisão de poderes e a capacidade política que [tinha] o liberalismo de definir os objetivos de sua ação política” passou a ser duramente questionada por um pensamento antiliberal, defensor da chamada “democracia de massas”.

Considerando a incapacidade das democracias liberais em oferecer respostas para as demandas de uma sociedade de massas que experimentava a profunda crise que das décadas de 1920 e 1930, defendia-se um modelo antiliberal onde o princípio democrático do atendimento à vontade geral do povo seria respeitado, porém exercido de forma distinta da burocracia parlamentar, considerada ineficiente. A nova “democracia das massas” se assentaria na “mobilização emocional do mito do Líder” (SANTOS 2006, p. 245), capaz de absorver os anseios do povo e, por meio de aprovação plebiscitária, receber a autorização para exercer diretamente o poder da decisão política.

Segundo Santos (2006) um dos maiores defensores da concepção jurídica da “democracia das massas” no Brasil foi o jurista responsável pela reforma da educação no estado de Minas Gerais (1926-1930), que ocupou pela primeira vez o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública (1930-1932), redigiu a Constituição de 1937 que instituiu o Estado Novo (1937-1945) e colaborou diretamente com a elaboração do Ato Institucional nº 1, consolidando a ditadura civil militar brasileira (1964-1985): Francisco Luís da Silva Campos.

Outra característica central da concepção antiliberal de sociedade foi o combate à concepção de uma sociedade pautada no indivíduo, característica dos princípios liberais de igualdade e direitos individuais. Na democracia das massas o indivíduo não teria lugar senão como integrante de uma classe que lhe atribuísse um significado no interior do corpo social. O sujeito passava então a representar uma partícula componente de um grupo, normalmente construído em torno de uma identidade profissional, que contribuiria de forma orgânica para o desenvolvimento do Estado Nacional, o que se compreende por corporativismo.

No próximo capítulo são analisados os reflexos do antiliberalismo e do corporativismo na concepção das políticas de educação primária desenvolvidas no estado do Rio de Janeiro no período de transição para o regime constitucional (1934-

1937), e os resultados práticos das experiências adotadas aquele período, verificados no município de Campos dos Goytacazes – RJ.

Capítulo 4 – A educação da infância em Campos dos Goytacazes durante o período constitucional democrático na década de 1930 (1934-1937)

Após a Revolução de 1930 se estabeleceu o “governo provisório”, responsável por promover a transição entre o regime deposto e uma outra realidade política e administrativa, a ser configurada em nova constituição, promulgada apenas em 1934.

No estado do Rio de Janeiro, naquele momento de instabilidade política, houve poucas mudanças em relação à estrutura da administração educacional, apesar das ações do novo governo demonstrarem a preocupação em estabelecer um sentido de rompimento com o passado

No contexto de uma nova ordem, organizada a partir de um Estado centralizado que encarnava um conjunto de ideias debatidas ao longo da década de 1920, vislumbrava-se a possibilidade de materialização de projetos no campo intelectual incluindo a educação da infância.

Nesse capítulo é observada a influência do pensamento social antiliberal nas políticas de educação desenvolvidas no estado do Rio de Janeiro no processo de transição do governo provisório (1930-1934) para o regime constitucional (1934-1937). No primeiro momento, a educação fluminense esteve sob a responsabilidade de Celso Kelly, que comandou a Diretoria da Instrução Pública, a partir de outubro de 1932, e conduziu a reforma da pasta, transformando-a em Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho, em junho de 1933, quando os ideais corporativistas em torno do trabalho, que eram centrais no pensamento social de Kelly, se institucionalizavam por meio do chamado “plano Kelly” para a educação fluminense.

Em seguida são analisados os reflexos do plano Kelly sobre a educação primária no estado do Rio de Janeiro, sobretudo os impactos da realização da V Conferência Nacional de Educação, realizada em Niterói entre dezembro de 1932 e janeiro de 1933, que contribuíram para o avanço das iniciativas em torno do ensino regional e da qualificação de professores, por meio das ações desenvolvidas pelos inspetores regionais de ensino, tomando como exemplo a atuação do educador Paschoal Lemme na região norte-fluminense entre os anos de 1934 e 1935.

Por fim, apresentamos a situação da educação primária fluminense, a partir do município de Campos dos Goytacazes, identificando os esforços dos diferentes

agentes diante da situação de abandono da educação primária vivenciada nos momentos que antecederam a instalação do Estado Novo

4.1. A escola primária fluminense na transição para o regime constitucional

Nos últimos meses de 1932, devido ao contexto político do país, abalado pela revolta constitucionalista em São Paulo e mobilizado pela eleição constituinte que se aproximava, mudanças no quadro político fluminense interferiram também em importantes transformações no contexto educacional do Estado. No mês de outubro o campista Oswaldo Cardoso de Mello, secretário do Interior e Justiça, preparava-se para a candidatura à Assembleia Constituinte de 1933, nas fileiras do Partido Popular Radical, quando o interventor Ary Parreiras decidiu substituí-lo pelo militar Stanley Gomes, que por sua vez nomeou para a Diretoria de Instrução Pública o Dr. Celso Kelly.

À frente dessa diretoria Celso Kelly adotou medidas que impactaram a educação fluminense e tiveram grandes repercussões em Campos dos Goytacazes, como veremos a seguir.

4.1.1. O corporativismo no pensamento educacional de Celso Kelly

Nas palavras do educador Paschoal Lemme, Celso Kelly vinha de uma família de juristas, ligado às letras, ao jornalismo e às artes plásticas. Apesar de nunca ter se dedicado antes aos

problemas técnicos de educação e ensino (...) tinha uma especial habilidade para contornar e resolver situações (...), extraordinária capacidade de trabalho, apreensão rápida dos problemas postos sob sua responsabilidade, e busca de soluções, cuja criatividade mereceu a entusiástica aprovação dos mais conceituados educadores (LEMME, 2004a, p. 150).

Celso Kelly esteve à frente da pasta de educação no estado do Rio de Janeiro entre outubro de 1932 e janeiro de 1934. Ao deixar o governo, publicou um livro intitulado “Educação Social: os grandes problemas da educação”, onde expôs o seu pensamento social e o papel que a educação ocupava, em todos os níveis, nas sociedades modernas.

Em seu livro, Celso Kelly caracterizou os anos que sucederam à Primeira Guerra Mundial como um período de profundas transformações provocadas pelo avanço das

técnicas, com a redução das distâncias em decorrência da aceleração dos meios de transporte, o avanço das ciências e sua aplicação nos diversos ramos das atividades humanas, graças ao desenvolvimento de um modelo de pensamento baseado na experimentação, e não mais em conceitos e verdades oriundos de deduções, como no século XIX. Segundo ele, a partir da experimentação “os conhecimentos se encadeiam, desafiando a argúcia e a imaginação” (KELLY, 1934, p. 27).

Ao longo de sua obra, Kelly apresenta um pensamento social antiliberal, apontando a crise das sociedades desenvolvidas em torno da figura abstrata e ideal do cidadão, que por sua vez resultava num regime também abstrato: a democracia liberal. Segundo o autor, os princípios liberais vitoriosos na Revolução Francesa, com base nos direitos do homem e do cidadão, garantiam aos indivíduos, direitos a partir de leis que não atendiam, de fato, às suas necessidades básicas, como o trabalho e os meios de subsistência. Ao mesmo tempo, os princípios da economia liberal, ao estimularem que cada qual desenvolvesse, a seu modo, as suas atividades, sem a existência de uma força que coordenasse e limitasse a produção, teriam permitido o desequilíbrio econômico responsável pela crise do capitalismo, que atingira seu ponto mais agudo em 1929.

Para Celso Kelly as democracias liberais privilegiavam um ideal de homem abstrato, negligenciando o homem real, aquele que “trabalha e colabora para a economia pública, que depende de seus semelhantes, que se associa, que se agrupa, que se integra no todo social” (KELLY, 1934, p. 49). Adotando como referência autores antiliberais franceses como Hubert Lagardelle e Phillippe Lamour⁷⁶, simpáticos ao fascismo italiano, criticava o sufrágio universal e a instituição do parlamento. De acordo com seu pensamento,

a vitória nas urnas não exprime melhor escolha, indica apenas maior número. Não revela os interesses econômicos, não traduz as

⁷⁶ Hubert Lagardelle é citado por Kelly a partir de uma apropriação de citação feita pelo jurista argentino Daniel Antokoletz em seu “Curso de legislación del trabajo”. Lagardelle contribuiu com o movimento operário francês na passagem do século XIX para o século XX editando revistas influenciadas tanto pelas teorias anarquistas de Proudhon quanto pelo pensamento socialista de Marx e Engels. Descontente com os rumos do sindicalismo francês na década de 1910, retirou-se das atividades políticas, retornando no pós-guerra convertido aos ideais fascistas, contribuindo para a fundação, em 1926 do primeiro partido fascista na França, o Le Faisceau.

Phillippe Lamour era um advogado francês que também se filiou ao Le Faisceau, juntando-se, em 1928, ao Partido Fascista Revolucionário, fiel ao fascismo italiano. Destacou-se na luta contra o parlamentarismo e o sufrágio universal na França. Ao mesmo tempo combatia o anti-semitismo e denunciava os perigos do nazismo hitlerista. Fundou em 1930 uma revista chamada Plans, junto com intelectuais como Le Corbusier, onde elaborava o seu pensamento político conhecido como “planismo”, defensor do modernismo e de um Estado forte e centralizado.

aspirações do homem real, não resolve nem propende para as questões do trabalho, de que o homem carece (Idem, ibidem, p. 50).

Diante dessa lógica, propõe a formação do que chamou de “sociedades coletivistas”, com base em uma estrutura fundada nas relações sociais, onde caberia ao Estado

organizar integralmente a vida material do indivíduo (...) [garantindo-lhe] a segurança do trabalho remunerado (...), [pois] o homem só existe como parte integrante do grupo social a que pertence. (...) Só se conhecem relações de grupo a grupo. E os grupos têm, como unidades naturais, geográfica e econômica, a região e a profissão (KELLY, 1932, p. 54, grifos meus).

Ao longo das primeiras décadas do século XX, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, ganhou força no mundo ocidental uma concepção de organização política que reivindicava a substituição do individualismo característico das democracias liberais por uma forma de representação política a partir dos diferentes grupos e instituições que compunham a sociedade, devendo se articular de forma harmoniosa, e negando, ao mesmo tempo, os individualismos e a ideia de luta de classes. Tal organização, caracterizada como *corporativismo*, é definida por António Costa Pinto (2016) como

um sistema de representação política, baseado numa visão ‘orgânica-estatista’ da sociedade, em que as suas unidades ‘orgânicas’ (famílias, poderes locais, associações e organizações profissionais e de interesses) substituem o modelo eleitoral, centrado na representação individual da cidadania e na legitimidade parlamentar (PINTO, 2016, p. 31).

Tal concepção ocupou lugar de destaque no pensamento social dos entusiastas da então chamada “República Nova” brasileira, implantada em 1930, dentre os quais se encontram os já destacados Francisco Campos e, principalmente Oliveira Viana, como seus maiores representantes. Na mesma linha segue, portanto, o diretor da Instrução Pública do estado do Rio de Janeiro entre 1932 e 1934.

Kelly associava o período da Primeira República brasileira – ou “República Velha” (1889-1930) – aos princípios da democracia liberal, classificada como uma ideologia sem fundamento na realidade, cuja maior preocupação residia no sufrágio universal. Em suas palavras,

o voto e o eleitor são as preocupações dominantes dos (...) defensores [da democracia liberal], porque eles precisam desses elementos para conquistar o poder. (...) Para essa sociedade, a escola tradicional era suficiente. (...) Para formar um eleitor, os rudimentos de letras bastavam. (...) E, assim, numa sociedade que não atendia à realidade,

a escola era, com o regime, uma abstração, compreendida nas ficções doutrinárias desse último” (KELLY, 1934, p. 46).

A escola defendida por Celso Kelly tinha como função social organizar o povo e prepara-lo para as profissões, despertando na criança o interesse pelo universo do trabalho em função do grupo social em que estivesse inserida, desenvolvendo conhecimentos sobre as profissões e associando-se aos demais companheiros para a formação de grupos homogêneos. “A escola é a primeira revelação para os espíritos infantis, das realidades do mundo social” (KELLY, 1934, p. 61).

Em meio à modernidade observada por Kelly, além dos tradicionais agentes educativos como a família, a igreja e a escola, despontavam outras instituições, sobretudo nos meios urbanos, que também agiam sobre o processo educativo, como o rádio, a imprensa, o cinema e demais atividades culturais, tornando essa ação complexa e às vezes conflituosa. Diante de tal complexidade, segundo o autor, apenas a escola reunia os elementos necessários para a obra educacional, de forma racional, utilizando-se da

psicologia biológica, a psicologia do comportamento, a psicologia da estrutura (...) [com a] compreensão de que a criança é educada não só de conformidade consigo, mas em função da sociedade [atraindo] para o campo educacional os estudos da sociologia. E sob esses múltiplos prismas, se desenvolve a obra educativa (KELLY, 1934, p. 73, grifos meus).

Ou seja, os demais agentes educativos, incluindo a família, deveriam colaborar como instituições auxiliares, mas somente a escola “há de ser o órgão técnico educativo” (Idem, ibidem, p. 74).

Além de educar as crianças era fundamental cuidar da educação dos adultos, combatendo o analfabetismo e também a falta de conhecimentos técnicos sobre as próprias atividades profissionais, tão importantes para o mundo do trabalho, assim como os “hábitos de higiene, economia e ordem social” (idem, ibidem, p. 83). Nesse sentido, a educação dos adultos deveria se organizar em dois segmentos: escolas elementares para os que não tiveram ensino primário, e escolas de continuação para os alfabetizados, que deveriam aprofundar e atualizar os estudos para as novas relações sociais.

A educação de adultos deveria ser realizada por meio de métodos específicos, diferindo, portanto, do ensino oferecido às crianças, objetivando assim a solução de

problemas sociais graves, tanto do ponto de vista econômico, ao promover a qualificação dos trabalhadores, quanto de ordem política,

de vez que cabe a essas escolas o ensinamento de noções referentes à organização social e à economia pública, o desenvolvimento dos sentimentos cívicos, plena noção dos direitos, fazendo de cada homem um indivíduo útil à coletividade. (...) Por seu turno, deve o Poder Público usar de todos os meios coercitivos capazes de tornar obrigatório o ensino elementar para os adultos, não só com as sanções impostas à juventude, como com o cerceamento de direitos para os adultos incapazes, sob o ponto de vista educacional (KELLY, 1934, p. 91).

Celso Kelly dedicou uma seção de seu livro à “educação de anormais”, que seriam as crianças de difícil educabilidade, “casos excepcionais, caracterizando-se à margem no processo educacional” (KELLY, 1934, p. 93), e por isso classificados como anormais. Normais seriam os indivíduos que apresentassem um certo equilíbrio funcional, atendendo de forma mediana e equilibrada a determinadas características e aptidões consideradas próprias para a vida em sociedade. Nesta afirmação, cita o educador Leoni Kaseff⁷⁷, para quem os indivíduos considerados “anormais” estariam afastados desse equilíbrio, oferecendo resistências permanentes ao processo educacional convencional.

Inspirado pelo pensamento higienista marcado pela eugenia e pelo determinismo biológico, classifica três tipos de anomalias: anomalias intelectuais, anomalias do caráter e anomalias morais. Os “anormais intelectuais” seriam crianças cuja condição física e intelectual não permitiria o aprendizado por meio dos métodos oferecidos nas escolas convencionais. “Agrupam-se esses anormais em três tipos clássicos: o idiota, o imbecil e o retardado” (KELLY, 1934, p. 96). Aos indivíduos considerados “educáveis”, recomendava que o Estado oferecesse “escolas especializadas, onde se processa a educação pedagógica e profissional” e aos “ineducáveis, como os retardados ou débeis (...) a assistência se exerce, abrindo as portas dos asilos” (Idem, *ibidem*, p. 97).

As escolas especializadas também deveriam atender aos que chamou “débeis físicos”, referindo-se às pessoas com deficiência visual ou auditiva, a quem as escolas

⁷⁷ O educador Leoni Kaseff publicou em 1931 “A educação dos super-normais”. Também escreveu sobre a educação rural e em 1936 publicou “Filosofia da Educação”. Foi relator da tese geral “as grandes diretrizes da educação popular” na IV Conferência Nacional de Educação. Também defendia, como Kelly, a educação para o trabalho, de acordo com a região e o grupo em que o indivíduo estivesse inserido.

convencionais eram impedidas, ou aos indivíduos que tivessem sequelas de doenças – em suas palavras: deficiências consequentes do “depauperamento [e da] convalescência de longas e graves enfermidades, como o raquitismo e a subnutrição e a predisposição à tuberculose (KELLY, 1934, p. 98), a quem o acesso ao ensino regular era dificultado.

Àqueles que apresentassem sinais do que eram consideradas “anomalias de caráter” e “anomalias morais”, recomendava a educação emendativa ou a reforma, que pudesse socializa-los. “E sob esse ponto de vista, o problema do trabalho assume fundamental importância: a educação emendativa deve fazer, sob os melhores propósitos morais, de cada indivíduo um trabalhador” (KELLY, 1934, p. 103). O Estado deveria também transferir para os domínios da educação os reformatórios penais.

Desse modo, no pensamento eugênico de Celso Kelly o papel do Estado (e também da caridade) era fundamental na oferta de educação para as pessoas com deficiência pois “descuidá-los, desprezando-os, seria multiplicar defeitos em prejuízo da raça” (Idem, ibidem, p. 96, grifos meus).

Há também em sua obra um capítulo dedicado ao ensino regional, seguindo a tradição do pensamento ruralista discutido no capítulo 1 desta tese. Celso Kelly entendia que os sistemas educacionais não deveriam ser os mesmos para todas as regiões, pois a escola deveria atender às especificidades dos grupos que compõem a sociedade. Criticando o ensino tradicional que, ao aplicar

programas rígidos, horários intransigentes, (...) livros convencionais, impostos às escolas de um vasto paiz, estava a mostrar, a cada passo, os inconvenientes que daí decorriam pela repulsa natural das próprias tendências humanas. (...) Apenas por abstração se poderia insistir numa organização que servisse a todas as épocas e a todos os meios, a todos os indivíduos – a escola universal (idem, ibidem, p. 136).

Para Kelly, portanto, a escola universal era uma utopia, ou mais uma abstração das democracias liberais, presas ao idealismo e alheias às realidades sociais, enquanto a educação regional era o único instrumento capaz de integrar o indivíduo ao seu meio, reforçando o ideal de coletividade harmoniosa do corporativismo.

Mais distante do ruralismo tradicional – saudosista dos tempos áureos da “velha província” fluminense, relacionados ao latifúndio monocultor escravista, de certa forma cultuados no ideário do movimento da “Renascença Fluminense”, no interior da Academia de Letras de Niterói –, e mais próximo do ruralismo “torreano” e “nilista”,

Celso Kelly reconhecia a precariedade da zona rural brasileira, isolada e distante das inovações proporcionadas pela técnica, ao mesmo tempo em que, num estilo euclidiano, elogiava a “índole bravia do homem do sertão” diante de todas as dificuldades que enfrentava, como a saúde precária, o pouco rendimento do trabalho, a ausência de transportes e de conhecimento técnico.

Entre os problemas da zona rural estava também a dificuldade de acesso à educação, seja pelo caráter fragmentado e disperso da população camponesa, o que obrigava as crianças a percorrerem longas distâncias até a escola, ou pelo uso do trabalho das crianças na lavoura junto à família. Também havia a situação do professorado rural que, com salários baixos e inconstantes, e formado no meio urbano, não compreendiam e até rejeitavam a cultura rural, desejando retornar às cidades. No entanto, o professor e a escola eram os únicos “elementos de civilização” no ambiente rural, e sua função maior deveria ser “humanizar o aldeão” (KELLY, 1934, p. 157) o que não poderia acontecer simplesmente por meio da escola elementar de dois anos de duração.

Kelly propunha dois modelos de escola rural: os Centros Rurais de Educação, na forma de externato, localizados em regiões onde houvesse estradas que pudessem ser acessadas por ônibus; e os Educandários e Colônias Rurais, em regime de internato, instalados nas regiões mais isoladas.

Os Centros Rurais de Educação contariam com escola para crianças e cursos para adultos; posto de saúde, *bureau* de informações e transmissão (telefone, rádio, cinema, biblioteca, discoteca, jornal, telégrafo), posto de coordenação de serviços técnicos de natureza profissional, postos de instituições bancárias ou de crédito e agente de transporte. Nos Educandários ou Colônias Rurais buscar-se-iam desenvolver as mesmas atividades, sendo instituições autossustentáveis por meio das próprias culturas desenvolvidas pelas atividades escolares, visto que tais modelos estariam associados ao ensino profissional.

O espaço urbano é apresentado por Celso Kelly como o lugar onde conviviam o conforto e a miséria, a ordem e a anarquia. Nas sociedades urbanas, em sua complexidade, a educação deveria ser o elemento coordenador entre os demais, como

a imprensa, o rádio, o cinema, os clubes, os esportes, as instituições de governo, as bibliotecas, os museus, as pinacotecas, as

associações de cultura, as sociedades de classe. Todos exercem sua influência de ordem educacional (KELLY, 1934, p. 155).

Como a sociedade urbana era influenciada por tantas instituições culturais, a escola deveria sistematizar os conhecimentos para a integração do indivíduo a este meio. A ação da escola seria, portanto, articulada, e deveria ir além do nível elementar.

Portanto, em sua dinâmica, a cidade seria o lugar da inveja, da competição e também dos triunfos. O planejamento das cidades permitia o seu progresso, porém, ao se melhorar a vida urbana, aumentando os atrativos da cidade, contribuía-se para que

aqueles centros (...) [exercessem] sobre os habitantes da zona rural, a sedução de um mágico poder de gravitação. São os que abandonam o campo, em busca dos prazeres e das perspectivas grandiosas da metrópole. É o êxodo das populações do interior (KELLY, 1934, p. 150).

Tal fenômeno tenderia a se reduzir ou desaparecer na medida em que o Estado promovesse o desenvolvimento técnico, educacional e cultural na zona rural, fixando o indivíduo ao seu meio. Celso Kelly apontou que o êxodo rural não era um fenômeno apenas brasileiro, mas também um problema nos países europeus, ao citar o caso francês onde uma associação patronal rural organizou, junto aos professores primários, um concurso buscando meios de frear o êxodo rural por meio do ensino. Kelly cita o educador italiano Michele Crimi⁷⁸ que relatou os problemas das cidades industriais em seu país, com o crescimento desordenado dos subúrbios operários onde a tuberculose era responsável pela morte de vários emigrantes do campo:

Dominados por essas idéas, fazem-se estatísticas, imaginam-se meios para ligar o camponez á terra, pede-se a cooperação do professor para persuadir aos camponeses que a cidade é um inferno e o campo um éden. O problema do urbanismo se apresenta a uma luz fictícia, unilateral, que coopera para tornar mais difícil a atuação dos que querem ocupar-se com o remédio dos males que lamentamos. (...) Perguntemos ao camponez (...) se deixa, com prazer, sua casa e suas árvores; perguntemos o que deseja. Responderá, em seguida, que deveriam prolongar-se os caminhos para que o automóvel do médico, que vai visitar enfermos, possa chegar até sua residência; para que possa facilmente transportar seus produtos á cidade; dirá ainda que quer a escola para seus filhos (...);

⁷⁸ Michele Crimi (1879-1963), educador italiano, expoente da educação nova e da escola ativa na década de 1920, que valorizava as características sociais e culturais da região em que se inseria a escola. Valorizava a espontaneidade e a liberdade da infância, o método natural de aprendizagem, e a relação entre educação e trabalho (STRONGOLI, 2014).

dirá que necessita do prolongamento do cabo elétrico para poder iluminar sua vivenda (CRIMI, *apud*. KELLY, 1934, p. 153-154).

Ou seja, o que desejava o homem do campo era vencer o isolamento, ter acesso ao transporte e à assistência em educação e saúde. Vencer esses obstáculos, na visão de Kelly, colaboraria para a fixação do homem ao campo.

Com essas preocupações em mente, Celso Kelly assumiu a Diretoria da Instrução Pública em outubro de 1932. Naquele mês, discutiam-se na ABE os preparativos para a realização da V Conferência Nacional de Educação, a ser realizada, inicialmente no estado de Pernambuco.

4.1.2. A V Conferência Nacional de Educação em Niterói

Como é possível constatar na leitura das atas das reuniões do Conselho Diretor da ABE, a organização da V Conferência Nacional de Educação enfrentava dificuldades. Desde janeiro de 1932 havia sido decidido que a conferência se realizaria sob os auspícios do governo de Pernambuco, sobretudo pela relevância de se levar as discussões, que incluíam o tema do ensino regional e da educação rural, até a região Nordeste. Porém, devido à demora da resposta positiva do governo do Estado, e aparentemente pouco interesse em financiar o evento, houve a necessidade de se discutir outras alternativas.

Na reunião de 10 de outubro de 1932 o Dr. Gustavo Lessa propunha a confirmação junto ao governo de Pernambuco da não realização da Conferência, e recomendava uma reunião de sua comissão organizadora para o mês de janeiro, com a intenção de se obter um parecer sobre o tema geral. Na reunião seguinte, surgiu a proposta de realização da conferência no estado do Rio Grande do Sul, porém, diante das dificuldades encontradas pela “situação do país” – referindo-se ao movimento constitucionalista de São Paulo, que interrompeu os trabalhos da comissão entre julho e setembro daquele ano – dificilmente seria possível organizar o congresso em pouco tempo.

Foi o Dr. Sussekind de Mendonça quem sugeriu a realização da V Conferência no estado do Rio de Janeiro, “onde há muita coisa interessante, havendo, portanto, um flagrante do que se faz, de facto” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1932a). Tal proposta foi aprovada unanimemente pelo Conselho Diretor.

Na reunião de 14 de novembro, contando com a presença do Diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro, Celso Kelly, tentou-se prorrogar a data do evento para o ano seguinte, surgindo diferentes propostas, até que foi decidido, após fala do próprio Celso Kelly, manter a data de dezembro, na cidade de Niterói (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1932b).

Paschoal Lemme (2004a) chama a atenção para o prestígio de Celso Kelly junto à ABE naquele momento, sendo a realização da V Conferência Nacional de Educação em Niterói, “uma das mais importantes, promovidas pela ABE”, a maior prova disso (LEMME, 2004a, p. 150).

A V Conferência Nacional de Educação aconteceu entre os dias 26 de dezembro de 1932 e 02 de janeiro de 1933, tendo como presidentes de honra o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, e o interventor fluminense, Ary Parreiras. A presidência da comissão executiva ficou a cargo do Dr. Fernando Magalhães, reitor da Universidade do Rio de Janeiro, composta pelos seguintes membros: dr. Teixeira de Freitas, diretor Geral da Estatística do M. da Educação; Prof. Lourenço Filho, diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal; prof. Gustavo Lessa, do Instituto de Educação; prof. Venancio Filho, do Instituto de Educação e Colégio Pedro II; prof. Euclides Roxo, diretor do Colégio Pedro II; prof. Vera Delgado de Carvalho, membro da A. B. E.; Prof. Mello Leitão, do Instituto de Educação do Distrito Federal; prof. Arthur Moses, membro da A. B. E. e prof. Nóbrega da Cunha (OS PREPARATIVOS para..., 1932; A 5ª CONFERÊNCIA Nacional..., 1932V CONFERENCIA Nacional..., 1932).

Em paralelo à Conferência, a Diretoria da Instrução Pública do estado do Rio de Janeiro realizou uma mostra pedagógica, expondo plantas e maquetes de prédios escolares, mobiliário e materiais didáticos diversos, de jardins de infância, escolas isoladas e grupos escolares. A exposição incluía

aparelhos, instrumentos e quadros para o ensino da agronomia e da zootecnia; atlas e quadros muraes para o ensino da anatomia e physiologia; modelos em papel machá ou gesso, ou cêra, do homem e de outros animaes, como as vicerias moveis; modelos artificiaes e engrandecidos de vegetaes, enxertos, animaes e uteis; e museus escolares do typo Deyrolle (OS PREPARATIVOS para....., 1932).

Também seriam expostos modelos arquitetônicos, mobiliário e materiais referentes às escolas profissionais, como oficinas, instrumentos e aparelhos, e uma seção especial contendo documentos referentes à educação: leis, decretos,

regulamentos, resoluções, programas e horários escolares e apresentações sobre estatísticas escolares, com o objetivo de apresentar o que vinha sendo realizado no Rio de Janeiro, buscando causar a impressão de que o Estado estava inserido no movimento da modernidade pedagógica.

A V Conferência Nacional de Educação teve grande relevância, pois trazia como tema geral a produção de subsídios para a elaboração do anteprojeto do Plano Nacional de Educação, a ser encaminhado à Assembleia Nacional Constituinte, que se reuniria em 1933 (SILVA, 2004; VIEIRA, 2017).

Durante os preparativos para a Conferência, a Diretoria de Instrução Pública do estado do Rio de Janeiro divulgou um levantamento estatístico sobre a educação primária, onde ficou constatado que os maiores coeficientes de matrícula e frequência se concentravam nas três primeiras séries, revelando, de acordo com a interpretação da diretoria, que a escola primária não despertava o interesse das famílias e que as crianças, sobretudo nas áreas rurais, eram retiradas da escola para auxiliar os pais no trabalho da lavoura (A 5ª CONFERÊNCIA Nacional..., 1932). Diante de tal constatação, o diretor da Instrução Pública anunciou um plano para inserir nos programas das escolas primárias do Estado a “iniciação profissional”, organizada da seguinte maneira:

- Iniciação à pesca: Nas regiões litorâneas seria introduzida a iniciação à pesca, onde, nas aulas de trabalhos manuais, as meninas aprenderiam a confeccionar redes e velas, e os meninos realizariam exercícios de carpintaria de barcos; as aulas de educação física seriam na praia, com aulas de natação e remo; e os temas das demais disciplinas de cultura geral tratariam da economia pesqueira.
- Iniciação agrícola: Nas escolas da zona rural.
- Iniciação comercial: Nas escolas da área urbana. Neste caso, de acordo com as especificidades da economia local, poderiam se aplicar outras variantes.

Considerando a idade das crianças da escola primária, a iniciação profissional visava desenvolver suas aptidões,

de acordo com os interesses regionais, habituando-a ao trabalho e ao aproveitamento de suas energias. Como, embora fraca, a criança representa uma força, a iniciação será conduzida no sentido de aproveitamento lucrativo dessa força, devendo a criança receber os resultados materiais do seu trabalho. (...)

Tal orientação, que vem despertando os maiores entusiasmos nas rodas educacionais, há de constituir uma das mais interessantes colaborações do Estado do Rio para a Quinta Conferência Nacional de Educação (...) (Idem, ibidem).

Ao mesmo tempo em que planejava a adoção da iniciação ao trabalho nas escolas primárias e a apresentação deste plano na CNE como a maior contribuição fluminense no evento, o governo do Estado do Rio de Janeiro convocava as municipalidades, atribuindo-lhes responsabilidades sobre a expansão da escolarização primária. Às vésperas do início dos trabalhos da conferência, o secretário do Interior e Justiça, por sugestão de Celso Kelly, convocou uma reunião com os prefeitos, na qual ficou estabelecido que os municípios deveriam, a partir daquele momento, se responsabilizar pela construção dos prédios escolares, cabendo ao governo estadual o provimento de professores (A REUNIÃO dos prefeitos..., 1932).

Os prefeitos, por sua vez, aproveitando a realização da Conferência Nacional de Educação, solicitaram ao interventor Ary Parreiras que convidasse os interventores dos demais Estados para firmarem um convênio com a União, no objetivo de traçar “as bases para a unidade da educação nacional, por meio de um plano geral para o país, de acordo com as novas aspirações do povo brasileiro” (idem, ibidem), fixando os termos de cooperação entre a União, os Estados e os Municípios.

No mesmo sentido de otimismo se encontrava Celso Kelly em relação a realização da conferência de educação naquele ano, e o cumprimento do seu principal objetivo, uma vez que a revolução de 1930, ao suspender a constituição de 1891 e estabelecer um poder político discricionário, altamente centralizado a partir da suspensão das autonomias estaduais e municipais com o estabelecimento do sistema de interventorias, e a existência de um Ministério da Educação, criavam um ambiente favorável ao estabelecimento da solução definitiva para os problemas educacionais do país (A QUINTA Conferencia..., 1932).

Seguindo o programa da conferência⁷⁹, reuniu-se na segunda-feira, 26 de dezembro, no prédio da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, a Comissão Executiva do evento, dando início aos trabalhos. Foram distribuídas aos representantes dos Estados, do Distrito Federal e do território do Acre, cópias do texto que apresentava as bases para a formação do capítulo do anteprojeto de Constituição,

⁷⁹ Ver Apêndice II

a respeito da educação nacional. O texto acompanhava um parecer assinado por Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Frota Pessoa, Anísio Teixeira, Isaías Alves, Arthur Moses, José Augusto, Sampaio Dória e Lysimaco Costa. Os delegados teriam 48 horas para apreciação do texto antes do debate (V CONFERENCIA Nacional..., 1932a; 1932b).

Nos três primeiros dias do evento, ocorreram as reuniões das comissões de ensino primário e secundário, e nos três dias seguintes, reuniram-se as comissões de ensino normal e profissional. Cada um dos dias foi encerrando por conferências proferidas por nomes notáveis da educação brasileira.

A cada dia era debatido um tema em cada uma das comissões sendo, portanto, três temas referentes ao ensino primário, que serão apresentados a seguir, excluindo os assuntos discutidos nas demais comissões devido ao recorte do objeto desta pesquisa. De acordo com o programa, os temas relativos ao ensino primário seriam apresentados da seguinte forma:

Na terça-feira, dia 27 de dezembro, foi discutido o primeiro tema: “O método de projetos”, relatado pelas professoras Maria dos Reis Campos, inspetora escolar do Distrito Federal; Consuelo Pinheiro, professora municipal do Distrito Federal; e Lucia Schmidt Monteiro de Castro, da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. À noite foram realizadas as conferências de Afrânio Peixoto e Armanda Álvaro Alberto (V CONFERENCIA Nacional..., 1932a).

O segundo tema da comissão de ensino primário foi a “Homogeneização das classes”, discutido na quarta-feira, 28 de dezembro. De acordo com o programa, esse tema seria apresentado pelo professor Isaías Alves, chefe do Serviço de Testes e Escalas do Distrito Federal e pela professora Helena Antipoff, da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. No entanto, esta última não se apresentou, sendo substituída pelo dr. Oscar Guimarães. A discussão girou em torno dos critérios para a formação das classes de estudantes e a importância da utilização dos testes do “quociente de inteligência” (Q. I.), “uma grande conquista da psicologia moderna”, associada à necessidade de se conhecer a sociabilidade dos alunos (V CONFERENCIA Nacional..., 1932e).

As conferências do professor Lourenço Filho e do Dr. Raul Briquet, que estavam previstas para o dia seguinte, foram antecipadas para o encerramento da noite quarta-

feira, 28 de dezembro (Idem, ibidem). Quanto as conferências que originalmente seriam proferidas pelos professores Fernando de Azevedo e Antônia Ribeiro de Castro Lopes naquela noite, foram transferidas para a sexta-feira, 30 de dezembro, quando se reuniram as comissões do Ensino Normal e Profissional, sendo o professor Fernando de Azevedo substituído pelo Dr. Moreira de Souza (V CONFERENCIA Nacional..., 1932c).

O último tema discutido na comissão do ensino primário tratava da inspeção escolar, sob o título “Quais os inspetores especializados que a instrução pública estadual deve possuir?”. O tema, de acordo com o programa, seria apresentado pelo Dr. Frota Pessoa, antigo subdiretor da Instrução Pública do Distrito Federal, e pelos professores Paulo Machado, inspetor do Distrito Federal, e João Toledo, Assistente Técnico da Diretoria Geral do Ensino do estado do Rio de Janeiro. No entanto, compareceu apenas o professor João Toledo, apresentando a sua “tese” e, após o debate, chegou-se a conclusões a respeito do papel dos inspetores do ensino na orientação e auxílio aos professores, da inspeção especializada para a educação física e a proposta de criação de gabinetes de psicologia aplicada e antropologia pedagógica nas escolas, com o objetivo de produzir dados que servissem como base de referência para a ação administrativa da Diretoria Geral do Ensino (V CONFERENCIA Nacional..., 1932d).

Em paralelo se desenvolvia um ambiente de tensões relativo à discussão ocorrida em torno do texto base sobre a educação nacional que comporia o anteprojeto de Constituição. Um dos diretores da comissão executiva da conferência, o Dr. Teixeira de Freitas, representante do Ministério da Educação, propôs várias alterações no texto base, especialmente combatendo o estabelecimento do ensino laico, o que provocou a reação de diversos educadores, como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira (Idem, ibidem). Na mesma sessão foram incluídos e aprovados os princípios da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino primário (V CONFERENCIA Nacional..., 1932e).

Em decorrência do acalorado debate em torno da laicidade do ensino público, o representante do Ministério da Educação e presidente da Conferência, o Dr. Fernando Magalhães, defensor do ensino religioso, pediu demissão do cargo, por meio de uma carta enviada ao Dr. Celso Kelly, onde proferia duros ataques à Conferência e aos seus membros, sobretudo à Anísio Teixeira.

Este episódio reflete os conflitos que ocorriam no interior da ABE desde a IV Conferência Nacional de Educação, envolvendo a disputa política no interior da instituição, relacionada diretamente com a discussão em torno do ensino religioso nas escolas públicas. Tal debate opunha os contrários às transformações políticas no interior da ABE, como a alteração de seus estatutos em relação a admissão de novos sócios e a amplitude de ação da instituição, e que, por sua vez eram defensores do ensino religioso, aos defensores do ensino laico e do avanço da modernidade pedagógica, ao mesmo tempo empenhados no fortalecimento da atuação da instituição, atraindo novos membros e estimulando, inclusive, a instalação de núcleos regionais pelo país. Tal embate que deu origem à publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, no dia 19 de março de 1932 (XAVIER, 2002; VIDAL, 2013; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1932c).

É possível inferir que tal conflito tenha contribuído para as dificuldades de organização da quinta conferência. Ao longo do ano de 1932 foram muitos os pedidos de demissão de integrantes da ABE. Somente no mês de dezembro, às vésperas da quinta conferência, por meio de uma carta demitiram-se vinte e quatro sócios⁸⁰, muitos integrantes das mesmas famílias, alegando terem sido ofendidos nos seus sentimentos religiosos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1932c).

O mesmo se repetiu na primeira reunião do Conselho Diretor da ABE após a quinta conferência, quando mais pedidos de demissão foram apresentados e, ao mesmo tempo, apresentavam-se nomes de candidatos a compor os quadros de sócios contribuintes, mantenedores e cooperadores, entre os quais se encontrava o nome de Celso Kelly, que contou com o apoio de Armanda Álvaro Alberto, argumentando ser este “um associado dos mais presentes, que prestou relevantes serviços a ABE por ocasião da 5ª Conferência Nacional de Educação” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1933)

Ao final da V Conferência Nacional de Educação foram aprovados dois documentos de grande importância para os debates que se travaram nos anos

⁸⁰ Dr. Barbosa de Oliveira, Isabel J. Lacombe, Décio Lyra da Silva, Alice Carvalho de Mendonça, Mabel Lacombe, Laura Lacombe, Maria Amelia Lacombe, Alice Guimarães Roche, Beatriz Guimarães Roche, Emma Nogueira, Flavio Lyra da Silva, Carlotita Lyra da Silva, Amelia de Rezende Martins, Elisa M. Rezende, Marietta Rezende, Firmina Belfort Cerqueira, Laura X. da Silveira, Martim X. Silveira, America X. da Silveira, Aracy M. Freire, M. Luiza C. Azevedo, Julio Azevedo, Alvaro Lessa, Americo Lacombe

seguintes acerca da educação pública nacional. O primeiro deles foi o “esboço de um Plano Nacional de Educação” (V CONFERENCIA Nacional..., 1933, p. 2), composto por quinze artigos, iniciando pela compreensão da educação nacional como um instrumento de redução das desigualdades sociais, contribuindo para maior “justiça e liberdade” (idem, ibidem), passando pela previsão da existência de diversos sistemas educacionais articulados; a coeducação dos sexos; a educação de adultos; a escola primária de cinco anos de duração em todo o país, adaptando-se às realidades de cada região; a articulação entre o ensino primário e secundário; a formação em nível superior do magistério para a atuação no ensino secundário; o modelo de universidade como o espaço de produção, transmissão e vulgarização da ciência; e a administração do sistema educacional por meio de um Conselho de Educação.

O outro documento elaborado foi o capítulo “Da educação nacional”, para compor o anteprojeto de constituição. O texto, composto por oito artigos, definia que caberia aos Estados a administração e o financiamento dos seus sistemas de ensino, de acordo com as diretrizes da União. Estabelecia o ensino laico e gratuito e a obrigatoriedade do ensino primário; previa a criação de fundos especiais para o financiamento da educação, sendo o mínimo de 10% da arrecadação da União e o mínimo de 20% dos Estados; determinava a criação do Conselho Nacional de Educação e, nos Estados, de conselhos e Departamentos de Educação, com autonomia técnica, administrativa e financeira; e previa que as normas para a formação do funcionalismo da educação ficaria a cargo de legislação ordinária da União e dos Estados (V CONFERENCIA Nacional..., 1933, p. 2).

O programa da quinta conferência previa ainda, ao final dos trabalhos, uma semana de excursões dos conferencistas pelo estado do Rio de Janeiro. Além de visitas às instituições de ensino da capital Niterói, estavam previstas excursões para os municípios de Campos dos Goytacazes, no dia 05 de janeiro e, em seguida, para Petrópolis, no dia 07.

4.1.2.1. A excursão dos participantes da V Conferência Nacional de Educação a Campos em 1933

Os integrantes da V Conferência Nacional de Educação eram aguardados com entusiasmo em Campos. O Jornal Monitor Campista ressaltava a importância das

conferências da ABE e destacava o valor da visita dos congressistas à cidade, alertando aos leitores que se tratavam de

nomes de alta projecção no ensino popular nacional (...). Do seu seio destacam-se vultos como os professores Lourenço Filho, diretor do Instituto de Educação do D. Federal, Gustavo Lessa, Francisco Venancio Filho, Celso Kelly, Director da Instrucção Pública Fluminense, Honório Peçanha, do Ensino Profissional do Districto Federal e da Secretaria do Trabalho de Nictheroy; Ataliba Lepage, ex-director da Escola Normal de Nictheroy e Fernando Azevedo, diretor da Instrucção Pública de São Paulo. Todas essas individualidades são esperadas amanhã em nossa cidade (A QUINTA Conferencia..., 1933, p.1)

Havia uma programação previamente preparada, que se iniciava com uma solenidade no Liceu de Humanidades para os congressistas, uma homenagem promovida pela Federação Campista pelo Progresso Feminino, presidida pela professora Antonia Lopes, à líder feminista Bertha Lutz, que também acompanharia a comitiva, e para o encerramento estava previsto um “chá dançante” na sede social do Automóvel Club Fluminense (idem, ibidem).

No entanto, um imprevisto provocou o adiamento da visita para o dia seguinte, não sendo possível avisar em tempo aos organizadores, o que comprometeu a recepção programada. Os congressistas desembarcaram na estação ferroviária na manhã do dia 06 de janeiro, às 8h, sendo recebidos pelo prefeito municipal, Dr. Costa Nunes, acompanhado pelo Secretário da Instrução Municipal e Diretor do Liceu de Humanidades e Escola Normal, o professor Manoel Manhães, o professor Ruy Pinheiro, “diversos professores do magistério local, algumas famílias e senhorinhas” (5ª CONFERENCIA de Educação, 1933, p.1), evidenciando que não foi possível executar a recepção anteriormente planejada.

Ao todo desembarcaram cento e trinta congressistas, além de convidados e representantes da imprensa, que foram conduzidos à Usina do Queimado – a fábrica de açúcar mais próxima ao Centro da cidade – para, em seguida, descansarem no Palace Hotel, de onde partiram a fim de conhecer as instalações da Escola Maternal Mariana Barreto, cujas “dependências (...) foram meticulosamente observadas” (idem, ibidem) e os visitantes puderam realizar perguntas à sua diretora, que buscou satisfazê-las.

A próxima instituição de ensino visitada foi a Escola de Aprendizes Artífices do Rio de Janeiro que, ao contrário dos outros Estados da federação, não se localizava

na capital. Os visitantes percorreram as oficinas e se mostraram satisfeitos, pois “para tudo o que viram, tiveram palavras carinhosas” (idem, ibidem).

Após a visita à Escola de Aprendizes Artífices, a comitiva visitou o Liceu de Humanidades e Escola Normal de Campos, onde foram saudados pelo professor Ruy Pinheiro, em nome do diretor da instituição. O estabelecimento foi percorrido pelos visitantes que “foram francos nas elogiosas referências feitas à magnífica casa” (idem, ibidem). Saindo do Liceu e Escola Normal, visitaram ainda a Estação Experimental de Cana e Açúcar. Após visitarem as instituições citadas, retornaram ao hotel onde foi oferecido um almoço pelo prefeito municipal.

É importante assinalar o destaque dado aos estabelecimentos industriais no roteiro das visitas, especificamente a Usina do Queimado e a Estação Experimental de Cana e Açúcar, evidenciando as representações coletivas e os valores (CHARTIER, 2002a) que se desejavam compartilhar com os ilustres visitantes, sobretudo por parte das autoridades políticas que integraram o evento. A Escola ao Ar Livre Wenceslau Braz, que constava do programa original da conferência como uma das instituições a serem visitadas, não fez parte da excursão.

Além disso, nenhum dos sete grupos escolares existentes em Campos foram visitados e sequer faziam parte do roteiro traçado pela V Conferência Nacional de Educação, diferente do programa previsto para Petrópolis, que incluía visitas à Escola Regional de Meriti e ao Grupo Escolar Pedro II (V CONFERENCIA Nacional..., 1932a).

Seguindo o programa da visita a Campos, os conferencistas foram recepcionados no Automóvel Club Fluminense com um “chá dançante”, evento que mereceu maior destaque na cobertura da imprensa local. Na ocasião foi homenageada a Dra. Bertha Lutz pela professora Edméa Regazzi de Mello, em nome da Federação Campista pelo Progresso Feminino. Em suas palavras de agradecimento, a liderança do feminismo brasileiro aproveitou para estimular as mulheres campistas a se alistarem como eleitoras nas eleições constituintes.

Após o evento no Automóvel Club, às 21h os congressistas se dirigiram ao vizinho prédio da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, onde a diretora Isaura Lucas dos Santos Cruz guiou os conferencistas por todos os setores do prédio, causando magnífica impressão (5ª CONFERENCIA de Educação, 1933). Deixando a Escola Profissional Feminina, os conferencistas se dirigiram ao hotel, de onde

partiram para a estação ferroviária, embarcando em especiais “carros-dormitórios”, deixando a cidade às 23h15min com destino a Niterói (Idem, ibidem).

A V Conferência Nacional de Educação realizada em Niterói serviu como um marco importante porque, ao mesmo tempo em que consolidou a liderança dos “pioneiros” no interior da Associação Brasileira de Educação, produziu uma documentação que serviu de base para as discussões acerca da educação nacional. Para o estado do Rio de Janeiro a conferência significou um momento importante na estabilização política conquistada durante a interventoria de Ary Parreiras (1931-1935), consolidando a figura de Celso Kelly como realizador de políticas que se ampliariam anos mais tarde, na interventoria de Amaral Peixoto, durante o Estado Novo.

4.1.3. As reformas promovidas por Celso Kelly à frente da educação fluminense

Além do sucesso da V Conferência Nacional de Educação realizada em Niterói, logo nos primeiros meses após assumir a Diretoria da Instrução Pública do estado do Rio de Janeiro, Celso Kelly promoveu um levantamento da situação da educação no Estado. De acordo com Paschoal Lemme (2004a), o quadro era desolador, havia muitas deficiências no plano material e também profissional, sobretudo na inspeção do ensino, pois “o corpo de inspetores escolares, que deveria assessorar o diretor, não apresentava condições de exercer essas funções, de acordo com a nova orientação que Celso Kelly pretendia imprimir aos serviços de educação do Estado” (LEMME, 2004a, p. 151). Ainda segundo Lemme (2004a) os inspetores normalmente eram nomeados mais por influência política do que por qualidades técnicas.

Diante de tal situação, o novo diretor adotou a drástica medida de demitir todos os inspetores escolares e promover um concurso público a fim de selecionar novos inspetores, providos de alto conhecimento técnico. No entanto, ao invés de um concurso convencional, por meio de provas, Celso Kelly convidou Lourenço Filho, diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal, para organizar e dirigir um curso a ser oferecido aos mais de seiscentos os candidatos às vagas de inspetores escolares. Ao final do curso, os candidatos deveriam então desenvolver um “trabalho de maior fôlego, versando sobre os problemas específicos da inspeção escolar, e que constituiria uma verdadeira tese” (LEMME, 2004a, p. 152).

O Curso de Educação, Higiene Escolar e Estatística Aplicada à Educação foi então dirigido pelos professores Lourenço Filho e J. P. Fontenelle, e teve início no dia 01 de dezembro de 1932 (CURSO de Inspectores..., 1932). Lourenço Filho ficou encarregado da disciplina sobre “as teorias modernas da aprendizagem e da orientação da prática do ensino dentro dos princípios da chamada ‘escola nova’” (LEMME, 2004a, p. 152); os estudos sobre higiene escolar ficaram a cargo de Alair Acioli Antunes, professor do Instituto de Educação do Distrito Federal e as aulas de estatística aplicada à educação foram ministradas por Isaías Alves, chefe do Serviço de Testes e Escalas do Distrito Federal. Entre os cerca de seiscentos inscritos estavam muitos professores que buscavam “atualizar seus conhecimentos, pela frequência às aulas do curso” (Idem, ibidem), como foi o caso dos professores campistas do Instituto Fluminense de Ciências Educacionais, citados anteriormente.

Ao final do curso, o primeiro colocado seria nomeado ‘inspetor geral de ensino’, o segundo, terceiro e quarto classificados, ocupariam as vagas de inspetores de ensino secundário e normal, e do quinto ao décimo quarto colocados ocupariam as dez vagas de inspetores do ensino primário e profissional (Idem, ibidem).

Ao todo o concurso teve duração de três meses, sendo publicado o resultado final no Diário Oficial do Estado de 15 de março de 1933 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1933c), classificados os inspetores como mostra o quadro 11:

Quadro 11 - Classificação do concurso para inspetores do ensino no estado do Rio de Janeiro em 1933

	Nome	Cargo
1	Moisés Xavier de Araújo	Inspetor Geral do Ensino
2	Waldemar Dias da Paixão	Inspetor de Ensino Secundário e Normal
3	Otávio Augusto Lins Martins	Inspetor de Ensino Secundário e Normal
4	Oscar Edvaldo Porto Carreiro	Inspetor de Ensino Secundário e Normal
5	Roberto Pessoa	Inspetor de Ensino Primário e Profissional
6	Milton Paranhos Fontenelle	Inspetor de Ensino Primário e Profissional
7	Fábio Crissiúma de Oliveira Figueiredo	Inspetor de Ensino Primário e Profissional
8	Pedro Gouvêa Filho	Inspetor de Ensino Primário e Profissional
9	Paulo Celso de Almeida Moutinho	Inspetor de Ensino Primário e Profissional
10	Valério Regis Konder	Inspetor de Ensino Primário e Profissional
11	Francisco Mendes de Oliveira Castro	Inspetor de Ensino Primário e Profissional
12	Abelardo Coimbra Bueno	Inspetor de Ensino Primário e Profissional
13	Jorge Barata	Inspetor de Ensino Primário e Profissional
14	Paschoal Lemme	Inspetor de Ensino Primário e Profissional

Fonte: Lemme (2004a); Estado do Rio de Janeiro (1933c)

O regulamento da inspeção escolar no estado do Rio de Janeiro foi publicado em 6 de fevereiro de 1933, por meio do Decreto nº 2.874, determinando como atribuições dos inspetores do ensino primário e profissional a inspeção dos estabelecimentos de ensino e a orientação do ponto de vista pedagógico dos professores, através de palestras, conferências e reuniões. Cabia também aos inspetores organizar os exames, propondo os nomes que formariam as bancas examinadoras; apresentar ao inspetor geral um relatório completo ao final do ano letivo, onde constasse o movimento escolar, as instalações dos prédios, o corpo docente, material e mobiliário, os exames, etc., entre outras atribuições (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1933h).

O estado não estaria mais dividido em regiões escolares fixas, como determinado na reforma de 1925 e alterado em 1930 com a inserção de mais uma região, totalizando 11 regiões escolares⁸¹. Ao invés disso os inspetores deveriam seguir roteiros variáveis de inspeção, de acordo com a necessidade, determinados pela Inspeção Geral.

Foi criada, no regulamento da inspeção, a figura dos auxiliares de inspeção, que auxiliariam os inspetores, sobretudo nas regiões escolares de maior extensão territorial e maior número de escolas. Tais auxiliares seriam indicados pelo diretor da Instrução Pública, selecionados entre os diretores dos grupos escolares e onde não houvesse, por professores catedráticos de escolas isoladas.

Caberia aos inspetores auxiliares realizar ao menos três visitas anuais a cada escola do município onde atuava. Também era atribuição dos auxiliares de inspeção verificar os mapas de frequência e atestar a frequência dos professores, a nomeação e dispensar professores substitutos, conceder licenças, justificar faltas, registrar as datas em que os professores assumiram ou deixaram o exercício, expedir diplomas, providenciar sobre mobiliário e material escolar, auxiliar nos exames, entre outras atribuições (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1933h).

Para auxiliar a inspeção escolar no município de Campos foram nomeadas as professoras Carmem Pereira Amancio Machado, diretora do Grupo Escolar João Clapp e Alzira Collares Quitete Messina, diretora do Grupo Escolar XV de Novembro, por ato do Secretário do Interior e Justiça, de 07 de abril de 1933 (ESTADO DO RIO

⁸¹ Ver Figura 20.

DE JANEIRO, 1933j). Enquanto atuou como auxiliar de inspeção, nos anos de 1933 e 1934, a professora Carmen Pereira Amancio Machado realizou quarenta e seis inspeções em dezoito escolas, efetuando, em média, duas visitas por ano. Já a professora Alzira Quitete, no mesmo período, cumpriu sessenta e uma inspeções em dezoito outras escolas, geralmente realizando três visitas ao ano, como prescrevia o regulamento, chegando a inspecionar 4 vezes uma mesma escola isolada em 1933⁸².

Segundo Lemme (2004a) houve uma reação bastante negativa por parte dos antigos inspetores, que passaram a atacar o governo estadual e diretamente os novos inspetores selecionados pelo concurso. Alguns inspetores tiveram que impetrar mandados de segurança para tomarem posse, o que atrasou todo o processo, sendo assinados os termos de posse pelo interventor Ary Parreiras em 14 de março de 1933 (Idem, *ibidem*).

Pelo roteiro que reunia os municípios de Campos e São João da Barra, ficou responsável o inspetor Abelardo Coimbra Bueno. Paschoal Lemme, como último colocado, tornou-se inspetor da região mais distante da capital, reunindo os municípios de Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Cambuci, na região noroeste fluminense.

Outra medida importante da administração de Celso Kelly foi a regulamentação do ensino pré-primário, por meio do Decreto nº 2.930, de 05 de julho de 1933, definindo como organizações pré-escolares as casas maternais e os jardins de infância. Em seu artigo 4º o decreto condicionava a concessão de licença para estabelecimentos industriais à existência, junto à fábrica, de casas maternais e jardins de infância, sendo de responsabilidade do Estado o provimento de material, professores e também a fiscalização. O decreto instituíu ainda a carreira de professor pré-escolar. As professoras interessadas em compor este quadro, deveriam ser habilitadas em um curso especial realizado nos municípios mais populosos do Estado (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1933b).

Após a nomeação dos inspetores, a Diretoria da Instrução Pública passou a divulgar dados estatísticos sobre o quadro da educação primária fluminense, comparando dados de matrícula e frequência nas escolas primárias, jardins de

⁸² Levantamento feito a partir dos mapas de frequência referentes às escolas de Campos dos Goytacazes, consultados no Fundo Departamento de Educação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Ver Apêndice IV.

infância e escolas maternas e o quadro de professores efetivos e interinos. De acordo com os dados referentes ao mês de outubro de 1932, mês em que Celso Kelly assumiu a direção da Instrução Pública, havia 819 escolas públicas estaduais no estado do Rio de Janeiro, incluindo as de ensino pré-primário e primário (escolas de 1º grau, 2º grau e grupos escolares), distribuídas como mostrado na tabela 3:

Tabela 3 - Quantidade de escolas pré-primárias e primárias no estado do Rio de Janeiro (1930-1933)

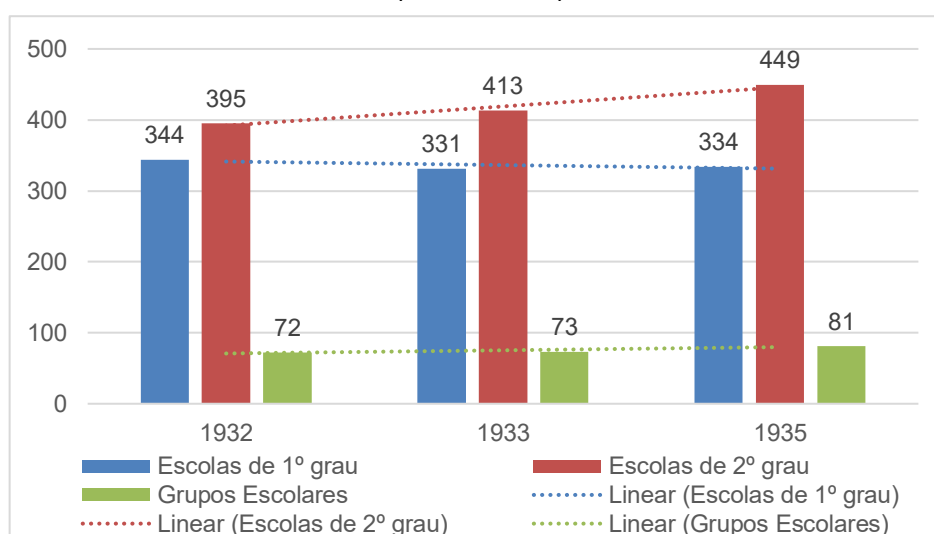
Classificação das escolas	Quantidade*		
	1930	1932	1933
Escolas Maternas	4	4	4
Jardins de Infancia	2	4	7
Escolas de 1º grau	428	344	331
Escolas de 2º grau	353	395	413
Grupos Escolares	65	72	73
Total	852	819	828

* Dados não incluem escolas subvencionadas pelo Estado, cursos noturnos, ensino profissional, secundário e normal.

Fonte: Mensagem presidencial de 1930 e dados estatísticos publicados em 1933 no Diário Oficial do Estado (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1930; 1933e; 1933f).

A tabela 3 aponta que houve uma redução no total de escolas entre 1930 e 1932, o que se pode atribuir ao crescimento do número grupos escolares e a redução de escolas isoladas de primeiro grau, uma vez que os municípios receberam a atribuição de criar escolas na zona rural. Observa-se, então, um aumento no número de grupos escolares e escolas isoladas de segundo grau, localizadas no espaço urbano.

Gráfico 3 - Quantidade de escolas de ensino primário no estado do Rio de Janeiro (1932-1935)



Fonte: Elaboração própria a partir das estatísticas oficiais. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO; 1933e; 1933f; 1936b)

O gráfico 3 mostra as linhas de tendência do crescimento de oferta de escolas isoladas de segundo grau e grupos escolares e a redução de escolas isoladas de primeiro grau.

Em relação ao professorado, a interventoria Ary Parreiras, a partir da política pensada por Celso Kelly, ampliou o número de professoras adjuntas interinas, elevando-o de 150 para 250 em todo o Estado, por meio do Dec. n. 2.910, de 25 de maio de 1933, chegando esse número a 248 professoras ao final do ano. Quanto às professoras adjuntas efetivas, a grande maioria do quadro, geralmente atuando nas escolas elementares de segundo grau (172 professoras em 1933), e nos grupos escolares (626 professoras em 1933), houve um considerável aumento até o final da interventoria de Ary Parreiras em novembro de 1935, como mostra a tabela 4:

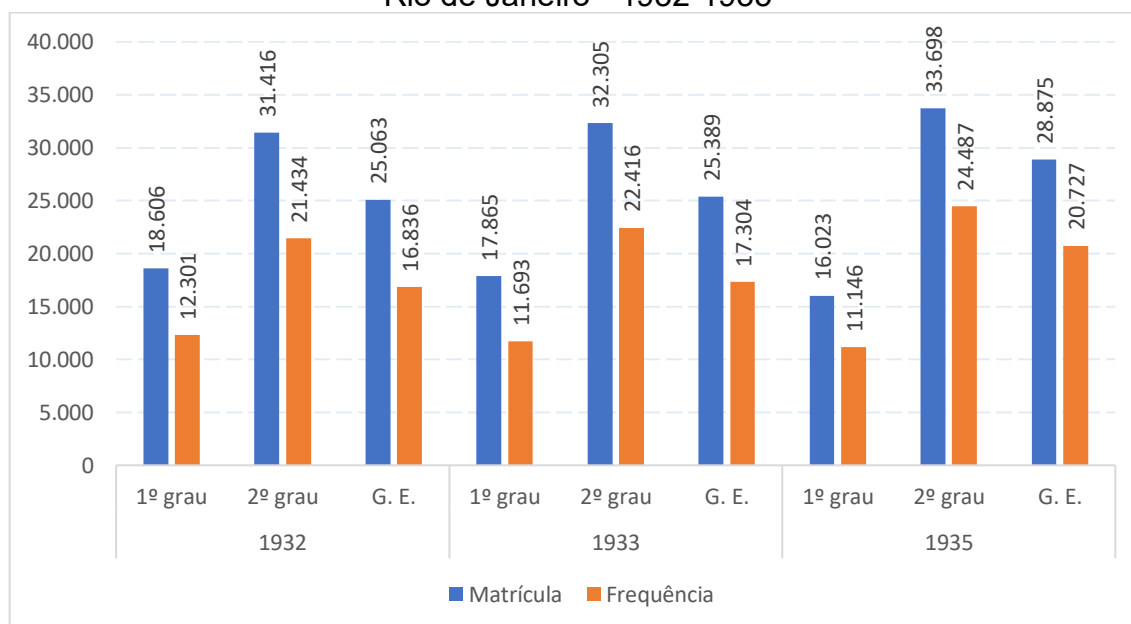
Tabela 4 - Quantidade de professoras primárias catedráticas e adjuntas no estado do Rio de Janeiro - 1932-1935

Classificação das escolas	Catedráticas						Adjuntas					
	1932		1933		1935		1932		1933		1935	
	Ef.	Int.	Ef.	Int.	Ef.	Int.	Ef.	Int.	Ef.	Int.	Ef.	Int.
Escolas de 1º grau	210	129	205	123	201	122	30	12	14	17	3	16
Escolas de 2º grau	405	23	420	29	445	61	233	48	172	81	129	146
Grupos Escolares	1	0	0	0	2	0	699	78	626	145	714	152
TOTAL	616	152	625	152	648	183	962	138	812	243	846	314

Fonte: Elaboração própria a partir das estatísticas oficiais. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO; 1933e; 1933f; 1936b)

Os dados sobre matrícula e frequência no período da interventoria de Ary Parreiras mostram um crescimento tanto no total de matrículas quando na frequência. Porém, se observados separadamente os diferentes segmentos da escola primária, percebe-se uma redução na matrícula e frequência nas escolas isoladas de primeiro grau, naturalmente seguindo a diminuição da quantidade de escolas desse nível, e um crescimento, tanto de matrícula quando de frequência, nos demais segmentos, como apresentado no gráfico 4:

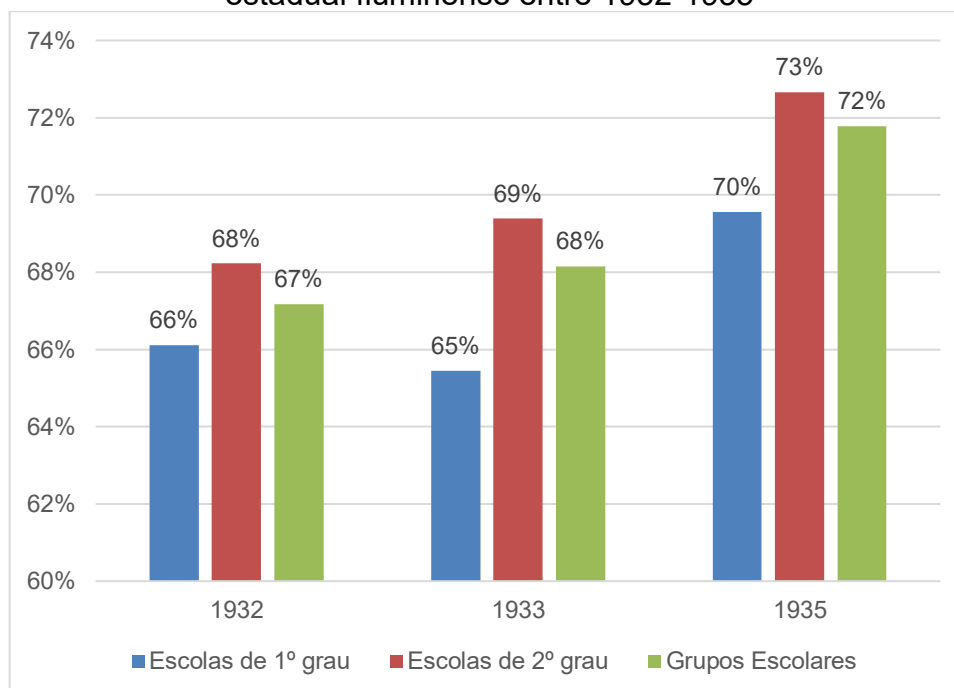
Gráfico 4 - Relação entre matrícula e frequência nas escolas primárias no estado do Rio de Janeiro - 1932-1935



Fonte: Elaboração própria a partir das estatísticas oficiais. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO; 1933e; 1933f; 1936b)

Como se observa, a maior parte das crianças que cursavam a escola primária estavam matriculadas em escolas isoladas de segundo grau, ou seja, aquelas localizadas nos distritos urbanos, com três anos de duração, seguidas pelas matrículas nos grupos escolares, apresentando maiores índices de frequência até 1935, como se pode observar no gráfico 5:

Gráfico 5 - Taxas de frequência em relação às matrículas na escola primária estadual fluminense entre 1932-1935



Fonte: Elaboração própria a partir das estatísticas oficiais. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO; 1933e; 1933f; 1936b)

Infelizmente as estatísticas oficiais não informam valores sobre a população em idade escolar no estado do Rio de Janeiro, impossibilitando a mensuração a respeito da parcela real de crianças matriculadas e frequentando as escolas em relação ao universo populacional.

A ênfase nos dados estatísticos e o interesse em ampliar o controle governamental sobre o trabalho docente (VIDAL, 2008; DIAS, 2013) ficam evidentes nas mudanças ocorridas nos mapas de frequência preenchidos pelas professoras que, a partir de maio de 1933, passaram a exigir o registro da frequência das professoras adjuntas, tanto nas escolas isoladas quanto nos grupos escolares.

Além do registro diário da quantidade de meninos e meninas frequentes por série, e o registro sobre a ocorrência de inspeção e motivo de suspensão das aulas, quando ocorria, era também obrigatório o preenchimento, no verso do mapa, de informações relativas às professoras adjuntas, como o nome da professora; se era efetiva ou interina; se possuía diploma de escola normal; a série que regia e a quantidade de alunos; a quantidade de dias trabalhados no mês e, se por ventura faltasse, deveria haver uma justificativa e a indicação a respeito da substituta, assinada pela diretora⁸³.

Através desses mapas, remetidos mensalmente à Diretoria da Instrução Pública, eram realizadas as estatísticas publicadas trimestralmente pelo governo no Diário Oficial, e compunham, ao final de cada ano, os relatórios produzidos pelos inspetores e pelo próprio Diretor da Instrução Pública, gerando subsídios para compor a mensagem anual do governo interino do Estado.

Em 26 de junho de 1933, por meio do Decreto nº 2.923, o governo do estado do Rio de Janeiro substituiu a Diretoria da Instrução Pública pelo Departamento de Educação e Iniciação do Trabalho, conferindo à educação pública fluminense, sobretudo a primária, os princípios da “educação social” pensada por Celso Kelly.

O departamento se dividia em dois grupos: o pessoal administrativo, entre os quais se destacavam o chefe da Seção de Organização do Trabalho e o chefe da Seção de estatística, assentamentos e arquivo; e o pessoal técnico, reunindo as inspetorias criadas anteriormente, porém organizadas de outra forma. Além do Inspetor Geral, dos Inspetores do Ensino Normal, e dos dez inspetores do ensino

⁸³ Ver anexo VII – Mapa de frequência do Grupo Escolar Joao Clapp – maio de 1933 (frente e verso)

primário e profissional e seus auxiliares, foram criadas novas quatro inspetorias: a inspetoria do serviço de iniciação da pesca, a inspetoria para o serviço de iniciação industrial, e a inspetoria para o serviço de iniciação comercial, cada uma comandada por um inspetor.

Além das inspetorias, o pessoal técnico também seria composto por quatro encarregados, sendo um de música e canto orfeônico, um para o serviço de socialização da escola, outro de organização de museus e bibliotecas escolares, e outro responsável pelo rádio e cinema educativos.

É importante destacar a relevância do trabalho dos encarregados para o plano de Celso Kelly. A música, sobretudo o canto orfeônico, geralmente associados à influência do maestro Heitor Villa Lobos durante a gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação, já era identificada como uma poderosa estratégia no reforço de um ideal nacionalista e, no caso brasileiro (e também fluminense, como vimos na concepção de “educação social” defendida por Celso Kelly), de um nacionalismo unitarista, antiliberal. O canto orfeônico, com sua característica agregadora, quando dezenas e até centenas de vozes cantam harmoniosamente a mesma canção, geralmente hinos patrióticos, constitui um elemento fundamental na construção de um estado-nação, fundado no corporativismo. A música e o canto orfeônico, portanto, eram vistos como instrumento para estabelecer “a disciplina e a harmonia entre as classes”. Em março de 1933 foi criado em Niterói o curso de música e canto orfeônico para as professoras do Estado, sob a direção de d. Ceição de Barros Barreto, assistente do maestro Villa Lobos. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1933i, p. 2).

O rádio e o cinema educativo surgem como ferramentas de difusão de tais ideais patrióticos agregadores, negando as individualidades assim como as diferenças e os conflitos sociais.

Da mesma forma, era fundamental a existência de um serviço de socialização da escola, para que ela cumprisse o seu papel de formar, ao invés do “homem idealizado e abstrato”, o homem real, inserido aos grupos que compõem o corpo da sociedade. Nas palavras do próprio Kelly (1934), “A escola há de estar integralmente socializada para desempenhar sua finalidade: servir aos homens em grupos, de conformidade com os requisitos sociais. Na noção de cooperação há de ser adquirida pela prática, na escola” (KELLY, 1934, p. 51).

A defesa do ensino regional como parte integrante do movimento ruralista brasileiro, presente no pensamento social de Celso Kelly, como vimos no início deste capítulo, esteve presente nos debates travados ao longo da V Conferência Nacional de Educação, inclusive nos documentos por ela produzidos. Naquele contexto surgia, em novembro de 1932, no Distrito Federal, uma associação nacionalista denominada Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que contou com um diretório atuante na cidade de Campos dos Goytacazes.

4.1.4. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e o ensino regional

Em novembro de 1932 um grupo de cientistas e intelectuais de diferentes áreas do conhecimento e filiados a instituições diversas fundou, na cidade do Rio de Janeiro, a “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres” (SAAT), tendo como presidente o Dr. Belisário Pena, higienista da Fundação Oswaldo Cruz que estudou as populações rurais do sertão da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás, atuando na criação de centros de profilaxia rural, quando esteve à frente do Departamento Nacional de Saúde Pública – DNSP, antes de ocupar por três meses o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública, no ano de 1931.

Também faziam parte da SAAT cientistas do Museu Nacional, como o botânico Alberto Sampaio e o médico, antropólogo e eugenista Edgard Roquette-Pinto. A associação era ainda composta por professores, como o médico eugenista Hélio Gomes, catedrático de medicina legal na Faculdade Nacional de Direito⁸⁴, personagens influentes da política brasileira e fluminense como Juarez Távora e Protógenes Guimarães, e intelectuais mais próximos da chamada eugenia negativa, como o escritor Monteiro Lobato e o sociólogo Oliveira Viana.

O objetivo da associação era debater o pensamento social do jurista e político fluminense Alberto de Seixas Martins Torres⁸⁵. Segundo Fernandes (2011), Alberto Torres foi o guia de uma geração de intelectuais que despontavam em fins dos anos

⁸⁴ Alberto Sampaio nasceu em Campos dos Goytacazes em 1881, era professor e chefe da Seção de Botânica do Museu Nacional. Segundo Franco & Drummond (2005), a partir do seu trabalho no Museu Nacional se tornou um dos mais importantes botânicos brasileiros de sua época e talvez de todos os tempos. Entre os membros do diretório central da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres figuravam outros campistas, como o professor Hélio Gomes, ex-aluno do Liceu de Humanidades de Campos, e ex-professor da Escola Normal de Campos, médico dedicado aos estudos eugênicos e de psiquiatria.

⁸⁵ Sobre o pensamento de Alberto Torres, ver capítulo 1 desta tese e Rodrigues (2019).

de 1920 e início da década seguinte, portadores de um pensamento nacionalista, que fora vitorioso na revolução de 1930, ao derrotar o liberalismo federalista da Primeira República.

Como abordamos no capítulo 1 dessa tese, Alberto Torres desenvolveu um pensamento sobre a organização política e administrativa do Brasil que criticava a tradição liberal e reivindicava a necessidade de se pensar o problema brasileiro a partir de referenciais próprios levando em consideração as especificidades territoriais, geográficas e, principalmente, sociais do país.

Seguindo legado do Visconde do Uruguai, Alberto Torres compreendia que a necessidade da intervenção de um Estado forte, capaz de integrar o território nacional, solucionar os problemas de saneamento e saúde das populações, sobretudo no meio rural, e promover a educação, fundamental para a conformação de um povo.

Embora o período de atuação jurídica, política e intelectual de Alberto Torres tenham sido as duas primeiras décadas do século XX, foi por meio da SAAT que seus estudos passaram a ter maior repercussão, ganhando notoriedade, principalmente, por meio da interpretação realizada por Oliveira Vianna, considerado um de seus maiores discípulos (GÓIS JÚNIOR, 2014).

É importante destacar, no entanto, que não estão presentes na obra de Alberto Torres os elementos do determinismo biológico e da eugenia negativa constantes no pensamento social de Oliveira Vianna e outros membros da SAAT, que consideravam o fator racial e a miscigenação do povo brasileiro como elemento determinante dos problemas sociais, defendendo ações radicais que visavam o “branqueamento da raça”.

Ao contrário, escrevendo no período que precedeu a Primeira Guerra Mundial, Torres compreendia que a ideia da identidade nacional construída a partir de uma raça não se aplicaria às sociedades modernas, todas elas resultantes de fluxos migratórios ao longo dos séculos. O autor critica a própria ideia da existência de raças puras e de sua suposta superioridade biológica em relação àquelas resultantes de processos de mestiçagem. Para isso, cita como exemplo que

a pretensa unidade da raça indo-européa é simples ficção, resultante do predomínio político dos aryas sobre as populações primitivas dos territórios conquistados e, ainda depois da invasão dos aryas, não é difícil encontrar, em quase todos os países europeus, fortes elementos

migratórios estranhos: turanianos, mongóes, berberes, semitas de várias origens, etc.

Pretender formar, em nossa época, raças nacionais nos países novos, é verdadeira utopia: estes países destinaram-se a ser regiões de baldeação de populações transbordantes (TORRES, 1914, p. 79).

O pensador fluminense compreende que o conceito de nação em sua contemporaneidade não se apoiaria mais em critérios raciais ou religiosos. A identidade nacional seria uma construção política, formada por “indivíduos de raças e religiões diferentes” (idem, *ibidem*, p. 89). Segundo ele

Seria simples pretensão de vaidosa nobreza ethnica afirmar que o brasileiro negro ou índio é inferior ao branco. (...) Indígenas, africanos e seus descendentes formaram, em nosso território, tipos definitivos, admiravelmente apropriados às suas condições físicas, que só poderão, por isso, progredir e aperfeiçoar-se. (...) E, se não tem entre nós verificado este fenômeno, é que deixamos em abandono a sorte de índios e de negros, em vida selvagem ou miserável, sem progresso possível (TORRES, p. 80; 84).

Apesar da presença das concepções evolucionistas de seu tempo em relação à ideia de “selvagem”, “progresso” e “aperfeiçoamento das raças” — compreendendo, nesse contexto específico “raça” como sinônimo de “povo” de uma determinada nação —, Torres defende que tais transformações são reflexos da organização política e administrativas dos países. Por isso, no caso brasileiro, dadas as suas características, caberia ao Estado, principalmente por meio da educação, promover as condições necessárias de organização dessa nacionalidade e a formação dos cidadãos.

É possível, portanto, que a abrangência e a complexidade do pensamento de Alberto Torres tenham permitido diferentes apropriações e interpretações, quase duas décadas após a publicação de seus escritos, adaptando-os ao contexto do início dos anos 1930. Provavelmente por seu conteúdo antiliberal as reflexões de Torres sobre o Brasil atraíram para a SAAT intelectuais de diferentes segmentos, como já mencionado, e que, nos anos seguintes, aderiram a movimentos antiliberais distintos, seja a adesão ao Partido Comunista e à Aliança Nacional Libertadora, que além de antiliberais eram, obviamente, anticapitalistas; seja a adesão ao nacionalismo antiliberal de extrema-direita, materializado na Ação Integralista Brasileira, de Plínio Salgado.

De acordo com Carvalho (1999a), Alberto Torres e Oliveira Viana eram dois “autores de enorme vigência na ABE” (CARVALHO, 1999a). Entre os intelectuais

fundadores da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres que atuavam na ABE em 1932 estavam também a professora Armanda Álvaro Alberto, Sud Mennucci, Edgard Roquette-Pinto e o próprio Fernando de Azevedo, responsáveis pelo aprofundamento do debate sobre o ensino regional e a educação rural, um dos principais motes da SAAT.

No dia 15 de janeiro de 1933 o Dr. Hélio Gomes, um dos fundadores da SAAT, desembarcou em Campos dos Goytacazes, sua cidade natal, com o propósito de divulgar a recém-criada associação. Em entrevista ao jornal *Monitor Campista*, informou que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres contava apenas dois meses de existência, fundada no Rio de Janeiro com a participação da “fina flôr da cultura, da inteligência e do patriotismo nacionais” (*UMA Grande...*, 1933, p. 1). Informou que até aquele momento já haviam sido realizadas quatro conferências sobre a obra de Alberto Torres: “A idéa da Constituição no pensamento de Alberto Torres”, apresentada pelo Dr. Alcides Gentil; “A reforma da Constituição no pensamento de Alberto Torres”, pelo Dr. Saboia Lima; “A Instrução e a obra de Alberto Torres”, pelo Dr. Paranhos da Silva⁸⁶; e “A unidade nacional no pensamento de Alberto Torres”, proferida pelo próprio Dr. Hélio Gomes (*Idem, ibidem*).

No mesmo mês era publicada uma circular emitida pelo presidente da SAAT, endereçada às autoridades federais, estaduais e municipais, contendo sugestões de um conjunto de práticas a serem implantadas no que se refere à profissionalização da educação primária, especificamente sobre o ensino da agricultura.

Entre os principais objetivos estava a criação do “maior número possível de cidadãos úteis ao Brasil, orientando-os desde a infância para uma educação mais proveitosa” (*O ESTUDO da agricultura...*, 1933, p. 1). Citando o pensador conservador francês Gustave Le Bon⁸⁷, o texto seguia defendendo o ensino profissional como o

⁸⁶ José Bernardino Paranhos da Silva foi inspetor da instrução pública fluminense entre 1896 e 1899, atuando inclusive na 5ª circunscrição do ensino, que tinha como sede o município de Campos. Foi nomeado diretor da Instrução Pública do Estado em 1900, no momento em que se realizou a reforma que instituiu os primeiros grupos escolares no estado do Rio de Janeiro, ao final do governo de Alberto Torres (1897-1900), cargo que ocupou até o ano de 1902 (RODRIGUES, 2009).

⁸⁷ Gustave Le Bon (1841-1931) foi um pensador francês conservador, crítico às democracias liberais, defensor a substituição da iniciativa individual pela autoridade do Estado. Considerava as desigualdades sociais como naturais, afirmando serem ilusórias as tentativas de estabelecer artificialmente a igualação recusada pela natureza. Apesar de defender a centralização política na autoridade do Estado, era favorável às práticas do liberalismo econômico, condenando qualquer impedimento ao livre mercado (GAHYVA, 2007).

principal responsável por moldar o espírito moderno, e que a escola primária deveria orientar a criança para a vida prática profissional, de acordo com o seu meio.

Para a realização de tal objetivo, o documento recomendava às autoridades ações no sentido de melhorar as condições econômicas e sociais no campo, para combater o êxodo rural, que no Brasil ocorria

de modo acentuado, embora sem a intensidade verificada em outros países. Cumpre-nos evital-o, dando á agricultura todos os recursos, fazendo-a emular com outras atividades e prodigalizando o conforto e bem estar aos que a ella se dedicam.

Explica-se assim o motivo por que a divulgação de ensinamentos nos meios rurais constituinte hoje grande preocupação dos governos, empregando a cinematografia, o radio, as exposições, os concursos, etc., de modo a reter o agricultor á terra (Idem, ibidem).

O documento recomendava ainda a divisão do Brasil em regiões culturais cuidando para que se instalasse, em cada uma delas, uma “escola adequada ao meio”, garantindo assim o desenvolvimento da educação agrícola e o “renascimento da agricultura no paiz” (Idem, Ibidem).

Logo após a visita do Dr. Hélio Gomes foi fundado em Campos dos Goytacazes um núcleo municipal da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no dia 30 de janeiro de 1933, antes mesmo de haver uma seção de tal instituição instalada na capital do Estado, contrariando, inclusive, os estatutos da associação, cuja organização previa que “os núcleos municipais ficariam sujeitos aos estaduais e estes ao núcleo central. Todavia, por uma deferência especial ao nosso município, o núcleo de Campos era constituído antes de Nictheroy” (SOCIEDADE dos Amigos..., 1933a, p.1) e se tornou o primeiro núcleo municipal do Brasil.

Desde a primeira reunião ficou estabelecido que os encontros aconteceriam quinzenalmente às quartas-feiras, às 20 horas, e em cada reunião seria “apresentada uma palestra ou conferência relacionada com Alberto Torres, sendo que os drs. Nelson Rebel e Theobaldo Miranda já se inscreveram” (Idem, ibidem).

Na mesma reunião foi aclamada pelo próprio Dr. Hélio Gomes a diretoria do núcleo campista da SAAT, tendo como presidente o Dr. Gastão de Almeida Graça e como vice-presidente o Dr. João Vianna. O professor do Liceu e Escola Normal, Dr. Ruy Pinheiro, foi nomeado secretário, e como tesoureiro o tabelião Alcides Maciel (Idem, ibidem).

A posse da diretoria ocorreu no dia 19 de fevereiro de 1933, contando com a presença de uma caravana de ‘torreanos cariocas’, incluindo o presidente nacional, Dr. Belisário Penna⁸⁸, e com a anuência dos ‘torreanos fluminenses’ que, mesmo não havendo constituído ainda o núcleo estadual, enviaram um parecer favorável à criação do sub-núcleo de Campos, considerando os seguintes pontos:

- a) A instalação do núcleo fluminense tende a tardar um pouco, por vários motivos, não convindo por esse facto, impedir que o Estado do Rio, pelas suas elites municipais, se incorpore ao grande movimento nacional de construção e salvação da nacionalidade.
- b) Campos é um dos maiores municípios do Brasil. Possui uma numerosa elite pensante e de acção cuja mobilização ao serviço de nossa Sociedade só pode nos trazer grande conforto e auxílio.
- c) As classes cultas de Campos, segundo depoimento do nosso consocio dr. Helio Gomes, receberam com grande entusiasmo a fundação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, manifestando, para logo, imenso desejo de que fundasse imediatamente o sub-núcleo municipal para a atividade do qual o Município de Campos oferece largo campo de estudos e observações;
- d) Finalmente (...), devemos dizer que é motivo de jubilo para a nossa Sociedade de verificar que sua grande obra vae se desdobrando pelas Municipalidades, sendo de toda conveniência estimular essa infiltração doutrinaria. Como medida de extremado zelo pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, nosso consocio dr. Helio Gomes teve o cuidado de selecionar as maiores expressões culturais e Moraes de Campos, submetendo essas indicações ao Nucleo Fluminense, que, depois de larga syndicancia, aprovou integralmente os nomes lembrados, todo merecedores desta alta distincção.

Assim foi fundado o núcleo campista da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que contou com festividades diversas, incluindo uma “parada náutica” no rio Paraíba do Sul, promovida pelo Clube de Regatas Campista, cuja sede serviu para a sessão de “fundação do ‘Conselho de Eugenia’” da seção campista da SAAT (SOCIEDADE dos Amigos..., 1933d).

A caravana ainda visitou a Estação Experimental de Cana, o Lactário Infantil da Policlínica, o Orfanato São José, o Automóvel Clube e a Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia, onde foram realizadas conferências pelo Dr. Belisário Penna, sobre a importância dos lactários, e do Dr. Saturnino Britto Filho, sobre as enchentes em Campos e o “plano Saturnino Britto” (Idem, ibidem).

Iniciando suas atividades, o núcleo campista da SAAT utilizava como estratégia a divulgação de seus ideais pelo rádio. No dia 24 de fevereiro de 1933 o seu

⁸⁸ Belisário Penna, Edgard Teixeira Leite, Raul de Paula, Sabóia Lima, Alberto Sampaio, Alcides Gentil, Eduardo Lobo e Helio Gomes (SOCIEDADE dos Amigos..., 1933b).

presidente, Dr. Gastão Graça, fez a leitura de um documento contendo a “profissão de fé” dos torreanos campistas, onde destacava o caráter nacionalista da instituição, a finalidade de colaborar com a “felicidade de nossa nação” (SOCIEDADE dos Amigos..., 1933c, p.1) a partir do pensamento social de seu patrono, e também, entre os principais objetivos, buscar “a melhoria do homem pela educação, no seu mais amplo sentido, pela saúde e pela seleção da raça, inclusive sob o ponto de vista da emigração, com os seus conseqüências de miscigenação e adaptação” (Idem, ibidem). Nesse discurso transmitido pelo rádio o Dr. Gastão Graça demonstra a presença de uma interpretação eugênica sobre o pensamento de Alberto Torres, ao se referir aos processos migratórios como estratégia para o “melhoramento da raça”, algo que deve se atribuir mais aos torreanos que ao próprio Torres.

Também pela Rádio Cultura de Campos discursou o Dr. João Vianna, que fazia questão de dissociar a imagem da recém fundada instituição dos ideais comunistas, apesar de defenderem

uma pátria melhor administrada, onde não venham a faltar terra e recursos para o homem de trabalho, instrução e comodidades maiores para o homem, arrancando-o da condição em que [se encontrava], combatido por inúmeras enfermidades e abraços com a miséria, por falta de uma melhor organização social (OS TORREANOS campistas..., 1933, p.1).

E concluía sua comunicação reforçando o caráter apertadário da associação e convocando os campistas a colaborarem com as suas ações, que se concentrariam num programa de reflorestamento do município de Campos, com o plantio de cinquenta mil árvores até as comemorações do centenário da cidade em 1935, cujos festejos contariam com a colaboração da SAAT por meio da organização de um Congresso das Municipalidades Brasileiras, e medidas de saneamento e irrigação na área rural do município, seguindo o projeto de Saturnino de Britto (SOCIEDADE dos Amigos..., 1933f).

Em março de 1933 o núcleo nacional da SAAT organizou um curso de ensino regional direcionado às professoras primárias de todo o país, com a duração de três meses, visando “o combate à indigência no habitat rural”. O curso fazia parte da I Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, promovida pela Sociedade dos Amigos das Árvores. A comissão responsável pelo curso era presidida pelo prof. Alberto Sampaio, do Museu Nacional, e composta pela professora Armanda Álvaro Alberto e pelo prof. Armando Magalhães Corrêa, vice-presidente da SAAT.

O programa do curso, apresentado no quadro 12, envolvia aulas sobre a as características da escola regional e excursões à Escola Regional de Meriti, Museu Nacional, Instituto Geológico, Instituto Vital Brasil, Jardim Botânico, e outras instituições.

Quadro 12 - Curso de Educação Regional oferecido aos professores primários pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres - 1933

	Tema	Professores	Atividades
1	A Pedagogia da Escola Regional	Armanda Álvaro Alberto e Edgard Sussekind de Mendonça	6 aulas. Excursões: Instituto de Educação e Escola Regional de Meriti.
2	A biblioteca da Escola Regional	Raul de Paula	1 aula
3	—	Benedicto Raymundo da Silva	3 aulas. Excursões: Museu Nacional, Instituto Geológico.
4	A higiene na Escola Regional	Arthur Lopes e Savino Gasparini	6 aulas. Excursões: Clínica Oscar Clark
5	O ensino da agricultura e pequena criação na Escola Regional	Paulino Cavalcanti e Leonardo Pereira	10 aulas. Excursões: Horto da Penha, Instituto Biológico, Deodoro.
6	A flora brasileira e a proteção à natureza	Alberto Sampaio	1 aula. Excursão: Museu Nacional
7	Desenho e modelagem	Armando Magalhães Corrêa	2 aulas.
8	A apicultura na Escola Regional	Gutemberg Barreto	2 aulas.
9	—	Arruda Câmara	1 aula. Visita ao Serviço de Expurgo do Fomento Agrícola
10	O ofidismo	Vital Brasil	2 aulas. Instituto Vital Brasil
11	Os vegetais decorativos na Escola Regional	Arsene Puttemans	3 aulas. Excursões: Campo de Sant'Anna, Jardim Botânico, uma loja de florista, Chácara Binot em Petrópolis
12	Nossa gente	Roquette Pinto	2 aulas. Excursão: Museu Nacional
13	Noções de direito que interessam nossa vida rural	Euzebio de Queiroz Mattoso	2 aulas
14	Alberto Torres	Belisário Penna	1 palestra.

Fonte: Elaboração própria a partir do jornal Monitor Campista (SAMPAIO, 1933, p.1)

O curso teve o seu encerramento no mês de maio, contando com conferências de Celso Kelly, Sud Menucci, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Foram distribuídos entre as professoras participantes cerca de três mil livros e diversos materiais a respeito da educação regional. O estado do Rio de Janeiro enviou uma

delegação de 15 professoras, de diversos municípios do Estado (SOCIEDADE dos Amigos..., 1933e). Infelizmente não foi possível identificar a participação das professoras campistas neste curso.

Após o curso realizado na capital federal, foram realizadas, ao longo do ano de 1933, diversas conferências e palestras organizadas pela SAAT e pela Diretoria da Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro, no interior fluminense, onde as professoras que haviam participado do curso organizado pela SAAT na capital, acompanhadas de uma caravana de conferencistas, reproduziam os temas em seus municípios.

No dia 13 de junho ocorreram palestras no município de Resende, abordando o ensino regional (O ENSINO regional..., 1933a), e no dia seguinte, reuniam-se no Grupo Escolar Pinto Lima, em Niterói as professoras primárias para a “segunda palestra da série estabelecida pela Diretoria de Instrução Pública do Estado do Rio, para a propaganda do ensino regional” (O ENSINO Regional..., 1933b), quando ouviram a professora Olga Collares Quitete sobre “o estado do Rio, suas possibilidades agrícolas (...)” (idem, ibidem).

No domingo, 15 de junho, ocorreu em Barra do Piraí outra conferência sobre a “escola regional”, reunindo várias professoras fluminenses para discutir os problemas do analfabetismo das populações rurais, compreendendo a escola regional como o instrumento capaz de encaminhar

os alunos para o seu fim legítimo, livrando-o do artificialismo e dos actuaes methodos de ensino. Porque, sem o ensino regional, o alumno, ao deixar a escola actual, sente que esta, ao invés de preparal-o para viver dentro do ambiente em que se creou, modicifou-o de tal maneira ao ponto de desadaptal-o do seu meio... (A CAUSA da lavoura..., 1933).

No mês seguinte, no dia 19 de julho, dirigiu-se a Campos dos Goytacazes uma “caravana de professores [para] fazer conferências sobre o ensino regional” (CORREIO nos Estados..., 1933), com a presença do presidente do Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho, Dr. Celso Kelly (idem, ibidem). As conferências ocorreram no Grupo Escolar Benta Pereira, localizado à margem esquerda do rio Paraíba do Sul, em Guarulhos, no 7º distrito, área rural à época. No mapa de frequência dessa escola, referente ao mês de julho, há uma anotação da sua diretora, professora Maria Luiza Pinheiro de Souza, informando que “não houve aula nos dias 15, 17, 18, por ordem do Dr. Director de Educação e Iniciação do Trabalho e no dia

19 foram suspensas para descanso das professoras (Conferências Pedagógicas)”. Muito provavelmente as aulas foram suspensas para os preparativos do evento que ocorreu no dia 19, com a presença das professoras, apesar do registro mencionar “dia de descanso”.

Tais eventos ocorriam simultaneamente em outros Estados, principalmente em Pernambuco, onde a interventoria criou, sob influência da SAAT, a Escola Rural Modelo⁸⁹, dirigida pela professora Maria do Carmo Ramos Pinto Ribeiro (O ENSINO em Pernambuco..., 1933). Segundo Tavares (2014), a escola modelo era utilizada para a prática de ensino

das normalistas que iriam ensinar nas escolas rurais, bem como professoras dessas, que ali faziam cursos e estágios para aprender o saber-fazer da agricultura e a relação desse com o saber-fazer escolar. Era a escola responsável por desenvolver um modelo de ensino rural e por difundir essa proposta educacional para todas as escolas rurais de Pernambuco (TAVARES, 2014, p. 151).

Em Campos dos Goytacazes as conferências sobre o ensino regional eram frequentes, como se pode observar. Convidada pela SAAT a professora Antonia Lopes realizou uma palestra no Rotary Club de Campos sobre os problemas que dificultavam o desenvolvimento do município, dentre os quais destacou a falta de energia elétrica, de estradas de rodagem, a obstrução dos rios e, como mais grave, o “problema educacional”. Segundo Antonia Lopes, incorporando o discurso antiliberal daquele tempo, era necessário produzir o “homem valor”, distante do “individualismo absorvente” e preocupado com “tudo que concorra para a grandeza nacional” (PROBLEMAS que se prendem..., 1934). A educadora argumentava que um

país de grande extensão como é o Brasil, na sua maioria inculto, vive o sertanejo, na sua maior parte, entregue a processos primitivos, como de minhas observações tenho concluído. O próprio meio em que vivo e as excursões a que me entrego no período de férias⁹⁰, me têm permitido o estudo das necessidades brasileiras (idem, ibidem).

Falando sobre a situação da população rural de Campos, a professora destacava a necessidade de se substituir os “processos arcaicos e rotineiros” do modelo empregado na agricultura local, pelo “amanho científico que facilita o trabalho e

⁸⁹ Durante o Estado Novo, na interventoria de Agamenon Magalhães, a Escola Rural Modelo passou a se chamar Escola Rural Alberto Torres. Agamenon Magalhães é citado por Amaral Peixoto como um dos interventores, assim como ele próprio, mais próximos ao presidente Getúlio Vargas, e, por isso, um dos que mais implementou as políticas do regime (CAMARGO et al., 1986).

⁹⁰ Antonia Lopes se referia às observações que fizera, no período de férias em 1933, quando visitou os estados de Pernambuco e Bahia, enquanto representante da Liga Pelo Progresso Feminino, de cujo diretório campista era a presidente (A INSTRUÇÃO no Norte..., 1933)

favorece o rendimento” (idem, ibidem). Para isso, sugeria a criação de uma escola agrícola onde não se formassem apenas agrônomos, mas também “práticos em agricultura”, seguindo o modelo que já se praticava em Viçosa, no estado de Minas Gerais. Indicava ainda a utilização da Estação Experimental de cana de açúcar como uma escola de aprendizado que pudesse “fornecer à lavoura pessoal habilitado, prático, que lhe garanta desenvolvimento mais científico de acordo com as necessidades modernas da produção” (idem, ibidem).

Especificamente em relação à educação das crianças, sugeria a criação de patronatos agrícolas para “as crianças esfarrapadas e famintas que nos batem à porta mendigando o pão”, e indicava, inclusive, um local para a criação de uma escola agrícola: “a fazenda da Piedade, à margem do rio Muriaé, próprio federal, que bem pode ser transformada em centro de aprendizagem agrícola e virá solucionar a precária situação da infância desocupada e abandonada” (idem ibidem).

Antonia Lopes concluía sua conferência convocando a sociedade para a mobilização no intuito de afastar

as crianças do caminho do vício e do crime (...) [inserindo-as num] ambiente de trabalho que dignifica e é a base da sólida organização social (...), [oferecendo-lhes uma] cultura apropriada ao meio, [para que aprendam] a amar o solo, donde nos vem a riqueza (idem, ibidem).

Evocando mais uma vez a importância de uma educação popular formadora do “homem valor”, útil à sociedade, “que provoca o equilíbrio econômico, educado conforme o meio e adaptado ao meio que lhe favorece o bem estar e o gozo” (idem, ibidem), em oposição a um “homem abstrato”, Antonia Lopes defendia a educação regional como solução para os problemas do desenvolvimento social e econômico do interior fluminense.

A ampliação do debate a respeito da educação regional se deu a partir de 1934, quando a SAAT organizou o Congresso de Ensino Regional, realizado entre 15 e 30 de novembro, na Bahia. Além da SAAT o evento foi organizado pelo Ministério da Educação em conjunto com o Ministério da Agricultura e o governo do estado da Bahia. O Congresso contou com excursões navegando o São Francisco e percorrendo a região do Recôncavo Baiano, com a inauguração de “Clubs Agrícolas” – como previsto na obra de Alberto Torres – e bibliotecas, e a apresentação de trabalhos, listados no quadro13:

Quadro 13 - Temas principais apresentados no Congresso de Ensino Regional realizado na Bahia em 1934

Temas	Debatedores
“Que relação deve existir, na escola primária rural, entre o ensino de letras e a educação profissional?”	Israel Pinheiro, Fidelis Reis, João Simplício, Attilio Vivacqua, Matta Machado.
“Como organizar a escola primária na zona agrícola?”	Bello Lisboa, Mello Moraes, Benjamim Hunicut, Isaura Silveira, Inês Piacesi.
“Como organizar a escola primária na zona florestal?”	Alberto Sampaio, J. G. Duque, Agnello Bittencourt, Amazonas Figueiredo, H. C. Hoene, Campos Porto
“Como organizar a escola primária na zona marítima ou fluvial?”	Frederico Villar, Ismenia Garrido, Armando Pinna.
“A escola regional como agencia da sociedade: sua influência no desenvolvimento da cultura geral do povo e, particularmente, na reeducação do país”	Annibal Bruno, Daniel de Carvalho, Saboya Lima.
“A escola regional como agencia de produção: sua influência no desenvolvimento da economia rural	Faria Netto, Rogério de Camargo, Sud Menucci, Barbosa de Oliveira
“Como organizar a escola regional nos moldes de uma comunidade total de vida e de trabalho?”	João Toledo, Fernando de Azevedo, Isaías Alves
“Como organizar as escolas profissionais de acordo com as necessidades das diferentes regiões do país?”	José Rangel, José Augusto, Américo Wanick, Carneiro Leão.
“O problema da saúde na escola regional: meios eficientes de a proteger”	Zopyro Goulart, Maragão Gesteira, José Savarese, Hélio Gomes, Sebastião Barroso, Raul Almeida Magalhães.
“Como articular a escola regional ao gymnasio e à escola profissional?”	Aprígio Gonzaga, Francisco Azzi, Jorge Machado, Horácio Silveira.
“Como organizar a escola normal para a formação de professores de escolas regionais?”	Anísio Teixeira, Thales de Andrade, Lourenço Filho, Mario de Britto, Gustavo Lessa.
“Como formar um professorado de emergência para as escolas regionais?”	Celina Padilha, Celso Kelly, Mathilde Brasileira, Everardo Backheuser.
“Como poderá a União cooperar com os Estados, na orientação e desenvolvimento do ensino regional?”	Duicídio Cardoso, Ignacio Amaral, Teixeira de Freitas, Raphael Xavier, Juarez Távora Moreira de Souza, Benedicto Silva

Fonte: Jornal Monitor Campista (CONGRESSO de ensino..., 1934)

Participaram do congresso intelectuais da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, médicos, escritores, políticos e educadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Gustavo Lessa e Fernando de Azevedo, assim como o presidente do Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho do estado do Rio de Janeiro, Celso Kelly. Os temas abordavam a educação regional em seus diferentes níveis, e nas diferentes regiões, como a educação rural, a educação nas regiões pesqueiras, por exemplo, e também na formação de professores para o ensino regional.

Além dos temas principais foram apresentados mais quinze temas complementares, relacionados às técnicas e métodos pedagógicos a serem aplicados na educação regional, como por exemplo o tema “Technicas auxiliares da educação na escola regional”, apresentado por Roquette Pinto, José Vidal, Luiz Amaral, Delgado de Carvalho, Jonathas Serrano e Germana Gouvea; ou “A iniciação artística na escola regional”, apresentado por Magalhães Corrêa, Arsene Puttemans, Cecília Meirelles e Nóbrega da Cunha; ou ainda “O ‘Sloyd’⁹¹ e outros trabalhos em madeira na escola regional”, apresentado por Aprígio Gonzaga, Álvaro Rodrigues e Antonia Ribeiro de Castro Lopes (CONGRESSO de ensino..., 1934).

Após a realização do primeiro Congresso de Ensino Regional, os planos da SAAT para o ano de 1935 incluíam as semanas dos clubs agrícolas, as semanas ruralistas, e a meta de fundação de “mais de 500 Clubs Agrícolas Escolares”⁹² (NA SOCIEDADE dos Amigos..., 1935).

As Semanas Ruralistas planejadas para o ano de 1935 aconteceriam nos municípios de Uberândia, Lavras e Barbacena, no estado de Minas Gerais; em Botucatu, Franca e Guaratinguetá, no estado de São Paulo; em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo; em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro; em Feira de Santana, Ilhéus e Juazeiro, no estado da Bahia; e Terezina, no Piauí (idem, *ibidem*). O programa dessas semanas incluía, entre diversas atividades rurais, cursos

⁹¹ O sloyd é um método de desenvolvimento de trabalhos manuais criado na Suécia desde a década de 1880 e utilizado como disciplina obrigatória ainda nos dias atuais naquele país. O objetivo é o treinamento da destreza manual, desenvolvendo na criança habilidades técnicas com trabalhos em madeira, costura ou tricô, produzindo objetos úteis feitos à mão, como ferramentas, utensílios domésticos, etc. Na década de 1930 e com mais intensidade após a Segunda Guerra Mundial, o Sloyd passou a ser direcionado para aqueles que não tivessem muito talento ou interesse em trabalhos intelectuais, ou seja, para aqueles que deveriam desenvolver, na sociedade, trabalhos manuais e não intelectuais (BORG, 2006).

⁹² Segundo boletim do Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho do estado do Rio de Janeiro, publicado no Diário Oficial do Estado, em 14 de dezembro de 1933 havia mais de duzentos clubes agrícolas espalhados por vários Estados da Federação.

para agricultores e professoras primárias, cursos sobre higiene e saúde pública, sessões de cinema educativo, distribuição de publicações e, como cerimônia de encerramento, o plantio de um bosque (AS SEMANAS Ruralistas..., 1935a).

As semanas ruralistas previstas na programação anual foram realizadas com sucesso na maioria dos municípios, com a fundação de dezenas de clubs agrícolas escolares. Outros municípios foram incluídos, como Jatobá, em Pernambuco. A semana ruralista de Campos estava prevista para o mês de julho, assim como a de Botucatu, em São Paulo. Os bosques a serem criados em comemoração das semanas seriam batizados com nomes de “brasileiros mortos ilustres”: o de Botucatu se chamaria “Alberto Torres”, o de Campos seria batizado de “Frei Leandro Velloso” (AS SEMANAS ruralistas..., 1935b).

Uma manifestação da imprensa campista solicitou a alteração do nome do bosque para “Saturnino de Britto”, o engenheiro sanitarista campista que havia elaborado o projeto de saneamento da cidade, cujo nome estava previsto para homenagear o bosque comemorativo da semana de Barbacena, em Minas Gerais. Além disso, solicitavam os campistas a antecipação da data da semana ruralista para o mês de março, de modo a coincidir com as comemorações do centenário do município (idem, ibidem).

Tal apelo não foi atendido, e a semana ruralista de Campos teve sua data transferida para o ano de 1936, devido à crise política instaurada com a escolha do nome de Protógenes Guimarães para a sucessão da interventoria fluminense em novembro de 1935. No entanto o secretário geral da SAAT, Raul de Paula, informava que aquela associação já realizava um “bello trabalho de Clubs Agrícolas” comandado pela sua delegada em Campos, a professora Lucília Miranda⁹³, e que tal trabalho seria uma preliminar da Semana Ruralista.

Infelizmente não foram encontrados relatos ou indícios da atuação da professora Lucília Miranda na criação de tais Clubs Agrícolas, nem mesmo a sua existência em Campos naquele período. No ano de 1936 ocorreram semanas ruralistas em mais

⁹³ A professora Lucília Miranda foi transferida de Santa Maria Madalena para Campos em 1931, assumindo o cargo de professora adjunta do Grupo Escolar João Clapp. Em 1934 foi transferida para o Grupo Escolar João Pessoa e no mesmo ano habilitou-se no curso especial para a carreira de professora pré-primária, tornando-se professora do Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco, onde permaneceu até 1939. Em 1940 foi transferida para o jardim de infância da Praça Nilo Peçanha. Fonte: Mapas de Frequência depositados no Fundo Departamento de Educação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

municípios no sertão nordestino, nos Estados da região sul do país e no estado de Goiás.

Em agosto de 1936, a semana ruralista prevista para Campos foi realizada “sob o patrocínio do almirante Protógenes Guimarães”, governador do estado do Rio de Janeiro, no vizinho município de Itaperuna, e ao final do ano, ocorreu a semana ruralista de Nova Iguaçu, organizada pela Associação dos Citricultores e da prefeitura municipal, sem a participação do governo estadual.

Esse fato evidencia que, com o fim do regime de interventorias após a instituição do regime constitucional em 1934, encerrando-se o governo de Ary Parreiras, entusiasta do ideal ruralista, e com o início do governo de Protógenes Guimarães, eleito indiretamente pela assembleia estadual, as políticas do ruralismo antiliberal perderam o destaque. No entanto, com o regime do Estado Novo em 1937 e o início da interventoria de Ernani do Amaral Peixoto, as políticas iniciadas na gestão Ary Parreiras foram retomadas e ampliadas (QUARESMA, 2014).

4.1.5. Paschoal Lemme e o “reajustamento” do ensino primário campista

Em março de 1933 o educador Paschoal Lemme assumiu o cargo de inspetor do ensino primário e profissional no estado do Rio de Janeiro, na região escolar vizinha a Campos dos Goytacazes, que compreendia os municípios de Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Cambuci, no noroeste fluminense.

Devido a conflitos na cúpula do governo Vargas, em janeiro de 1934 o secretário do Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Stanley Gomes, foi substituído por Ruy Buarque de Nazareth. Consequentemente, o novo secretário alterou a presidência do Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho, nomeando o Dr. Nóbrega da Cunha para o lugar de Celso Kelly.

O novo diretor do departamento deu continuidade aos planos traçados por Kelly e, como já estava previsto, realizou uma mudança na atuação dos inspetores de ensino primário e profissional, valorizando, entre as atribuições previstas no regulamento dos inspetores, o papel de orientação pedagógica dos professores, “deixando em segundo plano aquelas visitas rotineiras e burocráticas às escolas” (LEMME, 2004a, p. 155), que na realidade passaram a ser realizadas por auxiliares de inspeção.

Os inspetores passaram a elaborar um programa de cursos de aperfeiçoamento de professores, realizados nos centros mais populosos do Estado, oferecidos por grupos de inspetores e, ocasionalmente, com a participação de autoridades pedagógicas convidadas. Segundo Lemme (2004a), tais cursos foram “verdadeiras conferências regionais, [sendo] as mais importantes dessas concentrações (...) realizadas nas cidades de Campos, Niterói e Barra do Piraí” (idem, ibidem, p. 155-156), atendendo, portanto, aos professores do norte do Estado, da região metropolitana e da baixada fluminense.

Para Zaia Brandão, que pesquisou o legado daquele importante servidor público, como o próprio Lemme gostava de se definir (BRANDÃO, 2010), esse foi um período decisivo pois permitiu a compreensão do

potencial de mobilização de um corpo docente melhor qualificado e coeso em torno de determinadas reivindicações, para realizar os projetos de transformação (...) [favorecendo] o movimento renovador no campo educacional (BRANDÃO, 2010, p. 666).

Em 1934 os inspetores do ensino primário e profissional passaram a ser denominados inspetores regionais do ensino. Iniciado aquele ano letivo, Paschoal Lemme foi transferido para a região escolar que compreendia os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra (LEMME, 2004a).

A substituição de Celso Kelly trouxe novamente à baila as críticas ao seu plano de educação, principalmente no que se refere à demissão dos antigos inspetores de ensino, ligados aos grupos políticos que controlavam o Estado antes de 1930, e a sua substituição por inspetores técnicos concursados. Tais críticas, mais intensas na capital do Estado do que propriamente no interior, provocaram a publicação do “Manifesto dos Inspetores de Ensino do Estado do Rio de Janeiro ao magistério e à sociedade fluminenses” (LEMME, 2004b), assinado em abril de 1934 pelo Inspetor Geral do Ensino, Moisés Xavier de Araújo, e todos os inspetores do ensino normal e do primário e profissional.

Segundo Brandão (2010) o Manifesto dos Inspetores revela a diferença entre a percepção de Paschoal Lemme a respeito do papel da escola nas transformações sociais, e a visão liberal dominante entre os demais educadores de sua geração. Para a autora,

Enquanto os liberais viam na educação escolar o instrumento por excelência para superar as desigualdades sociais, Paschoal Lemme

reafirmava constantemente que não poderia haver uma educação democrática a não ser em uma sociedade verdadeiramente democrática, ou seja, em uma sociedade em que a igualdade entre os homens estivesse garantida (BRANDÃO, 2010, p. 28).

Em seu trabalho Brandão (op. cit.) traça uma comparação entre o Manifesto dos Inspectores, assinado por Paschoal Lemme, e o importante Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado dois anos antes. A autora inicia sua análise chamando a atenção para o direcionamento dos textos: enquanto o Manifesto dos Pioneiros falava “ao povo e ao governo”, o texto dos inspetores era direcionado “ao magistério e à sociedade fluminenses”. Brandão (idem, ibidem) considera que essa diferença evidencia o interesse dos inspetores, encabeçados por Lemme, em incorporar a sociedade fluminense às causas da educação e situar os professores como principais agentes desse processo, possibilitando maior pressão sobre o governo e ampliando a “reflexão sobre o sentido político de garantir uma escola de qualidade para todos os cidadãos” (idem, ibidem, p. 30).

No entanto, é possível também inferir que o manifesto dos inspetores fluminenses evidencia o aspecto orgânico da atuação de Lemme e dos demais inspetores junto ao magistério estadual. Ao ser anunciado aos professores o texto do manifesto revela um maior grau de proximidade entre os inspetores, que não se restringiam ao seu papel burocrático, mas sim como agentes importantes na qualificação do corpo docente, e os próprios professores, compreendidos como os verdadeiros agentes do processo de transformação social.

No manifesto, ao se dirigirem à sociedade fluminense, os inspetores pretendiam também responder às críticas que eles próprios suscitaram, no âmbito das ideias pedagógicas. No documento traçaram de forma concisa a história da educação brasileira desde a chegada dos jesuítas, passando pelo Império e a República, até tratar do estado do Rio de Janeiro e do ambiente por eles encontrado, marcado pela “indiferença e descrença” (LEMME, 2004b).

A nomeação do interventor Ary Parreiras e de Celso Kelly para a Diretoria da Instrução Pública fluminense são tratados no texto como um marco que definia a passagem de uma estrutura educacional movida pelo compadrio político, com algumas iniciativas isoladas de desenvolvimento, para o momento do planejamento e da técnica, a partir de

um programa sintético, fruto da observação dos fatos, ditado pelo conhecimento científico da pedagogia atual, o que vinha a colocar a repartição técnica encarregada da educação no Estado em um terreno onde sempre deveria ter permanecido (idem, ibidem, p. 234).

Em seguida traçam os princípios do “plano Kelly”, elaborado ao longo da V Conferência Nacional de Educação, em Niterói, dividido em oito tópicos:

1. Uma educação comum e sistemática para as crianças; “educação especializada para débeis e defeituosos”; educação aos adultos analfabetos; “educação emendativa dos delinquentes”.
2. A educação em três graus: elementar com iniciação ao trabalho; secundário com preparação profissional; universitário com especialização profissional.
3. Educação do indivíduo de acordo com as necessidades do meio.
4. “A transformação de todas as escolas em centros permanentes de atividade e a ampliação da ação educacional, a partir das instituições pré-escolares.
5. A socialização da escola com organizações complementares e a realização de trabalhos.
6. “O livro, a imprensa, o cinema e o rádio como fatores de divulgação”.
7. A localização racional das escolas, considerando a distribuição da população e o atendimento de rede de transportes.
8. “A formação do professorado e a segurança da carreira do professor”.

O Manifesto também destaca as ações desenvolvidas ao longo dos anos de 1932 e 1933, sobretudo após a nomeação dos inspetores, como o estímulo à criação dos “Círculos de pais e professores”, os cursos de férias, a obrigação da criação de instituições pré-escolares junto às fábricas, o estabelecimento da carreira do magistério pré-escolar, entre outras. Citam também as conferências regionais realizadas em Barra do Piraí e em Campos,

à qual compareceram, ativamente solidários com os novos rumos que se pretendia traçar à educação do Estado do Rio, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Francisco Venâncio Filho, Edgard Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto e outros, deram ensejo a que se processasse uma modificação inicial na atitude do magistério fluminense, em torno das iniciativas oficiais que diziam respeito ao ensino (idem, ibidem, p. 237).

Os inspetores concluem o manifesto alertando que a transformação escolar não se realiza dissociada da “revisão da estrutura econômica da sociedade atual, capitalista, a qual corresponde uma consciência social incompatível com a escola

científica” (idem, *ibidem*, p. 243), defendendo a “escola ativa, progressista, socializada, única; pública, obrigatória, gratuita, mista e leiga” (idem, *ibidem*, p. 244).

No calor do lançamento do Manifesto dos Inspectores, Paschoal Lemme concedeu uma entrevista ao jornal *Monitor Campista* onde reiterou os argumentos contidos no manifesto, defendendo a “obra renovadora dos técnicos” e reforçando as críticas aos “elementos rotineiros” (*A SITUAÇÃO do ensino...*, 1934).

Na entrevista, o novo inspetor regional teceu elogios ao professorado campista, com quem tivera diversos contatos, habituando-se a admirá-lo “por sua inteligência, entusiasmo e dedicação à causa em que está empenhado” (idem, *ibidem*), e cita como uma das melhores recordações o curso sobre instituições pré-escolares que ofereceu às professoras de Campos, e também a Conferência Regional realizada em julho de 1933 na Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (SILVA, 2016a), que deixou

encantados Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Armanda Álvaro Alberto, Edgard Sussekind de Mendonça, Francisco Venancio Filho, e quantos acompanharam a brilhante caravana de educadores ilustres que vinham apoiando a obra de Celso Kelly (idem, *ibidem*).

Em seguida, apresentou os planos para a sua atuação em Campos. Pretendia criar um “Centro de Estudos”, publicar uma revista cultural e técnica e instalar o “Centro de Experimentação de Métodos” (idem, *ibidem*). A criação deste centro havia sido prevista em 1933 para funcionar na Escola Maternal Mariana Barreto, para o qual já havia sido aberta concorrência pública para compra de material⁹⁴, juntamente com um piano para a escola (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1933k). Paschoal Lemme visava instalá-lo em breve, entregando sua direção “à campista ilustre que é d. Antonia Ribeiro de Castro Lopes” (*A SITUAÇÃO do ensino...*, 1934). Também era parte do seu plano instalar a escola de aplicação para a prática das normalistas, e dinamizar o controle de matrícula e frequência no município.

Por fim, a medida que julgava mais complexa e delicada, por “mexer em interesses pessoais já sedimentados” era o chamado “reajustamento das escolas”. Em suas memórias, Paschoal Lemme indica que, diante da impossibilidade de tratar

⁹⁴ Entre os materiais estavam previstos “1 coleção de jogos Descoedres; 2 coleções de jogos educativos brasileiros de L. Artus Perrelet; 3 coleções de jogos de M. Aldemar e L. Lafendel, editado por Asen-Col. N. 1; 1 máquina de projeção Agfa, Movetor C, com caixa para transporte; 1 coleção de material Montessori (565 peças); 2 pianos Lux com 3 pedais, 88 notas com teclado de elfinite” (.

das escolas isoladas dos distritos rurais do vasto território do município, decidiu concentrar seu trabalho na “rede escolar da cidade de Campos” (LEMME, 2004a, p. 163).

Lemme relata que se surpreendeu com o fato de que,

apesar de todo o desenvolvimento da cidade, havia ainda na zona urbana um grande número de escolas primárias que denominávamos de “de sala de visitas”, nas quais, uma única professora se encarregava do ensino de todos os alunos, das 3ª ou 4ª séries, reunidos numa classe apenas e que funcionava, geralmente, na sala de visitas de um prédio residencial comum. A professora e sua família residiam nas outras dependências da casa (...) [tendo a professora que] atender, ao mesmo tempo, aos alunos, aos filhos menores, (...) aos afazeres domésticos. Muitas vezes, tinha que abandonar às pressas uma aula para correr à cozinha, onde um cheiro intenso indicava que o feijão estava queimando na panela... (idem, ibidem).

O objetivo era fechar as escolas isoladas da área urbana e transferir as professoras e os seus alunos para os grupos escolares. O argumento utilizado por Paschoal Lemme era de que a precariedade em que funcionavam as escolas isoladas prejudicava o trabalho docente, e “a cidade já exigia uma organização de ensino com características mais modernas” (idem, ibidem). De acordo com Zaia Brandão (2010) esse projeto evidenciava o “cuidado e o respeito profissional com que Lemme encaminhava o trabalho de modernização do sistema escolar naquela região” (BRANDÃO, 2010, p. 66).

O projeto buscava racionalizar a distribuição das escolas, considerando os pontos de maior densidade demográfica da área urbana. Por isso, além de reunir as diversas escolas isoladas, previa a criação de mais dois grupos escolares e um jardim de infância (O REAJUSTAMENTO das escolas..., 1934a). Segundo matéria no jornal Monitor Campista, o reajustamento também oferecia vantagens pedagógicas,

pois, com a fusão das escolas, com a centralização das atividades curriculares, haverá uma *standardização* de técnicas educacionais, uma uniformidade de ação pedagógica e social que muito beneficiará o rendimento didático e tornará mais fácil e eficiente a organização, o controle e a fiscalização dos trabalhos escolares (idem, ibidem, p. 1).

A ideia de padronização dos métodos como algo positivo ocupava lugar central no pensamento pedagógico que orientava tal estratégia, que também passava pela impessoalidade e funcionalidade que deveria ter a arquitetura escolar. A importância dada à sociabilidade da escola no processo de homogeneização das classes (sociais, profissionais, rurais, urbanas, etc), tão presentes no “plano Kelly”, necessitava de um

reordenamento racional dos espaços escolares e de sua localização no espaço urbano.

O plano recebeu o apoio da professora Antonia Lopes, que argumentou haver maior rendimento do ensino quando “a professora tem a [seu] cargo uma única série homogênea do que quando se ocupa de três, muitas vezes divididas em sub-classes” (O REAJUSTAMENTO das escolas..., 1934b). Outro ponto positivo levantado pela educadora se referia à “socialização, uma das finalidades da educação nova” (idem, ibidem), pois de acordo com as técnicas adotadas “pela sociologia educacional, para satisfazer os ideais sociais e fins educacionais, não [é adequado] uma professora trabalhar com número elevado de alunos e mais duma série” (idem, ibidem).

A professora Delphina Teixeira de Sá Vianna, do Grupo Escolar XV de Novembro, elogiou a medida, afirmando ser mais vantajoso ao professor desenvolver “noções práticas e intuitivas” em seus alunos “em Grupos e não em escola isolada, onde não se poderá fazer seleção de espécie alguma” (idem, ibidem), e concluiu seu depoimento em tom ufanista, afirmando que

se o Estado tem cabedal para iniciar a construção da escola nova, reajustando as escolas isoladas, empreguemos, pois, nessa grande obra, o nosso melhor material, afim de que o Estado do Rio triunphe na educação moderna” (idem, ibidem).

Ao mesmo tempo, ambas as educadoras revelaram os problemas causados a algumas professoras que poderiam ser afetadas pelo reajustamento, alegando que caberia ao Estado medidas que as amparassem. Paschoal Lemme (2004a) considera que entre os principais problemas estava a questão da residência da professora que, tendo extinta a sua escola isolada, que também lhe servia de moradia, teria que pagar o seu próprio aluguel. Outro ponto de preocupação era em relação às dificuldades que muitas professoras poderiam enfrentar no deslocamento entre suas residências e o local de instalação da escola, considerando que muitas delas eram “professoras idosas, com muitos anos de serviço e muitas com saúde precária” (LEMME, 2004a, p. 163).

A solução encontrada, foi a concessão de uma aposentadoria especial às professoras diretamente atingidas pela medida, mesmo não havendo cumprido o tempo de serviço necessário. O interventor Ary Parreiras assinou o decreto da aposentadoria especial das professoras e dessa forma, nas palavras de Paschoal Lemme, foi possível

concorrer para que a cidade de Campos ganhasse mais uns quatro grupos escolares, num processo de modernização da organização do ensino, sem prejuízo das professoras que não puderam ser incluídas na nova situação (...). Ao mesmo tempo, conseguimos recursos para melhorar as instalações dos antigos grupos escolares e a aprovação de planos para a construção de novos, a fim de atender ao crescimento da matrícula (Idem, ibidem).

Observando os mapas de frequência das escolas urbanas de Campos a partir de 1931, foi possível notar a existência de mapas relativos às escolas mistas de segundo grau apenas até o mês de julho de 1934. A planilha elaborada a partir desses mapas de frequência (Apêndice III) permitiu identificar exatamente as escolas que foram extintas, para quais grupos escolares foram removidas as professoras, e quais as novas instituições de ensino criadas.

Algumas escolas isoladas de segundo grau eram 'unidocentes', compostas apenas por sua diretora, como a escola de nº 17, localizada na Rua do Ouvidor nº 91, da professora Benedicta Teixeira de Mattos e a da professora Rosa Muylaert, ambas afastadas com aposentadoria especial, de acordo com o Dec. Nº 3.098, de 13 de julho de 1934.

A maior parte das escolas urbanas possuía, além da diretora, uma ou mais professoras adjuntas. Na escola dirigida pela professora Colina Mendes Pimenta, foram aposentadas a diretora e a adjunta Felisminda Teixeira Pinto. Já no caso da professora Isabel Alves de Mesquita, que dirigia a escola de nº 13, localizada na Praça São Salvador, a diretora foi afastada com aposentadoria especial, mas a sua professora adjunta, Mercedes Mendez, foi transferida para o Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, junto à Fábrica de Tecidos, no bairro da Lapa.

Para o Grupo Escolar Visconde do Rio Branco foram transferidas inteiramente (diretora e adjuntas) as escolas de nº 7, dirigida pela professora Olympia Pereira Nunes, localizada à Av. Sete de Setembro nº 87, e a escola nº 15, da professora Marianna Alves do Couto Reis, localizada à Rua Ypiranga, nº 14. O grupo escolar recebeu ainda a professora Maria de Lourdes Nunes, que era adjunta da escola nº 20 localizada na região do Capão, e a professora Célia Terra Peixoto, adjunta da escola mista de segundo grau nº 10, chamada "José do Patrocínio" localizada no centro da praça Nilo Peçanha.

O Grupo Escolar João Pessoa, criado em 1931 a partir da extinta Escola Modelo "Seis de Março", incorporou a escola de nº 5, localizada na rua Salvador Correa, 16,

dirigida por Cecília da Conceição Manguieira, que tinha como adjuntas Francisca da Conceição Paes da Silva e Berenice Duncan Ferreira Pinto. A primeira dessas adjuntas foi transferida para o Grupo Escolar João Clapp.

Com o reajustamento também foram incorporadas à administração estadual duas escolas, originalmente mantidas pela maçonaria: a escola da Loja Maçônica Progresso, localizada à rua Joaquim Nabuco, nº 24, cuja professora Domingas Tinoco Serpa foi incorporada ao Grupo Escolar Balthazar Carneiro, localizada na Avenida Pelinca, e a escola da Loja Maçônica Fraternidade Campista, na rua Treze de Maio, nº 103, que foi absorvida pelo Grupo Escolar XV de Novembro.

Outro aspecto percebido na movimentação promovida pelo reajustamento foi o fato de algumas escolas rurais, localizadas nos limites da área urbana, terem sido incorporadas por grupos escolares, como no caso da escola do Fundão que, apesar de se localizar mais próxima ao Grupo Escolar Benta Pereira, no distrito de Guarulhos, foi incorporada também pelo Grupo Escolar Balthazar Carneiro.

O grupo escolar que incorporou mais escolas isoladas foi o XV de Novembro, dirigido pela auxiliar de Paschoal Lemme na inspeção regional, a professora Alzira Collares Quitete Messina. Nele foram acolhidas a escola de nº 16, localizada à rua Oliveira Botelho n. 74, regida pela diretora Serafina Pacheco e sua adjunta Maria das Dores Laccourt Muylaert; a escola de nº 9, situada à rua Barão de Miracema n. 8, formada pela diretora Maria José de Faria e a adjunta Lucy Póvoa da Motta; a escola da rua Carlos de Lacerda n. 59, dirigida por Carolina Athayde Martins; a escola de nº 4, na rua Treze de Maio, 195, dirigida por Carmelita Rangel de Oliveira; e a escola dirigida por Esther Feytith, na rua José do Patrocínio, 42.

Diferente do que mencionou Paschoal Lemme (2004a), o reajustamento não criou “mais uns quatro grupos escolares” na área urbana de Campos dos Goytacazes, e sim dois. Um deles foi instalado no bairro da Corôa, em uma casa localizada à rua Rocha Leão, nº 26, sendo nomeada como diretora a professora Maria Luiza Pinheiro de Souza, que até o reajustamento dirigia o Grupo Escolar Benta Pereira, em Guarulhos. O novo grupo escolar incorporou a escola isolada de nº 3, localizada no nº 240 da rua Alberto Torres, a escola nº 14 dirigida por Delpha Campos, situada na Rua da Baronesa nº 41, e recebeu também a professora Deolinda Tinoco Serpa, da escola rural de Mombaça.

Num ato assinado em 16 de outubro de 1934 pelo interventor Ary Parreiras, a escola recebeu o nome do engenheiro campista “Saturnino de Britto” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1934).

O segundo grupo escolar instalado com o reajustamento de 1934 já havia sido criado desde 1931, pelo Decreto de nº 2.672. Este mesmo decreto extinguiu a Escola Modelo “Seis de Março”, que funcionava junto à Escola Normal, transformando-a em Grupo Escolar João Pessoa, e também determinou que a Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Braz, localizada no centro do parque Nilo Peçanha (Jardim São Benedito), se tornaria um grupo escolar denominado “José do Patrocínio”, como já mencionado. Na ocasião, a diretora Maria Soares de Freitas buscava alcançar as matrículas necessárias para que a escola se tornasse um grupo escolar, mas, no entanto, manteve-se como escola mista de segundo grau “José do Patrocínio”, com o número 10.

Com o reajustamento, o professor Paschoal Lemme, em conjunto com a professora Maria Geny Ferreira da Silva, que havia se especializado na carreira de ensino pré-escolar por meio do curso oferecido pelo próprio inspetor, decidiu que o prédio onde estava instalada a escola José do Patrocínio seria mais adequado ao funcionamento de um jardim de infância, devido à sua arquitetura voltada para atividades ao ar livre, em um parque arborizado. Naquele momento foi criado o Jardim de Infância da Praça Nilo Peçanha ou a “Casa da Criança”, sob a direção da professora Maria Geny Ferreira da Silva.

Diante disso, a escola José do Patrocínio foi transferida do parque Nilo Peçanha para um casarão no Passeio Municipal, nº 9, no ponto onde se encerrava a área urbana da cidade e iniciava o bairro do Turf Club que, na década seguinte, se tornaria um importante e populoso bairro proletário. No mesmo ato da interventoria em que foi batizado o Grupo Escolar Saturnino de Britto, foi também nomeado o Grupo Escolar José do Patrocínio.

Este grupo escolar, localizado na região também conhecida como “fazendinha”, reuniu a escola isolada do Parque Nilo Peçanha, dirigida por Anna Soares de Freitas, junto com suas adjuntas Anita Gomes dos Santos e Francisca Gomes Pinto; e a escola mista de segundo grau do Capão, dirigida por Adozinda Lenoir de Mericourt Dias, que foi acompanhada pelas adjuntas Hilda França Nunes e Yone Ribeiro de Castro.

No Grupo Escolar José do Patrocínio as duas ex-diretoras de escolas isoladas se tornariam adjuntas, pois a direção foi entregue à experiente professora Olívia Doralice Ribeiro, que por muitos anos regeu a escola mista de Cruz das Almas, pertencendo ao quadro do professorado público fluminense desde o ano de 1900, com a reforma do governo Alberto Torres (RODRIGUES, 2019).

O quadro 14 mostra as escolas isoladas que foram fechadas e os grupos escolares para onde foram transferidas as suas respectivas professoras.

Quadro 14 - Reajustamento das escolas primárias em Campos - 1934: Escolas isoladas de origem, professoras, grupos escolares de destino e seus anos de fundação

Endereço	Nº	Professoras	Grupo Escolar	Ano de criação
Escola Mista de 2º grau Rua Carlos de Lacerda, 59	S/N	Coralina Athayde Martins	Grupo Escolar XV de Novembro	1911
Escola Mista de 2º grau Rua José do Patrocínio, 42	S/N	Esther Feydith		
Escola Mista de 2º grau - Loja Fraternidade Rua Treze de Maio, 103		Delphina de Vasconcellos Cruz		
Matadouro		Maria Eugenia Vieira		
Escola Mista de 2º grau Rua Treze de Maio, 195	4	Carmelita Rangel de Oliveira		
Escola Mista de 2º grau Rua Barão de Miracema, 8	9	Maria José de Faria Lucy Póvoa da Motta		
Escola Mista de 2º grau Rua Oliveira Botelho, 74	16	Serafina Pacheco Maria das Dores Laccourt Muylaert		
Escola mista de 2º grau Rua Salvador Corrêa, 16	5	Francisca da Conceição Paes da Silva	Grupo Escolar João Clapp	1911
Escola Mista de 2º grau Av. XV de Novembro, 709	6	Maria Augusta Monteiro Amancio		
Escola Mista de 2º grau Av. Sete de Setembro, 87	7	Olympia Pereira Nunes Maria Antonietta Rangel	Grupo Escolar Visconde do Rio Branco	1911
Escola Mista de 2º grau Praça Nilo Peçanha	10	Celia Terra Peixoto		
Mista de 2º grau Rua Ypiranga, 14	15	Marianna Alves do Couto Reis Dair Ignacia Tavares de Azevedo		
Escola Mista de 2º grau Capão	20	Maria de Lourdes Nunes		
Escola Mista de 2º grau Loja Progresso Rua Joaquim Nabuco, 24		Domingas Tinoco Serpa	Grupo Escolar Balthazar Carneiro	1918
Escola Mista de 2º grau Fundão		Ernestina do Espírito Santo Jorge		
Escola Mista de 2º grau Rua Treze de Maio, 195	4	Eulina Peixoto		

Continua na página seguinte...

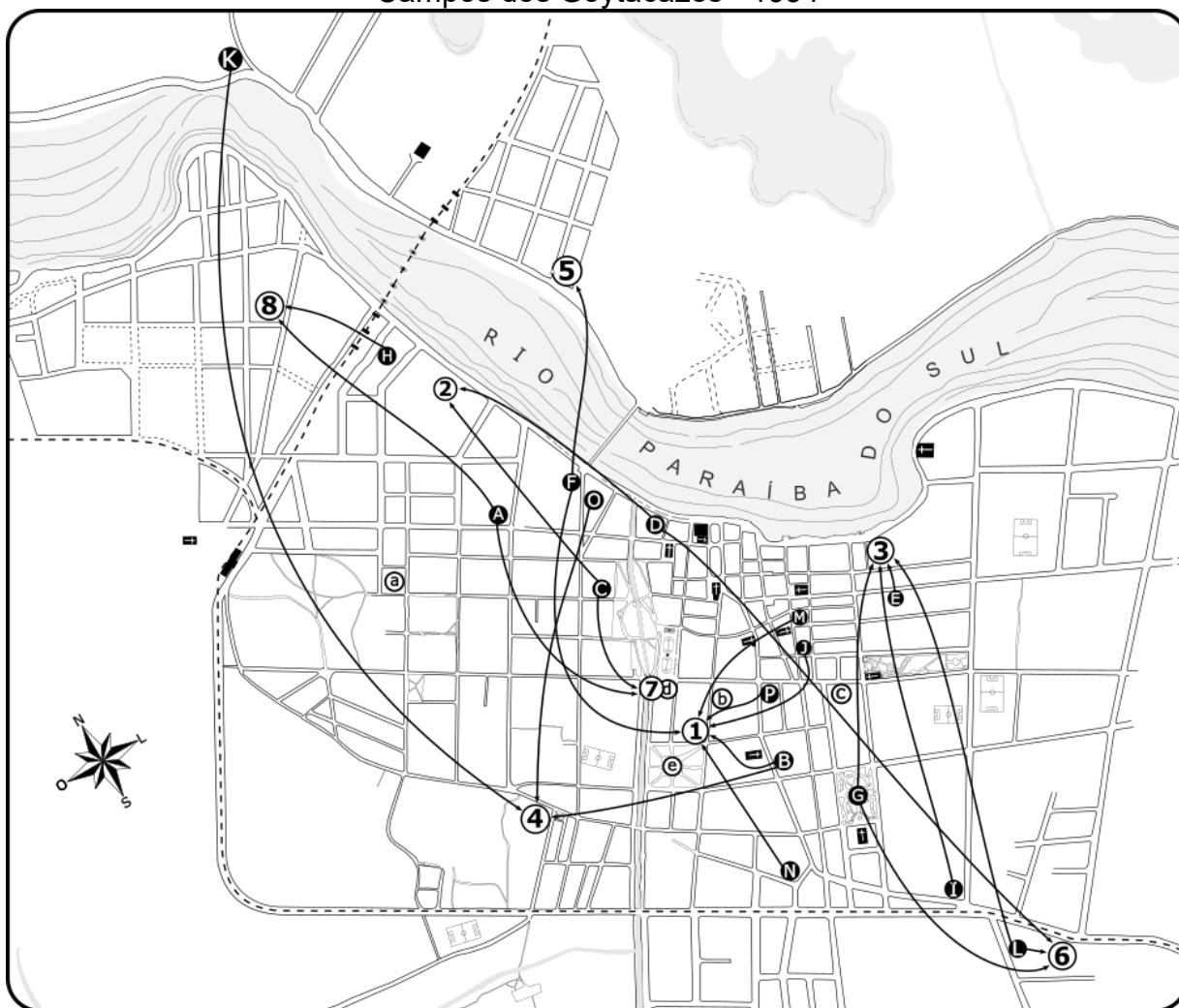
Escola Mista de 2º Grau Rua Barão de Miracema, 8	9	Alice Mello	Grupo Escolar Benta Pereira	1929
Escola Mista de 2º Grau Cruz das Almas	S/N	Olívia Doralice (D. Livinha)	Grupo Escolar José do Patrocínio	1931/1934
Escola Mista de 2º Grau Curral Falso	S/N	Andréa Costa		
Escola Mista de 2º grau Av. 15 de Novembro, 709	6	Maria Isabel Gomes de Miranda		
Escola Mista de 2º grau José do Patrocínio Praça Nilo Peçanha	10	Anna Soares de Freitas Anita Gomes dos Santos Francisca Gomes Pinto		
Escola Mista de 2º grau Capão	20	Adozinda Lenoir de Mericourt Dias Hilda França Nunes Yone Ribeiro de Castro		
Escola Mista de 2º grau Av. Alberto Torres, 240	3	Eurydice de Paula Bastos	Grupo Escolar João Pessoa	1931
Escola Mista de 2º grau Rua Salvador Correa, 16	5	Cecília da Conceição Mangueira Francisca da Conceição Paes da Silva Berenice Duncan Ferreira Pinto		
Escola Mista de 2º grau Av. Alberto Torres, 240	3	Maria Isabel de Moura	Grupo Escolar Saturnino de Britto	1934
Escola Mista de 2º grau Rua da Rua da Baronesa, 41	14	Delpha Campos		
Escola Mista de 2º grau Mombaça	29	Leolinda Tinoco Serpa		

Fonte: Elaboração própria a partir dos mapas de frequência das escolas de Campos dos Goytacazes, depositados no Fundo Departamento de Educação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e imprensa periódica.

De acordo com o quadro 14, nem todas as professoras de uma escola isolada foram transferidas para um mesmo grupo escolar. Houve casos em que a diretora foi transferida para um grupo escolar com algumas adjuntas, enquanto outras se inseriram no corpo docente de um grupo diferente.

Conhecendo os endereços das escolas isoladas de origem e dos grupos escolares de destino, assim como dos dois novos grupos criados, foi possível a elaboração de um mapa identificando a distribuição espacial das escolas, mostrado na figura 27.

Figura 27 - Mapa do "reajustamento" das escolas primárias dos distritos urbanos de Campos dos Goytacazes - 1934



LEGENDA

Escolas Primárias Isoladas

- A** Escola Mista de 2º Grau nº 3 - R. Alberto Torres, 240
Profª Maria Isabel de Moura
- B** Escola Mista de 2º Grau nº 4 - R. 13 de Maio, 195
Profª Carmelita Rangel de Oliveira
- C** Escola Mista de 2º Grau nº 5 - R. Salvador Corrêa, 16
Profª Francisca da Conceição Paes da Silva
- D** Escola Mista de 2º Grau nº 6 - Av. 15 de Novembro, 709
Profª Maria Isabel Gomes de Miranda
- E** Escola Mista de 2º Grau nº 7 - R. Sete de Setembro, 87
Profª Olympia Pereira Nunes
- F** Escola Mista de 2º Grau nº 9 - R. Barão de Miracema, 8
Profª Maria José de Faria
- G** Escola Mista de 2º Grau nº 10 (José do Patrocínio)
Parque Nilo Peçanha
Profª Anna Soares de Freitas
- H** Escola Mista de 2º Grau nº 14 - R. Baronesa L Dourada, 41
Profª Delpha Campos
- I** Escola Mista de 2º Grau nº 15 - R. Ypiranga, 14
Profª Marianna Alves do Couto Reis
- J** Escola Mista de 2º Grau nº 16 - R. Oliveira Botelho, 74
Profª Serafina Pacheco
- K** Escola Mista de 2º Grau nº 19 - Fundão
Profª Ernestina do Espírito Santo Jorge
- L** Escola Mista de 2º Grau nº 20 - Capão
Profª Maria de Lourdes Nunes
- M** Escola Mista de 2º Grau s/nº - R. Carlos de Lacerda, 59
Profª Coralina Athayde Martins

- N** Escola Mista de 2º Grau s/nº - R. José do Patrocínio, 42
Profª Esther Feydit
- O** Escola Mista de 2º Grau - L. Maçonica Progresso
Rua Barão de Miracema, 27
Profª Domingas Tinoco Serpa
- P** Escola Mista de 2º Grau - L. Maçonica Fraternidade
Campista - R. 13 de Maio, 103
Profª Carmelita Rangel de Oliveira

Grupos Escolares

- 1** Grupo Escolar Quinze de Novembro
- 2** Grupo Escolar João Clapp
- 3** Grupo Escolar Visconde do Rio Branco
- 4** Grupo Escolar Balthazar Carneiro
- 5** Grupo Escolar Benta Pereira
- 6** Grupo Escolar José do Patrocínio
- 7** Grupo Escolar João Pessoa
- 8** Grupo Escolar Saturnino de Brito

Ensino Secundário e Escola de Professores

- a** Liceu e Escola Normal de Campos

Escolas Profissionais

- b** Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha
- c** Escola de Aprendizes Artífices

Escolas Pré-Primárias

- d** Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco
- e** Escola Maternal Marianna Barreto

Fonte: Elaboração própria a partir dos mapas de frequência e da imprensa periódica, planta da cidade (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 1939) e fotografia aérea do IBGE.

No mapa se observa que os grupos escolares Quinze de Novembro e Visconde do Rio Branco (1 e 3, respectivamente), os mais antigos de Campos, criados ainda em 1911 como escolas complementares e transformadas em grupos escolares por ato do presidente Nilo Peçanha em 1915 (RODRIGUES, 2019), localizam-se mais próximos ao núcleo central da cidade, formado pela praça São Salvador e os prédios administrativos em seu entorno, as igrejas e o centro comercial, atendendo à população do Centro e também da vila operária da fábrica de tecidos no bairro da Lapa.

O Grupo Escolar João Clapp (2), que funcionava desde 1911 no casarão localizado à Av. Alberto Torres junto ao canal Campos-Macaé, foi transferido provisoriamente, com o reajustamento, para outro casarão localizado na Av. 15 de Novembro, enquanto o seu prédio original passaria por reformas necessárias (MONITOR Campista..., 1937a).

Já os grupos escolares Balthazar Carneiro (4), instalado em 1918 num casarão da avenida Pelinca⁹⁵ para atender aos filhos dos trabalhadores da usina do Queimado, o Benta Pereira (5) criado em 1929 próximo ao povoado em torno da igreja de Santo Antônio de Guarulhos, e o João Pessoa (7), instalado inicialmente próximo ao mercado municipal na rua Formosa, no prédio conhecido como “Palacete de D. Anna Pimenta”, junto com o seu jardim de infância, distanciavam-se do Centro antigo, atendendo a uma área de ocupação que data, de forma mais sistemática, do período compreendido entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX.

Enquanto os dois grupos escolares criados em 1934 com o reajustamento, o G. E. Saturnino de Britto (8) e o G. E. José do Patrocínio (6), foram instalados nos dois extremos da cidade, nos limites com a zona rural, justamente as áreas para onde o processo de urbanização se expandiu entre as décadas de 1930 e 1950.

⁹⁵ O Grupo Escolar Balthazar Carneiro foi instalado num casarão localizado ao centro dos terrenos que atualmente abrigam a Santa Casa de Misericórdia de Campos. Depoimento de Maria Geny Ferreira da Silva, filha do proprietário da casa e ex-professora da escola (SILVA, 1996).

4.2. A educação fluminense no regime constitucional (1934-1937): o abandono da escola primária

Em 16 de julho de 1934 foi promulgada por uma Assembleia Constituinte eleita no ano anterior, contando, pela primeira vez com a participação política feminina, a nova Constituição brasileira, em substituição à primeira Carta republicana, de 1891. A nova Carta Magna brasileira, aprovada por uma Assembleia de maioria liberal, inspirou-se na Constituição alemã de Weimar, instituída após a Primeira Guerra Mundial, e suspensa em 1933 com a ascensão do nazismo ao poder.

Entre as principais inovações trazidas pela nova Constituição estavam as demandas dos movimentos organizados ao longo da década de 1920 e dos primeiros anos da seguinte, como a instituição do voto secreto, o voto feminino e a legislação trabalhista.

Em relação aos debates em torno da educação, o texto constitucional atendeu às demandas do movimento escolanovista, ao garantir que a educação seria um direito de todos sendo obrigatória a sua oferta pelos poderes públicos, e também determinava a elaboração de um Plano Nacional de Educação. Por outro lado, representou uma vitória do movimento católico, ao permitir o ensino religioso, de modo facultativo, nas escolas públicas em todo o país (ROMANELLI, 1986).

Outra característica do novo contexto constitucional foi a extinção do regime de interventorias, sendo os interventores substituídos por governadores estaduais, inicialmente eleitos indiretamente pela Assembleia Estadual. Para administrar o estado do Rio de Janeiro foi eleito o almirante Protógenes Guimarães.

4.2.1. O governo Protógenes Guimarães e a reforma de 1936

Segundo Fernandes (2009) o governo de Protógenes Guimarães foi marcado pela instabilidade provocada por uma malsucedida política de pacificação que buscou equilibrar as disputas políticas no interior da Assembleia Legislativa, no intuito de formar o seu próprio grupo político, situação que se agravou devido às suas constantes ausências em decorrência de um delicado estado de saúde, o que facilitou a rearticulação e a ascensão das antigas elites políticas de Niterói, aliadas ao sodrelismo dos anos 1920, derrubado em 1930.

Paschoal Lemme (2004a) comenta que durante o governo de Protógenes Guimarães retornaram aos cargos dos quais haviam sido demitidos os antigos

inspetores do ensino, e demais quadros administrativos, “iniciando-se, então, um processo de revanchismo” e de combate às políticas anteriormente realizadas. O próprio Lemme, que em 1935 havia sido transferido para o roteiro de inspeção escolar que incluía a capital do Estado e o município de São Gonçalo, e os demais inspetores selecionados pelo concurso realizado por Celso Kelly em 1934, sofreram um processo administrativo e foram afastados de seus cargos (KELLY, 2004a).

Com o acirramento político estabelecido no regime constitucional, as forças organizadas em torno da Ação Integralista Brasileira se articulavam no interior fluminense, sendo a cidade de Campos um foco irradiador do integralismo no Estado, aliado ao laicato católico bastante atuante no município, como tratado no capítulo 2 desta tese⁹⁶.

Ao mesmo tempo, em abril de 1935 foi publicada a Lei n. 38, batizada de Lei de Segurança Nacional, que limitava as possibilidades de atuação política dos grupos de esquerda junto ao sindicalismo, ao movimento operário e à própria organização partidária. Como reação à Lei de Segurança Nacional, fortaleceu-se a Aliança Nacional Libertadora - ANL, reunindo comunistas e todas as forças no espectro político da esquerda brasileira. De acordo com Fagundes (2009), a Lei de Segurança Nacional serviu como o “combustível que impulsionou milhares de brasileiros a marcharem defendendo as bandeiras dos nacional-libertadores” (FAGUNDES, 2009, p. 114). Ainda segundo Fagundes (2009), como reação à força do integralismo em Campos, foi exatamente neste município onde se organizou um dos primeiros núcleos municipais da ANL, repetindo a experiência ocorrida com a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

O ambiente de tensão no interior fluminense naquele período entre o final de 1934 e 1937 foi citado por Paschoal Lemme (2004a), ao relatar que

certo dia, saindo do quarto no hotel em que eu estava hospedado, em Campos, deparei no corredor com três figuras espetacularmente paramentadas com os uniformes e as insígnias da Ação Integralista Brasileira (...). Vinham assistir a uma das concentrações que nosso fascismo caboclo estava realizando em todos os grandes centros de quase todo o País (LEMME, 2004a, p. 166).

⁹⁶ Sobre o integralismo no estado do Rio de Janeiro e, principalmente, em Campos, ver Fagundes (2009).

Em nome da repressão ao comunismo, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, vários intelectuais, como Anísio Teixeira, foram destituídos de cargos públicos, ou presos, o que também ocorreu com Edgard Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto e Paschoal Lemme (VIDAL, 2013).

No Rio de Janeiro, o Dr. Nóbrega da Cunha, diretor do Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho, que buscou seguir o projeto de Celso Kelly, fora substituído pelo diretor da Escola Normal de Niterói, o professor Aldo Muylaert, que ficou à frente da diretoria entre março e novembro de 1935, com o término da interventoria Ary Parreiras. O governo seguinte nomeou Soares Filho como secretário do Interior e Justiça, substituindo Ruy Buarque de Nazareth. Soares Filho entregou a diretoria do Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho aos cuidados de Ilka Ruas.

Desde a saída de Paschoal Lemme do roteiro de inspeção formado pelos municípios de Campos e São João da Barra, em dezembro de 1934, a então auxiliar de inspeção Alzira Collares Quitete Messina, diretora do Grupo Escolar XV de Novembro em Campos, assumiu oficialmente o cargo de inspetora regional em 1936, nele permanecendo até 1940.

Em sua Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa em 1936, o governador afirmava a necessidade de se “(...) abolir o sentido livresco e acentuadamente romântico da educação intelectual, afim de integrar as modernas diretrizes do ensino no panorama das nossas realidades morais e das necessidade objetivas da vida fluminense” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1936c, p. 16), ignorando as medidas implementadas na administração anterior.

Em junho daquele ano, atendendo à solicitação do Ministério da Educação para a colaboração na elaboração do Plano Nacional de Educação, ocorreu em Niterói a Convenção Educacional Fluminense, organizada, não pelo Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho, mas sim pela Academia Fluminense de Ciências e Artes Educativas, por iniciativa do acadêmico Everardo Backheuser, que elaborou o regulamento da Convenção, juntamente com Mário Campos e Paula Achilles. O governo do estado do Rio de Janeiro e a Federação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro atuaram como patrocinadores (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1936a).

As teses a serem apresentadas na Convenção foram definidas pela própria organização, adquirindo novamente relevância a questão do ensino religioso, apoiada nas discussões sobre a educação ministrada pela família e os limites da educação oferecida pelos poderes públicos. Também versavam sobre o financiamento da educação e a participação dos municípios na difusão do ensino, o ensino pré-primário, a educação rural e a educação urbana, incluindo a educação de adultos, a difusão e a articulação do ensino secundário com os demais segmentos. Também foram apresentadas teses a respeito da melhor organização do sistema educacional fluminense, a inspeção escolar, e a formação dos professores.

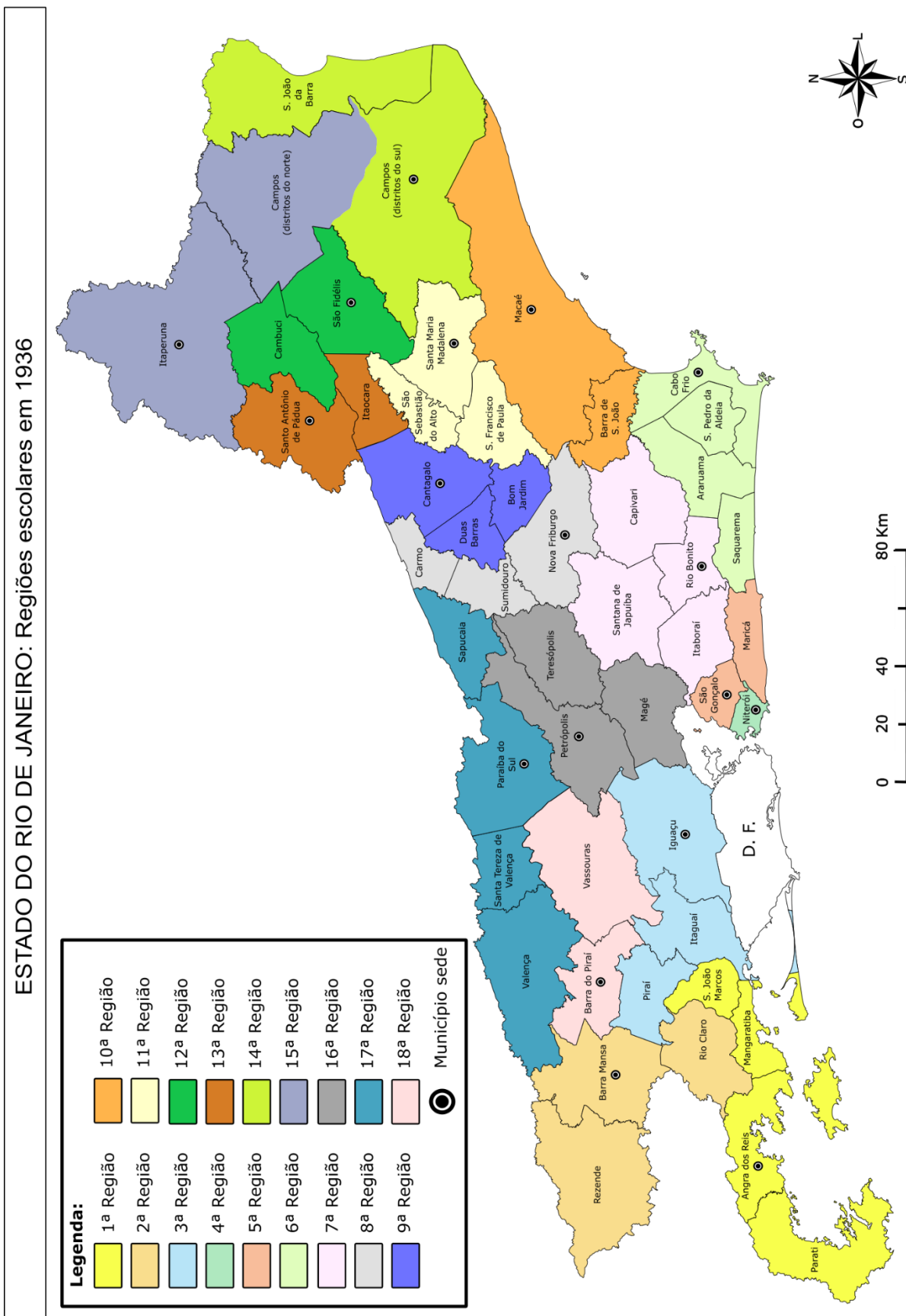
A reforma na inspeção escolar fluminense foi realizada por ato da diretora geral do Departamento de Educação e Iniciação do Trabalho, Ilka Ferreira Ruas, de 08 de março de 1936, restabelecendo as circunscrições escolares fixas, dividindo o estado do Rio de Janeiro em dezoito circunscrições, como mostram o quadro 14 e a figura 28.

Quadro 15 - Estado do Rio de Janeiro: Circunscrições de Ensino e seus respectivos inspetores regionais em 1936

Nº	Municípios que compõem a circunscrição	Inspetores Regionais do ensino:
1ª	Angra dos Reis (sede), Parati, Mangaratiba, São João Marcos.	Maurício Cunha
2ª	Barra Mansa (sede), Rezende, Rio Claro.	Flávio Augusto de Figueiredo
3ª	Iguaçu (sede), Itaguaí, Piraí.	Mario José Chaves Campos
4ª	Niterói.	Jorge Barata
5ª	São Gonçalo (sede), Maricá.	Dôrval Ferreira da Cunha
6ª	Cabo Frio (sede), São Pedro da Aldeia, Araruama, Saquarema.	Carlos Mascarenhas Duval
7ª	Rio Bonito (sede), Itaboraí, Capivari, Santana de Japuíba.	Antonio Vianna de Souza
8ª	Friburgo (sede), Sumidouro, Carmo.	Guiomar Souto de Avellar
9ª	Cantagalo (sede), Duas Barras, Bom Jardim.	Pio Benedicto Ottoni
10ª	Macaé (sede), Barra de São João.	Paulo Celso Moutinho
11ª	Santa Maria Madalena (sede), São Francisco de Paula, São Sebastião do Alto.	Paulo de Almeida Campos
12ª	São Fidélis (sede), Cambuci.	Jayme Memoria
13ª	Santo Antonio de Pádua (sede), Itaocara	Mario Gomes da Silva
14ª	Campos (sede – parte sul), São João da Barra.	Alzira Collares Quitete Messina
15ª	Itaperuna (sede), Campos (parte norte).	Rubens Falcão
16ª	Petropolis (sede), Terezópolis, Magé.	José Neves de Paula Leite
17ª	Paraíba do Sul (sede), Sapucaia, Santa Tereza, Valença.	Fábio Crissiuma de Figueiredo
18ª	Barra do Piraí (sede) e Vassouras,	José Antunes Maia Vinagre

Fonte: Elaboração própria a partir do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 28 - Estado do Rio de Janeiro: Regiões escolares em 1936



Na Mensagem direcionada à Assembleia Legislativa em 1936 o governador destaca as mudanças na inspeção escolar, classificando esta como medida necessária para “dotar o ensino público dos elementos conducentes à sua maior eficiência” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1936c, p. 17), referindo-se aos inspetores reconduzidos ao cargo, questionando, portanto, a eficiência dos técnicos exonerados. Segue informando que “foram aproveitados para inspetores regionais os antigos inspetores, sendo designados também interinamente, para esse serviço, alguns professores durante o impedimento dos inspetores actualmente afastados” (idem, ibidem).

O novo regulamento obrigava os inspetores a residirem nas sedes das circunscrições sob sua responsabilidade, considerando ser essa uma das críticas feitas aos inspetores técnicos do “plano Kelly”. Em relação à inspeção do ensino agrícola, criava-se o cargo de inspetores do ensino agrícola,

a quem incumbe a inspecção dos patronatos Agrícolas, destinados á infância abandonada, com a missão que cabe a esse inspetor de incentivar a fundação dos clubes agrícolas rurais e escolas-granjas (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1936c, p. 17).

Sobre a reforma, na mensagem de 1937, o governador salientava a necessidade de transformar o ensino organizado pelo Departamento de Educação e orientação para o trabalho, especificamente o ensino primário e profissional, “tendo em vista (...) que o sistema então vigorante já não correspondia às necessidades actuaes, sem considerarmos a verdadeira colcha de retalhos em que fora transformada a legislação concernente ao ensino” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1937, p. 21).

Em relação à educação rural, Quaresma (2014) destacou a importância das Escolas Típicas Rurais implantadas a partir de 1938, no governo Amaral Peixoto, chamando a atenção para o fato de que a criação dessas escolas já estava prevista desde o regulamento da instrução pública primária, aprovado pelo decreto nº 196-A, de 24 de dezembro de 1936.

Cabe destacar que na mensagem do governador Protógenes Guimarães, de agosto daquele ano, já se estimulava a criação dos clubes agrícolas, do modelo de escolas-granja e se previa a criação das escolas típicas rurais. Segundo o governador,

como providência preliminar à criação de escolas typicas rurais, que serão distribuídas pelos municípios, foram designados professores para frequentar o curso de escolas dessa natureza, instituído pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (idem, ibidem, p. 18).

Ou seja, o modelo das Escolas Típicas Rurais, que despontaram como a “experiência mais sistematizada entre o movimento ruralista e a ação das agências estaduais em matéria de escolarização” (DIAS, 2012, p. 163), tendo como base o modelo de escolas-granjas, orientadas pelo ideal do ensino regional, apesar de terem sido implementadas e disseminadas durante o Estado Novo, na interventoria de Amaral Peixoto, estava previsto anteriormente e era fruto dos debates travados por educadores e instituições da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Educação e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, desde o surgimento desta associação em 1932, e ao longo da interventoria Ary Parreiras, sobretudo na atuação de Celso Kelly como responsável pela educação fluminense.

Em relação ao professorado, a reforma de 1936 encerrou o comissionamento de professores em outras escolas, realizando concurso para o suprimento de vagas, havendo a nomeação de novas diretoras de grupos escolares, professoras efetivas e trezentas e sessenta e seis interinas que não mais seriam dispensadas ao final do ano letivo, passando a receber seus vencimentos nas férias e sem a necessidade de serem renomeadas no ano seguinte (Idem, *ibidem*, p. 18).

Os dados estatísticos referentes à educação nos anos de 1935 e 1936, apresentados nas mensagens do governador Protógenes Guimarães, adotaram uma metodologia de classificação diferente daquela utilizada pela interventoria Ary Parreiras (1931-1935), dificultando a análise comparativa.

Os números produzidos sobre 1935, presentes na mensagem do interventor Parreiras, apresentam dados coletados no mês de outubro de cada ano, data de publicação da mensagem, não computando os meses restantes para a conclusão daquele ano. Por isso, como era de se esperar, os números apresentados por seu sucessor no governo fluminense mostram valores mais elevados em relação à quantidade de escolas, matrícula e frequência.

No entanto, as informações sobre os anos de referência compreendidos entre 1932 e 1935, nos relatórios da interventoria Parreiras, separavam as instituições privadas das públicas, e entre as privadas identificava as que eram ou não subvencionadas pelo Estado, ou pelas administrações municipais. Entre as escolas públicas, identificava quantas eram municipais ou estaduais, e entre as estaduais discriminava a quantidade de grupos escolares, escolas isoladas, jardins de infância, casas maternais e cursos noturnos. Já os dados apresentados nas mensagens do

governador Protógenes Guimarães (1935 e 1936), apontam apenas os valores totais referentes às escolas estaduais, municipais e particulares, sem detalhá-los.

Em relação aos dados sobre matrícula e frequência, enquanto a interventoria de Ary Parreiras especificava por agência (estadual, municipal, privada, subvencionada por governo estadual ou municipal) e modalidade (isolada, grupo escolar, jardim de infância, casa maternal, curso noturno), os dados trazidos pelo governo Protógenes Guimarães são genéricos e dúbios, pois trazem apenas o total de alunos matriculados e a frequência, prejudicando a possibilidade de análise.

4.2.2. Os agentes da educação primária no município de Campos

Na história republicana fluminense, a atuação das municipalidades na oferta da educação primária, data de 1901, quando o governo estadual determinou que as câmaras municipais fossem encarregadas pelo pagamento do aluguel dos prédios das escolas estaduais. Porém, a reforma administrativa realizada em 1903, na transmissão do governo Quintino Bocayuva para Nilo Peçanha, os aluguéis dos prédios escolares foram retomados pelo governo estadual (RODRIGUES, 2019).

Por outro lado, criavam-se as prefeituras nos municípios onde o Estado fosse responsável por serviços públicos e fiador de empréstimos. Nesse contexto o governo estadual apelava aos municípios que se responsabilizassem pela instalação de escolas nos distritos rurais mais populosos. Em 1904 a prefeitura de Campos divulgava a existência de sete escolas municipais masculinas e sete femininas, localizadas nas sedes dos distritos rurais mais populosos.

Em 1915 Campos dos Goytacazes era o município com o maior número de escolas municipais no estado do Rio de Janeiro, com um total de trinta escolas registrando 1.577 alunos matriculados e frequência de 1.161. Até o fim da primeira república há registros do aumento da oferta, sendo “em 1917 o número de escolas municipais (...) [aumentado] para 42, e entre 1918 e 1930 eram 48 escolas municipais e 2 privadas subvencionadas pelo município” (idem, *ibidem*, p. 249).

Em 1931 o prefeito interventor Oswaldo Cardoso de Mello apontava a necessidade de se regularizar o ensino municipal, pois o seu funcionamento era bastante irregular, havendo considerável número de escolas regidas por professores leigos, mal localizadas e instaladas (O PREFEITO e as escolas..., 1931). A solução

apresentada pela prefeitura foi a realização de um concurso para a contratação de novos professores. Para concorrer às vagas era necessário enviar os pedidos de inscrição diretamente ao prefeito, acompanhando os seguintes documentos: “certidão de idade, certificado de vacina e atestado de idoneidade moral” (INSTRUÇÃO municipal, 1931, p. 1).

Não há, portanto, indícios de medidas concretas para o provimento de escolas nos distritos rurais em consequência de tal concurso, mas é possível encontrar apelos na imprensa solicitando à prefeitura a instalação de escolas, como na localidade de Ribeiro Grande, no 13º distrito, Morro do Coco, onde “as crianças que precisam de instrução atingem o número superior a 100 e os pais tem a melhor vontade em dar-lhes ensino. Falta, apenas, a escola, o que compete à Prefeitura, para quem apelamos” (COMBATAMOS o analfabetismo, 1932, p. 1).

Com a campanha nacional denominada Cruzada Nacional de Educação, iniciada em 1932, cujo principal apelo era o combate ao analfabetismo no país, houve maior estímulo para a criação de escolas municipais nas áreas rurais dos municípios brasileiros, o que se verificou em Campos a partir de 1934.

4.2.1.1. A Cruzada Nacional de Educação e o ensino municipal

O ministro da Educação Francisco Campos e o chefe do governo provisório Getúlio Vargas, por meio do decreto nº 21.731, iniciaram em 1932 uma campanha contra o analfabetismo em todo o país, denominada Cruzada Nacional de Educação - CNE. O decreto previa a instalação da Semana de Alfabetização, que deveria ocorrer anualmente nos municípios brasileiros entre 12 e 19 de outubro, promovendo meios para criar e manter escolas primárias (RIBEIRO, 2011).

Em 1934 o Dr. Gustavo Armbrust, presidente da Cruzada Nacional de Educação, anunciou em entrevista ao jornal Monitor Campista que em breve uma caravana da campanha visitaria a cidade de Campos (CAMPANHA benemérita, 1934). Naquele ano a CNE já havia criado cinco escolas primárias em áreas rurais de municípios fluminenses (CRUZADA Nacional..., 1934b).

Formou-se em Campos um diretório local da CNE tendo como presidente a professora Antonia Ribeiro de Castro Lopes, vice-presidente o dr. Mário Sampaio,

secretária D. Elsa Dolores Baptista Leal e tesoureiro o Sr. Leovigildo Leal. Seu Conselho Cooperador era formado pelo Dr. Nelson Pereira Rebel, Gely Martins, Sylvio Bastos Tavares, Oriani Maciel, Hercília Nogueira Macieira, Sylvio Carneiro, Georgina de Castro Pache de Faria, Dr. Acrysio Maciel da Silva, Miguel Perlingeiro Neto, Arthur Lontra Costa, Joaquim de Mello e Prisco de Almeida (CRUZADA Nacional..., 1934a). Ou seja, professores do Liceu de Humanidades e Escola Normal, professoras primárias, profissionais liberais ligados a instituições beneméritas como o Rotary Club, Jornalistas e demais elementos da sociedade civil, organizavam-se para a recepção da caravana da CNE, que passaria pelo município.

No dia 24 de outubro de 1934 desembarcou na cidade a esperada caravana, liderada pelo Dr. Gustavo Armbrust, com o objetivo de organizar uma campanha financeira para a criação de escolas primárias no município (idem, ibidem). Visitaram estabelecimentos de ensino e reuniram-se com a comissão local, discutindo estratégias de arrecadação para o intento, pois “sem dinheiro, nada se fará” (CRUZADA Nacional... 1934c, p. 4). A comissão local assumiu a tarefa de levantar os fundos destinados

à instalação de escolas de alfabetização, sem preocupação de luxo, de construção de palacetes, de sumptuosos edifícios. Funcionará em salas que lhe forem oferecidas. A despesa será apenas com a professora e quando possível com a assistência ao próprio aluno (idem, ibidem).

Dias após a visita da caravana o prefeito Costa Nunes publicou o Dec. n. 226, que cita a passagem da CNE pela cidade, e cria mais cinco escolas municipais, a serem instaladas nos distritos rurais (O COMBATE ao analfabetismo..., 1934), embora não tenha identificado as regiões e nem mencionado a nomeação de professores.

A primeira escola inaugurada em Campos por ação do diretório local da Cruzada Nacional de Educação, foi a escola noturna de nº 6, instalada no Instituto Claparède, a cargo da professora Colinete Côrtes, destinada à alfabetização de adultos pobres (CRUZADA Nacional..., 1935a), como já citado no capítulo 3 dessa tese.

Em julho de 1935, Antonia Lopes deixou a presidência do diretório local da Cruzada Nacional de Educação, sendo substituída pelo proprietário da Rádio Cultura de Campos, Mário Ferraz Sampaio, que conclamava a sociedade, por meio da

imprensa, a ampliar sua participação na campanha de alfabetização, que havia se enfraquecido na cidade nos últimos tempos (CRUZADA Nacional... 1935c).

A Mensagem do interventor Ary Parreiras em 1935 lamentava o problema do analfabetismo no estado do Rio de Janeiro e a incapacidade financeira do governo em resolver tal questão. Salientava que

Conferencias e congressos têm sido realizados no paiz, e, em seu seio, technicos de alto valor e cidadãos eruditos têm demonstrado a necessidade premente de resolver tão magno problema, synthetizando na difusão e na racionalização do ensino o alicerce da grandeza futura da Nação. Mas, para isso, é mister possuir meios monetários e esses são, infelizmente, escassíssimos (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1935a).

Uma estratégia utilizada pelo diretório local da CNE para arrecadar recursos era realizar visitas às instituições de ensino, públicas e privadas, de ensino técnico, secundário e superior, arrecadando doações para manter a obra da campanha. Somente a escola noturna que funcionava no Instituto Claparède, por exemplo, com a frequência de 30 alunos, tinha a despesa de um conto e quinhentos mil réis por ano, e não contava com nenhum tipo de subsídio público.

Chegou-se a organizar um concurso entre os estudantes das instituições de ensino primárias, secundárias e superiores, oferecendo prêmios para aqueles que conseguissem levantar a maior importância em donativos, sendo o maior deles oferecido em dinheiro pela D. Finazinha Queiroz de Oliveira, principal expoente do “damismo” campista, sendo conhecida como a “Rainha da Bondade” (CRUZADA Nacional..., 1935b).

As mudanças no cenário político estadual e, conseqüentemente municipal, ao final de 1935, interferiram nas políticas voltadas para o ensino municipal e a criação de escolas nos distritos rurais.

Em novembro de 1935, quando Protógenes Guimarães assumiu o governo do Rio de Janeiro, eleito pela Assembleia Constituinte, escolheu para prefeito de Campos o Dr. Sylvio Bastos Tavares, substituindo o então prefeito interventor Costa Nunes. Uma das suas primeiras medidas à frente da administração municipal foi a substituição da Inspeção de Ensino Municipal pela Superintendência Municipal de Educação e Cultura, por meio do decreto nº 291, de 30 de dezembro de 1935. Para comandar a

pasta foi nomeado o diretor do Liceu de Humanidades e Escola Normal de Campos, professor Theobaldo de Miranda Santos (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1936d).

O novo órgão tinha como função, além de administrar o sistema de escolas primárias municipais, cuidar da inspeção sanitária e, principalmente, do serviço de “difusão cultural”. A Superintendência também administraria a Biblioteca, Arquivo e o Museu municipais (idem, ibidem).

Em relação à oferta do ensino municipal, o texto previa o número de sessenta escolas, criadas em termos legislativos por aquele decreto, porém “a serem organizadas e instaladas oportunamente” (idem, ibidem). O texto previa ainda um curso de férias para os professores municipais, realizado a cada três anos, em caráter obrigatório.

O novo prefeito, através da superintendência de educação, criou escolas municipais em distritos rurais, transferiu as mesmas para diferentes localidades nos mesmos distritos, e extinguiu outras, em seu curto exercício de oito meses, visto que, realizadas as eleições municipais, previstas na legislação estadual para o mês de julho de 1936, foi reconduzido ao cargo o ex-prefeito Costa Nunes, em agosto do mesmo ano (OS AUXILIARES da nova..., 1936).

Em 1937 a obra da Cruzada Nacional de Educação apresentava uma campanha nacional de criar mil e quinhentas escolas primárias em todo o país nas comemorações da abolição da escravidão, na data do 13 de Maio. Em Campos havia um cronograma de inaugurações, a começar pela “Escola Dr. Raul Leite” que já funcionava em Guarulhos, no Grupo Escolar Benta Pereira. Outra escola inaugurada nessas comemorações foi a Escola “Manoel M. Manhães”, na fazenda a Abadia. A reportagem do jornal Monitor Campista destacava o papel do Sr. “Gonçalo Vasconcellos [que] muito trabalhou por essa escola, [pois] o prédio foi construído à sua custa” (A OBRA da Cruzada..., 1937). No prédio da escola seriam inaugurados retratos do professor Manoel Martins Manhães e do proprietário da fazenda, o sr. Gonçalo Vasconcellos.

Nas comemorações do 13 de Maio de 1937 foram também instaladas pela Cruzada Nacional de Educação as escolas “Joaquim de Athayde”, no mosteiro de São Bento situado no distrito de Mussurepe, onde foram inaugurados retratos do prefeito Costa Nunes, do professor Theobaldo de Miranda Santos e do patrono da escola; e a

Escola “Antunes Figueiredo”, na localidade de São Luiz, em Cardoso Moreira, 15º distrito (idem, ibidem).

As três escolas criadas no âmbito da campanha da Cruzada Nacional de Educação se inserem no espírito de filantropia e acumulação de capital social por parte de seus benfeitores, o que se pode notar com as cerimônias de inauguração de seus retratos, uma prática comum desde os primeiros tempos republicanos, com o surgimento dos grupos escolares.

A República foi a forma de governo criada pela civilização romana com base nas instituições, no intuito de impedir a tirania do personalismo monárquico. O republicanismo moderno construiu sua simbologia por meio de representações nacionais impessoais (a bandeira, o hino, as datas importantes, o barrete frígio, as armas, etc.) e mesmo quando tais representações se fizeram de forma humanizada, como a alegoria feminina de Marianne, deram-se de maneira abstrata, mitológica.

Segundo Carvalho (2007) a utilização mais consistente da alegoria feminina no republicanismo brasileiro foi obra dos positivistas. Porém, com o passar do tempo, a república oligárquica construiu uma estética em torno de heróis republicanos, como Tiradentes, o Marechal Deodoro, ou os republicanos históricos como Silva Jardim (idem, ibidem). O processo de substituição das representações alegóricas por heróis de carne e osso, inclusive contemporâneos do próprio movimento, demonstram a fragilidade das virtudes republicanas no Brasil, onde o personalismo político, ao contrário do que deveria promover o regime, se fortalecia.

Entre os símbolos representativos da República brasileira, destacaram-se as escolas primárias graduadas, seguindo o modelo dos grupos escolares, como mostraram Souza (1998), Faria Filho (2000), entre outros. A suntuosidade dos prédios e a sua localização nos núcleos urbanos indicavam a sua importância. Souza (1998) identificou que os grupos escolares criados na primeira década republicana em São Paulo homenagearam a memória

dos mais eminentes políticos republicanos (...). Homens que ocuparam cargos de presidente do Estado, secretário do interior, senadores, deputados, presidentes de Câmaras Municipais, políticos locais, barões, coronéis, doutores. É a República imortalizada na memória coletiva pela lembrança de seus representantes máximos (SOUZA, 2000, p. 134).

Tal característica, a nosso ver, revela a contradição presente no próprio republicanismo brasileiro, que ao invés de celebrar a “coisa pública”, por meio de seu caráter institucional, ou seja, republicano, tem a sua existência marcada pelo traço da personalidade. Nesse sentido, Souza (op. cit.) argumenta que “assim, a escola primária, dever do Estado e direito do cidadão, transforma-se em uma dádiva; não é apresentada à população como decorrência de uma política social, mas como resultado do concurso de um ‘honorável cidadão’” (idem, *ibidem*, p. 134).

Essa prática se acentuou ao longo da Era Vargas, principalmente durante o período do Estado Novo (1937-1945), o retrato do “Chefe da Nação” passou a figurar não apenas nas paredes das escolas, senão de todas as repartições públicas, além de instituições privadas diversas, estabelecimentos comerciais e até mesmo nos lares das famílias.

No caso da inauguração das escolas por meio da Cruzada Nacional de Educação nas comemorações da abolição em 1937 é evidente a presença dessa ideologia da dádiva encobrindo as políticas públicas, ou a ausência delas. A escola Dr. Raul Leite, por exemplo, tratava-se de um curso primário instalado no mesmo prédio público estadual do Grupo Escolar Benta Pereira, em Guarulhos. O projeto das “Escolas Dr. Raul Leite” foi uma obra do Dr. Raul Leite, proprietário de um laboratório da indústria farmacêutica cujo objetivo era manter uma escola primária em cada estado brasileiro, sendo a do Rio de Janeiro mantida em Campos (A OBRA da Cruzada..., 1937).

No segundo exemplo, a benemérita ação do Sr. Gonçalo de Vasconcellos, proprietário de uma das maiores usinas de açúcar do país e também da fazenda onde se instalou a escola, reforçava a sua imagem como benfeitor, ao fazer inaugurar na escola o seu próprio retrato junto ao do seu patrono. O mesmo filantropo havia patrocinado em 1935 a construção do prédio do Centro Operário Católico, como mostrado no capítulo 2.

No caso da escola Joaquim de Athayde, foi obra dos padres do Mosteiro de São Bento, no distrito rural de Mussurepe. A inauguração do retrato do professor Theobaldo de Miranda Santos junto ao do prefeito Costa Nunes e ao do patrono da escola não se deve apenas ao fato de Miranda Santos ser o responsável pela Superintendência Municipal de Educação e Cultura, mas simboliza a sua influência enquanto liderança do laicato católico em Campos dos Goytacazes. Assim que tomou

posse do cargo público, o novo secretário municipal enviou uma carta ao bispo diocesano D. Octaviano de Albuquerque, onde informava:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex. que no dia 4 do corrente tomei posse do cargo de Superintendente de Educação e Cultura da Municipalidade de Campos.

Na expectativa das gratas ordens de V. Ex., assegure-lhe a expressão do meu apreço e da minha consideração (SANTOS, *apud* SOUZA, 2015).

Ou seja, nesta carta, em papel timbrado da Superintendência Municipal de Educação e Cultura (ver anexo VIII), o superintendente coloca a pasta responsável pela educação e cultura no município à disposição do bispo diocesano, e a criação dessa escola no Mosteiro de São Bento demonstra essa relação.

Analisada a situação da educação primária ao longo dos primeiros anos da década de 1930, tomando como objeto o município de Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro, é possível perceber que os primeiros anos após a Revolução de 1930, durante a vigência do governo provisório, foram intensos os debates em torno da educação e proteção da infância, por meio de diversas ações envolvendo setores distintos da sociedade civil e os seus interesses específicos na organização das políticas de educação.

No entanto, no período posterior à promulgação da Constituição de 1934, percebe-se um arrefecimento dos debates que envolviam, principalmente, a educação primária. Num contexto marcado pelo acirramento dos radicalismos políticos, a preocupação com a infância parecia ter sido relegada, à medida em que a administração pública voltava suas preocupações para os jovens, quer seja da classe trabalhadora, orientado para o ensino profissional, ou das elites “condutoras da nação” nos ensinos secundário e superior. A educação da infância assumia cada vez mais um caráter assistencial, contando cada vez mais com a atuação de associações filantrópicas e demais setores da sociedade civil.

A situação das escolas primárias no interior do estado do Rio de Janeiro no período compreendido entre a segunda metade da década de 1930 e o início da década de 1940 foi de abandono. Tal situação, no entanto, seria revertida no período pós-guerra, nos governos do grupo varguista comandado por Ernani do Amaral Peixoto, principalmente no mandato do próprio “Comandante”, entre 1951 e 1955, período que escapa aos limites do recorte temporal dessa tese.

4.2.3. O abandono da escola primária em Campos

Os reflexos da mudança no cenário político brasileiro após o ano de 1935 nas políticas de educação no estado do Rio de Janeiro foram intensos. A perseguição aos intelectuais progressistas e a prisão de muitos deles, como o próprio Paschoal Lemme, afastou dos quadros públicos os elementos afeitos à modernidade pedagógica e desfez as políticas por eles elaboradas. O governo de Protógenes Guimarães (1935-1937), ao restabelecer nos quadros da educação pública os mesmos elementos que atuaram no final da Primeira República, demitidos por Celso Kelly em sua reforma, abortou o desenvolvimento da escola pública primária no interior do Estado.

Os seis grupos escolares de Campos dos Goytacazes que em 1934 receberam um maior número de professoras e de estudantes, e também os dois novos criados naquele ano, com o reajustamento promovido por Paschoal Lemme, não foram providos de melhorias em suas instalações com o passar do tempo. Em 1937, três anos mais tarde, a situação dessas escolas era de total abandono, com poucos recursos do governo destinados à educação. Naquele ano o jornal *Monitor Campista* realizou uma série de reportagens relatando a situação em que se encontravam essas escolas.

Segundo o jornal, Campos possuía uma “população escolar vultosíssima e sempre crescente em número, [sendo] verdadeiramente singular e espantosa a multidão de crianças já iniciadas nos estudos” (*MONITOR Campista...*, 1937a, p. 1). No entanto, a situação das escolas estaduais era bastante precária. O Grupo Escolar João Clapp, por exemplo, cujo prédio original corria risco de desabamento em 1934, foi transferido, com a política do reajustamento, para um casarão localizado à Av. 15 de Novembro, às margens do rio Paraíba do Sul.

Tratava-se de um prédio do século XIX (Figura 29), que não recebera as devidas obras de adaptação para o funcionamento da escola. “Quartos e salas, num total de oito commodos, foram transformados em salas de aula. Nesses commodos, todos exíguos e deixando muito a desejar no tocante à hygiene, comprimem-se as crianças” (*Idem, ibidem*). A escola recebia cerca de duzentos alunos em cada turno, totalizando mais de quatrocentas crianças.

Em relação às condições higiênicas observadas, a matéria indicava que “a instalação sanitária do prédio, tal é o seu estado, (...) não nos foi mostrada” (idem, *ibidem*), e que a escola não possuía espaço adequado para os exercícios físicos, sendo estes realizados no jardim (figura 30). Além disso, o grupo escolar não dispunha de serviços médicos.

Figura 29 - Residência que abrigou o Grupo Escolar João Clapp a partir de 1934.



Fonte: Revista Fon-Fon. Acervo da Biblioteca Nacional Brasileira.

Os alunos são descritos como “uma infância indigente. Na sua palidez e magrezas físicas, como na sua roupinha rota, amarfanhada e suja, adivinha-se a fonte de onde ella emana. Si fora do Grupo, alguém quizer encontrá-la, é percorrer os pardieiros e casebres” (idem *ibidem*). Por fim, a reportagem denunciava a ausência de material escolar, sendo fornecidos pelo governo estadual apenas dois cadernos, por ano, para cada aluno.

A inadequação do prédio para o funcionamento de um grupo escolar continuou a ser noticiada pela imprensa, que no ano seguinte retomava as suas denúncias em relação à falta de ventilação das salas de aula, a sujeira acumulada nas paredes e no teto e a ausência de banheiros, como denunciado na matéria: “no actual ‘João Clapp’ não existe, a rigor, a instalação sanitária. Isso foi noticiado. Entretanto, a esse respeito, nenhuma medida também se tomou” (AS DEPLORÁVEIS condições..., 1938).

Figura 30 - Vista do jardim e do prédio onde funcionou o Grupo Escolar João Clapp - 1931-1942



Fonte: Acervo pessoal de Genilson Soares

Apesar das reiteradas denúncias, o prédio que abrigava o Grupo Escolar nunca fora reformado. Devido ao seu grau de comprometimento, a escola foi transferida para o prédio do Grupo Escolar 15 de Novembro, no ano de 1942, quando deixou de ser um grupo escolar, tornando-se um curso primário noturno, chamando-se Curso Noturno João Clapp. Com a criação do ensino supletivo no Brasil em 1971 o curso, permanecendo no prédio do 15 de Novembro, tornou-se a Escola Estadual de Ensino Supletivo João Clapp, como indica um “Atestado de frequência dos funcionários efetivos”, de janeiro de 1978. Os documentos encontrados no Colégio Estadual 15 de Novembro indicam que o João Clapp deixou de existir logo em seguida pois, no regimento da escola publicado em 1982, na seção destinada ao ensino supletivo, não há mais referências à Escola Estadual de Ensino Supletivo João Clapp.

Outra escola que apresentava condições preocupantes em seus aspectos higiênicos em 1937 foi o Grupo Escolar Saturnino de Brito, criado com o reajustamento de Paschoal Lemme em 1934. Da mesma maneira que o G E João Clapp, a nova escola havia sido instalada numa antiga residência, na região da Coroa. O aspecto de seu prédio, como relatado pelo jornal Monitor Campista, parecia

um ambiente de escola da roça, (...) [de] lugares esquecidos pelos poderes públicos, (...) triste, sombrio, onde mesmo não se ouve a alegria cantante da infância (...), [chegando] a constituir uma infâmia à memória do seu patrono, homem de tão levantados ideaes e que tanto se preocupou com o progresso material de sua terra (MONITOR Campista..., 1937b).

O prédio dispunha de apenas cinco quartos que eram utilizados como salas de aula, pouco arejados e mal iluminados. Em algumas das salas funcionavam “duas séries, separadas apenas por um quadro negro, de que ambas se utilizam, e tendo, não raro, uma série a atenção attrahida pelo que se passa na outra” (idem, ibidem). Os materiais para o funcionamento da escola, como o mobiliário existente, não foram fornecidos pelo governo, mas adquiridos com recursos conseguidos através de doações e rifas (idem, ibidem).

O Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, localizado junto à fábrica de tecidos no bairro da Lapa, possuía uma média de seiscentos alunos em 1937. Tratavam-se de “crianças paupérrimas, filhas de operários residentes naquele bairro” (MONITOR Campista..., 1937c). A escola também enfrentava sérios problemas materiais, como a falta de mobiliário, complementado por bancos emprestados pela vizinhança, e o escasso material didático. O prédio apresentava goteiras e umidade, sendo constantemente inundado pelas águas do Rio Paraíba do Sul. (idem, ibidem).

As péssimas condições do prédio se agravaram ao longo dos anos, como se pode ver atestado no livro de Termos de Visita, preservado na escola. Em 1944 o inspetor Carlos Henrique da Silva assim registrava:

O prédio continua nas mesmas condições em que se achava em o ano próximo findo, necessitando de limpeza e reparos gerais - Carlos Henrique da Silva, 27 de março de 1944.

A escola funciona em um prédio alugado ao governo, cujo estado é o mais deplorável, necessitando de inadiáveis reformas, está sujo, cheio de goteiras, portas e janelas quebradas, instalações de água de rua e sanitária em péssimo estado; enfim, um pardieiro - Carlos Henrique Silva, 15 de abril de 1947.

Tais relatos se estenderam até o ano de 1951, quando o prédio apresentava ameaça real de desabamento, pondo em risco a vida das crianças e das professoras, sendo a escola transferida para o mesmo prédio do Grupo Escolar Quinze de Novembro, para onde já havia sido transferido o G E João Clapp, porém funcionando apenas no período noturno, como curso para a educação de adultos.

O G E Visconde do Rio Branco permaneceu funcionando junto ao 15 de Novembro entre os anos de 1951 e 1955, quando o edifício que ocupa até os dias atuais como Colégio Estadual Visconde do Rio Branco foi inaugurado, no bairro da Lapa.

Apesar da expansão da educação primária no estado do Rio de Janeiro durante o Estado Novo, sob o governo da interventoria de Ernani do Amaral Peixoto, sobretudo no período em que esteve à frente do Departamento de Educação o secretário Rubens Falcão, como atestou Quaresma (2014), a situação regular de diversas escolas primárias se manteve precária, sendo superadas apenas na década de 1950.

Em Campos, durante a interventoria de Amaral Peixoto no Estado Novo, foram construídas duas Escolas Típicas Rurais: uma em Guarulhos e outra em Cardoso Moreira. Em relação aos grupos escolares houve um grande progresso apenas após o término do Estado Novo, com a construção do prédio para o Grupo Escolar Modelo no bairro do Turf Club, onde funcionava desde 1934 o Grupo Escolar “José do Patrocínio” (Figura 30).

Com a inauguração da obra em 1947, o grupo escolar do bairro do Turf Club, teve a sua denominação substituída por Grupo Escolar Saldanha da Gama, em meio às comemorações do centenário de nascimento de seu novo patrono, campista ilustre.

Figura 31 - Fachada do prédio do grupo escolar Saldanha da Gama, no Turf Club - 1945



Fonte: Acervo Alzira Vargas do Amaral Peixoto – CPDOC-FGV.

Considerações finais

O poema de Drummond que inicia esse trabalho como epígrafe revela o quanto é tentador nos depararmos com a porta aberta da verdade, essa que não nos permite entrar por inteiro, ficando sempre uma metade de fora que, ao entrar pela porta novamente, depara-se com a outra metade da mesma verdade. O poeta alerta, no entanto, que não é possível apreender toda a verdade, restando-nos optar conforme a nossa miopia.

De fato, um trabalho como esse é realizado a partir de opções. A primeira delas está relacionada a qual porta abrir e, uma vez aberta, quais as ferramentas metodológicas e teóricas serão mobilizadas para apreciar, questionar, apreender e atribuir significados às fontes encontradas, às vezes luminosas, como as verdades do poema, às vezes nebulosas e mesmo obscuras. Nesse momento, ao contrário do poema, devemos controlar nossos caprichos e ajustar nossa miopia para que não nos deixemos impressionar pela luminosidade das supostas verdades que, por vezes, encobertam aspectos importantes para a compreensão dos nossos questionamentos.

Na pesquisa, partimos sempre de um lugar definido no tempo, que é o presente, e no espaço. Meu ponto de partida é o município de Campos dos Goytacazes, no norte do estado do Rio de Janeiro, que atualmente ocupa a 84^a posição entre os 92 municípios fluminenses no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, referente aos anos finais do ensino fundamental, e vem apresentando uma considerável queda no número de matrículas nesse segmento da educação básica, uma redução de aproximadamente 13% em uma década (2008-2018) (IBGE, 2019).

Esse mesmo município constitui um importante polo de Ensino Superior, sediando e concentrando a maior parte das atividades da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, que recebe um considerável contingente de estudantes de diversos municípios do Rio de Janeiro e também dos Estados vizinhos, o mesmo acontecendo com o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF, que concentra nesse município a sua reitoria, o *campus* Campos-Guarus, o Centro e Referência, um polo de inovação e o *campus* Campos-Centro, a maior de suas quinze unidades, distribuídas por doze municípios do Estado. Isso sem contar com o Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional – ESR da Universidade Federal Fluminense e o *campus* da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro –

UFRRJ, além das diversas instituições privadas de ensino superior que atuam na cidade.

O município de Campos dos Goytacazes também apresenta em sua paisagem urbana uma série de vestígios de um passado aristocrático — bastante celebrado em textos literários e acadêmicos, e nem sempre problematizado — entre os quais se inclui um rico patrimônio material escolar.

Diversos estudos importantes foram desenvolvidos nas últimas décadas envolvendo instituições escolares centenárias como o Liceu de Humanidades⁹⁷, Escola Normal de Campos⁹⁸, Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha⁹⁹, Escola Modelo Seis de Março¹⁰⁰, Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Brás¹⁰¹ e Escola de Aprendizes Artífices¹⁰², além de instituições mais jovens como a Escola Técnica Estadual Agrícola Antônio Sarlo¹⁰³, entre outras.

Buscando preencher a lacuna dos estudos sobre a história da educação primária no município de Campos dos Goytacazes, desenvolvi minhas investigações sobre as políticas de educação primária no estado do Rio de Janeiro durante a Primeira República (RODRIGUES, 2019), que me permitiram compreender as políticas que originaram, inclusive, algumas instituições escolares também centenárias, em plena atividade, como o Colégio Estadual Visconde do Rio Branco e o Colégio Estadual 15 de Novembro.

No entanto ainda despontam na paisagem da cidade prédios escolares que nos chamam a atenção, tanto por sua arquitetura capaz de atender a uma grande quantidade de alunos, quanto por sua localização na dinâmica da trama urbana, convidando-nos para que os decifrem. Verdadeiros monumentos e testemunhos de políticas educacionais de uma época, notadamente as décadas de 1940 e 1950, esses prédios escolares me atraíram para uma das “portas da verdade”, mencionadas pelo poeta, revelando-me, porém, a necessidade da abertura de outras tantas portas que

⁹⁷ Martínez & Boynard (2004; 2010); Martínez & Fagundes (2010); Martínez; Gantos; Boynard (2006)

⁹⁸ Martínez (2009)

⁹⁹ Reis (2013); Reis & Martínez (2013; 2014); Silva & Martínez (2014); Silva; Martínez; Amaral (2016); Silva (2016a)

¹⁰⁰ Boynard (2006)

¹⁰¹ Rodrigues (2019); Rodrigues & Martínez (2014; 2016);

¹⁰² Gomes (2017)

¹⁰³ Altoé (2017)

acabaram por revelar que o caminho é tão rico quanto o destino que se mirava. Resolvi então pavimentar o caminho para os que vierem depois de mim.

Por isso, essa tese apresenta o resultado da análise das políticas de educação primária executadas no município de Campos dos Goytacazes nos anos da primeira fase da chamada “Era Vargas”, entre 1931 e 1937, buscando observar a dinâmica das forças políticas locais, compreendendo a sua cultura política e suas diversas variáveis componentes, que foram permeadas pelos debates sobre educação e, especificamente, sobre a educação da infância, naquele período.

Nessa análise foi perseguida uma problemática envolvendo o a compreensão do lugar ocupado pelo município de Campos dos Goytacazes no cenário político do estado do Rio de Janeiro na década de 1930, a situação da educação primária nesse município do interior fluminense, as políticas educacionais experimentadas e o lugar ocupado pela escola primária na dinâmica da cidade. Por fim, buscou-se verificar em que medida os modelos experimentados, na prática, refletiam os debates, os discursos e os projetos de país que se apresentavam naquele contexto.

Seguindo esses questionamentos, foi possível compreender a existência de uma cultura política composta pelos seguintes elementos: o ruralismo, a defesa de um Estado interventor nas questões sociais, o militarismo, o catolicismo, o higienismo e as teorias racialistas, o corporativismo (incluindo o fenômeno do trabalhismo), e o personalismo.

Na década de 1920, em meio a um contexto de crise do capitalismo liberal no período entreguerras, o Brasil foi palco de uma série de debates em torno dos seus projetos de nação, dentre os quais estava a questão da educação como elemento integrante do processo de formação de uma identidade nacional.

Um primeiro aspecto a ser destacado, no caso do estado do Rio de Janeiro, foram as discussões em torno de uma identidade fluminense fundada nos ideais ruralistas. Foi possível perceber que se tratava de um amplo debate na sociedade brasileira, que tinha o Rio de Janeiro – a velha Província Fluminense – como espaço privilegiado, mas não o único, onde se desenvolvia tal discussão. No caso fluminense, o tema era herdeiro dos debates políticos do século XIX, travados entre os membros do Partido Liberal e os representantes do Partido Conservador, conhecidos na velha província como “Saquaremas”.

No interior dos debates ruralistas sobre a identidade fluminense, durante a década de 1920 havia, entretanto, uma diferença que também refletia as disputas interoligárquicas da política estadual naquele contexto.

Em finais dos anos 20 a política fluminense se dividia entre as forças de situação, organizadas em torno do presidente Manuel Duarte e da liderança de Feliciano Sodré, cuja territorialidade era centrada na capital do Estado, estendendo-se num raio que abrangia desde Macaé até a região serrana de Friburgo e Petrópolis, formando o 'sodrelismo'; e, por outro lado, organizavam-se as forças que tinham grande penetração no interior do Estado, principalmente na região norte, que controlaram a política fluminense durante as duas primeiras décadas do século XX, e passaram a se abrigar nas fileiras da oposição desde a derrota da candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em 1922 e a derrocada do nilismo também no controle da política fluminense, sobretudo após a morte do seu líder em 1924.

Ambas as forças políticas tinham como característica comum a defesa do ruralismo como projeto, trazendo, no entanto, diferenças significativas. Os nilistas eram herdeiros do pensamento social de Alberto Torres, que projetava um futuro baseado numa sociedade rural na modernização da atividade agrícola, envolvendo a diversificação da produção rural organizada em pequenas e médias propriedades e a sua dinamização por meio de uma educação rural que promovesse, ao mesmo tempo, o desenvolvimento técnico da agricultura e a construção de uma sociedade rural culta, orientada a partir da atuação de políticas promovidas por um Estado interventor.

Tal concepção contrastava com a cultura política desenvolvida na capital fluminense, alinhada ao modelo monocultor e agroexportador da política dos grandes Estados (SP e MG), tendo como principal centro irradiador o movimento da Renascença Fluminense, desenvolvido no âmbito da Academia Fluminense de Letras em Niterói, com apoio de Feliciano Sodré e das forças políticas da capital federal. A concepção de sociedade rural compartilhada por esse grupo buscava retomar a "idade de ouro" da velha província fluminense, quando o Rio de Janeiro era o centro da economia cafeeira nacional na segunda metade do século XIX, com base no latifúndio monocultor e exportador e na escravidão. Com a vitória da Revolução de 1930 esse grupo foi retirado do poder fluminense, ao mesmo tempo em que as antigas lideranças nilistas retornavam aos postos importantes da administração do Estado.

A defesa de uma sociedade politicamente centralizada por meio de um Estado interventor era parte de um forte sentimento antiliberal instalado após a Primeira Grande Guerra, e reforçado com a crise do capitalismo financeiro do final da década de 1920. Se a economia liberal teria sido responsável pelo avanço técnico, como naquele momento observava Celso Kelly, “com a utilização do vapor, do petróleo, da eletricidade (...), o automóvel (...), o avião (...), o telefone, o telegrafo, os rádios, permitindo que a humanidade toda se intercomunique” (KELLY, 1934), trouxe também a competição das “sociedades individualistas” (idem, *ibidem*) e a destruição por meio da guerra.

De acordo com Santos (2007) o antiliberalismo tem origem na reação católica à Revolução Francesa, por meio do pensamento de autores como De Maistre, Bonald e Donoso Cortés, que desenvolveram, nos anos 1920, outro sentido para o princípio da autoridade, onde a relação entre os governantes e os governados poderia “se estabelecer tanto pela existência de corporações profissionais, como por uma elite esclarecida através do plebiscito (...) [produzindo] um modo específico de legitimação democrática (SANTOS, 2007, p. 283).

Essa reação católica buscava a retomada dos espaços perdidos desde a ascensão do liberalismo laico pós-Revolução Francesa. Repleto do mesmo sentimento antiliberal identificado no ruralismo, o movimento de reforma católica, que até a década de 1870 buscava combater e negar a modernidade, a ciência e a técnica, a partir do século XX, no processo de romanização da Igreja, objetivava a sua inserção na sociedade moderna, tornando necessária a aproximação com as novas técnicas, com o domínio da linguagem, da imprensa, da educação e, fundamentalmente, da penetração nas estruturas do Estado.

Estabelecia-se então a necessidade de construir, sobre os erros e escombros das democracias liberais, um modelo de sociedade coletivista, onde as individualidades só fizessem sentido no interior de agrupamentos sociais: a família, a profissão, as associações e agremiações das mais diversas, a religião e, amalgamando todas elas, o Estado. Ou seja, a legitimação democrática se faria por meio da representação das entidades de classe junto ao Estado, formando uma “democracia de massas” ou o modelo do Estado corporativo, desenvolvido no Brasil pelo sociólogo católico Francisco José de Oliveira Vianna.

Uma nova organização do Estado também requeria a necessidade de se discutir a conformação da sua nação, do seu povo, ou, usando uma expressão dos eugenistas da década de 1930, da sua raça. Além do higienismo e do sanitarismo, que orientaram as reformas urbanas na passagem do séc. XIX para o XX, e também interferiram na materialidade das escolas, desde a arquitetura dos prédios escolares até o mobiliário, com o objetivo de disciplinar corpos, apresentou-se com intensidade nos debates sociais e educacionais, a ciência eugênica.

A eugenia surgiu no final do século XIX como a ciência que pretendia estudar a transmissão hereditária de características biológicas entre as gerações, o que incluiria doenças ou “degenerescências” e supostamente traços de comportamento. A eugenia contribuiu para o avanço das teorias racialistas que foram bastante mobilizadas nos debates sociais dos anos finais da década de 1920.

De acordo com uma parcela dos eugenistas o desenvolvimento econômico de um país dependia da “superioridade” de sua “raça”, e de pouco adiantaria promover transformações no meio, pois as características raciais, de caráter biológico, não seriam alteradas. Defendia-se então medidas radicais de “seleção natural” como a esterilização em massa dos elementos indesejáveis, além da proibição de casamentos interraciais e o estímulo à migração de indivíduos considerados biologicamente superiores, para promover o “melhoramento da raça”. Essas práticas eram classificadas como eugenia negativa, cujo principal representante no Brasil era o médico Renato Kehl, que atraiu apoio nos meios intelectuais, como o escritor Monteiro Lobato e o próprio Oliveira Vianna, já citado. O médico Renato Kehl também exerceu influência sobre a ABE, participando, inclusive, como conferencista nas primeiras edições da Conferência Nacional de Educação.

Por outro lado, havia a chamada eugenia positiva, que compartilhava da ideia de que determinados traços são transmitidos hereditariamente entre as gerações, mas questionava os determinismos raciais e não encontrava na mestiçagem nenhuma característica de inferioridade racial. A eugenia positiva compreendia que os problemas nacionais, que influenciavam no desenvolvimento dos países, estavam relacionados às condições sanitárias, educacionais e de trabalho dos povos, e nesse sentido propunham ações para a educação do povo e a orientação em relação ao cuidado sanitário no desenvolvimento das crianças. Acreditavam, inclusive, que o atendimento às condições básicas promoveria o “melhoramento da raça” e que

caracteres adquiridos poderiam, de forma lenta, ser transmitidos aos descendentes. O maior expoente desse grupo foi o médico e antropólogo do Museu Nacional, Edgard Roquette-Pinto, que também foi um membro atuante da ABE.

Uma das estratégias adotadas para a formação de uma infância saudável, robusta e disciplinada foi a militarização, por meio do escotismo, que ganhou grande projeção nas décadas de 1920 e 1930, tanto nos meios educacionais como também religiosos. Embora o escotismo tenha uma matriz protestante, desenvolveu-se o escotismo católico, sendo a Associação de Escoteiros Católicos do Brasil uma das mais influentes do mundo, chegando a participar da fundação do *Office International des Scouts Catholique*, sediado em Roma.

Observando as Conferências Nacionais de Educação promovidas pela ABE percebemos o quanto essas questões até aqui levantadas (o antiliberalismo, o higienismo, a eugenia, o ruralismo, o ensino religioso, o escotismo) dividiam espaço com os princípios escolanovistas e a modernidade pedagógica, como o desenvolvimento de métodos de ensino com base nos estudos de psicologia infantil, a necessidade do aprimoramento da formação dos professores, entre outros aspectos. Em alguns casos essas questões se complementavam, produzindo resultados híbridos, como foi o caso do ensino regional com ênfase no ruralismo pedagógico.

O ensino regional era um tema importante no interior da ABE, sobretudo devido à experiência da professora Armanda Álvaro Alberto com a Escola Proletária, mais tarde nomeada como Escola Regional de Meriti, inspirada pelo ensino intuitivo da Escola Nova, desenvolvendo um modelo de educação integrada às necessidades da comunidade na qual estava inserida a escola. A relevância do tema fez com que a quarta edição da Semana da Educação, realizada em 1931, fosse totalmente dedicada ao ensino regional, com ênfase na educação rural.

Na primeira metade da década de 1930 o debate atraiu interessados de diversas vertentes, desde aqueles alinhados à esquerda marxista, como a própria Armanda Álvaro Alberto e o seu marido, também educador, Edgard Sussekind de Mendonça, até os elementos ligados à extrema direita, como o próprio Oliveira Vianna. Apesar do abismo ideológico que dividia os diferentes grupos em torno do ensino regional, ambos refutavam o individualismo e a ideia liberal do Homem universal.

A discussão sobre o ensino regional atraiu também o Diretor da Instrução Pública do estado do Rio de Janeiro, o Dr. Celso Kelly, que se aproximou da ABE e fez realizar em Niterói, capital fluminense, a quinta edição da Conferência Nacional de Educação, onde o tema do ensino regional foi amplamente discutido. Em seu livro “Educação Social”, publicado em 1934, Kelly expressa seu pensamento antiliberal corporativista, fazendo duras críticas ao liberalismo ao defender que no lugar da sociedade dos indivíduos era necessário o desenvolvimento das sociedades coletivistas, assentadas na representação política dos diferentes grupos que compunham a sociedade civil, de forma harmoniosa.

Naquele contexto era criada na capital federal a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT), associação que reuniu intelectuais de diferentes matizes dispostos a estudar a obra do jurista fluminense e também promover ações no sentido de implementar políticas de reflorestamento; criação de condições para a fixação do camponês à terra, evitando o êxodo rural, o que incluía a educação agrícola. Os intelectuais que integravam a SAAT viram na proposta do ensino regional uma estratégia bastante eficaz na ampliação de sua atuação pelo país.

Nessa tese pude identificar a presença de todas essas discussões na cidade de Campos dos Goytacazes que, além da importância que representava para a economia nacional, devido a sua produção açucareira, recuperava o seu prestígio político após a Revolução de 1930.

Em trabalho anterior (RODRIGUES 2019) pude observar, nos anos da Primeira República (1889-1930), as iniciativas que buscavam imprimir um sentido de modernidade à educação das crianças no município de Campos. Naquele período foi instalado na cidade um dos primeiros grupos escolares do Estado, chegando a disputar e posteriormente dividir seu espaço com a Escola Normal (outro atestado de seu desenvolvimento educacional, assim como o Liceu de Humanidades). Posteriormente, ainda naqueles anos, instalaram-se três grupos escolares e foram criadas simultaneamente uma escola modelo e uma escola “ao ar livre”, que foi a primeira deste tipo a se implantar no Brasil, colocando o país a par do que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, em termos de educação nova.

Observando as décadas de 1920 e 1930 foi possível observar que uma das principais responsáveis pela disseminação da modernidade pedagógica escolanovista em Campos foi a educadora Antonia Ribeiro de Castro Lopes. Formada pela Escola

Normal de Campos, Antonia Lopes iniciou sua carreira como professora primária de escola isolada em Campos, tornando-se a primeira diretora do Grupo Escolar 15 de Novembro, em 1915. Naquele ano frequentou a Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo e, observando a sua Escola Modelo, colaborou para a criação de uma instituição do mesmo tipo junto à Escola Normal de Campos, da qual se tornou professora de Pedagogia.

Ao longo da década de 1920 Antonia Lopes publicou textos sobre o ensino intuitivo e a sua aplicação no ensino da matemática e na disciplina de “lições de cousas”, além da sua “Synopsis de Pedagogia e Methodologia Didactica”. Também apresentou trabalhos nas duas primeiras Conferências Nacionais de Educação da ABE (1927 e 1928), defendendo a criação de cursos superiores de pedagogia e a importância da educação sanitária.

Entre 1929 e 1930 Antonia Lopes realizou o tão cobiçado curso de aperfeiçoamento no Instituto Jean-Jacques Rousseau em Genebra, na Suíça, com o renomado professor Edouard Claparède. Nesse período conheceu variadas experiências pedagógicas em diversos países europeus. Ao retornar ao Brasil passou a integrar os debates sobre o higienismo e a eugenia no campo dos estudos sobre a puericultura, quando passou a se dedicar à organização dos círculos de pais e professores, o desenvolvimento da Escola Maternal e a criação de um “Curso Prático Doméstico” voltado para as empregadas domésticas, com noções de puericultura para o cuidado dos bebês.

Em 1931 a professora integrava uma comissão na ABE para a elaboração de diretrizes que contribuiriam na formulação de uma legislação geral sobre o ensino primário no Brasil, enquanto tentava implementar em Campos um “centro recreativo e educativo para crianças”, que se materializou no ano de 1933 com a criação do Instituto Claparède, instalado na praça Almirante Porto¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Em 1944 a praça Almirante Porto foi transformada no Parque Alzira Vargas, um centro de recreação e saúde da infância, construído entre 1942 e 1943, e inaugurado em janeiro de 1944 pelo interventor Ernani do Amaral Peixoto, homenageando sua esposa, e filha do presidente Getúlio Vargas. Desde 2015, depois de décadas de abandono, o espaço abriga a “Cidade da Criança”, um parque recreativo infantil.

Outra iniciativa relevante que contou com a participação da professora Antonia Lopes, foi o Instituto Fluminense de Ciências Educacionais, uma instituição inovadora dedicada à formação de nível superior para os professores.

No entanto, é importante destacar que os aspectos inovadores de tais iniciativas preconizadas pela professora Antonia Lopes conviviam com os elementos conservadores do corporativismo e do antiliberalismo católico, que eram bastante expressivos em Campos. Por exemplo, ao mesmo tempo em que se lutava, por um lado, para a criação de um centro recreativo das crianças, com base na psicologia infantil de Montessori e Claparède, por outro, instituíam-se na cidade os grupos de escoteiros católicos.

Da mesma forma, se observamos o programa do Instituto Fluminense de Ciências Educacionais, é possível perceber que a seção de Psicologia Educacional ficava a cargo do professor Theobaldo de Miranda Santos, um dos maiores expoentes do laicato católico campista, discípulo fervoroso e muito próximo de Alceu Amoroso Lima; enquanto a seção de Biologia Educacional era composta pelos eugenistas Walfrido Costa e Rinaldi Antunes, entre outros, ficando a Seção de Pedagogia sob a responsabilidade das professoras Antônia Lopes e Josefa Lopes. Nesse sentido, o Instituto Fluminense de Ciências Educacionais representa um bom exemplo da complexidade daquele período, sendo uma síntese pensamento educacional em tempos de incertezas.

Naquele contexto o educador Paschoal Lemme atuou como inspetor regional em Campos. A medida de reajustamento das escolas primárias urbanas promoveu uma organização mais racional do ensino primário, ao extinguir as escolas isoladas e distribuir as professoras e os estudantes pelos grupos escolares. No entanto, o que na memória do educador ficou marcado como a criação de “mais uns quatro grupos escolares” em Campos (LEMME, 2004, p. 164), não transformou, nos anos seguintes a precariedade das escolas primárias por ele encontradas. Não pela implementação da política planejada por Celso Kelly, mas justamente por sua interrupção.

Com a interrupção das políticas educacionais da interventoria de Ary Parreiras pelo governo de Protógenes Guimarães, a educação primária do estado do Rio de Janeiro viveu uma situação de abandono, resolvida, em parte, durante a recuperação ocorrida na interventoria de Amaral Peixoto, com a instituição do regime do Estado

Novo, porém, consolidada apenas em seu governo democrático entre 1950 e 1955, como já atestado por Quaresma (2014).

Referências

a) Documentos oficiais:

- ANNUARIO administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1917: Almanak Laemmert. 2º vol. Estados. Rio de Janeiro, Officinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1917.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Acta da 176ª reunião do Conselho Diretor*, realizada em 09 de fev. de 1931a.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Acta da 178ª reunião do Conselho Diretor*, realizada em 23 de mar. de 1931b.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Acta da 183ª reunião do Conselho Diretor*, realizada em 27 de abr. de 1931c.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Acta da 186ª reunião do Conselho Diretor*, realizada em 25 de mai. de 1931d.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Acta da reunião do Conselho Diretor*, realizada em 17 de out. de 1932a.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Acta da reunião do Conselho Diretor*, realizada em 31 de out. de 1932b.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Acta da reunião do Conselho Diretor*, realizada em 12 de dez. de 1932c.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Acta da reunião do Conselho Diretor*, realizada em 09 de jan. de 1933.
- BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento de 1920*.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Conselho Nacional de Estatística: *Sinopse Estatística do Município de Campos*, Rio de Janeiro: IBGE, 1948.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano III – 1937. Rio de Janeiro, Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1937.
- BRASIL. Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social. *Diário Oficial da União*, Seção 1, Rio de Janeiro, Distrito Federal, p 6.857, 6 abr. de 1935.
- BRASIL. Tribunal Superior de Justiça. *Boletim Eleitoral*, Ano III, Suplemento ao n. 49, Rio de Janeiro, Distrito Federal, 13 de jun. de 1934b.
- CAMPOS DOS GOYTACAZES. Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes. Campistana Fotográfica, s/d. Disponível em: <http://www.camaracampos.rj.gov.br/campos/campistana-fotografica>. Acesso em 27 de jul. de 2019.
- CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal de Campos. *Campos no Estado Novo*: Publicado na administração do sr. Dr. Mario Pinheiro Mota. Campos, Estado do Rio. Escola de Aprendizes Artífices, 1939.
- DIOCESE DE BARRA DO PIRAÍ E VOLTA REDONDA. *Nossa História*. s/d. Disponível em: <http://diocesevr.com.br/institucional/>. Acesso em 23 ago., 2019.

DIOCESE DE CAMPOS. *História*. s/d. Disponível em: <http://diocesedecampos.org.br/historia/>. Acesso em 23 ago., 2019.

ESCOLA ESTADUAL 15 DE NOVEMBRO. *Regimento Escolar*. Campos dos Goytacazes, 1982.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Atos do Governo Provisório da República*. Ministério da Educação e Saúde Pública. O ensino vocacional agrícola. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 3 fev. 1933a.

_____. A instalação de casas maternais e jardins da infância nas fábricas que funcionam no Estado do Rio. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 4 nov., 1933b.

_____. Actos do Poder Executivo. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 25 out., 1934

_____. Actos do Poder Executivo. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 15 mar., 1933c

_____. Campos. Atos da Municipalidade. Abre crédito de 3:000\$000 para a prossecução das obras do “Instituto Claparède”. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 18 out. 1933d

_____. *Collecção de Leis, resoluções não sancionadas, decretos, deliberações e portarias do Governo*. 1900. Petropolis, Typographia da Papelaria Jeronymo Silva, 1901.

_____. Convenção Educacional Fluminense. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 20 mai., 1936a.

_____. Departamento de Educação. *As escolas típicas rurais: suas finalidades, seu funcionamento*. Niterói, 1945. Acervo Ernani do Amaral Peixoto (EAP 1942.04.28 int). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Fundação Getúlio Vargas.

_____. Departamento da Educação e Iniciação ao Trabalho. Sumula demonstrativa do movimento das escolas primárias, no mez de outubro do anno de 1935. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 18 mar. 1936b.

_____. Departamento de Educação e iniciação do trabalho. Súmula demonstrativa do corpo docente, matrícula e frequência das escolas públicas no mês de outubro de 1933. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 6 dez., 1933e

_____. Diretoria da Instrução Pública: Súmula demonstrativa do movimento das escolas primárias do Estado, no mês de outubro de 1932. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 23 jan. 1933f.

_____. Extrato dos Estatutos do “Instituto Claparède”. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 26 jan., 1933g.

_____. Governo Provisório do Estado. Atos do Poder Executivo. Decreto n. 2.874, de 6 de fevereiro de 1933. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 6 fev., 1933h.

- _____. *Indicador de Leis, Decretos, Deliberações e mais atos relativos ao período de 1 de janeiro de 1900 a 31 de dezembro de 1919*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1921.
- _____. *Mensagem apresentada à Assembléa Constituinte do Estado do Rio de Janeiro pelo interventor Ary Parreiras*, setembro – 1935. Niterói: Artes Graphicas do Diário Official, 1935a.
- _____. *Mensagem enviada á Assembléa Legislativa em 15 de setembro de 1898 pelo presidente do estado Alberto de Seixas Martins Torres*. Rio de Janeiro: Papelaria Jeronymo Silva, 1898.
- _____. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1 de agosto de 1915*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1915.
- _____. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1925 pelo presidente do Estado, Feliciano Pires de Abreu Sodré*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1925b.
- _____. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1922*. Rio de Janeiro, 1922.
- _____. *Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de outubro de 1929 pelo presidente do Estado Manuel de Mattos Duarte Silva*. Rio de Janeiro, 1929.
- _____. *Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de outubro de 1930 pelo presidente do Estado Manuel de Mattos Duarte Silva*. Rio de Janeiro, 1930
- _____. *Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa pelo Sr. Governador do Estado, almirante Protógenes Pereira Guimarães, na sessão inaugural de 1º de Agosto de 1936*. Oficinas Graphicas do “Diário Official”, Niterói, 1936c.
- _____. *Regulamento: Instrução Publica Primária (Decreto n. 2.105, de 2 de março de 1925*. Typographia do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1925.
- _____. *Relatório da Interventoria ao Exmo. Sr. Presidente da República: Período de 1931-1934*. Oficinas Graphicas do “Diário Official”, Niterói, 1935b.
- _____. Secretaria do Interior e Justiça. *Atos do Secretário*. Diretoria da Instrução Pública. Música e Canto Orfeônico. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 8 de março de 1933i.
- _____. Secretaria do Interior e Justiça. *Atos do Secretário*. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 12 abr., 1933j.
- _____. Departamento da Educação e Iniciação do Trabalho. Edital. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 3 de novembro de 1933k.
- _____. Prefeitura Municipal de Campos. Decreto nº 291. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Niterói, 03 de jan., 1936d
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Campos dos Goytacazes. *IBGE cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 25 de ago. 2019.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. *IAB 80 anos no rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2001

PARTIDO REPUBLICANO FLUMINENSE. *A sua acção política no Estado e na Federação, 1926*: Conferência realizada em Campos. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1926.

VASCONCELOS, Clodomiro. *Centenário da Independência do Brasil*: Álbum do Estado do Rio de Janeiro, 1922.

b) Correspondências

SANTOS, Theobaldo de Miranda. [Correspondência]. Destinatário: Alceu Amoroso Lima. 1935c.

SANTOS, Theobaldo Miranda. [Correspondência]. Destinatário: Alceu Amoroso Lima. 15 de set. de 1935d.

LANDIM, José Eduardo Ferreira. [Correspondência]. Destinatário: Alceu Amoroso Lima, 09 de out. de 1935.

c) Fontes orais

NUNES, Alaíde Pereira. *Entrevista concedida a Juliana Carneiro em 30 abr. 1996*. 2 cassetes sonoros. Arquivo do Laboratório de História Oral e Imagem – LABHOI, Universidade Federal Fluminense – UFF.

SILVA, Maria Geny Ferreira da. *Entrevista concedida a Juliana Carneiro em 24 jun. 1996*. 2 cassetes sonoros. Arquivo do Laboratório de História Oral e Imagem – LABHOI, Universidade Federal Fluminense – UFF.

d) Fontes da imprensa periódica

15 DE NOVEMBRO. *Gazeta do Povo*: Diário Republicano, Campos, domingo, 2 set. 1900.

15 DE NOVEMBRO. *O Fluminense*, Niterói, 15 de nov. de 1923.

5ª CONFERENCIA de Educação: a chegada da numerosa e ilustre caravana de conferencistas – a visita aos estabelecimentos fabris e aos de ensino – o almoço no Palace Hotel – o chá-dansante no Automóvel Club. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 06 de jan. de 1933.

A 5ª CONFERENCIA Nacional de Educação em Nictheroy: Uma nova organização do trabalho nas escolas fluminenses. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 de dez. de 1932.

A CATHEDRAL: Em marcha a idéa de sua transferência. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 28 de fev. de 1929a.

A CATHEDRAL: Está caminhando a idéa de sua mudança. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 26 de fev. de 1929b.

- A CATHEDRAL e a praça. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 27 de mar. de 1929.
- A CATHEDRAL e a tradição campista. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 04 de abr. de 1929.
- A CATHEDRAL de Campos. *Revista Vida Fluminense*, Campos dos Goytacazes, 1 de out. 1932.
- A CAUSA da Lavoura: ensino regional. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 jun., 1933.
- A ESCOLA Complementar tem nova diretora. *Folha do Commercio*: Diário da Associação Commercial de Campos, Campos dos Goytacazes, 11 de janeiro de 1931.
- A. FLUMINENSE de Escoteiros. *O Fluminense*, Niterói, 17 de ago. de 1924.
- A INAUGURAÇÃO do Instituto Claparède: como se realizou a cerimonia. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 06 mar., 1934.
- A INSTRUÇÃO no Norte, segundo uma professora campista: De regresso de sua viagem de férias, a prosecta educadora d. Antonia de Castro Lopes nos diz das suas impressões dos Estados que visitou, especialmente do de Pernambuco. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 01 de abr. de 1933.
- A MORTE do Padre Carmelo. *O Fluminense*, Niterói, 12 de out. de 1935.
- A OBRA da Cruzada Nacional de Educação: o 13 de Maio será comemorado com mais de 1.500 escolas em todo o Brasil – Escolas que serão inauguradas em nosso município. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 12 de mai., 1937.
- A PRAÇA da República: urge que se cuide desse logradouro público, a bem dos alunos da escola maternal. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 8 de abril de 1930.
- A QUESTÃO Social. *O Malho*, Rio de Janeiro, n. 1149, ano XXIII, 20 de set. de 1924.
- A QUINTA Conferência de Educação: a vinda amanhã à nossa cidade dos congressistas. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 04 de jan. de 1933.
- A QUINTA Conferencia Nacional de Educação: o que nos disse o diretor de Instrução do Estado do Rio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 de Dezembro de 1932.
- A REDE. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 19 de jul. de 1931).
- A REUNIÃO dos prefeitos fluminenses. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de dez. de 1932.
- A SEMANA. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 29 de jan. de 1935.
- A SITUAÇÃO do ensino em Campos. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 19 de abr. 1934.
- A TRANSMISSÃO do governo no Ingá. *O Fluminense*, Niterói, 27 de dez. de 1927.
- A “UNIÃO dos Moços Catholicos” no Congresso Eucharistico. *A União*, Rio de Janeiro, 02 de nov. de 1922.

- A VISITA do Interventor. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 9 de fev. 1931.
- ANTUNES, Rinaldi. O problema de Proteção à Infância. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 06 de fev. de 1931.
- AS DEPLORÁVEIS condições do Grupo Escolar “João Clapp”. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 18 de mai., 1938.
- AS MISSÕES. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 21 de mar. 1925.
- AS SEMANAS ruralistas brasileiras. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 24 de jan. de 1935a.
- AS SEMANAS ruralistas brasileiras: Campos contemplada com um desses certamens – algumas sugestões do MONITOR. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 24 de jan. de 1935b.
- AS SEMANAS ruralistas brasileiras: O município de Campos incluído entre os que serão contemplados com esses certamens pela S.A.A.T. – uma carta do secretário geral ao MONITOR. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 18 de set. de 1935c.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Educação: as reuniões da secção de ensino primário. *A Noite*, Rio de Janeiro, 16 de abr. de 1931.
- ASSOCIAÇÃO dos Empregados no Commercio de Campos. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 18 de set. de 1931.
- ASSOCIAÇÃO dos Professores Católicos de Campos: A festa do seu 1º aniversário, hoje. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 30 de ago. de 1932.
- BATALHÃO Escolar. *Gazeta do Povo*: Diario Republicano, Campos, 28 ago. 1900.
- BETHLEM, Hugo. O escotismo e a formação das elites. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 7 de fev. de 1939.
- BUNGALOW a ser construído no Bairro Jardim Maria de Queiroz (Cidade de Campos). *A Casa*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 55, nov. 1928. Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 27 de fevereiro de 2019.
- CAMINHA Victoriosa a idéa da mudança da cathedral camposina. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 16 de mar. de 1929.
- CAMPANHA benemérita: o presidente da Cruzada Nacional de Educação, o sr. Dr. Gustavo Armbrust, concedeu ao MONITOR, interessante entrevista. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 14 de set, de 1934.
- CAMPOS aguarda mais uma visita do interventor Amaral Peixoto: S. Excelencia chegará na próxima segunda-feira – a inauguração do Parque Infantil. *Monitor Campista*, 01 jan., 1944.
- CARMELO, Antonio. Falando aos catholicos. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 17 de mai. de 1925.
- CENTRO Catholico. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 27 de abr. 1924.
- CENTRO Operário Catholico. *Correio Paulistano*, São Paulo, 09 de set. de 1927.

- CENTRO Operário Católico de Campos. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 26 de nov. de 1931.
- CENTRO Operário Católico: Aquisição de sua sede própria. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 18 de jun. de 1932.
- CENTRO Operário Católico: Entregue a uma elogiosa finalidade, festejará hoje a terminação das obras de seu edifício próprio. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 29 de ago. de 1935.
- CENTRO Recreativo e educativo para crianças. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 17 de out. de 1932.
- CHEGOU A S. Paulo o escoteiro Álvaro. *O Fluminense*, Niterói, 16 de out. de 1923.
- CHOQUE de Opiniões. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 03 de mar. de 1929.
- COLLEGIO Normal. *Gazeta do Povo*, Campos dos Goytacazes, 12 de jan. 1901.
- COLLEGIO Nossa Senhora Auxiliadora: a inaugurar-se em Campos no dia 1º de Março do anno próximo. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 25 de dez. de 1924.
- COLLEGIO N. S. Auxiliadora: A chegada das irmãs salesianas. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 18 de fev. 1925.
- COLLEGIO Rio de Janeiro: Fundado em 3 de outubro de 1921. *O Fluminense*, Niterói, 29 de jun. de 1921.
- COMBATAMOS o analfabetismo: Ribeiro Grande precisa de uma escola. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 12 de abr., 1932.
- COMBATE ao analfabetismo: Mais cinco escolas creadas pela Prefeitura de Campos. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 30 de out. de 1934.
- CÔNEGO João de Barros Uchôa. *Correio Paulistano*, São Paulo,
- CONEGO João Uchôa. *Jornal do Recife*, Recife, 11 de jan. de 1920.
- CONEGO Uchoa. *Correio Paulistano*, São Paulo. 10 de abr. de 1929.
- CONFERENCIA sobre o ensino regional na capital fluminense. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 jun., 1933.
- CONGRESSO de ensino regional. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 25 de out. de 1934.
- CONGRESSO Eucharistico. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 22 de setembro de 1922.
- CONGRESSO Eucharistico Diocesano. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 10 de mar. de 1935.
- CONGRESSO Parochial: a sua direção e o seu programma. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 09 de mar. de 1933.
- CORREIO nos Estados: Estado do Rio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 02 jul., 1933.

- COSTA, Walfrido. O sineiro do bispado. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 17 de junho de 1931.
- CRUZADA Nacional de Educação: a embaixada que chegará hoje a esta cidade e os objetivos da sua visita. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 24 de out. de 1934a.
- CRUZADA Nacional de Educação: a próxima visita de sua caravana, precedida pela de Thomé Guimarães, hoje, a esta cidade – os seus serviços à instrução pública no estado do Rio. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 21 de out., 1934b.
- CRUZADA Nacional de Educação: a sua primeira escola noturna. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 12 fev., 1935a.
- CRUZADA Nacional de Educação: base do concurso a realizar-se em agosto próximo. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 25 de jul., 1935b,
- CRUZADA Nacional de Educação: o que foi feito hontem pela caravana ora em Campos – As visitas realizadas – o programma da Cruzada explanado pelo seu presidente. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 27 de out. de 1934c.
- CRUZADA Nacional de Educação: trabalhos que serão desenvolvidos pelo diretório – a patriótica campanha precisa do auxílio de todos os brasileiros. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 20 de jul. de 1935c.
- CURSO de Inspectores de Ensino Especializado, no Estado do Rio: A primeira aula será dada hoje. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01 de dez. de 1932.
- DE NICTHEROY a Montevideo. *O Fluminense*, Niterói, 13 de mai. de 1924.
- DESIGNAÇÃO de professoras para Campos e S. João da Barra. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 04 de mar. De 1931.
- DIVERSAS. *O Fluminense*, Niterói, 5 de abr. 1919.
- DO RIO a Santiago a pé. *O País*, Rio de Janeiro, 24 de jun. de 1924.
- DOS ESTADOS. *A União*, Rio de Janeiro. 09 de fev. de 1922.
- EDUCAÇÃO Cívica. *Gazeta do Povo*: Diário Republicano, Campos dos Goytacazes, 30 de ago. de 1900.
- EM TORNO da Cathedral. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 29 de mar. de 1929.
- ENSINO. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 12 de ago. 1921.
- ESCOLA ao Ar Livre 'Presidente Wenceslau Braz'. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 24 de ago. 1919.
- ESCOLA Complementar: o que vai ser essa nova escola. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 10 de mar. de 1929.
- ESCOTEIRO que anda fazendo um raid. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 de abr. de 1924.
- ESCOTEIROS catholicos. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 13 de mai. de 1925.
- ESCOTISMO. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 06 de ago. de 1926.

- ESCOTISMO. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 18 de jul. de 1924a.
- ESCOTISMO. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 24 de jul. de 1924b.
- ESCOTISMO. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 29 de mai. de 1919.
- ESTÁ em Organização o Partido Popular Radical. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 27 de jan. 1933.
- ESTADO do Rio de Janeiro: Actos do Poder Legislativo. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 18 de nov. de 1913.
- EXAMES de escoteiros. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 21 de out. de 1928.
- EXPOSIÇÕES. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 13 de novembro de 1932.
- GÓES, Campos pe. Campistas, pela grandeza do Brasil. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 7 de mai. 1931
- GOMES, Aurélio. Os anarchistas e a syndicalização das classes no paiz. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 26 de abr. de 1931a.
- _____. Os operários têm razão. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 1 de mai. 1931b.
- GRANDE Procissão Eucharistica de Domingo, 14 do corrente. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 11 de jul. de 1925.
- GYMNASIO do Recife. *Jornal Pequeno*, Recife. 18 de fev. de 1919.
- IGREJA e orfanato nos moldes traçados por São João Bosco: Uma encantadora festa na próxima semana, cujo resultado se destina a essas obras. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 30 de abr. de 1944.
- INCIDENTE na cathedral de Campos: Uma explicação do vigário geral daquela diocese. *A Noite*, Rio de Janeiro, 17 de mar. de 1933.
- INCIDENTE no interior da Cathedral de Campos por causa da propaganda política: a polícia, de armas embaladas, ocupou o templo. *A Noite*, Rio de Janeiro, 13 de mar. de 1933.
- INSTITUTO Claparède. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 03 mar., 1934a.
- INSTITUTO Claparède. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 02 mar., 1937
- INSTITUTO Claparède: como a inauguração do seu primeiro pavilhão. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 04 mar., 1934b.
- INSTITUTO de Architectos. *A União*, Rio de Janeiro, 30 de jan. de 1921.
- INSTITUTO Fluminense de Ciências Educacionais. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 30 de nov. de 1932a.
- INSTITUTO Fluminense de Ciências Educacionais: Algumas informações importantes aos interessados. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 25 de ago. de 1932b.

- INSTRUÇÃO Municipal. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 15 de mar. de 1931.
- LANDIM, José Eduardo. Carta aberta ao sr. Plínio Casado, *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 9 de fev. 1931.
- LEAL, Leovigildo. ACTOS da Revolução. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 24 de fev. 1931a.
- _____. !Exultai, mães campistas!. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 31 de março de 1931b.
- LEITE JÚNIOR, Arthur A. "Boys Scowtes". *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 9 de jan. de 1935.
- LICEU e Escola Normal. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 11 de set. de 1931.
- LIGA Catholica. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 19 de abr. de 1925.
- LIGA Eleitoral Catholica. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 22 de nov. de 1932.
- LIGA Polytechnica de Hygiene. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 27 de ago. de 1922.
- LOPES, Antonia Ribeiro de Castro. Impressões sobre o ensino no Estado de S. Paulo. *Jornal do Commercio* (Edição da Tarde), Rio de Janeiro, 9 de jun. 1914.
- _____. O ensino das taboadas. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 25 de set. 1923.
- _____. Um aplauso. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 20 de fev. de 1931.
- MEETING. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, sexta-feira, 7 de fev. de 1930.
- MELLO, Joaquim de. Nossas credenciaes. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 16 de out. de 1931.
- MONSENHOR Dr. Henrique Mourão. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 15 de jul. 1924.
- MORETZSOHN, Homero. Militarização da infância. Revista *A Aurora*: Letras-Artes-Sciencias. Campos dos Goytacazes, Ano VIII, n. 22, set. 1900.
- MONITOR Campista nas escolas: Desoladora impressão de uma visita ao Grupo "João Clapp". As péssimas instalações do prédio onde funciona esse estabelecimento de ensino – salas exíguas e sujas – Exercícios phisicos sem assistência médica – Dois cadernos, por anno, aos alunos!. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 22 mai., 1937a.
- MONITOR Campista nas escolas: O Grupo "Saturnino de Britto" é uma infâmia à memória do seu patrono. Estabelecimento abandonado, à carência de quase tudo – Duas séries numa sala, separadas por um quadro-negro – Sem luz bastante e, sem arejamento – Bancos emprestados pela vizinhança e falta de diários de classe. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 25 mai., 1937b.

- MONITOR Campista nas escolas: realizada hontem a terceira etapa de nossa campanha, com uma visita ao Grupo “Visconde do Rio Branco”. A insuportável humidade do prédio – O auxílio material aos alunos. Benefícios da caixa escolar, mantida pelas professoras. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 27 de mai., 1937c.
- MONTEVIDEO: Seu progresso social-catholico – pequena Belgica organizada. *A União*, Rio de Janeiro. 30 de jun. de 1921.
- MOVIMENTO social nacional e catholico na Argentina. *A União*, Rio de Janeiro. 23 de jun. de 1921.
- NA Instrução Pública. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 13 de fev. de 1931a.
- NA Instrução Pública. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 04 de mar. de 1931b
- NA INSTRUÇÃO Pública. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 13 de mar. de 1931c.
- NA SOCIEDADE dos Amigos de Alberto Torres. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 09 de jan. de 1935.
- NEM FIADO, nem à vista. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 22 de jun. de 1930.
- NICTHEROY. *A Cruz*, Rio de Janeiro. 30 de nov. de 1930.
- NOMEAÇÕES. *O Fluminense*, Niterói, 12 de jan. de 1905.
- NOTAS & Novas. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 06 de ago. de 1926)
- NOTAS Sociaes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de jun. de 1921).
- O 13 DE MAIO no Quartel General da Abolição. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 10 de mai. de 1938.
- O BRILHANTE feito do escoteiro Alvaro Silva. *O Fluminense*, Niterói, 28 de jun. de 1924
- O EMBELLEZAMENTO da Matriz de Campo Grande. *O Malho*, Rio de Janeiro, Num. 1207, ano XXIV, 31 de out. de 1925.
- O ENSINO EM Pernambuco: Na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres a professora Maria do Carmo Ramos Pinto Ribeiro fala sobre a Escola Rural Modelo. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 06 mai., 1933.
- O ENSINO Normal no estado do Rio: O que nos informa o secretário do interior e justiça. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de jan. de 1931.
- O ENSINO primário. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 01 de fev. de 1931.
- O ENSINO regional em Rezende. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 13 jun., 1933a.
- O ENSINO regional no estado do Rio: A interessante palestra de hoje. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 jun., 1933b.

- O ENSINO religioso nas escolas estaduais. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 16 de mai. de 1935.
- O ENSINO religioso nas escolas: mal caminho. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 12 de mai. de 1931.
- O ENSINO religioso: a manifestação cívica de ante-hontem. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 12 de mai. de 1931a.
- O ENSINO religioso: O telegrama de resposta ao ver. Benjamin Cezar. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 14 de mai. de 1931b.
- O ESCOTEIRO... *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 25 de fev. de 1939.
- O ESCOTISMO. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 28 de jan. de 1917.
- O ESCOTISMO em Campos. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 18 de set. de 1928.
- O ESTUDO da agricultura nas escolas primárias: Apello da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres às autoridades federaes, estaduaes e municipaes. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 20 de jan. de 1933.
- O MONUMENTO ao Christo Redemptor. *A União*, Rio de Janeiro, 03 de mai. de 1921.
- O NOVO Cura da Cathedral. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 26 de fev. de 1929.
- O PLEITO no Estado e em Campos. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 03 de mai. de 1933.
- O POVO não quer a mudança da cathedral. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 26 de mar. de 1929.
- O PREFEITO e as escolas municipaes. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 07 mar., 1931.
- O QUE foi o compromisso dos Escoteiros da Saúde e a homenagem a Tiradentes da Sociedade Commemoradora das Datas Nacionaes: Prossegue a 'Semana Escoteira'. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 de abr. de 1928.
- O REAJUSTAMENTO das escolas primárias de Campos: a justificação dessa medida, do ponto de vista tecnico, por uma autoridade pedagógica. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 12 de jun., 1934a.
- O REAJUSTAMENTO das escolas primárias de Campos: as opiniões das professoras d. Antonia Ribeiro Lopes de Castro e Delphina Teixeira de Sá Vianna sobre o palpitante assumpto. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 20 de jun., 1934b.
- OLAVO Bilac: A recepção do príncipe dos poetas brasileiros na gare da Central. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 de out. de 1915.
- OS AUXILIARES da nova administração municipal de Campos. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 de ago., 1936.
- OS ESCOTEIROS Fluminenses. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 15 de jun. de 1924.

- OS ESCOTEIROS. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 18 de ago. de 1922.
- OS PREPARATIVOS para a Quinta Conferencia Nacional de Educação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 de dez. de 1932.
- PADRE Carmello. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 01 de fev. de 1929.
- PADRE Luiz Gonzaga de Campos Góes. *Jornal Pequeno*, Recife. 05 de dez. de 1927.
- PALAVRAS de fé de um homem do Estado. *O Fluminense*, Niterói, 13 de nov. de 1937.
- PELA Radio-Cultura de Campos. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 13 de dez. de 1932.
- PELO Escoteirismo: A brilhante demonstração, hoje, na Praça S. Salvador, perante o chefe nacional dos escoteiros catholicos, dr. Peixoto Fortuna. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 22 de jan. de 1932.
- PELO Escotismo: Todas as escolas deviam adoptar o ideal de Baden Powell. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 17 de abr. de 1929a.
- PELO Escotismo: O Rio cuida de intrudizil-o em suas escolas. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 19 de abril de 1929b.
- PINHEIRO, Ruy. Instituto Fluminense de Sciencias Educacionaes: Programma de Biologia Applicada à Educação. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 15 de set. de 1932.
- PINTO, Manoel José da Silva. Ainda sobre o ensino religioso. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 29 de mai. de 1931.
- PROBLEMAS que se prendem ao progresso de Campos: brilhante palestra realizada pela professora d. Antonia Ribeiro de Castro Lopes na última reunião do Rotary Club de Campos. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 21 de mar. de 1934.
- PROFESSOR Everardo Backheuser. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 24 de set. de 1938.
- PROFESSOR Everardo Backheuser realizou hontem a sua primeira conferencia. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 25 de set. de 1938.
- RAID Conde Pereira Carneiro. *O Fluminense*, Niterói, 8 de ago. de 1923
- REALIZA-SE hoje em Niterói... *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de jun. de 1921.
- RECONSTRUAMOS a Cathedral: Appello ao povo da cidade e da Diocese de Campos. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 11 de abr. de 1930.
- REORGANIZA-SE no Estado do Rio o Tradicional Partido Nilista: A reunião de hontem. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 26 de jan. 1933.
- REQUERIMENTOS despachados. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 5 de jul. 1919.
- SAMPAIO, Alberto J. de. Ensino Regional. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 09 de mar. de 1933.

- SANTOS, Manoel Mesquita dos. Um monumento architectonico que orgulha os fluminenses: Campos é a cidade que possui a mais artística e vetusta Cathedral do Estado do Rio de Janeiro – História da Diocese – Notas sobre a construção do famoso monumento, inaugurado por ocasião das festas centenárias. *O Jornal*, Número especial comemorativo do Centenário de Campos, Rio de Janeiro, 01 de mai. de 1935a.
- SANTOS, Theobaldo de Miranda. A criança e o sonho I: Por Theobaldo de Miranda Santos (Professor do Instituto Fluminense de Ciências Educacionais). *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 21 de set. de 1932a.
- _____. A criança e o sonho II: Por Theobaldo de Miranda Santos (Professor do Instituto Fluminense de Ciências Educacionais). *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 22 de set. de 1932b.
- SANTOS, Theobaldo de Miranda. Saudação proferida no Congresso Eucarístico pelo dr. Theobaldo de Miranda Santos, diretor do Lyceu de Humanidades e Escola Normal Official de Campos e dirigida ao dr. Alceu de Amoroso Lima. *O Jornal*, Número especial comemorativo do Centenário de Campos, Rio de Janeiro, 01 de mai. de 1935b.
- SECRETARIA Geral do Estado: Actos do secretário geral. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 13 de mai. de 1923.
- SOCIEDADE dos Amigos de Alberto Torres: A fundação do núcleo campista, a sua directoria provisória e as suas primeiras resoluções – A visita do secretário geral Raul de Paula. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes. 01 de fev. de 1933a.
- SOCIEDADE dos Amigos de Alberto Torres: A posse da directoria do sub-núcleo de Campos – a brilhante caravana do Rio que virá assistir a essa solenidade – um parecer honroso para nossa terra. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 10 de fev. de 1933b.
- SOCIEDADE dos Amigos de Alberto Torres: A profissão de fé do núcleo campista. *Monitor Campista*, 25 de fev. de 1933c.
- SOCIEDADE dos Amigos de Alberto Torres: As últimas visitas dos torreanos cariocas e as homenagens prestadas pelo sub-núcleo campista. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 21 de fev. de 1933d.
- SOCIEDADE dos Amigos de Alberto Torres: o encerramento do curso das professoras de escolas regionais – a conferencia do sr. Fernando de Azevedo e o que disseram os professores Alberto Sampaio, Anna Silveira e o Sr. Raul de Paula. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11 mai., 1933e
- SOCIEDADE dos Amigos de Alberto Torres: os problemas que vão ser atacados pelo núcleo campista. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 03 de mar. de 1933f.
- SOUSA, Horácio. Contra a religião, contra a revolução... *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 24 de jul. 1931a.
- SOUZA, Horácio. Pela grandeza de Campos. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 19 de abr. 1931c.

- TERMINADAS as férias, volta a alegria das escolas: Ligeiras impressões colhidas em dois estabelecimentos de ensino. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 2 de mar. De 1932.
- TERRA, João da. Pela grandeza de Campos. *A Verdade*, Campos dos Goytacazes, 19 de mar. 1931
- UCHÔA, João de Barros. Mons. Apello. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 19 de mai. 1931.
- UCHÔA, João de Barros. Mons. O dever dos católicos na hora presente. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 17 de nov. de 1932.
- UM PASSO Ávante. Revista *A Aurora*: Letras-Artes-Sciencias. Campos dos Goytacazes, Ano VIII, n. 21, set. 1900.
- UMA Iniciativa nobre – Curso Prático Doméstico “Zuleika Lopes”. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 10 de out. de 1931.
- UMA obra catholica de grande alcance social em benefício da mocidade das escolas superiores. *Jornal Pequeno*, Recife, 03 de jan. de 1920.
- UNIÃO de Moços Catholicos. *A União*, Rio de Janeiro. 09 de fev. de 1922.
- UNIÃO de Moços Catholicos de Campos. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 17 de abr. de 1931.
- UNIÃO dos Moços Catholicos: O festival de sua instalação hoje. *Folha do Commercio*, Campos dos Goytacazes, 21 de abr. de 1931.
- V CONFERENCIA Nacional de Educação: a sessão inaugural amanhã, em Nictheroy – o programma oficial. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25 de dez. de 1932a.
- V CONFERENCIA Nacional de Educação: a sua instalação, hontem, em Nictheroy. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de dez. de 1932b.
- V CONFERENCIA Nacional de Educação: as deliberações de hontem e a ordem do dia para hoje. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 de dez. de 1932c.
- V CONFERENCIA Nacional de Educação: estiveram reunidas diversas comissões. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 de dez. de 1932d.
- V CONFERENCIA Nacional de Educação: os assumptos focalizados hontem e a ordem do dia de hoje. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de dez. de 1932e.
- V CONFERENCIA Nacional de Educação: Foi elaborado um plano nacional de Educação – Redação final dos preceitos que figurarão no ante-projecto de Educação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01 de jan. de 1933.

e) Obras consultadas

- AGUIAR, Marcela Peralva. A causalidade biológica da doença mental: uma análise dos discursos eugênicos e higienistas da Liga Brasileira de Higiene Mental nos anos de 1920-1930. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, p. 2-27, Vol. 8, n. 1, 2012. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41572>. Acesso em: 27 set. 2019.

- ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi de. Terceiro Grupo Escolar de Limeira-SP (1940-2010): *A dinâmica do tempo-espaço escolar*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- ALTOÉ, Dayane da Silva Santos. *Políticas para educação profissional: a trajetória histórica da Escola Técnica Estadual Agrícola Antônio Sarlo*. Campos dos Goytacazes – RJ: Essentia Editora, 2017.
- ALVES, Alexandre; PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. Eugenia, educação e saber médico: O discurso eugênico na I Conferência Nacional de Educação (1927). *História & Ensino*, Londrina, p. 427-451, v. 25, n. 1, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/33680>. Acesso em 04 dez. 2019.
- ALVES, Heloiza de Cacia Manhães. *Reformas urbanas e poder político: Os empresários e o projeto de modernização da cidade de Campos dos Goytacazes, 1890/1930*. Dissertação (mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, curso de história, Universidade Federal Fluminense, 1995.
- _____. *A elite local e a modernização urbana em Campos dos Goytacazes: Um projeto político (1930-50)*. Tese (doutorado em sociologia política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2013.
- AMATO, Rita e Cássia Fucci. Villa-Lobos, nacionalismo e canto orfeônico: projetos musicais e educativos no governo Vargas. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, p. 210-220, n. 27, set. 2007. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5012/art17_27.pdf. Acesso em: 28 set. 2019.
- _____. Momento brasileiro: reflexões sobre o nacionalismo, a educação musical e o canto orfeônico em Villa-Lobos. In: *Revista Eletrônica Complutense de Investigación en Educación Musical*, vol. 5, n. 2, 2008.
- ARANTES, Adleine Silva. *Processos de racialização nas escolas primárias pernambucanas (1911-1945)*. Tese (Doutorado). Departamento de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2014.
- ARAÚJO, Jaqueline Veloso Portela de. *Ruralismo pedagógico e escolanovismo em Goiás na primeira metade do século XX: O Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. *História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952): Uma abordagem comparada*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2013.
- AZZI, Riolando. *Os salesianos no Brasil à luz da História*. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1983.
- _____. Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia (orgs.): *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Editora Insular, 2008.

- BARIANI, Edson. Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. *Achegas: revista de ciência política*, Rio de Janeiro, n.36, p. 01-11, jul./ago. 2007.
- BARRETO, Dalmo. *Alberto Tôrres: Sociólogo e jornalista*. Niterói, s/e. 1970.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1996.
- _____. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. *Para uma historia cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998a.
- _____. La nature du politique. In: BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (Orgs.). *Axes et méthodes de l'histoire politique: Politique d'aujourd'hui*. Presses Universitaires de France, Paris, 1998b.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Prefácio de Jacques Le Goff. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOMBASSARO, Ticiane. *A educação física no estado de Santa Catarina: A construção de uma pedagogia racional e científica (1930-1940)*. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- BORG, Kajsa. What is sloyd? A question of legitimacy and identity. *Tidskrift: för lärarutbildning och forskning – Journal of Ressearch in Teacher Education*. Theme: Sloyd – Tradition in transition. N. 2-3, 2006. Disponível em: https://etselts.ee/wp-content/uploads/2016/09/lofu_nr2-3_2006.pdf#page=34. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.
- BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.
- BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto. *A Escola Modelo anexa à Escola Normal de Campos: a experiência da “Seis de Março” (1916 – 1932)*, 215 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, 2006.
- BRANDÃO, Zaia. *Paschoal Lemme* (Col. Educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- BRITO, Silvia Helena Andrade de. *Educação e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2001.
- BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CAMARGO, Aspásia; HILLPOLITO, Lucia; D'ARAUJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. *Artes da Política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986..
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas. O acervo Helena Antipoff como laboratório de pesquisa sobre a história das Ciências da Educação. *Educ. rev.*, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 83-101, Oct. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000500083&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.62648>.

- CARNEIRO, Juliana da Silva Pinto. *O Despertar de Nina Arueira: da disputa de memória à construção do mito*. Niterói: [s. n.], 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil (17ª reimpressão)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- _____. A Utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 82-99, 1991a.
- _____. Entre a autoridade e a liberdade. In: CARVALHO, José Murilo de (org). *Visconde do Uruguai*. São Paulo, Ed. 34, 2002.
- _____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi*, nº1, Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2000.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista, EDUSF, 2003.
- _____. Anísio Teixeira: Itinerários. In: *Seminário "Um olhar sobre Anísio"*. Mesa Redonda "Política Educacional", Rio de Janeiro, 3 set. 1999. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999a
- _____. *Molde Nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- _____. O território do consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In: Freitas, Marcos Cezar de (Org). *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista: EDUSP, 1999b.
- _____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011.
- CASTRO, Cláudio Afonso Muylaert Ribeiro de. *A problemática da agro-indústria açucareira no Estado do Rio de Janeiro*. Monografia. Bacharelado em Ciências Econômicas. Campos dos Goytacazes: Conjunto Universitário Cândido Mendes / Faculdade Cândido Mendes, 1995.
- CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: O PSD de Amaral Peixoto*. Tese (doutorado em história). Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.
- CHARTIER, Roger. *À beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002a.
- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2 ed. Algés: Difel, 2002b.
- _____. A "nova" história cultural existe?. *Cultura: Revista de história e teoria das ideias*. Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, v. 8, n. II, 2004.
- COELHO, Maricilde Oliveira. *A escola primária no estado do Pará (1920-1940)*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2008.
- COSTA, Rafael Navarro. *Tecendo as redes da política: Articulações e projetos na construção do amaralismo*. Dissertação (mestrado em história social da cultura).

- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2008.
- COSTA, Patrícia Coelho da. *Educadores do rádio: Concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935-1950)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CRESPO, Regina Márcia Gomes. *Políticas educacionais e magistério em terras fluminenses: Itinerário sócio-histórico do curso de Formação de Professores no Instituto de Educação de Campos*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes, 2009.
- CUNHA, Luiz Antônio. Sintonia oscilante: Religião, moral e civismo no Brasil – 1931-1997. *Cadernos de Pesquisa*. p. 285-302, v. 37, n. 131, maio/ago, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n131/a0437131.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.
- DIAS, Enéias Borges. A revista da Escola Normal de São Carlos e a moralização social: Culto cívico, religião da Pátria, o escotismo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, p. 157-166, n. 51, jun. 2013. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8640270/7829>. Acesso em: 16 de ago., 2018.
- DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *A revolução impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, Jun. 2008. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-1662008000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 Set. 2020.
- DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: Processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2012a.
- _____. Os mapas de frequência escolar e a produção dos serviços de fiscalização do ensino no estado do rio de janeiro (1924-1949). *Roteiro*, [S.l.], p. 13-40, jul. 2013. ISSN 2177-6059. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/2486>. Acesso em: 01 Set. 2015.
- DIAS, Enéias Borges. A revista da Escola Normal de São Carlos e a moralização social: Culto cívico, religião da Pátria, o escotismo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, p. 157-166, n. 51, jun. 2013. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8640270/7829>. Acesso em: 16 de ago., 2018.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. *A ofensiva verde: a Ação Integralista Brasileira (AIB) no estado do Rio de Janeiro (1932-1937)*. Tese. Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2009.
- FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. “As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944 uma nova ordem social e urbana”. CD – ROM dos

Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio Grande do Norte, Natal: 2000. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30591596/SHCU_As_Reformas_Urbanas_Contradicoes_Planos_de_1944.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DAs_reformas_urbanas_de_Campos_e_suas_con.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190627%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20190627T171604Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=a809452aa374b3af2758a764542f3d336c7f9b349f9ed1323ed53b697432bd36 Acesso em: 27 jun, 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000

_____. História da educação e história regional: experiências, dúvidas e perspectivas. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves; XAVIER, Libânia Nacif; BONATO, Nailda Marinho da Costa. (Orgs.). *História da educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

FARIAS, Washington Silva de. *Sentidos da língua e do sujeito a ensinar-aprender no Brasil: O discurso da Coleção Novo Manual de Língua Portuguesa F.T.D. (1909-1943)*. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial / EDUSP, 2001.

FEBVRE, Lucien. *O homem do século XVI*. Conferência. Revista de História. São Paulo, 1950.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Alberto Torres e o conservadorismo fluminense. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*. v.10, n.17, jan/jun de 2007.

_____. Alberto Torres: nacionalismo, imperialismo e o Brasil no século XX. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Paulo, jul. de 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300684292_ARQUIVO_AlbertoTorresAnpuh.pdf. Acesso em: 22 de set. de 2019.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense: a escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*. Tese (doutorado em história). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Conflito regional e crise política: A Reação Republicana no rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

_____. *A Reação Republicana e a crise política dos anos 20*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, p. 9-23, vol. 6, n. 11, 1993.

- _____. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Editora UFRJ/Edições Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1994.
- FERREIRA, Susana da Costa. *A I Conferência Nacional de Educação: Contribuição para o estudo das origens da escola nova no Brasil*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP: Brasília, 1993.
- FORTE, José Mattoso Maia. *O estado do Rio de Janeiro: Ensaio para o estudo de sua história*. 2ª ed. Diário Oficial. Niterói, 1945.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Alberto José Sampaio: um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 21, n. 33, p. 129-159, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 07 de ago. 2019.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. A califasia e a formação de professores na Escola Normal de São Paulo. *Educação & Formação*, v. 4, n. 10 jan/abr, p. 81-64, 9 jan. 2019.
- FREITAS, Carlos Roberto Bastos. *O mercado municipal de Campos dos Goytacazes: A sedução persistente de uma instituição pública*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2006.
- FREITAS, Marcos Cezar de. A educação como tema do pensamento autoritário no Brasil. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 53-86, jan. 1993. ISSN 2175-795X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10327>. Acesso em: 20 jul. 2019. doi: <https://doi.org/10.5007/%x>.
- FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História Social da Educação no Brasil (1926-1996)*. Col. Biblioteca Básica da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez, 2009.
- GAHYVA, Helga. Notas Sobre o Conservadorismo: elementos para a definição de um conceito. *Política & Sociedade*. Florianópolis, Vol. 16, n. 35, jan/abr de 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/2175-7984.2017v16n35p299/34246>. Acesso em: 20 de mar. de 2018.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. Alberto Torres e os higienistas: intervenção do Estado na educação do corpo (1910-1930). *Saúde e Sociedade*, USP, v. 23, p. 1445-1457, 2014.
- GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. *Escola de Aprendizes Artífices de Campos: história e imagens*. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora, 2017.
- GOMES, Sílvia Cunha. *A alfabetização na história da educação do Espírito Santo no período de 1924 a 1938*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

- HEES, Martha Pereira das Neves. *As Missões Culturais no estado do Rio de Janeiro: Jornadas educacionais entre o assistencialismo religioso e o missionarismo político*. Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Educação, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000.
- HEROLD JÚNIOR, Carlos. A educação corporal no Paraná através do movimento escoteiro em Guarapuava (1927-1936). In: *Educação em Revista* (Belo Horizonte). v. 27, n. 02, p. 123-150, ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982011000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 15 de dez. de 2017.
- INÁGIO, Marcilaine Soares. Intelectuais, Estado e a educação em Minas Gerais (1831-1840). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; INÁCIO, Marcilaine Soares (Orgs.). *Políticos, literatos, professoras, intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, SP: Autores Associados/SBHE, nº 1, 2001, p. 09-43.
- KELLY, Celso. *Educação Social: Os grandes problemas da educação*. Col. Biblioteca Pedagógica Brasileira, sob direção de Fernando de Azevedo. Série III. Atualidades Pedagógicas. Vol. X. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934.
- KERN, Gustavo da Silva. *“Educar é eugenzar”: racialismo, eugenia e educação no Brasil (1870-1940)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Programa de pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.
- KORNIS, Mônica Almeida. A nova situação fluminense. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo*. Setores da evolução fluminense, Vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996.
- LEMME, Paschoal. *Memórias de um educador*. Vol. 2. 2ª ed. Brasília: Inep, 2004a.
- LEMME, Paschoal. *Memórias de um educador*. Vol. 4. 2ª ed. Brasília: Inep, 2004b.
- LEMONS, Renato Luis do Couto Neto e. O republicanismo fluminense. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989a.
- LIMA, Santacruz. *Ressurge a velha província*, s/ed., 1944.
- LOPES, Ivone Goulart. *O projeto educativo das Salesianas na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, Campos/RJ, e a tessitura da Identidade da Professora Católica: 1937 – 1961*. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2013
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

- MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. A quem cabe educar?: Notas sobre as relações entre a esfera pública e a privada nos debates educacionais dos anos de 1920-1930. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 3, n. 1[5], p. 212-231, 15. Fev. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38717>. Acesso em 16 de ago. de 2018.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 dez. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>.
- MANOEL, Ivan Aparecido. A Ação Católica brasileira: notas para estudo. In: *Acta Scientiarum*, v. 21, n. 1, p. 207-215, 1999. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/4207/2872>. Acesso em 10/04/2019.
- _____. A Criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da ação católica. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (orgs.). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Editora Insular, 2008.
- MARTÍNEZ, S. A. Formando os professores no interior: A criação da Escola Normal de Campos no processo de implantação do sistema de instrução pública e de profissionalização do magistério no estado do Rio de Janeiro. *Historia de la Educación Anuario*, v. 10, p. 99-122, 2009.
- MARTÍNEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amelia de A. Pinto. Atrás da Casa-Grande: Memória, gênero e espaço escolar da Escola Normal de Campos (1895-1955). In: *Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação escolar em perspectiva histórica*, SBHE, 3., 2004, Curitiba. Curitiba: PUCPR, 2004.
- MARTÍNEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amelia de A. Pinto. O Ensino Secundário no Império e na Primeira República no Brasil: Entre as Ciências e as Humanidades. O caso do Liceu de Humanidades de Campos-RJ (1880-1930). *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 31 p. 121-153, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 2014.
- MARTINEZ, Silvia Alicia; FAGUNDES, Pedro Ernesto. As memórias liceístas: o arquivo do Liceu de Humanidades de Campos (Rio de Janeiro). *Cadernos de História da Educação*, UFU, v. 9, p. 239-249, 2010.
- MARTÍNEZ, Silvia Alicia; GANTOS, Marcelo Carlos; BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto. Arquitetura, Escola e Memória: O edifício do Liceu de Humanidades de Campos. *Cadernos de História da Educação*, n. 5, jan./dez. 2006.
- MARCHIORI, Maria Emilia Prado. O Amargo do Açúcar: Campos na década de 1920 (as condições de vida e trabalho nas esteiras da produção de açúcar). *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, volume 3, p. 87-95, ago. 1986.
- MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Decifrando o recado do nome: uma escola em busca de sua identidade pedagógica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.74, n.178, p.619-638, set./dez. 1993.

- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Entre cartas e cartões postais: uma inspiradora travessia. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007.
- MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: A compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação* (Bauru). v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132003000200004>. Acesso em 17 dez. 2017, 12h25min.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. O historiador e os arquivos. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro, Access, 1998.
- NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. Educação e civismo: Movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930). *Revista Brasileira de História da Educação*. n. 7, p. 43-74, 2004. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38670>. Acesso em 18 de dez. de 2017.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria; TERRIEN, Jacques. Os trabalhos científicos e o estado da questão: Reflexões teórico-metodológicas. *Estudos em avaliação educacional*. v. 15, n. 30, p. 5-16, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18222/eae153020042148>. Acesso em: 05 jul. 2017, 16h23min.
- NOFUENTES, Vanessa Carvalho. *Um desafio do tamanho da nação: a campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo*. Dissertação (mestrado). Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, 2008.
- Ó, Jorge Ramos do. Salazarismo e cultura. In: ROSAS, Fernando (Org.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Col. Nova História de Portugal, Vol. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- OLIVEIRA, Mariza da Gama Leite de. *Debates e embates na instrução pública primária e seus efeitos nas práticas do Instituto Ferreira Vianna (Rio de Janeiro, 1929, 1940)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- PAES, Ademilson Batista. *A escola primária rural em Mato Grosso no período republicano (1889-1942)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2011.
- PAIS, Luiz Carlos. História dos ariômetros escolares no ensino primário da matemática no Brasil (1883 – 1927). In: *Em teia: Revista de educação matemática e tecnológica ibero-americana*. Universidade Federal de Pernambuco. v. 5, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/2201>. Acesso em: 06 jul. 2019, 18h25min.
- PAIVA, Evelyn Morgan Monteiro. *O campo em revista: agrarismo e modernismo no estado do Rio de Janeiro nos anos de 1920*. Tese (Doutorado em História).

Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro, 2014.

PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. *História Oral*, revista da Associação Brasileira de História Oral. Vol. 3, p. 117-127, 2000. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=26>. Acesso em: 12 dez. 2017, 13h34min.

PINTASSILGO, Joaquim; BEATO, Carlos. (2015). Balanço da produção portuguesa recente: O exemplo das teses de doutoramento (2005-2014). In: ALVES, Luís Alberto Marques; PINTASSILGO, Joaquim. *História da Educação - Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Pesquisa: Balanço da Investigação Portuguesa (2005-2014)*. Porto: CITCEM, 2015. 245p.

PINTASSILGO, Joaquim. *República e formação de cidadãos: A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

PINTO, António Costa. Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária. In: PINTO, António Costa & MARTINHO, Francisco Palomanes (Orgs.). *A Vaga Corporativa: Corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Imprensa de Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa-PT, 2016.

PINTO, Jorge Renato Pereira. *O Ciclo do Açúcar em Campos*. Campos dos Goytacazes, [s. n.], 1995.

POLETTI, Ronaldo. 1934. Col. Constituições Brasileiras. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

QUARESMA, Márcia da Silva. *As escolas praianas no estado do Rio de Janeiro: O ideário republicano dos anos 50*. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.

_____. *O Comandante Amaral Peixoto e a política educacional fluminense: dos anos 1930 aos anos 1950*. Tese (Doutorado em educação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2014.

REIS, Fabiana de Arruda Resende. *O Ensino profissionalizante (feminino) no Brasil: uma análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos, RJ, 1922-1930)*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2013.

REIS, Fabiana de Arruda Resende; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. O ensino profissional feminino no Brasil: Uma análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922-1930). In: *Revista A Cor das Letras*. V. 13, n. 1, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1465>. Acesso em: 13 de dez. 2014.

_____. Estudo do ensino profissional (feminino) no Brasil: A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos, 1922-1930). In: *Anais do VII*

- Congresso Brasileiro de História da Educação*. Sociedade Brasileira de História da Educação: Cuiabá, 2013. Disponível em: [http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/ESTUDO%20DO%20ENSINO%20PROFISSIONAL%20\(FEMININO\)%20NO%20BRASIL.pdf](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/ESTUDO%20DO%20ENSINO%20PROFISSIONAL%20(FEMININO)%20NO%20BRASIL.pdf). Acesso em 13 de dez. 2014.
- RÉMOND, René. Préface. In: MICHELS, Robert. *Les partis politiques*: Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties. Paris: Flammarion, 1971.
- RÉMOND, René (Org). Por uma história política. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1996.
- _____. Introduction. In: BERSTEIN, Serge; MIRZA, Pierre (Orgs.). *Axes et méthodes de l'histoire politique*: Politique d'aujourd'hui. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIBEIRO, Cristiane Angélica. Escola rural e a Cruzada Nacional de Educação: 1936-1946. *Cadernos de História da Educação*, v. 10, n. 2, jul./dez., 2011.
- RIBEIRO, Rafaela Machado. *O negro e seu mundo*: Vida e trabalho no pós-abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). Dissertação (Mestrado em sociologia política). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2012.
- RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1996.
- RIZZINI, Irma & BARROS, Raquel. Articulações entre a política e a educação no processo de expansão da escolarização primária no interior fluminense (1937-1954). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 101-132, maio/ago. 2013. Disponível em <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/401>. Acesso em: 22 Jan. 2015.
- RIZZINI, Irma & SCHUELER, Alessandra. Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930 a 1954). *Revista de Educação Pública*, v. 23, n. 54, set a dez. 2014. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/835>. Acesso em: 22 Jan 2015.
- RODRIGUES, Hervé Salgado. *Campos*: Na Taba dos Goytacazes Niterói. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1988.
- RODRIGUES, Rodrigo Rosselini Julio. *Formando os cidadãos fluminenses*: a escola primária no estado do Rio de Janeiro durante a Primeira República. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2019.
- RODRIGUES, Rodrigo Rosselini Julio; MARTINEZ, Silvia Alicia. 'Edifícios espaçosos, são e alegres': A escola 'ao ar livre' Presidente Wenceslão Braz em Campos dos Goytacazes - RJ (1916 - 1931). In: *X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*: Percursos e desafios da história da educação luso-brasileira. Curitiba - PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR, 2014.
- _____. A centralidade de um prédio escolar no conjunto das reformas urbanas de 1916 na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ. In: *VII Jornadas*

Científicas de la SEPHE y V Simposio Iberoamericano: Historia, Educación, Patrimonio Educativo, 2016, Donostia, San Sebastián. Espacios y patrimonio histórico-educativo. Donostia: Erein Argitaletxea, 2016. v. 1. p. 567-583.

- _____. A recente produção brasileira sobre a educação primária na Era Vargas: uma análise das dissertações e teses (2008-2017). *Cadernos de História da Educação*, v. 18, n. 1, p. 278-302, 31 mar. 2019.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Diálogo Educacional*, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view>. Acesso em 13 dez. 2017, 10h25min.
- ROSAS, Fernando. Introdução. In: ROSAS, Fernando (Org.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Col. Nova História de Portugal, Vol. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- SANTOS, Rogerio Dultra dos. Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil. In: DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 2, 2007, pp. 281 a 323. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n2/a03v50n2.pdf>. Acesso em 13 ago, 2015.
- _____. *Teoria constitucional antiliberal no Brasil: Positivismo, Corporativismo e Cesarismo na formação do Estado Novo*. Tese (Doutorado). IUPERJ, Rio de Janeiro, 2006.
- SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, 388p.
- SGARBI, Antonio Donizetti. INSTITUIÇÕES DE EDUCADORES CATÓLICOS DO BRASIL NO FINAL DA DÉCADA DE 1920 E INÍCIO DA DÉCADA DE 1930: APC e CCBE. In: 30º *Simpósio Nacional de História*, 2019, Recife. Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil. Recife: Associação Nacional de História - ANPUH, 2019. p. 1-13. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565316842_ARQUIVO_SGARBI.A.D.INSTITUICOESDEEDUCADORES-CATOLICOS-DO-BRASIL-NO-FINAL-DA-DECADE-DE-1920-E-INICIO-DA-DECADE-DE-1930-APC-e-CCBE.pdf. Acesso em 13 de jan. de 2020.
- SILVA, Arlette Pinto de Oliveira e (Org.). *Páginas da história: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE*. Belo Horizonte, 4 a 11 de novembro de 1928. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2004.
- SILVA, Daniela Gonçalves da; MARTÍNEZ, Silvia Alicia; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. A dupla missão formativa da Escola Industrial Feminina “Nilo Peçanha” (1947-1956): apreciações sobre currículo e cultura escolar. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 270-300, set./dez. 2016.
- SILVA, Euza de Souza. *Profissionalização da mulher na Era Vargas: A história da Escola Profissional Nilo Peçanha*, Campos, RJ (1931 a 1946). Dissertação

- (Mestrado em políticas sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2016a.
- SILVA, Euza de Souza; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. Arquivo escolar e memória: O patrimônio cultural e educativo da Escola Profissional Nilo Peçanha, Campos (RJ). In: *Anais do III Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades – CONINTER*. Salvador, 2014. Disponível em: <http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2008/18.%20SILVA%20MARTINEZ.pdf>. Acesso em 20 de abr. de 2016.
- SILVA, Leonadro Mattos da Motta. *Educação do corpo na Associação Brasileira de Educação: as Semanas de Educação (1928-1935)*. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, SP, 2016b.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Physicamente vigorosos: Medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- SOUSA, Horácio. *Cyclo Aureo: História do 1º centenário da cidade de Campos 1835 – 1935*. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2014.
- SOUZA, Ioneide Piffano Brion de. Fidélis Reis. In: ABREU, Alzira Alves de. et al (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- SOUZA, Rita de Cássia de. “Não premiarás, não castigarás, não ralharás...”: dispositivos disciplinares em Grupos Escolares de Belo Horizonte (1925-1955). Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006.
- SOUZA, Rodrigo Augusto de. *Postulados da pedagogia perennis: A concepção de filosofia da educação de Theobaldo Miranda Santos (1935-1946)*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, 2015.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- _____. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cadernos Cedes*, ano XX, n. 52, nov. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-3262200000030008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 de ago. de 2014.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, ciências, saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 1, p. 93-110, Dec. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?scrip>

- [t=sci_arttext&pid=S0104-59702016000900093&lng=en&nrm=iso](#). Acesso em 31 jul. 2019.
- STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- STRONGOLI, Raffaella C. New education and active school in Europe in the early 20th century. Models, themes and figures. In: *History of Education & Children's Literature*, IX, 2, pp. 813-822. Edizioni Università di Macerata, Italy, 2014.
- SZMRECSÁNYI, Tomás; SÁ, Ana Cristina. Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Verbete. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa>, acesso em 28 jan, 2019.
- TAVARES, Mauricio Antunes. Para livrar o campo do amarelão, da maleita, do alcoolismo e do ofidismo. A educação rural em Pernambuco nos anos 1930 a 1950. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 54, p. 141-158, Dec. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-4060201400040009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 fev., 2019.
- TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. *A escola da república: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1934.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- TORRES, Alberto. *A organização nacional: primeira parte – a Constituição*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1914.
- TINOCO, Godofredo. *Tempo Bom... No Sector Leste*. Rio de Janeiro: Jacyntho Ribeiro dos Santos Editor, 1931.
- URUGUAI, Visconde do. Ensaio sobre o direito administrativo. In: CARVALHO, José Murilo de (org). *Visconde do Uruguai*. São Paulo, Ed. 34, 2002.
- VEIGA, Cynthia Greive. A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-SP, v. 11, n. 1[25], p. 143-178, jan./abr., 2011. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiCi-7lr77WAhUKg5AKHbFjDygQFggmMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.rbhe.sbhe.org.br%2Findex.php%2Frbhe%2Farticle%2Fdownload%2F19%2F65&usq=AFQjCNHHQM_LoFelZssi2Uo3XRReddByhw. Acesso em: 23 Mar. 2013.
- _____. História Política e História da Educação. In: VEIGA, Cynthia Greive & FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.
- VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, Set.

2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000300002&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 08 fev. 2019.

_____. Mapas de Frequência a escolas de primeiras letras: Fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*, p. 41-67, v. 8, n. 2[17], 2008. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/104/114>. Acesso em: 01 Set. 2015.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Conferências Nacionais de Educação: intelectuais, Estado e discurso educacional (1927-1967). *Educar em Revista*, Curitiba, n. 65, p. 19-34, jul./set., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n65/0104-4060-er-65-00019.pdf>. Acesso em 07 de abr. de 2019.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. Ação coletiva, oportunidade política e identidade docente nos jogos de poder: um ensaio a partir dos movimentos docentes brasileiro e português. In: SADY, Dal Rosso. (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação*. 1ed. Brasília: Paralelo, 2011.

Apêndices

Apêndice I – Governos federais, ministros da educação, governos estaduais, autoridades estaduais sobre a educação, inspetores regionais do ensino responsáveis pela região de Campos dos Goytacazes e prefeitos municipais

	1ª REPÚBLICA												GOVERNO PROVISÓRIO												GOVERNO CONSTITUCIONAL												ESTADO NOVO											
	1930			1931			1932			1933			1934			1935			1936			1937			1938			1939			1940			1941			1942			1943			1944			1945		
Chefe do Executivo Federal	Washington Luiz												Getúlio Vargas (out/30 - out/45)																																			
Ministro da Educação													Francisco Campos (dez/30 a set/32)						Washington Ferreira Pires (set/32 a jul/34)						Gustavo Capanema (jul/34 a out/45)																							
Chefe do Executivo Estadual	Manuel Duarte			Plínio Casado (nov/30 a mai/31)			Mena Barreto (mai/31 a nov/31)			Ary Parreiras (dez/31 a nov/35)						Protógenes Guimarães (nov/35 a nov/37)						Ernani do Amaral Peixoto (nov/37 a out/45)																										
Educação													Secretaria do Interior e Justiça												Secretaria de Educação e Saúde Pública (nov/38 a nov/43)												Departamento de Educação (nov/43 a fev/46)											
	Álvaro Rocha Pereira da Silva			César Nascetes Tinoco (Out/30 a Mai/31)			Edgard Costa (Mai/31 a Nov/31)			Oswaldo Cardoso de Mello (nov/31 a Set/32)			Stanley Gomes (Set/32 a Jan/34)			Ruy Buarque Nazareth (Jan/34 a Nov/35)			Soares Filho (nov/35 a nov/37)			Horácio Carvalho Júnior (nov/37 a dez/38)			Ruy Buarque Nazareth (nov/38 a nov/43)																							
	Diretoria da Instrução Pública						Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho (jun/33 a set/38)						Departamento de Educação (set/38 a nov/43)																																			
	Dr. José Duarte			Antônio Antunes de Figueiredo (Jan/31 a dez/31)			Frederico C. de Azevedo (jan/31 a abr/32)			Clodomiro de Vasconcelos (abr/32 a set/32)			Celso Kelly (out/32 a jan/34)			Dr. Nóbrega da Cunha (jan/34 a mar/35)			Aldo Muylaert (mar/35 a nov/35)			Ilka Ruas (nov/35 a mar/37)			Gastão Gouvêa (mar/37 a set/37)			Raul Veiga (set/37 a dez/37)			Frederico Carvalho de Azevedo (dez/37 a ago/38)			Dr. Costa Senna (ago/38 a mar/40)			Frederico Carvalho de Azevedo (abr/40 a ago/42)			Rubens Falcão (ago/42 a nov/45)			Pi Bentes (dez/45 a mar/46)					
Inspeção na região de Campos	Dr. Dôrval Ferreira da Cunha (1930 a dez/31)												Prof. Luiz Antônio Costa Júnior (jan/32 a dez/32)			Dr. Abelardo Bueno (jan/33 a dez/33)			Dr. Paschoal Lemme (jan/34 a dez/35)			Profª Alzira Colares Quitete Messina (jan/36 a jun/37)			Francisco Mendes de O. Castro (jun/37 a ago/37)			Profª Alzira Colares Quitete Messina (set/37 a mai/40)						Prof. Carlos Henrique Silva (jul/1940 a dez/44)														
													Auxiliares de Inspeção (out/32 a nov/35)						Profª Alzira Colares Quitete Messina e Profª Carmen P. Amancio Machado																													
Prefeito Municipal	Luis Sobral (set/29 a out/30)			Gw yer Osvaldo Cardoso de Mello (dez/1930 a Nov/31)			Silvio Bastos Tavares (nov/31 a out/32)			Costa Nunes (out/32 a nov/37)						Sylvio Bastos Tavares (dez/35 a jul/36)			Costa Nunes (ago/36 a nov/37)			Luís Sobral (nov/37 a abr/39)			Salo Brand (abr/39 a jun/39)			Mário Motta (jun/39 a abr/42)						Salo Brand (abr/42 a nov/45)						Felip Sena (nov/45 a mar/46)								
	1930			1931			1932			1933			1934			1935			1936			1937			1938			1939			1940			1941			1942			1943			1944			1945		

Apêndice II – Programa da V Conferência Nacional de Educação realizada em Niterói entre 26/12/1932 e 08/01/1933

Segunda-feira 26/12/1932	10h	Reunião dos 10 membros da Comissão Especial	
	12h	Reunião das 4 Comissões Parciais:	Comissão de Ensino Primário
			Comissão de Ensino Secundário Comissão de Ensino Normal Comissão de Ensino Profissional
	14h	Reconhecimento dos poderes dos representantes oficiais	
20h	Inauguração da Exposição Pedagógica		
Terça-feira 27/12/1932	10h	Reunião da Comissão Especial	
	14h	Reunião da Comissão de Ensino Primário	1º Tema: O método de projetos. Relatores: Profª Maria dos Reis Campos, Inspetora escolar do Distrito Federal Profª Consuelo Pinheiro, professora municipal do Distrito Federal Profª Lucia Schmidt Monteiro de Castro, da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte
			1º Tema: Qual deve ser no Brasil a relação entre o Ensino Primário e o secundário? Relatores: Prof. Carneiro Leão, ex-diretor geral da Instrução do Distrito Federal Dr. Raul Gomes, diretor da Escola de Comércio de Curitiba Prof. Moreira de Souza, Diretor Geral da Instrução do Ceará
	21h	Conferências: Afrânio Peixoto e Armanda Álvaro Alberto	
Quarta-feira 28/12/1932	10h	Reunião da Comissão Especial	
	14h	Reunião da Comissão de Ensino Primário	2º Tema: Homogeneização das classes. Relatores: Prof. Isaías Alves, Chefe do Serviço de Testes e Escalas do Distrito Federal Profª Helena Antipoff, da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte
			2º Tema: Qual o melhor regime para fiscalização dos estabelecimentos particulares de ensino secundário? Relatores: Profª Lucia Magalhães, do Conselho de Educação do estado do Rio de Janeiro e Inspetora do Ensino Secundário Prof. Euclydes Roxo, diretor do Internato do Colégio Pedro II Prof. Almeida Júnior, do Instituto Pedagógico de São Paulo
	21h	Conferências: Fernando de Azevedo e Antonia de Castro Lopes	
Quinta-feira 29/12/1932	10h	Reunião da Comissão Especial	
	14h	Reunião da Comissão de Ensino Primário	3º Tema: Quais os inspetores especializados que a instrução pública estadual deve possuir? Relatores: Dr. Frota Pessoa, ex Sub-Diretor da Instrução Pública no Distrito Federal Prof. Paulo Machado, Inspetor Escolar do Distrito Federal Prof. João Toledo, Assistente Técnico da Diretoria Geral do Ensino no Estado de São Paulo
			3º Tema: Como organizar o ensino secundário sem finalidades preparatórias? Relatores: Prof. Candido Mello Leitão, do Instituto de Educação do Distrito Federal Prof. Mario de Brito, da Escola Politécnica e diretor da escola secundária do Instituto de Educação Dr. Gonçalo Muniz, da Faculdade de Medicina da Bahia
	21h	Conferências: Lourenço Filho e Raul Briquet	
Sexta-feira 30/12/1932	10h	Reunião da Comissão Especial	
	14h	Reunião da Comissão de Ensino Normal	1º Tema: Diretrizes de preparo dos professores e a organização dos institutos destinados a dar este preparo nos Estados Unidos, na Alemanha, na Inglaterra, na França, na Argentina e no Uruguai. Relatores: Profª Armanda Álvaro Alberto, diretora da Escola Regional de Merity (Argentina e Uruguai) Prof. Carlos Delgado de Carvalho, do Instituto de Educação do Distrito Federal e do Colégio Pedro II (Inglaterra e França) Prof. Gustavo Lessa, do Instituto de Educação do Distrito Federal (Estados Unidos e Alemanha)
			1º Tema: Como organizar a educação profissional para atender, em seus vários graus, às necessidades de trabalho técnico no Brasil? Relatores: Prof. Carlos Barbosa de Oliveira, da Escola Politécnica Prof. Edgard Sussekind de Mendonça, do Instituto de Educação do Distrito Federal Prof. Agripino Gonzaga, diretor da Escola Normal de Artes e Ofícios de São Paulo
	21h	Conferências: Gonçalo Muniz, Raul Gomes, e Raul Briquet	

Sábado 31/12/1932	10h	Reunião da Comissão Especial	
	14h	Reunião da Comissão de Ensino Normal	2º Tema: Quais devem ser os requisitos da admissão às escolas normais? Relatores: Prof. Ataliba Lepage Frmino Costa
		Reunião da Comissão de Ensino Profissional	2º Tema: Como formar o pessoal docente para os vários graus da educação profissional? Relatores: Prof. Américo Wenick, Secretário Geral do Estado do Maranhão Prof. Leoni Kaseff, da Escola Normal de Niterói e Assistente Técnico da Universidade do Rio de Janeiro Prof. Paschoal Lemme, do Ensino Profissional do Distrito Federal
21h	Conferências: Anísio Teixeira e Moreira de Souza		
Segunda-feira 02/01/1933	10h	Reunião da Comissão Especial	
	14h	Reunião da Comissão de Ensino Normal	3º Tema: Como ajustar o ensino das matérias com a prática do ensino nas escolas de aplicação. Relatores: Prof. Anísio Teixeira, Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal Prof. J. P. Fontenelle, do Instituto de Educação Profª Ignacia Guimarães, do Instituto de Educação do Distrito Federal
		Reunião da Comissão de Ensino Profissional	3º Tema: Que regalias oficiais oferecer para aumentar o êxito aos egressos de cursos profissionais? Relatores: Dr. Fidelis Reis, jornalista Prof. Palmeira, do Ensino Profissional Prof. Francisco Mostojos, Superintendente do Ensino Profissional Técnico no Ministério da Educação e Saúde Pública
	21h	Sessão de Encerramento	
22h	Festa oferecida aos membros da V Conferencia Nacional de Educação		
EXCURSÕES: Após os trabalhos da Conferencia, o Governo do Estado do Rio oferecerá as seguintes excursões aos membros da Conferência:			
Terça-feira 03/01/1933		Niterói:	Grupo Escolar Joaquim Távora Jardim de Infância do Campo de S. Bento Escola Aurelino Leal Colégio Salesiano de Santa Rosa Escola Maternal Julieta Botelho Grupo Escolar Nove de Abril Escola Normal Escola do Trabalho
Quarta-feira 04/01/1933	17h 20h	Rio de Janeiro:	Recepção na sede da Associação Brasileira de Educação Embarque para Campos
Quinta-feira 05/01/1933		Campos:	Chegada pelo trem noturno e visita à cidade Almoço oferecido pelo prefeito de Campos Liceu de Humanidades e Escola Normal Escola Maternal Mariana Barreto Escola ao Ar Livre Wenceslau Braz Escola de Aprendizes Artífices Usina de Queimados Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha Automovel Club Fluminense (jantar)
Sexta-feira 06/01/1933	13h 16h 17h	Niterói:	Exposição do jubileu artístico do pintor Antonio Parreiras Recepção na Federação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro Garden Party
Sábado 07/01/1933	9h 10h 11h	Petrópolis	Partida de automóvel Escola Regional de Merity Chegada a Petropolis Cremerie e Independencia Almoço no Grupo Escolar Pedro II Escola Normal Santa Isabel Colégio Sylvio Leite Visita ao túmulo dos Imperadores
Domingo 08/01/1933		Vassouras	Excursão oferecida pelo prefeito de Vassouras

Fonte: Elaboração própria a partir de V Conferência Nacional de Educação. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1932

Apêndice III – Professoras e escolas de Campos dos Goytacazes a partir dos mapas de frequência – 1931-1949

Professora	Tipo	Sexo	Noturna	Subvencionada	Municipal	Nome	Distrito	Localidade	Função	Classificação	Ano inicial	Ano final
Helena Perissé Furon	Escola Típica Rural	Mist				E. T. R. de Cardoso Moreira	14º	Cardoso Moreira	Diretora	Efetiva	1940	1940
Arlete Canella Tavares (Gianattasio)	Escola Típica Rural	Mist				E. T. R. de Cardoso Moreira	14º	Cardoso Moreira	Diretora	Efetiva Classe "D"	1941	1944
Maria da Glória C. Santos	Escola Típica Rural	Mist				E. T. R. de Cardoso Moreira	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Substituta	1942	1942
Alaide Raggi	Escola Típica Rural	Mist				E. T. R. de Cardoso Moreira	14º	Cardoso Moreira	Diretora	Efetiva Classe "A"	1944	1947
Norma Henriques Peixoto	Escola Típica Rural	Mist				E. T. R. de Cardoso Moreira	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Substituta	1946	1946
Áurea Pereira Carneiro	Escola Típica Rural	Mist				E. T. R. de Cardoso Moreira	14º	Cardoso Moreira	Diretora	Interina não diplomada	1947	1947
Carlota Picanço de Sales	Escola Típica Rural	Mist				E. T. R. de Cardoso Moreira	14º	Cardoso Moreira	Diretora	Efetiva Classe "C"	1947	1947
Dalila Collares Quitete	Escola de 1º grau	Masc	x			G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Diretora	Efetiva	1931	1939
Salvadora Agueda Alves de Assis	Escola de 1º grau	Masc	x	x		G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Diretora	Substituta	1937	1939
Zilda Ribeiro	Escola de 1º grau	Masc	x	x		G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Substituta	Efetiva	1939	1939
Conceição Collares Quitete Cardoso	Escola de 1º grau	Masc	x	x		G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Substituta	Efetiva	1937	1939
Alzira Collares Quitete Messina	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1935
Anna da Conceição de Almeida Ribeiro	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1949
Antonia de Azevedo Ramos	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1940
Dirce Maciel D'Angelo	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1933	1933
Gisella Alves do Couto Reis (Corrêa)	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1933	1946
Herminia Barreto	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1949
Isabel Martins dos Santos	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1933	1933
Jandyra Vianna	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Jenny Pires (Leite)	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1949
Margarida Coelho (Silva Rego)	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1946
Maria de Lourdes Silveira	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1940
Maria do Nascimento Ribeiro Gomes	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1949
Maria José de Souza	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1942
Maria Josepha Ferreira Crespo	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1940
Maria Marta Barroso Wagner	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1941
Maria Rosa de Almeida Parente (de Miranda)	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1933	1949
Maria Zenith de Almeida Faria (da Costa)	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1949
Marieta Lacerda Souto	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1945
Nair Monteiro (Vieira)	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1949
Olicilga Grevy Bastos	Grupo Escolar	Mist				G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1942

Ruth Souto Ribeiro do Rosário	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1933	1949
Celina Manhães de Moraes	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta de trabalhos manuais de agulha	Efetiva	1933	1944
Gladys Loureiro Senra (Malafaia)	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta de trabalhos manuais de agulha	Efetiva Classe "C"	1933	1944
Maria do Carmo Peixoto	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Encarregada do ensino de música		1933	1940
Edith Reis	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Guardiã		1933	1934
Maria Rita de Souza	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Guardiã		1933	1934
Floriano Peixoto	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Servente		1933	1934
Carmelita Rangel de Oliveira (Maia)	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1934	1946
Clara Maria Spittle Vagner	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1934	1940
Conceição Collares Quitete Cardoso	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1934	1936
Coralina Athayde Martins	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Catedrática Efetiva	1934	1939
Cyrene Fernandes	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1934	1938
Delfina Teixeira Sá Vianna	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1934	1936
Ducilla de Alvarenga Prazeres	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1934	1940
Elisa Tinoco	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1934	1940
Esther Feydit	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1934	1949
Eugenia Lobo da Costa	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1934	1936
Fluorinda Peçanha	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1934	1934
Julia Martins dos Santos	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1934	1936
Lucy Póvoa da Motta	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Catedrática Efetiva	1934	1936
Maria das Dores Laccourt Muylaert	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1934	1949
Maria Eugenia Vieira	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Catedrática Efetiva	1934	1941
Maria José de Faria (Cid, a partir de 1941)	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Catedrática Efetiva	1934	1942
Noelia Manhães Barreto	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1934	1936
Salvadora Agueda Alves de Assis	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Catedrática Efetiva	1934	1949
Almerinda Peçanha	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Substituta	Efetiva	1934	1936
Maria do Rosário Cordeiro de Azeredo	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Substituta	Efetiva	1934	1936
Serafina Pacheco (da Silva Chagas)	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Substituta	Catedrática Adida	1934	1949
Delfina Vasconcellos Cruz	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2			1934	1936
Joana Santos	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2			1934	1940
Carmen Manhães	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1936	1938
Carmen Oliveira Maia	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Interina	1936	1938
Lacília da Penha Bastos	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1936	1938
Maria José Ribeiro de Souza	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1936	1936
Maria José de Faria	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Diretora	Catedrática Efetiva	1936	1940
Altamira Azeredo de Paula	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2			1936	1936
Edith Flores	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2			1936	1936
Isabel Martins Werneck	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2			1936	1936

Laudelina Gomes	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2			1936	1940
Maria da Glória Peçanha	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2			1936	1940
Noemia Alves	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2			1936	1936
Rosa França Tavares	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2			1936	1936
Zelita Sardinha Sá	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2			1936	1936
Davina Vasconcelos Alvarenga	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1937	1938
Jandira Carvalho	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1937	1940
Maria da Conceição Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1937	1940
Maria de Lourdes Gonçalves Pires Villas	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1937	1938
Maria Luiza Rangel	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1937	1940
Marieta Soares da Costa	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1937	1940
Vera Vasconcelos Tavares	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Interina	1937	1938
Catarina Adelaide de Azevedo	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1938	1944
Lígia Pinto de Andrade	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva	1938	1940
Maria Isabel Pessanha	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1938	1938
Maria Odete Gomes de Melo	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1938	1938
Maria das Dores Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Servente	Servente	1939	1940
Arlete Montenegro	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1946
Candida Montenegro	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1941
Cecília da Conceição Marins (Peixoto)	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1949
Celi Carneiro Terra	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1941	1942
Domingas Tinoco Serpa	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1941	1942
Edméa Tamega	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1949
Elvira Ortis Damas	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1941
Ernestina Jorge Pessanha	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1941	1941
Eulina Peixoto	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1942
Iara de Castro Faria Nogueira	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1949
Ieda França	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1942
Inaiá Faria de Morais	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1941	1942
Isabel Alves Mesquita Sodré	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1941	1944
Joemia Vieira Dias de Oliveira	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1949
Lilia de Oliveira Abreu	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1944
Lúcia Thetis Laccourt da Cruz	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1941	1942
Margarida Amaral de Vasconcelos	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1942
Maria Carmelita Chagas	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1949
Maria Chagas de Almeida	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Catedrática Efetiva	1941	1942
Maria da Glória Carvalho Sampaio	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1942
Maria da Penha Boynard	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1942
Maria do Carmo Gomes	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1942
Myrthes Gomes Pinto	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1942
Nícia Alves	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1942

Rosa do Couto Reis Souza (Braga)	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1949
Vivaldina Martins	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1941
Nilson Gonçalves Patrão	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Aux. Técnico de Educação Física		1941	1942
Alzira Collares Quitete Messina	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Diretora	Efetiva Classe "E"	1941	1949
Agricolina Anel Lopes Guedes	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Guardiã		1941	1949
Alda Ferreira Amaral	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Guardiã		1941	1942
Ana Faria	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Guardiã		1941	1946
Elisa Tinoco	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Guardiã		1941	1942
Josefina Queiroz	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Guardiã		1941	1949
Maria do Carmo Peixoto	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Guardiã		1941	1942
Serafina Mota	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Guardiã		1941	1949
Celita Ribeiro de Souza	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Servente		1941	1946
Deodorina Artilles	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Servente		1941	1941
Marcolina de Freitas Martinho	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Servente		1941	1945
Catarina Azevedo de Carvalho	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1943	1949
Edith Manhães de Paiva	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1943	1944
Irene Pereira da Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 3	Adjunta	Substituta	1943	1945
Isete Raparine Patrão	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Temporária	1943	1946
Maria da Conceição Miranda Castro Barcelos Sobral	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Temporária	1943	1944
Maria da Penha Nogueira	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1943	1946
Maria Isabel Rodrigues Simões	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1943	1949
Maria Luiza Goulart Faria (Castanho)	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Temporária	1943	1949
Sylvia Rosário de Almeida	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Substituta	Efetiva Classe "B"	1943	1946
Conceição Faria Alves	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1944	1945
Maria José dos Santos Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 4	Adjunta	Substituta	1944	1946
Marina Caldas	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Temporária	1944	1949
Ana Aranovick	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1945	1946
Andréa Costa	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1945	1948
Anita Gomes dos Santos	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1947
Cecilia da Conceição Mangueira	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1945	1947
Celita Terra	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1945	1946
Dalka de Barros Lima	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1947
Didima de Castro Peixoto	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1947
Francisca Gomes Pinto (Pessanha)	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1947
Hilda França Nunes	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1949
Julita Alonso Pereira Diniz	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1945	1946
Licinia Cruz Freitas	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1949
Maria Antonia Jorge	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1946
Maria de Lourdes Menezes (Lopes)	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1945	1947
Maria Isabel Gomes de Miranda	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1947

Myrthes Gomes Pinto (Nunes)	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1947
Stella Matutina Rabello Pinto	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1947
Yone Ribeiro de Castro Viana	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1947
Alice Gomes Viana	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Insp. de Alunos		1945	1948
Enedina Alexandre Faria	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1946
Eugênia Moreira Terra	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1949
Guiomar Liliosa da Silva Vianna	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1946	1947
Hilda Barroso Vieira	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Contratada	1946	1947
Maria Carvalho Alves da Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1946	1946
Maria da Conceição Silva de Almeida	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1949
Maria da Penha Bueno Machado	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1946	1949
Maria Dulce da Siva Peixoto	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1947
Maria Rita Tavares	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva classe "B"	1946	1948
Neusa Gouvêa	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Contratada	1946	1947
Zilda Barroso Nunes	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Contratada	1946	1946
Heralda Nogueira Ribeiro do Rosário	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Guardiã		1946	1947
Yolanda Dias Artiles (Brandão)	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Guardiã		1946	1947
Edith Pimentel Côrtes	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Insp. de Alunos		1946	1947
Conceição Vieira Coutinho	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1948
Doralina Gomes de Azevedo	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Extranumerária Municipal	1947	1947
Eliane Faria Nogueira	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1947	1947
Maria Francisca Sá	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Substituta	1947	1947
Teresa Rodrigues Lírio	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1947
Thetis Codeço	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Extranumerária Municipal	1947	1949
Lucélia Barbosa de Castro Mendonça	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1948	1949
Maria Antonieta Tavares Vargas	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1948	1949
Elyette Batista Abreu	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1949	1949
Maria Isabel Manhães	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Guardiã		1949	1949
Dulce Pacova	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Substituta	Substituta	1949	1949
Maria Francisca Sá	Grupo Escolar	Mist	G. E. 15 de Novembro	01º	Praça da República, n. 2	Substituta	Substituta	1949	1949
Alzira da Costa Braga	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Catedrática Adida	1933	1939
Maria Antonia Jorge	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1933	1937
Maria Antonietta Soares	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Maria do Carmo Mothé	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Substituta	1933	1937

Maria Jenny Ferreira da Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Mariana Isabel de Brito	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Marianna de Vasconcelos Cruz	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Diretora	Efetiva	1933	1939
Alice Marins	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Interina	1937	1937
Cecília da Conceição Mangueira	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Catedrática Adida	1937	1937
Célia de Freitas Pacheco	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1937	1939
Delpha Campos	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Catedrática Adida	1937	1937
Emyrene Ferreira da Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1937	1939
Ernestina do Espírito Santo Jorge (Pessanha)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Catedrática Adida	1937	1939
Eurydice de Paula Bastos	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Catedrática Adida	1937	1937
Ilda Peres Bittencourt	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1937	1937
Jurema Cruz	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1937	1937
Lygia de Freitas Pacheco	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1937	1939
Maria Vieira Mendes	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1937	1937
Stella Muylaert Tinoco	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1937	1939
Sylvia Gavinho Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Substituta	1937	1937
Josefina Gomes Pinto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Substituta	1939	1939
Enedina do Nascimento	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Zeladora		1939	1939
Ernestina Jorge Pessanha	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Diretora	Efetiva Classe "D"	1941	1941

Arlete Montenegro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1933	1941
Candida Montenegro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1933	1941
Edméa Tamega	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1933	1941
Elvira Ortis Damas	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1933	1941
Lília de Oliveira Abreu	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1933	1941
Maria Carmelita Chagas	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1933	1941
Maria da Glória Carvalho Sampaio	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1933	1941
Maria da Penha Boynard	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1933	1941
Maria do Carmo Gomes	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1933	1941
Nícia Alves	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1933	1941
Isabel Alves Mesquita	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1941	1941
Vivaldina Martins	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1941	1941
Lúcia Thetis Laccourt da Cruz	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Substituta	1941	1941
Eneida Lima de Farias	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Substituta	1941	1941
Agricolina Anel Lopes Guedes	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Guardiã		1933	1941
Cecília da Conceição Marins	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1937	1941
Domingas Tinoco Serpa	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Catedrática Adida	1937	1941
Eulina Peixoto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1937	1941
Iara de Castro Faria	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1937	1941

Ilda França	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1937	1941
Margarida Amaral de Vasconcelos	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1937	1941
Myrthes Gomes Pinto	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Adjunta	Efetiva	1937	1941
Serafina Mota	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Guardiã		1937	1941
Deodorina Artilles	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Servente		1941	1941
Olimpia Pereira Nunes	Escola de 1º grau	Fem	x	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Diretora	Catedrática Efetiva	1939	1939
Alzira da Costa Braga	Escola de 1º grau	Masc	x	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Diretora	Catedrática	1936	1940
Cirene Batista	Escola de 1º grau	Masc	x	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Diretora	Efetiva Classe "C"	1941	1941
Cecília da Conceição Mangueira	Escola de 1º grau	Masc	x	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Diretora	Catedrática Efetiva	1937	1939
Cecília da Conceição Mangueira	Escola de 2º grau	Masc	x	G. E. Balthazar Carneiro	01º	Rua João Gonçalves (Atual Cornélio Bastos), 02	Diretora	Catedrática Adida	1937	1937
Heloísa Monteiro da Silva	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Efetiva	1942	1942
Jesuína Tomé de Melo	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Temporária	1942	1944
Odéte Pereira Bástos	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Diretora	Efetiva Classe "D"	1942	1949
Aidina Vieira	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1943	1944
Anita Esteves	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Temporária	1943	1943
Carmelita Siqueira	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1943	1944
Dircéa Pereira de Menézes	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1943	1943
Maria Madalena Boechat	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Temporária	1943	1943
Dejanira Lopes Lobo	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Efetiva Municipal	1944	1945
Edir Pereira Alemand	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Extranumerária	1944	1949
Helena Monteiro de Queirós	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Temporária	1944	1945
Iolanda da Silva Itelét	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Extranumerária Municipal	1944	1948
Iolanda da Silva Viana	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Temporária	1944	1944
Iolanda Moreira da Silva	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Extranumerária Municipal	1944	1945
Isa Carvalho	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1944	1946
Maria Delfina Barros de Almeida	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Extranumerária	1944	1949
Sebastiania Fróes	Grupo Escolar	Mist		G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Extranumerária	1944	1949
Isa Carvalho	Escola de 1º grau	Mist	x	G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Diretora	Efetiva	1945	1946

Aidina Vieira	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1947
Carmelita Siqueira	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1946
Celina Leite	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Substituta	1945	1945
Maria Clara Salgueiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Substituta	1945	1949
Marina Flôres Figueiredo	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Substituta	1945	1945
Terêsa Nagem Assed	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Substituta	1947	1949
Esmeralda Estefan	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Substituta	1948	1948
Maria José Higino	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Extranumerária	1948	1949
Elsa Henriques	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Substituta	1949	1949
Maria da Glória Moreira	Grupo Escolar	Mist	G. E. Balthazar Carneiro	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Substituta	1949	1949
Anita Gregory Barbeitas	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Diretora	Efetiva	1936	1943
Maria Chagas de Almeida	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Diretora	Efetiva	1943	1943
Ana Marina Lobo Peixoto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1943	1943
Alice Mello	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1936	1943
Alzira Pereira da Rocha	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1933	1943
Celia Gomes Cruz	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1936	1943
Doralina Carvalho (Vilela)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1933	1943
Enedina Gonçalves Patrão	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1933	1943
Isolina Pereira da Rocha	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1936	1943
Líliá Branca Cardoso	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1936	1943
Maria Deolinda Menezes	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1936	1943
Waldira Alves Cardoso	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1936	1943
Zaira da Silva Dias	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1933	1943
Zilah da Conceição Tavares (Guimarães)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1933	1943
Dalila Nicolau	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Temporária	1943	1943
Marina Caldas	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Temporária	1943	1943
Mercedes Cunha Rabelo	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Temporária	1943	1943
Lídia Ramos Batista	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1943	1943
Maria Isabel Braga	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1943	1943
Zilka de Vasconcellos (Peixoto)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1933	1943
Rosalina da Conceição Mello	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Guardiã		1936	1943
Yolanda Dias Artilles	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Guardiã		1938	1943
Enedina do Nascimento	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Servente		1941	1943
Anisia Ribeiro do Rosário	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1936	1936
Arlete Paes	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Interina	1938	1939
Arlete Perlingeiro Lacava	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Substituta	Substituta	1934	1934
Carmen Crespo Ribeiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Substituta	Substituta	1936	1936
Cloris Siqueira	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Substituta	Substituta	1933	1933
Dejanira Bastos de Souza	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1933	1941
Deodorina Faria Artilles	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Zeladora		1936	1941
Diná Souto dos Santos	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1941	1941

Edith Flores	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1938	1941
Elisa Maria de Souza	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1933	1941
Gretchen Antão de Albernaz	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1939	1939
Helena de Vasconcellos Alvarenga	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Zeladora		1938	1939
Hélia Maciel D'Angelo	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1941	1941
Isabel Crespo Vieira	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	substituta	1941	1941
Ismenia Lontra Manhães	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Guardiã		1933	1937
Leonor Gomes de Carvalho	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1933	1938
Lígia Pinto de Andrade	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1941
Maria da Conceição de Vasconcellos Alvarenga	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1939	1941
Maria da Conceição Ney de Andrade	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1933	1934
Maria da Conceição Vasconcellos Alvarenga	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1938	1939
Maria da Penha Ramos	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Zeladora		1933	1934
Maria da Penha Souza	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1933	1939
Maria de Lourdes Viana da Motta	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Substituta	Substituta	1933	1933
Maria do Rosário Bueno	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Catedrática Efetiva	1933	1934
Maria Francisca Cordeiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1936	1936
Maria Julia Barbosa Pimenta	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Efetiva	1938	1939
Maria Luiza Pinheiro de Souza	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Diretora	Efetiva	1931	1934
Maria Rita de Souza	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Guardiã		1941	1941
Nair da Costa Peixoto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1939	1939
Nair de Souza Barbosa	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1938	1939
Rosa Azeredo	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Substituta	Substituta	1933	1934
Rosa Esteves	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	substituta	1941	1941
Rosalina Maria de Oliveira Guimarães	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1938	1939
Sylvia Rabello Tavares	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1937	1937
Sylvia Rosário de Almeida	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Catedrática Adida	1933	1943
Yvone Vieira de Souza	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	Substituta	1939	1941
Zilda Glória de Castro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Benta Pereira	07º	Guarulhos	Adjunta	substituta	1941	1941
Marinette de Freitas Viana	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Diretora	Efetiva Classe "A"	1949	1949
Leilah Lobo Tinoco	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1949	1949
Rosane de Vasconcellos Ramos	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1949	1949
Celina Petralha	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Extranumerária	1949	1949
Dionita Castro (de Souza)	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Extranumerária	1946	1949
Helvia Pereira da Rocha	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Substituta	1945	1949
Maria da Conceição Andrade	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Extranumerária	1945	1949
Maria Thereza da Silva Venâncio	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Extranumerária	1946	1949
Mary Caldas de Gusmão Bega	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Extranumerária	1949	1949
Rizette Barros	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Temporária	1944	1949
Derly Rangel	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Extranumerária	1949	1949
Myrthes Alvarenga Gomes	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Extranumerária	1949	1949

Maria Antônia Chagas	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Diretora	Efetiva Classe "E"	1941	1942
Gilda Barroso Wagner	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Temporária	1941	1942
Carmen Crespo Ribeiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1942
Helena de Vasconcellos Alvarenga	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Temporária	1941	1941
Déa Nery Gonçalves	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Substituta	1941	1941
Jacir Albuquerque Rangel	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Substituta	1941	1941
Olga Moreira da Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Substituta	1941	1941
Vitória Matilde Peixoto	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Substituta	1941	1942
Afonsina Crisolina de Souza Rocha	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Diretora	Efetiva Classe "E"	1943	1943
Itala Barreto Leal	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Temporária	1943	1943
Maria Isabel Braga	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Substituta	1941	1943
Rosalina Maria de Oliveira Guimarães	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Temporária	1941	1943
Stella Muylaert Tinoco	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1943
Antonia Elza de Sá Machado	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1943	1944
Margarida Bilot Tavares	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1944	1944
Zerlina Braga	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Temporária	1944	1944
Haydée Manhães de Paiva	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Substituta	1943	1945
Heloísa Monteiro da Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1943	1945
Nise Codeço	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1945
Eugênia Moreira Terra	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Diretora	Efetiva Classe "A"	1943	1946
Eugênia Moreira Terra	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1946
Nancy de Moraes Guimarães	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Substituta	1945	1946
Tyla da Conceição Dias	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Extranumerária	1946	1946
America Peixoto Sardinha	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Diretora	Efetiva Classe "A"	1944	1948
Deocarina Alves Pessanha	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Municipal	1946	1948
Durvalina Gomes de Azevedo (Carvalho)	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Temporária	1943	1948
Edúcia Manhães Campista da Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Temporária	1943	1948
Elzira Daier	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Temporária	1943	1948
Geny Uébe	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Temporária	1941	1948
Irene Rangel da Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1948
Jacy Uébe	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Temporária	1941	1948
Maria Licy Barroso da Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Municipal	1945	1948
Maria Nazareno Vasconcelos Ribeiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Substituta	1945	1948
Marinette de Freitas Viana	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1948
Nilce Ribeiro Peçanha	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Substituta	1946	1948
Penha Morais Duarte	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Substituta	1946	1948
Zilda Paiva	Grupo Escolar	Mist	G. E. de Goytacazes	02º	Goytacazes	Adjunta	Temporária	1943	1947
Carmen Pereira Amancio Machado	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Diretora	Efetiva de 1ª classe	1931	1939
Coralina Athayde Martins	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Catedrática Adida	1939	1939
Anita da Motta Pereira	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1939

Helena de Vasconcellos Alvarenga	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1938	1939
Maria da Conceição Rodrigues Martins	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Zita Faria de Morais	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1934	1939
Rosa do Couto Reis Souza	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Vivaldina Martins	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Enoé Samary	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Diná Souto dos Santos	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Joemia Vieira Dias Oliveira	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Maria Antonieta Cardoso	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1939
Maria Vieira Mendes	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Iracy Pinheiro da Cruz	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1939
Maria Siqueira Costa	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 2ª classe	1931	1939
Celita Muylaert Gusmão	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1939
Maria da Penha Souza	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Maria Rosalina Calomeni	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Nair Soares Young	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1939
Ivone Araújo	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 2ª classe	1931	1939
Soledade Leite	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Guardiã		1939	1939
Alice Gomes Viana	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Guardiã		1939	1939
Isaurina Ribeiro Barreto	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Servente		1939	1939
Delpha Campos	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Catedrática Adida	1934	1934
Maria Augusta Monteiro Amancio	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Catedrática Adida	1934	1939
Eurydice de Paula Bastos	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Catedrática Adida	1939	1939
Maria da Penha Araújo Ribeiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Catedrática Efetiva	1937	1938
Djanira da Conceição Queirós	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Ema Vasconcelos Alvarenga	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Francisca da Conceição Paes da Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1934	1938
Isaurina Carvalho	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1937	1938
Maria Antonia Jorge	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Maria do Carmo Gomes	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Maria Isabel Lamy (Gomes)	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1934	1934
Maria José P. Botelho	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1937	1937
Sebastiana Penha Vasconcelos	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Alayde Osorio Lima	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1938
Anita Gregory Barbeitas	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1934
Dalka de Barros Lima	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1938

Eulalia Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1934
Ilka Teixeira	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1938
Lucila de Paula Barata Bêda	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1936
Lucilia Miranda	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1933
Maria Deolinda Menezes	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1936
Mercedes de Sousa	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1937
Nayade Rangel	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1938
Waldira Alves Cardoso	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1934
Maria Alves de Sousa	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 2ª classe	1931	1934
Maria Magdalena Sales	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Efetiva de 2ª classe	1931	1938
Lucia Penha Vasconcelos	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Interina	1938	1938
Margarida Gama Bilot	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Interina	1936	1938
Maria da Gloria Siqueira Araújo	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Interina	1937	1938
Mercedes Martins	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Interina	1934	1938
Nelia de Almeida	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Interina	1937	1938
Nelia Sciamarelli Sant'Anna	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Interina	1936	1937
Nívea Cunha de Freitas	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Interina	1936	1938
Alzira Perisse Sodrê	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1936	1936
Amélia Gualda	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1939	1939
Ana Gomes Marques	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1938	1938
Carmen Crespo Ribeiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1937	1938
Celia Guimarães Ribeiro Alves	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1937	1937
Edir Lenoir Cardoso	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1936	1937
Edite Paiva	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1939	1939
Elmerinda Peçanha	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1937	1937
Helena Carvalho Pinto	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1934	1934
Herminia Cabral Henriques	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1936	1938
Hilde Cordeiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	Substituta	1931	1932
Julia Corbacho Vasconcelos	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1934	1938
Lucila Viana	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1938	1938
Maria	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	substituta	1933	1933
Maria da Glória P Araújo	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. Alberto Torres / beira-valão	Adjunta	substituta	1933	1933
Maria da Penha Rangel de Vasconcelos	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1937	1937
Maria Jacob Faria	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1937	1937
Maria José Driendl	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1938	1938

Maria José Feitosa Aguiar	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1936	1936
Maria Machado	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1938	1938
Mirtes Rabelo Tavares	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1938	1938
Nilda de Almeida Glória	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1939	1939
Silvia Alves Pereira	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Substituta	1937	1938
Ercília Soares	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Guardiã		1936	1936
Dalila Costa	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Guardiã		1936	1938
Maria Isabel Manhães	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Guardiã		1936	1938
Maria Marins Ribeiro de Castro	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Guardiã		1934	1934
Livia Muylaert Collares	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Diretora	Efetiva Classe "E"	1941	1941
Maria Antonieta Cardoso	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1940	1941
Celita Muylaert Gusmão	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1940	1941
Maria da Conceição Rodrigues Martins	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1940	1941
Clara Maria Spittle Vagner	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva	1941	1941
Maria Vieira Mendes	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1940	1941
Maria Eugenia Vieira	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1941	1941
Vivaldina Martins	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1941
Deodorina Artilles	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Servente		1941	1941
Carmen Pereira Amancio Machado	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Diretora	Efetiva Classe "E"	1940	1940
Maria Antonieta Cardoso	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Diretora	Efetiva Classe "C"	1941	1941
Maria Antonieta Cardoso Souza	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Diretora	Efetiva Classe "C"	1945	1949
Amélia de Abreu França Viana	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1949
Celita Muylaert Gusmão	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1942	1949
Diair Inácia de Azevedo Teixeira	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1942	1949
Elzira Nogueira Rangel	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1945	1949
Eloah Machado Vasconcelos	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1942	1949
Ilde Péres Bélo de Campos	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1949
Maria da Conceição Rodrigues Martins	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1942	1949
Maria Vieira Mendes	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1942	1949
Maria Leonor De Almeida Nunes	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1949
Maria da Conceição Andrade Carvalho	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1949	1949
Marieta Cezar França de Andrade	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1946	1949
Vivaldina Martins (Vilela)	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1942	1949
Yolanda Gonçalves do Rosário	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1946	1949
Zita Faria de Morais	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1943	1949
Elisa Tinoco	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Guardiã		1945	1949
Deodorina Artilles	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Servente		1943	1949
Isabel Vieira Mendes	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Substituta	1942	1942
Maria Marta Barroso Wagner (Alvarenga)	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Diretora	Efetiva Classe "C"	1942	1945
Maria Antonieta Cardoso Souza	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1942	1945
Iara de Castro Faria (Nogueira)	Grupo Escolar	Masc	x	G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1945

Maria Zenith Pessanha	Grupo Escolar	Masc	x		G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Substituta	1945	1945
Maria do Carmo Peixoto	Grupo Escolar	Masc	x		G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Guardiã		1942	1945
Ecilda Tinoco Ferraz de Oliveira	Grupo Escolar	Masc	x		G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1946	1946
Maria Eugenia Vieira	Grupo Escolar	Masc	x		G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1942	1946
Maria José da Costa Bastos	Grupo Escolar	Masc	x		G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1945	1948
Maria Rita Tavares	Grupo Escolar	Masc	x		G. E. João Clapp	01º	Praça da República n. 2	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1946	1947
Esther Feydit	Escola de 1º grau	Fem	x	x	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro	Diretora	Efetiva	1939	1939
Maria Augusta Monteiro Amancio	Escola de 1º grau	Fem	x	x	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro, 709	Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1939
Maria Antonietta Tavares Rangel	Escola de 1º grau	Fem	x	x	G. E. João Clapp	01º	Av. 15 de Novembro, 809	Adjunta	Efetiva	1931	1931
Mercêdes Sodrê Ferreira Landim	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Diretora	Efetiva	1932	1949
Celia Gomes Cruz	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva Classe "C"	1944	1949
Célia Terra Peixoto	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva Classe "B"	1945	1949
Conceição Vieira Coutinho	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva Classe "C"	1948	1949
Edite Freitas Sá	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva Classe "C"	1949	1949
Iracy Pinheiro da Cruz (Soares)	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1949
Elsa Batista de Freitas Cunha	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva Classe "C"	1949	1949
Herondina Guimarães	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Isa Tavares Batista (Cunha)	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1949
Isaurina Carvalho	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva	1932	1949
Maria da Penha Souza do Amaral	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1949
Maria José Soares (Figueiredo)	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva	1932	1949
Maria Tereza Ribeiro da Costa (Muniz)	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva	1932	1949
Neli Pessanha Carvalhido	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1949
Odila Alonso Handler	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva Classe "C"	1948	1949
Olatce da Gama Bilot (de Castro)	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1949
Tabitha Teixeira Guedes Lima	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1949
Leda Nascif Morisson	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Extranumerária	1944	1949
Mercedes Cunha Rabelo	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Extranumerária	1945	1949
Silvia Silva	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Extranumerária	1941	1949
Elisa Ferreira Ribeiro	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1949	1949
Elza Morais Gastão Batista	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1949	1949
Leda Silveira Gomes	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1949	1949
Maria da Conceição Manhães	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1949	1949
Nair Cabral	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1948	1949
Esmeralda de Matos Carneiro	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Guardiã		1941	1949
Soledade Leite	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Guardiã		1941	1949
Cecilia da Conceição Mangueira	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Catedrática Efetiva	1934	1936
Eurydice de Paula Bastos	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Catedrática Efetiva	1934	1936
Blandina Guimarães Peixoto	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva	1932	1936
Ema Vasconcelos Alvarenga	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva	1932	1936
Francisca da Conceição Paes da Silva	Grupo Escolar	Mist			G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva	1934	1934

Joemia Vieira Dias	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva	1932	1936
Lilia Branca Cardoso	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva	1932	1933
Lucilia Machado Dias	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva	1932	1936
Maria da Conceição Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva	1932	1934
Maria da Penha Araújo Ribeiro (de Matos)	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva	1932	1943
Maria de Lourdes Soares de Castro	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Maria José Pedrosa Botelho	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva	1932	1936
Maria Vieira Mendes	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva	1932	1936
Thyestes Seixas Carvalho	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva	1932	1936
Vera Vasconcelos Tavares	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva	1934	1945
Amélia de Abreu França Viana	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1945
Diná dos Santos Brito	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1946
Iada Hauaji	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1946
Hilka de Araujo Peçanha	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1946
Maria de Lourdes Maia Alonso	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1943	1945
Maria Julia Barbosa Pimenta	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1945	1947
Odila Alonso Handler	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1945	1947
Jurema Cruz	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1946
Lucilia Costa Leite	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1948	1948
Maria Alves	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1947
Maria Antonieta Carvalho	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1946
Maria da Conceição Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1943
Maria da Conceição Andrade Carvalho	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1943
Marieta Cezar França	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1943	1943
Maria Isabel Rodrigues Simões	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1943
Myrthes Gomes Pinto (Nunes)	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1943	1944
Nícia da Graça Araújo Rodrigues	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1947
Zita Faria de Moraes	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1943
Coralina Athayde Martins	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1941	1945
Elzira Nogueira Rangel	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1943	1945
Marieta Biancardini	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1943	1949
Gesí Young Salles	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Extranumerária	1943	1945
Hilda Barroso Vieira	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Extranumerária	1945	1946
Maria da Anunciação Carneiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Extranumerária	1945	1945
Maria da Conceição de Castro M. B. Sobral	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Extranumerária	1943	1943
Maria da Conceição Moreira Cruz	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Extranumerária Municipal	1946	1947
Berenice Duncan Ferreira Pinto	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Interina	1934	1936
Antonia Talita Alves	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Substituta	1941	1943
Beni Pinheiro da Cruz	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Substituta	1947	1947
Carmen Crespo Ribeiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. João Pessoa	01º	Adjunta	Substituta	1934	1934

Guiomar Baptista Nogueira	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1949	1949
Heloísa Sobral Soriano	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1944	1945
Inah Lopes de Freitas	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1941	1941
Inaiá Faria de Moraes	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1943	1944
Luzia Conceição Moreira Cruz	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1945	1949
Maria da Glória Araújo	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1933	1933
Maria Florinda Venâncio Oliveira	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1946	1946
Maria José de Alvarenga Cabral	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1943	1943
Maria José dos Santos Silva	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1943	1943
Marinette de Freitas Viana	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1943	1943
Nanci Moraes Guimarães	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1947	1947
Nilza Silva	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1944	1945
Véra Nogueira Pamplona Corte Real	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1948	1949
Zara Dantas	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1948	1948
Zilá Gomes	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1934	1936
Zilda Glória de Castro	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Substituta	1944	1944
Ismenia Ribeiro Barreto	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Guardiã		1941	1943
Deodorina Artilles	Grupo Escolar	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Servente		1943	1943
Maria Manhães Corrêa	Jardim de Infância	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Diretora	Efetiva	1932	1934
Rosalina Laccourt da Cruz	Jardim de Infância	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva	1932	1934
Aldarina da Penha Carneiro	Jardim de Infância	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva	1934	1934
Lucilia Miranda	Jardim de Infância	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Adjunta	Efetiva	1934	1934
Anide Póvoa Tavares	Jardim de Infância	Mist		G. E. João Pessoa	01º		Guardiã		1932	1934
Cecília da Conceição Mangueira	Escola de 1º grau	Masc	x	G. E. João Pessoa	01º		Diretora	Catedrática Efetiva	1934	1934
Anna Soares de Freitas	Escola de 2º grau	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Praça Nilo Peçanha	Diretora	Catedrática Efetiva	1932	1933
Francisca Gomes Pinto	Escola de 2º grau	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Eugenia Lobo da Costa	Escola de 2º grau	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Anita Gomes dos Santos	Escola de 2º grau	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Cyrene Fernandes	Escola de 2º grau	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Célia Carneiro Terra	Escola de 2º grau	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Catedrática adida	1933	1933
Abelardo Luiz	Escola de 2º grau	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Praça Nilo Peçanha	Servente		1933	1933
Josefina Gomes Pinto	Escola de 2º grau	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Catedrática adida	1933	1933
Nadyr Azevedo	Escola de 2º grau	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Julita Alonso Pereira	Grupo Escolar	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Diretora	Efetiva	1936	1944
Adozinda Lenoir de Mericourt (Dias)	Grupo Escolar	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1934	1944
Andréa Costa	Grupo Escolar	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Catedrática adida	1934	1944
Cecilia da Conceição Mangueira	Grupo Escolar	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Catedrática adida	1939	1944
Maria de Lourdes Menezes	Grupo Escolar	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1941	1944
Anita Gomes dos Santos	Grupo Escolar	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1934	1944
Dalka de Barros Lima	Grupo Escolar	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1939	1944
Dídima Soares de Castro	Grupo Escolar	Mist		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1934	1944

Francisca Gomes Pinto (Pessanha)	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1934	1944
Hilda França Nunes	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1943	1944
Ilde Péres Bittencourt (Bello de Campos)	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1939	1944
Liciana da Costa Cruz (Freitas)	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1944
Maria Antonia Jorge	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1939	1944
Maria Dulce Faria da Silva (Peixoto)	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1937	1944
Maria Isabel Gomes (de Miranda)	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1934	1944
Maria Julia Barbosa Pimenta	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1944
Maria Siqueira Costa	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1944
Myrthes Gomes Pinto (Nunes)	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1944	1944
Odila Alonso Handler	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1944	1944
Yone Ribeiro de Castro	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1934	1944
Maria José dos Santos Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1934	1944
Zilda Glória de Castro	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1944	1944
José Damião Ortiz	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Educação Física		1944	1944
Alice Gomes Viana	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Guardiã		1939	1944
Izaurina Ribeiro Barreto	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Insp. de Alunos		1943	1944
Marcolina de Freitas Martinho	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Servente		1937	1944
Alzira da Costa Braga	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Catedrática adida	1934	1940
Anna Soares de Freitas (Abreu)	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Catedrática adida	1934	1944
Ecilda Tinoco Ferraz	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Catedrática adida	1937	1940
Olivia Doralice Ribeiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Diretora	Catedrática Efetiva	1934	1935
Berenice Miranda	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1936	1936
Edith Flores	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1934	1935
Edith Souza Fernandes	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1934	1935
Hilda França Nunes	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1934	1935
Irene Pereira da Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1937	1938
Joemia Vieira Dias	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1937	1940
Jurema Cruz	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1936	1938
Lúcia Pinto e Andrade	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1936	1936
Maria Antonieta Carvalho	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1937	1938
Maria da Conceição Andrade Carvalho	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1939	1940
Maria da Conceição Nunes Santa Rita	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1936	1936
Maria da Conceição Rodrigues Martins	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1936	1938
Maria Nascimento Ribeiro Gomes	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1939	1940
Maria do Rosário Cordeiro de Azeredo	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1936	1938
Maria Dulce da Siva	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1936	1936
Maria Tereza Ribeiro da Costa	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1939	1940
Nayade Rangel	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Nilza Almeida	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1934	1938
Victoria Ferreira dos Santos	Grupo Escolar	Mist	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1936	1936

Mirtes Rabelo Tavares	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1938	1938
Olívia Doralice Ribeiro	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva	1936	1939
Olga Guimarães Ferreira	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1941
Anna Maria Cunha Barcelos	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Interina	1938	1938
Antônia Fernandes Carvalho	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Interina	1938	1938
Clymene Cruz	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Interina	1938	1939
Maria Emília Rodrigues Salgado	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Interina	1938	1938
Nelia Sciamarelli Sant'Anna	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Interina	1937	1938
Olívia Carvalho	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Interina	1938	1938
Clarice dos Santos Gomes	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1937	1938
Elide Lenoir Cardoso	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1939	1940
Elvira de Souza Sardinha	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1939	1940
Floriana Rangel Vasconcelos	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1939	1939
Geny Mendes Quintas	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1937	1938
Heloísa Faria Gesteira Passos	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1939	1940
Hersília Portugal da Silveira Paiva	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1941	1941
Irene Pereira da Silva	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1939	1940
Juracy Paula	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1937	1938
Nelia Sciamarelli Sant'Anna	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1939	1940
Olympia Pereira Nunes	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1934	1935
Ruth Limongi Freitas	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1941	1941
Yvette Peixoto da Silva	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1939	1940
Zelilda Rufino de Carvalho	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1941	1941
Alice Gomes Viana	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Guardiã		1938	1938
Maria Isabel Manhães	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Guardiã		1939	
Maria Rita de Souza	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Guardiã		1936	1936
Esmeralda de Matos Carneiro	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Guardiã		1936	1939
Geraldo Gomes de Faria	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Educação Física		1941	1941
Judith Cyrino	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Educação Física		1943	1943
Josephina dos Reis Faria	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Guardiã		1937	1943
Hilda Barroso Vieira	Grupo Escolar	Mist			G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Substituta	1941	
Maria de Lourdes Couto Reis Costa	Escola de 1º grau	Masc	x	x	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Diretora	Diplomada, subvencionada	1937	1939
Dídima Soares de Castro	Escola de 1º grau	Fem	x	x	G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Diretora	Efetiva	1938	1944
Cirene Batista	Escola de 1º grau	Masc	x		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Diretora	Efetiva Classe "D"	1941	1944
Maria da Conceição Andrade Carvalho	Escola de 1º grau	Masc	x		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1943	1944
Maria José da Costa Bastos	Escola de 1º grau	Masc	x		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1943	1944
Elisa Tinoco	Escola de 1º grau	Masc	x		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Guardiã		1942	1944
Maria Antonieta Rangel dos Santos	Escola de 1º grau	Masc	x		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1942	1943
Clara Maria Spittle Vagner	Escola de 1º grau	Masc	x		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1942	1942
Zara Dantas	Escola de 1º grau	Masc	x		G. E. José do Patrocínio	02º	Rua 28 de Março, n. 09		Substituta	1942	1943

Dídima Soares de Castro	Escola de 1º grau	Fem	x	x	"do Turf Club"	02º	Rua 28 de Março, n. 09	Diretora	Efetiva	1946	1946
Maria da Penha Ribeiro de Mattos	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Diretora	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Adozinda Lenoir de Mericourt (Dias)	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Anita Gomes dos Santos	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Andréa Costa	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Antonia Elza de Sá Machado	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Aydina Vieira Pinto	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Clara Sobral Resende	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Carmem Dolores Salgado Rodrigues	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Dídima Soares de Castro (Peixoto)	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Eugênia Moreira Terra	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Francisca Barbosa Gomes	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Guiomar Liliusa da Silva Vianna Fonseca	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Ilka Teixeira (Pessanha)	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Leticia C. Soares Pinto	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Maria de Lourdes Menezes (Lopes)	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Maria Dulce da Silva Peixoto	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Maria Isabel Gomes Miranda	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Maria Faustina Cordeiro Barreto	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1949	1949
Maria Julia Barbosa Pimenta	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Maria Rita Tavares	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Mariolina Arueira da Silva	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1949	1949
Nayade Rangel (Alves)	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Odete Bichara	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1949	1949
Rita Wagner de Barros	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Teresa Rodrigues Lírio	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Waldeya Carneiro	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Yone Ribeiro de Castro (Viana)	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Ami Ornelas Bueno	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1947	1949
Ana Barcelos de Andrade	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1947	1949
Carmem Schittini	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1948	1949
Doralina Gomes de Azevedo	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1947	1949
Durvalina Gomes de Azevedo (Carvalho)	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1947	1949
Elzira Daier	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1948	1949
Gretchen Antão de Albernaz (de Brito)	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1948	1949
Maria Aparecida Seixas	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1949	1949
Maria Emília Cardoso Gomes	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1949	1949
Maria Melo Quintela	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1948	1949
José Damas Ortiz	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Educação Física	Extranumerária	1947	1949
Lenise Rapparine de Almeida	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1949	1949
Nair Ferraz	Grupo Escolar	Mist			G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1948	1949

Neuza Corrêa	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1947	1949
Zilda Paiva	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1947	1949
Heleny Mattoso Faquer	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1949	1949
Neide Guiton Maciel	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1949	1949
Nilce Duarte	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1948	1949
Vanice Pereira de Almeida	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1949	1949
Hilda Barroso Vieira	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1947	1949
Berenice B Barcelos	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1949	1949
Deciléa Lobo de Azeredo	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1949	1949
Hermengarda Beda	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1949	1949
Lúcia Chagas Sobrinho	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1949	1949
Maria da Conceição Manhães	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1949	1949
Maria Francisca Sá	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1948	1949
Oneida Pinto Neto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1949	1949
Terezinha da Silva Chebabe	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1948	1949
Zara Dantas	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1949	1949
Alice Gomes Viana (Guimarães)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Insp. de Alunos		1947	1949
Benedita Petrucci Pinheiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Insp. de Alunos		1947	1949
Edith Pimentel Côrtes	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Insp. de Alunos		1947	1949
Heralda Nogueira Ribeiro do Rosário	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Insp. de Alunos		1947	1949
Isaurina Ribeiro Barreto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Insp. de Alunos		1947	1949
Ezil Anel do Nascimento Arêas	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Servente		1947	1949
Joaquim Henrique de Souza	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Servente		1947	1949
Francisca Gomes Pinto (Pessanha)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1947
Hilda França Nunes	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1947
Licinia Cruz Freitas	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1948
Elyette Batista Abreu	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1948
Maria da Penha Bueno Machado	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1948
Maria do Carmo Almeida	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1947
Maria Odete Gomes de Melo	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1947
Maria Siqueira Costa	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1947
Myrthes Gomes Pinto (Nunes)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1947
Odila Alonso Handler	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1947	1948
Rosane de Vasconcelos Ramos	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1948	1948
Jaci Uébe	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1948	1948
Maria do Carmo Almeida	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1948	1948
Odette Leão Hygino da Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1947	1948
Vidalnida Izabel da Cruz	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1947	1947
Conceição Tavares	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Municipal	1947	1948
Clymene Dumas Arantes Codeço	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Municipal	1947	1948
Elmira Ribeiro Rosário	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Municipal	1947	1948

Hermengarda Beda	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Municipal	1947	1948
Maria José Coutinho Abreu	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Municipal	1947	1948
Nícia Faria da Silva	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Municipal	1947	1948
Carmem Sílvia Lenoir Dias	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1947	1948
Elga Gomes de Azevedo	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1947	1948
Eliane Faria Nogueira	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1947	1948
Ilde Teixeira Pessanha	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1948	1948
Ivete Assad Salim	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1947	1948
Maria Ângela da P. Ribeiro	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1948	1948
Maria José Gomes de Souza	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1947	1947
Penha Morais Duarte	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1947	1947
Vitalina Venâncio	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1948	1948
Antônio José Kalil Farah	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Insp. de Alunos		1948	1948
Iracema Diniz Nogueira	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Insp. de Alunos		1947	1948
Luiz Gonzaga Henrique de Souza	Grupo Escolar	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Servente		1947	1948
Dídima Soares de Castro	Escola de 1º grau	Fem	x x	G. E. Saldanha da Gama	02º	Rua 28 de Março, 37	Diretora	Subvencionada	1948	1949
Maria Odete Bagin Grévy Bastos	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Diretora	Efetiva Classe "C"	1948	1949
Francisca Barbosa Gomes	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1949	1949
Elzira Daier	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1948	1949
Maria Aparecida Seixas	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1948	1949
Odete Leão Higino da Silva	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1948	1949
Creusa Bueno da Silva	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1949	1949
Dilma Mercadante Balbi	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1949	1949
Heleny Matoso Faquer	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1949	1949
Nize Fonsêca Silva	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1949	1949
Alita Rodrigues Dumas	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Insp. de Alunos		1949	1949
Dalila Costa	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Insp. de Alunos		1948	1949
Durvalina de Azevedo Carvalho	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Extranumerária	1948	1948
Francisca Barbosa Gomes	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1948	1949
Ivete Assad Salim	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Adjunta	Substituta	1948	1948
Benedita Petrucci Pinheiro	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Insp. de Alunos		1948	1948
Ezil Anel do Nascimento Arêas	Jardim de Infância	Mist		G. E. Saldanha da Gama	02º	Av. 28 de Março, 27	Servente		1948	1948
Ecilda Tinoco Ferraz de Oliveira	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Diretora	Efetiva Classe "C"	1947	1949
Ana Marina Peixoto Lacerda	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1946	1949
Cyrene Maciel D'Angelo Carneiro	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1944	1949
Francisca Gomes Pinto (Pessanha)	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1947	1949
Helena Pereira da Rocha	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1949
Isabel Maria Tinoco Serpa Campos (Vasconcelos)	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1939	1949
Josepha Soares dos Santos	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1949
Lucilia Costa Leite	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1948	1949
Lygia da Veiga Lusitano (Duarte)	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1939	1949

Lucélia Barbosa de Castro Mendonça	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1949	1949
Maria Adelaide Matos de Almeida	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1944	1949
Maria Isa Cicarino Jales	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1943	1949
Maria de Lourdes Nunes	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1934	1949
Maria Rosalina Calomeni	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1949
Marieta Biancardini	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1948	1949
Myrthes Gomes Pinto (Nunes)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1947	1949
Semiramis Loureiro Braga	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1949
Clícia Fritsch Duncan (Navega Dias)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Educação Física	Substituta	1944	1949
Cremilda Vieira	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Educação Física	Substituta	1949	1949
Durvalina Gomes de Azevedo (Carvalho)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Extranumerária	1949	1949
Jaci Uébe	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Extranumerária	1947	1949
Thetis Codeço	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Extranumerária	1949	1949
Dorâmia Oliveira Pinto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Educação Física	Substituta	1949	1949
Maria José Viana	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Educação Física	Substituta	1949	1949
Maria da Conceição Manhães (Paiva)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1938	1949
Risete Peixoto Barreto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Educação Física	Substituta	1949	1949
Ivone Faria Artilis	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Insp. de Alunos		1943	1949
Adalgiza Rebel Figueiredo	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Diretora	Efetiva	1931	1931
Dejanira Rebel Figueiredo Raynsford	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Diretora	Efetiva	1931	1942
Maria da Penha Ribeiro de Mattos	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Diretora	Catedrática	1934	1936
Celia Terra Peixoto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Diretora	Efetiva Classe "A"	1943	1946
Aida Ribeiro Motta	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Catedrática	1934	1936
Alice Marins	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1937	1937
Alice Pessanha Manhães	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1938	1939
Ana Maria Lobo Peixoto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1946
Aracy Cardoso Cavalcante	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1944	1945
Candida Montenegro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1945
Carmem Dolores Salgado Rodrigues	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Catharina Adelaide Azevedo	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1936	1947
Cecília da Conceição Marins	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1936
Célia de Freitas Pacheco	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1937
Cirêne Terra Cesar	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1934
Cirêne Terra Cesar	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1936	1939
Clara Maria Spittle Vagner	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1934	1939
Diva Teixeira de Queiroz Freitas	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1943	1944
Elvira Ortiz Damas (Moreira)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1936
Elyette Batista Abreu	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "A"	1946	1948
Emyrêne Braga	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1944
Francisca da Conceição Paes Cunha	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1938	1943
Ilka Teixeira (Pessanha)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1934

Imperarina Nogueira Leal	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1939	1947
Ivone Rabelo Tavares	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1937	1937
Jocila de Castro Peixoto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Jocila de Castro Peixoto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1936	1939
Letícia Coutinho Soares (Pinto)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Lúcia Galvão Batista	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1936	1947
Lygia da Veiga Lusitano	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1944	1945
Lygia de Azevedo Ramos	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1936
Lygia de Freitas Pacheco	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1934
Margarida Amaral de Vasconcelos	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1937
Maria Antonieta Carvalho	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Maria Antonietta Rangel	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1934	1942
Maria da Conceição Andrade	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1937	1938
Maria da Penha Souza (do Amaral)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1937	1937
Maria D'Alva Queiróz (Carvalho)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1941	1944
Maria Davina Bastos	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1938	1945
Maria José da Costa Bastos	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva Classe "D"	1941	1943
Marianna Alves do Couto Reis	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1937	1943
Nayade Rangel (Alves)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1936	1936
Olga Aziz José	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1939	1947
Diair Ignacia Tavares de Azevedo	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Interina	1934	1942
Leda Alves Amaro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Interina	1941	1942
Maria Emília Salgado Rodrigues	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Interina	1936	1937
Maria Isabel Macêdo Rodrigues (Simões)	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1939
Maria José Botelho	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1936	1939
Maria José Soares	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Marieta Lacerda Souto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1937	1937
Nellyde Codeço	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1934	1934
Olatce da Gama Bilot	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1937	1938
Olympia Pereira Nunes	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Catedrática	1934	1939
Vivaldina Martins	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1936
Waldeya Carneiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1939
Carmen Crespo Ribeiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Efetiva	1933	1947
Dídima Soares de Castro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Interina	1937	1937
Doralice Pereira da Costa	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Interina	1936	1937
Edith Manhães de Paiva	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Interina	1938	1938
Léa Ritter Vianna	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Interina	1937	1938
Nelia de Almeida	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Interina	1936	1936
Zulima Loureiro Leite	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Interina	1937	1938
Ami Ornelas	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Interina	1937	1937
Ana Póvoa Tavares	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1933	1933

Aracy Cardoso	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1944	1945
Arly Damas de Souza	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1941	1941
Berenice Duncan Ferreira Pinto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1933	1933
Blandina Rangel	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1936	1936
Cirene Rocha Monteiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1936	1936
Clarice Siqueira Mothé	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1946	1946
Déa Monteiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1936	1936
Dionita Castro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1937	1937
Diva Alves	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1944	1945
Eliane Faria Nogueira	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1938	1938
Eunice Barcelos de Sousa	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1948	1949
Haidée Manhães de Paiva	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1947	1947
Helena de Vasconcelos Guerra	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1946	1946
Helena Rosa Emério	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1939	1939
Helvia Pereira da Rocha	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1941	1942
Josefina Martins Faria	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Educação Física	Substituta	1946	1946
Léa Ritter Vianna	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1934	1934
Lucila Vianna	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1937	1937
Maria Amelia dos Santos Young	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1938	1938
Maria da Conceição Diniz	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1943	1943
Maria da Conceição Miranda Castro Barcelos Sobral	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1943	1943
Maria do Carmo Almeida	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Educação Física	Substituta	1944	1947
Maria Emília Salgado Rodrigues	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1934	1934
Maria Florinda Venâncio Oliveira	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Educação Física	Substituta	1947	1947
Maria Isabel Marques Braga	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1939	1939
Maria José Rodrigues	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1938	1938
Maria José Siqueira	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1941	1942
Maria Stella Pinheiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1939	1939
Nair Martins da Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1944	1945
Rita de Cássia da Nóbrega e Silva	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1944	1944
Rita de Cássia B. Ribeiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1939	1939
Rosa Cruz de Miranda	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1933	1934
Sebastiana Rangel Vasconcellos	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1938	1938
Yvete Martins Béda	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1938	1938
Zara Dantas	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1943	1945
Zertina Braga	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1943	1947
Zulima Alves	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Adjunta	Substituta	1933	1933
Adelaide Paes Campos	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Servente		1941	1943
Alaíde Paes Campos	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Servente		1941	1943
Brasilina Cordeiro	Grupo Escolar	Mist	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Servente		1939	1939

Dalila Costa	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Guardiã		1945	1944
Edith Reis	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Guardiã		1934	1936
Evangelina Salgado Rodrigues	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Guardiã		1936	1943
Isaurina Ribeiro Barreto	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Guardiã		1944	1947
Ivone Ribeiro Barreto	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Insp. de Alunos		1944	1944
Josephina dos Reis Faria	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Guardiã		1937	1937
Léa do Couto Reis Costa	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Guardiã		1936	1936
Maria da Penha Rodrigues	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Guardiã		1941	1944
Maria de Lourdes Ferreira	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Servente		1939	1939
Maria Rita de Souza	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Guardiã		1943	1949
Zilá Gomes	Grupo Escolar	Mist		G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Guardiã		1934	1934
Dejanira Rebel Figueiredo	Escola de 1º grau	Fem	x	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 533	Diretora	Efetiva	1931	1931
Jenny Rebel Figueiredo	Escola de 1º grau	Fem	x	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 533	Diretora	Efetiva	1932	1932
Otilia Viana	Escola de 1º grau	Fem	x	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Diretora	Catedrática	1932	1944
Olympia Pereira Nunes	Escola de 1º grau	Fem	x	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Diretora	Catedrática	1937	1938
Jenny Rebel Figueiredo	Escola de 1º grau	Masc	x	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 533	Diretora	Efetiva	1931	1931
Otilia Viana	Escola de 1º grau	Masc	x	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 533	Diretora	Efetiva	1932	1937
Elvira Ortiz Damas (Moreira)	Escola de 1º grau	Masc	x	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 963	Diretora	Efetiva	1946	1949
Jenny Rebel Figueiredo	Escola de 1º grau	Mist	x	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Diretora	Efetiva	1934	1934
Otilia Viana	Escola de 1º grau	Mist	x	G. E. Visconde do Rio Branco	02º	Av. 15 de Novembro, 385	Diretora	Efetiva	1934	1937
Maria das Dores Ribeiro de Siqueira	Escola de 1º grau	Masc	x x	Santa Terezinha	01º	Rua Alberto Torres, 240	Adjunta	Particular	1937	1939
Antônia Ribeiro Venâncio	Escola de 1º grau	Masc	x x		01º	Rua de S. Bento	Diretora	Diplomada, subvencionada	1933	
Cecília da Conceição Mangueira	Escola de 1º grau	Masc	x		01º	Rua Salvador Corrêa, 16	Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1934
Isaura Lucas dos Santos	Escola de 1º grau	Masc	x		01º	Rua Visconde do Rio Branco nº 50 (E. Complementar)	Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1931
Maria Isabel de Moura	Escola de 1º grau	Masc	x		01º	Rua Alberto Torres, 240	Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1933
Marianna Alves do Couto Reis	Escola de 1º grau	Masc	x		02º	Rua Carlos de Lacerda, 186	Diretora	Efetiva de 2ª classe	1931	1934
Julia Maia Peixoto	Escola de 1º grau	Mist			09º	Cardoso Moreira	Diretora	Efetiva	1931	1935
Deocarina de Araujo Cordeiro	Escola de 1º grau	Masc	x x		02º	Passeio Municipal, 09	Diretora	Subvencionada	1933	1937
Zélia Baptista	Escola de 1º grau	Mist			09º	Cardoso Moreira	Adjunta	Substituta	1933	1933
Lydia Fraga da Gama	Escola de 1º grau	Mist		x	03º		Diretora		1933	1933
Zélia Baptista	Escola de 1º grau	Mist		x	15º	Cardoso Moreira	Adjunta	Substituta	1937	1937
Custódia Azevedo Campos	Escola de 1º grau	Mist		x	15º	Cardoso Moreira (quilômetro 64)	Substituta	Efetiva Municipal	1937	1937
Dídima Soares de Castro	Escola de 1º grau	Fem	x x		02º	Rua do Príncipe, 93	Diretora	Subvencionada	1938	1947
Conceição Collares Quitete Cardoso	Escola de 1º grau	Masc	x x		02º	Rua 13 de Maio, 129	Diretora	Efetiva	1938	1939
Zélia Baptista	Escola de 1º grau	Mist			09º	Cardoso Moreira	Adjunta	Substituta	1935	1935
Maria Isabel Barreto	Escola de 1º grau	Fem			02º	Asilo da Lapa - Av. 15 de Novembro 809 - Lapa	Diretora	Interina Classe "B"	1944	1944
Hervalina Roberto	Escola de 1º grau	Mist		x	14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Efetiva	1949	1949

Maria Inácia Lopes	Escola de 1º grau	Mist		x		14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Efetiva	1949	1949
Dejanira Lopes Lobo	Escola de 1º grau	Mist		x		14º	Cardoso Moreira	Diretora	Efetiva	1949	1949
Affonsina ...	Escola de 1º grau	Mist				14º	Cardoso Moreira	Diretora	Catedrática	1934	1934
Zaira Canela Tavares	Escola de 1º grau	Mist				14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Catedrática Adida	1934	1934
Semiramis Guedes Loureiro	Escola de 1º grau	Mist				14º	Cardoso Moreira	Adjunta	Substituta	1934	1934
Maria José Viana	Escola de 1º grau	Mist	x	x		15º	Cardoso Moreira (quilômetro 64)	Substituta	Substituta Municipal	1936	1936
Margarida Ramos	Escola de 1º grau	Mist			x	15º	Cardoso Moreira	Diretora	Efetiva	1936	1937
Berenice Marques dos Santos	Escola de 1º grau	Mist			x	14º	Fazenda da Cruz	Diretora	Extranumerária	1948	1948
Maria Isabel de Moura	Escola de 1º grau	Masc	x	x		01º	Rua Alberto Torres, 240	Diretora	Catedrática Efetiva	1934	1939
Anna Jesus Elias	Escola de 1º grau	Mist			x			Diretora		1934	1934
Maria Emília Barcelos Martins	Escola de 1º grau	Mist			x	04º	Baixa Grande	Diretora		1933	1933
Nadir Belieny da Silveira	Escola de 1º grau	Mist			x	14º	Cardoso Moreira	Diretora	Extranumerária	1949	1949
Regina Renne Arantes	Escola de 1º grau	Mist		x	Escola do "Largo do Garcia"		Bananeiras	Diretora	Subvencionada	1931	1948
Maria Carolina Arantes Nogueira	Escola de 1º grau	Mist		x	Escola do "Largo do Garcia"		Bananeiras	Adjunta		1945	1948
Anna Maria de Almeida	Escola de 1º grau	Mist			x	06º	Bananeiras	Diretora		1934	1934
Maria Augusta Manhães	Escola de 1º grau	Mist			x	06º	Bananeiras	Diretora		1936	1936
Avelina França do Socorro	Escola de 1º grau	Mist			x	01º	Cantagalo	Diretora		1933	1933
Maria de Lourdes Gomes de Andrade	Escola de 1º grau	Mist			x	03º	São Martinho	Diretora	Efetiva Classe "C"	1945	1949
Josefina Maria de Siqueira Moço	Escola de 1º grau	Mist			x	13º	Guararema	Diretora		1933	1937
Nathalina Osório Pereira	Escola de 1º grau	Mist			x	11º	Lagoa de Cima	Diretora		1933	1934
Clymene Dumas Arantes Codeço	Escola de 1º grau	Mist			x		Capão	Diretora	Catedrática Efetiva	1949	1949
Osiris de Oliveira	Escola de 1º grau	Mist			x		Capão	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1949	1949
Salvadora Guedes	Escola de 1º grau	Mist			x	08º	Escola Municipal do Lagarto	Diretora		1944	1944
Jocilia França	Escola de 1º grau	Mist				08º	Guandú	Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1944
Arlinda Glória	Escola de 1º grau	Mist				08º	Guandú	Diretora	Catedrática Efetiva	1945	1949
Arlinda Glória	Escola de 1º grau	Mist	x			08º	Guandú	Diretora	Efetiva Classe "A"	1945	1945
Rosa da Conceição Azeredo Lopes	Escola de 1º grau	Mist				08º	Guandú	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1940	1944
Cremilda Cardoso Lopes	Escola de 1º grau	Mist				08º	Guandú	Adjunta	Substituta	1940	1945
Geny Pereira Paes	Escola de 1º grau	Mist				08º	Guandú	Adjunta	Extranumerária	1948	1948
Olympia Pereira Nunes	Escola de 1º grau	Fem	x			02º	Rua 7 de Setembro, 87	Diretora	Catedrática efetiva	1931	
Doralina Gomes de Azevedo	Escola de 1º grau	Masc	x	x	Bairro da Lapa	02º	Lapa	Diretora		1944	1948
Sirene Batista	Escola de 1º grau	Masc	x	x	Bairro da Lapa	02º	Lapa	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1945	1945
Aracy Damas dos Santos	Escola de 1º grau	Fem	x	x	Bairro da Lapa	02º	Lapa	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1949	1949
Maria Vicência Isabel da Cruz	Escola de 1º grau	Mist			Isolada do Bairro do Saco		Saco	Diretora	Efetiva Classe "C"	1948	1949
Blandina Soutto Mayor	Escola de 1º grau	Mist			Isolada do Limão		Fazenda do Limão	Diretora	Efetiva Classe "A"	1946	1946
Maria Antonia Caetano	Escola de 1º grau	Mist			Isolada do Lagamar	10º	Lagamar	Diretora	Extranumerária	1948	1949
Berenice Marques dos Santos	Escola de 1º grau	Mist			Isolada do Lagamar	10º	Lagamar	Adjunta	Extranumerária	1948	1949
Edith Ribeiro	Escola de 2º grau	Mist				09º	Cardoso Moreira	Adjunta	Substituta	1935	1935
Domingas Tinoco Serpa	Escola de 2º grau	Mist			Loja Maçônica Progresso	01º		Diretora	Catedrática efetiva	1931	1934
Diná Muylaert Reis	Escola de 2º grau	Mist	x	x	L. M. Progresso - "Viveiros de Vasconcelos"	01º	Rua Barão de Miracema, n. 27	Diretora	Catedrática Efetiva	1932	1945

Marilyna Rosa de Oliveira Guimarães	Escola de 2º grau	Mist	x	x	L. M. Progresso - "Viveiros de Vasconcelos"	01º	Rua Barão de Miracema, n. 27	Diretora	Efetiva de 1ª classe	1945	1948
Brasileira Nogueira	Escola de 2º grau	Mist	x	x	L. M. Progresso - "Viveiros de Vasconcelos"	01º	Rua Barão de Miracema, n. 27	Diretora	Efetiva	1949	1949
Eneida Lima de Farias	Escola de 2º grau	Mist	x	x	L. M. Progresso - "Viveiros de Vasconcelos"	01º	Rua Barão de Miracema, n. 27	Diretora	Bacharela	1949	1949
Claudina Alves do Couto Reis	Escola de 2º grau	Mist				01º		Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1932
Gisella Alves do Couto Reis	Escola de 2º grau	Mist				01º		Adjunta	Efetiva	1931	1932
Rosa do Couto Reis Souza	Escola de 2º grau	Mist				01º		Adjunta	Efetiva	1931	1932
Colina Mendes Pimenta	Escola de 2º grau	Mist				01º		Diretora	Catedrática	1931	1934
Felisminda Teixeira Pinto	Escola de 2º grau	Mist				01º		Adjunta	Efetiva	1932	1934
Serafina Pacheco	Escola de 2º grau	Mist				02º	Rua Oliveira Botelho, 74	Diretora	Efetiva	1931	1934
Maria das Dores Laccourt Mulylaert	Escola de 2º grau	Mist				02º	Rua Oliveira Botelho, 74	Adjunta	Efetiva	1931	1934
Maria de Lourdes Nunes	Escola de 2º grau	Mist				02º	Rua Oliveira Botelho, 74	Adjunta	Efetiva	1931	1931
Adozinda Lenoir de Mericourt	Escola de 2º grau	Mist				02º	Capão	Diretora	Catedrática Efetiva	1932	1933
Hilda França	Escola de 2º grau	Mist				02º	Capão	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Yone Ribeiro de Castro	Escola de 2º grau	Mist				02º	Capão	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Maria de Lourdes Nunes	Escola de 2º grau	Mist				02º	Capão	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Antonia Elza de Sá Machado	Escola de 2º grau	Mist				01º	Capão	Diretora	Efetiva Classe "B"	1945	1946
Adozinda Lenoir de Mericourt (Dias)	Escola de 2º grau	Mist				01º	Capão	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1945	1946
Clymene Dumas Arantes	Escola de 2º grau	Mist				01º	Capão	Adjunta	Municipal	1945	1946
Elmira Ribeiro Rosário	Escola de 2º grau	Mist				01º	Capão	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1945	1946
Hermengarda Beda	Escola de 2º grau	Mist				01º	Capão	Adjunta	Extranumerária	1945	1946
Lisete Cordeiro Rangel	Escola de 2º grau	Mist				01º	Capão	Adjunta	Extranumerária	1945	1946
Maria Augusta Monteiro Amancio	Escola de 2º grau	Mist				01º	Av. 15 de Novembro, 709	Diretora	Catedrática	1931	1934
Maria Isabel Gomes	Escola de 2º grau	Mist				01º	Av. 15 de Novembro, 709	Adjunta	Efetiva	1931	1934
Maria Antonietta Tavares Rangel	Escola de 2º grau	Mist				01º	Av. 15 de Novembro, 709	Adjunta	Efetiva	1931	1932
Maria Isabel de Moura	Escola de 2º grau	Mist				01º	Rua Alberto Torres, 240	Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1934
Clymene Cruz	Escola de 2º grau	Mist				01º	Rua Alberto Torres, 240	Adjunta	Efetiva	1931	1934
Maria do Carmo de Castro	Escola de 2º grau	Mist				01º	Rua Alberto Torres, 240	Adjunta	Substituta	1933	1933
Alice Mello	Escola de 2º grau	Mist				07º	Fundão	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1931	1931
Conceição Coelho	Escola de 2º grau	Mist				01º	Rua Salvador Corrêa, 16	Adjunta	Efetiva	1931	1932
Diair Ignacia Tavares de Azevedo	Escola de 2º grau	Mist				02º	Rua Carlos de Lacerda, 186	Adjunta	Efetiva classe "B"	1931	1931
Eulina Peixoto	Escola de 2º grau	Mist				01º	Rua Passeio Municipal, 262	Adjunta	Efetiva	1931	1932
Ilça Teixeira	Escola de 2º grau	Mist				02º		Adjunta		1931	1931
Myrthes Gomes Pinto	Escola de 2º grau	Mist				02º		Adjunta	Efetiva Classe "A"	1931	1934
Vivaldina Martins	Escola de 2º grau	Mist				01º		Adjunta		1931	1932
Benedicta Teixeira de Mattos	Escola de 2º grau	Mist				02º		Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1934
Carmelita Rangel de Oliveira	Escola de 2º grau	Mist				01º	Rua Passeio Municipal, 262	Diretora	Efetiva	1931	1932
Cecília da Conceição Mangueira	Escola de 2º grau	Mist				01º	Rua Salvador Corrêa, 16	Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1934
Eurydice de Paula Bastos	Escola de 2º grau	Mist				01º		Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1934
Guimar Lílissa da Silva Vianna	Escola de 2º grau	Mist				01º	Carvão	Diretora	Efetiva	1931	1946
Helena Monteiro de Queirós	Escola de 2º grau	Mist				01º	Carvão	Diretora	Efetiva	1947	1949

Helena Monteiro de Queirós	Escola de 2º grau	Mist		01º	Carvão	Adjunta	Efetiva	1945	1946
Ceneida Monteiro de Queirós	Escola de 2º grau	Mist		01º	Carvão	Adjunta	Substituta	1948	1948
Ceneida Monteiro de Queirós	Escola de 2º grau	Mist		01º	Carvão	Adjunta	Substituta	1945	1945
Antonia Elza de Sá Machado	Escola de 2º grau	Mist	São Sebastião	04º	Barão de São José	Diretora	Catedrática efetiva	1942	1942
Maria Emília Barcelos Martins	Escola de 2º grau	Mist	Joaquim d'Athayde	03º	Baixa Grande	Diretora	Catedrática efetiva	1944	
Benícia Martins Ramos	Escola de 2º grau	Mist	Joaquim d'Athayde	03º	Baixa Grande	Adjunta	Efetiva Classe "C"	1944	
Benilda Martins Ramos	Escola de 2º grau	Mist	Joaquim d'Athayde	03º	Baixa Grande	Adjunta	Extranumerária	1944	
Maria Vicência Isabel da Cruz	Escola de 2º grau	Mist	Isolada da Fazenda da Carioca	02º	Tócos	Diretora	Efetiva Classe "C"	1943	1943
Eurema Quintanilha	Escola de 2º grau	Mist	Isolada da Fazenda da Carioca	02º	Tócos	Diretora	Substituta	1949	1949
Déa Nery Gonçalves Guimarães	Escola de 2º grau	Mist	Isolada da Fazenda da Carioca	02º	Tócos	Adjunta	Efetiva	1949	1949
Isabel Alves Mesquita	Escola de 2º grau	Mist		01º		Adjunta	Catedrática Efetiva	1931	1934
Marianna Alves do Couto Reis	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua Carlos de Lacerda, 186	Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1931
Olympia Pereira Nunes	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua 7 de Setembro, 109	Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1934
Diva Teixeira de Queiroz Freitas	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua 7 de Setembro, 87	Adjunta	Efetiva classe "A"	1933	1934
Maria Antonieta Tavares Rangel	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua 7 de Setembro, 87	Adjunta	Efetiva classe "A"	1933	1934
Celisa Manhães de Morais	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua 7 de Setembro, 87	Adjunta	Substituta	1934	1934
Antonia Nunes de Santa Rita	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua 7 de Setembro, 109	Adjunta	Efetiva	1931	1931
Maria da Conceição Nunes Santa Rita	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua 7 de Setembro, 109	Adjunta	Efetiva	1931	1932
Maria de Lourdes Soares de Castro	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua 7 de Setembro, 87	Adjunta	Substituta	1932	1932
Ecila Quitete de Lima	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua 7 de Setembro, 109	Adjunta	Efetiva	1931	1931
Judite das Dores Guimarães	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua 7 de Setembro, 109	Adjunta	Efetiva	1931	1932
Esther Feydit	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua José do Patrocínio, 42	Diretora	Catedrática Efetiva	1933	1933
Diná Muylaert Reis	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua José do Patrocínio, 42	Adjunta	Catedrática Adida	1933	
Salvadora Agueda Alves de Assis	Escola de 2º grau	Mist		02º		Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1934
Sylvia Rabello Tavares	Escola de 2º grau	Mist		07º	Fundão	Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1931
Diair Ignacia Tavares de Azevedo	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua Carlos de Lacerda, 182	Adjunta	Efetiva Classe "B"	1932	1932
Eulina Peixoto	Escola de 2º grau	Mist		01º	Rua Passeio Municipal, 202	Adjunta	Efetiva	1932	1932
Lúcia Galvão Batista	Escola de 2º grau	Mist		01º		Adjunta	Catedrática Adida	1932	1934
Carmelita Rangel de Oliveira	Escola de 2º grau	Mist		01º	Rua Passeio Municipal, 202	Diretora	Efetiva	1932	1932
Marianna Alves do Couto Reis	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua Carlos de Lacerda, 182	Diretora	Catedrática Efetiva	1932	1932
Diair Ignacia Tavares de Azevedo	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua Ypiranga, 14	Adjunta	Efetiva classe "B"	1933	1934
Eulina Peixoto	Escola de 2º grau	Mist		01º	Rua 13 de Maio, 195	Adjunta	Efetiva	1933	1934
Francisca da Conceição Paes da Silva	Escola de 2º grau	Mist		01º	Rua Salvador Corrêa, 16	Adjunta	Efetiva	1933	1933
Carmelita Rangel de Oliveira	Escola de 2º grau	Mist		01º	Rua 13 de Maio, 195	Diretora	Efetiva	1933	1934
Maria José de Faria	Escola de 2º grau	Mist		01º		Diretora	Catedrática Efetiva	1933	1934
Alice Mello	Escola de 2º grau	Mist		01º		Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1933	1934
Lucy Póvoa da Motta	Escola de 2º grau	Mist		01º		Adjunta	Catedrática Efetiva	1933	1934
Marianna Alves do Couto Reis	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua Ypiranga, 14	Diretora	Catedrática Efetiva	1933	1934
Rosa Muylaert	Escola de 2º grau	Mist		01º		Diretora	Catedrática Efetiva	1931	1934
Maria Rodrigues dos Santos	Escola de 2º grau	Masc	x	01º	Cidade	Diretora	Subvencionada	1934	1934

Berenice Duncan Ferreira Pinto	Escola de 2º grau	Mist		01º	Rua Salvador Corrêa, 16	Adjunta	Efetiva classe "C"	1934	1934
Francisca Gomes Pinto	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua Ypiranga, 14	Adjunta	Efetiva	1934	1934
Mercedes Mendez	Escola de 2º grau	Mist		01º		Adjunta		1934	1934
Odete Pereira	Escola de 2º grau	Mist		09º	Cardoso Moreira	Diretora	Efetiva	1936	1939
Odete Pereira	Escola de 2º grau	Mist		09º	Cardoso Moreira	Diretora	Catedrática Efetiva	1939	1940
Odete Pereira	Escola de 2º grau	Mist		09º	Cardoso Moreira	Diretora	Efetiva Classe "D"	1940	1942
Maria Augusta Monteiro Amancio	Escola de 2º grau	Mist	x	01º	Av. 15 de Novembro, 553	Diretora	Catedrática Efetiva	1934	1934
Maria Isabel Gomes	Escola de 2º grau	Mist	x	01º	Av. 15 de Novembro, 553	Adjunta	Efetiva de 1ª classe	1934	1934
Coralina Athayde Martins	Escola de 2º grau	Mist		02º	Rua Carlos de Lacerda, 59	Diretora	Catedrática Efetiva	1932	1934
Antonia Ribeiro de Castro Lopes	Curso P. Doméstico	Fem			C P D "Zuleika Lopes"	Diretora		1931	1931
Dalila de Castro Peixoto	Curso P. Doméstico	Fem				Substituta		1932	1932
Josefa Cordeiro de Castro Lopes	Curso P. Doméstico	Fem				Substituta		1932	1932
Josefa de Castro Peixoto	Curso P. Doméstico	Fem				Substituta		1932	1932
Maria Manhães Corrêa	Jardim de Infância	Mist			Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Diretora	Efetiva	1934	1942
Aldarina da Penha Carneiro	Jardim de Infância	Mist			Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Adjunta	Efetiva	1939	1942
Dagmar Ribeiro Brandão	Jardim de Infância	Mist			Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Adjunta	Efetiva	1939	1942
Geny Mendes Quintas	Jardim de Infância	Mist			Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Adjunta	Efetiva classe "C"	1942	1942
Gabriela Ribeiro Brandão	Jardim de Infância	Mist			Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Adjunta	Efetiva	1939	1942
Hyni Mendes Quintas	Jardim de Infância	Mist			Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Adjunta	Substituta	1942	1942
Joaquina Mendes Belo de Campos	Jardim de Infância	Mist			Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Adjunta	Efetiva classe "C"	1942	1942
Maria Leonor De Almeida	Jardim de Infância	Mist			Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Adjunta	Efetiva	1939	1942
Rosalina Laccourt da Cruz	Jardim de Infância	Mist			Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Adjunta	Efetiva	1934	1942
Anide Póvoa Tavares	Jardim de Infância	Mist			Zuleika de Moraes (anexo à E. Mod. 6 de março)	Guardiã		1931	1942
Angela Dias Tavares	Jardim de Infância	Mist			Zuleika de Moraes (anexo à E. Mod. 6 de março)	Guardiã		1939	1942
Judith Tavares Vieira	Jardim de Infância	Mist			Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Guardiã		1942	1942
Léa do Couto Reis Costa	Jardim de Infância	Mist			Zuleika de Moraes (anexo à E. Mod. 6 de março)	Guardiã		1939	1942
Leonia de Paula Rebel	Jardim de Infância	Mist			Zuleika de Moraes (anexo à E. Mod. 6 de março)	Guardiã		1939	1942
Maria Carlota Carvalho	Jardim de Infância	Mist			Zuleika de Moraes (anexo à E. Mod. 6 de março)	Guardiã		1939	1942
Atacilda Barroso	Jardim de Infância	Mist			Zuleika de Moraes (anexo à E. Mod. 6 de março)	Servente		1939	1942
Maria Manhães Corrêa	Jardim de Infância	Mist			Zuleika de Moraes (anexo à E. Mod. 6 de março)	Diretora	Efetiva	1931	1931
Rosalina Laccourt da Cruz	Jardim de Infância	Mist			Zuleika de Moraes (anexo à E. Mod. 6 de março)	Adjunta	Efetiva	1931	1931

Maria da Penha Cordeiro	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Rua Visconde do Rio Branco, 36 (Casa de D. Ana Pimenta)	Adjunta	Efetiva	1934	1934
Lucilia Miranda	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Rua Visconde do Rio Branco, 36 (Casa de D. Ana Pimenta)	Adjunta	Efetiva	1934	1934
Mercedes Sodré Ferreira Landim	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Rua Visconde do Rio Branco, 36 (Casa de D. Ana Pimenta)	Adjunta	Efetiva	1937	1937
Otilia Gualda	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Rua Visconde do Rio Branco, 36 (Casa de D. Ana Pimenta)	Adjunta	Efetiva	1937	1937
Emylce Seabra	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Rua Visconde do Rio Branco, 36 (Casa de D. Ana Pimenta)	Adjunta	Substituta	1939	1939
Lucilia Miranda	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Rua Visconde do Rio Branco, 36 (Casa de D. Ana Pimenta)	Adjunta	Efetiva	1939	1939
Aura Faria	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Edifício do Liceu	Servente		1939	1939
Maria Odete Bagin Grévy Bastos	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância do Turf Club	Av. 28 de Março, 33	Diretora	Efetiva classe "C"	1949	1949
Maria Jenny Ferreira da Silva	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Diretora	Efetiva	1934	1940
Ana Maria Serra Cruz Moreira	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	efetiva	1934	1940
Carmen Menezes Santos	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1934	1940
Deocarina de Araujo Cordeiro	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1934	1940
Emilce Lopo Lima	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1934	1940
Cloris Siqueira	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1939	1940
Antônia Ribeiro Venâncio	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	efetiva	1940	1940
Lucilia Miranda	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1940	1940
Zélia Caramuru Almeida	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	efetiva	1940	1940
Zilda Cordeiro	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1940	1940
Debir de Campos Castro	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Substituta	1936	1939
Olga Elizardo Cardoso	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Substituta	1940	1940
Rita de Cássia B. Ribeiro	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Substituta	1940	1940
Abelardo Cruz	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Servente		1936	1940
Brasilina Cordeiro (de Araújo)	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1936	1939
Clelia Lemos	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1936	1940
Maria José Ribeiro de Castro	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1936	1940
Marieta Limongi Freitas	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1936	1940
Aristotelina Morais de Azevedo	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1937	1940
Maria Marins Ribeiro de Castro	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1937	1940
Dalila Costa	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1939	1940

Ercília Soares	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1939	1940
Zélia Alves Pessanha	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1939	1940
Deocarina Carvalho	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1940	1940
Judith Tavares Vieira	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1940	1940
Licy Cordeiro Moreira	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1940	1940
Maria do Carmo Costa	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1940	1940
Maria Odete Bagin Grévy Bastos	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1934	1940
Joaquina Maria Mendes	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1934	1940
Maria de Lourdes Castro	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1939	1940
Olivia Cardoso Marins	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1934	1940
Maria Carmelita Cruz	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1940	1940
Nelia Sciamarelli Sant'Anna	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Substituta	1940	1940
Gracila Fernandes	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1934	1939
Nelide de Almeida	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1934	1934
Maria Efigenia Enes Viana	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Efetiva	1936	1939
Hermínia Brito	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Municipal	1934	1937
Edir Lenoir Cardoso	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Substituta	1937	1937
Clarice Galvéas	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Substituta	1939	1939
Heloísa Faria Gesteira Passos	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Adjunta	Substituta	1939	1939
Serafina Mota	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1934	1934
Hercília Faria	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1936	1937
Alaíde Paes Campos	Jardim de Infância	Mist	Jardim de Infância	Praça Nilo Peçanha	Guardiã		1939	1939
Conceição Collares Quitete Cardoso	Escola de 1º grau (particular)	Fem		02º	Diretora	Professora diplomada	1934	1934
Geny Rabelo Marques	Jardim de Infância	Mist	Escola Maternal	Mariana Barreto	Diretora		1934	
Antônia Ribeiro Venâncio	Jardim de Infância	Mist	Escola Maternal	Mariana Barreto	Adjunta		1934	
Maria do Carmo Costa	Jardim de Infância	Mist	Escola Maternal	Mariana Barreto	Adjunta		1936	
Dirce Maciel D'Angelo	Jardim de Infância	Mist	Escola Maternal	Mariana Barreto	Adjunta		1934	
Maria de Lourdes Castro	Jardim de Infância	Mist	Escola Maternal	Mariana Barreto	Adjunta		1936	
Deocarina Carvalho	Jardim de Infância	Mist	Escola Maternal	Mariana Barreto	Adjunta		1936	
Lucy Cordeiro	Jardim de Infância	Mist	Escola Maternal	Mariana Barreto	Adjunta		1936	
Cloris Siqueira	Jardim de Infância	Mist	Escola Maternal	Mariana Barreto	Adjunta		1936	
Jacira Corrêa Dias	Jardim de Infância	Mist	Escola Maternal	Mariana Barreto	Adjunta		1934	
Célia Caramuru	Jardim de Infância	Mist	Escola Maternal	Mariana Barreto	Adjunta		1936	
Zilda Cordeiro	Jardim de Infância	Mist	Escola Maternal	Mariana Barreto	Adjunta		1934	
Geny Mendes Quintas	Jardim de Infância	Mist	Escola Maternal	Mariana Barreto	Orfeonista		1936	

Maria Luiza Pinheiro de Souza	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saturnino de Britto	Rocha Leão, 58	Diretora	Efetiva	1935
Mirene P. M. Pinto	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saturnino de Britto	Rocha Leão, 58	Adjunta	Efetiva	1935
Nívea Cunha de Freitas	Grupo Escolar	Mist	G. E. Saturnino de Britto	Rocha Leão, 58	Adjunta	Efetiva	1935

Fonte: Elaboração própria a partir dos Mapas de Frequência depositados no Fundo Departamento de Educação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Apêndice IV – Inspeções realizadas nas escolas primárias de Campos dos Goytacazes partir dos mapas de frequência – 1931-1949

Autoridade	Cargo	Ação de inspeção	Prof. Responsável	Ano	Meses
Dr. Dôrval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola mista de 2º grau nº 5 - 1º Distrito - Rua Salvador Correa, 16	Cecília da Conceição Mangueira	1931	03
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola mista de 2º grau nº 5 - 1º Distrito - Rua Salvador Correa, 16	Cecília da Conceição Mangueira	1932	04
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola mista de 2º grau nº 5 - 1º Distrito - Rua Salvador Correa, 16	Cecília da Conceição Mangueira	1933	04; 09
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola mista de 2º grau nº 5 - 1º Distrito - Rua Salvador Correa, 16	Cecília da Conceição Mangueira	1934	03
Dr. Dôrval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola masculina de 1º grau nº 5 - 1º Distrito - Rua Salvador Correa, 16	Cecília da Conceição Mangueira	1931	03
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola masculina de 1º grau nº 5 - 1º Distrito - Rua Salvador Correa, 16	Cecília da Conceição Mangueira	1932	04
Dr. Dôrval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola masculina noturna de 1º grau nº 5 - 1º Distrito - Rua Salvador Correa, 16	Cecília da Conceição Mangueira	1931	05
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola masculina noturna de 1º grau nº 5 - 1º Distrito - Rua Salvador Correa, 16	Cecília da Conceição Mangueira	1932	05; 08; 10
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola masculina noturna de 1º grau nº 5 - 1º Distrito - Rua Salvador Correa, 16	Cecília da Conceição Mangueira	1933	07; 10
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola masculina noturna de 1º grau nº 5 - 1º Distrito - Rua Salvador Correa, 16	Cecília da Conceição Mangueira	1934	05
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	Escola Isolada de 2º grau nº31 - 14º Distrito Cardoso Moreira	Odéte Pereira Bástos	1942	04
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	Escola Típica Rural de Cardoso Moreira	Arlete Canella Tavares Gianattasio	1942	04
José Benício Fontenelle		Escola Típica Rural de Cardoso Moreira	Arlete Canella Tavares Gianattasio	1943	05
Alcides Vasconcellos Rosas		Escola Típica Rural de Cardoso Moreira	Arlete Canella Tavares Gianattasio	1943	05
Maria Jenny Ferreira da Silva	Técnico de Educação	Escola Típica Rural de Cardoso Moreira	Alaide Raggi	1945	07
Prof. Afro do Amaral Fontoura	Técnico de Educação	Escola Típica Rural de Cardoso Moreira	Carlota Picanço de Sales	1948	07
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. Balthazar Carneiro (Cardoso Moreira)	Odéte Pereira Bástos	1943	10
Prof. Afro do Amaral Fontoura	Chefe Típicas Rurais	G. E. Balthazar Carneiro (Cardoso Moreira)	Odéte Pereira Bástos	1944	09
Maria Jenny Ferreira da Silva	Técnico de Educação	G. E. Balthazar Carneiro (Cardoso Moreira)	Odéte Pereira Bástos	1945	07
Maria Jenny Ferreira da Silva	Técnico de Educação	G. E. Balthazar Carneiro (Cardoso Moreira)	Odéte Pereira Bástos	1946	05
Maria Jenny Ferreira da Silva	Técnico de Educação	G. E. Balthazar Carneiro (Cardoso Moreira)	Odéte Pereira Bástos	1947	08
Marieta Lacerda Tonto	Técnico de Educação	G. E. Balthazar Carneiro (Cardoso Moreira)	Odéte Pereira Bástos	1949	11
Maria Jenny Ferreira da Silva	Técnico de Educação	G. E. Balthazar Carneiro (Cardoso Moreira) - Curso Noturno	Iza Carvalho	1946	05
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau, n. 18	Guiomar Líliosa da Silva Vianna	1933	08
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	Escola Mista de 2º grau, n. 42	Guiomar Líliosa da Silva Vianna	1942	11
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau 1º Distrito	Maria José de Faria	1934	05
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau 2º Distrito	Salvadora Agueda Alves de Assis	1932	05
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau 2º Distrito	Salvadora Agueda Alves de Assis	1933	05; 08; 10
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau 2º Distrito	Salvadora Agueda Alves de Assis	1934	04
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau 2º Distrito	Salvadora Agueda Alves de Assis	1934	05
Dr. Dôrval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau 2º Distrito	Salvadora Agueda Alves de Assis	1934	06
Dr. Dôrval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau, n. 02, 1º Distrito	Eurydice de Paula Bastos	1931	05
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau, n. 02, 1º Distrito	Eurydice de Paula Bastos	1932	03
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau, n. 02, 1º Distrito	Eurydice de Paula Bastos	1933	05; 09
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau, n. 02, 1º Distrito	Eurydice de Paula Bastos	1934	03
Dr. Dôrval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau, n. 04, 1º Distrito	Carmelita Rangel de Oliveira	1931	07
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau, n. 04, 1º Distrito	Carmelita Rangel de Oliveira	1932	05

Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau, n. 04, 1º Distrito	Carmelita Rangel de Oliveira	1933	05; 07; 09; 11
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau, n. 04, 1º Distrito	Carmelita Rangel de Oliveira	1934	03
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau, n. 04, 1º Distrito	Carmelita Rangel de Oliveira	1934	05
Dr. Dôval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau, n. 07, 2º Distrito	Olympia Pereira Nunes	1931	03
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau, n. 07, 2º Distrito	Olympia Pereira Nunes	1932	03
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau, n. 07, 2º Distrito	Olympia Pereira Nunes	1933	05; 08; 09
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau, n. 07, 2º Distrito	Olympia Pereira Nunes	1934	04; 08
Dr. Dôval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Feminina de 1º grau, n. 07, 2º distrito, Noturna	Olympia Pereira Nunes	1931	05
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Feminina de 1º grau, n. 07, 2º distrito, Noturna	Olympia Pereira Nunes	1932	04; 08
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Feminina de 1º grau, n. 07, 2º distrito, Noturna	Olympia Pereira Nunes	1933	05; 08; 09
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Feminina de 1º grau, n. 07, 2º distrito, Noturna	Olympia Pereira Nunes	1934	03; 11
Dr. Dôval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau, n. 13, 1º Distrito	Isabel Alves Mesquita	1931	03
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de Inspeção	Escola Mista de 2º grau, n. 13, 1º Distrito	Isabel Alves Mesquita	1933	06; 09
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau, n. 13, 1º Distrito	Isabel Alves Mesquita	1934	04
Dr. Dôval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau, n. 15, 2º Distrito	Marianna Alves do Couto Reis	1931	04
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau, n. 15, 2º Distrito	Marianna Alves do Couto Reis	1932	03
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau, n. 15, 2º Distrito	Marianna Alves do Couto Reis	1933	05; 07; 09
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau, n. 15, 2º Distrito	Marianna Alves do Couto Reis	1934	03; 07;
Dr. Dôval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau, n. 17, 2º Distrito	Benedicta Teixeira de Mattos	1931	05
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau, n. 17, 2º Distrito	Benedicta Teixeira de Mattos	1932	04
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau, n. 17, 2º Distrito	Benedicta Teixeira de Mattos	1933	05; 08
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau, n. 17, 2º Distrito	Benedicta Teixeira de Mattos	1934	04
Dr. Dôval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau, s/n, 1º Distrito	Rosa Muylaert	1931	07
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau, s/n, 1º Distrito	Rosa Muylaert	1932	05
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau, s/n, 1º Distrito	Rosa Muylaert	1933	05; 09
Dr. Dôval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Masculina de 1º grau, s/n, 1º Distrito - NOTURNA	Maria Isabel de Moura	1931	04
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Masculina de 1º grau, s/n, 1º Distrito - NOTURNA	Maria Isabel de Moura	1932	05; 08; 10
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Masculina de 1º grau, s/n, 1º Distrito - NOTURNA	Maria Isabel de Moura	1933	05; 10
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Masculina de 1º grau, s/n, 1º Distrito - NOTURNA	Maria Isabel de Moura	1934	05; 09
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	Escola Masculina de 1º grau, s/n, 1º Distrito - NOTURNA - subvencionada	Maria Isabel de Moura	1937	11
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	Escola Masculina de 1º grau, s/n, 1º Distrito - NOTURNA - subvencionada	Maria Isabel de Moura	1938	10
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	Escola Masculina de 1º grau, s/n, 1º Distrito - NOTURNA - subvencionada	Maria Isabel de Moura	1939	03; 04; 08
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Masculina de 1º grau, s/n, 2º Distrito - NOTURNA - subvencionada	Deocarina de Araujo Cordeiro	1933	05; 08; 10
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Masculina de 1º grau, s/n, 2º Distrito - NOTURNA - subvencionada	Deocarina de Araujo Cordeiro	1934	03; 07; 11
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor Regional	Escola Masculina de 1º grau, s/n, 2º Distrito - NOTURNA - subvencionada	Deocarina de Araujo Cordeiro	1934	10
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	Escola Masculina de 1º grau, s/n, 2º Distrito - NOTURNA - subvencionada	Deocarina de Araujo Cordeiro	1937	03
Dr. Francisco Mendes de Oliveira Castro	Inspetor Regional	Escola Masculina de 1º grau, s/n, 2º Distrito - NOTURNA - subvencionada	Deocarina de Araujo Cordeiro	1937	08
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	Escola Masculina de 1º grau, s/n, 2º Distrito - NOTURNA - subvencionada	Deocarina de Araujo Cordeiro	1938	08
Dr. Dôval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Masculina de 1º grau, s/n, 1º Distrito - NOTURNA	Isaura Lucas dos Santos	1931	05

Dr. Dôval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Masculina de 1º grau, n. 2, 2º Distrito - NOTURNA	Marianna Alves do Couto Reis	1931	04
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Masculina de 1º grau, n. 2, 2º Distrito - NOTURNA	Marianna Alves do Couto Reis	1932	03; 07; 10
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Masculina de 1º grau, n. 2, 2º Distrito - NOTURNA	Marianna Alves do Couto Reis	1933	05; 07; 09
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Masculina de 1º grau, n. 2, 2º Distrito - NOTURNA	Marianna Alves do Couto Reis	1934	03; 07; 11
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor Regional	Escola Masculina de 1º grau, n. 2, 2º Distrito - NOTURNA	Marianna Alves do Couto Reis	1934	10
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau da Loja Maçônica Progresso	Domingas Tinoco Serpa	1932	07
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau da Loja Maçônica Progresso	Domingas Tinoco Serpa	1933	05
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau da Loja Maçônica Progresso	Domingas Tinoco Serpa	1934	03
Dr. Tasso Alvarenga		Escola Mista de 2º grau, s/n, 1º Distrito - NOTURNA - Loja Maçônica Progresso - "Viveiros de Vasconcelos" - Subvencionada pela prefeitura	Marilina Rosa de Oliveira Guimarães	1945	03
Dr. Antônio de Souza Lima		Escola Mista de 2º grau, s/n, 1º Distrito - NOTURNA - Loja Maçônica Progresso - "Viveiros de Vasconcelos" - Subvencionada pela prefeitura	Marilina Rosa de Oliveira Guimarães	1945	03; 05
Ernesto Lima Ribeiro		Escola Mista de 2º grau, s/n, 1º Distrito - NOTURNA - Loja Maçônica Progresso - "Viveiros de Vasconcelos" - Subvencionada pela prefeitura	Marilina Rosa de Oliveira Guimarães	1945	05
Maria Jenny Ferreira da Silva	Técnico de Educação	Escola Mista de 2º grau, s/n, 1º Distrito - NOTURNA - Loja Maçônica Progresso - "Viveiros de Vasconcelos" - Subvencionada pela prefeitura	Brasileira Nogueira	1949	06; 09; 10
Maria Jenny Ferreira da Silva	Técnico de Educação	Escola Mista de 2º grau, s/n, 1º Distrito - NOTURNA - Loja Maçônica Progresso - "Viveiros de Vasconcelos" - Subvencionada pela prefeitura	Eneida Lima de Faria	1949	12
Maria Jenny Ferreira da Silva	Técnico de Educação	Escola Mista de 1º grau, n. 9, 7º Distrito - NOTURNA	Arlinda Glória	1945	09
Dr. Dôval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1931	06
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1931	05
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor Regional	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1934	04; 05; 07; 08; 10; 11
Carlos Alberto Nóbrega da Cunha	Diretor do Departamento de Instrução	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1934	04
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Maria José de Faria	1936	06
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Maria José de Faria	1937	05
Dr. Francisco Mendes de Oliveira Castro	Inspetor Regional	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Maria José de Faria	1937	06; 08
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Maria José de Faria	1938	03; 06; 07; 08; 09; 10; 11
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Maria José de Faria	1939	03; 04; 05; 07; 08; 11
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1941	04; 05; 06; 07; 08; 09; 10
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1943	03; 07; 08; 10
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1944	06; 10
Prof. Afro do Amaral Fontoura	Chefe Típicas Rurais	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1944	09
Dr. Rubens Falcão	Diretor do Departamento de Educação	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1944	10; 11
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1945	05;

Prof. Afro do Amaral Fontoura	Chefe Típicas Rurais	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1945	06
Dr. William Simão		G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1945	06
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1946	04
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1947	07; 10
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1948	03; 07; 10
Dr. Valter de Toledo Piza	Diretor do Departamento de Educação	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1948	10
Maria Jenny Ferreira da Silva	Técnico de Educação	G. E. XV de Novembro (mista de 3º grau)	Alzira Collares Quitete Messina	1949	03; 05; 09
Dr. Francisco Mendes de Oliveira Castro	Inspetor Regional	G. E. XV de Novembro (noturna masc 1º grau)	Dalila Collares Quitete	1937	07
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. XV de Novembro (noturna masc 1º grau)	Dalila Collares Quitete	1939	07
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. XV de Novembro (noturna masc 1º grau - SUBVENCIONADA)	Salvadora Agueda Alves de Assis	1937	09
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	G. E. Balthazar Carneiro (mista de 3º grau)	Marianna de Vasconcellos Cruz	1933	06
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Balthazar Carneiro (mista de 3º grau)	Marianna de Vasconcellos Cruz	1937	04; 05;
Dr. Francisco Mendes de Oliveira Castro	Inspetor Regional	G. E. Balthazar Carneiro (mista de 3º grau)	Marianna de Vasconcellos Cruz	1937	06;
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Balthazar Carneiro (mista de 3º grau)	Marianna de Vasconcellos Cruz	1939	03; 07; 10
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Balthazar Carneiro (masculina noturna de 1º grau oficial)	Alzira da Costa Braga	1936	04; 08
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Balthazar Carneiro (masculina noturna de 1º grau oficial)	Alzira da Costa Braga	1937	03
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Balthazar Carneiro (masculina noturna de 1º grau oficial)	Alzira da Costa Braga	1939	04
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Balthazar Carneiro (masculina noturna de 1º grau oficial)	Alzira da Costa Braga	1940	05
Prof. Carlos Henrique Silva	Inspetora Regional	G. E. Balthazar Carneiro (masculina noturna de 1º grau oficial)	Cirene Batista	1941	04
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Balthazar Carneiro (masculina noturna de 2º grau)	Cecília da Conceição Mangueira	1937	03
Dr. Dóval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	G. E. Benta Pereira	Maria Luiza Pinheiro de Souza	1931	07
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	G. E. Benta Pereira	Maria Luiza Pinheiro de Souza	1932	05
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	G. E. Benta Pereira	Maria Luiza Pinheiro de Souza	1933	06; 09
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	G. E. Benta Pereira	Maria Luiza Pinheiro de Souza	1934	04; 07
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Benta Pereira	Anita Gregory Barbeitas	1936	04
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Benta Pereira	Anita Gregory Barbeitas	1937	03; 11
Dr. Francisco Mendes de Oliveira Castro	Inspetor Regional	G. E. Benta Pereira	Anita Gregory Barbeitas	1937	07
Dr. Raul Veiga	Diretor da Instrução	G. E. Benta Pereira	Anita Gregory Barbeitas	1937	10
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Benta Pereira	Anita Gregory Barbeitas	1938	04
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Benta Pereira	Anita Gregory Barbeitas	1939	04; 08
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. Benta Pereira	Anita Gregory Barbeitas	1941	04; 08
Dr. Salo Brand	Prefeito	G. E. Benta Pereira	Anita Gregory Barbeitas	1943	06
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. de Goytacazes	Afonsina Crisolina de Souza Rocha	1943	05; 08
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. de Goytacazes	Eugênia Moreira Terra	1944	04; 07; 10
Dr. Rubens Falcão	Diretor do Departamento de Educação	G. E. de Goytacazes	Eugênia Moreira Terra	1944	10
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. de Goytacazes	Eugênia Moreira Terra	1945	04; 05; 10
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. de Goytacazes	América Peixoto Sardinha	1946	04; 10
Maria Jenny Ferreira da Silva	Técnico de Educação	G. E. de Goytacazes	Marinette de Freitas Viana	1949	07
Dr. Dóval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	G. E. João Clapp	Carmen Pereira Amancio Machado	1931	08

Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	G. E. João Clapp	Carmen Pereira Amancio Machado	1932	09
Dr. Abelardo C. Bueno	Inspetor do Ensino	G. E. João Clapp	Carmen Pereira Amancio Machado	1933	04; 07; 08
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor do Ensino	G. E. João Clapp	Carmen Pereira Amancio Machado	1934	04; 05; 07; 08; 10; 11
Comandante Ary Parreiras	Interventor Federal	G. E. João Clapp	Carmen Pereira Amancio Machado	1934	07
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. João Clapp	Carmen Pereira Amancio Machado	1937	04; 10
Dr. Francisco Mendes de Oliveira Castro	Inspetor Regional	G. E. João Clapp	Carmen Pereira Amancio Machado	1937	06
Dr. Raul Veiga	Diretor do Departamento de Educação	G. E. João Clapp	Carmen Pereira Amancio Machado	1937	10
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. João Clapp	Carmen Pereira Amancio Machado	1938	05; 09
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. João Clapp	Carmen Pereira Amancio Machado	1939	03; 10;
Dr. Dóval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	G. E. João Clapp (feminina noturna 1º grau - subvencionada)	Maria Augusta Monteiro Amancio	1931	03
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	G. E. João Clapp (feminina noturna 1º grau - subvencionada)	Maria Augusta Monteiro Amancio	1932	05; 07; 10
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	G. E. João Clapp (feminina noturna 1º grau - subvencionada)	Maria Augusta Monteiro Amancio	1933	05; 09;
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. João Clapp (feminina noturna 1º grau - subvencionada)	Maria Augusta Monteiro Amancio	1937	04
Dr. Francisco Mendes de Oliveira Castro	Inspetor da 14ª Região Escolar	G. E. João Clapp (feminina noturna 1º grau - subvencionada)	Maria Augusta Monteiro Amancio	1937	08
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. João Clapp (feminina noturna 1º grau - subvencionada)	Maria Augusta Monteiro Amancio	1939	08; 11
Carmen Pereira Amancio Machado	Inspetora Regional	G. E. João Clapp (mista noturna 2º grau)	Maria Augusta Monteiro Amancio	1934	04
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. João Clapp (masculina noturna)	Carmen Pereira Amancio Machado	1940	09; 10
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. João Clapp (masculina noturna)	Maria Antonieta Cardoso	1941	03; 07; 09
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. João Clapp (masculina noturna)	Maria Marta Wagner Alvarenga	1942	04; 07
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. João Clapp (masculina noturna)	Maria Marta Wagner Alvarenga	1943	04; 05
Dr. Rubens Falcão	Diretor do Departamento de Educação	G. E. João Clapp (masculina noturna)	Maria Marta Wagner Alvarenga	1943	05
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. João Clapp (masculina noturna)	Maria Marta Wagner Alvarenga	1944	04; 05; 09; 11
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. João Clapp (masculina noturna)	Maria Marta Wagner Alvarenga	1945	03; 09
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. João Clapp (masculina noturna)	Maria Antonieta Cardoso (de Sousa)	1946	07
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. João Clapp (masculina noturna)	Maria Antonieta Cardoso (de Sousa)	1948	03; 04
Dr. Gastão Gouveia	Diretor do Departamento de Educação	G. E. João Clapp (masculina noturna)	Maria Antonieta Cardoso (de Sousa)	1948	04
Prof. Silas Silveira	Auxiliar técnico	G. E. João Clapp (masculina noturna)	Maria Antonieta Cardoso (de Sousa)	1948	08; 09
Prof. Silas Silveira	Auxiliar técnico	G. E. João Clapp (masculina noturna)	Maria Antonieta Cardoso (de Sousa)	1949	03; 07; 09; 12
Dr. Rubens Falcão	Chefe Insp.	G. E. João Clapp (masculina noturna)	Maria Antonieta Cardoso (de Sousa)	1949	09
Prof. Roland Bandeira	Diretor do "Orfeão" de Professores de Campos	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1933	07
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1933	08; 10
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor do Ensino	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1934	04
Dr. Nóbrega da Cunha	Diretor do Departamento de Educação	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1934	04
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1934	06
Comandante Ary Parreiras	Interventor Federal	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1934	07

Dr. Paschoal Lemme	Inspetor do Ensino	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1934	07; 11
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1936	03; 07
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1941	09; 11; 12
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1943	03
Dr. Paulo F. Campos	Chefe da Diretoria do Ensino Primário	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1944	04
Prof. Carlos Henrique Silva	Chefe da Inspetoria de Campos	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1944	04
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1945	04; 08
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1946	08; 10; 12
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1948	03;
Dr. Cândido Teixeira Lopes	Médico do Distrito Sanitário III	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1948	04
Prof. Carlos Henrique Silva	Chefe da Inspetoria da 10ª Região Escolar	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1948	09; 10
D. Antonio de Castro Mayer	S. Revmo. S. Bispo Coadjutor	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1948	11
Maria Jenny Ferreira da Silva	Chefe da 10ª Região Escolar	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1949	03; 09; 11
Sr. Tobias Machado	Diretor do Departamento de Educação Física	G. E. João Pessoa	Mercêdes Sodré Ferreira Landim	1949	11
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	José do Patrocínio (Escola Mista de 2º grau n. 10)	Anna Soares de Freitas	1932	10
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	José do Patrocínio (Escola Mista de 2º grau n. 10)	Anna Soares de Freitas	1933	05; 08; 10
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	José do Patrocínio (Escola Mista de 2º grau n. 10)	Anna Soares de Freitas	1934	05
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor Regional	G. E. José do Patrocínio	Olívia Doralice Ribeiro	1934	10
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. José do Patrocínio	Julita Alonso Pereira	1936	03; 07
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. José do Patrocínio	Julita Alonso Pereira	1937	04; 06; 10
Dr. Raul Veiga	Diretor da Instrução Pública	G. E. José do Patrocínio	Julita Alonso Pereira	1937	10
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. José do Patrocínio	Julita Alonso Pereira	1938	03; 09; 11
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. José do Patrocínio	Julita Alonso Pereira	1939	05; 10
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. José do Patrocínio	Julita Alonso Pereira Luiz	1941	06; 10
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. José do Patrocínio	Julita Alonso Pereira Luiz	1943	07
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. José do Patrocínio	Julita Alonso Pereira Luiz	1944	03; 09
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. José do Patrocínio (Escola masculina de 1º grau noturna subvencionada)	Maria de Lourdes Couto Reis Costa	1937	04
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. José do Patrocínio (Escola masculina de 1º grau noturna subvencionada)	Maria de Lourdes Couto Reis Costa	1938	08
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. José do Patrocínio (Escola masculina de 1º grau noturna subvencionada)	Maria de Lourdes Couto Reis Costa	1939	03
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. José do Patrocínio (Escola feminina de 1º grau noturna subvencionada)	Didima Soares de Castro	1939	03
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. José do Patrocínio (Escola masculina de 1º grau noturna oficial)	Cirene Batista	1942	04; 07
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. José do Patrocínio (Escola masculina de 1º grau noturna oficial)	Cirene Batista	1943	04
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. Saldanha da Gama	Maria da Penha Ribeiro de Mattos	1947	07; 08; 09; 10; 11
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. Saldanha da Gama	Maria da Penha Ribeiro de Mattos	1948	05; 07; 08; 10
Dr. Walter Toledo Piza	Diretor do Departamento de Educação	G. E. Saldanha da Gama	Maria da Penha Ribeiro de Mattos	1948	10
Maria Jenny Ferreira da Silva	Técnico de Educação	G. E. Saldanha da Gama	Maria da Penha Ribeiro de Mattos	1949	04;
Prof. Francisco Bittencourt Silva	Secretário de Educação e Cultura	G. E. Saldanha da Gama	Maria da Penha Ribeiro de Mattos	1949	10

Dr. Tobias Tostes Machado	Diretor de Educação	G. E. Saldanha da Gama	Maria da Penha Ribeiro de Mattos	1949	10
Dr. Dôrval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	G. E. Visconde do Rio Branco	Dejanira Rebel Figueiredo Raynsford	1931	08
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	G. E. Visconde do Rio Branco	Dejanira Rebel Figueiredo Raynsford	1933	09; 10
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	G. E. Visconde do Rio Branco	Dejanira Rebel Figueiredo Raynsford	1934	04; 11
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Visconde do Rio Branco	Dejanira Rebel Figueiredo Raynsford	1936	04
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Visconde do Rio Branco	Dejanira Rebel Figueiredo Raynsford	1937	04; 10; 11
Dr. Francisco Mendes de Oliveira Castro	Inspetor Regional	G. E. Visconde do Rio Branco	Dejanira Rebel Figueiredo Raynsford	1937	08
Dr. Raul Veiga	Diretor de Instrução	G. E. Visconde do Rio Branco	Dejanira Rebel Figueiredo Raynsford	1937	10
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Visconde do Rio Branco	Dejanira Rebel Figueiredo Raynsford	1938	04; 10
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Visconde do Rio Branco	Dejanira Rebel Figueiredo Raynsford	1939	03; 07;
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco	Dejanira Rebel Figueiredo Raynsford	1940	07
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco	Dejanira Rebel Figueiredo Raynsford	1941	05; 08
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco	Maria da Penha Ribeiro de Mattos	1943	03; 07; 08
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco	Maria da Penha Ribeiro de Mattos	1944	03; 10
Dr. Rubens Falcão	Director do Departamento de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco	Maria da Penha Ribeiro de Mattos	1944	10
Dr. Francisco Jobim	Serviço de Prédios	G. E. Visconde do Rio Branco	Maria da Penha Ribeiro de Mattos	1944	10
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco	Maria da Penha Ribeiro de Mattos	1945	04; 05; 07; 09
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco	Maria da Penha Ribeiro de Mattos	1946	04
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco	Ecilda Tinoco Ferraz de Oliveira	1947	04
Maria Jenny Ferreira da Silva	Técnico de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco	Ecilda Tinoco Ferraz de Oliveira	1949	04
Dr. Dôrval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola feminina de 1º grau noturna)	Jenny Rebel Figueiredo	1931	06
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola feminina de 1º grau noturna)	Jenny Rebel Figueiredo	1932	05
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola feminina de 1º grau noturna)	Otilia Viana	1932	06; 10; 11
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola feminina de 1º grau noturna)	Otilia Viana	1933	05; 08; 09
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola feminina de 1º grau noturna)	Otilia Viana	1934	04
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola feminina de 1º grau noturna)	Otilia Viana	1934	07
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola feminina de 1º grau noturna)	Otilia Viana	1937	04; 05; 10
Dr. Francisco Mendes de Oliveira Castro	Inspetor Regional	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola feminina de 1º grau noturna)	Otilia Viana	1937	07
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola feminina de 1º grau noturna)	Otilia Viana	1939	04
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola feminina de 1º grau noturna)	Otilia Viana	1940	05
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola feminina de 1º grau noturna)	Olympia Pereira Nunes	1937	03; 10
Dr. Francisco Mendes de Oliveira Castro	Inspetor Regional	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola feminina de 1º grau noturna)	Olympia Pereira Nunes	1937	07
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola masculina de 1º grau noturna)	Elvira Ortiz Damas (Moreira)	1946	06
Dr. Gastão Gouveia	Diretor do Departamento de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola masculina de 1º grau noturna)	Elvira Ortiz Damas (Moreira)	1948	04
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola masculina de 1º grau noturna)	Elvira Ortiz Damas (Moreira)	1948	04
Prof. Silas Silveira	Técnico de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola masculina de 1º grau noturna)	Elvira Ortiz Damas (Moreira)	1948	09; 10

Prof. Silas Silveira	Técnico de Educação	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola masculina de 1º grau noturna)	Elvira Ortiz Damas (Moreira)	1949	03; 12
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola mista de 1º grau noturna)	Jenny Rebel Figueiredo	1934	04
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola mista de 1º grau noturna)	Otilia Viana	1934	04
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola mista de 1º grau noturna)	Otilia Viana	1936	08
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	G. E. Visconde do Rio Branco (Escola mista de 1º grau noturna)	Otilia Viana	1937	03
Dr. Dôval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Jardim de Infância anexo à Escola Modelo 6 de Março	Maria Manhães Corrêa	1931	11
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Maria Manhães Corrêa	1934	10
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Maria Manhães Corrêa	1937	10
Dr. Francisco Mendes de Oliveira Castro	Inspetor Regional	Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Maria Manhães Corrêa	1937	08
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Maria Manhães Corrêa	1939	03; 08
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	Jardim de Infância da Rua Visconde do Rio Branco	Maria Manhães Corrêa (Seabra)	1942	05
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	Escola masculina de 1º grau, noturna, subvencionada, Bairro da Lapa	Doralina Gomes de Azevedo	1944	04
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	Escola masculina de 1º grau, noturna, subvencionada, Bairro da Lapa	Doralina Gomes de Azevedo	1945	04; 10
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor Regional	Jardim de Infância da Praça Nilo Peçanha	Maria Jenny Ferreira da Silva	1934	10
Alzira Collares Quitete Messina	Sub-inspetora	Jardim de Infância da Praça Nilo Peçanha	Maria Jenny Ferreira da Silva	1934	10
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor Regional	Jardim de Infância da Praça Nilo Peçanha	Maria Jenny Ferreira da Silva	1934	11
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	Jardim de Infância da Praça Nilo Peçanha	Maria Jenny Ferreira da Silva	1936	03
Dr. Francisco Mendes de Oliveira Castro	Inspetor Regional	Jardim de Infância da Praça Nilo Peçanha	Maria Jenny Ferreira da Silva	1937	06; 08
Dr. Raul Veiga	Diretor da Instrução	Jardim de Infância da Praça Nilo Peçanha	Maria Jenny Ferreira da Silva	1937	10
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	Jardim de Infância da Praça Nilo Peçanha	Maria Jenny Ferreira da Silva	1939	03; 05
Alzira Collares Quitete Messina	Inspetora Regional	Jardim de Infância da Praça Nilo Peçanha	Maria Jenny Ferreira da Silva	1940	03
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Jardim de Infância anexo à Escola Modelo 'João Pessoa'	Maria Manhães Corrêa	1932	05
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Jardim de Infância anexo ao Grupo Escolar 'João Pessoa'	Maria Manhães Corrêa	1933	07; 11
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor Regional	Jardim de Infância anexo ao Grupo Escolar 'João Pessoa'	Maria Manhães Corrêa	1934	04
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Jardim de Infância anexo ao Grupo Escolar 'João Pessoa'	Maria Manhães Corrêa	1934	06
Comandante Ary Parreiras	Interventor Federal	Jardim de Infância anexo ao Grupo Escolar 'João Pessoa'	Maria Manhães Corrêa	1934	07
Dr. Costa Nunes	Prefeito	Jardim de Infância anexo ao Grupo Escolar 'João Pessoa'	Maria Manhães Corrêa	1934	07
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor Regional	Jardim de Infância anexo ao Grupo Escolar 'João Pessoa'	Maria Manhães Corrêa	1934	07
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	Jardim de Infância anexo ao Grupo Escolar 'Saldanha da Gama'	Maria Odete Bazin Grévy Bastos	1948	07
Maria Jenny Ferreira da Silva	Técnico de Educação	Jardim de Infância anexo ao Grupo Escolar 'Saldanha da Gama'	Maria Odete Bazin Grévy Bastos	1949	04
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola de 1º grau noturna - João Pessoa	Cecília da Conceição Manguiera	1934	08
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola de 1º grau noturna - João Pessoa	Cecília da Conceição Manguiera	1934	08
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor Escolar	Escola de 1º grau noturna - João Pessoa	Cecília da Conceição Manguiera	1934	08
Dr. Dôval Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau n. 6	Maria Augusta Monteiro Amancio	1931	04
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau n. 6	Maria Augusta Monteiro Amancio	1932	03
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau n. 6	Maria Augusta Monteiro Amancio	1933	09
Dr. Moyses Xavier de Araújo	Inspetor Geral do Ensino	Escola Mista de 2º grau n. 6	Maria Augusta Monteiro Amancio	1933	10
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor do Ensino	Escola Mista de 2º grau n. 6	Maria Augusta Monteiro Amancio	1934	05

Dr. Dórvil Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau n. 3	Maria Isabel de Moura	1931	04
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau n. 3	Maria Isabel de Moura	1932	03
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau n. 3	Maria Isabel de Moura	1933	05; 09
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau n. 3	Maria Isabel de Moura	1934	04
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau s/n, Rua Carlos de Lacerda, 59	Coralina Athayde Martins	1932	04
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau s/n, Rua Carlos de Lacerda, 59	Coralina Athayde Martins	1934	04
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau n. 20, Capão	Adozinda Lenoir de Mericourt	1933	05
Prof. Carlos Henrique Silva	Técnico de Educação	Escola Estadual do Capão	Antonia Elza de Sá Machado	1945	06
Dr. Dórvil Ferreira da Cunha	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau n. 11	Claudina Alves do Couto Reis	1931	03
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau n. 12	Celina Mendes Pimenta	1932	03
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau n. 12	Celina Mendes Pimenta	1933	05; 09
Dr. Dórvil Ferreira da Cunha	Inspetor Escolar	Escola Mista de 2º grau n. 16 - Rua Oliveira Botelho, 74	Serafina Pacheco	1931	05
Prof. Luis Antônio Costa Júnior	Inspetor Regional	Escola Mista de 2º grau n. 16 - Rua Oliveira Botelho, 74	Serafina Pacheco	1932	05
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau n. 16 - Rua Oliveira Botelho, 74	Serafina Pacheco	1933	05; 08; 09
Alzira Collares Quitete Messina	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau n. 16 - Rua Oliveira Botelho, 74	Serafina Pacheco	1934	03
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor Escolar	Escola Mista de 2º grau n. 16 - Rua Oliveira Botelho, 74	Serafina Pacheco	1934	05
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau s/n, Rua José do Patrocínio, 42	Esther Feydit	1933	06; 09
Carmen Pereira Amancio Machado	Auxiliar de inspeção	Escola Mista de 2º grau s/n, Rua José do Patrocínio, 42	Esther Feydit	1934	05
Dr. Paschoal Lemme	Inspetor Escolar	Escola Mista de 2º grau s/n, Rua José do Patrocínio, 42	Esther Feydit	1934	05

Anexos

Anexo I – Perspectiva do projeto arquitetônico da nova Catedral Diocesana, executado pelo arquiteto Gastão Bahiana



Fonte: Jornal Folha do Commercio, Campos dos Goytacazes, 24 de nov. de 1931.

Anexo II – Fachada do prédio da Sociedade Musical Lyra de Apollo,
localizado à Praça do Santíssimo Salvador



Fonte: Biblioteca Municipal Nilo Peçanha – Museu Histórico de Campos dos Goytacazes.

Anexo III – Carta em papel timbrado da União de Moços Católicos de Campos endereçada a Alceu de Amoroso Lima.



Campos, 1 de outubro de 1931

A large, stylized handwritten mark or signature in the top right corner of the document.

Exmo. Snr. Alceu de Amoroso Lima

Saudações

De ordem do Snr. Director communico a V. Excia. que "por proposta do Snr. José Hyppolito Drevet de Vasconcellos, foi dado á nossa bibliotheca o nome de Tristão de Athyde". (Acta (sessão de 18 de junho de 1931) da União de Moços Catholicos de Campos, Estado do Rio.

José Hyppolito Drevet de Vasconcellos
(1º secretario)

A handwritten signature that reads "Veni" in a cursive script.

Rua 13 de maio, 219.

Fonte: Arquivo da Diocese de Campos, *apud* Souza (2014)

Anexo IV – Carta de Theobaldo Miranda Santos a Alceu Amoroso Lima, em papel timbrado do Centro Dom Vital de Campos

CENTRO D. VITAL

Instituto Catholico de Estudos Superiores
Séde : Cathedral de S. Salvador
Estado do Rio - Campos

Prezado amigo Dr. Alceu

Há muito que desejava cumprir o grato dever de lhe enviar noticias da vida de nesse Centro e do modesto trabalho que temos realizado aqui em prol dos nossos ideais cristãos. Impediu-me, porém, o automatismo absorvente das minhas ocupações. Sou um homem que não sabe atualmente e que se já um momento de lazer.

O nesse Centro trabalhou ininterruptamente durante todo o ano passado. As aulas do Instituto Catholico funcionaram com toda a regularidade, com uma frequencia média de 50 alunos. Organizámos ainda um serviço de difusão da doutrina catolica pelo radio e pela imprensa que funcionou durante varios meses no ano passado e que este ano voltará a entrar em ação. O quadro social de nesse Centro tem aumentado progressivamente.

Tendo terminado o nesse periodo de férias, desejamos reiniciar as aulas de Instituto com uma certa solemnidade; assim sendo, resolvemos convidar o professor Everarde Backeuser para preferir a aula inaugural do presente periodo letivo. Nessas condições, venho solicitar ao caro amigo a fineza de formular ao prof. Backeuser, em nome de Centro D. Vital e da Associação dos Professores Catolicos de Campos, o nesse convite para que ele venha a Campos fazer uma conferencia no nesse Instituto. Teriamos uma grande satisfação se nos fosse permitido pagar todas as despesas da viagem. Seria excelente se o prof. Backeuser viesse com a máxima urgencia possivel em face do atrazo com que vamos iniciar este ano as aulas de Instituto.:

O Dr. Romeu Silva, vitalista e professor da Escola de Direito de Campos pediu-me para que lhe enviasse o programa que o mesmo organizou para o seu curso de "Introdução á Ciencia do Direito", afim de que o eminente mestre fizesse nele todas as correções necessarias, e o devesse por meu intermeio.

Anexo VI – Extratos dos Estatutos do Instituto Claparède

28 = Janeiro de 1933

DIARIO OFICIAL

Quinta-feira, 28

2º BATALHÃO DE CAÇADORES

Concorrência administrativa

I—De ordem do senhor presidente do Conselho de Administração do 2º Batalhão de Caçadores, de acordo com o Art. 52, do Código de Contabilidade Pública da União, faço publico, para conhecimento dos interessados, que será realizada neste Batalhão, ás 13 horas do dia 31 do corrente, a concorrência administrativa para fornecimento de material permanente, material de consumo e diversos artigos, tudo constante de relações que se acham na Contadoria do corpo, á disposição dos interessados.

II—Os requerimentos dos candidatos ao fornecimento deverão ser dirigidos ao sr. presidente do Conselho de Administração, até o dia 30 ás 12 horas, acompanhados dos documentos que provem;

a)—haver pago, como negociante especialista do artigo que se propõe fornecer, impostos federais e municipais da casa comercial, relativos ao ultimo semestre vencido;

b)—ser negociante matriculado, bastando para as firmas comerciais a apresentação do respectivo contrato social, extraído por certidões dos livros da Junta Comercial ou estar constituído legalmente nos termos do Decreto n. 434, de 4 de Julho de 1891, quando fór uma sociedade anonima;

c)—que cumpriu fielmente o ultimo contrato ou ajuste celebrado com o Governo, uma vez que tenha sido fornecedor;

d)—ter caucionado na Contadoria deste Batalhão, em moeda corrente, a importancia de 500\$000 (conforme o grupo em que se inscrever), para garantia dos compromissos que vier a assumir;

e)—ter pago os impostos sobre a renda, relativos ao exercicio de 1931;

f)—Os documentos acima não serão feitos em publica fórma, de acordo com o aviso do exmo. senhor Ministro da Guerra n. 171, de 5 de Maio de 1924.

III—As propostas serão feitas em duas vias, sem rasuras, emendas ou qualquer cousa que possa causar duvidas e os preços mencionados por extenso e em algarismos, contendo, além do competente selo (na 1ª via), data e assinatura.

IV—As propostas serão abertas somente em presença dos concorrentes perante o C. A., ficando entendido que nenhuma proposta será aceita fóra dos termos deste edital.

V—Os documentos de idoneidade e o requerimento de inscrição serão entregues, tambem em envelopes fechados dentro do prazo de que trata a clausula II, sendo restituídos, mediante recibos depois da abertura das propostas.

VI—A idoneidade dos proponentes será examinada e julgada previamente antes de abertas as propostas, sendo que as propostas cujos autores não tiverem sido considerados idoneos não serão abertas.

VII—Os requerimentos que chegarem depois das 12 horas do dia 30 não serão aceitos.

VIII—Os artigos da presente concorrência serão de 1ª qualidade, de acordo com os modelos e tipos adotados.

Quartel em São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1933. — Davino Ribeiro de Sena Filho, 1º tenente, secretario do C. A.

(4-1)

EXTRATO DOS ESTATUTOS DO "INSTITUTO CLAPARÉDE"

I

Denominação, fins e sede da Associação e tempo de sua duração

A associação denomina-se "Instituto Claparède".

Seu fim é servir a Patria pela instrução e desenvolver, quanto em si puder, as faculdades criadoras de homem, latentes na criança.

Sua sede é na cidade de Campos dos Goitacazes, Estado do Rio de Janeiro (Art. 1º).

O prazo da duração do Instituto é indeterminado (Art. 3º).

II

O modo por que se administra e representa

A direção suprema do "Instituto" compete a dona Antonia Ribeiro de Castro Lopes, sem possivel destituição do cargo e livre eleição (Art. 12)

Ha mais duas diretoras, cujo mandato é de dois annos (Art. 20), podendo ser reeleitas, as quais desempenham as funções de secretaria e tesoureira (Art. 19) e serão escolhidas por votação secreta entre as adjuntas (parágrafo unico do Art. 16).

Ha tambem a "Congregação" (Art. 35), de que fazem parte as diretoras e as professoras adjuntas.

A representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial do "Instituto" cabe, por dever indeclinavel, á Diretoria com Antonia Ribeiro de Castro Lopes, (Art. 60).

III

Se os Estatutos são reformaveis no tocante á administração e de que modo;

Para serem alterados os Estatutos carecem do voto nominal de dois terços do Corpo Docente, (Art. 63).

IV

Se os membros respondem ou não, subsidiariamente pelas obrigações sociais

A Diretoria e as professoras adjuntas responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais (Art. 61).

V

As condições da extinção da pessoa jurídica e destino do patrimonio nesse caso

O Instituto extinguir-se-á por deliberação de sua Diretoria aprovada pela Congregação (Art. 3), e nesse caso o patrimonio passará a ser propriedade da Prefeitura Municipal (Art. 62).

VI

Nome dos fundadores, diretoria definitiva e apresentante

Fundadores: Antonia Ribeiro de Castro Lopes, Maria Eugenia Landim, Elide Manhães.

Diretoria: Antonia R. de Castro, presidente; Maria Eugenia Landim, secretaria; Elide Manhães, tesoureira.

Apresentante: Antonia Ribeiro de Castro Lopes. Campos, 21 de Janeiro de 1933.

Pelo Instituto Claparède
(Assinado) — Antonia Ribeiro de Castro Lopes
(C. 3512 — 4630)

AVISO AOS INTERESSADOS

Falencia de F. C. A. de Barros Barreto

Aviso aos interessados que, por despacho de 21 de Janeiro corrente, do m. m. juiz de direito da 1ª Vara, Excmo. sr. dr. Luiz da Silveira Paiva, a requerimento do syndico em virtude de acordo do falido e do dr. curador particular, foi adiada a 1ª reunião de credores da falencia de F. C. A. de Barros Barreto, para 23 de Fevereiro proximo, ás 11 horas, na sala das audiencias do Juizo, na Camara Municipal desta cidade.


Campos, 23 de Janeiro de 1933. — O escrivão do 1º Juizo, Chrysanthus Sobral.

LEILÃO, NA CASA DE PENHORES DE PEREIRA GUIMARÃES & COMP.

O leiloeiro Osorio Carlos da Silveira, telefone 344 e autorizado pelos srs. Pereira Guimarães & Comp., vende em leilão, segunda-feira, 30 de Janeiro de 1933, á 1 hora da tarde, todas as joias usadas e de procedencia particular, ouro, com brilhantes e outras pedras preciosas, bem como mercadorias, que se acham em sua Casa de Penhores, á Rua Visconde de Uruguai n. 533, como garantia de empréstimos feitos e não resgatados, podendo seus mutuarios até o dia do leilão, resgatarem as suas cautelas, na referida Casa de Penhores. Os senhores compradores, garantirão os seus pagamentos, com um sinal de 20 %, e retirarão os objetos comprados no dia seguinte ao do leilão, das 9 ás 12 horas.

(A pagar) 8

Anexo VII – Mapa de frequência do Grupo Escolar João Clapp – maio de 1933



Diretoria da Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro

MAPA do mês de maio de 1933

Estadística da Escola Grupo de I. grau de Lubele

N.º do Município de Lubele

Denominação especial Grupo Escolar João Clapp distrito

Observações – Observe-se a frequência média mensal dividida a soma das frequências diárias pelo número de dias letivos.

Em quantos turnos funciona? 2
De quantas classes se compõe cada série? 50

	1ª Série		2ª Série		3ª Série		4ª Série		5ª Série		SOMA		Classe matriculada ao Jardim Infância	
	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.
Total de alunos matriculados até o último dia do mês anterior.....	145	204	22	47	16	36	14	55	9	25	21	36	7	578
Alunos matriculados no corrente mês.....	5	5	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL.....	150	209	24	48	16	36	14	56	9	25	21	37	7	592
Alunos eliminados neste mês.....	150	209	24	48	16	36	14	56	9	25	21	37	7	592
que passam para o mês seguinte.....														

FREQUENCIA DIARIA

DIAS	1ª Série		2ª Série		3ª Série		4ª Série		5ª Série		TOTAL
	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	
M.....	161	166	154	154	159	171	169	168	170	162	166
F.....	248	225	241	240	246	247	311	306	304	305	342
Sexos.....	472	451	445	444	455	427	500	498	504	492	508

O PROFESSOR	AUTORIDADES QUE VISITARAM A ESCOLA		FREQUENCIA MEDIA		Alunos analfabetos matriculados durante o mês		N.º de dias letivos
	Nome	DIA	M.	F.	M.	F.	
Dias em que faltou <u>destituido</u>			161	166	154	154	20
Motivo das faltas			248	225	241	240	20
Quem o substituiu?			472	451	445	444	20

Estes mapas serão organizados em triplicata, sendo uma via remetida diretamente à Diretoria da Instrução Pública, para a estatística escolar, outra à autoridade local do ensino para servir de base à aferição do exercício, e a terceira arquivada na própria escola, onde a deverá visar no decorrer do mês a referida autoridade local do ensino.
A remessa dos mesmos se efetuará dentro de três dias do encerramento do mês ou do período letivo, sofrendo o professor o desconto de tantos dias de vencimentos quantos os de atraso no cumprimento desse dever.

VISTO

Em de 193

Mapa de frequencia de adjuntos

Mês de maio de 1933

VISTO

Em de 193


(Acreditado local de ensino)

Numero	NOMES	E. Letra	E. diplomado?	REGENCIA		Dias em que trabalhou durante o mês	DIAS EM QUE FALTOU	OBSERVAÇÕES
				Série	N. de alunos			
1	Amelia Gregory Barbistas	Amelia	Sim	5ª	16	30 dias	De 10 a 13	
2	Maria Soares Young	Letra	"	5ª	14	"	"	
3	Waldesir Cardoso	"	"	4ª	23	"	"	
4	Eulália Silva	"	"	4ª	22	"	"	
5	Maria Madalena Pires	"	"	4ª	28	"	"	
6	Maryade Manoel	"	"	3ª	22	"	"	
7	Maria Dolinda Gomes	"	"	3ª	27	"	"	
8	Anta da Costa Vieira	"	"	2ª	36	"	"	
9	Tracy Imbeiro de Cruz	"	"	2ª	36	"	"	
10	Maria Figueira Costa	"	"	1ª C	40	"	"	
11	Trone Araújo	"	"	1ª B	40	"	"	
12	Maria Antonieta Barbosa	"	"	1ª B	40	"	"	
13	Maria Alves de Sousa	"	"	1ª B	40	"	"	
14	Agripes de Sousa	"	"	1ª A	44	"	"	
15	Maria Figueira	"	"	1ª A	49	"	"	
16	Enilvia Bisanda	"	"	1ª A	46	"	"	
17	Maria da Glória Araújo	Subst	"	1ª A	56	"	"	
18	Maria Barros Lima	Subst	"	1ª B	44	"	"	
19	Maria de Paula Batista Rocha	Letra	"	4ª 5ª	78	"	"	

No caso de faltas deverão ser mencionados os dias e a razão das mesmas.
 No caso de se tratar de substitutos mencionar-se-á, na coluna das observações o nome dos substituídos.
 Quando o adjunto se achar licenciado, também deverá seu nome figurar na respectiva coluna, com a declaração de LICENCIADO, nas observações.
 A data em que os adjuntos tomarem posse, assumirem, ou reassumirem o exercício (durante o mês) deverá ser lançada nas observações.

Em 31 de maio de 1933
 (ASSINATURA) *Samuel Pereira Amancio Machado*
 (CATEGORIA) *duvidosa e letiva*
(Sinala internae, declarar si é ou não diplomado)

Anexo VIII – Carta do Superintendente de educação e cultura de Campos, Theobaldo de Miranda Santos, ao bispo diocesano D. Octaviano de Albuquerque

 **SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**
MODELO N. 1

Campos, 5 de Agosto de 1935

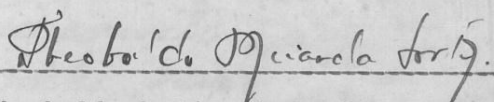
N. 31

Exmo Sr Arcebispo Bispo de Campos.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex. que no dia 4 do corrente tomei posse do cargo de Superintendente de Educação e Cultura da Municipalidade de Campos.

Na expectativa das gratas ordens de V. Ex., asseguro-lhe a expressão de meu apreço e da minha consideração.

Saudações cordiais.


Dr Theobaldo de Miranda Santos
Superintendente M. de Educação e Cultura

Fonte: Arquivo da Diocese de Campos, apud Souza (2015)